ÍNDICE

I - Preâmbulo	10
II - Planejamento	12
1. Plano Plurianual - P.P.A.	12
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O.	13
3. Lei Orçamentária Anual - L.O.A.	13
III - Demonstrações Contábeis	17
1. Balanço Orçamentário	17
1.1- Receitas	19
1.1.1- Receitas Correntes	23
a) Receitas Tributárias	25
b) Transferências Correntes	28
c) Outras Receitas Correntes	29
d) Receitas de Origens Diversas	30
1.1.2- Receitas de Capital	31
a) Operações de Crédito	31
b) Alienações de Bens	33
1.2- Despesas	33
1.2.1- Despesas Correntes	36
a) Pessoal e Encargos Sociais	37
b) Juros e Encargos da Dívida	39
c) Outras Despesas Correntes	40
1.2.2- Despesas de Capital	48
1.2.3- Despesas por Órgão	50
1.2.4- Propaganda e Publicidade	58
1.3 - Créditos Adicionais	60
1.4 - Reserva de Contingência	65
2. Balanço Financeiro	66
2.1 - Dívida Financeira	67
2.2 - Dívida Flutuante	69
3. Balanço Patrimonial	71
3.1 - Dívida Ativa	72
3.2 - Dívida Fundada	73
3.3 - Resultado Financeiro	77
4. Variações Patrimoniais	78
4.1 - Resultado Econômico	79
IV - Lei nº 9496/97 - Acordo de Renegociação da Dívida	81
V - Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor	91
VI - Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal	100
a - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	100
b - Relatório de Gestão Fiscal	101
c - Despesas com Pessoal e Reflexos	103
VII - Ensino	106
VIII - Saúde	109
IX - Controle Interno	117
X - Programa Estadual de Desestatização	118
XI - Avaliação de Indicadores de Gestão	121
XII - Atividades Desenvolvidas "in loco"	289
1. Escolas Públicas	291
1.1 - Obras Relacionadas à Edificação das Escolas	292
1.2 - Panorama Administrativo e Escolar das Unidades de Ensino e Respectivas Reformas	321

continua

continuação	
2. Programas/Ações Realizadas por Organizações Não Governamentais (ONGS)	349
2.1 – Fundação Casa – Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente	351
2.2 – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	357
2.3 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento	377
2.4 – Secretaria da Saúde	382
2.5 – Secretaria da Educação	387
2.6 – Secretaria da Administração Penitenciária	396
2.7 – Principais Falhas Detectadas nos Programas/Ações Realizadas por Organizações Não Governamentais (ONGs)	406
3. Programas de Transferência de Renda	410
3.1 – Programa 3516 – Família Cidadã – Ações Sociais Integradas	411
4. Auditorias Realizadas com o Apoio das Unidades Regionais	428
4.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento	428
4.2 – Secretaria da Saúde	465
4.3 – Secretaria da Segurança Pública	468
5. Secretaria dos Transportes Metropolitanos – EMTU	478
5.1 – Corredor Metropolitano	478
6. Secretaria de Energia e Saneamento – DAEE	484
6.1 – Reservatórios de Contenção de Enchentes (Piscinões)	484
7. Secretaria do Ensino Superior	491
7.1 – Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	491
8. Secretaria da Educação	497
8.1 – Formação Continuada de Educadores na Educação Básica	497
9. Secretaria da Fazenda	507
9.1 – Receitas Estaduais	507
10. Procuradoria Geral do Estado	516
10.1 – Dívida Ativa	516
11. Adiantamentos	530
12. COAG – Cadastro de Obras e Ações Governamentais	535
XIII – Expedientes	545
XIV – Recomendações – Exercício de 2007	545
XV – Síntese do Apurado	551
XVI – Considerações Finais	552

PROCESSO: **TC-2675/026/08**

INTERESSADO: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ASSUNTO: **CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GOVERNADOR: **JOSÉ SERRA**

EXERCÍCIO: **2008**

RELATOR: **CONSELHEIRO DR. ROBSON MARINHO**

Senhor Diretor Técnico de Departamento,

I – PREÂMBULO

Apresentamos à apreciação de Vossa Senhoria o relatório do acompanhamento anual, do exame e da análise procedida nos demonstrativos e peças contábeis, com vista à emissão de parecer prévio sobre as contas da Administração do Estado, relativas ao exercício de 2.008, na conformidade do inciso I, artigo 33 da Constituição do Estado, combinado com o inciso I, artigo 2º e artigo 23 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, e do artigo 176 e da letra "a", inciso I, artigo 181, ambos do Regimento Interno.

Referidas contas foram apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador à Augusta Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso IX, artigo 47 da Constituição Estadual. Consoante parágrafos 1º e 2º, artigo 23 da Lei Orgânica deste Tribunal, estas abrangem a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e compõem-se, basicamente, do Balanço Geral do Estado e seus Anexos, elaborados sob a égide da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado de circunstanciado relatório do Senhor Secretário da Fazenda, abordando os aspectos relevantes da gestão orçamentária e financeira do Estado e o Relatório de

Acompanhamento dos programas aprovados no Plano Plurianual 2008/2011.

Ressaltamos a metodologia de levantamento e apresentação dos demonstrativos, e as análises que ora submetemos a Vossa Senhoria. Assim, temos o Balanço Geral do Exercício – Administração Direta, o Balanço Geral do Exercício – Demonstrações da Administração Indireta, que compreendem também as empresas dependentes INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A – IPT, COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB, EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A – EMPLASA e a COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, lembrando que estão contemplados tanto os recursos próprios quanto aqueles alocados pelo Tesouro do Estado, e o Balanço Geral – Demonstrações Consolidadas.

Portanto, nossas análises refletem, basicamente, os resultados das Administrações Direta e Indireta do Estado, evidenciando os trabalhos e levantamentos realizados “in loco” e as avaliações de indicadores de gestão, e também as despesas com pessoal, manutenção do ensino, saúde, precatórios, dívida (renegociação), e os resultados orçamentário e financeiro.

As contas do exercício financeiro de 2008 foram entregues neste E. Tribunal, em 30 de abril de 2009, mediante Ofício do Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho, às fls. 07.

Por força do disposto no parágrafo único do artigo 36 e no artigo 176 do Regimento Interno, foi comunicada, em sessão de 13/02/2008 do Tribunal Pleno, a designação do eminente Conselheiro Dr. Robson Marinho como relator das contas do Governo do Estado de São Paulo relativas ao exercício de 2008, ata publicada no D.O. de 22/02/2008.

Os exames e as análises, consideradas necessárias a uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução orçamentária, foram realizados dentro do enfoque das disposições do artigo 32 e do inciso I, artigo 33, ambos da Constituição do Estado, atinentes à "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da Administração Direta e Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas...", devendo-se salientar que as matérias específicas merecem exames e julgamentos em autos próprios por

este Egrégio Tribunal.

Cabe enfatizar que a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui no "caput" do artigo 2º que "A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anuidade". No capítulo "DO CONTROLE EXTERNO", desse mesmo diploma legal, estabelece o artigo 81 que "O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei do Orçamento", em harmonia com o disposto no artigo 111, da Constituição do Estado.

II – PLANEJAMENTO

1 – Plano Plurianual

1.1 – Elaboração

O Plano Plurianual relativo ao quadriênio de 2008/2011 foi aprovado pela Lei nº 13.123, de 08 de julho de 2008, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 1º, artigo 174, da Constituição do Estado.

Em continuidade aos trabalhos de acompanhamento, e com o intuito de dar cumprimento à competência atribuída a esta Corte pela Constituição Estadual, inciso IV – artigo 33, bem como pela Lei Complementar nº 709/93, inciso VII – artigo 2º, foi avaliado o cumprimento das metas previstas em 40 programas do PPA 2008-2011, tendo por base as peças orçamentárias do governo estadual.

Os resultados desta análise estão relatados no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

Informamos, também, que em resposta a Ofício encaminhado pelo Senhor Conselheiro Relator, a Secretaria de Economia e Planejamento informou sobre a disponibilização, na Internet e com acesso mediante senha, de um relatório de acompanhamento das metas, que deverá possibilitar a avaliação trimestral almejada por este E. Tribunal.

2 – Lei de Diretrizes Orçamentárias

2.1 – Elaboração

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativa ao exercício de 2008 foi aprovada pela Lei nº 12.677, de 16 de julho de 2007, publicada em 17 de julho de 2007, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 2º, artigo 174 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3 – Lei Orçamentária nº 12.788, de 27 de dezembro de 2007.

A mensagem nº A-123, datada de 28 de setembro de 2007, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. José Serra, enviou a Proposta Orçamentária para 2008, nos termos do inciso XVII do artigo 47, elaborada consoante artigo 174, ambos da Constituição do Estado, com observância, também, das Diretrizes Orçamentárias para 2008, bem como das normas constantes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, encaminhada à Augusta Assembléia Legislativa e convertida na Lei nº 12.788, de 27 de dezembro de 2007, publicada no "Diário Oficial do Estado" em 28 de dezembro de 2007, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2.008, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3.1 – Disposição Preliminar

O artigo 1º da Lei Orçamentária diz respeito à divisão do Orçamento em 3 (três) partes, ou seja, FISCAL, da SEGURIDADE SOCIAL e de INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS.

3.2 – Do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social

O artigo 2º orça a Receita e o artigo 4º fixa a Despesa do Estado em valores iguais a R$ 96.873.844.780 (noventa e seis bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais). Neste total, estão incluídos os recursos próprios das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, no montante de R$ 16.027.155.962 (dezesseis bilhões, vinte e sete milhões, cento e cinqüenta e cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais).

O artigo 3º especifica o desdobramento da Receita do Tesouro do Estado.

	R$ 1,00	R$ 1,00
I - Receita do Tesouro do Estado		**90.111.386.982**
1 - Receitas Correntes		**86.562.396.777**
Receita Tributária	74.961.358.680	
Receita de Contribuições	3.960.000	
Receita Patrimonial	1.121.457.910	
Receita Agropecuária	7.628.610	
Receita Industrial	1.657.560	
Receita de Serviços	266.837.874	
Transferências Correntes	8.435.336.118	
Outras Receitas Correntes	1.764.160.025	
2 - Receitas de Capital		**3.548.990.205**
Operações de Crédito	1.937.260.100	
Alienação de Bens	1.159.600.060	
Amortização de Empréstimos	10	
Transferências de Capital	452.130.005	
Outras Receitas de Capital	30	
II - Receita dos Orgãos da Adm. Indireta		**16.027.155.962**
Receitas Correntes	15.991.408.412	
Receitas de Capital	35.747.550	
III - Receitas Intra-orçamentárias Correntes		**(9.264.698.164)**
R E C E I T A T O T A L		**96.873.844.780**

Anotamos que o quadro da receita retro apresentado, discriminado no artigo 3º da Lei nº 12.788/2007, deduziu valores referentes a duplicidade de receita, mas com a denominação imprópria de "Receitas Intra-orçamentárias Correntes", uma vez que estas não são redutoras da receita.

O artigo 4º estabelece a fixação da Despesa em:

[redacted]

O artigo 5º evidencia a despesa total fixada, por órgão orçamentário, separada em Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social.

O Orçamento da Seguridade Social compreende as verbas destinadas às secretarias da Saúde, do Emprego e Relações do Trabalho, e da Assistência e Desenvolvimento Social; e também parte das verbas destinadas às secretarias da Fazenda, da Segurança Pública, e da Justiça e da Defesa da Cidadania. Já o Orçamento Fiscal compreende os demais Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e Ministério Público.

3.3 – Do Orçamento de Investimentos das Empresas

O artigo 6º fixa o valor de R$ 5.996.604.000 (cinco bilhões, novecentos e noventa e seis milhões e seiscentos e quatro mil reais), destinado ao orçamento de investimentos das Empresas, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal, desdobrado da seguinte forma:

Investimento das Empresas	R$1,00	%
Recursos do Tesouro do Estado	2.585.441.000	43,12
Recursos Próprios	1.428.976.000	23,83
Operações de Crédito	682.552.000	11,38
Outras Fontes	1.299.635.000	21,67
TOTAL	**5.996.604.000**	**100,00**

3.4 – Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Conforme dispõe o artigo 8º, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir, durante o exercício, créditos

suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4º, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de RESERVA DE CONTINGÊNCIA, em conformidade com o disposto no artigo 19, da Lei nº 12.677 de 16/07/2007 (LDO), observado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos:

1 Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

2 Destinados à cobertura de despesas à conta das receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes.

3 Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º da Lei Orçamentária.

Observados os limites a que se referem os incisos I e II, fica o Poder Executivo autorizado a alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente, com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada nesta lei.

De acordo com o estabelecido no artigo 9º, fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida à distribuição por grupo de despesa.

3.5 – Das Operações de Crédito

Conforme o artigo 10, fica o Poder Executivo

autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimada para o exercício de 2.008, com observância ao estabelecido no artigo 38 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – Balanço Orçamentário

Conforme estabelece o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as Receitas e Despesas previstas, comparadas às realizadas, para se determinar o Resultado Orçamentário do exercício.

Nestes termos, temos que o confronto da Despesa Realizada com a Receita Arrecadada indicará o DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO do período, enquanto a Despesa Autorizada com a Realizada demonstrará se houve ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA.

Destacamos, a seguir, as receitas e as despesas Intra-Orçamentárias, excluídas dos quadros demonstrativos, posto que trata-se de valores simultâneos em duas entidades do mesmo nível de governo.

Os valores referem-se a contribuições patronais e cobertura de insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência (SPPREV), bem como a integralização de Capital Social com recursos do Tesouro nas empresas dependentes Emplasa, Cetesb, IPT e CPTM.

R$ MILHARES

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2007	2008
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	3.252.460	10.769.333
RECEITAS DE CONTRIBUICOES-INTRA-ORCAMENTARIA	3.252.460	10.742.231
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	3.252.460	10.742.231
CONTRIB.PREVIDENC.DO REG.PROPRIO - INTRA-ORC	3.252.460	10.742.231
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	-	27.101
A DEFINIR	-	27.101
TAXA DE ADMINISTRACAO	-	27.101
RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	401.866	525.014
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	401.866	525.014
INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	401.866	525.014
INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DO TESOURO	401.866	525.014
TOTAL	**3.654.326**	**11.294.347**

Obs.: receitas intra-orçamentárias apenas na Adm. Indireta

R$ MILHARES

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2007	2007	2008	2008
AUTORIZADO/LIQUIDADO	AUTORIZADO	LIQUIDADO	AUTORIZADO	LIQUIDADO
ADM. DIRETA	3.238.700	3.223.445	10.276.326	10.242.981
DESPESAS CORRENTES	2.836.834	2.821.579	9.751.312	9.717.966
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	24.688	24.686
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	-	-	24.688	24.686
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	-	-	24.688	24.686
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.836.834	2.821.579	9.726.624	9.693.280
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	2.836.834	2.821.579	9.726.624	9.693.280
OBRIGACOES PATRONAIS	2.836.833	2.821.578	9.726.609	9.693.265
SALARIO FAMILIA	1	0	15	15
DESPESAS DE CAPITAL	401.866	401.866	525.015	525.014
INVERSOES FINANCEIRAS	401.866	401.866	525.015	525.014
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAM	401.866	401.866	525.015	525.014
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	401.866	401.866	525.015	525.014
ADM. INDIRETA	434.592	430.882	1.056.890	1.051.366
DESPESAS CORRENTES	434.592	430.882	1.056.890	1.051.366
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	2.415	2.415
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	-	-	2.415	2.415
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	-	-	2.415	2.415
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	434.592	430.882	1.054.475	1.048.952
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	434.592	430.882	1.054.475	1.048.952
OBRIGACOES PATRONAIS	434.592	430.882	1.054.475	1.048.952
TOTAL	**3.673.292**	**3.654.326**	**11.333.216**	**11.294.347**

Evidenciamos, a seguir, os resultados apurados nos últimos exercícios, salientando que a partir de 2003 os dados do Balanço Geral do Estado passaram a incluir as empresas dependentes IPT, CETESB, CPTM e EMPLASA:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — R$ MIL

Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2006	2007	2008
Despesa Realizada	60.438.348	68.178.858	72.325.107	79.300.659
Receita Arrecadada	69.957.479	78.456.869	86.370.720	102.559.943
Superavit Orçamentário	9.519.131	10.278.011	14.045.613	23.259.284
% Rec Arrecadada	13,61%	13,10%	16,26%	22,68%

Economia Orçamentária	2005	2006	2007	2008
Despesa Autorizada	61.367.869	70.553.561	73.453.666	81.429.776
Despesa Realizada	60.438.348	68.178.858	72.325.107	79.300.659
Economia Orçamentária	929.521	2.374.703	1.128.558	2.129.118
% s/ Desp Autorizada	1,51%	3,37%	1,54%	2,61%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — R$ MIL

Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2006	2007	2008
Despesa Realizada	15.508.553	16.134.203	20.115.581	30.139.528
Receita Arrecadada	6.152.532	5.977.387	6.211.499	7.066.219
Déficit Orçamentário	-9.356.021	-10.156.816	-13.904.082	-23.073.309
% s/ Rec Arrecadada	-152%	-170%	-224%	-327%

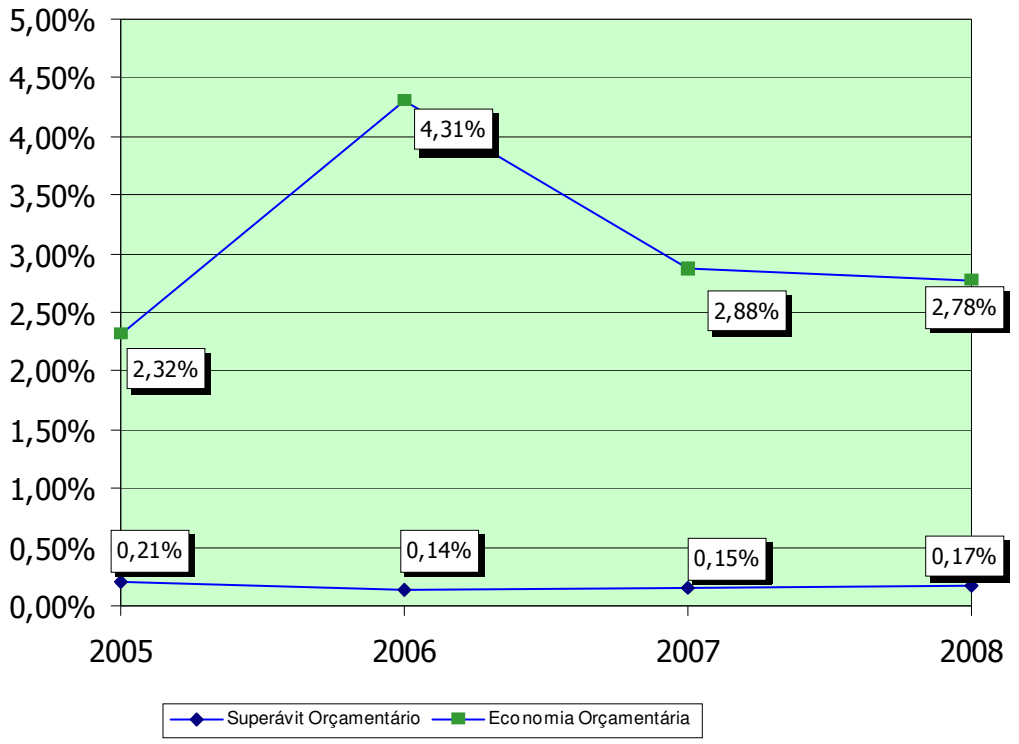
Economia Orçamentária	2005	2006	2007	2008
Despesa Autorizada	16.383.670	17.557.622	21.732.285	31.137.590
Despesa Realizada	15.508.553	16.134.203	20.115.581	30.139.528
Economia Orçamentária	875.117	1.423.419	1.616.704	998.062
% s/ Desp Autorizada	5,34%	8,11%	7,44%	3,21%

CONSOLIDADO R$ MIL

Superávit/Déficit Orçamentário	2005	2006	2007	2008
Despesa Realizada	75.946.901	84.313.061	92.440.689	109.440.186
Receita Arrecadada	76.110.011	84.434.257	92.582.219	109.626.162
Superávit Orçamentário	163.110	121.196	141.531	185.975
% s/ Rec Arrecadada	0,21%	0,14%	0,15%	0,17%

Economia Orçamentária	2005	2006	2007	2008
Despesa Autorizada	77.751.539	88.111.182	95.185.951	112.567.366
Despesa Realizada	75.946.901	84.313.061	92.440.689	109.440.186
Economia Orçamentária	1.804.638	3.798.121	2.745.262	3.127.180
% s/ Desp Autorizada	2,32%	4,31%	2,88%	2,78%

VARIAÇÃO 2005-2008 (em %)



1.1 - Receitas

A evolução da Receita Estimada comparada com a Receita Arrecadada, em conformidade com os Balanços Orçamentários, é a seguinte:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA R$ MIL

Receita	2005	2006	2007	2008
Estimada	64.688.049	75.435.004	78.980.543	90.111.387
Arrecadada	69.957.479	78.456.869	86.370.720	102.559.943
Diferença	**5.269.430**	**3.021.865**	**7.390.177**	**12.448.556**
% sobre a Estimada	8,15%	4,01%	9,36%	13,81%

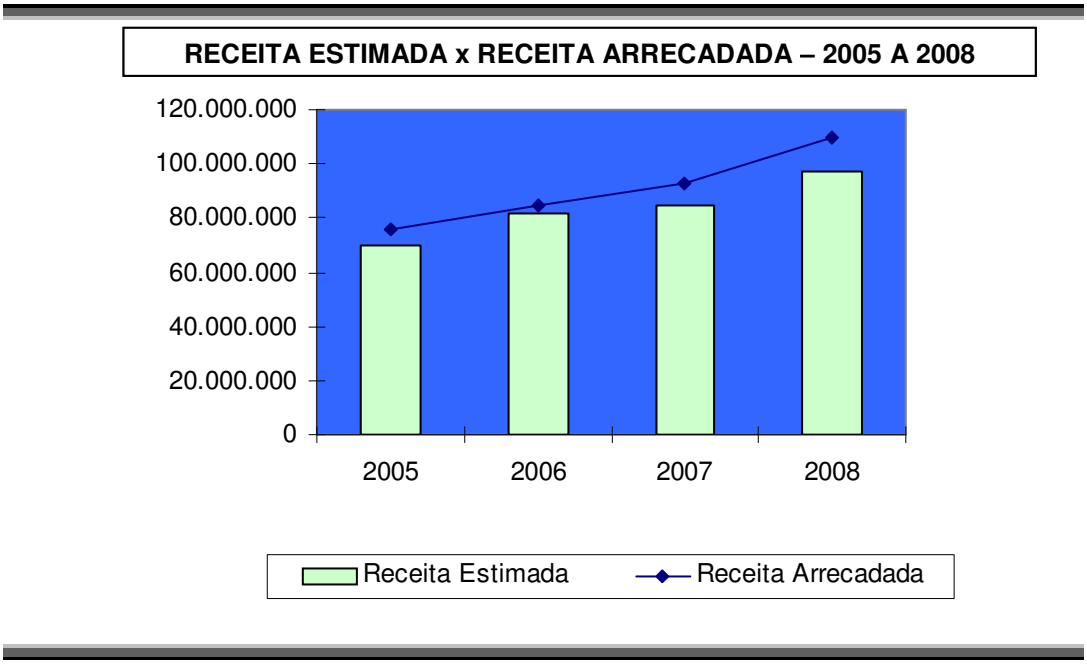
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA R$ MIL

Receita	2005	2006	2007	2008
Estimada	5.572.502	6.101.484	6.005.459	6.762.458
Arrecadada	6.152.532	5.977.387	6.211.499	7.066.219
Diferença	**580.030**	**-124.097**	**206.041**	**303.761**
% sobre a Estimada	10,41%	-2,03%	3,43%	4,49%

CONSOLIDADO R$ MIL

Receita	2005	2006	2007	2008
Estimada	70.260.551	81.536.488	84.986.001	96.873.845
Arrecadada	76.110.011	84.434.257	92.582.219	109.626.162
Diferença	**5.849.460**	**2.897.769**	**7.596.218**	**12.752.317**
% sobre a Estimada	8,33%	3,55%	8,94%	13,16%
Evolução da arrecadada	10.337.096	8.324.246	8.147.962	17.043.942
Evolução % s/ano anterior	15,72%	10,94%	9,65%	18,41%
IGP-DI - índices anuais	1,22%	3,80%	7,90%	9,11%
INPC	5,05%	2,81%	5,16%	6,48%

R$ mil



De acordo com o quadro a seguir apresentado, a receita arrecadada da *Administração Direta* foi de R$ 102.559.943 mil, representada, principalmente, pela Receita

Tributária.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — R$ MIL

Receitas Correntes	2005	2006	2007	2008
Tributária	56.826.881	63.117.125	71.215.871	85.411.445
Contribuições	0	0	18	0
Patrimonial	2.260.618	1.420.522	3.371.851	2.438.538
Agropecuária	17.923	23.124	20.930	3.647
Industrial	2.442	2.289	1.684	1.583
Serviços	197.467	103.141	261.826	266.259
Transf. Correntes	7.715.556	8.296.533	8.771.993	9.700.501
Outr Rec Correntes	1.633.947	3.381.010	2.473.671	2.835.341
sub-total	**68.654.834**	**76.343.744**	**86.117.844**	**100.657.315**
Receitas de Capital	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Operações de Crédito	223.457	366.958	193.061	938.637
Alienação de Bens	1.036.906	1.617.292	28.491	418.030
Amortiz. Empréstimos	0	64.518	8.505	0
Transf. de Capital	42.282	64.358	22.820	140.355
Outr Rec de Capital	0	0	0	405.606
sub-total	**1.302.645**	**2.113.126**	**252.877**	**1.902.628**
Total	**69.957.479**	**78.456.869**	**86.370.720**	**102.559.943**

Com relação à *Administração Indireta* temos:

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — R$ MIL

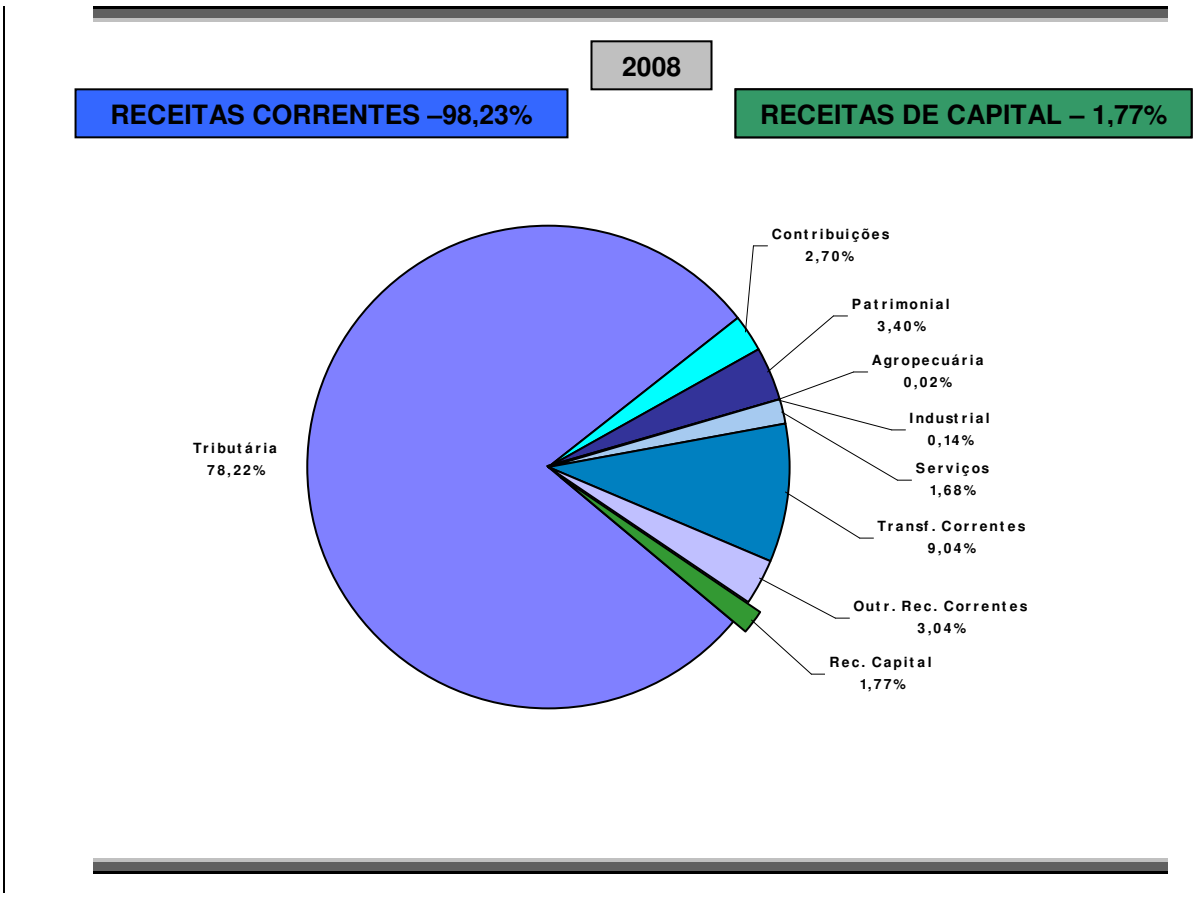
Receitas Correntes	2005	2006	2007	2008
Tributária	239.262	302.778	323.127	337.567
Contribuições	2.463.026	2.867.306	3.004.389	2.959.097
Patrimonial	792.732	847.973	593.317	1.289.912
Agropecuária	586	829	8.930	16.962
Industrial	149.703	114.150	118.591	152.766
Serviços	952.579	947.915	1.375.185	1.573.583
Transferências Correntes	110.260	201.529	193.006	208.345
Outras Receitas Correntes	507.666	452.345	541.256	492.528
sub-total	**5.215.814**	**5.734.825**	**6.157.801**	**7.030.759**
Receitas de Capital	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Operações de Crédito	152.399	14.238	12.913	0
Alienação de Bens	176.213	5.309	3.031	3.568
Amortização de Empréstimos	6.675	5.818	9.126	5.482
Transferências de Capital	13.141	7.836	4.726	17.347
Outras Receitas de Capital	588.290	209.361	23.903	9.063
sub-total	**936.718**	**242.562**	**53.699**	**35.460**
Total	**6.152.532**	**5.977.387**	**6.211.499**	**7.066.219**

Consolidando os valores temos:

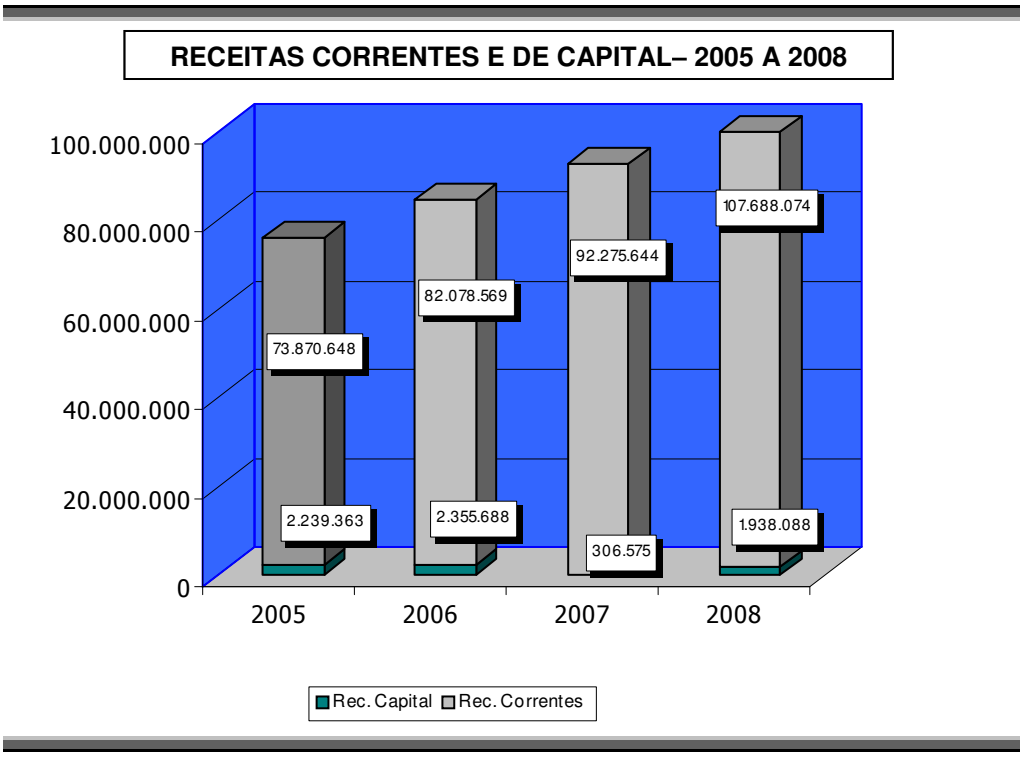
CONSOLIDADO R$ MIL

Receitas Correntes	2005	2006	2007	2008
Tributária	57.066.143	63.419.903	71.538.997	85.749.012
Contribuições	2.463.026	2.867.306	3.004.407	2.959.097
Patrimonial	3.053.350	2.268.495	3.965.168	3.728.450
Agropecuária	18.509	23.953	29.860	20.609
Industrial	152.145	116.439	120.275	154.350
Serviços	1.150.046	1.051.056	1.637.012	1.839.842
Transf. Correntes	7.825.816	8.498.062	8.964.998	9.908.846
Outr Rec Correntes	2.141.613	3.833.356	3.014.926	3.327.869
sub-total	**73.870.648**	**82.078.570**	**92.275.644**	**107.688.074**
Receitas de Capital	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Operações de Crédito	375.856	381.196	205.974	938.637
Alienação de Bens	1.213.119	1.622.601	31.521	421.599
Amortiz. Empréstimos	6.675	70.336	17.632	5.482
Transf. de Capital	55.423	72.193	27.545	157.702
Outr Rec de Capital	588.290	209.361	23.903	414.669
sub-total	**2.239.363**	**2.355.687**	**306.575**	**1.938.088**
Total	**76.110.011**	**84.434.257**	**92.582.219**	**109.626.162**

No exercício em exame, a Receita Arrecadada apresentou a seguinte composição:



Demonstramos, a seguir, a evolução das receitas no período de 2005 a 2008:



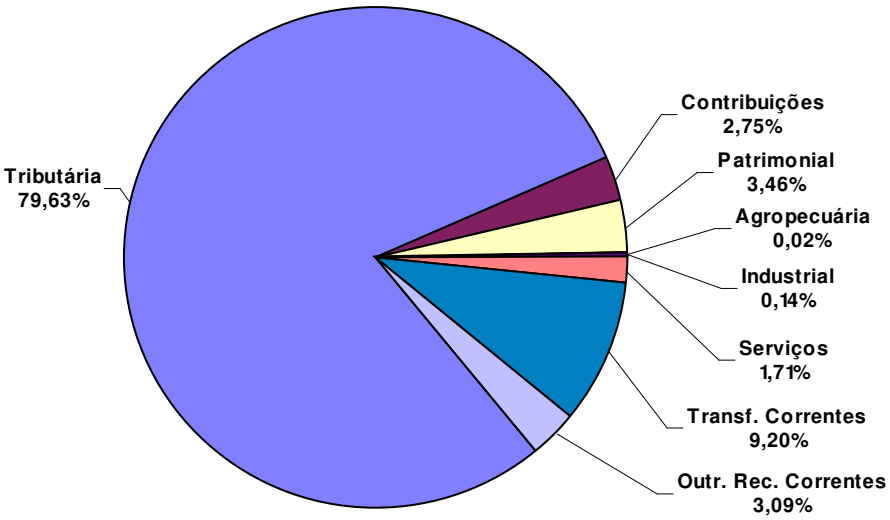
	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
RECEITAS	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.Correntes	64.789.056	98,50%	107.688.074	98,23%	42.899.018	66,21%
.Capital	983.859	1,50%	1.938.088	1,77%	954.229	96,99%
TOTAL	**65.772.915**	**100%**	**109.626.162**	**100%**	**43.853.247**	**66,67%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

1.1.1 – Receitas Correntes

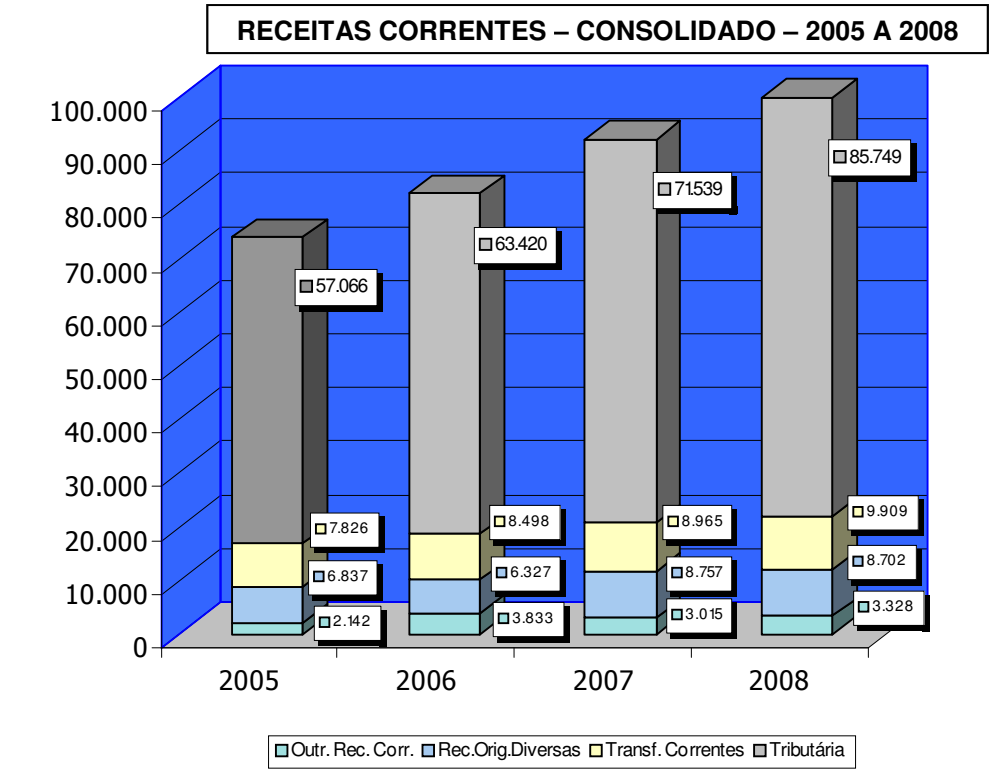
No exercício em exame, as Receitas Correntes (consolidadas) apresentaram a seguinte composição:

RECEITAS CORRENTES - CONSOLIDADO - 2008



O gráfico a seguir demonstra a evolução das *Receitas Correntes* no período de 2005 a 2008:

R$ milhões



	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
RECEITAS CORRENTES	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.Tributárias	51.192.595	79,01%	85.749.012	79,63%	34.556.417	67,50%
.Transf. Correntes	6.708.917	10,36%	9.908.846	9,20%	3.199.929	47,70%
.Outras Rec. Corr.	1.541.104	2,38%	3.327.869	3,09%	1.786.765	115,94%
.Rec.Origens Diversas	5.346.440	8,25%	8.702.348	8,08%	3.355.908	62,77%
TOTAL	**64.789.056**	**100%**	**107.688.074**	**100%**	**42.899.018**	**66,21%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

a) – Receitas Tributárias

Constata-se que o item mais representativo nas Receitas Correntes é o das Receitas Tributárias, que engloba a arrecadação do ICMS, do IPVA, do ITCMD e Outras (Emolumentos e Custas Extrajudiciais, Taxas e Contribuições de Melhoria).

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
RECEITA TRIBUTARIA	56.826.881	100	63.117.125	100	71.215.871	100	85.411.445	100
IPVA	4.672.047	8,22	5.558.688	8,81	6.695.767	9,40	7.705.328	9,02
ICMS	49.988.622	87,97	55.025.502	87,18	61.542.891	86,42	74.394.503	87,10
ITCMD	349.367	0,61	435.539	0,69	505.626	0,71	599.592	0,70
OUTRAS REC.TRIBUTÁRIAS	1.816.845	3,20	2.097.396	3,32	2.471.587	3,47	2.712.021	3,18

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
RECEITA TRIBUTARIA	239.262	100	302.778	100	323.127	100	337.567	100
EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	239.164	99,96	302.732	99,98	323.082	99,99	332.430	98,48
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0	0,000	0	0,000	0	0,000	571	0,169
TX APREENSAO,DEPOSITO/LIBERAC ANIMAIS	8	0,003	11	0,004	10	0,003	26	0,008
TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	90	0,037	35	0,012	34	0,011	34	0,010
TX REGULAçãO DE SERV. GAS CANALIZADO	0	0,000	0	0,000	0	0,000	4.505	1,334

Obs.: neste quadro, demonstramos as receitas tributárias arrecadadas pela Adm. Indireta, que envolvem apenas emolumentos e taxas

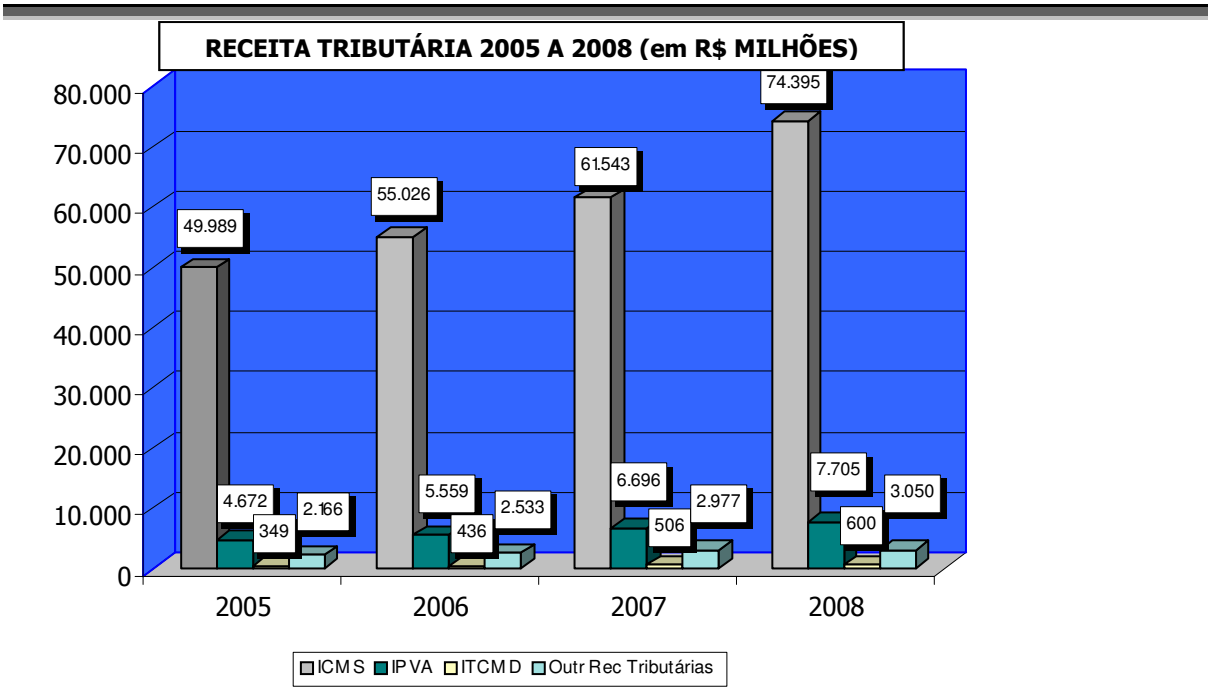
R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
RECEITA TRIBUTARIA	57.066.143	100	63.419.903	100	71.538.997	100	85.749.012	100
IPVA	4.672.047	8,19	5.558.688	8,76	6.695.767	9,36	7.705.328	8,99
ICMS	49.988.622	87,60	55.025.502	86,76	61.542.891	86,03	74.394.503	86,76
ITCMD	349.367	0,61	435.539	0,69	505.626	0,71	599.592	0,70
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	2.056.107	3,60	2.400.174	3,78	2.794.713	3,91	3.049.588	3,56

Na comparação com o exercício anterior, verifica-se um incremento de 19,93% na Administração Direta, de 4,47% na Administração Indireta e de 19,86% no Consolidado, índice este acima do IGP-DI de 9,11% em 2008.

A seguir, demonstramos a evolução da arrecadação da receita tributária:

Valores em R$ milhões



	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
RECEITA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDADO	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.ICMS	45.223.079	88,34%	74.394.503	86,76%	29.171.424	64,51%
.IPVA	3.947.300	7,71%	7.705.328	8,99%	3.758.028	95,21%
.ITCMD	336.136	0,66%	599.592	0,70%	263.456	78,38%
.Outras Rec Tributárias	1.686.080	3,29%	3.049.588	3,56%	1.363.508	80,87%
TOTAL	**51.192.595**	**100%**	**85.749.012**	**100%**	**34.556.417**	**67,50%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

Considerando que 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA devem ser transferidos aos Municípios, nos termos dos incisos I e II, artigo 167 da Constituição Estadual, verificamos que R$ 22.451.290 mil foram repassados às Prefeituras, sendo R$ 18.598.626 mil referentes ao ICMS e R$ 3.852.664 mil referentes ao IPVA.

b) – Transferências Correntes

O total arrecadado a título de Transferências Correntes, está assim distribuído:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.715.556	8.296.533	8.771.993	9.700.501
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	52.570	54.609	70.014	23.149
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	6.453	11.672	5.963	11.612
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	90	112	0	57
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	31	112	84	10
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.656.411	8.230.029	8.695.930	9.665.673

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
TRANSFERENCIAS CORRENTES	110.260	201.529	193.006	208.345
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	48.299	99.440	103.638	100.303
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	2.641	10.724	12.123	6.638
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	2	2	4	4
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	9	128	99	320
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	59.310	91.235	77.142	101.080

R$ milhares

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.825.816	8.498.062	8.964.998	9.908.846
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	100.869	154.049	173.652	123.452
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	9.094	22.396	18.087	18.250
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	92	114	4	60
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	40	240	183	330
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.715.721	8.321.264	8.773.072	9.766.753

	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
TRANSF. CORRENTES	2004	%	2008	%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO %
.Transf. Intergovernamentais	6.622.021	98,70%	9.766.753	98,57%	3.144.732	47,49%
.Transf. de Instituições	11.589	0,17%	18.250	0,18%	6.661	57,48%
.Transf. do Exterior	81	0,00%	330	0,00%	249	307,44%
.Transf. de Pessoas	101	0,00%	60	0,00%	-41	-40,35%
.Transf. de Convênios	75.125	1,12%	123.452	1,25%	48.327	64,33%
TOTAL	**6.708.917**	**100%**	**9.908.846**	**100%**	**3.199.929**	**47,70%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

As transferências Intergovernamentais são compostas, principalmente, pelas transferências da União.

c – Outras Receitas Correntes

No que tange a "Outras Receitas Correntes", temos o seguinte posicionamento:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.633.947	3.381.010	2.473.671	2.835.341
INDENIZACOES E RESTITUICOES	177.907	340.805	336.314	491.657
MULTAS E JUROS DE MORA	663.062	1.775.084	1.016.113	1.141.849
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	377.410	934.556	232.039	152.056
RECEITAS DIVERSAS	415.567	330.565	889.205	1.049.779

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	507.666	452.345	541.256	492.528
INDENIZACOES E RESTITUICOES	45.037	73.916	126.324	115.451
MULTAS E JUROS DE MORA	313.816	323.033	312.896	301.179
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.993	4.319	8.189	8.626
RECEITAS DIVERSAS	146.820	51.077	93.846	67.271

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.141.613	3.833.356	3.014.926	3.327.869
INDENIZACOES E RESTITUICOES	222.944	414.722	462.638	607.109
MULTAS E JUROS DE MORA	976.878	2.098.117	1.329.009	1.443.027
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	379.403	938.875	240.228	160.682
RECEITAS DIVERSAS	562.388	381.642	983.052	1.117.051

	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
OUTR. REC. CORRENTES	2004	%	2008	%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO %
.Multas e Juros de Mora	670.369	43,50%	1.443.027	43,36%	772.658	115,26%
.Indenizações e Restituições	274.152	17,79%	607.109	18,24%	332.957	121,45%
.Receitas da Dívida Ativa	260.708	16,92%	160.682	4,83%	-100.026	-38,37%
.Receitas Diversas	335.875	21,79%	1.117.051	33,57%	781.176	232,58%
TOTAL	**1.541.104**	**100%**	**3.327.869**	**100%**	**1.786.765**	**115,94%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2005, 2006, 2007 e 2008

Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

d – Receitas de Origens Diversas

Agrupamos, sob este título, as demais receitas correntes, tendo em vista as suas peculiaridades, a saber:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
RECEITA AGROPECUARIA	17.923	23.124	20.930	3.647
RECEITA DE SERVICOS	197.467	103.141	261.826	266.259
RECEITA INDUSTRIAL	2.442	2.289	1.684	1.583
RECEITA PATRIMONIAL	2.260.618	1.420.522	3.371.851	2.438.538
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0	0	18	0
TOTAL	**2.478.450**	**1.549.075**	**3.656.310**	**2.710.028**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
RECEITA AGROPECUARIA	586	829	8.930	16.962
RECEITA DE SERVICOS	952.579	947.915	1.375.185	1.573.583
RECEITA INDUSTRIAL	149.703	114.150	118.591	152.766
RECEITA PATRIMONIAL	792.732	847.973	593.317	1.289.912
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.463.026	2.867.306	3.004.389	2.959.097
TOTAL	**4.358.626**	**4.778.173**	**5.100.413**	**5.992.320**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
RECEITA AGROPECUARIA	18.509	23.953	29.860	20.609
RECEITA DE SERVICOS	1.150.046	1.051.056	1.637.012	1.839.842
RECEITA INDUSTRIAL	152.145	116.439	120.275	154.350
RECEITA PATRIMONIAL	3.053.350	2.268.495	3.965.168	3.728.450
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.463.026	2.867.306	3.004.407	2.959.097
TOTAL	**6.837.076**	**6.327.249**	**8.756.722**	**8.702.348**

	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
REC.ORIGENS DIVERSAS	**2004**	**%**	**2008**	**%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO %**
.Receitas de Contribuições	2.396.876	44,83%	2.959.097	34,00%	562.221	23,46%
.Receita Patrimonial	1.976.723	36,97%	3.728.450	42,84%	1.751.727	88,62%
.Receita Agropecuária	12.079	0,23%	20.609	0,24%	8.530	70,62%
.Receita Industrial	136.971	2,56%	154.350	1,77%	17.379	12,69%
.Receita de Serviços	823.791	15,41%	1.839.842	21,14%	1.016.051	123,34%
TOTAL	**5.346.440**	**100%**	**8.702.348**	**100%**	**3.355.908**	**62,77%**

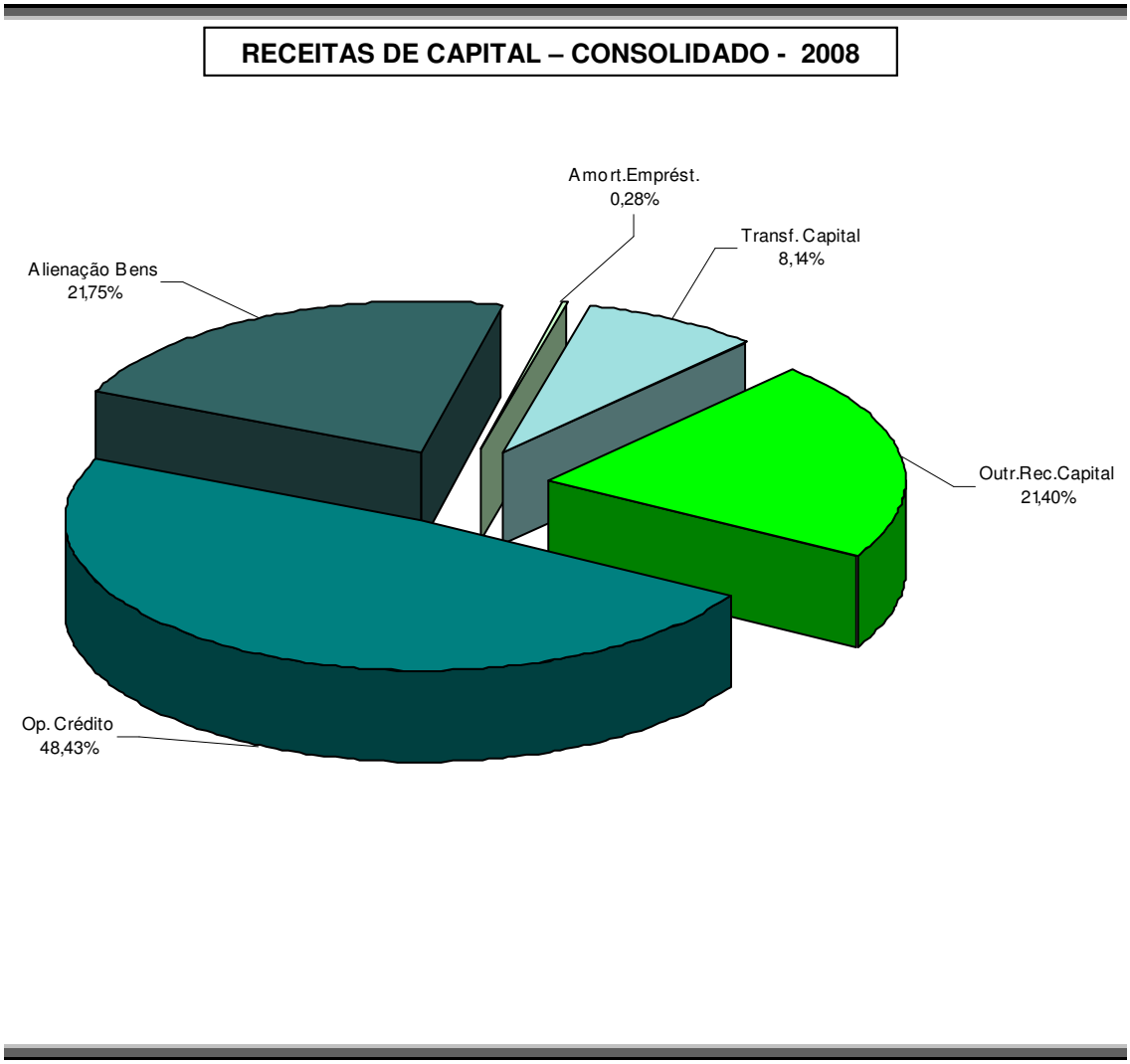
Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios – 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

A seguir, demonstramos a composição da Receita Patrimonial:

ITEM	2005	2006	2007	2008
RECEITA PATRIMONIAL	**3.053.350**	**2.268.495**	**3.965.168**	**3.728.450**
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0	0	2.084.001	538
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	543.597	461.601	368.351	1.053.456
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.472.009	1.663.139	1.436.841	2.606.193
RECEITAS IMOBILIARIAS	37.744	143.755	75.975	68.263

1.1.2 – Receitas de Capital

As receitas de Capital apresentaram a seguinte composição, no ano de 2008:



a) – Operações de Crédito

As Operações de Crédito apresentaram os seguintes valores:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
OPERACOES DE CREDITO	223.457	366.958	193.061	938.637
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	177.320	339.222	180.115	508.966
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	46.136	27.736	12.946	429.671

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
OPERACOES DE CREDITO	152.400	14.238	12.913	0
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	152.400	9.673	0	0
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	0	4.565	12.913	0

R$ MILHARES

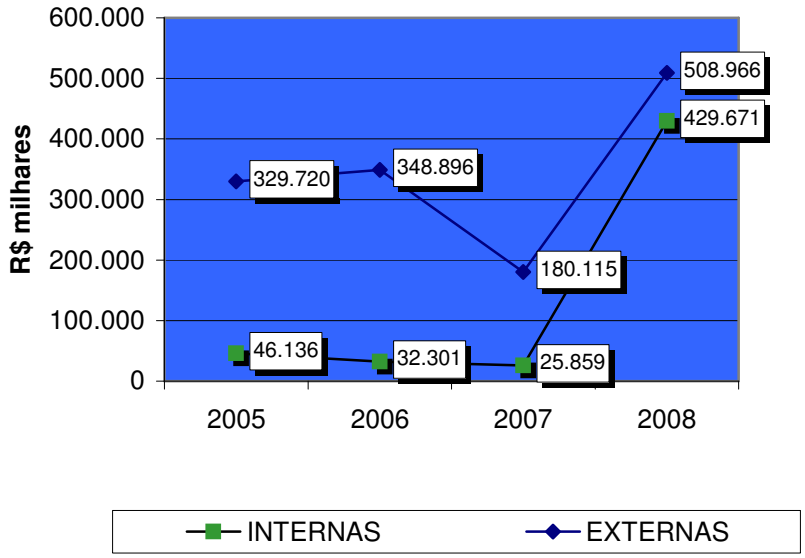
CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
OPERACOES DE CREDITO	375.856	381.196	205.974	938.637
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	329.720	348.896	180.115	508.966
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	46.136	32.301	25.859	429.671

	VARIAÇÃO 2004 - 2008				R$ milhares	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2004	AV%	2008	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Internas	40.040	7,30%	429.671	45,78%	389.631	973,10%
.Externas	508.102	92,70%	508.966	54,22%	864	0,17%
TOTAL	**548.142**	**100%**	**938.637**	**100%**	**390.495**	**71,24%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008

Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Observa-se um crescimento de 355,71% nas operações de crédito, no período de 2007 para 2008.

Relativamente às operações de crédito, internas e externas, decorrentes de contratos, serão objeto de análise no tópico "Balanço Patrimonial".

b – Alienações de Bens

Esta receita é proveniente da venda de bens patrimoniais do Estado, conforme segue:

CONSOLIDADO — R$ MIL

Alienação de Bens	2005	2006	2007	2008
Alienação de Bens Imóveis	4.064	12.124	24.105	14.934
Alienação de Bens Móveis	1.209.054	1.610.476	7.416	406.665
TOTAL	1.213.119	1.622.601	31.521	421.599

1.2 – Despesas

Preliminarmente, detalhamos a composição das despesas realizadas:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
DESPESAS CORRENTES	54.691.938	90,49	61.488.866	90,19	64.375.256	89,01	69.855.860	88,09
JUROS E ENC DA DIVIDA	4.890.583	8,09	5.255.266	7,71	5.089.682	7,04	5.947.108	7,50
OUTRAS DESP CORRENTES	27.267.902	45,11	31.063.639	45,56	35.018.990	48,42	41.810.626	52,72
PESSOAL E ENC SOCIAIS	22.533.453	37,30	25.169.960	36,92	24.266.584	33,55	22.098.126	27,87
DESPESAS DE CAPITAL	5.746.410	9,51	6.689.993	9,81	7.949.851	10,99	9.444.799	11,91
AMORTIZACAO DE DIVIDA	936.702	1,55	1.900.126	2,79	1.962.344	2,71	2.147.454	2,71
INVERSOES FINANCEIRAS	3.175.900	5,25	2.886.523	4,23	3.925.829	5,43	4.290.556	5,41
INVESTIMENTOS	1.633.808	2,70	1.903.344	2,79	2.061.678	2,85	3.006.789	3,79
TOTAL	60.438.348	100	68.178.858	100	72.325.107	100	79.300.659	100

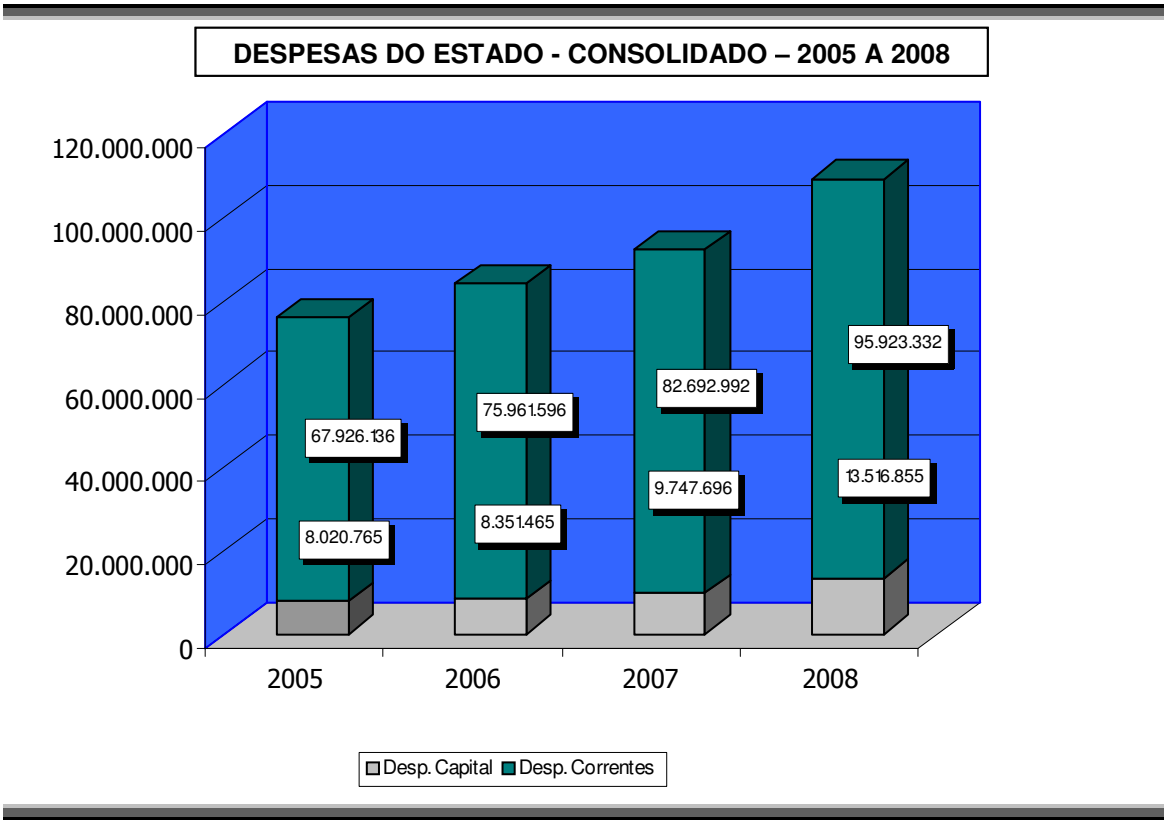
R$ MILHARES

ADM. INDIRETA	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
DESPESAS CORRENTES	13.234.198	85,33	14.472.730	89,70	18.317.736	91,06	26.067.472	86,49
JUROS E ENC DA DIVIDA	75.773	0,49	64.022	0,40	38.639	0,19	32.986	0,11
OUTRAS DESP CORRENTES	4.229.178	27,27	4.496.338	27,87	9.098.456	45,23	18.879.573	62,64
PESSOAL E ENC SOCIAIS	8.929.247	57,58	9.912.371	61,44	9.180.642	45,64	7.154.913	23,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.274.355	14,67	1.661.472	10,30	1.797.845	8,94	4.072.056	13,51
AMORTIZACAO DE DIVIDA	160.389	1,03	104.544	0,65	82.277	0,41	78.242	0,26
INVERSOES FINANCEIRAS	742	0,00	1.433	0,01	3.333	0,02	8.280	0,03
INVESTIMENTOS	2.113.224	13,63	1.555.495	9,64	1.712.236	8,51	3.985.534	13,22
TOTAL	15.508.553	100	16.134.203	100	20.115.581	100	30.139.528	100

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2005	AV%	2006	AV%	2007	AV%	2008	AV%
DESPESAS CORRENTES	67.926.136	89,44	75.961.596	90,09	82.692.992	89,46	95.923.332	87,65
JUROS E ENC DA DIVIDA	4.966.355	6,54	5.319.288	6,31	5.128.321	5,55	5.980.094	5,46
OUTRAS DESP CORRENTES	31.497.080	41,47	35.559.977	42,18	44.117.446	47,73	60.690.198	55,46
PESSOAL E ENC SOCIAIS	31.462.700	41,43	35.082.331	41,61	33.447.226	36,18	29.253.039	26,73
DESPESAS DE CAPITAL	8.020.765	10,56	8.351.465	9,91	9.747.696	10,54	13.516.855	12,35
AMORTIZACAO DE DIVIDA	1.097.091	1,44	2.004.670	2,38	2.044.621	2,21	2.225.696	2,03
INVERSOES FINANCEIRAS	3.176.642	4,18	2.887.956	3,43	3.929.161	4,25	4.298.836	3,93
INVESTIMENTOS	3.747.032	4,93	3.458.839	4,10	3.773.914	4,08	6.992.323	6,39
TOTAL	**75.946.901**	**100**	**84.313.061**	**100**	**92.440.689**	**100**	**109.440.187**	**100**

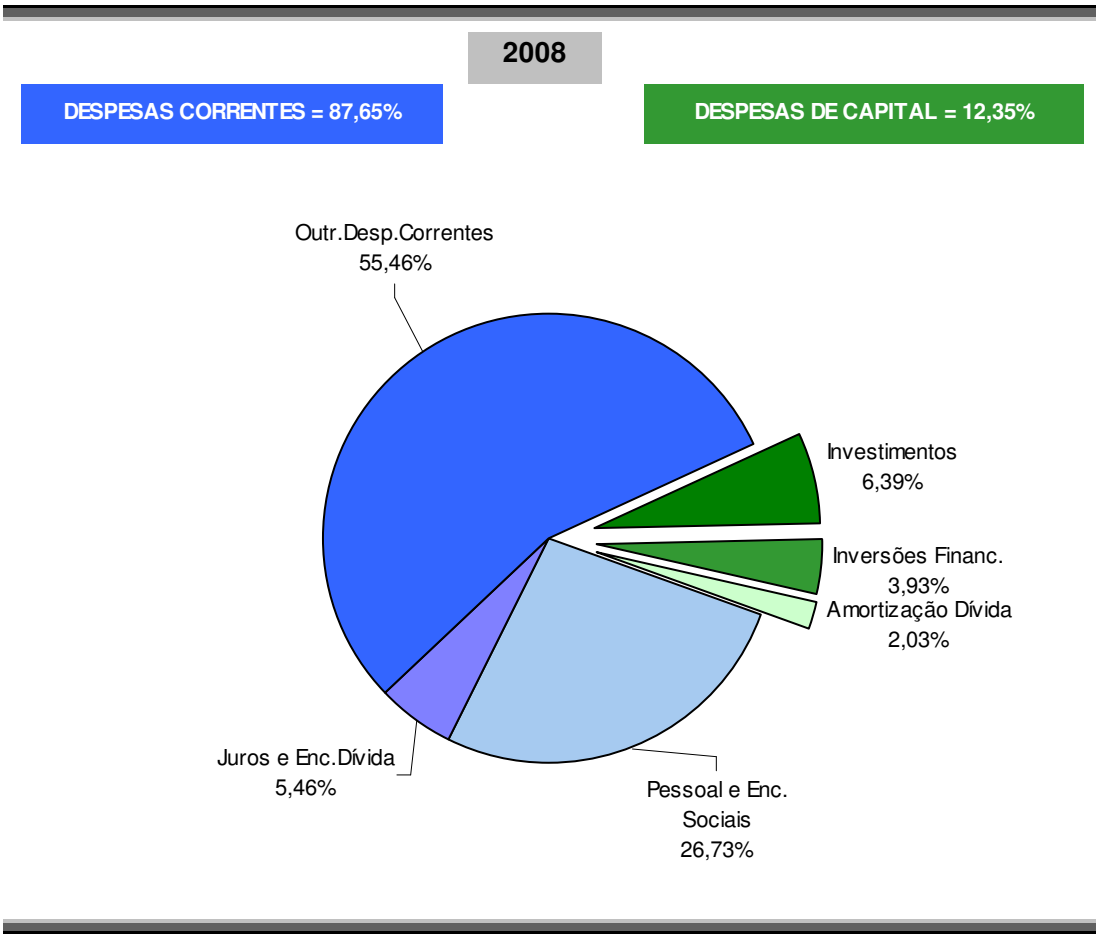
Observa-se um aumento na participação das Despesas de Capital nas despesas totais, ocasionado por um aumento no grupo de Investimentos.



	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
DESPESAS	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.Correntes	59.990.098	91,27%	95.923.332	87,65%	35.933.234	59,90%
.Capital	5.734.735	8,73%	13.516.855	12,35%	7.782.120	135,70%
TOTAL	**65.724.833**	**100%**	**109.440.187**	**100%**	**43.715.354**	**66,51%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

O gráfico a seguir demonstra a composição das despesas consolidadas em 2008:



Evidenciamos, a seguir, as despesas por tipo de Administração:

DESPESAS 2008 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA R$ MIL

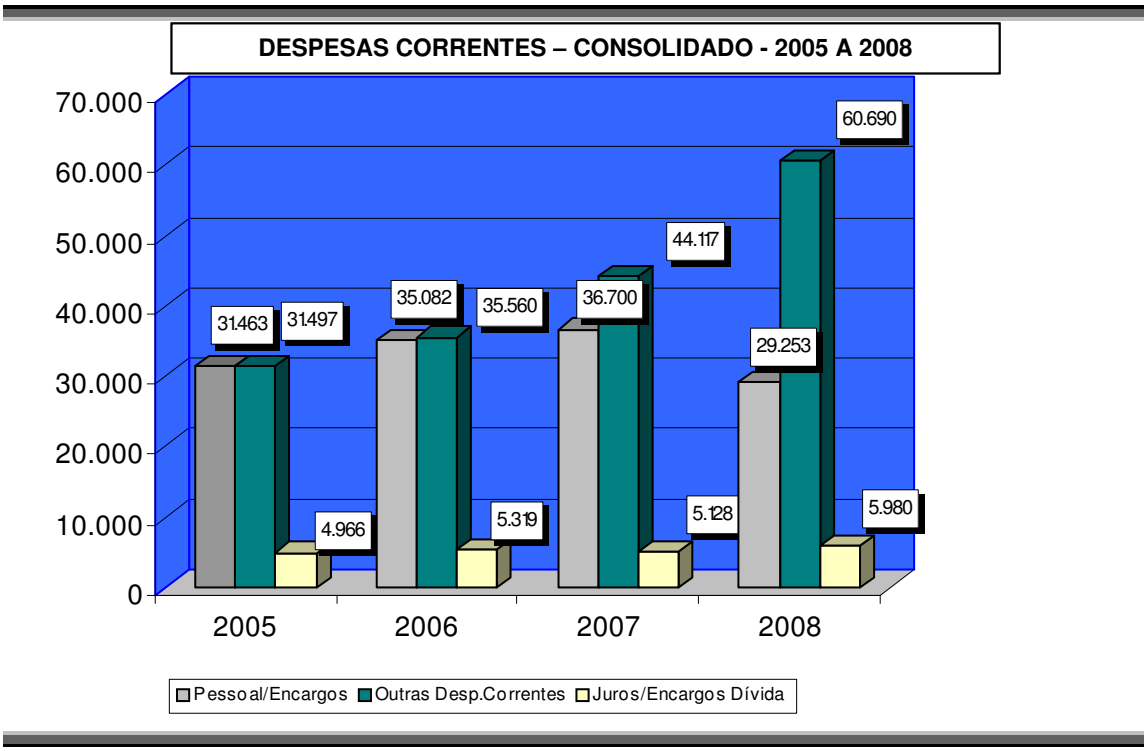
Despesas Correntes	Adm. Direta	AV%	Adm. Indireta	AV%	Total	AV%
.Pessoal e Encargos Sociais	22.098.126	27,87	7.154.913	23,74	29.253.039	26,73
.Juros e Encargos da Dívida	5.947.108	7,50	32.986	0,11	5.980.094	5,46
.Outras Despesas Correntes	41.810.626	52,72	18.879.573	62,64	60.690.199	55,46
sub-total	**69.855.860**	**88,09**	**26.067.472**	**86,49**	**95.923.332**	**87,65**
Despesas de Capital	**Adm. Direta**	**AV%**	**Adm. Indireta**	**AV%**	**Total**	**AV%**
.Investimentos	3.006.789	3,79	3.985.534	13,22	6.992.323	6,39
.Inversões Financeiras	4.290.556	5,41	8.280	0,03	4.298.836	3,93
.Amortização Dívida	2.147.454	2,71	78.242	0,26	2.225.696	2,03
sub-total	**9.444.799**	**11,91**	**4.072.056**	**13,51**	**13.516.855**	**12,35**
Total	**79.300.659**	**100,00**	**30.139.528**	**100,00**	**109.440.187**	**100,00**
% Total Consolidado	**Adm. Direta**	**72,46%**	**Adm. Indireta**	**27,54%**		

Do total apurado, observa-se que 72,46% das despesas foram efetuadas pela Administração Direta e 27,54% pela Administração Indireta.

1.2.1 – Despesas Correntes

A seguir, demonstramos a evolução das Despesas Correntes no período de 2005 a 2008:

(em R$ milhões)



	VARIAÇÃO 2004 - 2008				R$ milhares	
DESPESAS CORRENTES	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.Pessoal / Encargos	28.284.759	47,15%	29.253.039	30,50%	968.280	3,42%
.Juros/Encargos Dívida	4.126.911	6,88%	5.980.094	6,23%	1.853.183	44,90%
.Outr. Despesas Correntes	27.578.427	45,97%	60.690.198	63,27%	33.111.771	120,06%
TOTAL	**59.990.098**	**100%**	**95.923.332**	**100%**	**35.933.234**	**59,90%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

Anotamos que os valores referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões passou a ser efetuado pela SPPREV desde setembro/2007, e foi classificada em Outras Despesas Correntes.

a) Pessoal e Encargos Sociais

Constatamos que o montante das despesas com Pessoal e Encargos totalizou R$ 29.253.039 mil, que correspondeu a 26,73% da despesa total do Estado e a 30,50% das Despesas Correntes.

Verifica-se que os maiores valores foram despendidos, pela ordem, por: Secretaria da Educação,

Secretaria da Segurança Pública, Secretaria de Ensino Superior, Tribunal de Justiça e Secretaria da Saúde.

R$ milhares

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	306.715	324.285	330.540	340.860	1,17
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	226.539	275.900	264.265	257.602	0,88
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	3.297.726	3.662.062	3.637.325	3.444.967	11,78
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	21.674	25.348	26.202	23.927	0,08
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	510	78			0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	7.883.750	8.728.072	8.179.846	6.839.720	23,38
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.234.774	2.489.323	2.573.121	2.596.002	8,87
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	3.428.240	3.815.583	803.412	524.429	1,79
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	72.326	75.472	82.056	89.948	0,31
13000 - SEC. AGRICULTURA/ABASTECIMENTO	182.227	195.132	197.910	223.558	0,76
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	281.723	265.150	226.161	153.047	0,52
17000 - SEC. JUSTICA E DEF DA CIDADANIA	283.492	290.959	299.988	341.791	1,17
18000 - SEC. DA SEGURANCA PUBLICA	5.787.013	6.610.697	6.062.690	4.633.012	15,84
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	4.201.576	4.602.417	3.728.710	1.815.141	6,20
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	384.810	590.666	667.855	732.884	2,51
23000 - SEC. EMPREGO E RELAC TRABALHO	20.449	21.721	15.859	12.138	0,04
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	3.440	6.887	1.133		0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	3.249	3.435	3.340	3.527	0,01
26000 - SEC. DO MEIO AMBIENTE-SMA	215.055	224.739	269.329	283.397	0,97
27000 - MINISTERIO PUBLICO	800.081	941.603	932.820	941.874	3,22
28000 - CASA CIVIL	45.872	56.075	42.834	37.644	0,13
29000 - SEC. ECONOMIA E PLANEJAMENTO	62.349	66.865	70.638	74.001	0,25
35000 - SEC. ASSISTENCIA E DESENV.SOCIAL	16.085	16.514	15.586	15.559	0,05
37000 - SEC. TRANSPORT METROPOLITANOS	303.227	326.093	325.089	376.762	1,29
38000 - SEC. ADM. PENITENCIARIA	574.063	727.140	813.284	901.514	3,08
39000 - SEC. DE SANEAMENTO E ENERGIA	545.848	422.973	227.172	218.851	0,75
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	271.276	294.412	314.739	249.350	0,85
41000 - SEC. DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	8.611	11.843	15.008	16.119	0,06
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		10.887	28.400	59.694	0,20
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			3.266.528	3.873.164	13,24
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			20.570	160.738	0,55
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO			3.208	5.791	0,02
46000 - SEC. DE RELACOES INSTITUCIONAIS			1.609	6.029	0,02
TOTAL	**31.462.699**	**35.082.331**	**33.447.226**	**29.253.039**	**100**

Obs.: excluídas as despesas Intra-Orçamentárias
Fonte: SIGEO
AV - Análise Vertical % – indica o percentual de contribuição de cada linha para o total
AH - Análise Horizontal % - indica a variação percentual existente entre dois períodos

CRIAÇÃO/EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS

Listamos a seguir as principais alterações ocorridas na estrutura organizacional do Poder Executivo:

CRIAÇÃO	Nº SIAFEM	LEGISLAÇÃO
• Criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência	47000	L.C. nº 1.038/08
• Criação da do Serviço Social Autônomo denominado Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – INVESTE SÃO PAULO		Lei nº 13.179/08
Outras entidades (principais alterações)		
• Transferência da Fundação Memorial da América Latina, da Secretaria de Ensino Superior para a Secretaria de Relações Institucionais	46046	Decreto nº52.085/07
• Transferência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, da Secretaria de Desenvolvimento para a Secretaria de Ensino Superior	43047	Decreto nº52.086/07
• Transferência do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, da Secretaria da Saúde para a Secretaria de Gestão Pública	44058	Decreto nº52.747/08
• Transferência da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, da Secretaria de Saneamento e Energia para a Secretaria de Economia e Planejamento	29093	Decreto nº53.357/08

Citamos, também, as seguintes alterações, já mencionadas no exercício anterior:

Criação das secretarias de Gestão Pública, de Comunicação, de Relações Institucionais.

b) Juros e Encargos da Dívida

Detalhando o valor apresentado, temos:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	4.393.292	4.315.951	4.849.643	5.376.875
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	497.291	939.316	240.039	570.233
TOTAL	**4.890.583**	**5.255.266**	**5.089.682**	**5.947.108**

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	71.919	62.265	37.098	31.680
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	3.854	1.757	1.542	1.306
TOTAIS	**75.773**	**64.022**	**38.639**	**32.986**

R$ milhares

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	4.465.211	4.378.216	4.886.741	5.408.556
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	501.145	941.072	241.580	571.539
TOTAL	**4.966.355**	**5.319.288**	**5.128.321**	**5.980.094**

c – Outras Despesas Correntes

Os gastos a este título corresponderam a 55,46% das despesas totais realizadas. Neste grupo detalhamos as seguintes despesas:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2005	2006	2007	2008
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.267.902	31.063.639	35.018.990	41.810.626
APLICACOES DIRETAS	9.612.381	10.965.654	12.574.391	15.067.281
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	38.820	44.197	54.653	74.287
TRANSF.A INST.PRIVADAS S/ FINS LUCRAT	1.938.047	2.160.976	2.436.985	2.976.837
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	15.648.372	17.872.212	19.933.006	23.681.929
TRANSFERENCIAS A UNIAO	4.275	4.827	5.605	6.936
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	26.008	15.772	14.351	3.354

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2005	2006	2007	2008
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.229.178	4.496.338	9.098.456	18.879.573
APLICACOES DIRETAS	4.126.662	4.415.066	8.995.690	18.719.351
TRANSF.A INST.PRIVADAS S/ FINS LUCRAT	101.665	79.749	98.288	159.271
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	852	1.523	2.434	845
TRANSFERENCIAS A UNIAO			2.043	
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR				106

R$ milhares

CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.497.081	35.559.977	44.117.446	60.690.198
APLICACOES DIRETAS	13.739.043	15.380.720	21.570.081	33.786.632
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	38.820	44.197	54.653	74.287
TRANSF.A INST.PRIVADAS S/ FINS LUCRAT	2.039.712	2.240.725	2.535.273	3.136.108
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	15.649.223	17.873.735	19.935.440	23.682.774
TRANSFERENCIAS A UNIAO	4.275	4.827	7.647	6.936
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	26.008	15.772	14.351	3.461

Com relação ao item "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos", evidenciamos a seguir os gastos por Órgão:

R$ milhares

TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2008	AV%
DESPESAS CORRENTES	3.136.108	100%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	166	0,005%
CASA CIVIL	1.077	0,03%
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	1.873	0,06%
SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	60.816	1,94%
SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	25.862	0,82%
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	15.358	0,49%
SECRETARIA DA CULTURA	8.493	0,27%
SECRETARIA DA EDUCACAO	82.566	2,63%
SECRETARIA DA SAUDE	2.768.752	88,29%
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	91.130	2,91%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	26.736	0,85%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	596	0,02%
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	10.551	0,34%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	39.449	1,26%
SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	2.671	0,09%
TRIBUNAL DE JUSTICA	12	0,00%

Destacamos a Secretaria da Saúde, que repassou, no total, 88,29% (R$ 2.768.752 mil) das transferências a instituições sem fins lucrativos.

A seguir, demonstramos a fonte dos recursos para pagamento das "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos":

R$ milhares

FONTE DE RECURSOS	2008	AV%
001 - TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	1.151.313	36,71%
002 - RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	10.326	0,33%
003 - RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESPES	18.371	0,59%
004 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	90.080	2,87%
005 - RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	1.864.853	59,46%
007 - OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	1.166	0,04%
TOTAL	**3.136.108**	**100%**

Continuando, demonstramos a seguir o item "Aplicações Diretas":

R$ milhares

APLICAÇÕES DIRETAS - ADM. DIRETA	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
AUXILIO ALIMENTACAO	24.997	62.639	73.587	97.064	0,64
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	26.929	11.849	12.452	9.110	0,06
CONTRIBUICOES	949.201	1.154.987	1.347.918	2.007.252	13,32
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	278.649	154.694	463.984	109.369	0,73
DIARIAS MILITAR	4.204	4.554	5.718	8.044	0,05
DIARIAS-CIVIL	73.308	90.866	86.751	77.631	0,52
INDENIZACOES E RESTITUICOES	411.435	385.237	481.200	508.584	3,38
MATERIAL DE CONSUMO	1.781.430	2.217.313	2.427.098	2.715.079	18,02
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	4.244	10.506	11.324	17.737	0,12
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	573.383	650.675	713.810	822.394	5,46
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	176.828	279.440	236.181	222.010	1,47
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.555	20.634	19.847	21.874	0,15
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P FISICA	325.786	336.054	351.536	393.521	2,61
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P JURIDICA	3.639.039	3.970.665	4.463.023	5.666.532	37,61
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	59.622	61.037	66.148	185.381	1,23
RESSARC.DE DESP DE PESSOAL REQUISITADO	504	835	16.510	30.447	0,20
SENTENCAS JUDICIAIS	487.414	651.364	825.626	1.167.781	7,75
SERVICOS DE CONSULTORIA	58.874	30.548	22.276	27.665	0,18
SERV LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	185.948	212.432	227.554	290.956	1,93
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	543.031	659.324	721.847	688.849	4,57
TOTAL	**9.612.381**	**10.965.654**	**12.574.391**	**15.067.281**	**100**

R$ milhares

APLICAÇÕES DIRETAS - ADM. INDIRETA	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
APOSENTADORIAS E REFORMAS			2.988.857	9.795.669	52,33
AUXILIO ALIMENTACAO	668	1.605	1.610	3.366	0,02
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	47.261	47.349	54.650	57.549	0,31
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	482.545	522.687	550.760	640.687	3,42
CONTRIBUICOES		34	1.530	66.600	0,36
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	127.849	112.718	70.736	129.581	0,69
DIARIAS MILITAR	2.798	3.029	3.281	3.067	0,02
DIARIAS-CIVIL	24.980	32.384	31.337	34.676	0,19
INDENIZACOES E RESTITUICOES	15.070	16.283	69.891	18.879	0,10
MATERIAL DE CONSUMO	684.859	690.788	685.339	812.072	4,34
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	176	200	267	6.907	0,04
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	121.581	129.269	155.165	158.132	0,84
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	35	33	22	0	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	326	3.747	4.004	1.281	0,01
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P FISICA	83.596	87.901	87.571	99.148	0,53
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P JURIDICA	1.150.680	1.385.359	1.523.689	1.946.759	10,40
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	97.798	108.262	110.484	130.155	0,70
PENSOES			1.078.556	3.229.727	17,25
RESSARC.DE DESP DE PESSOAL REQUISITADO	35.150	44.723	40.526	53.044	0,28
SALARIO FAMILIA				14	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	591.352	504.961	718.858	643.019	3,44
SERVICOS DE CONSULTORIA	117.435	124.373	132.356	141.230	0,75
SERV DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	249.573	278.968	337.384	411.140	2,20
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	292.929	320.391	348.817	336.649	1,80
TOTAL	**4.126.662**	**4.415.066**	**8.995.690**	**18.719.351**	**100**

R$ milhares

APLICAÇÕES DIRETAS - CONSOLIDADO	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
APOSENTADORIAS E REFORMAS			2.988.857	9.795.669	28,99
AUXILIO ALIMENTACAO	25.665	64.244	75.197	100.430	0,30
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	74.190	59.198	67.102	66.660	0,20
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	482.545	522.687	550.760	640.687	1,90
CONTRIBUICOES	949.201	1.155.021	1.349.448	2.073.852	6,14
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	406.498	267.412	534.720	238.950	0,71
DIARIAS MILITAR	7.002	7.583	8.998	11.112	0,03
DIARIAS-CIVIL	98.288	123.250	118.088	112.308	0,33
INDENIZACOES E RESTITUICOES	426.505	401.520	551.091	527.463	1,56
MATERIAL DE CONSUMO	2.466.289	2.908.101	3.112.438	3.527.151	10,44
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	4.419	10.706	11.591	24.644	0,07
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	694.964	779.944	868.975	980.526	2,90
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	176.864	279.473	236.203	222.010	0,66
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.881	24.381	23.851	23.155	0,07
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P. FISICA	409.381	423.956	439.107	492.668	1,46
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P. JURIDICA	4.789.719	5.356.025	5.986.712	7.613.291	22,53
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	157.420	169.299	176.633	315.536	0,93
PENSOES			1.078.556	3.229.727	9,56
RESSARC.DE DESP DE PESSOAL REQUISITADO	35.654	45.559	57.036	83.492	0,25
SALARIO FAMILIA				14	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	1.078.766	1.156.325	1.544.484	1.810.800	5,36
SERVICOS DE CONSULTORIA	176.310	154.921	154.632	168.894	0,50
SERV DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	435.521	491.400	564.938	702.096	2,08
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	835.960	979.714	1.070.664	1.025.498	3,04
TOTAL	**13.739.043**	**15.380.720**	**21.570.081**	**33.786.632**	**100**

c.1.) Remuneração de Serviços

Demonstramos, a seguir, a remuneração de serviços pessoais, no total de R$ 492.668 mil, que, no plano de contas do SIAFEM, tem a denominação "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física", onde se enquadram a prestação de serviços de natureza eventual por pessoa física sem vínculo empregatício.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	415	168	169	201	0,05
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	64	32	6	25	0,01
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	5.898	6.509	7.995	7.752	1,97
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	20	21	18	1	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.330	1.174	1.256	1.350	0,34
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	4.111	5.079	4.228	26.267	6,67
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	39				0,00
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	41.124	8.721	3.315	1.125	0,29
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	3.519	1.820	1.983	2.405	0,61
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1	0	2		0,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	35.834	40.908	48.814	42.237	10,73
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.870	2.045	1.961	2.007	0,51
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	298	299	310	313	0,08
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	35	104	1		0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	510	613	548	478	0,12
27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.397	4.033	4.867	6.215	1,58
28000 - CASA CIVIL	4	7	82	35	0,01
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	172	143	124	1.821	0,46
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	556	537	544	577	0,15
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	348	257	275	384	0,10
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	226.673	213.553	3.935	5.000	1,27
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	1.567	4.037	4.509	4.527	1,15
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		45.994	266.593	290.675	73,87
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			0	4	0,00
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				123	0,03
TOTAL	**325.786**	**336.054**	**351.536**	**393.521**	**100**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	76	19	20	16	0,02
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	9.542	5.667	2.355	1.390	1,40
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	38.816	40.473	7.561	4.874	4,92
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	4.012	5.301	3.269	4.664	4,70
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	4.126	4.591	4.674	2.486	2,51
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	2.392	2.917	2.902	4.709	4,75
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	5	1	2		0,00
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	11				0,00
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	350	544	216	193	0,19
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	3.472	5.162	3.619	3.066	3,09
28000 - CASA CIVIL	15.434	15.333	2.128		0,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.469	1.171	1.204	1.074	1,08
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS		2.280	3.652	3.010	3,04
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	3.836	4.386	5.480	7.070	7,13
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	54	55	52	302	0,31
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			37.909	45.336	45,73
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			12.217	19.930	20,10
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS			312	1.026	1,04
TOTAL	**83.596**	**87.901**	**87.571**	**99.148**	**100**

CONSOLIDADO R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	415	168	169	201	0,04
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	64	32	6	25	0,01
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	5.898	6.509	7.995	7.752	1,57
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	20	21	18	1	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.406	1.193	1.276	1.366	0,28
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	13.653	10.747	6.583	27.656	5,61
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	38.855	40.473	7.561	4.874	0,99
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	45.136	14.021	6.584	5.788	1,17
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	3.519	1.820	1.983	2.405	0,49
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	4.126	4.591	4.674	2.486	0,50
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	2.393	2.917	2.904	4.709	0,96
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	35.839	40.909	48.816	42.237	8,57
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.881	2.045	1.961	2.007	0,41
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	648	843	526	506	0,10
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	35	104	1		0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	3.981	5.775	4.166	3.544	0,72
27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.397	4.033	4.867	6.215	1,26
28000 - CASA CIVIL	15.438	15.339	2.209	35	0,01
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.641	1.315	1.327	2.896	0,59
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	556	537	544	577	0,12
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS		2.280	3.652	3.010	0,61
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	4.184	4.643	5.756	7.453	1,51
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	54	55	52	302	0,06
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	226.673	213.553	3.935	5.000	1,01
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	1.567	4.037	4.509	4.527	0,92
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		45.994	266.593	290.675	59,00
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			37.909	45.339	9,20
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			12.217	19.930	4,05
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS			312	1.026	0,21
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				123	0,02
TOTAL	**409.381**	**423.956**	**439.107**	**492.668**	**100**

Ficam em evidência a Defensoria Pública do Estado com 59%, a Secretaria do Ensino Superior com 9,20%, e a Secretaria da Segurança Pública com 8,57% dos gastos.

Destacamos, ainda, a conta "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica", que apresentou o valor de R$ 7.613.291 mil em 2008, assim composta:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA	2005	2006	2007	2008	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	23.850	36.071	30.581	38.424	0,68
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	8.686	9.325	12.030	17.386	0,31
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	215.177	184.980	253.630	273.384	4,82
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.857	1.631	1.605	702	0,01
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	1.160	178	0		0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	774.247	850.163	1.010.099	1.493.752	26,36
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.068.238	1.139.277	1.290.429	1.485.204	26,21
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	16.485	9.888	10.814	9.862	0,17
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	64.876	167.528	207.373	309.624	5,46
13000 – SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	198.281	180.825	232.083	328.180	5,79
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	2.237	3.119	3.596	3.964	0,07
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	8.977	9.115	2.218	3.701	0,07
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	316.053	355.258	365.876	435.969	7,69
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	159.868	171.132	184.486	240.565	4,25
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	3.688	12.294	19.212	20.280	0,36
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	34.041	42.801	26.313	69.386	1,22
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	1.297	3.014	206	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	1.581	4.016	8.109	12.033	0,21
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	24.845	28.896	32.651	37.504	0,66
27000 - MINISTERIO PUBLICO	16.005	18.657	18.973	22.122	0,39
28000 - CASA CIVIL	511.218	541.329	220.547	29.742	0,52
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	23.071	31.573	26.473	35.492	0,63
35000 - SEC.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	9.019	11.701	13.108	13.111	0,23
37000 – SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1.406	1.608	1.697	1.796	0,03
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	126.955	132.594	131.937	160.889	2,84
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	1.704	2.197	2.306	3.023	0,05
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	16.437	16.287	14.519	24.410	0,43
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	7.780	5.016	4.247	4.899	0,09
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		195	4.920	9.184	0,16
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			1.772	2.474	0,04
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			278.041	486.316	8,58
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO			52.196	82.936	1,46
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS			975	2.512	0,04
47000 - SECR.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				7.706	0,14
TOTAL	**3.639.039**	**3.970.665**	**4.463.023**	**5.666.532**	**100**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	2005	2006	2007	2008	AV%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	7.959	17.735	17.569	20.565	1,06
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	198.993	234.831	234.521	162.932	8,37
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	196.381	243.486	70.990	60.544	3,11
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	60.641	57.420	57.061	65.225	3,35
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	324.519	392.225	462.416	588.016	30,20
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	76.853	98.905	107.780	116.165	5,97
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	8.119	11.545	12.233	18.733	0,96
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	23.172	25.691	26.742	32.392	1,66
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	858	1.025	919	798	0,04
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	23.097	38.060	30.857	35.671	1,83
28000 - CASA CIVIL	6.433	8.467	1.041	0	0,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	11.654	12.749	15.234	19.278	0,99
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	194.854	212.259	245.176	319.149	16,39
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	5.537	6.207	5.469	7.047	0,36
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	11.609	24.755	42.780	60.293	3,10
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			186.346	333.757	17,14
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			5.739	102.848	5,28
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS			814	3.349	0,17
TOTAL	**1.150.680**	**1.385.359**	**1.523.689**	**1.946.759**	**100**

CONSOLIDADO R$ milhares

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	2005	2006	2007	2008	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	23.850	36.071	30.581	38.424	0,50
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	8.686	9.325	12.030	17.386	0,23
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	215.177	184.980	253.630	273.384	3,59
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.857	1.631	1.605	702	0,01
07000 - GABINETE DO GOVERNADOR	1.160	178	0		0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	782.205	867.898	1.027.668	1.514.317	19,89
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.267.231	1.374.108	1.524.950	1.648.136	21,65
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	212.866	253.374	81.804	70.405	0,92
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	125.517	224.948	264.434	374.848	4,92
13000 - SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	198.281	180.825	232.083	328.180	4,31
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	326.756	395.343	466.011	591.981	7,78
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	85.830	108.019	109.998	119.866	1,57
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	324.172	366.803	378.110	454.702	5,97
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	183.040	196.823	211.228	272.956	3,59
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	3.688	12.294	19.212	20.280	0,27
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	34.899	43.825	27.232	70.184	0,92
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	1.297	3.014	206	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	1.581	4.016	8.109	12.033	0,16
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	47.942	66.956	63.508	73.175	0,96
27000 - MINISTERIO PUBLICO	16.005	18.657	18.973	22.122	0,29
28000 - CASA CIVIL	517.651	549.796	221.588	29.742	0,39
29000 - SEC. DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	34.725	44.322	41.707	54.769	0,72
35000 - SEC.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	9.019	11.701	13.108	13.111	0,17
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	196.261	213.867	246.873	320.945	4,22
38000 - SEC. ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	132.492	138.801	137.406	167.936	2,21
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	13.313	26.952	45.086	63.316	0,83
(continua)					

(continuação)					
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	16.437	16.287	14.519	24.410	0,32
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	7.780	5.016	4.247	4.899	0,06
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO		195	4.920	9.184	0,12
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			188.119	336.231	4,42
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA			283.780	589.163	7,74
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO			52.196	82.936	1,09
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS			1.789	5.861	0,08
47000 - SEC.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				7.706	0,10
TOTAL	**4.789.719**	**5.356.025**	**5.986.712**	**7.613.291**	**100**

Destacamos os gastos das secretarias da Saúde (21,65%), Educação (19,89%), Transportes (7,78%), Gestão Pública (7,74%) e Segurança Pública (5,97%).

1.2.2 – Despesas de Capital

Comparativamente aos exercícios anteriores, encontramos a seguinte posição:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — R$ MIL

DESPESAS DE CAPITAL	2005	2006	2007	2008
.Investimentos	1.633.808	1.903.344	2.061.678	3.006.789
.Inversões Financeiras	3.175.900	2.886.523	3.925.829	4.290.556
.Amortização de Dívida	936.702	1.900.126	1.962.344	2.147.454
TOTAL	5.746.410	6.689.993	7.949.852	9.444.799

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — R$ MIL

DESPESAS DE CAPITAL	2005	2006	2007	2008
.Investimentos	2.113.224	1.555.495	1.712.236	3.985.534
.Inversões Financeiras	742	1.433	3.333	8.280
.Amort. de Dívida	160.389	104.544	82.277	78.242
TOTAL	2.274.355	1.661.472	1.797.845	4.072.056

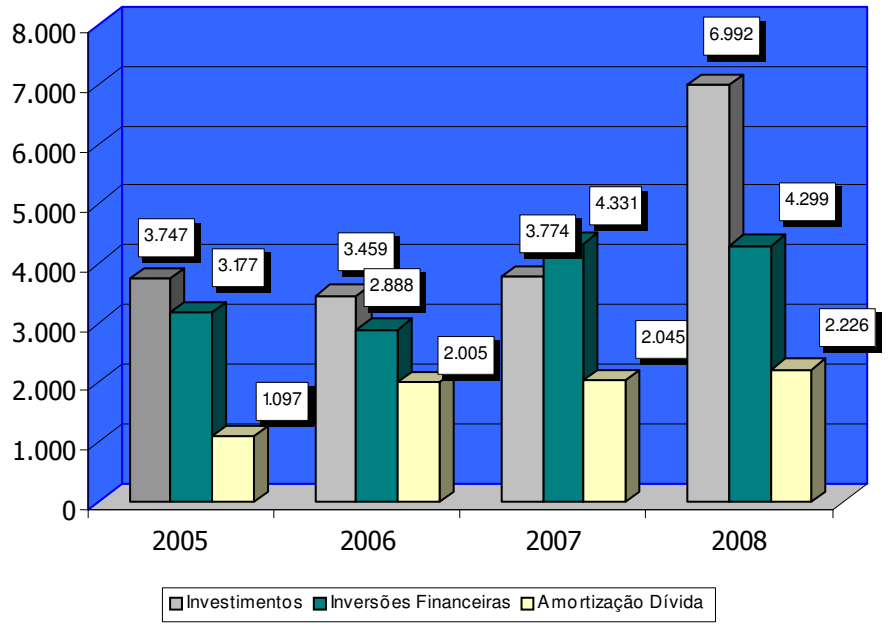
CONSOLIDADO — R$ MIL

DESPESAS DE CAPITAL	2005	2006	2007	2008
.Investimentos	3.747.032	3.458.839	3.773.914	6.992.323
.Inversões Financeiras	3.176.642	2.887.956	3.929.161	4.298.836
.Amort. de Dívida	1.097.091	2.004.670	2.044.621	2.225.696
TOTAL	8.020.765	8.351.465	9.747.696	13.516.855

Observa-se um crescimento de 38,67% nas Despesas de Capital na comparação com o exercício anterior, sendo que o grupo de Investimentos foi o que apresentou maior variação (85,28%).

(Em R$ milhões)

DESPESAS DE CAPITAL –CONSOLIDADO – 2005 A 2008



	VARIAÇÃO 2004 - 2008				(em R$ mil)	
DESPESAS DE CAPITAL	**2004**	**AV%**	**2008**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
.Investimentos	2.460.800	42,91%	6.992.323	51,73%	4.531.523	184,15%
.Inversões Financeiras	2.103.070	36,67%	4.298.836	31,80%	2.195.766	104,41%
.Amortização Dívida	1.170.865	20,42%	2.225.696	16,47%	1.054.831	90,09%
TOTAL	**5.734.735**	**100%**	**13.516.855**	**100%**	**7.782.120**	**135,70%**

Obs.: No quadro das variações, optou-se por manter o exercício 2004 como inicial (base 100) para permitir a comparação de 4 exercícios - 2005, 2006, 2007 e 2008
Variação do IGP-DI de jan/2005 a dez/2008: 23,70%

Considerando-se os grupos que compõem este tipo de despesas, temos:

R$ milhares

DESPESAS DE CAPITAL - 2008	ADM.DIRETA	ADM.INDIRETA	SOMA
AMORTIZACAO DE DIVIDA	*2.147.454*	*78.242*	*2.225.696*
APLICACOES DIRETAS	2.147.454	78.242	2.225.696
PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADA	2.147.454	78.242	2.225.696
INVERSOES FINANCEIRAS	*4.290.556*	*8.280*	*4.298.836*
APLICACOES DIRETAS	4.290.556	8.280	4.298.836
AQUISICAO DE IMOVEIS	112.682	8.200	120.882
AQUISICAO DE PRODUTOS PARA REVENDA		80	80
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	4.177.874		4.177.874
INVESTIMENTOS	*3.006.789*	*3.985.534*	*6.992.323*
APLICACOES DIRETAS	2.014.536	3.955.585	5.970.121
AUXILIOS	141.574	1.900	143.474
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	363	15.703	16.066
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	761.467	593.784	1.355.251
INDENIZACOES E RESTITUICOES	33.711	95.690	129.401
OBRAS E INSTALACOES	825.794	3.150.891	3.976.685
SENTENCAS JUDICIAIS	251.627	97.616	349.243
TRANSF.A INSTIT.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	226.651	200	226.851
AUXILIOS	226.651	200	226.851
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	745.559	29.749	775.308
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.898		45.898
OBRAS E INSTALACOES	699.661	29.749	729.410
TRANSFERENCIAS A UNIAO	20.043		20.043
AUXILIOS	20.043		20.043
TOTAL	**9.444.799**	**4.072.056**	**13.516.855**

Assim, em função do total das Despesas de Capital, temos que os valores mais representativos são referentes à Constituição ou Aumento de Capital de Empresas, Obras e Instalações, e Principal da Dívida Contratual Resgatada.

1.2.3 – Despesas por Órgão

Demonstramos, a seguir, quadro consolidado das despesas correntes realizadas por Órgãos no exercício 2008, segundo os grupos de Despesas:

DESPESAS CORRENTES

R$ milhares

SECRETARIAS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	TIPO ADM. DIRETA/ INDIRETA	31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	340.860		78.860	419.720
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	257.602		31.567	289.169
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	3.444.967		663.660	4.108.627
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	23.927		2.703	26.630
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	6.800.757		4.770.287	11.571.045
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	38.963		26.744	65.706
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	1.877.709	56	6.620.382	8.498.148
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	42.888		109.092	151.980
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	5.314		2.737	8.051
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	33.971		21.863	55.834
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	35.410		23.651	59.061
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	169.857	31	86.106	255.994
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	348.759	56	389.856	738.671
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	I	82.093		94.812	176.906
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	D	37.462	12	19.689	57.164
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	I	429.738		159.365	589.103
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	57.228		60.182	117.411
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	6.651		338.002	344.654
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	83.297		96.709	180.006
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	223.558		424.432	647.990
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	D	15.533		23.214	38.747
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	129.588		941.989	1.071.577
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	7.926		19.315	27.240
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I			98.184	98.184
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	5.182		30.400	35.582
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	16.447		6.589	23.036
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	22.970		15.895	38.865
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOLESC.-FUND.CASA-SP	I	262.678		252.475	515.153
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	3.247		8.133	11.380
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	31.267		18.626	49.892
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	4.631.130		1.090.119	5.721.249
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	1.882		323.087	324.969
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.297.165		319.807	1.616.972
20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	I	7		1	8
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	I	12.893		170.157	183.050
20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	I	420.700		18.001	438.701
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	I	14		0	14
20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	I	82.219		1.907	84.126
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	2.143		13.031.021	13.033.164
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	732.884	5.947.040	23.507.522	30.187.447
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	10.246		136.833	147.079
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	I	568		849	1.418
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	1.324		992	2.315
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	3.527		24.065	27.592
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	D	64.499		72.380	136.880
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	14.564		37.666	52.230
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	9.859		11.628	21.487
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	I	194.475		70.859	265.333
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	941.874		74.533	1.016.408
28000 - CASA CIVIL	D	37.644		59.722	97.366
(continua)					

(continuação)					
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	D	8.508		58.190	66.698
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	20.152		9.460	29.612
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	29.064		9.619	38.682
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	1.229		1.135	2.364
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	933		4.442	5.375
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	14.115		10.196	24.310
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	D	15.559		321.112	336.671
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	4.125		223.270	227.394
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	372.637	4.793	752.520	1.129.951
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	883.063		526.078	1.409.140
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	18.451		24.071	42.522
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	D	90.906		25.891	116.796
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	124.143	26.103	90.720	240.966
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	3.803		9.452	13.255
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	249.350		1.225.893	1.475.243
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	D	16.119		81.793	97.911
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	59.694		351.809	411.503
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	D	1.697		96.267	97.963
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	25.631		645.785	671.417
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	2.081.890		521.688	2.603.579
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	976.022	8	213.258	1.189.288
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	730.946	1.952	245.409	978.308
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	30.910		10.677	41.586
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	26.067		2.824	28.891
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	8.865		506.887	515.752
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	22.210		42.986	65.196
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	129.664	42	178.035	307.742
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	5.791		87.875	93.667
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	1.270		8.531	9.801
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	4.759		8.805	13.564
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D			8.851	8.851
TOTAL		**29.253.039**	**5.980.094**	**60.690.198**	**95.923.332**

A seguir, demonstramos as despesas de Capital, considerando os Grupos de despesas:

DESPESAS DE CAPITAL

R$ milhares

SECRETARIAS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	TIPO ADM. DIRETA/ INDIRETA	44 – INVESTI-MENTOS	45 – INVER-SOES FINANCEI-RAS	46 – AMORTI-ZACAO DE DIVIDA	TOTAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	16.348			16.348
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	4.739	0		4.739
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	18.164			18.164
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	462			462
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	299.489	0		299.489
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	7.100			7.100
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	413.101	77.134	368	490.604
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	67.523			67.523
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	70			70
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	1.423			1.423
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	2.555			2.555
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	3.348		204	3.552
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	22.169		370	22.539
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	I	30			30
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	D	21.129	0	117	21.246
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	I	136.869			136.869
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	26.668			26.668
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	24.773			24.773
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	12.081			12.081
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	22.831	0		22.831
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	D	1.824	606.617		608.441
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	2.844.566			2.844.566
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	20.127			20.127
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	17			17
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	44.400			44.400
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	804			804
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	1.885			1.885
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOLESC.-FUND.CASA-SP	I	41.202			41.202
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	168			168
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	5.926			5.926
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	284.494			284.494
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	185			185
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	49.699	751.980		801.679
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	I	292	160	0	452
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	11			11
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D		2.988	2.146.968	2.149.957
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	2.935			2.935
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	I	0			0
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	6	80		86
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	133.663	547.117		680.780
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	D	83.027	0		83.027
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	2.283			2.283
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	2.009			2.009
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	I	8.024			8.024
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	11.097	23.249		34.346
28000 - CASA CIVIL	D	24.419	0		24.419
(continua)					

(continuação)					
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	D	587.935	8.351		596.287
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	322			322
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	454			454
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	37			37
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	1.931			1.931
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	21.286			21.286
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	D	44.397			44.397
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	492.126	2.272.160		2.764.285
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	443.407		31.119	474.525
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	97.346			97.346
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	786			786
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	D	56.340	0		56.340
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	96.872	0	43.088	139.960
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	238			238
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	254.844	960		255.804
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	D	13.601			13.601
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	2.435			2.435
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	D	82			82
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	2.879			2.879
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	99.114			99.114
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	23.349		51	23.400
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	76.369	8.040	3.136	87.545
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	1.377			1.377
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	1.682			1.682
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	629	0		629
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	633			633
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	7.422		274	7.695
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	30			30
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	257			257
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	35			35
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	170			170
TOTAL		**6.992.323**	**4.298.836**	**2.225.696**	**13.516.855**

O quadro seguinte demonstra as despesas consolidadas por Órgão e por Categoria de Despesa, no exercício 2008:

CONSOLIDADO - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL R$ milhares

SECRETARIAS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	TIPO ADM. DIRETA/ INDIRETA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	419.720	16.348	436.068	0,40
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	289.169	4.739	293.908	0,27
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	4.108.627	18.164	4.126.791	3,77
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	26.630	462	27.092	0,02
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	11.571.045	299.489	11.870.534	10,85
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	65.706	7.100	72.806	0,07
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	8.498.148	490.604	8.988.751	8,21
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	151.980	67.523	219.503	0,20
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	8.051	70	8.121	0,01
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	55.834	1.423	57.257	0,05
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	59.061	2.555	61.616	0,06
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	255.994	3.552	259.546	0,24
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	738.671	22.539	761.210	0,70
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	I	176.906	30	176.936	0,16
(continua)					

(continuação)					
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	D	57.164	21.246	78.410	0,07
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	I	589.103	136.869	725.972	0,66
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	117.411	26.668	144.079	0,13
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	344.654	24.773	369.426	0,34
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	180.006	12.081	192.086	0,18
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	647.990	22.831	670.822	0,61
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	D	38.747	608.441	647.188	0,59
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	1.071.577	2.844.566	3.916.143	3,58
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	27.240	20.127	47.367	0,04
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	98.184	17	98.201	0,09
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	35.582	44.400	79.982	0,07
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	23.036	804	23.840	0,02
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	38.865	1.885	40.751	0,04
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOLESC.-FUND.CASA-SP	I	515.153	41.202	556.355	0,51
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	11.380	168	11.548	0,01
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	49.892	5.926	55.819	0,05
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	5.721.249	284.494	6.005.743	5,49
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	324.969	185	325.154	0,30
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.616.972	801.679	2.418.651	2,21
20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	I	8		8	0,00
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	I	183.050	452	183.502	0,17
20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	I	438.701		438.701	0,40
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	I	14		14	0,00
20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	I	84.126		84.126	0,08
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	13.033.164	11	13.033.174	11,91
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	30.187.447	2.149.957	32.337.403	29,55
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	147.079	2.935	150.014	0,14
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	I	1.418	0	1.418	0,00
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	I	2.315	86	2.401	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	27.592	680.780	708.373	0,65
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	D	136.880	83.027	219.907	0,20
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	52.230	2.283	54.513	0,05
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	21.487	2.009	23.495	0,02
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	I	265.333	8.024	273.357	0,25
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	1.016.408	34.346	1.050.754	0,96
28000 - CASA CIVIL	D	97.366	24.419	121.785	0,11
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	D	66.698	596.287	662.985	0,61
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	29.612	322	29.934	0,03
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	38.682	454	39.137	0,04
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	2.364	37	2.401	0,00
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	I	5.375	1.931	7.307	0,01
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	I	24.310	21.286	45.597	0,04
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	D	336.671	44.397	381.067	0,35
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	227.394	2.764.285	2.991.680	2,73
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	1.129.951	474.525	1.604.476	1,47
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	1.409.140	97.346	1.506.487	1,38
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	42.522	786	43.308	0,04
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	D	116.796	56.340	173.136	0,16
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	240.966	139.960	380.926	0,35
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	13.255	238	13.492	0,01
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	1.475.243	255.804	1.731.047	1,58
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	D	97.911	13.601	111.513	0,10
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	411.503	2.435	413.938	0,38
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	D	97.963	82	98.046	0,09
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	I	671.417	2.879	674.295	0,62
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	2.603.579	99.114	2.702.693	2,47
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	I	1.189.288	23.400	1.212.688	1,11
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	I	978.308	87.545	1.065.853	0,97
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	I	41.586	1.377	42.963	0,04
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	I	28.891	1.682	30.574	0,03
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	515.752	629	516.381	0,47
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	65.196	633	65.829	0,06
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	307.742	7.695	315.437	0,29
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	D	93.667	30	93.696	0,09
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	D	9.801	257	10.058	0,01
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	13.564	35	13.598	0,01
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	8.851	170	9.021	0,01
TOTAL		**95.923.332**	**13.516.855**	**109.440.186**	**100**

Verifica-se que os maiores valores estão consignados na Administração Geral do Estado, com 29,55% do total das Despesas.

Isto se deve, principalmente, às transferências aos municípios, e às amortizações, juros e encargos da dívida.

Continuando, se distribuídas por funções, as despesas realizadas ficam assim distribuídas:

ADM. DIRETA R$ milhares

FUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
ADMINISTRAÇÃO	1.944.259	1.927.848	2.009.762	2.426.468	3,06
AGRICULTURA	278.102	280.377	325.454	482.762	0,61
ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.334	491.981	509.579	408.199	0,51
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	142.785	144.465	155.809	47.047	0,06
COMÉRCIO E SERVIÇOS	334.085	406.229	824.536	977.418	1,23
COMUNICAÇÕES				88.172	0,11
CULTURA	155.714	210.278	290.769	371.049	0,47
DESPORTO E LAZER	73.469	75.650	84.176	111.513	0,14
DIREITOS DA CIDADANIA	1.090.002	1.256.363	1.520.284	1.565.104	1,97
EDUCAÇÃO	11.097.131	12.444.952	12.261.770	12.183.749	15,36
ENCARGOS ESPECIAIS	21.491.854	24.895.168	27.042.326	31.646.997	39,91
ENERGIA	451.660	1.479.589	8.447	194	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	730.037	857.477	937.952	3.195.739	4,03
GESTÃO AMBIENTAL	190.270	225.421	209.962	219.907	0,28
HABITAÇÃO	765.262	573.949	643.848	708.373	0,89
INDÚSTRIA	1.187	579	382		0,00
JUDICIÁRIA	5.150.707	5.791.061	6.134.206	4.153.884	5,24
LEGISLATIVA	623.260	712.504	695.698	729.976	0,92
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0				0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	326.944	536.582	619.712	695.385	0,88
SANEAMENTO	90.044	12.020	97.595	169.459	0,21
SAÚDE	6.571.351	7.430.485	8.094.673	9.344.426	11,78
SEGURANCA PUBLICA	6.220.424	7.116.372	6.856.650	6.031.787	7,61
TRABALHO	193.742	150.368	96.755	150.014	0,19
TRANSPORTE	2.157.952	1.157.223	2.901.161	3.593.038	4,53
URBANISMO	1.772	1.916	3.600	0	0,00
TOTAL	**60.438.348**	**68.178.858**	**72.325.107**	**79.300.659**	**100**

ADM. INDIRETA R$ milhares

FUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	AV%
ADMINISTRAÇÃO	1.252.536	1.402.672	4.161.375	448.513	1,49
ASSISTÊNCIA SOCIAL	251.252	222.311	221.560	3.439	0,01
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	624.295	666.501	698.643	144.079	0,48
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.529	17.936	20.516	0	0,00
CULTURA	167.253	162.046	178.359	205.685	0,68
DIREITOS DA CIDADANIA	97.944	336.871	415.064	663.086	2,20
EDUCAÇÃO	4.136.304	4.395.679	4.733.124	5.882.953	19,52
ENERGIA	12.432	14.965	15.390	7.360	0,02
GESTÃO AMBIENTAL	633.855	387.234	384.923	463.112	1,54
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	37.312	47.765	47.277	40.656	0,13
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.068.785	3.448.761	3.813.402	13.813.026	45,83
SANEAMENTO	31	2.674	868	161.083	0,53
SAÚDE	1.894.882	2.032.498	2.127.439	2.636.530	8,75
TRABALHO	6.758	4.694	3.889	3.819	0,01
TRANSPORTE	3.307.509	2.990.498	3.292.921	5.666.187	18,80
URBANISMO	1.875	1.096	832	0	0,00
TOTAL	**15.508.553**	**16.134.203**	**20.115.581**	**30.139.528**	**100**

CONSOLIDADO R$ milhares

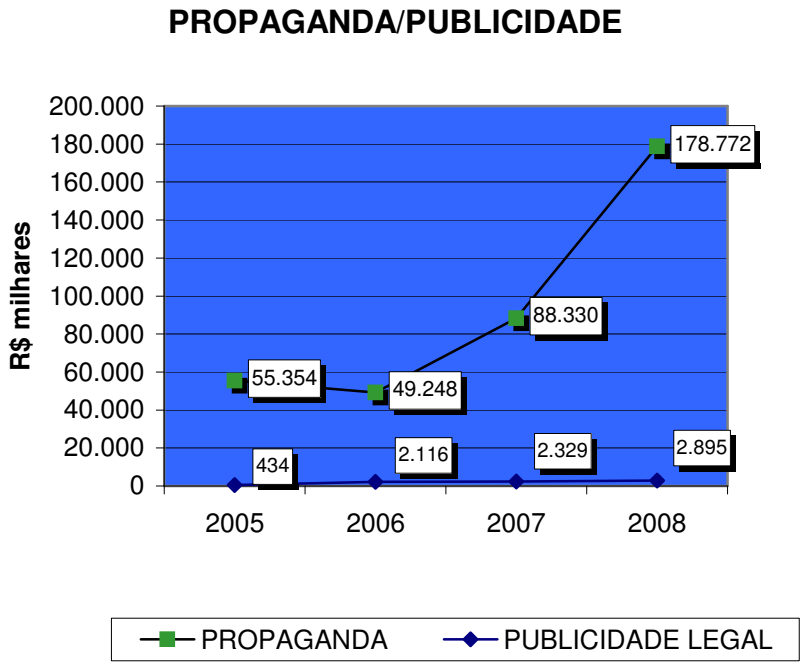
FUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	AV%
ADMINISTRAÇÃO	3.196.795	3.330.520	6.171.137	2.874.981	2,63
AGRICULTURA	278.102	280.377	325.454	482.762	0,44
ASSISTÊNCIA SOCIAL	607.586	714.292	731.139	411.638	0,38
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	767.080	810.966	854.452	191.126	0,17
COMÉRCIO E SERVIÇOS	349.615	424.165	845.052	977.418	0,89
COMUNICAÇÕES				88.172	0,08
CULTURA	322.967	372.325	469.128	576.734	0,53
DESPORTO E LAZER	73.469	75.650	84.176	111.513	0,10
DIREITOS DA CIDADANIA	1.187.946	1.593.234	1.935.348	2.228.190	2,04
EDUCAÇÃO	15.233.436	16.840.632	16.994.895	18.066.702	16,51
ENCARGOS ESPECIAIS	21.491.854	24.895.168	27.042.326	31.646.997	28,92
ENERGIA	464.092	1.494.554	23.837	7.554	0,01
ESSENCIAL À JUSTIÇA	730.037	857.477	937.952	3.195.739	2,92
GESTÃO AMBIENTAL	824.125	612.654	594.885	683.019	0,62
HABITAÇÃO	765.262	573.949	643.848	708.373	0,65
INDÚSTRIA	1.187	579	382		0,00
JUDICIÁRIA	5.150.707	5.791.061	6.134.206	4.153.884	3,80
LEGISLATIVA	623.260	712.504	695.698	729.976	0,67
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	37.312	47.765	47.277	40.656	0,04
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.395.730	3.985.343	4.433.114	14.508.410	13,26
SANEAMENTO	90.075	14.694	98.463	330.542	0,30
SAÚDE	8.466.233	9.462.984	10.222.112	11.980.956	10,95
SEGURANCA PUBLICA	6.220.424	7.116.372	6.856.650	6.031.787	5,51
TRABALHO	200.500	155.061	100.643	153.833	0,14
TRANSPORTE	5.465.461	4.147.721	6.194.082	9.259.225	8,46
URBANISMO	3.647	3.012	4.432	0	0,00
TOTAL	**75.946.901**	**84.313.061**	**92.440.689**	**109.440.186**	**100**

Afora os Encargos Especiais, que se compõem principalmente de Transferências Financeiras a Municípios e ao Pagamento da Dívida Pública, os maiores gastos foram nas funções Educação (16,51%), Previdência Social (13,26%), Saúde (10,95%), Transporte (8,46%) e Segurança Pública (5,51%).

1.2.4 – Propaganda/Publicidade

R$ milhares

ITEM	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	55.354	49.248	88.330	178.772	98,41
ADM. DIRETA	52.027	46.804	84.970	168.438	92,72
ADM. INDIRETA	3.327	2.444	3.360	10.334	5,69
PUBLICIDADE LEGAL	434	2.116	2.329	2.895	1,59
ADM. DIRETA	112	143	164	167	0,09
ADM. INDIRETA	322	1.973	2.165	2.727	1,50
SOMA	**55.788**	**51.363**	**90.659**	**181.667**	**100**
Variação % sobre o ano anterior	8,40%	-7,93%	76,51%	100,38%	



O total do dispêndio a título de propaganda/publicidade e publicidade legal, no exercício em exame, importou em R$ 181.667 mil, correspondendo a um acréscimo da ordem de 100,38% em relação aos gastos do exercício anterior, que importaram em R$ 90.659 mil.

Os gastos com Publicidade Legal corresponderam a R$ 2.895 mil, ou 1,59% do total.

Assim, tendo em vista que os gastos com Propaganda corresponderam a 98,41% do total, discriminaremos a seguir os valores por órgão:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R$ milhares

PROPAGANDA E PUBLICIDADE	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	6.065	8.459	11.715	14.085	8,36
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA		98	700	278	0,17
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR		1	2		0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.942	4	3.836	20.013	11,88
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.014	4.233	4.371	25.212	14,97
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	18		94		0,00
12000 - SECRETARIA DA CULTURA				506	0,30
13000 – SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	18	29	19	5.027	2,98
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES		1			0,00
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA			55	0	0,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	85	258	18	254	0,15
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA				20.000	11,87
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO				3	0,00
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	3	52			0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	7	7	148	1.030	0,61
27000 - MINISTERIO PUBLICO	0	0			0,00
28000 - CASA CIVIL	41.565	33.654	11.832	1	0,00
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL				2	0,00
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	6				0,00
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1	1	4	4	0,00
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	2			19	0,01
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	302	6	8	0	0,00
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO			52.168	82.000	48,68
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				4	0,00
TOTAL	**52.027**	**46.804**	**84.970**	**168.438**	**100**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

R$ milhares

PROPAGANDA E PUBLICIDADE	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	172	249	269	161	1,56
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	39	27	0	37	0,35
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	0	1.279	324	0	0,00
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	763	822	2.638	1.869	18,09
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA		10	17	5	0,04
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	0			42	0,40
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	11	11	2	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	0	13	6	7	0,07
28000 - CASA CIVIL	30	8			0,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO				11	0,10
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	2.294	21	16	8.118	78,56
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	17	3	42	57	0,55
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			47	27	0,26
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA				2	0,02
TOTAL	**3.327**	**2.444**	**3.360**	**10.334**	**100**

CONSOLIDADO R$ milhares

PROPAGANDA/PUBLICIDADE	2005	2006	2007	2008	AV% 2008
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	6.065	8.459	11.715	14.085	7,88
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA		98	700	278	0,16
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR		1	2		0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.942	4	3.836	20.013	11,19
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.186	4.482	4.640	25.373	14,19
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	56	27	94	37	0,02
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	0	1.279	324	506	0,28
13000 – SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	18	29	19	5.027	2,81
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	763	823	2.638	1.869	1,05
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA		10	72	5	0,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	85	258	18	295	0,17
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	11	11	2	20.000	11,19
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO				3	0,00
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	3	52			0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	8	20	154	1.038	0,58
28000 - CASA CIVIL	41.595	33.662	11.832	1	0,00
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO				11	0,01
35000 - SEC.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL				2	0,00
37000 – SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	2.300	21	16	8.118	4,54
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1	1	4	4	0,00
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	19	3	42	76	0,04
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	302	6	8	0	0,00
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR			47	27	0,01
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA				2	0,00
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO			52.168	82.000	45,87
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA				4	0,00
TOTAL	**55.354**	**49.248**	**88.330**	**178.772**	**100**

Com relação aos gastos com Propaganda, observa-se um aumento de 102,39% de 2007 para 2008.

Os maiores dispêndios em 2008 (valores Liquidados) foram nas secretarias de Comunicação (45,87%), da Saúde (14,19%), da Educação (11,19%), e da Fazenda (11,19%).

1.3 – Créditos Adicionais

Conforme disposições legais, inclusive a Lei Orçamentária n.º 12.788, de 27 de dezembro de 2.007, foram abertos, no exercício, Créditos Adicionais no montante de R$ 16.896.749 mil, correspondendo a 15,79% do total da despesa fixada.

Informamos que o artigo 8º da Lei Orçamentária regulamentou a abertura de créditos suplementares no exercício em análise.

Demonstrativo dos créditos adicionais, para cada Órgão (suplementações - reduções):

PODERES/ÓRGÃOS	Dotação Inicial	Suplementação por Decreto	Suplementação Automática	Crédito Especial	Redução por Decreto (-)	Dotação Atualizada
0 - PODER EXECUTIVO (ADM. DIRETA)	72.834.891	12.091.219	4.149.115	658	4.589.372	84.486.511
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	13.396.140	2.569.674	108.279	0	478.569	15.595.523
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	7.702.474	1.075.510	786.282	0	157.558	9.406.708
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	165.112	45.917	7.915	0	16.350	202.595
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	365.944	105.496	650	0	61.869	410.220
13000 - SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	779.446	170.683	11.039	0	43.387	917.780
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	242.971	474.492	10.062	0	61.150	666.374
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	126.394	30.123	2.048	0	6.585	151.979
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	8.417.703	2.127.105	44.169	0	1.567.127	9.021.850
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	2.146.487	1.446.486	19.970	0	176.183	3.436.760
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	29.046.129	1.320.500	3.030.212	0	690.337	32.706.505
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	211.392	34.138	4.578	0	37.552	212.555
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	858.318	47.836	0	0	42.903	863.251
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	316.129	65.621	6.355	0	50.447	337.658
28000 - CASA CIVIL	124.845	29.380	700	0	8.355	146.570
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	729.376	143.850	0	0	156.044	717.181
35000 - SEC.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	410.007	47.307	196	0	21.032	436.478
37000 - SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.050.095	1.446.306	0	0	852.360	3.644.041
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1.877.872	139.903	9.479	0	97.804	1.929.449
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	324.820	26.334	0	0	9.640	341.514
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.293.007	653.827	19.400	0	9.400	1.956.835
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	98.842	35.936	15.124	0	18.795	131.108
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	354.469	12.027	71.119	0	2.359	435.256
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	90.632	19.668	0	0	10.155	100.145
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	593.286	8.833	0	0	5.282	596.837
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	97.303	1.777	0	0	610	98.470
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	10.699	1.422	1.539	0	1.155	12.505
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	0	11.070	0	658	1.500	10.228
99000 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000	0	0	0	4.865	135
1 - PODER LEGISLATIVO	760.534	246.316	2.650	0	39.460	970.041
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	441.251	168.198	0	0	39.460	569.989
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	319.284	78.118	2.650	0	0	400.052
2 - PODER JUDICIARIO	4.687.737	249.479	106.419	0	13.637	5.029.998
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	4.654.286	246.939	106.419	0	12.940	4.994.704
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	33.451	2.540	0	0	697	35.293
3 - MINISTERIO PUBLICO	1.191.485	62.899	4.759	0	39.589	1.219.553
27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.191.485	62.899	4.759	0	39.589	1.219.553
TOTAL DA ADM. DIRETA	**79.474.647**	**12.649.914**	**4.262.942**	**658**	**4.682.059**	**91.706.102**
TOTAL DA ADM. INDIRETA (vide página seguinte)	**27.529.185**	**4.390.929**	**2.344.607**	**0**	**2.070.242**	**32.194.479**
TOTAL CONSOLIDADO	**107.003.832**	**17.040.843**	**6.607.549**	**658**	**6.752.301**	**123.900.582**

ENTIDADES/ UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Suplementação por Decreto	Suplementação Automática	Crédito Especial	Redução por Decreto (-)	Dotação Atualizada
03 - AUTARQUIA	23.151.172	4.016.724	2.059.066	0	1.551.231	27.675.730
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	62.539	1.271	5.233	0	614	68.429
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	198.604	22.001	39.979	0	25	260.559
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	726.743	59.375	8.371	0	8.315	786.174
09058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSP	412.048	0	0	0	234.570	177.478
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETPS	678.516	98.062	9.361	0	38.017	747.922
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	2.641.059	1.817.139	233.000	0	331.758	4.359.441
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	49.185	758	3.983	0	755	53.171
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	103.570	0	15.670	0	0	119.240
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	14.765	241	0	0	238	14.768
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	62.924	7.140	0	0	7.140	62.924
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	301.415	3.599	22.757	0	353	327.418
20055 - BOLSA OFICIAL DE CAFE E MERCADORIAS DE SANTO	11	0	0	0	0	11
20058 - INST. DE PREVIDENCIA DO EST.DE S.PAULO-IPESP	204.698	17.499	0	0	4.526	217.671
20059 - CART.PREV.SERV.NAO OFICIALIZ.JUSTICA ESTADO	376.967	0	65.000	0	0	441.967
20060 - CART.PREVIDENCIA DOS ECONOMISTAS DE SAO PAUL	14	0	0	0	0	14
20061 - CARTEIRA DE PREVID.DOS ADVOGADOS DE S.PAULO	169.626	0	7.800	0	0	177.426
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	11.673.657	3.866	1.373.446	0	0	13.050.969
23055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL COMUNID.-SUTACO	3.312	0	281	0	0	3.593
29055 - AGENCIA METROPOLIT.DA BAIXADA SANTISTA-AGEM	3.083	733	0	0	25	3.791
29056 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP	7.462	533	16	0	27	7.984
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	395.131	29.727	34.199	0	17.761	441.296
39056 - AGENCIA REGUL.SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	28.744	0	16.400	0	0	45.144
43058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	2.662.391	798.933	7.271	0	392.334	3.076.261
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	1.092.905	401.192	107.129	0	225.912	1.375.314
43061 - UNIV.EST.PAULISTA JULIO MESQ.FILHO-UNESP	1.208.294	475.945	42.850	0	288.347	1.438.742
43065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA - FAMEMA	44.649	76	710	0	76	45.359
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	28.859	2.106	968	0	440	31.493
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	0	276.530	64.641	0	0	341.171

(continua na página seguinte)

(continuação)

ENTIDADES/ UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Suplementação por Decreto	Suplementação Automática	Crédito Especial	Redução por Decreto (-)	Dotação Atualizada
04 - FUNDAÇÃO	2.064.641	252.891	170.061	0	62.933	2.424.660
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	55.514	0	25.410	0	215	80.709
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	180.027	69.051	6.100	0	10.900	244.279
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	8.117	330	986	0	330	9.102
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	49.363	7.300	4.556	0	1.000	60.219
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	173.876	11.260	8.157	0	0	193.292
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	25.811	1.803	14.400	0	0	42.014
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	45.944	3.564	8.982	0	969	57.520
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIO-EDUC.ADOLESC.-FUND.CASA-SP	611.646	47.009	419	0	46.401	612.672
23045 - FUND.CENT.EDUC.REC.E ESPORTIVO TRAB.-CERET	2.038	0	0	0	0	2.038
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	52.742	0	19.030	0	100	71.672
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	22.392	100	6.002	0	100	28.395
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	31.388	2.169	1.500	0	2.169	32.888
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	40.785	2.164	4.076	0	541	46.483
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	42.074	1.402	9.829	0	152	53.153
43047 - FUND.DE AMPARO A PESQUISA DO EST.S.P.-FAPESP	653.724	100.490	48.426	0	0	802.641
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	55.933	6.201	11.500	0	8	73.626
46046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	13.267	49	690	0	49	13.957
05 - EMPRESA ECONOMIA MISTA-DEPENDENTE	2.313.372	121.315	115.480	0	456.077	2.094.090
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	120.004	25.158	2.000	0	470	146.693
26097 - CIA.DE TECNOL.SANEAMENTO AMBIENTAL-CETESB	264.306	0	23.718	0	0	288.024
29090 - EMP.PAULISTA DE PLANEJ.METROP.S.A.-EMPLASA	21.183	26.356	1.100	0	0	48.639
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	1.907.879	69.800	88.662	0	455.607	1.610.734

TOTAL SUPLEMENTADO - 2008					R$ milhares
ADMINISTRAÇÃO	Suplementação por Decreto	Suplementação automática	Crédito Especial	Redução por Decreto	Total
.Direta	12.649.914	4.262.942	658	4.682.059	12.231.455
.Indireta	4.390.929	2.344.607	0	2.070.242	4.665.294
TOTAL	17.040.843	6.607.549	658	6.752.301	16.896.749

RESUMO				R$ milhares
Itens	2005	2006	2007	2008
Dotação Inicial	70.260.551	81.536.488	85.191.458	107.003.832
.Suplementação por Decreto	6.862.795	5.581.181	15.489.278	17.040.843
.Suplementação Automática	3.525.773	3.248.675	7.573.143	6.607.549
.Crédito Especial	173.000	11.300	100	658
.Redução	-3.070.580	-2.266.461	-9.394.736	-6.752.301
Dotação Atualizada	77.751.539	88.111.183	98.859.243	123.900.581
Total Suplementado	7.490.988	6.574.695	13.667.785	16.896.749
% da Dotação Inicial	10,66%	8,06%	16,04%	15,79%

VARIAÇÃO 2004 - 2008 (R$ milhares)

CRÉDITO SUPLEMENTAR	2004	AV%	2008	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
.Suplementação por Decreto	4.931.471	85,30%	17.040.843	100,85%	12.109.372	245,55%
.Suplementação Automática	3.160.002	54,66%	6.607.549	39,11%	3.447.547	109,10%
.Crédito Especial	0	0,00%	658	0,00%	658	0
.Redução	-2.309.879	-39,95%	-6.752.301	-39,96%	-4.442.422	192,32%
TOTAL	5.781.595	100%	16.896.749	100%	11.115.154	192,25%

1.4 – Reserva de Contingência

Conforme se depreende do artigo 91 do Decreto-Lei n.º 200/67, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 1.763/80, o orçamento anual poderá consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

O artigo 8º, inciso II, da Lei Orçamentária nº 12.788, de 27.12.2007, autoriza o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares até o limite consignado na Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no inciso III, artigo 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.

No exercício em exame, foi previsto o valor de R$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) como Reserva de Contingência.

2 – Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64.

CONSOLIDADO	R$ 1,00	
Disponível Exercício Anterior		14.123.267.452
(+) Receitas Orçamentárias	120.920.508.849	
Extra-Orçamentárias (+)	28.252.416.311	
Sub-total		149.172.925.160
(-) Despesas Orçamentárias	120.734.533.460	
Extra-Orçamentárias (-)	23.447.222.490	
Sub-total		144.181.755.950
Disponível Total para o exercício seguinte		19.114.436.662

As Disponibilidades transferidas para o exercício seguinte, por tipo de Administração, compõem-se de:

R$ 1,00

Saldos para o Exercício Seguinte	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Caixa	113.497	618.360	731.857
.Bancos conta movimento	567.426.473	71.232.076	638.658.549
.Aplicações Financeiras	12.389.877.722	6.075.745.622	18.465.623.344
.Recursos Vinculados	0	182.533	182.533
.Bancos conta movim.(set. e subsetoriais)	879.949	4.727.499	5.607.448
.Disponivel no Exterior	3.632.931	0	3.632.931
TOTAL	12.961.930.572	6.152.506.090	19.114.436.662

Evolução do Disponível

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior
2008	19.114.436.662	35,34%
2007	14.123.267.452	46,05%
2006	9.670.435.685	-4,26%
2005	10.101.229.663	17,87%
2004	8.569.849.101	25,09%

Comparando a disponibilidade do exercício anterior de R$ 14.123.267.452 com a disponibilidade do atual exercício, verifica-se um aumento de R$ 4.991.169.210, correspondente a 35,34%.

Informamos que a Secretaria da Fazenda encaminhou cópia dos extratos bancários com o saldo de 31/12/2008, em atendimento ao artigo 3º, inciso VI das Instruções 1/2008. Salientamos que foram enviados apenas os extratos das contas controladas pela própria Secretaria.

Verificamos que a conta com o maior saldo denomina-se "Conta Única – Tesouro", no banco Nossa Caixa, cuja composição descrevemos:

BANCO NOSSA CAIXA S.A. CONTA ÚNICA – TESOURO	**R$**
Disponível em conta	594.308,59
Aplicações Disponíveis	14.210.752.999,20
Saldo total	14.211.347.307,79

O valor corresponde a 74,35% das disponibilidades transferidas para o exercício seguinte.

Quanto à contabilização das aplicações, apresentamos o quadro a seguir:

CONTA SIAFEM	VALOR	TITULAR
111131102	9.961.581.182,44	TESOURO
111131000	3.948.172.689,03	OUTROS ÓRGÃOS INDIRETA
111120102	301.574.825,31	*OUTROS ÓRGÃOS
TOTAL	14.211.328.696,78	

* trata-se de valores pertencentes a outros órgãos, que estavam disponíveis em contas correntes, e que foram aplicados pelo gestor da conta única com o intuito de obter rendimentos financeiros para o Estado.

Constatamos que o valor contabilizado está R$ 18.611,01 menor que o valor constante do extrato bancário.

2.1 – Dívida Financeira

Através do Balanço Financeiro, apura-se a Dívida Financeira deduzindo-se da Receita Extra-Orçamentária (Inscrição da Dívida) a Despesa Extra-Orçamentária.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	6.712.495.913	4.788.310.449	1.924.185.464
- Serviço da Dívida	0	0	0
- Depósitos	6.175.315.558	6.104.573.403	70.742.154
- Restituições a Pagar	11.361.576	11.407.556	(45.981)
- Diversas Contas	3.071.949.330	14.719.538.785	(11.647.589.455)
TOTAIS	15.971.122.377	25.623.830.194	(9.652.707.817)

O resultado apurado na Administração Direta indica, indica efetivamente, uma Dívida Financeira no valor de R$ 9.652.707.817.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	5.082.986.666	3.263.945.843	1.819.040.823
- Serviço da Dívida	917.210	0	917.210
- Depósitos	3.396.275.591	3.141.450.015	254.825.577
- Restituições a Pagar	1.953.862	2.291.166	(337.304)
- Diversas Contas	16.582.084.654	4.198.629.322	12.383.455.332
TOTAIS	25.064.217.983	10.606.316.345	14.457.901.638

O apurado na Administração Indireta consigna um resultado positivo da ordem de R$ 14.457.901.638.

CONSOLIDADO

R$ 1,00

Itens	Receita Extra-Orçamentária	Despesa Extra-Orçamentária	Resultado Financeiro
- Restos a Pagar	11.795.482.579	8.052.256.292	3.743.226.287
- Serviço da Dívida	917.210	0	917.210
- Depósitos	9.571.591.149	9.246.023.418	325.567.731
- Restituições a Pagar	13.315.438	13.698.722	(383.284)
- Diversas Contas	6.871.109.935	6.135.244.058	735.865.877
TOTAIS	28.252.416.311	23.447.222.490	4.805.193.821

R$ 1,00

DISPONÍVEL - CONSOLIDAÇÃO	Adm Direta	Adm Indireta	Total
Resultado Financeiro	(9.652.707.817)	14.457.901.638	4.805.193.821
(+)Superávit/Déficit Orçamentário	13.016.303.072	(12.830.327.683)	185.975.389
(+)Disponível de 2007	9.598.335.317	4.524.932.136	14.123.267.452
(=)Disponível de 2008	12.961.930.572	6.152.506.090	19.114.436.662

A consolidação nos mostra um resultado positivo de R$ 4.805.193.821, que somado ao Superávit Orçamentário de R$ 185.975.389 e ao Disponível do exercício anterior de R$ 14.123.267.452, totaliza o valor dos recursos transferidos para o exercício seguinte, de R$ 19.114.436.662.

2.2. – Dívida Flutuante

Sob o aspecto legal, a dívida flutuante compreende:

- os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida);
- os serviços da dívida a pagar;
- os depósitos; e
- os débitos de Tesouraria.

Discriminamos a seguir a composição:

Adm. Direta		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	4.788.310.449	
Inscrição	6.712.495.913	
Baixa	4.788.310.449	6.712.495.913
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	0	
Inscrição	0	
Baixa	0	0
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	541.340.309	
Inscrição	6.175.315.558	
Baixa	6.104.573.403	612.082.463
Total Geral		7.324.578.376

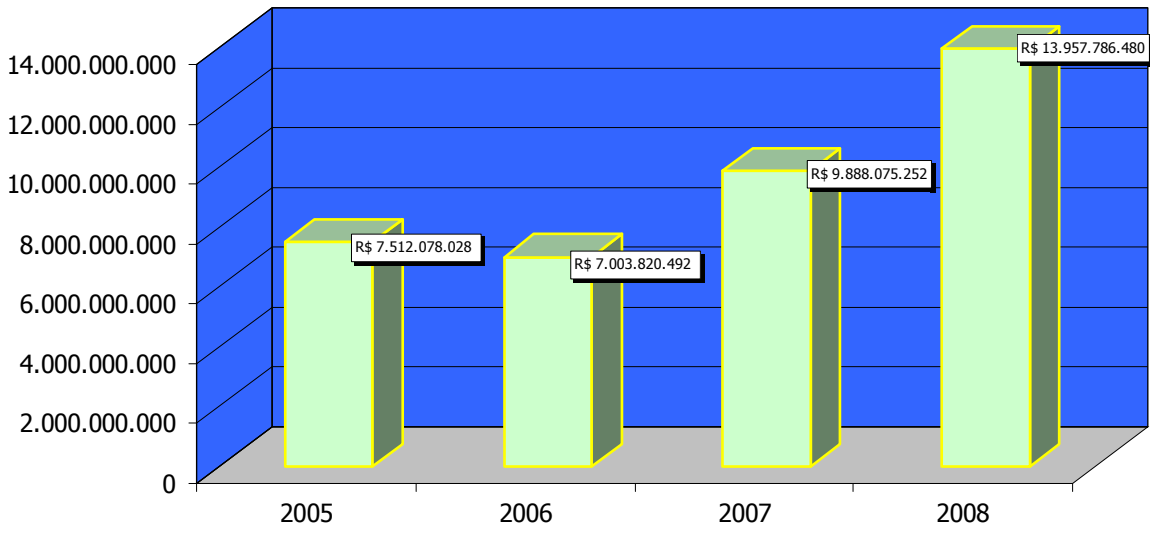
Adm. Indireta		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	3.263.945.843	
Inscrição	5.082.986.666	
Baixa	3.263.945.843	5.082.986.666
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	0	
Inscrição	917.210	
Baixa	0	917.210
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	1.294.478.652	
Inscrição	3.396.275.591	
Baixa	3.141.450.015	1.549.304.228
Total Geral		6.633.208.104

Consolidado		
Restos a Pagar	**R$ 1,00**	
Saldo do Exercício Anterior	8.052.256.292	
Inscrição	11.795.482.579	
Baixa	8.052.256.292	11.795.482.579
Serviço da Dívida Pública		
Saldo do Exercício Anterior	0	
Inscrição	917.210	
Baixa	0	917.210
Depósitos		
Saldo do Exercício Anterior	1.835.818.961	
Inscrição	9.571.591.149	
Baixa	9.246.023.418	2.161.386.691
Total Geral		13.957.786.481

Evolução da Dívida Flutuante

Exercício	R$ 1,00	% s/ exercício anterior
2008	13.957.786.480	41,16%
2007	9.888.075.252	41,18%
2006	7.003.820.492	-6,77%
2005	7.512.078.028	28,46%

Evolução da Dívida Flutuante



3 – Balanço Patrimonial

Demonstra os resultados financeiros da execução orçamentária, os bens e valores patrimoniais e os compromissos que constituem o Ativo, bem como as dívidas e outras obrigações em favor de terceiros, vinculadas ao Passivo.

Reflete, também, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	16.466.272.904
Ativo Permanente	172.832.680.828
Soma do Ativo Real	**189.298.953.731**
Ativo Compensado	249.344.613.070
T O T A L	**438.643.566.802**
Passivo Financeiro	15.819.903.375
Passivo Permanente	163.609.305.847
Soma do Passivo Real	**179.429.209.222**
Ativo Real Líquido	**9.869.744.509**
Passivo Compensado	249.344.613.070
T O T A L	**438.643.566.802**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	10.150.604.534
Ativo Permanente	26.600.229.647
Soma do Ativo Real	**36.750.834.181**
Ativo Compensado	10.953.088.530
T O T A L	**47.703.922.711**
Passivo Financeiro	9.440.570.735
Passivo Permanente	9.834.727.648
Soma do Passivo Real	**19.275.298.383**
Ativo Real Líquido	**17.475.535.798**
Passivo Compensado	10.953.088.530
T O T A L	**47.703.922.711**

CONSOLIDADO	
Títulos	**R$1,00**
Ativo Financeiro	26.616.877.437
Ativo Permanente	194.596.820.315
Soma do Ativo Real	**221.213.697.752**
Ativo Compensado	260.297.701.601
T O T A L	**481.511.399.353**
Passivo Financeiro	25.260.474.110
Passivo Permanente	173.444.033.495
Soma do Passivo Real	**198.704.507.605**
Ativo Real Líquido	**22.509.190.147**
Passivo Compensado	260.297.701.601
T O T A L	**481.511.399.353**

Ativo/Passivo Real Líquido	2005	2006	2007	2008
Administração Direta	20.212.533.879	3.503.378.763	3.104.499.846	9.869.744.509
Administração Indireta	13.184.588.278	15.200.777.595	14.929.901.906	17.475.535.798
Soma	**33.397.122.157**	**18.704.156.358**	**18.034.401.752**	**27.345.280.307**
Ajustes	-5.855.823.789	-5.780.738.290	-5.187.129.581	-4.836.090.160
TOTAL	**27.541.298.368**	**12.923.418.068**	**12.847.272.171**	**22.509.190.147**

Alertamos que, no exercício em análise, deve ser expurgado do Ativo Real Líquido Consolidado o valor de R$ 4.836.090.160, correspondente aos ajustes na consolidação com as empresas dependentes, conforme discriminado no Anexo 14-B do Balanço Geral.

Assim, o Balanço Patrimonial do Estado demonstrou que a soma das Administrações Direta e Indireta evidenciou um Ativo Real Líquido de R$ 22.509.190.147.

3.1 – Créditos / Dívida Ativa

O total da conta "Créditos" importa em R$ 107.233.073.903 e está assim composto:

R$ 1,00

Itens	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
.Créditos p/ Depósitos Judiciais	0	0	0
.Créditos Trib. - Parc Deb. Fiscal	3.914.523	256.478	4.171.001
.Créditos Trib. - Div. Ativa Tributária	86.207.679.424	0	86.207.679.424
.PPI - Débitos Inscritos na Dívida Ativa	6.396.302.646	0	6.396.302.646
.PPI - Débitos não Inscritos na Div. Ativa	3.144.050.136	0	3.144.050.136
.Dívida Ativa Não Tributária	15.907	192.848.964	192.864.871
.Outros Créditos a Receber	153.705	9.574.938.361	9.575.092.067
.Empréstimos e Financ. Concedidos	753.168.269	924.952.560	1.678.120.830
.Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0	34.792.928	34.792.928
TOTAL	96.505.284.611	10.727.789.292	107.233.073.903

As Dívidas Ativas são as importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançadas, mas não cobradas ou não recolhidas no exercício em pauta. A partir da data de sua inscrição, conforme consta no artigo 39 da Lei Federal n.º 4.320/64, são contabilizadas na conta Créditos Tributários – Dívida Ativa Tributária.

Apresentou, conforme o Balanço Geral do Estado, a cifra de R$ 92.603.982.070, considerando os débitos renegociados no PPI – Programa de Parcelamento Incentivado.

Comparando-se o saldo da Dívida Ativa Tributária deste exercício, de R$ 92.603.982.070, com o valor de R$ 76.106.989.677 do ano anterior, verifica-se um aumento de R$ 16.496.992.393, equivalente a 21,68%.

3.2. – Dívida Fundada

3.2.1 – Interna

São as obrigações e os compromissos assumidos pelo Poder Público com terceiros para atender ao Desequilíbrio Orçamentário ou para os Financiamentos de Obras e Serviços.

O saldo está assim composto:

DÍVIDA FUNDADA INTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**150.231.570.739**
Em Títulos	**0**
Letras Financeiras do Tesouro do Estado	0
Por Contratos	**150.231.570.739**
Tesouro - Banco do Brasil -Lei 7976/89	26.189.313
Secr. da Saúde - Prot. Brasil-França III - MS/RDA	1.254.698
Tesouro - Prot. Brasil-França III - CR. 121/0233	39.165.158
Tesouro - BB Lei Federal 8727/93 - Res. Senado 11/94	1.577.434.650
DMLP Debt Conversion Bond - Res. Senado 98/92	48.931.277
DMLP New Money Bonds-Res. Senado 98/92	1.843.526
DMLP FLIRB - Res. Senado 98/92	1.870.968
DMLP C. Bond. - Res. Senado 98/92	68.649.686
DMLP Discount Bond. - Res. Senado 98/92	102.462.639
DMLP Par Bond-Res. Senado 98/92	146.843.446
Tesouro - Progr. Apoio a Reestrut. e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9466/96-parcela "P"	89.966.679.538
Tesouro - Lei 8727/93 - IPESP - Res Senado 11/94	292.645.966
Tesouro - Lei 7976/89 - CPTM - Assunção de Dívida pela A.G.E.	187.089.553
Tesouro - Lei 7976/89 - Dersa - Assunção de Dívida pela A.G.E.	14.984.111
Tesouro - Lei 7976/89 - Metrô - Assunção de Dívida pela A.G.E.	9.132.768
Tesouro - DMLP/CETESB - Assunção de Dívida pela A.G.E.	10.108.144
Tesouro - DMLP/CPTM - Assunção de Dívida pela A.G.E.	192.948.261
Tesouro - DMLP/Dersa - Assunção de Dívida pela A.G.E.	246.347.255
Tesouro - DMLP/Metrô - Assunção de Dívida pela A.G.E.	181.975.890
Tesouro - Progr. Apoio a Reestrut. e ao Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9496/97-Resíduo	56.373.430.958
Tesouro - CEF "PNAFE" Lei Estadual 9360 e 9460/96	105.077.837
BNDES - Projeto Sul Linha 5	211.043.511
BNDES - Expansão Linha 2 Verde - Lei Estadual 12.689/07	425.461.585
Administração Indireta	**20.382.874**
Por Contratos	20.382.874
TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)	**150.251.953.613**

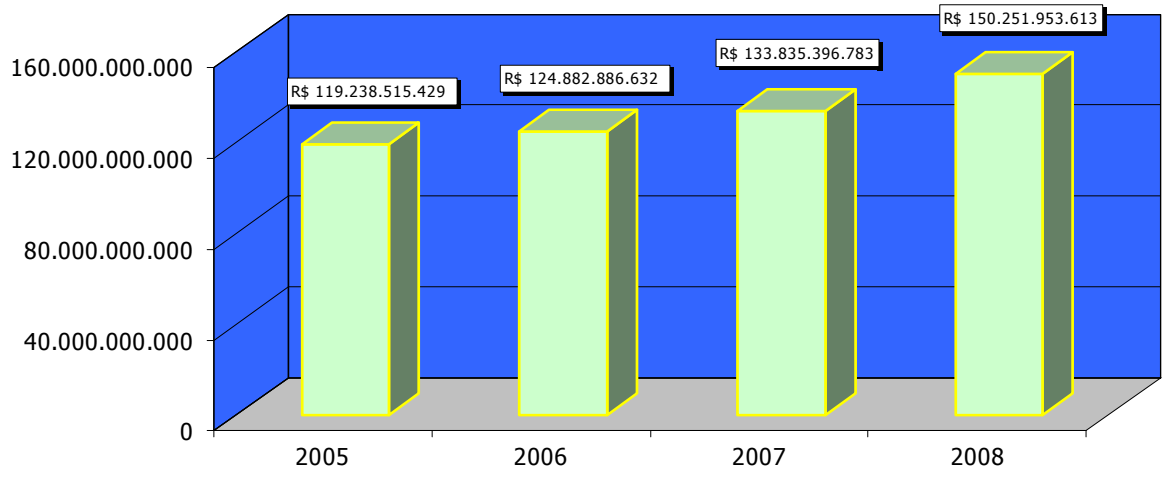
Informamos que não houve movimentação de LFTPs no exercício em exame.

Evolução da Dívida Interna

A Dívida Interna cresceu 12,27% em relação ao exercício 2007, como segue:

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior	Evolução da Receita s/ ano anterior
2008	150.251.953.613	12,27%	13,16%
2007	133.835.396.783	7,17%	8,94%
2006	124.882.886.632	4,73%	10,94%
2005	119.238.515.429	2,78%	15,72%
2004	116.015.236.883	13,21%	13,47%
2003	102.480.828.201	9,67%	9,29%

Evolução da Dívida Fundada Interna



Ressaltamos, por oportuno, que o maior valor refere-se à dívida decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que importou em R$ 146.340.110.496, observando-se crescimento da ordem de 12,49% em relação ao exercício anterior, que foi de R$ 130.089.136.535.

3.2.2.-Externa

Refere-se aos empréstimos contraídos com Instituições Financeiras externas, para atender programas de meio ambiente, transportes e outros.

O saldo da dívida decorrente dos contratos e financiamentos externos está composto como segue:

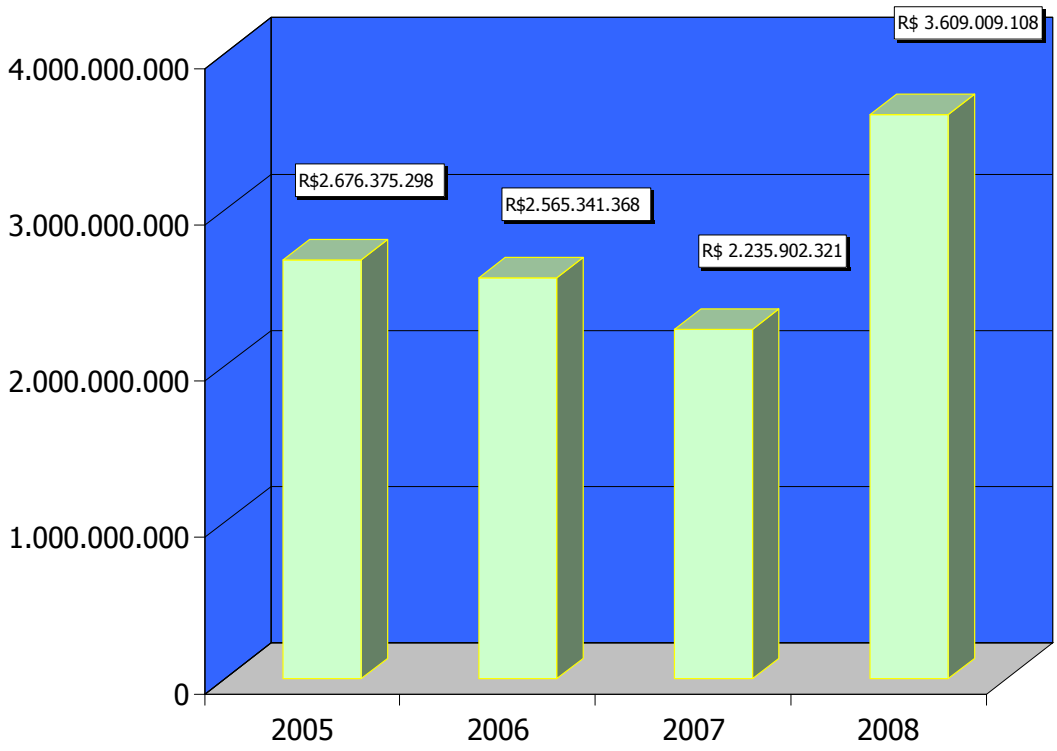
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**2.738.323.914**
Por contratos	**2.738.323.914**
Tesouro-BID/USP-Res.Senado 394/87 - Lei Est. 5962/87	40.809.303
Tesouro-KFW "Recuperação Mata Atlântica" Lei Estadual 8092/92	8.278.199
Tesouro - BID "Trens Metropolitanos Projeto Sul" Lei 8817/97 e 8959/94	847.239.788
Tesouro- Bird -Microbacias Lei Estadual 8331/93 e 9895/97	45.651.120
Tesouro- Bird "Integração Centro" Lei Estadual 8817/94 e 9905/97	59.952.106
Bid - DER - Progr. Recuperação de Rodovias Lei Estadual 10668/00	270.645.720
Tesouro- Bid -"Atuação em Cortiços" Lei Estadual 10617/00	31.382.288
Bird - Metro - Linha 4 do Metro Lei Estadual 8817/94, 8959/94 e 9905/97	415.168.050
BID "Fábricas de Cultura" Contrato Empréstimo 1486/OC-BR	7.138.484
JBIC "Linha 4 Metrô" Lei Estadual 8817/94 e 11529/03	536.908.501
BID "PROFIS" Lei Estadual 11353/03	27.056.521
BID "Avaliar-aprimorar Política Social" Lei Estadual 11554/03	5.286.172
BID "Ecoturismo Mata Atlântica" Lei Estadual 11555/03	2.817.825
BID "Recuperação de Rodovias Etapa II" Lei Estadual 10.668/00	59.754.736
BIRD "Adicional Linha 4 do Metro Fase I" Lei Estadual 12.618/07	555.038
BIRD "Material Rodante e Sistemas" Lei Estadual 12.689/07	378.908.852
BID "APL/SP" - Prog. Fortalecimento Competividade Lei estadual 11.606/03	771.210
Administração Indireta	**870.685.194**
Por contratos	**870.685.194**
TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)	**3.609.009.108**

Evolução da Dívida Fundada Externa

A Dívida Fundada Externa aumentou 61,41%, em relação a 2007. Observa-se, assim, uma inversão da tendência verificada em exercícios anteriores.

Exercício	R$ 1,00	%
2008	3.609.009.108	61,41%
2007	2.235.902.321	-12,84%
2006	2.565.341.368	-4,15%
2005	2.676.375.298	-19,40%
2004	3.320.563.899	-1,01%

Evolução da Dívida Fundada Externa



3.3 – Resultado Financeiro

A posição financeira da Administração Direta foi superavitária em R$ 646.369.529.

Administração Direta		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	12.961.930.572	
.Realizável	3.094.747.727	
.Diversos	409.594.604	16.466.272.904
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	7.324.578.376	
.Exigível	6.222.478.037	
.Diversos	2.272.846.962	15.819.903.375
Superávit Financeiro		**646.369.529**

A posição financeira da Administração Indireta foi superavitária em R$ 710.033.799.

Administração Indireta		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	6.152.506.090	
.Realizável	2.877.455.099	
.Diversos	1.120.643.345	10.150.604.534
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	6.633.208.104	
.Exigível	2.267.006.453	
.Diversos	540.356.178	9.440.570.735
Superávit Financeiro		**710.033.799**

A posição financeira consolidada, neste exercício, foi superavitária em R$ 1.356.403.328.

Consolidado		
Ativo Financeiro	**R$ 1,00**	
.Disponível	19.114.436.662	
.Realizável	5.972.202.827	
.Diversos	1.530.237.949	26.616.877.437
(-) Passivo Financeiro		
.Dívida Flutuante	13.957.786.480	
.Exigível	8.489.484.490	
.Diversos	2.813.203.139	25.260.474.110
Superávit Financeiro		**1.356.403.328**

Evolução do Resultado Financeiro

Exercício	R$1,00
2008	1.356.403.328
2007	(3.274.339.944)
2006	(1.433.946.498)
2005	(1.507.204.554)
2004	(1.854.837.771)

Observa-se, neste exercício, um superávit financeiro, em contraste com os déficits observados nos anos anteriores.

4 – Variações Patrimoniais

O objetivo técnico desta demonstração é evidenciar as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e,

também, indicar o Resultado Patrimonial ou Econômico do exercício, conforme tratam os artigos 100 e 104 da Lei n.º 4.320/64.

4.1 – Resultado Econômico

a.– Análise da Gestão Orçamentária – Administração Direta

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	102.559.942.808	
Mutações Patrimoniais	17.939.713.235	120.499.656.043
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	89.543.639.736	
Mutações Patrimoniais	2.362.318.070	91.905.957.806
Superávit da Gestão Orçamentária		**28.593.698.236**

b. – Análise da Gestão Orçamentária – Administração Indireta

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	18.360.566.041	
Mutações Patrimoniais	4.885.476.384	23.246.042.425
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	31.190.893.724	
Mutações Patrimoniais	86.742.958	31.277.636.683
Déficit da Gestão Orçamentária		**(8.031.594.258)**

c. – Análise da Gestão Orçamentária – Consolidado

Variações Ativas	**R$ 1,00**	
Receita Orçamentária	120.920.508.849	
Mutações Patrimoniais	22.825.189.618	143.745.698.468
Variações Passivas		
Despesa Orçamentária	120.734.533.460	
Mutações Patrimoniais	2.449.061.029	123.183.594.489
Superávit da Gestão Orçamentária		**20.562.103.979**

d. – Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Administração Direta

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	30.257.958.445
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	52.086.412.018
Déficit da Gestão Extra-orçamentária	**(21.828.453.574)**

e. – Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Administração Indireta

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	16.590.273.213
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	6.013.045.064
Superávit da Gestão Extra-orçamentária	**10.577.228.149**

f. – Análise da Gestão Extra-Orçamentária – Consolidado

Variações Ativas	**R$1,00**
Independente da Execução Orçamentária	34.412.421.899
Variações Passivas	
Independente da Execução Orçamentária	45.663.647.323
Déficit da Gestão Extra-orçamentária	**(11.251.225.424)**

g. – Resultado Econômico do Exercício – Administração Direta

R$ 1,00

	2005	2006	2007	2008
Déficit/Superavit da Gestão Orçamentária	19.339.933.090	20.186.167.264	22.850.089.028	28.593.698.236
Déficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	4.853.979.751	(36.895.322.380)	(23.248.967.944)	(21.828.453.574)
Déficit/Superávit	**24.193.912.841**	**(16.709.155.116)**	**(398.878.916)**	**6.765.244.663**

h. – Resultado Econômico do Exercício – Administração Indireta

R$ 1,00

	2005	2006	2007	2008
Déficit/Superávit da Gestão Orçamentária	(7.889.393.377)	(9.030.552.925)	(9.356.490.619)	(8.031.594.258)
Déficit/Superávit da Gestão Extra-orçamentária	7.600.579.685	11.046.742.242	8.683.749.263	10.577.228.149
Déficit/Superávit Econômico	**(288.813.692)**	**2.016.189.317**	**(672.741.356)**	**2.545.633.891**

i. – Resultado Econômico – Consolidado

A posição econômica do Estado neste exercício, compreendendo a Administração Direta e a Indireta, evidenciou um saldo positivo de R$ 9.310.878.554, conforme segue:

R$ 1,00

	2005	2006	2007	2008
Déficit/Superavit da Gestão Orçamentária	11.450.539.713	10.964.015.883	13.493.598.408	20.562.103.979
Déficit/Superavit da Gestão Extra-orçamentária	12.454.559.436	(25.848.580.138)	(14.565.218.682)	(11.251.225.424)
Déficit/Superávit Econômico	**23.905.099.149**	**(14.884.564.255)**	**(1.071.620.274)**	**9.310.878.554**

IV – LEI Nº 9496/97 ACORDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

. A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

Em 23 de dezembro de 1997, foi implementado o acordo entre o Estado de São Paulo e a União para a reestruturação da dívida mobiliária estadual e das dívidas do Tesouro Estadual e das Autarquias e Empresas Estatais junto, à época, ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco. A renegociação englobou 77% de toda a dívida contratual e mobiliária do Estado. Não foram incluídas no acordo as dívidas que já haviam sido objeto de renegociação junto à União, as dívidas junto a organismos multilaterais e as dívidas de Empresas que não dependem do Tesouro Estadual para pagar seus compromissos de endividamento. Também não foram objeto desta renegociação a chamada "dívida flutuante" do Estado correspondente às dívidas de sentenças judiciais e aos atrasados junto a empreiteiras e fornecedores. Dada a complexidade das questões relacionadas à negociação com o Governo Federal e a relevância das dívidas envolvidas, o período de um ano e meio decorrido entre o início desta segunda etapa de negociação e a efetiva implementação do acordo deve ser considerado razoável, especialmente levando-se em conta os efeitos retroativos do acordo.

· OS TERMOS DO ACORDO

Os princípios que nortearam o acordo entre o Estado de São Paulo e a União foram estabelecidos no Protocolo de Acordo, firmado em 27/11/96, e podem ser agrupados nos seguintes itens:

- assunção das dívidas mobiliária do Estado e a assunção e quitação da dívida consolidada do Estado junto ao Banespa e Nossa Caixa pela União;

- pagamento à União de 20% do valor devido pelo Estado com transferência de ativos ou resultados da privatização. Estabeleceu-se como base para este cálculo o valor em 31/03/96 do estoque das dívidas a serem refinanciadas, ou seja, R$ 37,4 bilhões, resultando num pagamento à vista de R$ 7,5 bilhões;

- aceitação da renegociação das dívidas das empresas concessionárias de energia elétrica do Estado junto ao Sistema Eletrobrás para redução dos pagamentos com ativos mencionados no item acima, até o limite de 30% do seu montante (R$ 2,2 bilhões), reduzindo-os para R$ 5,3 bilhões (R$ 7,5 bilhões menos R$ 2,2 bilhões);

- financiamento, pela União, do estoque remanescente em 30 anos a juros de 6% ao ano acima da inflação medida pelo IGP-DI, com amortizações mensais calculadas pela Tabela Price;

- estabelecimento de "datas de corte" que fixaram o momento a partir do qual os valores devidos pelo Estado de São Paulo passariam a ter seu custo dado pelas condições prevalecentes no acordo, ou seja, juros de 6% ao ano acima do IGP-DI. A data de corte da dívida mobiliária foi fixada em 31/03/96 e a da dívida contratual junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco, 22/01/97 (1 A data de corte das dívidas contratuais foi definida apenas em janeiro de 1997, não tendo, portanto, sido expressa no Protocolo). Assim, o crescimento da dívida para o Estado de São Paulo passou a ser de 6% ao ano acima da inflação desde abril de 96, no caso da dívida mobiliária, e desde fevereiro de 97, no caso da dívida contratual. O diferencial entre as condições originais de evolução deste estoque de dívidas e os 6% + IGP/DI, referente ao período de 31/03/96 a 23/12/97, foi assumido pela União;

- limite máximo de 13% para o comprometimento da Receita Corrente Líquida do Estado com o pagamento do serviço do conjunto das dívidas do Estado junto ao Governo Federal. O limite seria atingido progressivamente, partindo de um percentual de 8,6% no primeiro ano de vigência do acordo (1997), atingindo 13% no ano 2.000, o que inclui não apenas as dívidas contratuais junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco e a dívida mobiliária objeto da

renegociação, mas também dívidas que o Estado já tinha junto à União, relativas a empréstimos contraídos por empresas estatais e autarquias, que não foram integralmente quitadas durante a década de 80 e acabaram sendo refinanciadas pelo Governo Federal através do Banco do Brasil;

- implantação de um programa de ajuste fiscal de longo prazo no Estado de São Paulo, com duração até 2.008. Este programa seria composto de um conjunto de metas, dentre as quais se destacam: a obtenção de uma relação de um para um entre a Receita Líquida Real e o estoque da dívida em 2.008, o aumento da eficiência na arrecadação, a geração de superávits primários e o aumento do volume de investimentos, entre outras.

Os contratos que compõem o acordo foram assinados em 22/05/1997. Concluída a aprovação pelo Senado em novembro de 1997, e feitos todos os arranjos necessários, o acordo passou a vigorar a partir de 23/12/1997 com eficácia retroativa à data da assinatura dos contratos.

Efetivação da transferência de ativos à União para quitar os compromissos à vista:

Para compor os pagamentos com ativos foram transferidas à União ações de propriedade do Tesouro Estadual (100% no caso da Fepasa e da Ceagesp, e 51% das ações do Banespa) e *warrants* representativas de ações da Cesp e da Eletropaulo, corrigidas pelo IGP-DI/FGV acrescido de 6% de juros ao ano, as quais serão liquidadas com os resultados das privatizações destas empresas. A transferência de ações foi concretizada através de contrato de venda, com um pagamento inicial baseado em preço provisório. A compensação entre os valores transferidos e os valores definitivos será feita à medida que os últimos forem sendo conhecidos, o que depende de avaliações por consultorias independentes contratadas, no caso do Banespa, Fepasa e Ceagesp, e da privatização, no caso da Cesp e da Eletropaulo. As transferências de ativos e posteriores operações de acerto de preços são registradas numa "Conta Gráfica", constituída para efetuar a compensação entre o saldo devedor do valor a ser pago à vista e os montantes

efetivamente transferidos pelo Tesouro Estadual ao Tesouro Nacional.

Demonstramos a seguir os saldos finais e os pagamentos efetuados desde a implementação do contrato em 1997:

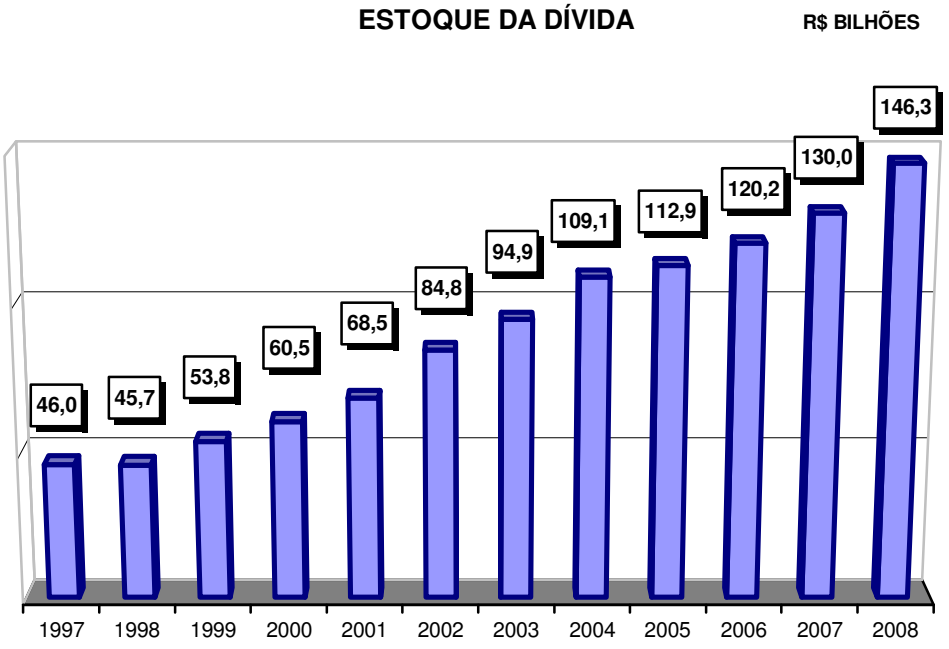
Demonstrativo da Dívida Renegociada

ESTOQUE DA DÍVIDA

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS				
	1997	1998	1999	2000	2001
LEI 9496/97	**46.027.449.587**	**45.793.254.840**	**53.825.365.356**	**60.579.356.097**	**68.543.251.397**
. Parcela P[1]	40.551.500.042	39.508.124.036	46.906.382.011	50.911.587.947	55.682.073.747
. Parcela P1[2]	1.638.755.939	1.517.901.974	1.648.978.354	1.615.536.872	1.576.081.068
. Resíduo[3]	0	2.612.977.391	5.270.004.991	8.052.231.278	11.285.096.582
. Conta Gráfica	3.837.193.606	2.154.251.439	0	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
LEI 9496/97	**84.815.318.852**	**94.948.247.546**	**109.124.678.319**	**112.971.837.681**	**120.213.516.435**
. Parcela P[1]	66.580.295.092	71.449.458.445	78.629.386.424	77.929.945.951	80.086.089.117
. Parcela P1[2]	1.579.890.835	1.375.664.317	1.112.367.066	669.735.215	177.132.871
. Resíduo[3]	16.655.132.925	22.123.124.784	29.382.924.829	34.372.156.515	39.950.294.447
. Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS	
	2007	2008
LEI 9496/97	**130.089.136.535**	**146.340.110.496**
. Parcela P[1]	83.256.467.280	89.966.679.538
. Parcela P1[2]	0	0
. Resíduo[3]	46.832.669.255	56.373.430.958
. Conta Gráfica	0	0



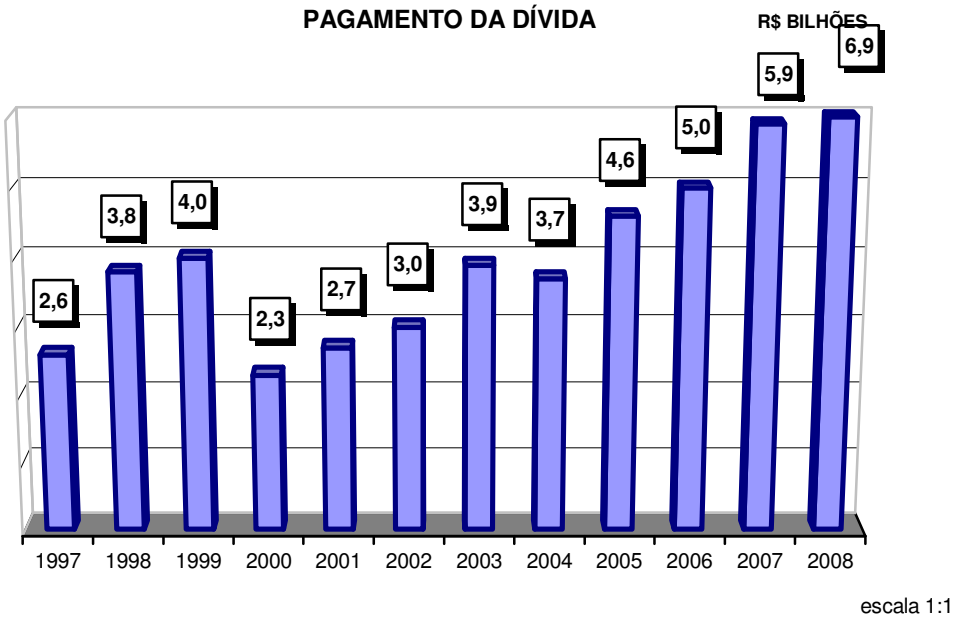
escala 1:50

PAGAMENTOS

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS				
	1997	1998	1999	2000	2001
LEI 9496/97	**2.693.317.312**	**3.865.336.342**	**4.037.544.747**	**2.336.623.916**	**2.709.787.109**
.Juros e Encargos	0	1.964.819.919	1.542.469.853	2.139.865.155	2.565.723.241
.Amortização	0	43.956.905	122.589.024	196.758.761	144.063.868
.Amortização – Conta Gráfica	2.693.317.312	1.856.559.518	2.372.485.871	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
LEI 9496/97	**3.035.232.486**	**3.910.334.718**	**3.757.087.464**	**4.641.557.905**	**5.076.872.459**
.Juros e Encargos	2.857.742.281	3.421.450.606	3.570.093.252	4.447.158.096	4.835.600.558
.Amortização	177.490.205	488.884.112	186.994.212	194.399.809	241.271.902
.Amortização – Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	EXERCÍCIOS	
	2007	2008
LEI 9496/97	**5.907.556.121**	**6.920.995.050**
.Juros e Encargos	4.676.420.322	5.562.876.049
.Amortização	1.231.135.799	1.358.119.001
.Amortização – Conta Gráfica	0	0



Totalizando os pagamentos do período de 1997 a 2008, teremos:

NOMENCLATURA	PAGAMENTOS PERÍODO: 1997 a 2008
LEI 9496/97	**48.892.245.630**
.Juros e Encargos	**37.584.219.331**
.Amortização	**4.385.663.598**
.Amortização – Conta Gráfica	**6.922.362.701**

Anotamos que:

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO
P	parcela refinanciada em 360 meses
P1	parcela refinanciada em 120 meses
CONTA GRÁFICA	parcela a ser amortizada com bens e direitos
RESÍDUO	saldo devedor residual em decorrência da aplicação do limite de dispêndio, existente ao término do prazo de pagamento. Será refinanciado em até 120 parcelas mensais e consecutivas, vencidas a partir de 30 dias após o vencimento da 360ª parcela

Quanto ao Estoque e aos Pagamentos da Dívida, a Secretaria esclarece o que segue:

Do contrato de empréstimo sob amparo da Lei nº 9.496/97

Da Lei

O artigo 1º estabelece a relação das dívidas que constarão do refinanciamento.

O artigo 3º estabelece que esta dívida deverá ser paga em 360 meses, calculadas com base na Tabela Price sendo:

Atualização Monetária – calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice de Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Juros – calculados e debitados mensalmente à taxa de 6% (seis) por cento ao ano sobre o saldo devedor previamente atualizado.

O artigo 5º determina que os contratos poderão estabelecer um limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada. No caso do Estado de São Paulo este limite é 13% da RLR, conforme **cláusula quinta** do contrato assinado entre as partes em 22 de maio de 1997 e aditivos.

O artigo 6º estabelece que para fins de apuração do limite poderão ser deduzidos compromissos de despesas efetuadas no mês anterior dos contratos amparados pela Lei 7976/89; Lei 8727/93; Dívida Externa contratada até 30/9/1991; Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP).

Da apuração para pagamento (cláusula quinta do contrato) – O limite de pagamento do contrato é estabelecido pelo valor de 13% da RLR. Do limite de pagamento (13% da RLR) são deduzidos os compromissos de despesas quitados no mês anterior (artigo 6º), resultando assim no valor da parcela da Lei 9.496/97 a ser paga no mês.

A diferença entre o valor integral da prestação da dívida e a parcela da Lei 9.496/97 paga no mês é denominada resíduo (parágrafo 2º do artigo 6º). Mensalmente estes valores de resíduo são acumulados e corrigidos nas mesmas condições do contrato de refinanciamento, ou seja IGP-DI + 6% ao ano.

A partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento em 2027, o saldo devedor resultante poderá ser renegociado nas mesmas condições previstas na lei em até 120 meses (parágrafo 5º artigo 6).

Para melhor subsidiar as análises, apresentamos demonstrativos disponibilizados pela Coordenação da Administração Financeira – CAF, da Secretaria da Fazenda, através do Grupo de Supervisão e Gestão de Contratos:

PARCELA P1						
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(+) Incorporação ou Amortização Autorizada D	(-) Parcela Devida E	Saldo Devedor Contábil F=(A+B+C+D-E)
mai-97	1.670.834.314	-	-	-	-	1.670.834.314
dez-97	1.670.834.314	43.496.799	52.364.314	-	127.939.488	1.638.755.939
dez-98	1.638.755.939	37.947.588	96.371.255	-	255.172.809	1.517.901.974
dez-99	1.517.901.974	290.911.883	97.270.051	-	257.105.553	1.648.978.354
dez-00	1.648.978.354	165.080.856	101.357.860	-	299.880.199	1.615.536.872
dez-01	1.615.536.872	171.020.648	98.559.778	-	309.036.229	1.576.081.068
dez-02	1.576.081.068	327.249.120	94.103.767	-	417.543.119	1.579.890.835
dez-03	1.579.890.835	154.628.208	96.029.900	-	454.884.627	1.375.664.317
dez-04	1.375.664.317	154.686.141	80.720.333	-	498.703.725	1.112.367.066
dez-05	1.112.367.066	19.328.093	59.478.470	-	521.438.414	669.735.215
dez-06	669.735.215	15.638.339	31.178.315	-	539.418.998	177.132.871
dez-07	177.132.871	2.307.482	4.131.290	-	183.571.643	-
dez-08	-	-	-	-	-	-

PARCELA P							
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(+) Incorporação ou Amortização Autorizada D		(-) Parcela Devida E	Saldo Devedor Contábil F=(A+B+C+D-E)
mai/97	38.672.263.929						38.672.263.929
dez/97	38.672.263.929	1.026.749.699	1.233.198.421	1.256.926.522		1.637.638.530	40.551.500.042
dez/98	40.551.500.042	921.584.936	2.390.216.832	-1.256.926.522		3.098.251.251	39.508.124.036
dez/99	39.508.124.036	7.919.504.678	2.607.671.423	-41.271.183	1	3.087.646.943	46.906.382.011
dez-00	46.906.382.011	4.830.318.387	2.961.747.703	-49.575.191	2	3.737.284.963	50.911.587.947
dez-01	50.911.587.947	5.609.481.668	3.214.569.447	-		4.053.565.315	55.682.073.747
dez-02	55.682.073.747	12.751.168.824	3.524.394.048	-739.709.003	3	4.637.632.524	66.580.295.092
dez-03	66.580.295.092	6.603.017.891	4.270.603.621	-312.752.401	4	5.691.705.759	71.449.458.445
dez-04	71.449.458.445	8.708.125.571	4.558.321.441	-		6.086.519.034	78.629.386.424
dez-05	78.629.386.424	1.331.998.042	4.770.368.088	-		6.801.806.603	77.929.945.951
dez-06	77.929.945.951	2.791.567.237	4.733.388.286	1.215.535.418	5	6.584.347.774	80.086.089.117
dez-07	80.086.089.117	5.273.866.037	4.920.726.172	203.844.033	6	7.228.058.078	83.256.467.280
dez-08	83.256.467.280	9.322.708.888	5.324.480.107	-1.500.841	7	7.935.475.896	89.966.679.538

1 - RFFSA Autoriz MP-1755-9, de 15/12/98 e Of GS/CCP nº 003/99,06/01/99 e Memo nº 91 STN/CODIP/DIEDI,07/01/99.
2 - Banespa - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 5437, de 28/11/2000
3 - Ajuste no saldo decorrente da correção plena do IGP-DI.
4 - Banespa - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 1602, de 22/04/2003
5 - Incorporação dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) conf.contrato (dez/06)
6 - Incorporação dívidas da EPTE (venda de ações).Ofs. 808 e 8441 STN/COAFI/GECIN,de 31/1/2007 e 26/9/2007
7 - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 10.969, de 05/11/2008 - Ajuste preço CTEEP

CONTA GRÁFICA					
Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a a C	(-) Abatimentos CG D	Saldo Devedor Contábil E=(A+B+C-D)
05/97	6.242.043.499			(2.100.000.000)	4.142.043.499
12/97	4.142.043.499	112.516.871	136.902.451	(554.269.215)	3.837.193.606
12/98	3.837.193.606	133.859.124	202.811.372	(2.019.612.663)	2.154.251.439
12/99	2.154.251.439	224.353.207	-	(2.378.604.646)	-

A partir de Dezembro/1998 corrigido pela Taxa Média SELIC.

ESTOQUE RESÍDUO						
Posição	**Saldo Anterior**	**(+) Correção IGP-DI**	**(+) Juros 6% a a**	**(+) Resíduo do ano**	**(-) Ajuste do Saldo (*)**	**Saldo Devedor Contábil**
	A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F=(A+B+C+D-E)**
01/98				1.525.278.958		1.525.278.958
12/98	1.525.278.958	31.702.053	109.554.862	1.100.812.661	154.371.144	2.612.977.391
12/99	2.612.977.391	664.759.849	220.549.238	1.589.207.290	(182.511.223)	5.270.004.991
12/00	5.270.004.991	636.383.344	395.169.857	1.750.673.086		8.052.231.278
12/01	8.052.231.278	1.003.308.322	576.665.175	1.652.891.807		11.285.096.582
12/02	11.285.096.582	2.967.177.233	791.191.702	1.939.186.711	327.519.303	16.655.132.924
12/03	16.655.132.924	1.727.839.079	1.190.302.601	2.549.850.180		22.123.124.784
12/04	22.123.124.784	2.913.510.377	1.553.800.973	2.792.488.695		29.382.924.828
12/05	29.382.924.828	498.995.397	1.908.919.063	2.602.234.213	20.916.988	34.372.156.515
12/06	34.372.156.515	1.327.438.648	2.202.974.231	2.047.725.053		39.950.294.446
12/07	39.950.294.446	2.808.674.664	2.572.654.709	1.500.614.614	(430.821)	46.832.669.255
12/08	46.832.669.255	5.408.811.416	3.116.438.506	1.018.520.024	3.008.243	56.373.430.958

As parcelas do Acordo no período de junho a dezembro de 1997, foram efetivamente liquidadas em 21/01/98. (Eficácia do Contrato).

(*) Ajustes devido a RLR provisórias, variação plena de IGP-DI e alteração na fórmula de cálculo para exponencial.

LEI Nº 9.496/97									
Posição	**Saldo Anterior**	**(+) Correção IGP-DI**	**(+) Juros 6% a a**	**(+) Incorp. ou Amortização Autorizada**	**(+) Resíduo do ano**	**(-) Abatimentos CG**	**(-) Ajuste do Saldo (*)**	**(-) Parcela Devida**	**Saldo Devedor Contábil I = (A+B+C+D+E-F-G-H)**
	A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	
05/97	46.585.141.742					(2.100.000.000)			44.485.141.742
12/97	44.485.141.742	1.182.763.369	1.422.465.186	1.256.926.522	-	(554.269.215)		1.765.578.017	46.027.449.587
12/98	47.552.728.545	1.125.093.702	2.798.954.320	(1.256.926.522)	1.100.812.661	(2.019.612.663)	154.371.144	3.353.424.060	45.793.254.840
12/99	45.793.254.840	9.099.529.617	2.925.490.711	(41.271.183)	1.589.207.290	(2.378.604.646)	(182.511.223)	3.344.752.497	53.825.365.356
12/00	53.825.365.356	5.631.782.587	3.458.275.420	(49.575.191)	1.750.673.086		-	4.037.165.162	60.579.356.097
12/01	60.579.356.097	6.783.810.638	3.889.794.399	-	1.652.891.807		-	4.362.601.544	68.543.251.397
12/02	68.543.251.397	16.045.595.177	4.409.689.517	(739.709.003)	1.939.186.711		327.519.303	5.055.175.643	84.815.318.852
12/03	84.815.318.852	8.485.485.178	5.556.936.123	(312.752.401)	2.549.850.180		-	6.146.590.386	94.948.247.546
12/04	94.948.247.546	11.776.322.089	6.192.842.747	-	2.792.488.695		-	6.585.222.759	109.124.678.318
12/05	109.124.678.318	1.850.321.533	6.738.765.621	-	2.602.234.213		20.916.988	7.323.245.017	112.971.837.681
12/06	112.971.837.681	4.134.644.225	6.967.540.831	1.215.535.418	2.047.725.053		-	7.123.766.772	120.213.516.435
12/07	120.213.516.435	8.084.848.184	7.497.512.171	203.844.033	1.500.614.614		(430.821)	7.411.629.722	130.089.136.535
12/08	130.089.136.535	14.731.520.305	8.440.918.613	(1.500.841)	1.018.520.024		3.008.243	7.935.475.896	146.340.110.496

(*) Ajustes devido a RLR provisórias, variação plena de IGP-DI e alteração na fórmula de cálculo para exponencial.

Observa-se que ao longo destes primeiros 11 anos de vigência do Acordo, as correções anuais pelo IGP-DI atingiram valores da ordem de R$ 88,9 bilhões, enquanto os juros, também considerados ano a ano, chegaram ao patamar de R$ 60,3 bilhões.

Por outro lado, os pagamentos acumulados de R$ 48,9 bilhões não permitem expectativa de redução do estoque desta dívida. Ao contrário, pelo fato do nível de pagamentos ser inferior ao que seria devido, em função do comprometimento máximo de 13% da Receita Líquida Real, foram gerados resíduos, ano a ano, no total de R$ 22,1 bilhões que, corrigidos e capitalizados da mesma forma que o principal (previsto nos contratos), aponta para um saldo devedor residual atual de R$ 56,4 bilhões, ressaltando-se que esta análise inclui as amortizações da conta gráfica ocorridas nos anos de 1997, 1998 e 1999.

Em face de todo o exposto, diante das evidências de que a dívida não terá possibilidades de ser liquidada nos termos pactuados e pelos reflexos e conseqüências advindos de eventual dificuldade ou incapacidade de cumprimento integral do "Acordo de Renegociação da Dívida", entendemos cabível, da parte desta Diretoria de Contas do Governador, reiterar propositura de recomendação no sentido de que **o executivo estadual implemente ações visando a reavaliação e repactuação da dívida remanescente deste "Acordo" de molde a equalizar-se a capacidade de pagamento do Estado com o necessário cumprimento das obrigações assumidas.**

V – PRECATÓRIOS E OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR

A dotação para o exercício de 2008 importa em R$ 1.619.745.302, como segue:

FONTE	R$
• *TESOURO*	*1.571.930.964*
• *RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS*	*6.852.421*
• *RECURSOS PRÓPRIOS ADM INDIRETA*	*40.961.917*
TOTAL	**1.619.745.302**

Fonte: Orçamento 2008

Pertinente à atividade de fiscalização que cabe a esta Corte, os elementos agora disponíveis permitem adequado acompanhamento e análises sobre a matéria. Entretanto, uma apresentação na própria Lei Orçamentária individualizando os precatórios alimentares dos não alimentares traria maior transparência à informação, mormente em um momento em que determinados segmentos da sociedade avaliam a razoabilidade da relação entre os pagamentos de precatórios alimentares e dos não alimentares.

A Procuradoria Geral do Estado, mediante ofício GPG-ADj nº 148/2009 da Coordenadoria de Precatórios, informa que o valor gasto com pagamento de precatórios judiciais e com obrigações de pequeno valor, de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2.008, importou em R$ 2.041.799.139,40, como segue:

ITENS	R$ 1,00
Precatórios	**1.758.124.392,30**
. Adm. Direta	1.381.553.524,34
. Adm. Indireta - Rec. Tesouro	376.094.151,65
. Adm. Indireta - Rec. Próprios	476.716,31
Obrigações de Pequeno Valor	**283.674.747,10**
. Adm. Direta	194.807.565,12
. Adm. Indireta - Rec. Tesouro	88.796.039,42
. Adm. Indireta - Rec. Próprios	71.142,56
TOTAL	**2.041.799.139,40**

A seguir, separamos os valores em alimentares e não-alimentares:

R$ 1,00

ITENS	ALIMENTAR	NÃO ALIMENTAR
Adm. Direta	336.028.868,22	1.133.774.339,00
Adm. Indireta – Rec. Tesouro	82.437.946,74	356.288.657,18
Adm. Indireta – Rec. Próprio	142.119,37	347.099,74
Consignação	25.693.677,53	0,00
I.R.	99.441.090,54	7.645.341,08
Subtotal	**543.743.702,40**	**1.498.055.437,00**
Total	**2.041.799.139,40**	

Ainda conforme informações da Coordenadoria de Precatórios, os pagamentos de acordo com a natureza foram:

PRECATÓRIOS	Adm. Direta	Adm. Indireta		Total
		Rec. Tesouro	Rec. Próprios	
Desapropriação	889.937.254	150.759.417	0	1.040.696.671
Não Alimentar	242.257.253	205.002.956	334.648	447.594.857
Alimentar	164.303.349	1.015.662	0	165.319.012
Trabalhista	26.661.005	11.740.803	99.754	38.501.561
Consignação	11.466.299	3.591	17.608	11.487.498
I.R.	46.928.363	7.571.723	24.706	54.524.793
TOTAL				**1.758.124.392**

OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR	Adm. Direta	Adm. Indireta		Total
		Rec. Tesouro	Rec. Próprios	
Desapropriação	610.631	425.805	0	1.036.437
Não Alimentar	969.200	100.479	12.452	1.082.131
Alimentar	142.879.837	66.055.642	385	208.935.864
Trabalhista	2.184.677	3.625.840	41.980	5.852.497
Consignação	13.133.608	1.067.066	5.505	14.206.179
I.R.	35.029.611	17.521.207	10.821	52.561.639
TOTAL				**283.674.747**

CONSOLIDADO	Adm. Direta	Adm. Indireta		Total
		Rec. Tesouro	Rec. Próprios	
Desapropriação	890.547.886	151.185.222	0	1.041.733.108
Não Alimentar	243.226.453	205.103.435	347.100	448.676.988
Alimentar	307.183.187	67.071.304	385	374.254.876
Trabalhista	28.845.681	15.366.642	141.734	44.354.058
Consignação	24.599.908	1.070.657	23.113	25.693.678
I.R.	81.957.975	25.092.930	35.527	107.086.432
TOTAL				**2.041.799.139**

Cumpre ressaltar que, com base em dados obtidos junto à Coordenadoria de Precatórios, do total pendente de pagamento, em 31/12/2008, R$ 17,6 bilhões, os de natureza alimentar somam R$ 12,4 bilhões (13.332 precatórios) e os de natureza não alimentar R$ 5,2 bilhões (4.767 precatórios).

No exercício de 2008 as dotações de sentenças judiciais da Administração Direta, Autarquias, Fundações,

Universidades e Empresas Dependentes alocadas no orçamento somaram R$ 1.619.745.302 e os pagamentos no ano totalizaram R$ 2.041.799.139, distribuídos entre as administrações direta e indireta, e atingiriam R$ 2.112.281.363 se incluídas as Empresas Dependentes e Universidades:

R$ 1,00

CONSOLIDADO			
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	**ORÇADO**	**APROPRIADO**	**PAGO**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	910.903.615	1.418.922.486	1.576.361.089
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	660.282.535	670.069.962	465.438.050
SUBTOTAL	**1.571.186.150**	**2.088.992.448**	**2.041.799.139**
EMPRESAS DEPENDENTES E UNIVERSIDADES	48.559.152	70.671.370	70.482.224
TOTAL	**1.619.745.302**	**2.159.663.818**	**2.112.281.363**

Fonte: Notas e quadros explicativos do Balanço Geral do Estado do exercício de 2008

Apresentamos a seguir quadro comparativo entre os valores de precatórios pagos e orçados, nos períodos de 1998 a 2008:

R$1,00

EXERCÍCIO	PAGAMENTO	ORÇAMENTO	%
1998	427.448.324	1.160.851.419	36,82%
1999	438.264.112	1.074.726.621	40,78%
2000	599.552.583	1.031.738.738	58,11%
2001	921.764.744	704.464.140	130,85%
2002	1.040.876.550	735.950.090	141,43%
2003	825.122.252	783.899.097	105,26%
2004	1.191.733.172	1.050.870.248	113,40%
2005	2.014.928.289	1.072.392.413	187,89%
2006	1.830.694.176	987.018.962	185,48%
2007	1.706.475.045	1.594.456.112	107,03%
2008	2.041.798.754	1.619.745.302	126,06%

Convém ressaltar os seguintes aspectos:

- no período de 1998 a 2002 ocorreram, progressivamente, acréscimos dos valores pagos a título de precatórios, tendência esta revertida em 2003, quando houve um decréscimo nominal da ordem de 20,72% pois, enquanto em 2002 foram pagos R$ 1,040 bilhão, em 2003 se pagou a importância de R$ 825 milhões;

- a tendência foi retomada em 2004, quando o valor nominal dos pagamentos, de R$ 1,192 bilhão, apresentou significativo acréscimo, da ordem de 44,43%, em relação ao valor pago em 2003, que foi de R$ 825 milhões;

- em 2005 os pagamentos atingiram o importe de R$ 2,015 bilhões, indicando um expressivo aumento de 69,07% em relação ao ano de 2004; entretanto, no exercício subseqüente, novamente verificou-se decréscimo nominal destes pagamentos, da ordem de 9,14% (em 2006 os pagamentos atingiram R$ 1,830 bilhão);

- no exercício de 2007 tivemos pagamentos que totalizaram a importância de R$ 1,706 bilhão, demonstrando, outra vez, reversão da expectativa de aumentos progressivos dos valores nominais de pagamentos, ou seja, pagou-se menos 6,78% do que em 2006;

- no exercício em exame os pagamentos totalizaram o valor de R$ 2,042 bilhões, correspondendo a um acréscimo de 19,65% em relação ao exercício de 2007.

- em relação ao orçamento verificou-se, da mesma forma, uma melhora na relação entre os valores pagos e orçados, pois, enquanto em 1998 os pagamentos representaram somente 36,82% do valor orçado, em 2002 pagou-se 41,43% acima da inscrição orçamentária; entretanto, em 2003, esta relação reduziu-se ao patamar de 5,26% já que o orçamento previu pagamentos de R$ 784 milhões e a importância efetivamente paga foi de R$ 825 milhões;

- em 2004 esta relação (pago x orçado) voltou a apresentar visível melhora, com o total de pagamentos superior em 13,40% ao valor orçado e, em 2005, esta relação foi bem

mais favorável, na medida em que efetuou-se pagamentos 87,89% acima da dotação inicial;

- o exercício de 2006, todavia, mostrou pequena redução na relação pago x orçado, relativamente ao ano anterior, já que o total pago foi 85,48% superior ao valor orçado;

- em 2007 esta relação (pago x orçado) apresenta acentuada redução, na medida em que os valores pagos foram, apenas, 7,03% superiores à inscrição orçamentária;

- em 2008 foram inscritos R$ 1,620 bilhão, superando o valor inscrito no exercício anterior e os pagamentos atingiram o montante de R$ 2,042 bilhões, correspondendo a 26,06% do valor inicialmente orçado.

Quanto à posição geral dos precatórios do Estado em 2008, temos que os pagamentos pendentes atingiram valores da ordem de R$ 17,600 bilhões, sendo o saldo total do passivo financeiro de R$ 985 milhões e o saldo do passivo permanente de R$ 16,615 bilhões.

Cabe ressaltar o expressivo aumento verificado no saldo dos precatórios pendentes de pagamento a longo prazo (R$ 11,686 bilhões em 2006, R$ 15,436 bilhões em 2007 e R$ 16,615 bilhões em 2007), que deveu-se, basicamente, à absorção no Balanço Geral do Estado das pendências do IPESP, além, como de praxe, da atualização monetária daqueles saldos.

V.1 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Estado mantém controle distinto para os repasses previstos na Lei nº 10.482/2002, Lei nº 11.429/2006 e Lei nº 12.787/2007.

Analisamos os documentos encaminhados pela Secretaria da Fazenda e extraímos por mais relevante o que segue:

A distribuição dos repasses, relacionados à Lei nº 10.482/2002 (Lei Madeira), atualizados até março/2008, lembrando que, devido à edição da Lei nº 11.429/2006, a última transferência ocorreu em janeiro de 2007, estava assim composta:

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 80%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 20%	TOTAL
2002	328.888.542	82.222.135	411.110.677
2003	64.976.404	16.244.101	81.220.505
2004	55.795.792	13.948.948	69.744.740
2005	81.467.331	20.366.833	101.834.164
2006	102.387.417	25.596.854	127.984.271
2007	6.654.641	1.663.660	8.318.301
TOTAL	**640.170.127**	**160.042.531**	**800.212.658**

Em atendimento ao artigo 5º da Lei nº 10.482, o Tesouro Estadual efetuou as seguintes devoluções:

DEVOLUÇÃO			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2002	132.917.561	1.306.287	134.223.848
2003	80.024.907	7.152.556	87.177.463
2004	50.390.556	4.795.518	55.186.074
2005	36.547.634	3.687.986	40.235.620
2006	68.563.807	11.093.572	79.657.379
2007	60.368.781	11.946.516	72.315.297
2008	58.204.254	23.862.672	82.066.927
TOTAL	**487.017.500**	**63.845.107**	**550.862.608**

No encerramento de 2008, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 469.981.712,29, sendo R$ 313.195.158,97 correspondentes ao principal e R$ 156.786.553,32 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191300 (SIAFEM-UG200051), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, em 31/12/08, de R$ 78.518.073,54.

LEI FEDERAL Nº 11.429/2006

Registramos que, em 26 de dezembro de 2006, foi editada a Lei Federal nº 11.429, que dispôs sobre os depósitos judiciais de tributos e revogou a Lei nº 10.482/2002.

A Secretaria da Fazenda Estadual, para registrar os valores decorrentes da Lei nº 11.429, criou controle distinto daquele utilizado para a Lei Madeira, conforme segue:

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 11.429			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 70%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 30%	TOTAL
2007	147.225.228	63.096.526	210.321.754
2008	250.202.345	107.229.576	357.431.921
TOTAL	**397.427.573**	**170.326.102**	**567.753.675**

DEVOLUÇÃO - LEI 11.429			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2007	29.257.796	734.671	29.992.467
2008	122.780.230	2.574.540	125.354.769
TOTAL	**152.038.026**	**3.309.211**	**155.347.237**

Até 31/12/08, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 448.055.488,18, sendo R$ 415.715.650,29 correspondente ao principal e R$ 32.339.837,89 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191500 (SIAFEM-UG200053), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, em 31/12/08, de R$ 85.183.048,65.

LEI ESTADUAL Nº 12.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007, E DECRETO ESTADUAL Nº 52.780, DE 06 DE MARÇO DE 2008

Informamos que a partir de abril/2008 a matéria passou a reger-se, em nível estadual, pela Lei nº 12.787/2007 e pelo Decreto nº 52.780/2008.

REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 12.787			
EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA 70%	TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA 30%	TOTAL
2008	489.239.583	209.674.107	698.913.690
TOTAL	**489.239.583**	**209.674.107**	**698.913.690**

DEVOLUÇÃO - LEI 12.787			
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
2008	122.586.383	1.549.120	124.135.503
TOTAL	**122.586.383**	**1.549.120**	**124.135.503**

Até 31/12/08, apurou-se o saldo a ser devolvido de R$ 586.802.842,41, sendo R$ 576.327.307,72 correspondendo ao principal e R$ 10.475.534,69 à correção.

Com o detalhamento da conta contábil 112191500 (SIAFEM-UG200054), verificamos que o Fundo de Reserva apresentava saldo, em dezembro de 2008, de R$ 144.345.915,37.

VI – ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apresentamos a seguir os tópicos relacionados à Lei Fiscal, cujo detalhamento encontra-se no Acessório 3, TC-02675/326/08, que acompanha os presentes autos.

a.) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Observamos que a receita arrecadada acumulada demonstrou uma situação favorável, uma vez que ficou além da previsão orçamentária em 13,01%. O valor empenhado está suportado pela arrecadação, demonstrando equilíbrio orçamentário e financeiro.

No que diz respeito ao regime próprio de previdência, os valores apresentados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, no exercício de 2008, evidenciam um superávit de execução orçamentária de R$ 70.423 mil.

Verifica-se, ainda, que o Resultado Primário Previsto superou o resultado consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando compatibilidade com a meta estabelecida.

Da análise do Resultado apresentado no exercício de 2008, observa-se uma situação favorável, vez que ficou além da pretensão estabelecida.

Já o Resultado Nominal apresentou um acréscimo em relação ao exercício anterior de R$ 13.880.321 mil. Constata-se, portanto, uma frustração da meta pretendida.

A análise do item “Dos Restos a Pagar” indicou condição financeira favorável, com superávit acumulado da execução orçamentária e uma tendência de redução integral do montante de Restos a Pagar exigíveis no exercício corrente.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda, relativamente à aplicação de recursos decorrentes da alienação de ativos observamos que houve compensação entre a receita e aplicação dentro do próprio grupo de ativo.

b.) RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O item Despesas com Pessoal constou no Relatório de Gestão Fiscal como segue:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 33.543.377**	=	**40,82%**
RCL		**R$ 82.182.734**		

O percentual de 40,82%, apurado pela Contadoria Geral do Estado, foi obtido desconsiderando as despesas com indenizações por demissões e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial, de exercícios anteriores e inativos com recursos vinculados.

Referidas deduções se justificam em face da norma instituída pela Lei nº 101/00, artigo 18, que prevê a inclusão de valores de caráter essencialmente remuneratório. Ainda, a exclusão da Compensação Previdenciária deu-se em função do artigo 19, inciso VI-b.

Verificamos, no entanto, que no Parecer das Contas do Governador do exercício de 2007, foi incluída a seguinte recomendação:

"8) o cancelamento de Restos a Pagar deve ser processado de modo independente da execução orçamentária."

Referida recomendação altera o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL, uma vez que exclui do cálculo as receitas provenientes do cancelamento de Restos a Pagar.

No 3º quadrimestre de 2008, o governo do Estado registra o valor de R$ 298.962 mil a este título, na subalínea 19220701 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores, para efeito de cálculo da RCL (últimos doze meses).

Assim, procedendo-se à exclusão mencionada, teríamos os seguintes valores:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 33.543.377**	=	**40,96%**
RCL		**R$ 81.883.772**		

Não obstante as deduções já mencionadas, entendemos, S.M.J., que outra exclusão deveria ter sido efetuada nas despesas com pessoal apuradas pela Contadoria

Geral do Estado, qual seja, o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, atingindo a cifra de R$ 203.060 mil e, pela mesma razão, excluímos referido valor da receita corrente líquida, obtendo o seguinte demonstrativo:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 33.340.317**	=	**40,82%**
RCL		**R$ 81.680.712**		

Comparando-se o exercício de 2007 com o de 2008, constatamos que o índice de Gastos com Pessoal passou de 41,33% para 40,82%.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal do Poder Executivo está dentro dos limites previstos no artigo 20, inciso II, letra c; e no artigo 22, § Único da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

No encerramento do exercício de 2007, a Dívida Consolidada Líquida representava 1,70 vezes a receita corrente líquida do mesmo período.

No exercício de 2008, a proporção de endividamento foi de 1,63 vezes a RCL, sendo que a Resolução do Senado Federal n.º 40, de 20/12/2001, indica para os Estados o limite de duas vezes a receita corrente líquida.

Foi atendida, também, a Resolução do Senado Federal nº 20, de 07/11/2003, que estabelece: "em 1º de maio de 2005, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estar ajustados aos limites fixados no art. 3º ou à trajetória de redução da dívida definida no art. 4º, ambos da Resolução n.º 40, de 2001, do Senado Federal, conforme o caso.".

Quanto a Concessão de Garantias, no 3º quadrimestre de 2008 o percentual apurado encontra-se devidamente ajustado ao limite de 32% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº. 43, alterada pela Resolução nº. 3, de 02/04/2002, ambas do Senado Federal.

Convém mencionar que o Governo Estadual vem observando o limite de 16% para realização de Operações de

Crédito estipulado no inciso I, artigo 7º da Resolução do Senado nº 43.

Quanto às despesas de capital, superaram as operações de crédito. Sendo assim, no exercício em análise, entendemos obedecida a disposição contida no inciso III do artigo 167 da C.F.

c. – DESPESAS COM PESSOAL E REFLEXOS

O Quadro de Pessoal do Governo do Estado, consideradas a Administração Direta, as Autarquias, as Fundações e as Empresas, é de 1.200 mil, sendo 771 mil ativos e 429 mil inativos (dados extraídos do Relatório do Senhor Secretário da Fazenda); do total, 718 mil são servidores ativos e 415 mil inativos do Executivo.

Conforme dados obtidos, a Despesa Líquida com Pessoal e Reflexos, abrangendo a totalidade da remuneração dos três Poderes, Ministério Público do Estado e Administração Indireta, atingiu o montante de R$ 39.995.270 mil.

Em relação às Receitas Correntes Líquidas, cujo valor, publicado pela Contadoria Geral do Estado, atinge R$ 82.172.734 mil, temos que as Despesas com Pessoal (todos os Poderes) alcançaram o percentual de 47,32%, conforme detalhamos:

R$ MIL

RECEITAS CORRENTES	
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	**107.688.074**
(-) Receita de Contribuições dos Servidores	2.296.787
(-) Transferências a Municípios	23.186.208
(-) Compens. Financ. entre Regimes Previdenciários	22.345
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**82.172.734**

DESPESAS CORRENTES - PESSOAL E ENCARGOS	R$ MIL
CONTRIBUIÇÕES	5
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.641.033
PENSÕES	224.986
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	4.046
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.869
SALÁRIO FAMÍLIA	669
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	22.549.590
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITAR	2.994.277
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11.990.387
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	183.426
AUXILIO TRANSPORTE	329.277
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	73.704
TOTAL DAS DESPESAS	**39.995.270**
(-) DIVERSAS EXCLUSÕES	-1.347.460
TOTAL DAS DESPESAS LÍQUIDAS	**38.647.810**
PERCENTUAL	**47,32%**

Apresentamos a seguir os percentuais correspondentes a cada um dos Poderes e ao Ministério Público, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

DESPESA DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	R$ MIL	
• Poder Executivo	33.543.377	40,82%
• Poder Legislativo	801.087	0,97%
• Poder Judiciário	3.566.272	4,34%
• Ministério Público	940.134	1,14%
TOTAL DESPESA COM PESSOAL	**38.850.870**	**47,27%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**82.182.734**	

Atendendo a recomendação do parecer das Contas do exercício de 2007, de acordo com o item VI, letra b, do presente relatório e excluindo do cálculo da receita Corrente Líquida – RCL as receitas provenientes do cancelamento de Restos a Pagar (R$ 298.962 mil), teremos o seguinte quadro:

DESPESA DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	R$ MIL	
• Poder Executivo	33.543.377	40,96%
• Poder Legislativo	801.087	0,98%
• Poder Judiciário	3.566.272	4,36%
• Ministério Público	940.134	1,15%
TOTAL DESPESA COM PESSOAL	**38.850.870**	**47,45%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**81.883.772**	

Entendemos, S.M.J., que o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, deveriam ser excluídos tanto das Receitas quanto das Despesas, conforme descrito no mesmo item VI.

Desta forma, o quadro de despesas por Poder ficaria assim:

DESPESA DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	R$ MIL	
• Poder Executivo	33.340.317	40,82%
• Poder Legislativo	801.087	0,98%
• Poder Judiciário	3.566.272	4,37%
• Ministério Público	940.134	1,15%
TOTAL DESPESA COM PESSOAL	**38.647.810**	**47,32%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**81.680.712**	

Os dados deste item foram obtidos nos relatórios de auditoria dos Acessórios 3, Poder Executivo TC-02675/326/08, Poder Legislativo TC-00645/326/08 e TC-00646/326/08, Poder Judiciário TC-00648/326/08, e Ministério Público TC-00647/326/08.

VII – ENSINO

Apresentamos a seguir o total despendido pelo Governo do Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino de 2008.

A matéria aqui tratada encontra-se detalhada no Acessório 2, TC-02675/226/08, que acompanha os presentes autos.

Observamos que o Governo Estadual aplicou a importância de R$ 19.976.468.464, correspondendo ao percentual de 30,13%, dando cumprimento ao disposto no artigo 255 da Constituição Estadual.

a) Exclusões

a.1) Exclusões efetuadas pela Secretaria da Fazenda

Do total das despesas, a Secretaria Estadual da Fazenda excluiu os valores provenientes dos cancelamentos de restos a pagar da Secretaria da Educação (R$ 7.824.318), uma vez que os recursos outrora reservados para tal mister serviram para o custeio de despesas do presente exercício.

Excluiu, também, despesas com salários de servidores da educação que prestam serviço para os municípios (R$ 203.060.060), os quais reembolsam referidos valores aos cofres estaduais.

Desconsiderou, ainda, os gastos com transporte escolar da Companhia do Metrô, não relativos à rede pública de ensino (R$ 36.989.394).

a.2) Outras exclusões

Excluímos as despesas com restaurantes universitários no montante de R$ 6.211.997.

Deduzimos R$ 487.461 referente a cancelamentos de Restos a Pagar da Secretaria do Ensino Superior, uma vez que os recursos outrora reservados para tal mister serviram para o custeio de despesas do presente exercício.

Com relação ao programa 0805 – Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil (antigo Programa Escola da Família), este E. Tribunal vem aceitando como despesas do Ensino, desde as contas do exercício de 2005, somente as despesas com estudantes universitários que participam como orientadores, por entender que o programa possui características claramente definidas de cultura, esporte e lazer. Assim, excluímos os valores relativos ao Projeto-Atividade 5606 – Apoio Técnico Pedagógico para Implementação de Parcerias, no montante de R$ 716.300.

a.3) FAPESP

Verificamos que o Estado incluiu, no orçamento de 2008, os gastos da FAPESP na função 12 – Educação, sendo que em 2007 tais gastos foram definidos como função 19 – Ciência e Tecnologia.

Tal fato foi objeto de comentários nos relatórios trimestrais de 2008.

A FAPESP, em resposta ao Ofício GCRRM nº 29/2009, enviou o Ofício GS/SES nº 194/09/mhd, protocolizado sob nº TC-16.440/026/2009, acompanhado de manifestação acerca do apontado no relatório.

Basicamente, informa que encontrava-se vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e passou a vincular-se à Secretaria de Ensino Superior, ocasião em que teve seus gastos reclassificados da função 19 – Ciência e Tecnologia para função 12 – Educação, sem qualquer participação da Entidade.

No encerramento do exercício, verificamos que o Estado desconsiderou a FAPESP nos totais de gastos com Educação.

b) Repasses ao Terceiro Setor – atendimento a educandos portadores de necessidades especiais

Recebemos cópia de trabalho desenvolvido pela Unidade Regional 10 – UR-10, de Araras, no qual foram detectados gastos com merenda escolar em repasses contabilizados na função 12-Ensino pelo governo estadual.

As despesas com programas suplementares de alimentação são vedados pelo inciso IV do artigo 71 da LDB, não devendo, portanto, integrar os gastos com ensino para atendimento aos limites constitucionais. Na mesma direção apontou o Decreto nº 52.377/2007, que autorizou a celebração dos convênios, ao exigir que as despesas deveriam enquadrar-se no artigo 70 da LDB.

Apesar disso, este tipo de dispêndio constava dos planos de trabalho apresentados previamente à Secretaria da Educação.

Realizado por meio de amostragem, o trabalho da UR-10 verificou convênios com instituições sem fins lucrativos, firmados com o intuito de promover o atendimento a educandos portadores de necessidades especiais.

De acordo com os resultados apontados, foram repassados R$ 1.591.788, dos quais 6,55% foram gastos com merenda. Além disso, de 7 entidades visitadas, 6 realizaram gastos com este tipo de despesa.

Realizamos levantamentos por meio do SIAFEM/SIGEO, onde verificamos que o Estado gastou, em 2008, R$ 74.034.209 na ação nº 5156-Atendimento Educacional Especializado.

Desta forma, entendemos, s.m.j., que a Secretaria de Estado da Educação deve ser alertada quanto à vedação prevista na LDB, atuando para que os valores repassados sejam gastos, efetivamente, em despesas que possam ser enquadradas como Ensino.

c) TC-03609/026/2009 - FUNDEB

A Diretoria Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, do Ministério da Educação, enviou o ofício nº 110/2008-DIFIN/FNDE/MEC, acompanhado de cópia de correspondência entregue à Secretaria Estadual da Fazenda, noticiando ajuste na distribuição dos recursos do FUNDEB 2007.

Em síntese, haveria diferença a ser recolhida pelo Estado de São Paulo, referente ao FUNDEB 2007, no importe de R$ 118.989.754,87.

A Secretaria da Fazenda contestou os valores apresentados, e recebeu a informação de que os dados estariam sendo reavaliados pelos órgãos federais.

De acordo com os dados constantes do Acessório 2 – Ensino referente a 2007, os valores referentes ao FUNDEB – parte do Estado se apresentam corretos.

Já quanto aos valores totais, englobando aqueles repassados aos municípios, entendemos que seja prudente aguardar um posicionamento do FNDE/STN, uma vez que o Estado contestou os números apresentados pelos órgãos federais.

Em prosseguimento, informamos que, no período em exame, o Governo do Estado aplicou nas despesas com Educação 30,13% do total das receitas de impostos.

Os percentuais aplicados no ensino nos quatro últimos exercícios foram:

EXERCÍCIOS	PERCENTUAL
2008	30,13%
2007	30,11%
2006	30,16%
2005	30,16%

Foi constatado, no exercício de 2008, um depósito a menor ao FUNDEB no valor de R$ 141.469.579.

VIII – SAÚDE

Estabelece a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000) a vinculação de parte da receita de impostos, próprios e transferidos para aplicação na área da Saúde.

No caso do Estado esta aplicação será, no mínimo, correspondente a 12% dos impostos arrecadados mais as transferências efetuadas pela União (FPE, IPI e IRRF).

a) Despesas

Demonstramos, a seguir, os valores despendidos na saúde com recursos da Fonte Tesouro, por programas e projetos-atividade:

R$ milhares

DESPESAS LIQUIDADAS – SAÚDE (sem exclusões)	2008
FONTE DE RECURSOS 001 – TESOURO	**8.178.809**
09000 – SECRETARIA DA SAUDE	7.227.903
0000 – ENCARGOS GERAIS	36.612
4836 – PAGAMENTO AÇÕES INDENIZATÓRIAS – ADM.INDIRETA	35.526
5140 – PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	1.087
0100 – SUPORTE ADMINISTRATIVO	628.176
4859 – COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	628.176
0910 – PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	58.151
1957 – CONSTRUÇÃO APARELHAM.FÁBRICA MEDICAM.-FURP AB	58.151
0914 – PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS	44.746
2066 – CONSTRUÇÃO, REF., AMPL. APARELHAMENTO SUCEN	124
4833 – APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS	743
4839 – CONTROLE DE ENDEMIAS	40.788
4859 – COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.645
4861 – CAPACITAÇÃO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAÚDE	289
5419 – PESQUISA CIENTÍFICA TECNOLÓGICA ÁREA ENDEMIAS	158
0926 – APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL CO	58.890
4717 – DOSE CERTA-PROGRAMA EST. ASSIST.FARMACÊUTICA	46.954
4867 – QUALIS – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	11.937
0928 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	208.565
1963 – OBRAS DE ADEQ. E AMPLIAÇÃO DO HCFMRP-USP	1.133
4843 – RESIDÊNCIA MÉDICA	2.151
4855 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC	968
4868 – ATENDIMENTO MÉDICO,AMBULATORIAL E HOSPITALAR	177.335
5422 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	21.307
5665 – ATENDIMENTO HEMOTERÁPICO	5.671
0929 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASS	747.820
1964 – OBRAS DE ADEQUAÇÃO,AMPL.APARELHAM.HCFM USP	18.391
4843 – RESIDÊNCIA MÉDICA	3.229
4845 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC	7.114
4868 – ATENDIMENTO MÉDICO,AMBULATORIAL E HOSPITALAR	621.390
5422 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	97.696
0930 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	5.247.832
1377 – CONSTRUÇÃO REF. AMP.APARELHAM.SERV.REFERÊNCIA	99.646
1958 – REFORMA APARELHAM.INST.CARDIOL. D.PAZZANESE	6.370
1959 – REFORMA,AMPL. APARELHAM.HOSP.F.VASCONCELOS	8.870
4849 – APOIO FINANCEIRO ENTID.FILANT.MUN.EST.S.PAULO	597.710
4850 – ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	3.080.992
4851 – PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	3.025
4852 – REPASSE REC.P/AT.MÉD.ORG.SOC.SAÚDE OUT.ENTID.	1.447.959
5695 – DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES INST.DR. ARNALDO	3.259
0931 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	94.783
4861 – CAPACITAÇÃO APERFEIÇOAM.PROFISSIONAIS SAÚDE	785
4863 – RESIDÊNCIA MÉDICA	93.998
(continua)	

(continuação)	
0932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE	6.663
4124 - CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	1.857
4127 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	402
4138 - EXAMES DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA	1.175
4722 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	322
5423 - PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	265
5780 - VACINAÇÃO DE ROTINA	2.642
0933 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO,	203
4856 - ESTUDOS E PESQUISAS INTERESSE SAÚDE PÚBLICA	8
5805 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	138
5807 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE MÉTODOS E PROCESSOS	57
0934 - DIAGNÓSTICO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO, INFORAÇAO	4.358
4859 - COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	145
4865 - EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO EM CÂNCER	4.213
0935 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODER	4.078
4869 - PRODUÇÃO DE BIOLÓGICOS	4.078
0936 - DOE SANGUE, DOE VIDA	28.991
4192 - COLETA, PROC.FORN.SANGUE HEMOCOMPONENTES	28.991
3904 - SANEAMENTO PARA TODOS	26.916
1936 - MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	26.916
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFO	6.120
4858 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	6.120
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	25.000
5576 - COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	25.000
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	187.487
1308 - SEGURANÇA ALIMENTAR	187.487
1309 - VIVA LEITE	187.487
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	6.594
1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO	6.594
5906 - ATENÇÃO INT.SAÚDE ADOL.CUMP.SOCIOEDUCATIVA	6.594
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	52.743
1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	39.300
4988 - ASSISTÊNCIA ALIM.PRESOS EM CUST.POLÍCIA CIVIL	39.250
5595 - SUPRIMENTO MEDIC. PRESOS CUST.POLÍCIA CIVIL	49
1811 - CORPO DE BOMBEIROS	2.850
5000 - SERVIÇOS DE RESGATE	2.850
1816 - ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM	10.323
5001 - ATENDIMENTO MÉDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	9.530
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO POLICIAIS MILITARES	793
1817 - ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - CAI	270
4784 - ASSISTÊNCIA MÉD.HOSP.ODONT.PENS. POL.MILITAR	270
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	47.809
3806 - GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	47.809
5325 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO Á POPUL.PRISIONAL	2.726
5326 - ASSISTÊNCIA À SAUDE	5.655
5328 - GERENCIAMENTO UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL	39.427
(continua)	

(continuação)	
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	548.628
4301 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL	548.628
5273 - APERFEIÇOAMENTO AÇÕES SAÚDE PROMOV HOSP UNIV	9.239
5274 - ASSISTÊNCIA MÉDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	486.614
5276 - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEX/ÁREAS DE A.C.-D.A.	52.775
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	107.645
0927 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	37.551
4107 - ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS	23.925
4860 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	13.627
4406 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	70.094
5428 - GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO - SAÚDE	70.094

Obs.: despesas discriminadas por Órgão/ Programa/ Projeto-Atividade
Fonte: SIGEO

Foram efetuadas as seguintes exclusões:

TOTAL DAS EXCLUSÕES	**87.395**
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	49.843
1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE **(b)**	39.250
4988 - ASSISTÊNCIA ALIM.PRESOS EM CUST.POLÍCIA CIVIL	39.250
1816 - ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES E COM **(b)**	10.323
5001 - ATENDIMENTO MÉDICO HOSP. POLICIAIS MILITARES	9.530
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO POLICIAIS MILITARES	793
1817 - ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - CAI **(c)**	270
4784 - ASSISTÊNCIA MÉD.HOSP.ODONT.PENS. POL.MILITAR	270
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	37.551
0927 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL **(a)**	37.551
4107 - ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS	23.925
4860 - ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	13.627

a) já desconsiderado pelo Estado na despesa bruta publicada no D.O.
b) desconsiderado pelo Estado no item Exclusões do demonstrativo
c) desconsiderados pela Diretoria de Contas do Governador

O demonstrativo a seguir traz a composição da Receita para apuração do índice de gastos com a saúde, conforme determina a Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000 (DOU de 14/9/2000).

R$ milhares

RECEITAS DA SAÚDE	2008
11 - RECEITA TRIBUTARIA	60.248.134
1112 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	4.452.257
111205 - IMP. SOBRE A PROP.DE VEICULOS AUTOMOTORES	3.852.664
11120551 - IPVA-PARTE DO ESTADO	3.339.104
11120554 - IPVA-PARTE FUNDEB	513.560
111207 - IMP.S/TRANSM.C.MORTIS E DOACAO BENS/DIREITOS	599.592
11120751 - ITCMD-PARTE DO ESTADO	519.667
11120754 - ITCMD-PARTE DO FUNDEB	79.926
1113 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	55.795.877
111302 - IMP.S/OP.REL.CIRC.MERC.PREST.SERV.TRANSP.COM	55.795.877
11130251 - ICMS-PARTE DO ESTADO	45.568.493
11130254 - ICMS-PARTE FUNDEB	10.227.384
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.131.614
1721 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.131.614
172101 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	4.131.614
17210104 - TRANSF.DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RET.NA FONTE	3.120.007
17210132 - CTA-PTE IMP.OP.CRED.CAMB.SEG.TIT.VAL.MOB.OUR	23
17210151 - FPE:COTA-PARTE FUNDO PARTICIPACAO DOS ESTADO	383.505
17210154 - COTA PTE DO FDO DE PARTIC DOS EST-PTE FUNDEB	86.074
17210161 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO ESTADO	442.656
17210164 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO FUNDEB	99.350
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.473.806
TOTAL	**65.853.554**

Diante do exposto, o Governo do Estado de São Paulo, no exercício de 2008, aplicou na saúde o percentual de 12,26%, conforme demonstramos abaixo:

	R$ milhares
RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTO	65.853.554
DESPESAS - FUNÇÃO SAÚDE - TESOURO	8.178.809
EXCLUSÕES	103.141
Despesas excluídas pelo Estado	87.125
Despesas não consideradas pela DCG	270
Cancelamento de Restos a Pagar	15.746
DESPESA LÍQUIDA	**8.075.668**
PERCENTUAL	**12,26%**

Em valores nominais, o Estado aplicou R$ 1.366.049 mil (20,36%) a mais que no exercício passado.

b) Viva Leite

Em auditoria realizada no Programa Segurança Alimentar, que engloba o Viva Leite, foram realizadas visitas e acompanhamentos in loco, em municípios do interior e da Grande São Paulo.

Os resultados parciais foram relatados no relatório do 3º trimestre do TC-A-7576/026/08, que cuida do acompanhamento das Contas do Governador. Conforme constou em referido trabalho:

"No interior, nas prefeituras verificadas até agora, a vinculação com a área da saúde se dá pela distribuição, via de regra, pelas unidades de saúde e a obrigatoriedade da realização do exame antropométrico. Conforme já exposto, os municípios o realizam mensalmente e podem acompanhar tempestivamente o estado nutricional das crianças e realizar os encaminhamentos pertinentes, quando necessário. Nesse aspecto, o projeto poderia determinar como norma, visando à inexistência de exceções. Nos municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, o cadastramento e distribuição do leite são feitos por organizações não governamentais, não havendo qualquer vinculação com Unidades de Saúde; impossibilitando, portanto, o exame antropométrico e monitoramento nutricional dos beneficiários."

Já com relação ao parecer relativo às contas do exercício de 2004, que recomendava maior envolvimento da Secretaria da Saúde nas ações do Vivaleite, a auditoria apurou o seguinte:

"O artigo 3º do Decreto Estadual nº 44.569/99 prevê a criação de uma Comissão Estadual do Projeto "VIVALEITE" para estabelecer metas e critérios para execução do Programa, bem como avaliar periodicamente os resultados obtidos. Essa Comissão deveria incluir um representante da Secretaria da Saúde, porém, até o momento não houve a designação formal dos representantes.

Pela Resolução SS-12 de 31/07/07, a Secretaria de Estado da Saúde deve acompanhar a execução e os resultados obtidos pelas ações do Vivaleite e realizar relatório anual, porém, segundo informações obtidas junto à CODEAGRO, não há o repasse das informações à citada Secretaria.

Quanto à CODEAGRO, segundo resposta à requisição nº 01/08, vem realizando o monitoramento da obrigação dos municípios em acompanhar o estado nutricional das crianças estabelecidas como obrigação no programa. Tais ações referem-se ao acompanhamento do exame antropométrico, já citado no item anterior, realizado nos municípios do interior. Todavia, na Grande São Paulo, nenhuma ação foi apontada nesse sentido."

Informamos, a seguir, os valores gastos em 2008 com o Vivaleite:

AÇÃO	REGIÃO	VALOR R$ milhares	%
13090000 - VIVA LEITE	TODAS	187.487	100,00%
	GRANDE SAO PAULO	111.179	59,30%

Fonte: SIGEO

Se excluídos os valores referentes à Grande São Paulo, o índice de aplicação em Saúde ficaria conforme o quadro seguinte:

	R$ milhares
RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTO	65.853.554
DESPESAS - FUNÇÃO SAÚDE - TESOURO	8.178.809
EXCLUSÕES	214.320
Despesas excluídas pelo Estado	87.125
Despesas não consideradas pela DCG	270
Cancelamento de Restos a Pagar	15.746
Viva Leite – região Grande São Paulo	111.179
DESPESA LÍQUIDA	**7.964.489**
PERCENTUAL	**12,09%**

Tendo em vista as constatações da auditoria, principalmente com relação à região da Grande São Paulo, entendemos, s.m.j., que o Governo do Estado deve tomar providências com relação ao acompanhamento antropométrico e ao maior envolvimento da Secretaria da Saúde com o Vivaleite.

c) Inscrição de Restos a Pagar

A seguir, apresentamos a composição dos valores do Demonstrativo de Restos a Pagar, na função Saúde, constituído por Restos a Pagar processados e não processados.

ITENS	RESTOS A PAGAR		TOTAL
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
• Recursos Tesouro	55.624.208	74.981.740	130.605.948
• Recursos Próprios	20.485.377	34.510.354	54.995.730
• Rec. Vinculad Federais	87.602.775	44.120.441	131.723.216
• Rec Fundo Esp. Desp.	140.267.812	53.061.205	193.329.017
TOTAL	**303.980.171**	**206.673.740**	**510.653.912**

Conforme determina o Decreto nº 53.876, de 23 de dezembro de 2008, os saldos de contas financeiras de restos a pagar deverão ser cancelados, revertendo-se os valores à receita do Estado.

Transcrevemos, a seguir, o artigo 8º do referido decreto:

"Os restos a pagar inscritos em 2008 terão validade até 31 de dezembro de 2009, inclusive para efeito da comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas do ensino e da saúde."

A Contadoria Geral do Estado procederá a baixa dos valores prescritos, nos termos do artigo 33, da Lei Estadual nº 10.320, de 16 de dezembro de 1968, enquanto as Unidades Gestoras Executoras deverão cancelar os valores cuja obrigação registrada não guardar real conformidade com os respectivos compromissos.

Vale lembrar que o Estado registra as receitas de cancelamentos de restos a pagar orçamentariamente e que os valores correspondentes à função saúde são excluídos para efeito de cálculo do percentual previsto na EC nº 29.

Solicitamos à Contadoria Geral do Estado o total de Restos a Pagar da Saúde em 31/12/2008, e esta informou o valor de R$ 847.147.328,18 (incluindo outros passivos financeiros da Saúde). A posição até janeiro e abril/2009 é a seguinte:

PAGO EM JANEIRO	RETIDO OU CANCELADO ATÉ JANEIRO	SALDO EM JAN/09
328.937.392,22	**20.604.155,15**	**497.605.780,81**

PAGO ATÉ ABRIL	RETIDO OU CANCELADO ATÉ ABRIL	SALDO EM ABRIL/09
715.358.395,74	**22.235.133,09**	**109.553.799,35**

d) Atendimento às Instruções 1

O Poder Executivo não encaminhou a este Tribunal as cópias das atas das audiências públicas trimestrais da saúde realizadas na Assembléia Legislativa, conforme determina o inciso II, artigo 12 das Instruções 1/2008.

Também não deu atendimento ao artigo 13, incisos I e II, pois deixou de encaminhar o resumo das despesas realizadas com o pagamento de pessoal da área da saúde, devidamente vistados pelos membros do Conselho Estadual de Saúde – CES.

IX – CONTROLE INTERNO

O controle interno vinha sendo exercido pela Coordenadoria Estadual de Controle Interno – CECI nos termos do Decreto Estadual nº 41.312, de 13 de novembro de 1996.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 48.471, de 22 de janeiro de 2004, que criou, na Secretaria da Fazenda, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária, a CECI teve sua denominação alterada para Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC.

Também por conta do referido Decreto Estadual, os Centros de Controle Interno – CCIs passaram a denominar-se Centros de Controle e Avaliação e os Centros Regionais de Controle Interno – CRCIs tiveram a denominação alterada para Centros Regionais de Controle e Avaliação.

Ainda por conta do citado diploma legal, o Departamento de Controle Interno teve sua denominação alterada para Departamento de Controle e Avaliação e, mantidas as suas atribuições e as competências de seus dirigentes, foi transferido para a Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

O Decreto nº48.471/04 não revogou disposições contidas no Decreto Estadual nº 41.312/96 atinentes ao

controle interno dos Órgãos e Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, especialmente aquelas previstas no artigo 2º, incisos I, II e III, que trata das competências da Coordenadoria Estadual de Controle Interno, quais sejam:

- gerir o SIAFEM/SP;

- avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e a execução orçamentária do Estado;

- verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, de pessoal e patrimonial nos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, bem como a aplicação dos recursos destinados às entidades de direito Privado.

Assim, o controle interno, a partir do exercício de 2004, passou a ser exercido pelo Departamento de Controle e Avaliação, vinculado à Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

Regularmente este Tribunal tem recebido os relatórios produzidos pelo controle interno estadual, que são encaminhados às Diretorias de Fiscalização para fins de subsídio aos trabalhos de auditoria.

X – PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

O Programa Estadual de Desestatização – PED foi formulado para promover e assegurar o equilíbrio das contas públicas e a reorganização do Estado, no pressuposto de mudanças estruturais com significativos reflexos na economia.

Em 15 de fevereiro de 2008 foi realizada a 194ª reunião do Conselho Diretor do PED, instituído por força da lei estadual nº 9.361, de 05/07/96, na qual houve apresentação e deliberação acerca da retomada do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP e da respectiva modelagem de venda, com ênfase na apreciação de alguns pontos relativos ao Edital de Licitação, aludindo ao número de ações a serem alienadas e a modalidade de alienação, condições de pagamento, garantias a serem exigidas do adquirente, entre

outros aspectos; venda das ações detidas pela CESP no capital social da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. para o Estado de São Paulo e a guarda e armazenamento da documentação disponibilizada aos interessados credenciados no *data room* da CESP. O Conselho Diretor decidiu por unanimidade recomendar ao Senhor Governador do Estado a aprovação das propostas apreciadas com relação ao Edital de Licitação, da venda da totalidade das ações detidas pela CESP no capital social da EMAE para o Estado de São Paulo, bem como da atribuição à Procuradoria Geral do Estado e à Coordenadoria de Entidades descentralizadas e Contratações Eletrônicas – CEDEC, da Secretaria da Fazenda da guarda da documentação presente no *data room* da CESP.

Em 19 de fevereiro de 2008, na 195ª reunião do Conselho Diretor foi apresentado e deliberado acerca da retomada do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP e da respectiva modelagem de venda, com destaque sobre alguns pontos relativos ao Edital de Licitação.

A 14ª reunião extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2008 deliberou acerca da retomada do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP e da respectiva modelagem de venda, com enfoque na apreciação da proposta de retificação do item 5 (d) da ata da 195º Reunião Ordinária do Conselho diretor do PED, sendo recomendado por unanimidade ao Governador do Estado a aprovação das propostas apreciadas com relação ao Edital de Licitação.

No dia 29 de abril de 2008 foi realizada a 196ª Reunião Ordinária para apresentação e apreciação sobre o Relatório de Atividades do Programa Estadual de Desestatização – PED, em versão consolidada referente ao exercício de 2008, com recomendação por unanimidade ao Governador do Estado para a aprovação do referido relatório e posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No dia 15 de maio de 2008 foi realizada a 197ª reunião ordinária do PED constando da apresentação e deliberação sobre a proposição de algumas mudanças na modelagem econômico-financeira e jurídico-institucional, referente à 2ª etapa do Programa de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo, envolvendo 05 lotes rodoviários do Estado de São Paulo, sendo recomendado por unanimidade ao Governador do Estado a aprovação da modelagem proposta nas condições e forma expostas pelo Secretário dos Transportes, bem como a autorização para a realização das Audiências Públicas respectivas.

No dia 03 de junho de 2008 foi realizada a 198ª reunião ordinária com a apresentação e apreciação sobre a proposta de concessão onerosa do serviço seletivo especial de transporte ferroviário metropolitano de passageiros denominado "Expresso Aeroporto", sendo recomendado por unanimidade ao Governador do Estado a aprovação da modelagem proposta nas condições e forma expostas na presente ocasião pelo Secretário dos Transportes Metropolitanos, bem como a autorização para a realização da Audiência Pública respectiva.

No dia 24 de julho de 2008 foi realizada a 199ª reunião ordinária do PED com a apresentação e deliberação sobre a proposição de ajustes na modelagem anteriormente aprovada na 197ª reunião ordinária do PED e correções na extensão de quanto dos cinco lotes rodoviários, objetos da concessão sendo recomendado por unanimidade ao Governador do Estado a aprovação da incorporação na referida modelagem das mudanças propostas, bem como a autorização para a publicação do Edital de concessão para fins de licitação.

No dia 10 de outubro de 2008 foi realizada a 200ª reunião ordinária com a apresentação e deliberação acerca da proposta de revisão de alguns parâmetros que consubstanciam a modelagem anteriormente aprovada referente ao projeto de concessão onerosa do serviço seletivo especial de transporte ferroviário metropolitano de passageiros denominado "Expresso Aeroporto", com recomendação por maioria absoluta, para a aprovação pelo governador da modelagem nas condições propostas, bem como a autorização para a publicação do Edital de Concessão para fins de licitação.

XI – AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

Em continuidade ao monitoramento e avaliação das ações governamentais do Estado de São Paulo, esta Diretoria, utilizando Sistema informatizado da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, obteve dados relativos às realizações governamentais diretamente vinculados à Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual (PPA).

Neste exercício de 2008, entrou em vigor o novo Plano Plurianual do Estado de São Paulo, que abarca os exercícios de 2008 a 2011, tendo a Secretaria Estadual de Economia e Planejamento disponibilizado dados do Sistema de Informações sobre o Acompanhamento dos Programas Aprovados naquela peça orçamentária (SIMPA), contendo informações sobre a realização de metas previstas pelo Governo.

No entanto, observamos, ainda, carências quanto às informações financeiras dos investimentos realizados pelas empresas não dependentes mediante recursos recebidos a título de subscrição de ações.

Referidos valores, somados a recursos próprios das estatais, são vinculados a programas previstos anualmente na Lei Orçamentária Anual, porém, não sofrem atualização orçamentária ao longo do exercício, quando podem ocorrer complementações financeiras de investimentos pelas empresas.

Este fato impossibilita o cotejamento entre os valores previstos e realizados nestes programas, em que pese o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar 101/00 que desonera aquelas entidades de incluírem-se na consolidação orçamentária do Estado.

Outra questão que reflete no resultado do trabalho aqui tratado, ainda em relação às empresas não dependentes, é a correlação entre o valor atualizado por ação governamental e a realização das metas (as metas informadas podem ser decorrentes de recursos de vários exercícios).

Assim, podemos afirmar que, apesar de os instrumentos de planejamento estarem legalmente constituídos e apresentarem avanços no exercício de 2008, o pleno funcionamento do modelo de planejamento e gestão por programas requer ajustes.

Não obstante, ressalvamos em item específico deste relatório, deficiências na constituição dos indicadores de desempenho utilizados pela administração pública.

Após essas observações, apresentamos a seguir os itens que compõem o tema:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um processo administrativo que visa determinar a direção a ser seguida para alcançar um resultado desejado (Lacombe – 2003, pg 162).

Ferramenta administrativa, o PPA possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos e construir referencial futuro.

O administrador deve antecipar cenários, avaliar alternativas e propor ações necessárias para o desenvolvimento do Estado.

BASE LEGAL

- Constituição Federal: artigo 165;
- Constituição Federal: artigo 74 (Controle Interno);
- Constituição Estadual: artigos 156, 157 e 174 a 176;
- Lei de Responsabilidade Fiscal: Artigos 5º e 15 a 17;
- Decreto Federal nº 2829, de 29 de outubro de 1998;
- Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974 (MPO);
- Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 (MPO).

PEÇAS DE PLANEJAMENTO

- Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Estadual ao longo do período de quatro anos. Tem vigência do 2º ano de um mandato estadual até o final do 1º ano do mandato seguinte, de modo

que haja continuidade do processo de planejamento, mesmo no caso de troca de governo. Também prevê a atuação do Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

Os ajustes ou reavaliações do PPA poderão ser estabelecidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que por sua vez será base para a elaboração das Leis Orçamentárias.

A partir do PPA, torna-se obrigatório ao Governo planejar suas ações e também seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA.

O PPA tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo; a organização dos propósitos da administração pública em programas; a integração do plano com o orçamento, por meio de programas; e a transparência das ações de governo.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e tem periodicidade anual.

A LDO estabelece metas e prioridades e orienta a elaboração da LOA.

- Lei Orçamentária Anual – LOA

Esta lei estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro. Sua elaboração deve atender disposição constitucional, lembrando que esses orçamentos devem ser elaborados em consonância com as políticas integrantes do PPA e com a LDO.

A LOA deve conter metas físicas e financeiras.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para visualizar determinados aspectos da gestão do Governo do Estado, de acordo com uma amostragem que considerou a relevância e o interesse específico de ações e programas, no contexto das Secretarias a que estão vinculados, solicitamos à Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, elementos que permitissem avaliar os resultados obtidos, com base nas peças de planejamento orçamentário, especialmente a Lei Orçamentária e o Plano Plurianual 2008-2011.

Nossa seleção alcançou quarenta programas com o total de 224 ações.

Os programas selecionados são:

a) 0803 – Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental;

b) 0804 – Melhoria da Qualidade do Ensino Médio;

c) 0805 – Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil;

d) 0910 – Produção de Medicamentos;

e) 0914 – Prevenção e Controle de Endemias;

f) 0928 – Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em Ribeirão Preto;

g) 0929 – Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo;

h) 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP;

i) 0932 – Controle de Doenças e Promoção de Saúde;

j) 0935 – Produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Hemoderivados;

k) 1023 – Ensino Público Tecnológico;

l) 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Desenvolvimento);

m) 1024 – Ensino Público Técnico (Secretaria do Ensino Superior);

n) 1308 – Segurança Alimentar;

o) 1602 – Gestão da Malha Hidroviária;

p) 1605 – Operação e Controle de Rodovias;

q) 1606 – Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária;

r) 1609 – Conservação da Malha Rodoviária;

s) 1611 – Transposição Rodo-Ferroviária da Região Metropolitana de São Paulo;

t) 1729 – Atenção Integral ao Adolescente e Integração das Medidas Sócio-educativas;

u) 1801 – Prevenção e Repressão à Criminalidade;

v) 1807 – Policiamento Ostensivo;

w) 1818 – Modernização da Segurança Pública;

x) 2508 – Provisão de Moradias;

y) 2509 – Requalificação de Moradias;

z) 2510 – Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários;

aa) 2901 – Processo Orçamentário do Estado de São Paulo;

bb) 2906 – Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação;

cc) 3513 – Proteção Social Básica (Órgão 35000 – Secretaria de Assistência Social);

dd) 3513 – Proteção Social Básica (Órgão 28000 – Casa Civil);

ee) 3706 – Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha;

ff) 3707 – Expansão, Modernização e Operação do Transporte Ferroviário – PITU em Marcha;

gg) 3708 – Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – PITU em Marcha;

hh) 3801 – Modernização do Sistema Penitenciário;

ii) 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria do Saneamento e Energia);

jj) 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria da Habitação);

kk) 3907 – Infra-estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes.

ll) 4301 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários;

mm) 4302 – Ensino Público Superior;

nn) 4304 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;

Salientamos que o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas físicas e financeiras da administração pública organizadas em programas. Estes, por sua vez, conjugam

ações para atender a um problema ou a uma demanda da população.

As análises procedidas neste tópico, individualizadas por Programas de Governo, consideraram os resultados quantitativos apresentados e trouxeram comparativo desses resultados com as metas, em relação ao exercício de 2008. No que tange a adequação de indicadores governamentais, a abordagem foi realizada em item específico deste relatório.

No que se refere à compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não foram publicados neste último dispositivo legal, os quantitativos de metas para o exercício de 2008, em decorrência de a Lei de Diretrizes Orçamentárias ter sido editada antes da elaboração do Plano Plurianual, S.M.J., em desacordo com o artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal, bem como com o parágrafo 4º, artigo 166, da Carta Magna Brasileira.

Diante do exposto, para este comparativo, consideramos, como metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os quantitativos indicados na base de dados da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

Preliminarmente, cabe tecer algumas considerações acerca da leitura dos quadros que apresentaremos, esclarecendo que o Plano Plurianual 2008-2011 estabeleceu como parâmetros de avaliação governamental, indicadores e metas.

Cabe esclarecer que tratam-se de previsões quantitativas, não compreendendo métodos de avaliações de qualidade da gestão.

Os quantitativos dos indicadores refletem os objetivos governamentais a serem alcançados ao término do período 2008-2011, ao passo que os quantitativos das metas, anuais e plurianuais, refletem as ações de governo a serem implementadas para que os objetivos propostos sejam atendidos.

Assim, o trabalho contido neste tópico concentrou-se na verificação dos quantitativos das metas governamentais, sendo as metas anuais aferidas ao término do exercício de 2008 e as metas plurianuais, com atingimento previsto para o término do exercício de 2011, objeto de acompanhamento por esta Diretoria.

Para fins de acompanhamento, tendo em vista o prazo de 4 anos para a realização das metas previstas no Plano Plurianual, adotamos, como ideal, o parâmetro de 25% de realização neste exercício de 2008, primeiro ano de vigência daquela peça de planejamento.

No relatório das contas do exercício anterior, (TC-05564/026/07) verificou-se que, em algumas situações, houve impossibilidade de identificação de determinados parâmetros e realizações, em virtude de mudanças de produtos a serem aferidos, do estabelecimento de novas metas governamentais no interstício de 2004 a 2007 (período de implementação do Plano Plurianual anterior), bem como ações executadas por empresas estatais não dependentes, sem a obrigatoriedade de registro da suplementação orçamentária e, ainda, a existência de ações governamentais englobadas por outras ações, ou transferidas para outras Secretarias de Governo com modificações de nomes e números, bem como novas ações criadas no decorrer do quadriênio analisado.

Na verificação do presente exercício, a não ser pela dificuldade anteriormente relatada no que tange às empresas não dependentes, foram sanadas as demais impropriedades anteriormente constatadas, em que pese a análise do primeiro ano de vigência do Plano Plurianual caracterizar-se pela manutenção do rumo de Governo até então estabelecido.

Assim, adotamos as seguintes observações nas ações de governo constantes dos quadros apresentados:

a) "Não consta na LOA 2008"

As metas indicadas com esta expressão revelam que não houve previsão de metas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008;

b) "LOA 2008 sem quantitativos de metas"

Trata-se dos casos em que a Lei Orçamentária indicou metas, porém não as quantificou no exercício de 2008, impedindo a conferência com as realizações do exercício.

d) "Ação sem número"

São ações governamentais que constaram somente no Plano Plurianual, não constando na lei orçamentária nem no relatório da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, não indicando realização física nem financeira.

e) "Ações executadas por empresas estatais não dependentes"

Trata-se de informações de execução financeira obtidas fora do Sistema SIAFEM, fornecidas pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, sendo as dotações iniciais obtidas na LOA 2008.

f) "Ações executadas por empresas estatais não dependentes sem informação da dotação atualizada pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento".

Trata-se de situações em que o valor financeiramente executado encontra-se maior que aquele previsto nas dotações iniciais das Leis Orçamentárias, indicando ocorrências de créditos orçamentários suplementares ao longo dos exercícios considerados. A verificação fica impossibilitada pelo fato de que as suplementações orçamentárias das empresas não dependentes são discriminadas no Sistema SIAFEM de maneira genérica, em forma de subscrição de ações, não indicando individualizadamente as ações governamentais que receberam os recursos suplementados, sendo que as previsões atualizadas não são fornecidas pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

Os quadros apresentam, também, informações financeiras, dotação atualizada e despesa liquidada, evidenciando os dados do exercício ora em análise.

Os resultados das metas e valores realizados podem ser acompanhados por meio de gráficos apresentados neste trabalho.

Um dos gráficos apresenta o percentual de realização em relação ao Plano Plurianual (PPA) e o outro os percentuais de realização em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma das possibilidades da leitura desses gráficos é acompanhar o desempenho financeiro frente à realização física.

Cabe mencionar que, dos programas governamentais selecionados para este trabalho, três programas são executados por mais de uma Secretaria Estadual: são os Programas 1024 - Ensino Público Técnico (Secretaria do Desenvolvimento e Secretaria do Ensino Superior); 3513 - Proteção Social Básica (Secretaria da Assistência Social e Casa Civil) e 3906 - Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional (Secretaria de Energia e Secretaria de Habitação).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0803 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: Assegurar a todos os alunos do ensino fundamental, incluindo aqueles com necessidades especiais, a permanência e o percurso escolar, com ações que implementem programas de alfabetização, destinados às classes de 1ª á 4ª serie, reorganização do currículo, revisão dos ciclos da progressão continuada, provisão dos recursos didáticos inovadores, entre outros.

JUSTIFICATIVA Em 2006,a Secretaria da Educação foi responsável por 49% das matrículas do ensino fundamental de toda a rede de ensino, comprovando que o acesso está atendido. Entretanto , as taxas de repetência aumentaram nos últimos anos (1998:2%; 2006:7,4%), especialmente na 1ª e 2ª séries. Para reverter esse quadro e melhorar a qualidade de ensino, com prioridade ao programa de intervenção na alfabetização.

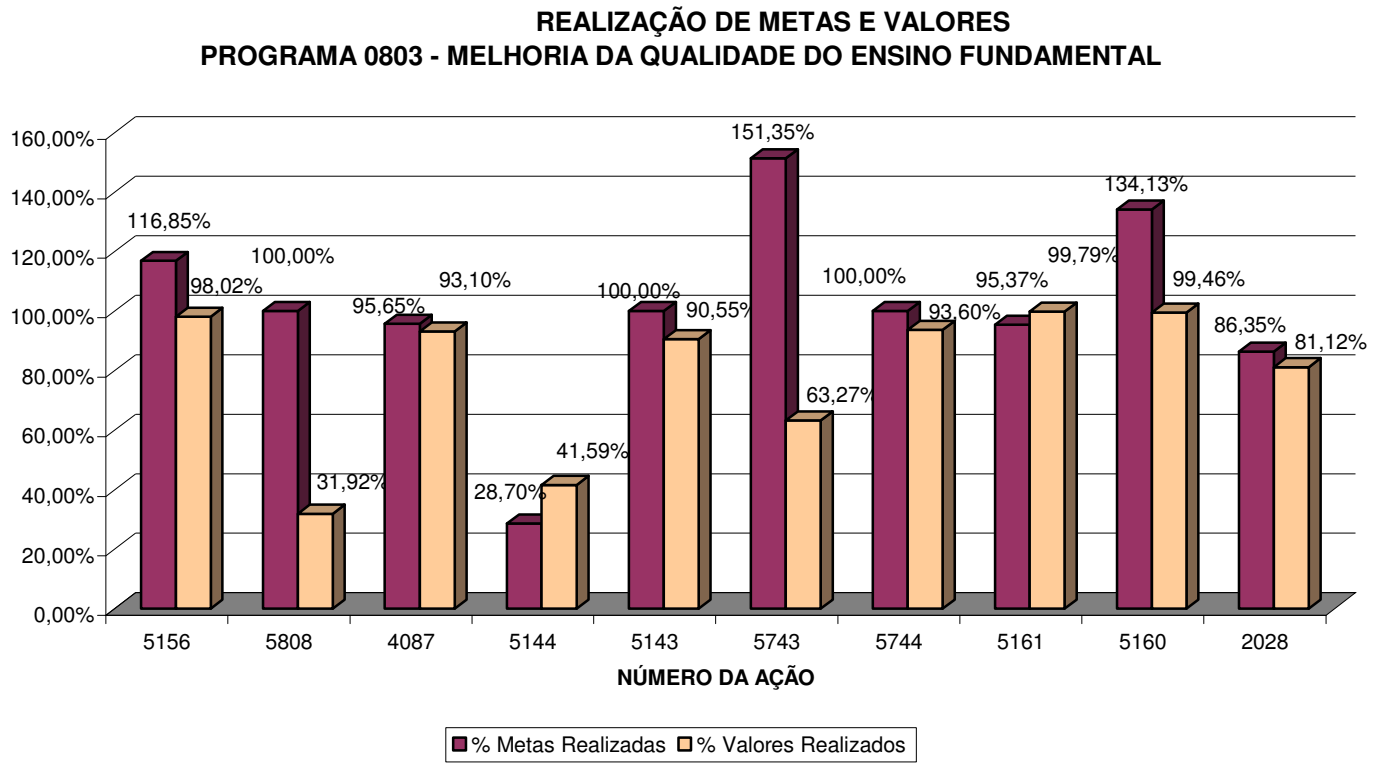
	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
21.320.073.274	5.365.599.370	25,17%	5.432.206.844	5.365.599.370	98,77%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5156 - Atendimento Educacional Especializado	75.526.862	74.034.209	98,02%	276.336 alunos com necessidades especiais atendidos	75.251	27,23%	64.401	75.251	116,85%
5808 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Fundamental	29.790.058	9.509.913	31,92%	95% dos alunos aprovados	92%	96,84%	92%	92%	100,00%
4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais	44.235.810	41.182.680	93,10%	63 municípios envolvidos	22	34,92%	23	22	95,65%
5144 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	4.936.628	2.053.041	41,59%	5.920 projetos pedagógicos implementados	330	5,57%	1.150	330	28,70%
5143 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental - EJA	8.554.939	7.746.154	90,55%	610.000 jovens e adultos atendidos	181.000	29,67%	181.000	181.000	100,00%
5743 - Ler e Escrever - Intervenção Pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	56.036.395	35.452.756	63,27%	1.681.390 alunos abrangidos	315.863	18,79%	208.700	315.863	151,35%
5744 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagogico para as Classes do Ensino Fundamental	70.985.550	66.445.721	93,60%	1.467 escolas atendidas	1.467	100,00%	1.467	1.467	100,00%
5161 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magisterio - Ens. Fund. - FUNDEB	4.613.207.161	4.603.436.105	99,79%	684.934 profissionais do magistério beneficiados	160.879	23,49%	168.685	160.879	95,37%
5160 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Fundamental - FUNDEB	527.126.141	524.272.683	99,46%	114.009 funcionários e servidores beneficiados	37.662	33,03%	28.079	37.662	134,13%
2028 - Revisão de Centros de Estudos de Língua e Parcerias com outras Instituições	1.807.300	1.466.109	81,12%	243.944 alunos atendidos	50.247	20,60%	58.190	50.247	86,35%
TOTAL	**5.432.206.844**	**5.365.599.370**	98,77%						

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: As 10 ações constantes na LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que, destas, 6 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 2 ações, apesar de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4087 - Desenvolvimento de Recursos Físicos e Serviços Educacionais	A meta orçada refletia o interesse demonstrado pelos municípios em participar do Projeto de Educação Continuada – PEC. A diferença decorreu da desistência de um município.
5144 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	Os projetos curriculares, unidade de medida desta ação, eram propostos pelas equipes de educadores das unidades escolares, objetivando aprofundar o conhecimento de seus alunos. Em 2008, a Secretaria alterou a metodologia e, com base no índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo – IDESP, que apontava um rendimento insatisfatório em 379 escolas, decidiu desenvolver projetos elaborados pelas equipes pedagógicas da coordenadoria de estudos e normas pedagógicas – CENP, com o objetivo abrangente de melhorar o desempenho de língua portuguesa e matemática.
5161 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magisterio - Ens. Fund. - FUNDEB	No exercício de 2008, tanto na unidade orçamentária – UO 8006 (Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, quanto na UO 8007 (Coordenadoria de Ensino do Interior), o número de funcionários alocados no ensino fundamental, levantado por meio de rateio, diretamente proporcional aos valores das folhas de pagamento, indica que não ocorreu a expansão esperada em relação ao contingente do ano anterior, nem mesmo o crescimento do número de reposição dos professores que passaram para inatividade.
2028 - Revisão de Centros de Estudos de Língua e Parcerias com outras Instituições	A diferença entre a meta orçada e a executada ocorreu em razão de que a primeira foi estimada em função do número de matrículas registradas em 2007, quando havia 79 centros de estudos de língua. Além disso, previa-se um aumento de 20%, devido à expectativa de criação de novos centros com novas turmas, fato que não se confirmou em 2008, quando funcionaram 77 centros, uma vez que dois foram fechados por falta de demanda.

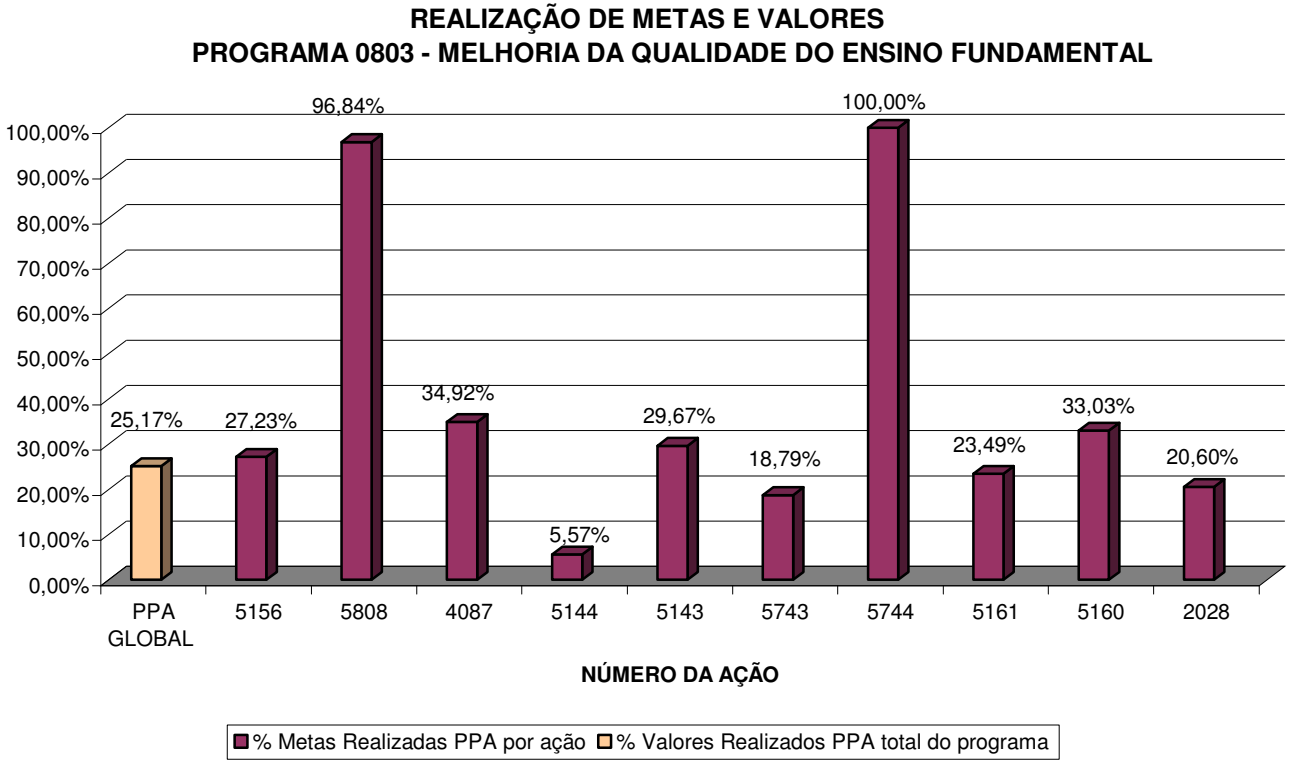
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

Compatibilidade verificada.

c) Observações: programa selecionado para realização de auditoria operacional.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 10 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 6 ações superaram 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0804 MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO: Ampliar e melhorar a qualidade do ensino, assegurando a consolidação e o aprofundamento do conhecimento através da melhor remuneração e do aperfeiçoamento didático-pedagógico de seus profissionais e, assim, certamente contribuir para construir um aluno consciente de suas responsabilidades como cidadão.

JUSTIFICATIVA A Secretaria da Educação necessita cumprir, em relação ao ensino médio, com os dispositivos legais da universalização gradativa, ampliando sua contribuição. Neste processo, dessa forma, o maior desafio da política educacional está na efetiva busca da melhoria da qualidade do ensino médio.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
10.119.919.800	2.563.878.511	25,33%	2.575.565.213	2.563.878.511	99,55%

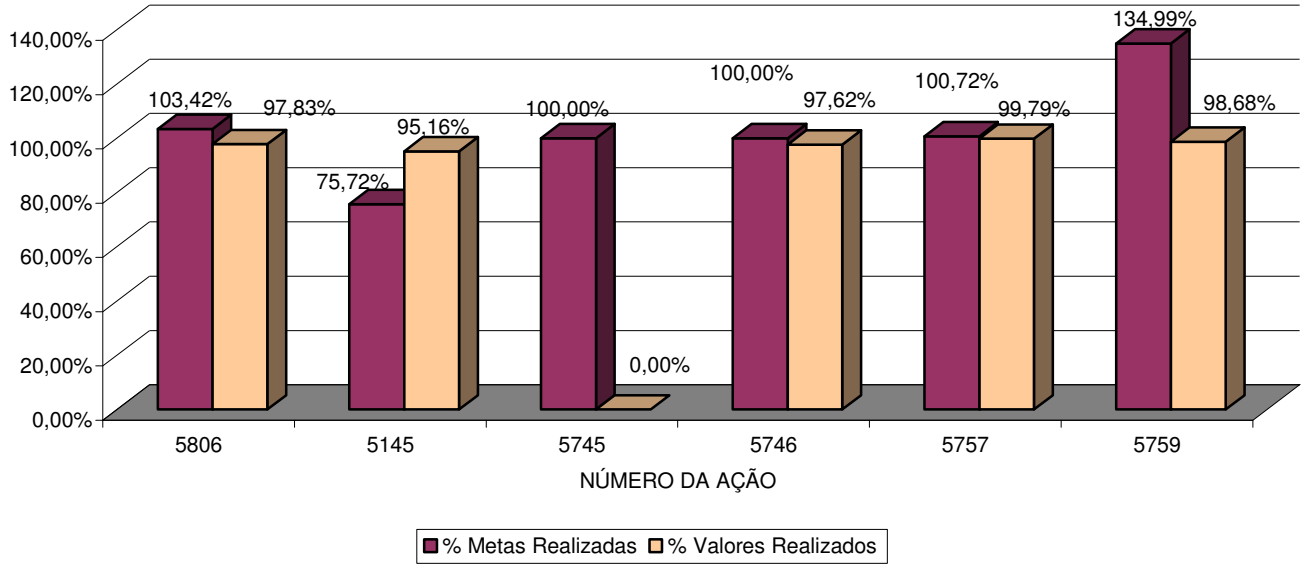
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5806 - Desenvolvimento Curricular do Ensino Médio	39.763.925	38.901.035	97,83%	84% de alunos aprovados	78,60%	93,57%	76,00%	78,60%	103,42%
5145 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	1.449.477	1.379.259	95,16%	1.276 projetos pedagógicos implementados	184	14,42%	243	184	75,72%
5745 - Inclusão de Jovens e Adultos no Ensino Médio - EJA	1.302.000	0	0,00%	390.000 jovens e adultos atendidos	405.000	103,85%	405.000	405.000	100,00%
5746 - Provisão de Materiais de Apoio Pedagógico para as Classes de Ensino Médio	81.934.067	79.985.163	97,62%	3.779 escolas atendidas	3.779	100,00%	3.779	3.779	100,00%
5757 - Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério - Ensino Médio - FUNDEB	2.234.535.252	2.229.882.106	99,79%	316.375 profissionais do magistério beneficiados	78.476	24,80%	77.917	78.476	100,72%
5759 - Remuneração e Encargos dos Servidores - Ensino Médio - FUNDEB	216.580.492	213.730.947	98,68%	46.744 funcionários e servidores beneficiados	15.540	33,24%	11.512	15.540	134,99%
TOTAL	**2.575.565.213**	**2.563.878.511**	99,55%						

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0804 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO



Comentário: As 6 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5145 - Implementação de Projetos Descentralizados nas Unidades de Ensino	Os projetos curriculares, unidade de medida desta ação, eram propostos pelas equipes de educadores das unidades escolares, objetivando aprofundar o conhecimento de seus alunos. Em 2008, a Secretaria alterou a metodologia e, com base no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP, que apontava um rendimento insatisfatório em 379 escolas, decidiu desenvolver projetos elaboradas pelas equipes pedagógicas da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP, com o objetivo de melhorar o desempenho de Língua Portuguesa e Matemática.

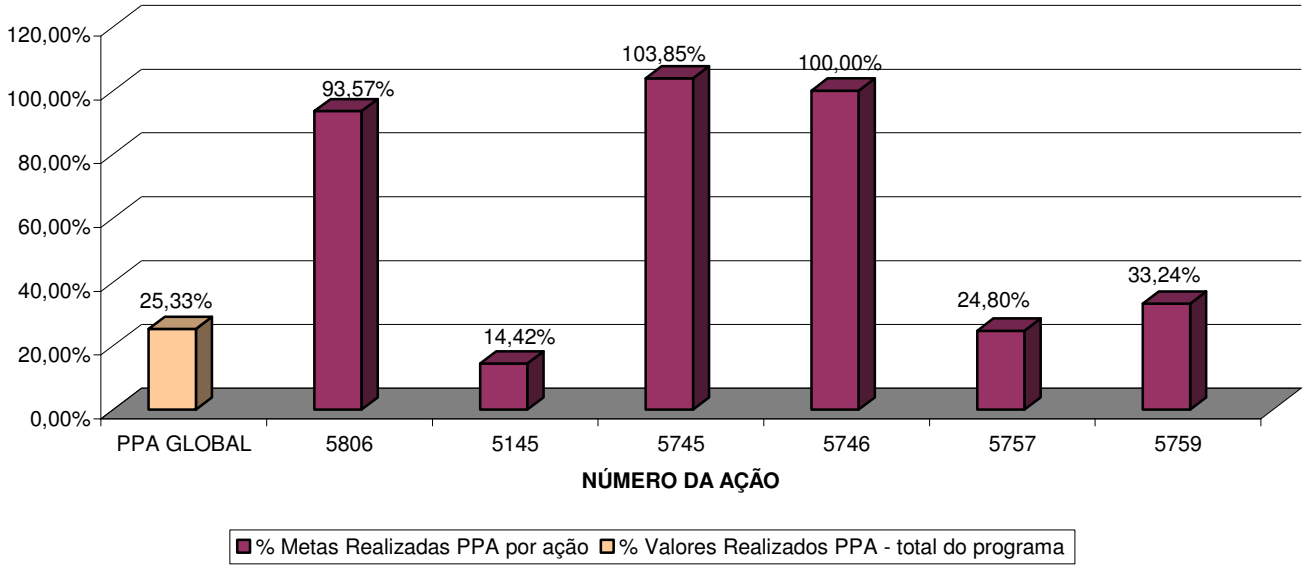
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL PPA 2008 – 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0804 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO



Comentário: As 6 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 4 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0805 – PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL

OBJETIVO: Promover ações de parceria e cooperação entre os diversos setores da sociedade civil, que contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica e para a redução das vulnerabilidades das comunidades intra e extra-escolares.

JUSTIFICATIVA Desenvolver ações educativas que dêem alicerce ao ensino, como o desenvolvimento de eventos culturais e esportivos através da convivência solidária, desestimulando comportamentos violentos e de dano a saúde física e mental. este programa envolverá, por meio de parcerias e ações de cooperação, a comunidade e vários segmentos da sociedade civil, especialmente as instituições de ensino superior.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
492.545.384	63.579.010	12,91%	63.642.731	63.579.010	99,90%

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

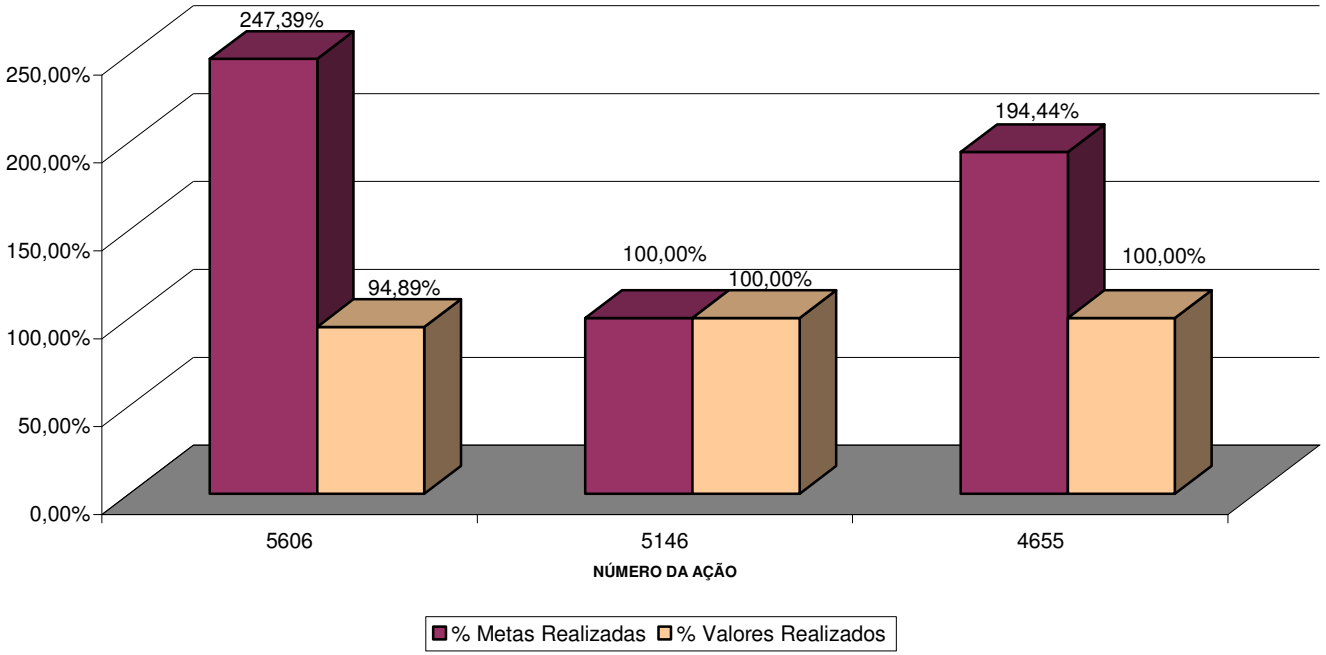
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	**DOTAÇÃO**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**	**2008 a 2011**	**2008**	**%**	**LOA**	**REALIZAÇÃO**	%
5606 - Apoio Técnico Pedagogico para Implementação das Parcerias	1.247.337	1.183.616	94,89%	166.909 educadores orientados	88.973	53,31%	35.964	88.973	247,39%
5146 - Escola da Família	61.335.394	61.335.394	100,00%	2.334 escolas públicas estaduais abertas aos finais de semana	2.334	100,00%	2.334	2.334	100,00%
4655 - Fortalecimento das Ações de Parceira e Integração Escola/Comunidade em Prevenção	1.060.000	1.060.000	100,00%	163 parcerias realizadas	70	42,94%	36	70	194,44%
TOTAL	**63.642.731**	**63.579.010**	99,90%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0805 - PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL



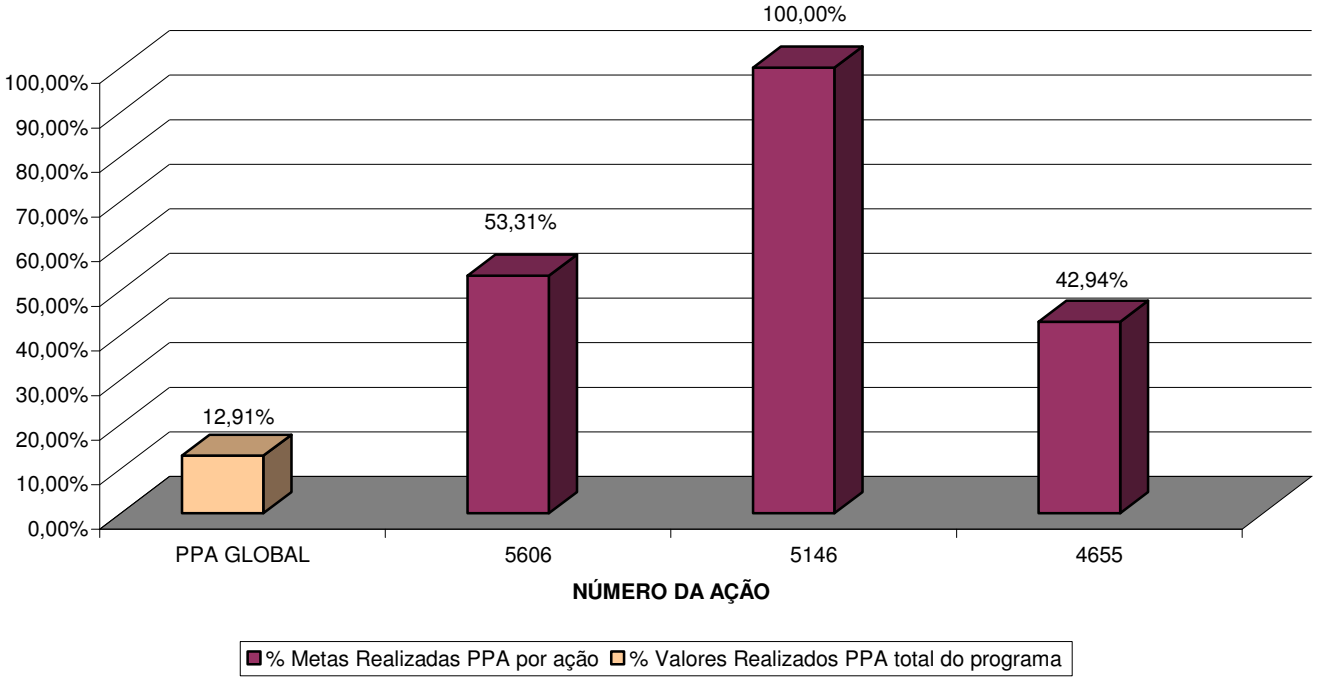
Comentário: As 3 ações constantes na LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

Comparativo de Metas (LOAXLDO): Compatibilidade verificada.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0805 - PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, tendo superado o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0910 – PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

OBJETIVO: Facilitar o acesso da população assistida pelo Sistema Único de Saúde – SUS a medicamentos essenciais.

JUSTIFICATIVA: Pesquisa, desenvolvimento, fabricação e distribuição de medicamentos e produtos de interesse à saúde pública, com custos reduzidos e qualidade garantida, imprescindíveis para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
782.548.601	219.502.996	28,05%	244.278.547	219.502.996	89,86%

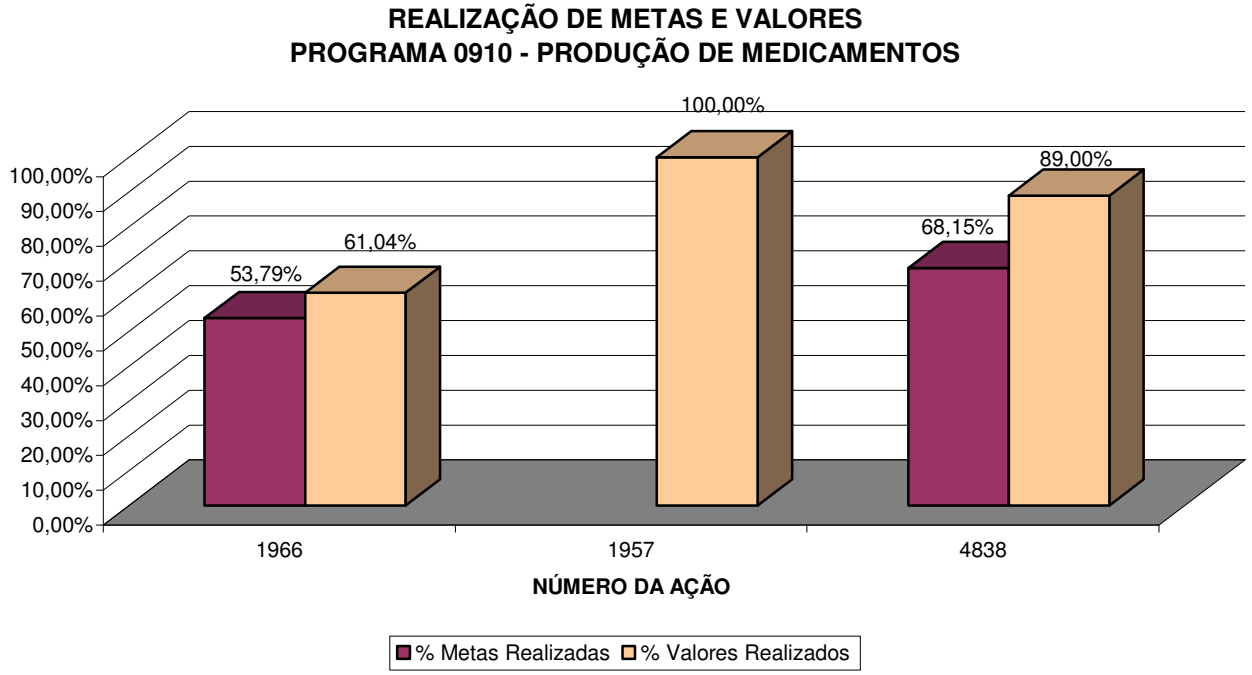
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1966 - Ampliação e Adequação das Instalações da FURP em Guarulhos	15.354.680	9.372.029	61,04%	100% das obras realizadas	12,64%	12,64%	23,5%	12,64%	53,79%
1957 - Construção e Aparelhamento da Fábrica de Medicamentos - FURP Américo Brasiliense (1)	58.151.087	58.151.087	100,00%	32% das obras realizadas	36,09%	112,78%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4838 - Fabricação e Distribuição de Medicamentos	170.772.780	151.979.880	89,00%	12.900.000.000 de medicamentos produzidos	1.669.751.853	12,94%	2.450.000.000	1.669.751.853	68,15%
TOTAL	**244.278.547**	**219.502.996**	89,86%						

(1) LOA sem quantitativos de metas.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 3 ações constantes da LOA 2008, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que não atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

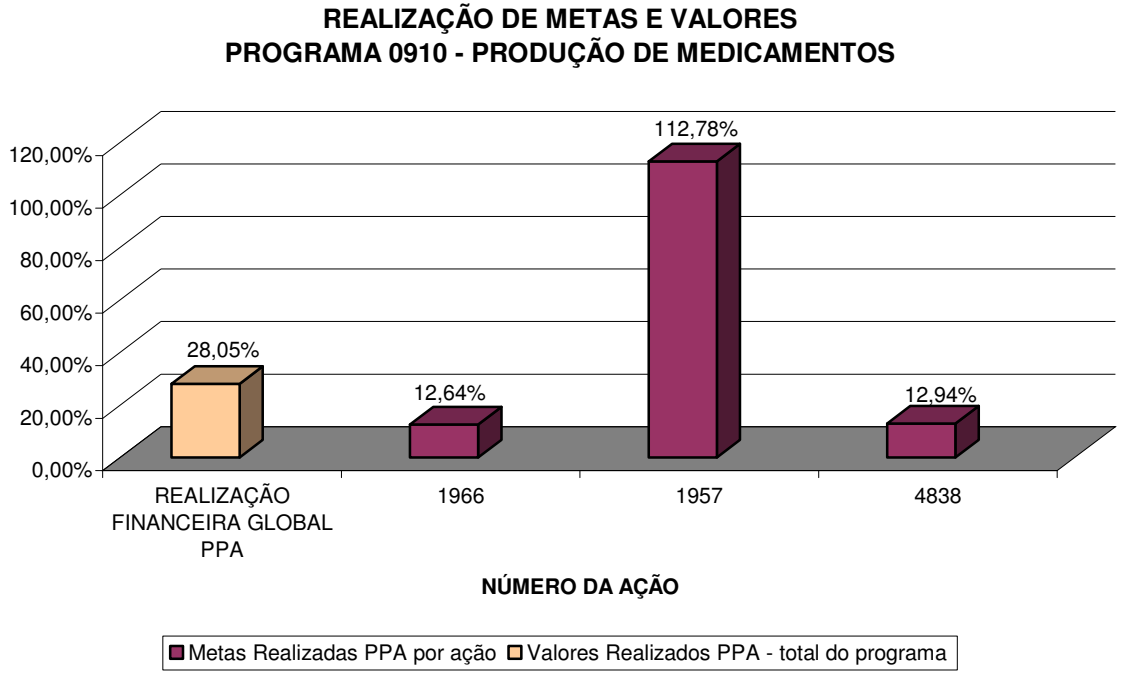
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1966 - Ampliação e Adequação das Instalações da FURP em Guarulhos	A meta orçada não foi alcançada porque algumas obras planejadas para 2008 foram reprogramadas para o exercício seguinte devido a ajustes que se fizeram necessários durante o desenvolvimento dos projetos, como adequações para atender à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
4838 - Fabricação e distribuição de medicamentos	A meta orçada não foi alcançada devido aos seguintes fatores: não funcionamento da unidade de Américo Brasiliense; número excessivo de pregões fracassados; atrasos nas entregas de fornecedores já contratados; produção terceirizada comprometida em virtude de insumos reprovados e problemas internos com a manutenção corretiva dos equipamentos.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1957
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	32% de obras realizadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0914 – PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS

OBJETIVO: Controlar as doenças transmissíveis por vetores e hospedeiros intermediários. Prestar assessoria técnica aos municípios e realizar pesquisas científicas.

JUSTIFICATIVA: Existência de endemias tropicais transmitidas por vetores e hospedeiros intermediários no Estado de São Paulo.

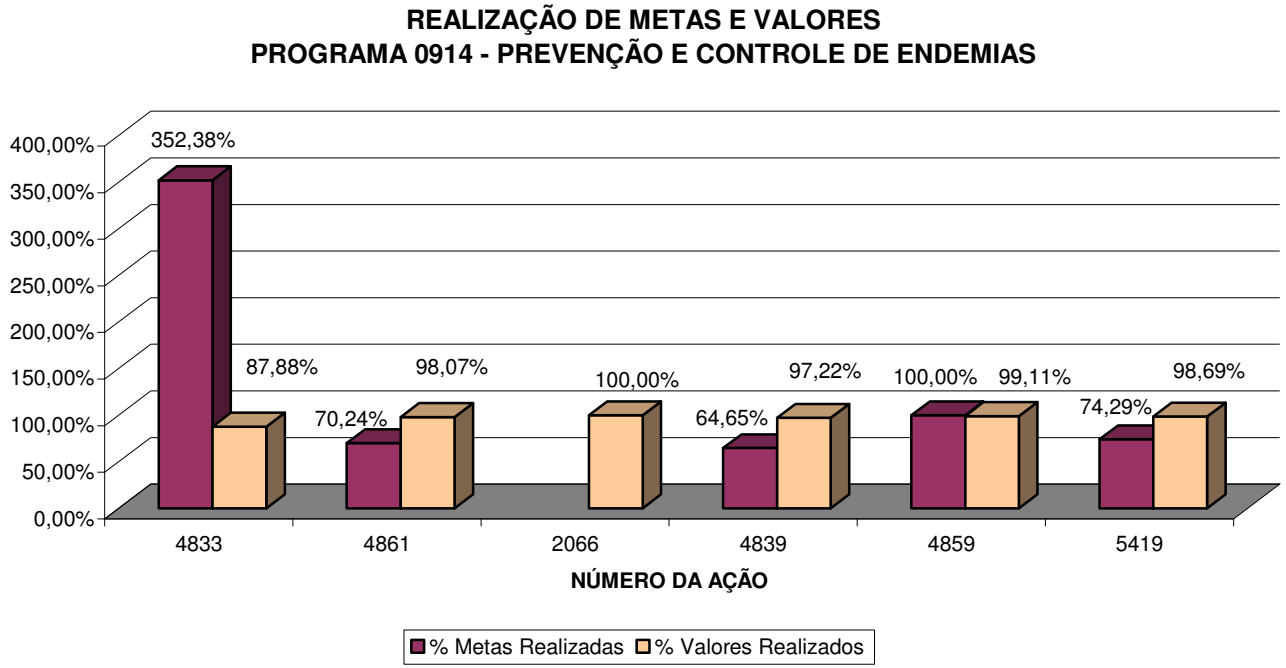
	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
231.748.865	55.339.082	23,88%	56.936.730	55.339.082	97,19%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4833 - Apoio e Orientação aos Municípios	845.238	742.785	87,88%	27.500 municípios assessorados	17.619	64,07%	5.000	17.619	352,38%
4861 - Capacitação e Aperfeiçoamento de Profissionais de Saúde	294.850	289.158	98,07%	36.000 servidores capacitados	6.322	17,56%	9.000	6.322	70,24%
2066 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento na SUCEN (2) e (3)	123.777	123.777	100,00%	5.062 m² de obras realizadas	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4839 - Controle de Endemias	52.434.782	50.974.639	97,22%	25.808.936 pessoas atendidas	4.171.662	16,16%	6.452.234	4.171.662	64,65%
4859 - Coordenação e Administração Geral	3.078.235	3.050.961	99,11%	90.000 ações administrativas realizadas	21.000	23,33%	21.000	21.000	100,00%
5961 - Gestão com Tecnologia da Informação e Comunicação (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	1% de serviço informatizado	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
5419 - Pesquisa Científica e Tecnológica na Área de Endemias	159.848	157.762	98,69%	75 pesquisas realizadas	26	34,67%	35	26	74,29%
TOTAL	**56.936.730**	**55.339.082**	97,19%						

(1) Não consta na LOA 2008
(2) LOA sem quantitativos de metas

fls. 0
TC 2675/026/08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 6 ações constantes da LOA 2008, 5 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

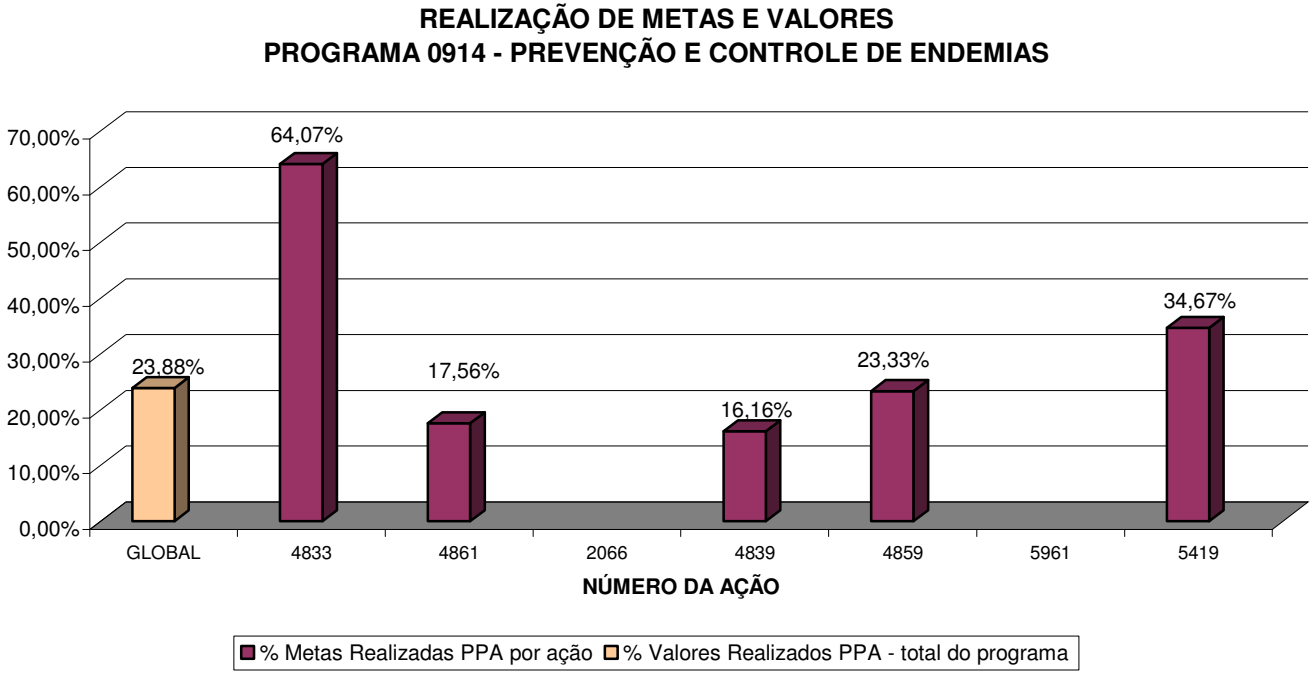
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4861 - Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais de saúde	A meta não foi alcançada em função de: 1 – Deslocamento de servidores municipais para as ações de bloqueio de transmissão de dengue, dentre outras demandas municipais; 2 – Foram planejadas capacitações com base em previsão de contratação de força de trabalho que não se concretizou devido ao ano ser eleitoral; 3 – Questões operacionais relacionadas aos monitores e/ou aos treinandos, que ocasionou o cancelamento ou transferência de capacitações; 4 – Mudanças na gestão municipal e alteração na composição das equipes de trabalho (impedimento de contratação devido a período eleitoral).
4839 - Controle de endemias	A meta orçada não foi atingida devido ao direcionamento das equipes de campo para ações de apoio aos Municípios em detrimento das previstas no controle.
5419 - Pesquisa científica e tecnológica na área de endemias	A meta orçada não foi alcançada devido a dois fatores: 1 – A comissão científica da SUCEN passou a exigir pareceres de comissões de ética externas à instituição e não houve tempo para os mesmos serem reapresentados à comissão científica ainda no ano de 2008; 2 – Ocorreu um processo de reorganização da área de pesquisa que implicou em adiamento da aprovação de projetos.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: Das 7 ações constantes no PPA 2008-2011, 5 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0928 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO

OBJETIVO: Garantir à população usuária (SUS, convênios e particular) acesso à assistência médica integral e de alta complexidade.

JUSTIFICATIVA: Desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e assistência médica, incluindo atendimento ambulatorial e hospitalar nas mais diversas especialidades médicas, serviços de cirurgia, exames de diagnósticos e tratamento.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.169.964.932	254.259.863	21,73%	255.036.827	254.259.863	99,70%

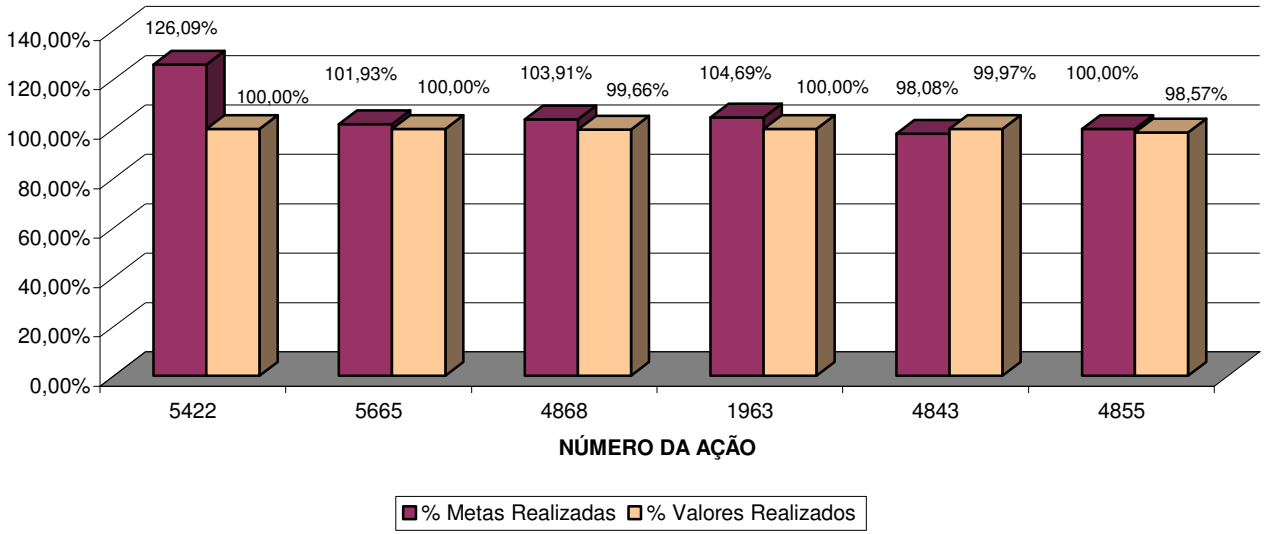
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5422 -Assistência Farmacêutica	21.307.310	21.307.025	100,00%	676.400 pacientes atendidos com medicamentos	208.045	30,76%	165.000	208.045	126,09%
5665 - Atendimento Hemoterápico	5.671.141	5.671.140	100,00%	521.600 bolsas de sangue distribuídas	132.914	25,48%	130.400	132.914	101,93%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	223.791.809	223.029.891	99,66%	2.477.050 atendimentos realizados	639.910	25,83%	615.825	639.910	103,91%
1963 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento no Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto	1.132.615	1.132.614	100,00%	15.000 m² de obras realizadas	785,14	5,23%	750	785	104,69%
4843 - Residência Médica	2.151.471	2.150.769	99,97%	2.080 bolsas concedidas	510	24,52%	520	510	98,08%
4855 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	982.481	968.424	98,57%	57 sistemas integrados/operacionalizados	48	84,21%	48	48	100,00%
TOTAL	**255.036.827**	**254.259.863**	99,70%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO



Comentário: As 6 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 5 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. A outra ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

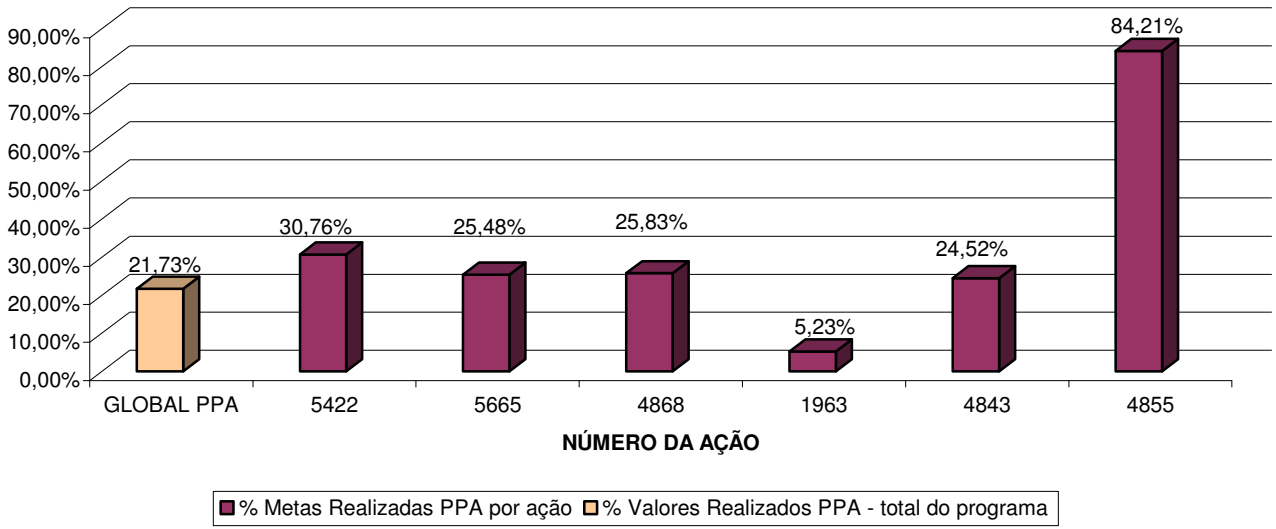
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4843 - Residência Médica	A meta não foi atingida porque, durante o ano, houve candidatos que desistiram da bolsa.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO): Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO



Comentário: As 6 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 4 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0929 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO

OBJETIVO: Garantir à população usuária (Sistema Único de Saúde – SUS, convênios de saúde e particular) assistência médica integral de alta complexidade.

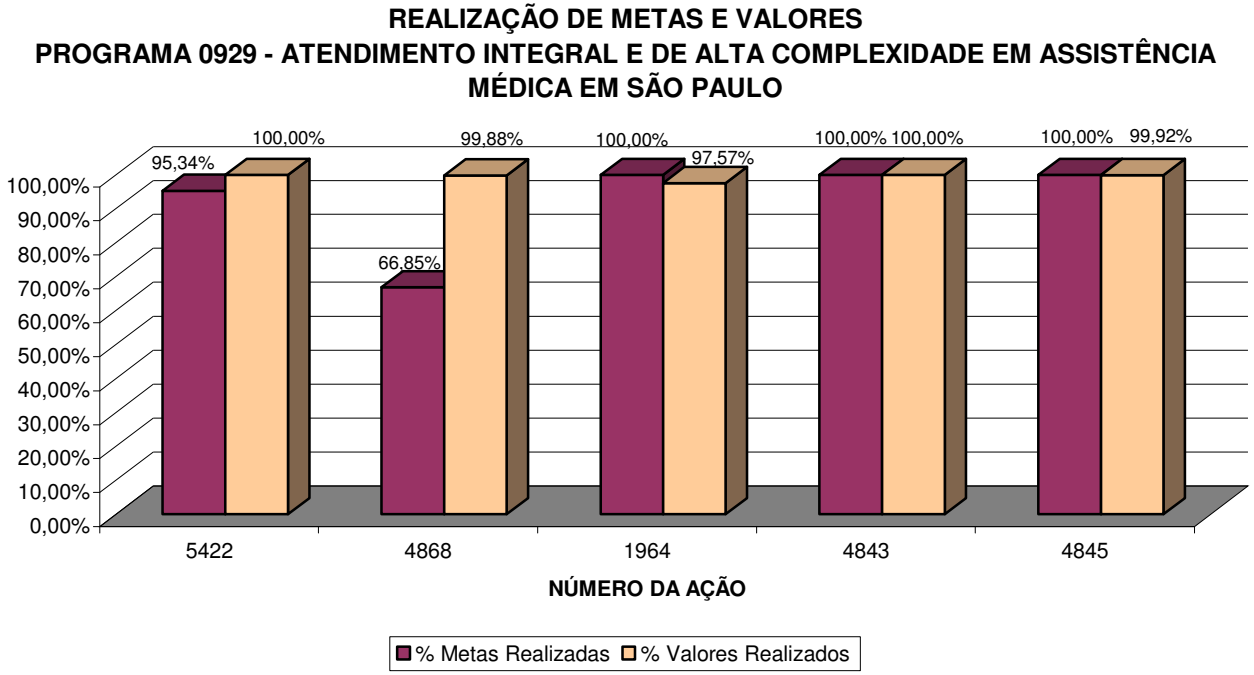
JUSTIFICATIVA: Instituição reconhecida no âmbito nacional e internacional, como excelência em ensino, pesquisa e atendimento, atuando nas áreas de promoção à saúde, prevenção de doenças, atendimento hospitalar terciário, reabilitação de seqüelas após tratamento e, na área acadêmica através de cursos de graduação médica, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e pós-graduação senso lato e senso estrito.

	2008		2008		
PPA	**LIQUIDADO**	**LIQ/PPA**	**DOTAÇÃO FINAL**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**
3.069.185.466	765.916.787	24,96%	767.272.036	765.916.787	99,82%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	**DOTAÇÃO**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**	**2008 a 2011**	**2008**	**%**	**LOA**	**REALIZAÇÃO**	%
5422 - Assistência Farmacêutica	97.700.000	97.696.149	100,00%	14.492.143 pacientes atendidos com medicamentos	3.251.394	22,44%	3.410.143	3.251.394	95,34%
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	636.501.894	635.709.009	99,88%	10.776.341 atendimentos realizados	1.720.642	15,97%	2.574.032	1.720.642	66,85%
1964 - Obras de Adequação, Ampliação e Aparelhamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	22.721.773	22.169.129	97,57%	97.477 m² de obras realizadas	7.128	7,31%	7.128	7.128	100,00%
4843 - Residência Médica	3.228.691	3.228.691	100,00%	3.668 bolsas concedidas	917	25,00%	917	917	100,00%
4845 - Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	7.119.678	7.113.810	99,92%	100% de sistemas e equipamentos em operação	25,00%	25,00%	25%	25%	100,00%
TOTAL	**767.272.036**	**765.916.787**	99,82%						

fls. 0
TC 2675/026/08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: As 5 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

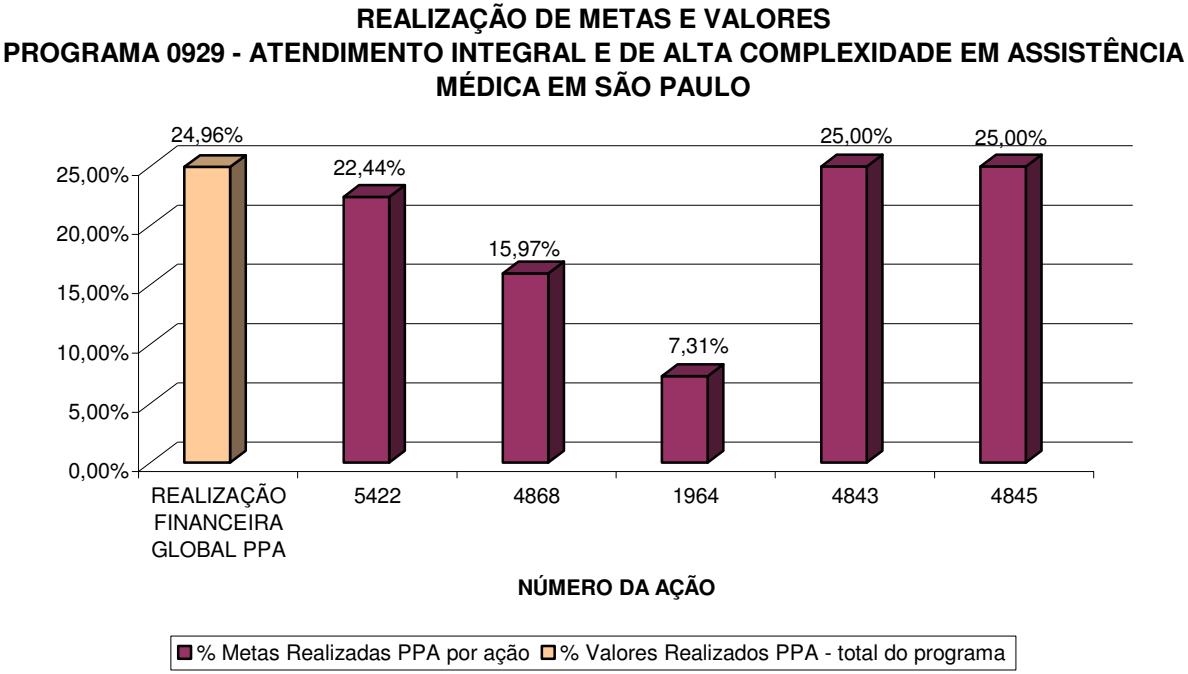
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5422 - Assistência farmacêutica	A meta orçada não foi atingida devido à maior articulação entre as Secretarias Estadual e Municipal de saúde com o redirecionamento de casos mais complexos. A grade de urgência/emergência foi revista e os atendimentos passaram a ser referenciados.
4868 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	A meta orçada não foi atingida devido à maior articulação entre as Secretarias Estadual e Municipal de saúde com o redirecionamento de casos mais complexos. A grade de urgência/emergência foi revista e os atendimentos passaram a ser referenciados.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 5 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0930 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP

OBJETIVO: Assegurar o atendimento integral à saúde com eqüidade e resolutividade.

JUSTIFICATIVA: Atender a demanda por internações, consultas ambulatoriais especializadas, medicamentos e exames de apoio diagnóstico da população dependente do SUS no Estado de São Paulo, de forma complementar o atendimento das redes municipais, especialmente em serviços de média e alta complexidade.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
29.491.896.027	8.333.160.832	28,26%	8.422.063.182	8.333.160.832	98,94%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1958 - Ampliação, Reforma e Aparelhamento do Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese (1)	6.370.285	6.370.257	100,00%	10% das obras realizadas	10%	100,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4849 - Apoio Financeiro a Entidades Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo	710.979.898	709.048.606	99,73%	6.008 convênios/termos aditivos assinados	2.066	34,39%	1.501	2.066	137,64%
4850 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	4.023.159.653	4.007.375.338	99,61%	83.937.863 atendimentos realizados	14.988.462	17,86%	20.224.597	14.988.462	74,11%
1377 - Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento para Serviços de Referência	129.813.968	115.213.058	88,75%	141.020 m² de obras realizadas	47.500	33,68%	47.500	47.500	100,00%
5695 - Desenvolvimento das Atividades do Instituto Dr. Arnaldo	3.259.436	3.259.435	100,00%	1.224.865 atendimentos realizados	0	0,00%	272.673	0	0,00%
4851 - Pagamento de Pensão aos Hansenianos	3.417.850	3.025.175	88,51%	649 pensionistas beneficiados	588	90,60%	645	588	91,16%
5786 - Redução da Mortalidade Materna e Infantil (1)	5.000	0	0,00%	380 municípios com mortalidade materna e infantil reduzida	18	4,74%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1959 - Reforma, Ampliação e Aparelhamento do Hospital Ferraz de Vasconcelos (1)	8.869.589	8.869.578	100,00%	20% das obras realizadas	20%	100,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
5532 - Repasse de Recursos Federais para Serviços Prestados por Municípios e Entidades sob Gestão Estadual	2.015.463.216	1.964.916.133	97,49%	828 contratos/convênios firmados	280	33,82%	828	280	33,82%
4852 - Repasse de Recursos p/ Atendimento Médico à Organizações Sociais de Saúde e Outras	1.520.724.287	1.515.083.252	99,63%	50.000.000 atendimentos realizados	17.067.695	34,14%	9.803.367	17.067.695	174,10%
5775 - Serviços de Saúde para a População com Necessidades Específicas (1)	0	0	não aplicável	72 municípios atendidos	12	16,67%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**8.422.063.182**	**8.333.160.832**	98,94%						

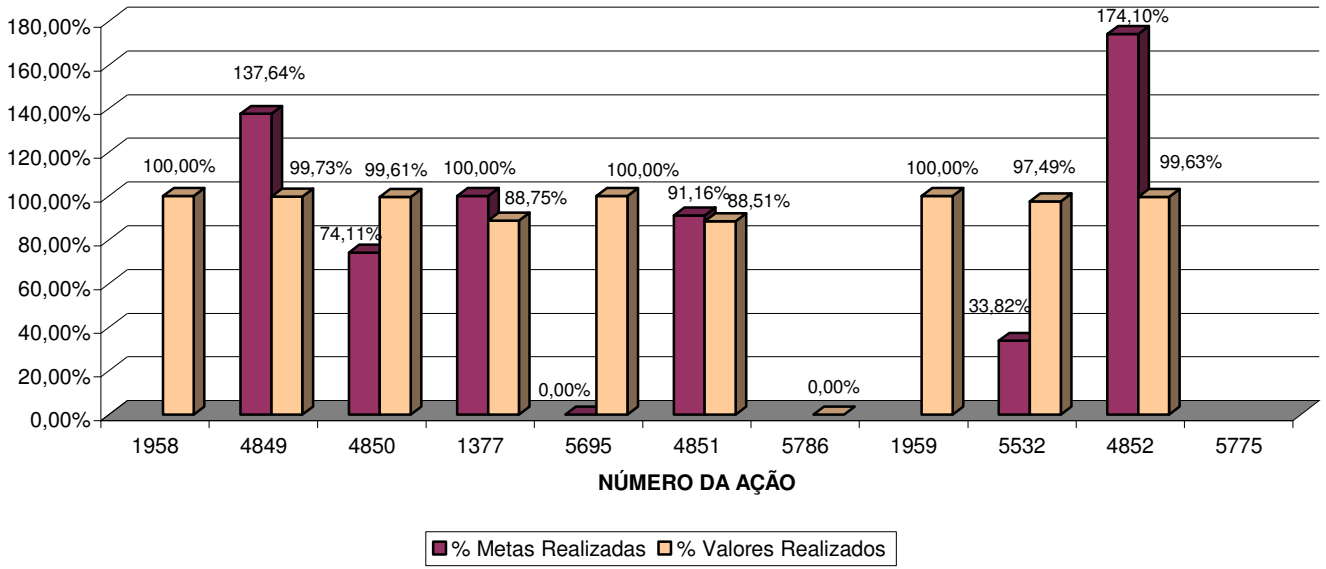
(1) LOA sem quantitativos de metas

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0930 ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP



Comentário: das 11 ações constantes da LOA 2008, 7 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4850 - Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar	A meta orçada não foi atingida porque os exames laboratoriais de análises clínicas dos hospitais da administração direta passaram a ser realizados pelo Centro Estadual de Análises Clínicas – CEAC, gerenciado por organização social, na ação 4852 – Repasse de Recursos para Atendimento Médico a Organizações Sociais de Saúde e Outras Entidades.
4851 - Pagamento de Pensão aos Hansenianos	A meta orçada não foi atingida devido à ocorrência de óbitos de hansenianos inscritos no projeto do Estado
5532 - Repasse de Recursos Federais para Serviços Prestados por Municípios e Entidades sob Gestão Estadual	A meta orçada não foi atingida devido ao pacto de gestão na Saúde, que a partir de 01/01/2008 transferiu vários serviços da gestão estadual para a gestão municipal.
5695 - Desenvolvimento das Atividades do Instituto Dr. Arnaldo	O projeto passou por mudanças profundas, não respondendo mais ao elaborado no PPA 2008-2011. O Hospital, hoje denominado como Hospital do Câncer e inaugurado em maio de 2008 será acompanhado juntamente com os demais Hospitais da Secretaria de Estado da Saúde

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

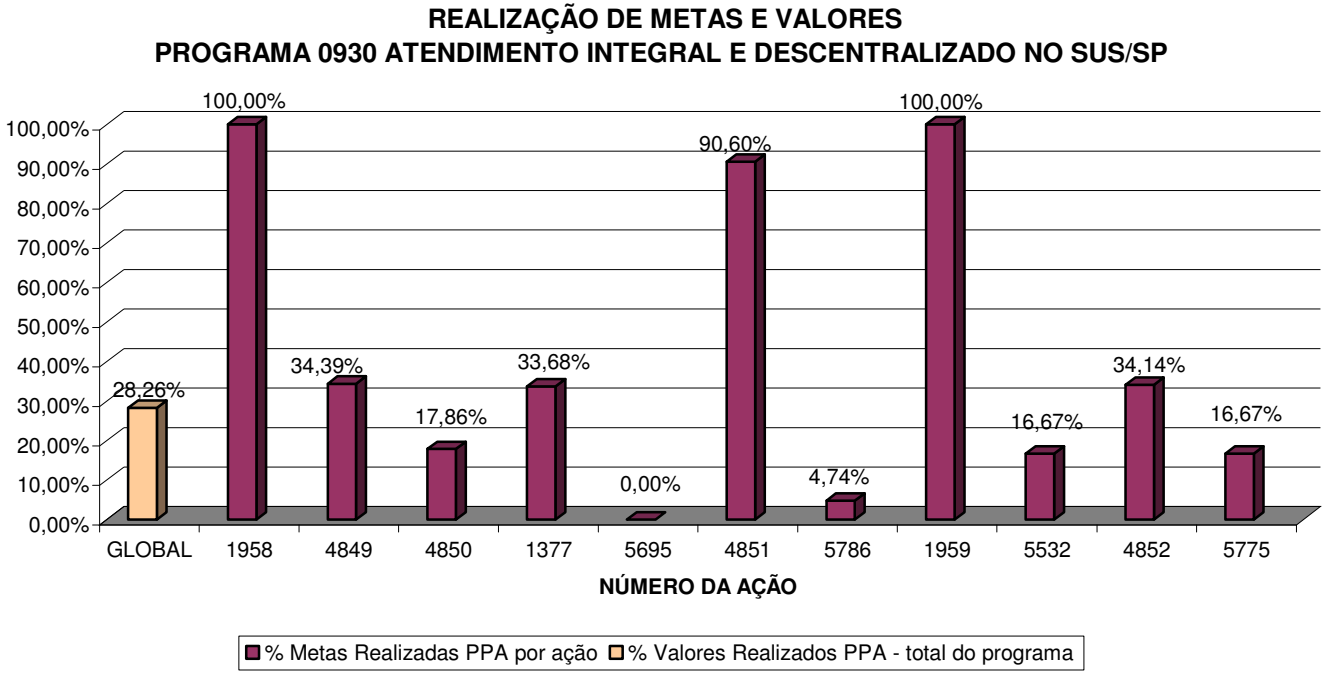
AÇÃO	1377	1958	1959	4849	4850
LOA	47.500 m^2 de obras realizadas	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas	1.501 convênios/termos aditivos assinados	20.224.597 atendimentos realizados
LDO	47.505 m^2 de obras realizadas	10% das obras realizadas	20% das obras realizadas	1.502 convênios/termos aditivos assinados	20.224.599 atendimentos realizados

AÇÃO	4851	4852	5775	5786
LOA	645 pensionistas beneficiados	9.803.367 atendimentos realizados	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	649 pensionistas beneficiados	9.803.368 atendimentos realizados	12 municípios atendidos	48 municípios com mortalidade infantil reduzida

c) Observações: programa selecionado para realização de auditoria operacional.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 11 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 6 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0932 – CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE

OBJETIVO: Integrar e consolidar o papel do gestor estadual no Sistema Único de Saúde – SUS na operação, supervisão, avaliação e monitoramento das ações de vigilância em saúde.

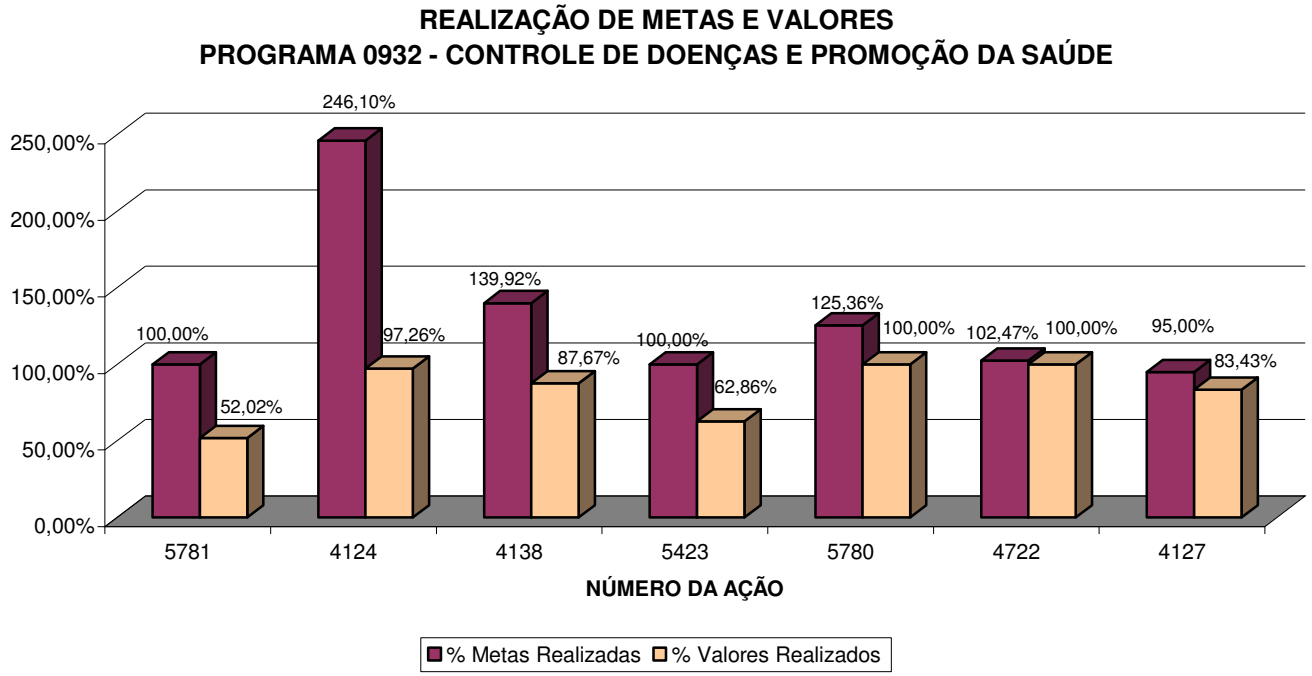
JUSTIFICATIVA: Necessidade de coordenar as ações e integrar os diversos serviços que têm por finalidade o controle de riscos, doenças e agravos de saúde prioritários no Estado de São Paulo.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
53.201.112	9.509.096	17,87%	11.338.150	9.509.096	83,87%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5781 - Campanha de Vacinação Animal	2.200.000	1.144.512	52,02%	80% de cobertura vacinal	80%	100,00%	80%	80%	100,00%
4124 - Campanhas de Vacinação	2.246.139	2.184.526	97,26%	35.699.936 doses aplicadas	21.964.801	61,53%	8.924.984	21.964.801	246,10%
4138 - Exames de Laboratório de Saúde Pública	2.262.582	1.983.618	87,67%	4.390.000 exames realizados	1.525.151	34,74%	1.090.000	1.525.151	139,92%
5423 - Pesquisa Científica e Tecnológica	763.453	479.895	62,86%	300 pesquisas em andamento/realizadas	75	25,00%	75	75	100,00%
5780 - Vacinação de Rotina	2.641.861	2.641.860	100,00%	63.579.681 doses aplicadas	19.926.320	31,34%	15.894.920	19.926.320	125,36%
4722 - Vigilância Epidemiológica	322.055	322.053	100,00%	80% de proporção dos casos notificados/investigados	83%	103,75%	81%	83%	102,47%
4127 - Vigilância Sanitária	902.060	752.632	83,43%	100% de proporção dos municípios produzindo relatórios do Proágua	95%	95,00%	100%	95%	95,00%
TOTAL	**11.338.150**	**9.509.096**	83,87%						

fls. 0
TC 2675/026/08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: As 7 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 6 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. A outra ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

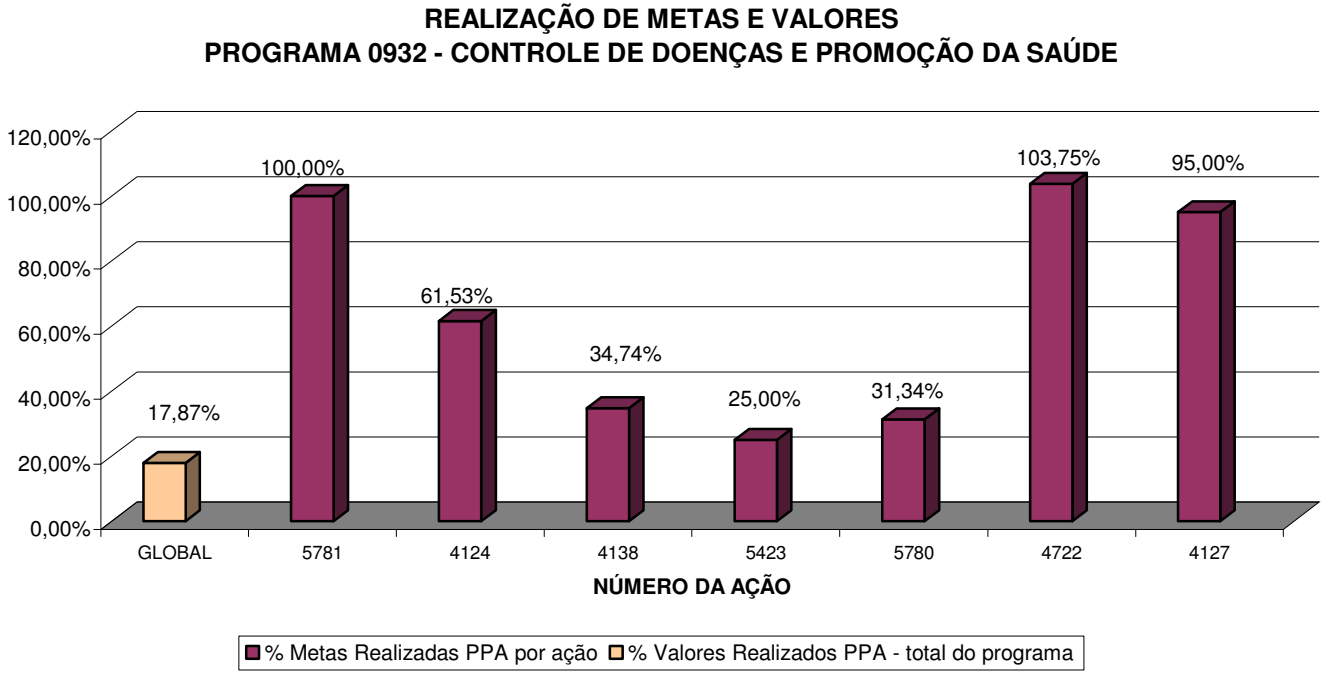
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4127 - Vigilância Sanitária	A meta de 100% deverá ser alcançada até 2.010, portanto, 95% é um ótimo percentual de desempenho no programa para o ano de 2008.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	4722	5780
LOA	81% de proporção dos casos notificados/investigados	15.894.920 doses aplicadas
LDO	80% de proporção dos casos notificados/investigados	15.894.921 doses aplicadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 7 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que atingiram ou superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 0935 – PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS

OBJETIVO: Desenvolvimento de tecnologia de produção e implantação industrial. Contribuir para a melhoria dos padrões de saúde pública, produzindo imunobiológicos capazes de atender a demanda gerada pelo quadro epidemiológico do país.

JUSTIFICATIVA: Fornecer biofármacos a baixo custo podendo desta maneira atender o SUS disponibilizando o produto a toda população. Implementação da produção e fornecimento de soros e vacinas ao programa nacional de imunização.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
24.085.116	4.078.011	16,93%	4.078.012	4.078.011	100,00%

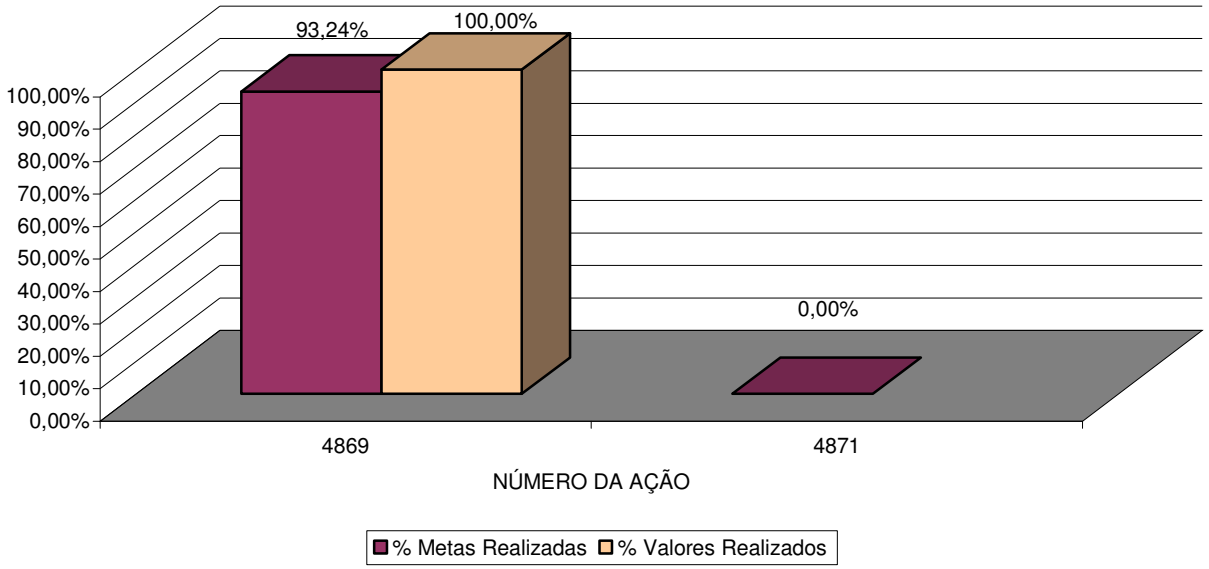
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4869 - Produção de Biológicos	4.078.012	4.078.011	100,00%	501.500.004 produtos biológicos produzidos	89.700.858	17,89%	96.200.000	89.700.858	93,24%
4871 - Sistema de Apoio Informacional à Distribuição de Substâncias Biológicas	0	0	não aplicável	100% dos sistemas de informações instalados	0%	0,00%	70%	0	0,00%
TOTAL	**4.078.012**	**4.078.011**	100,00%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 0935 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS



Comentário: As 2 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que não atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Uma ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e outra ação não teve execução orçamentária aferida.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

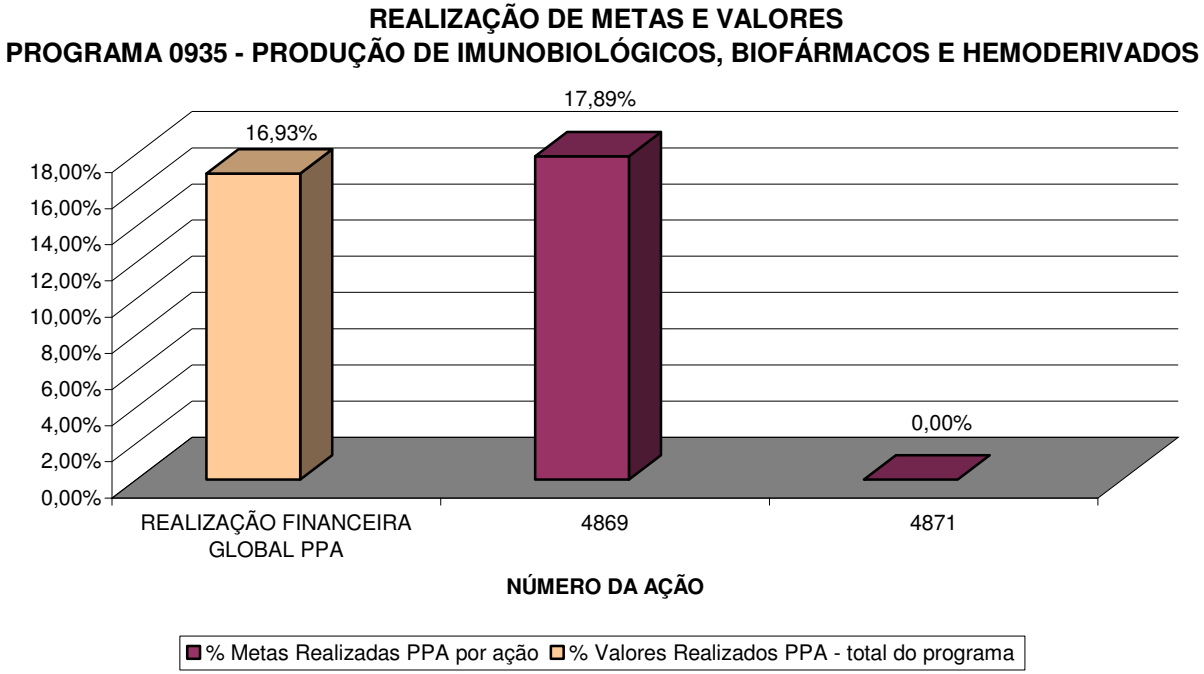
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4869 - Produção de Biológicos	A meta orçada foi baseada na produção executada em 2007. A produção do Instituto Butantan obedece à demanda mo Ministério da Saúde para cumprimento do Programa Nacional de Imunização, que no exercício de 2008, foi menor para algumas vacinas, a exemplo da dupla infantil.
4871 - Sistema de Apoio Informacional à Distribuição de Substâncias Biológicas	A meta não foi executada em virtude de problemas com o edital de licitação e com a consultoria jurídica desta secretaria.

b) Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	4869
LOA	96.200.000 produtos biológicos produzidos
LDO	96.200.001 produtos biológicos produzidos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 2 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1023 – ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO

OBJETIVO: Atender aos egressos do ensino médio e de cursos de graduação dando a eles formação tecnológica de nível superior para se colocar ou se atualizar nos atuais mercados competitivos do Estado.

JUSTIFICATIVA A manutenção e expansão do ensino público tecnológico considerando a extensão e abrangência econômica do Estado de São Paulo, a procura por esse tipo de formação superior e seu impacto positivo na empregabilidade, em especial dos jovens de 18 a 24 anos, e no atendimento da demanda dos mercados por profissionais especializados para as exigências de competitividade numa sociedade do conhecimento.

	2008 A 2011		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
804.360.000	157.628.036	19,60%	160.277.248	157.628.036	98,35%

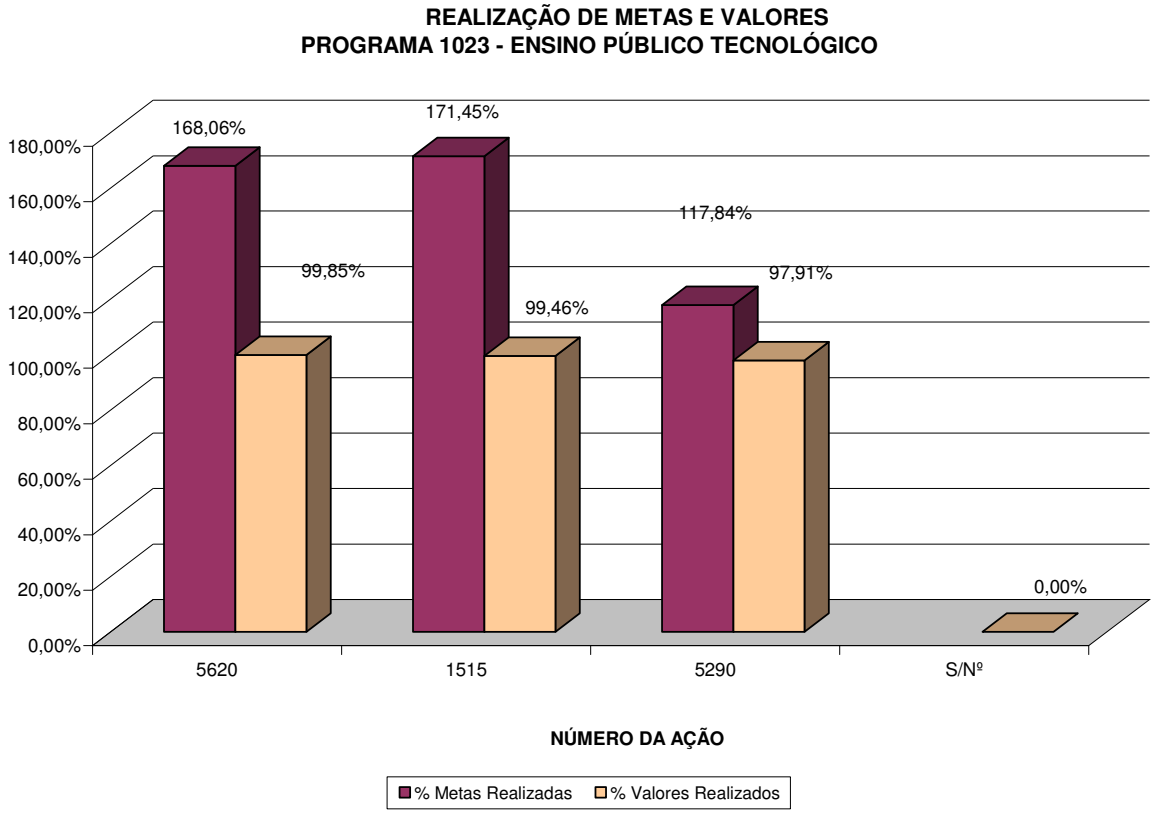
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	126.608	126.422	99,85%	1.698 docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	521	30,68%	310	521	168,06%
1515 - Expansão do Ensino Público Tecnológico	44.866.000	44.625.463	99,46%	33.197 matrículas ampliadas	5.315	16,01%	3.100	5.315	171,45%
5290 - Manutenção do Ensino Público Tecnológico	115.284.630	112.876.151	97,91%	55.500 matrículas mantidas	28.434	51,23%	24.130	28.434	117,84%
1519 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Tecnológico (1)	10	0	0,00%	1 plano de reorganização/racionalização implantado	1	100,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**160.277.248**	**157.628.036**	98,35%						

(1) LOA sem quantitativos de metas

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



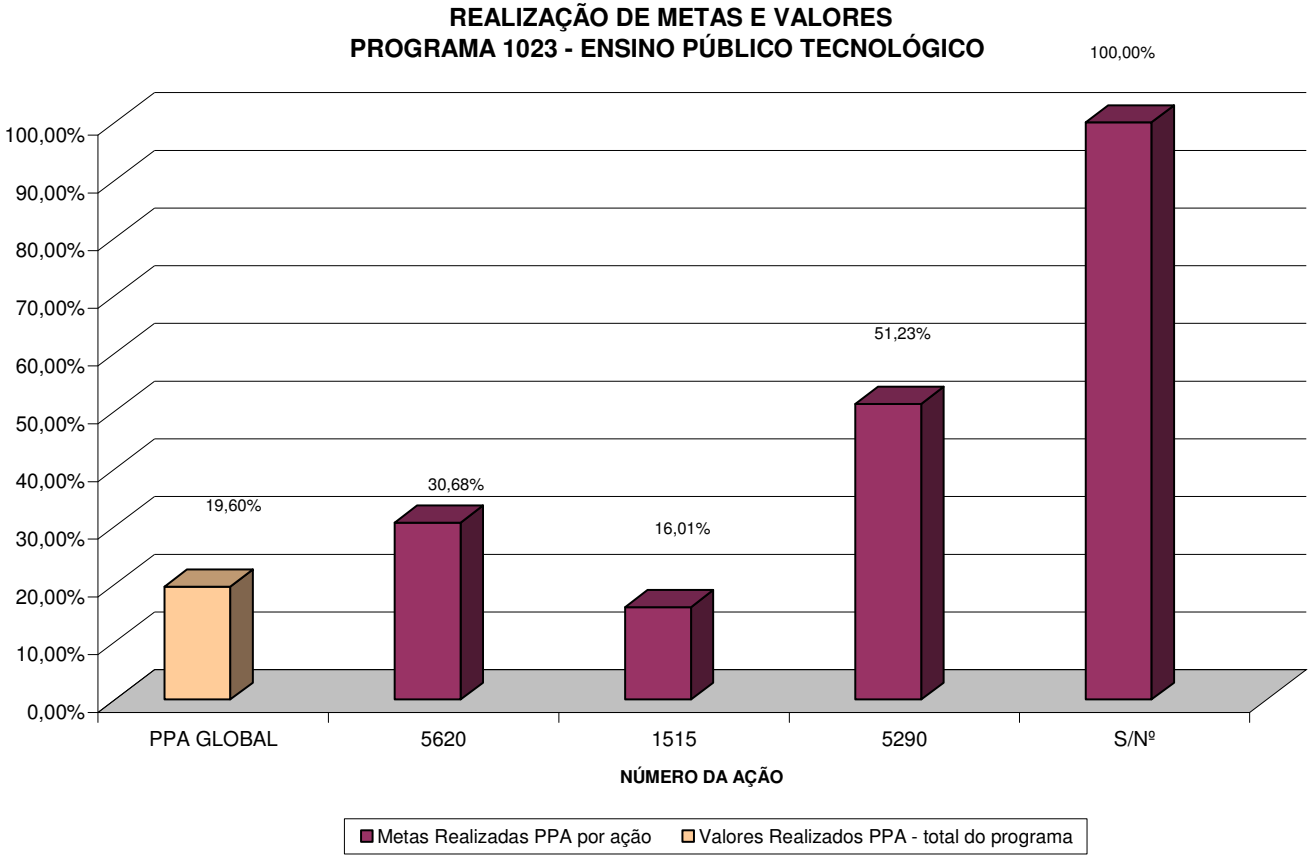
Comentário: Das 4 ações constantes na LOA 2008, 3 ações apresentaram metas passíveis de aferição, as quais atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

- Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	1519
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	1 plano de reorganização/racionalização implantado

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 4 ações constantes do PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 10000 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO)

OBJETIVO: Qualificar profissionais representa estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável das diversas regiões do Estado.

JUSTIFICATIVA A qualidade dos serviços, a competitividade do setor produtivo e a competitividade de São Paulo como pólo de atração de novos investimentos, dependem da oferta de pessoal qualificado nas diferentes regiões do Estado.

	2008 A 2011		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
2.228.700.000	545.340.532	24,47%	556.884.128	545.340.532	97,93%

	2008			METAS					
							2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	REALIZAÇÃO 2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5620 - Capacitação do Pessoal Docente, Técnico e Administrativo	163.574	154.587	94,51%	11.894 docentes e funcionários técnico-administrativos capacitados	3.033	25,50%	1.940	3.033	156,34%
5844 - Ensino à Distância (1)	10	0	0,00%	55.000 alunos qualificados	1.156	2,10%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2226 - Expansão de Matrículas no Ensino Público Técnico	182.379.977	181.940.483	99,76%	97.960 matrículas ampliadas	12.421	12,68%	21.600	12.421	57,50%
5845 - Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	377.299	339.972	90,11%	32.000 pessoas capacitadas	8.257	25,80%	8.000	8.257	103,21%
5292 - Manutenção do Ensino Público Técnico	373.963.258	362.905.490	97,04%	175.300 matrículas mantidas	91.393	52,14%	98.940	91.393	92,37%
2114 - Modernização Organizacional do Centro Paula Souza - Ensino Público Técnico (1)	10	0	0,00%	1 plano de reorganização/racionalização implantado	1	100,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**556.884.128**	**545.340.532**	97,93%						

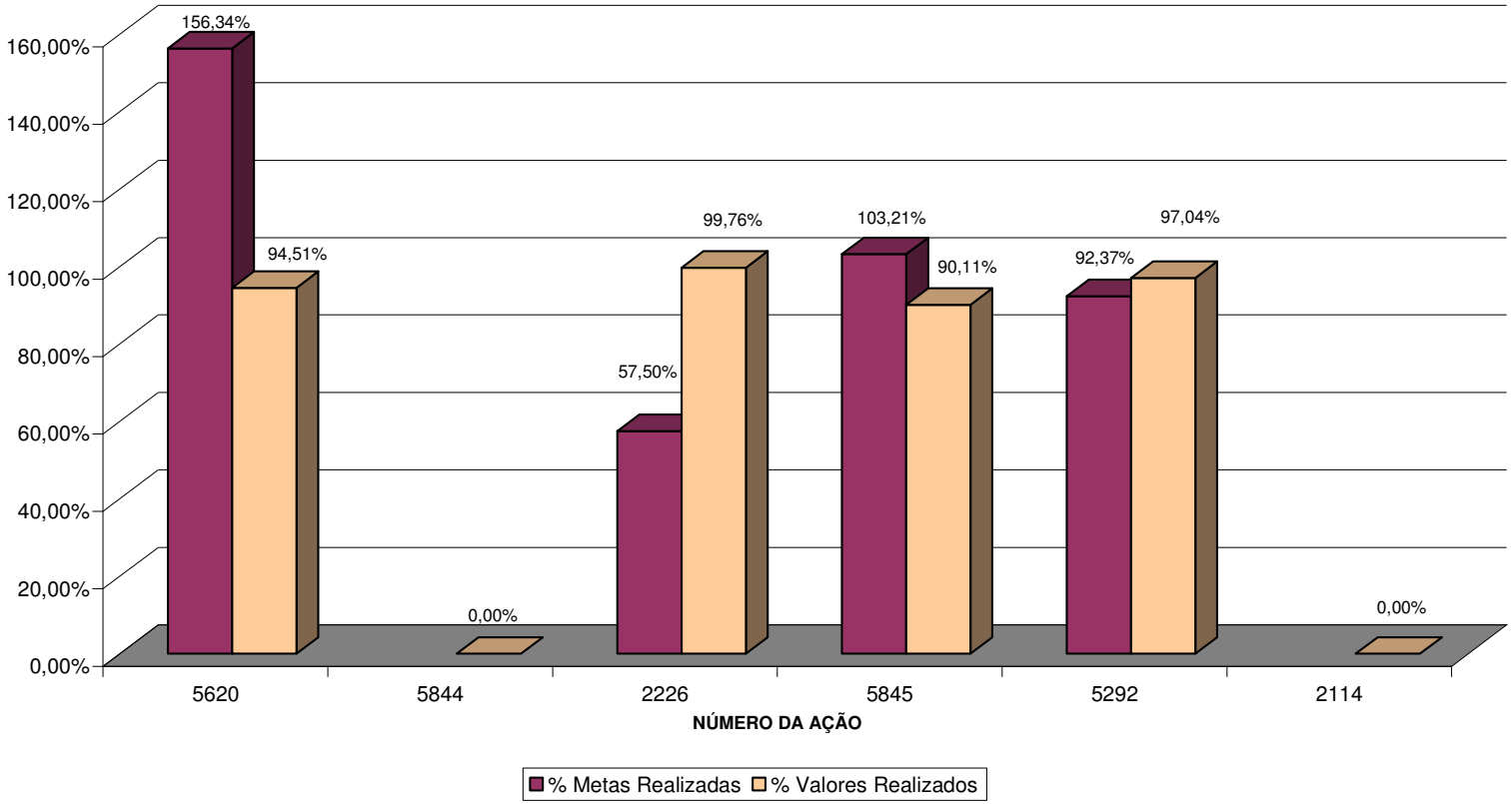
(1) LOA sem quantitativos de metas

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 10000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO)



Comentário: Das 6 ações constantes da LOA 2008, 4 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 2 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2226 - Expansão de Matrículas no Ensino Público Técnico	Meta não alcançada devido a problemas relacionados a convênios, obras de infra-estrutura física e morosidade na licitação para compra de equipamentos, que inviabilizaram a instalação das unidades programadas para o exercício.
5292 - Manutenção do Ensino Público Técnico	Meta não alcançada devido a problemas relacionados a convênios, obras de infra-estrutura física e morosidade na licitação para compra de equipamentos, que inviabilizaram a instalação das unidades programadas para o exercício.

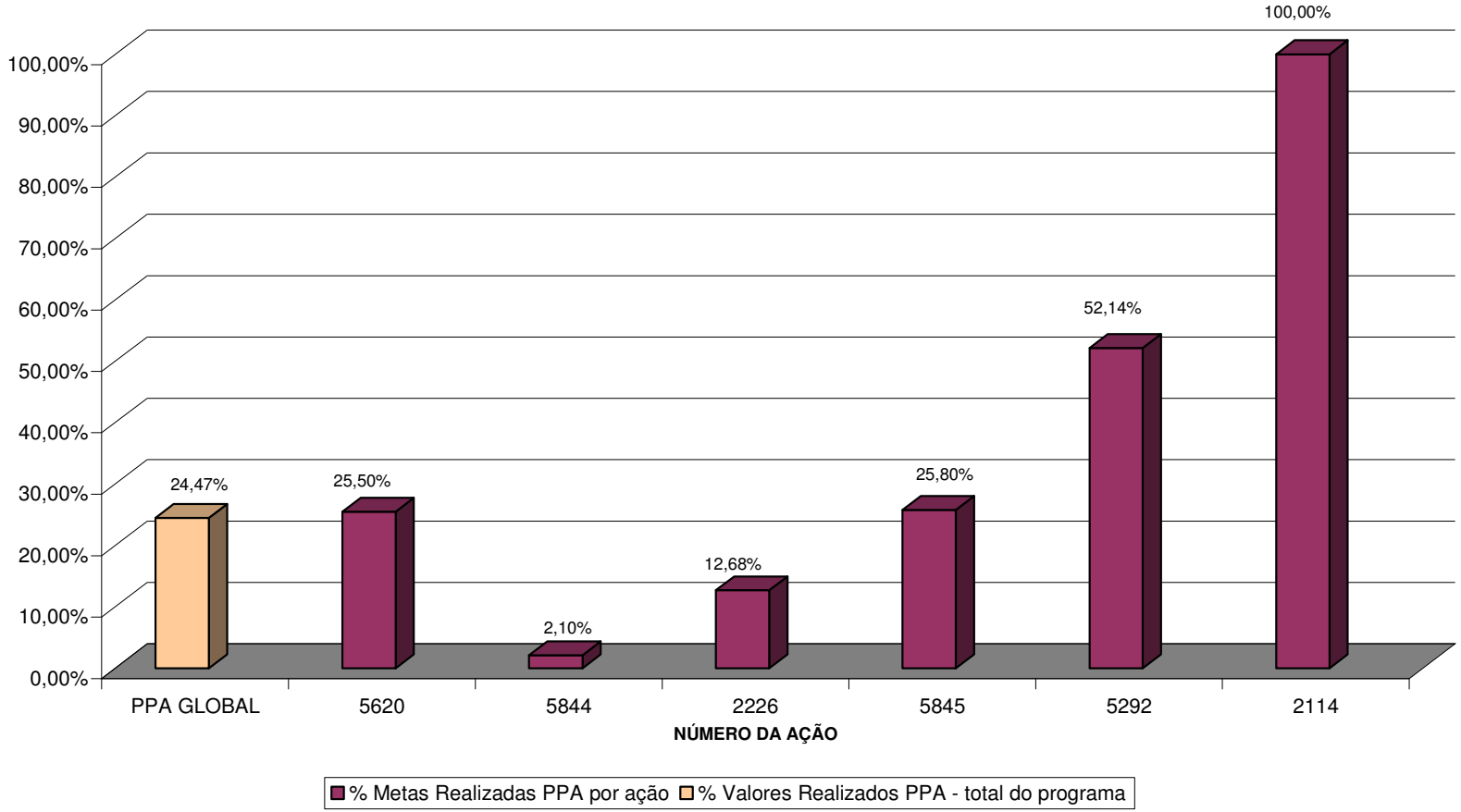
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	2114	5844
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	Um plano de reorganização/racionalização implantado	10.000 alunos qualificados

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 10000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO)



Comentário: As 6 ações constantes do PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 4 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 43000 – SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR)

OBJETIVO: Qualificar profissionais representa estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável das diversas regiões do Estado.

JUSTIFICATIVA: A qualidade dos serviços, a competitividade do setor produtivo e a competitividade de São Paulo como pólo de atração de novos investimentos, dependem da oferta de pessoal qualificado nas diferentes regiões do Estado.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
126.642.356	34.449.636	27,20%	35.249.642	34.449.636	97,73%

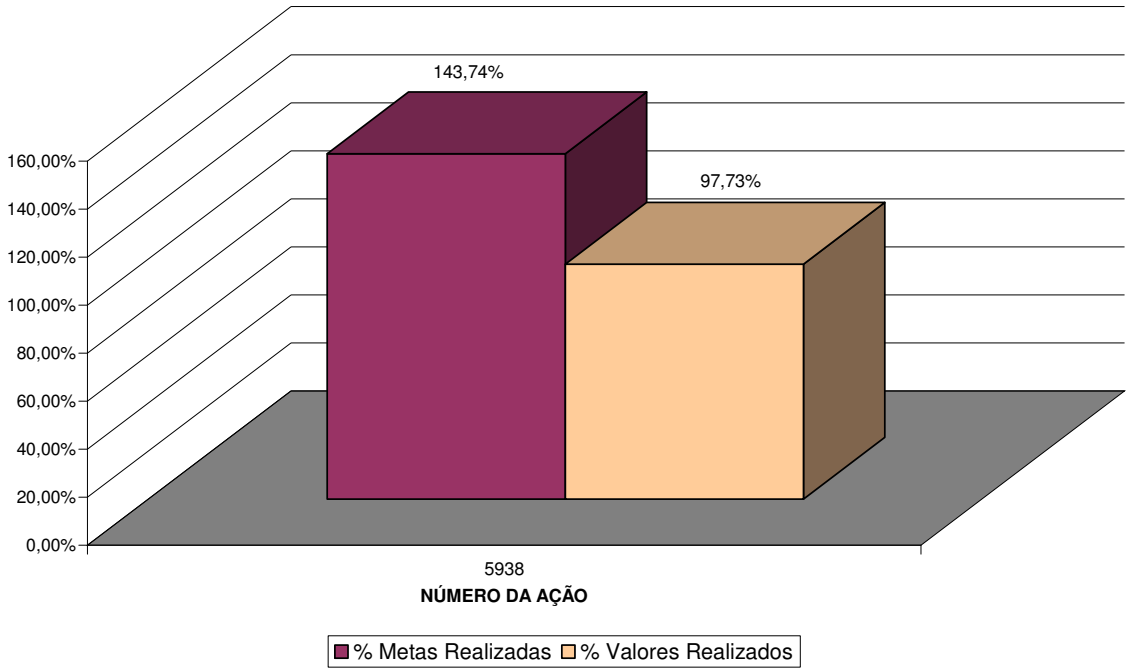
	2008			METAS					
							2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	REALIZAÇÃO 2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5938 - Ensino Técnico	35.249.642	34.449.636	97,73%	25.500 alunos matriculados	6.641	26,04%	4.620	6.641	143,74%
TOTAL	**35.249.642**	**34.449.636**	97,73%						

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR)



Comentário: A ação constante na LOA 2008 apresentou metas passíveis de aferição, tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

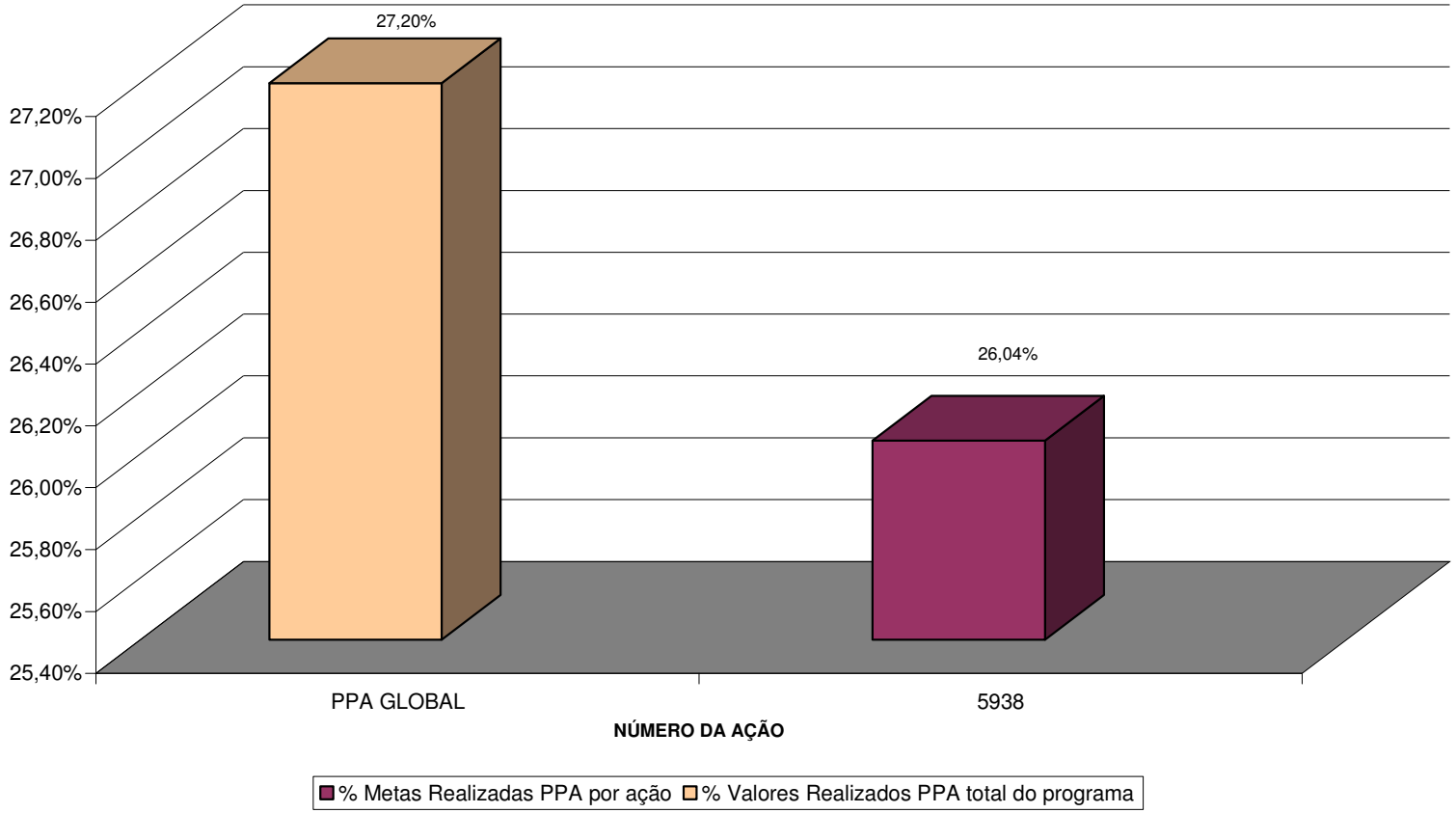
Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	5938
LOA	4.620 alunos matriculados
LDO	6.120 alunos matriculados

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO (ÓRGÃO 43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR)



Comentário: A ação constante no PPA 2008-2011 apresentou metas passíveis de aferição, tendo superado o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1308 SEGURANÇA ALIMENTAR

OBJETIVO: Conjugar o estímulo à produção de alimentos e seu escoamento a projetos de segurança alimentar, assegurando o acesso da população a alimentos com qualidade, diversidade e alto valor nutritivo.

JUSTIFICATIVA: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD de 2005, do IBGE, identificou um contingente superior a 2,9 milhões de famílias, no Estado de São Paulo, com renda de até dois salários mínimos, que é insuficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, portanto, vulnerável à fome.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
784.087.255	216.297.915	27,59%	220.401.103	216.297.915	98,14%

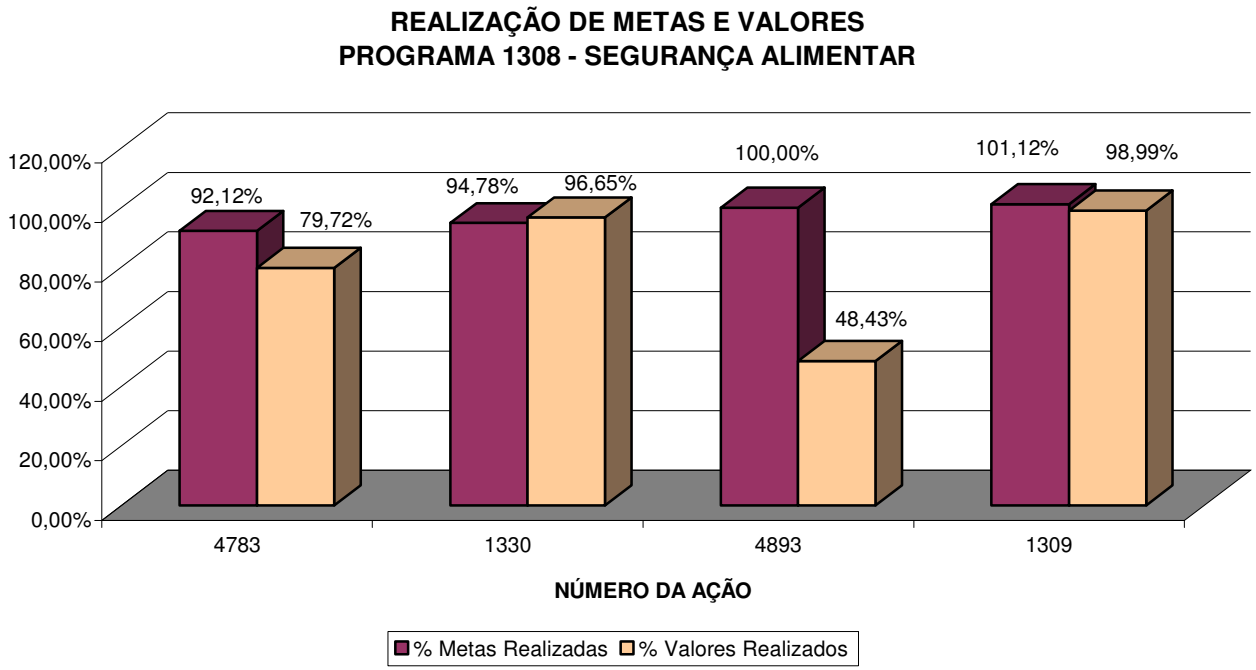
	2008			METAS					
							2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	REALIZAÇÃO 2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar	2.640.081	2.104.647	79,72%	3.037.900 pessoas atendidas	590.807	19,45%	641.350	590.807	92,12%
1330 - Bom Prato	26.904.000	26.002.655	96,65%	61.038.000 refeições servidas	10.844.930	17,77%	11.442.104	10.844.930	94,78%
Ação S/Nº (a) Bom Preço do Agricultor (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	40 pontos de venda implantados	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
Ação S/Nº (b) Cozinha Escola (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	40 cozinhas instaladas	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
4893 - Operacionalização do Sistema de Informações do Programa Segurança Alimentar	1.452.022	703.270	48,43%	26 sistemas informatizados mantidos	20	76,92%	20	20	100,00%
1309 - Viva Leite	189.405.000	187.487.342	98,99%	805.000 pessoas atendidas - idosos e crianças	753.379	93,59%	745000	753.379	101,12%
TOTAL	**220.401.103**	**216.297.915**	98,14%						

(1) Não consta na LOA 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2008



Comentário: As 4 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e outra ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual da Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar	A meta para 2008 foi atingida em 92%. Durante o período eleitoral ficou suspensa a distribuição de publicações, o que comprometeu o alcance da meta estabelecida.
1330 - Bom Prato	A meta executada atingiu 99,4% da programada. Como a demanda pelos restaurantes é exógena, fatores alheios a nosso controle podem ter ocorrido, como a suspensão do expediente em função de feriados locais ou mesmo intempéries climáticas (chuvas), que reduzem o acesso de pessoas, impediram o cumprimento total da meta.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

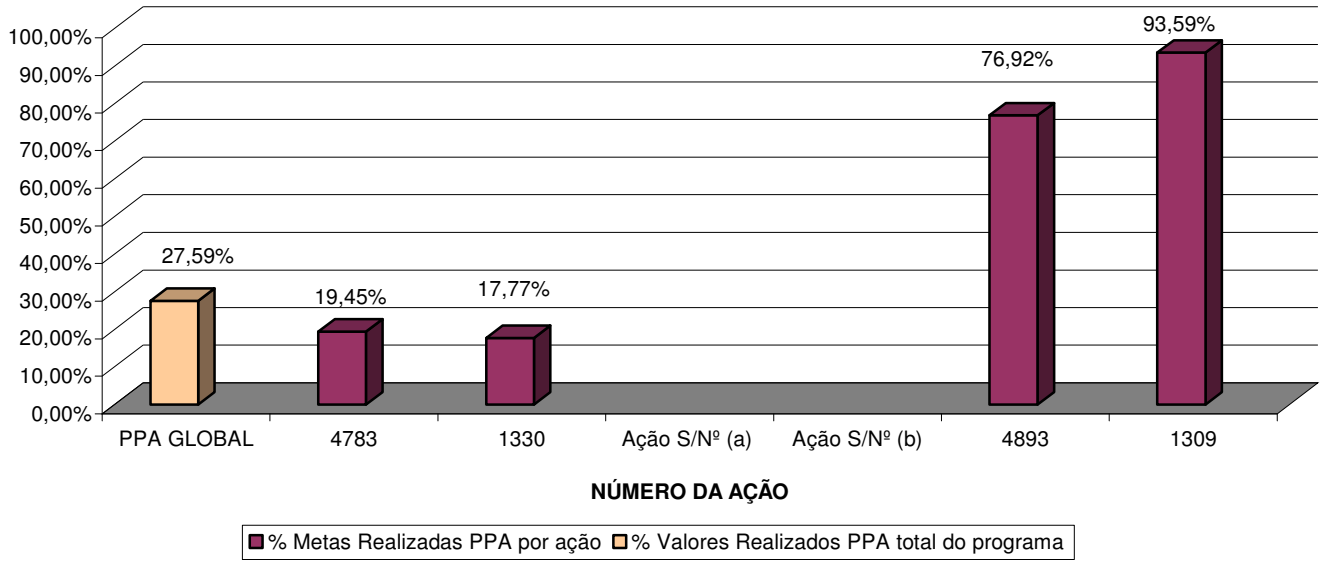
AÇÃO	1330
LOA	11.442.000 refeições servidas
LDO	11.442.104 refeições servidas

c) Observações: programa selecionado para realização de auditoria operacional.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL PPA 2008 – 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1308 - SEGURANÇA ALIMENTAR



Comentário: Das 6 ações constantes no PPA 2008-2011, 4 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1602 – GESTÃO DA MALHA HIDROVIÁRIA

OBJETIVO: Aumentar a velocidade média de tráfego e da capacidade de transporte por ciclo de viagem, atraindo mais cargas para a malha hidroviária e proporcionando maior equilíbrio à matriz de transportes com menores custos econômicos, sociais e ambientais.

JUSTIFICATIVA: Coordenar várias ações para a execução de obras visando eliminar restrições físicas, operacionais e institucionais existentes na malha hidroviária, com a finalidade de ampliar a sua participação no transporte de cargas de longas e médias distâncias.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
141.850.815	5.914.015	4,17%	18.019.032	5.914.015	32,82%

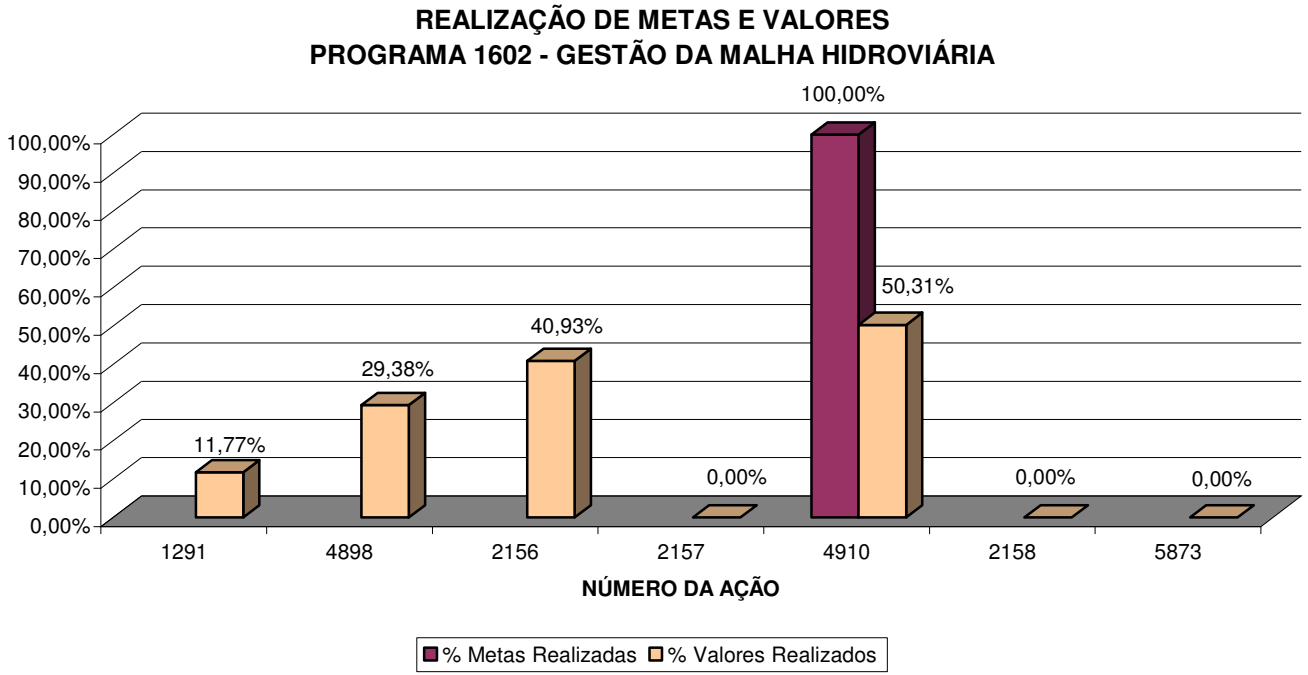
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1291 - Ampliação e Proteção dos Vãos de Navegação das Pontes na Hidrovia Tietê-Paraná (1)	7.350.500	865.162	11,77%	11 obras executadas	3,5	31,82%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4898 - Fomento ao Desenvolvimento do Transporte Hidroviário (1)	56.845	16.700	29,38%	23.250.000 de volume de carga transportada (em toneladas)	4.854.390	20,88%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2156 - Ampliação e Retificação de Canais da Hidrovia Tietê-Paraná (HTP) (1)	1.212.500	496.283	40,93%	40,5 km de canais ampliados ou retificados	1	2,47%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2157 - Implantação de Novos Trechos (1)	1.000	0	0,00%	778,85 km de trechos implantados	0	0,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
4910 - Manutenção da Sinalização e Equipamentos de Segurança à Navegação	9.016.187	4.535.870	50,31%	16 campanhas integrais de manutenção realizadas	4	25,00%	4	4	100,00%
2158 - Obras Vinculadas às Eclusas da Hidrovias Tietê Paraná - HTP (1)	201.000	0	0,00%	8 obras executadas	0	0,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
5873 - Operação do Sistema Hidroviário (1)	181.000	0	0,00%	50 campanhas de inspeção realizadas	6	12,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**18.019.032**	**5.914.015**	32,82%						

(1) LOA sem quantitativos de metas.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 7 ações constantes da LOA 2008, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição, a qual atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

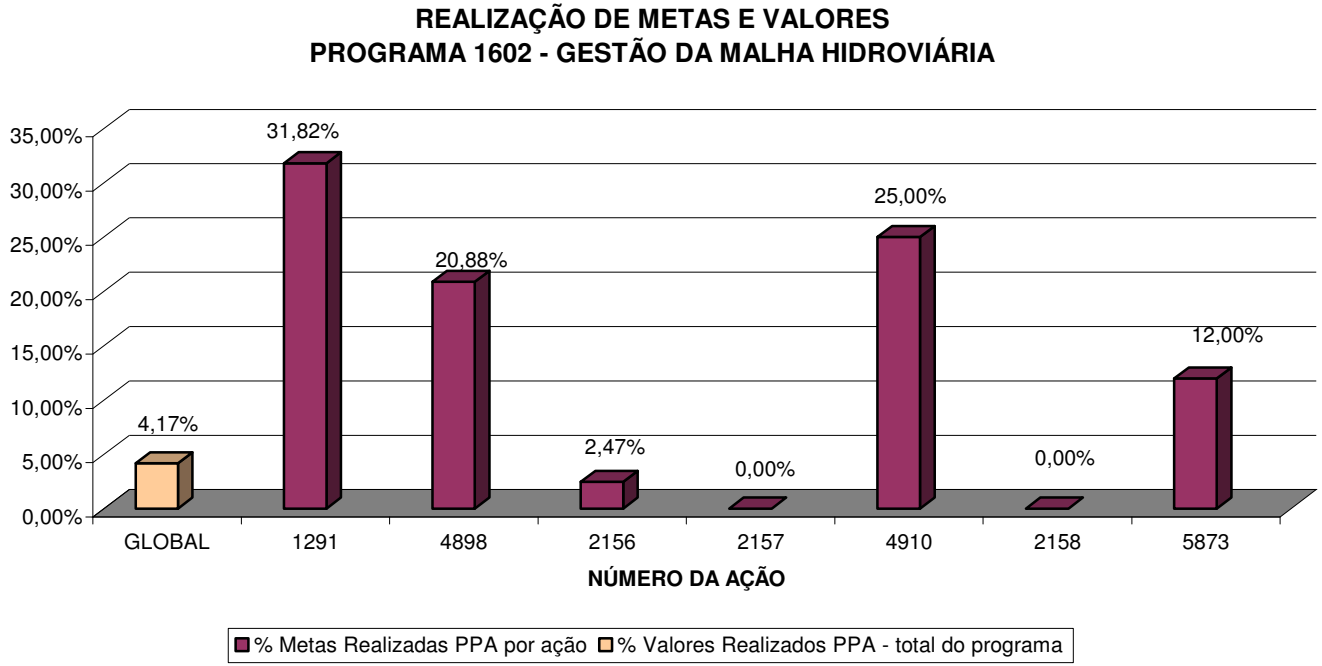
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1291 - Ampliação e Proteção dos Vãos de Navegação das Pontes na Hidrovia Tietê-Paraná	Principal obra teve licitação frustrada e sua execução adiada; projeto está sendo revisado para solução exeqüível. Portanto, algumas metas foram postergadas.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1291	2156	2157	2158	4898	5873
LOA	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas
LDO	6 obras executadas	10 km de canais ampliados ou retificados	25,65 km de trechos implantados	0,2 obras executadas	4.815.000 toneladas de carga transportada	17 campanhas de inspeção realizadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 7 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações igualaram ou superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1605 – OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS

OBJETIVO: Propiciar condições de segurança e fluidez do trânsito nas rodovias sob jurisdição do DER+DERSA, bem como implantar e operar praças de pedágio e postos de pesagem.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de serviços de auxílio aos usuários das rodovias sob jurisdição do DER/DERSA, bem como implantar, manter, operar e monitorar praças de pedágio e postos de pesagem.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
483.267.269	88.915.397	18,40%	91.377.480	88.915.397	97,31%

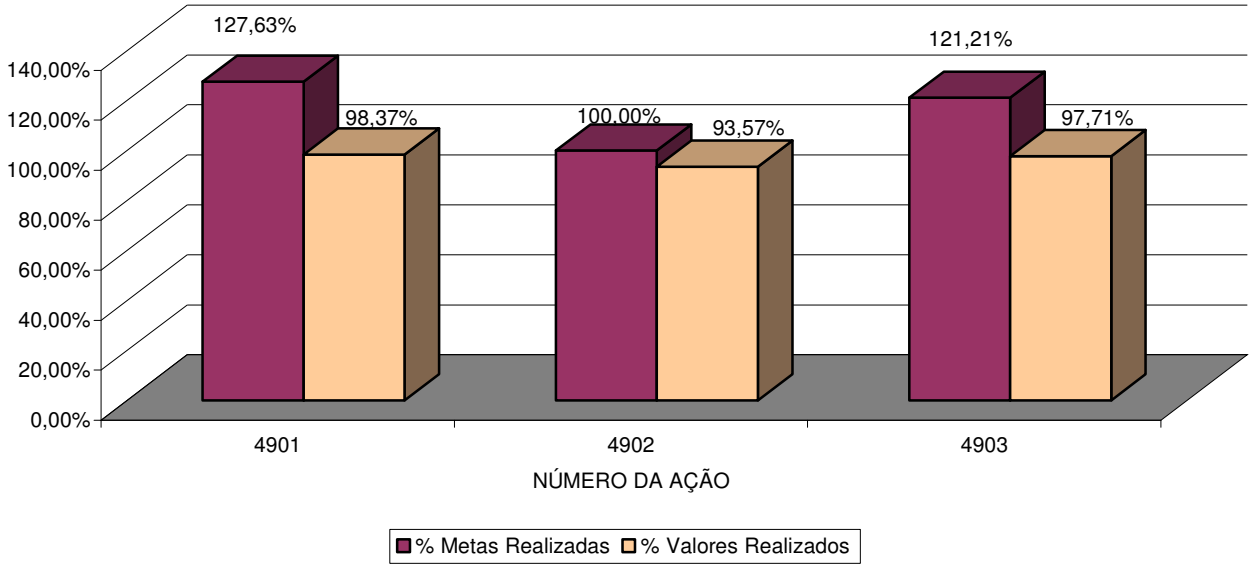
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2.008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4901-Implantação e Operação de Postos de Pesagem nas Rodovias Estaduais	31.175.045	30.666.362	98,37%	96 postos de pesagem implantados	97	101,04%	76	97	127,63%
4902-Implantação e Operação de Praças de Pedágio nas Rodovias Estaduais	13.885.213	12.992.776	93,57%	14 praças de pedágio implantadas	8	57,14%	8	8	100,00%
4903-Operação da Malha Rodoviária por Meio de Unidades de Atendimento	46.317.222	45.256.259	97,71%	58 unidades de atendimento implantadas	40	68,97%	33	40	121,21%
TOTAL	**91.377.480**	**88.915.397**	97,31%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1605 - OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS



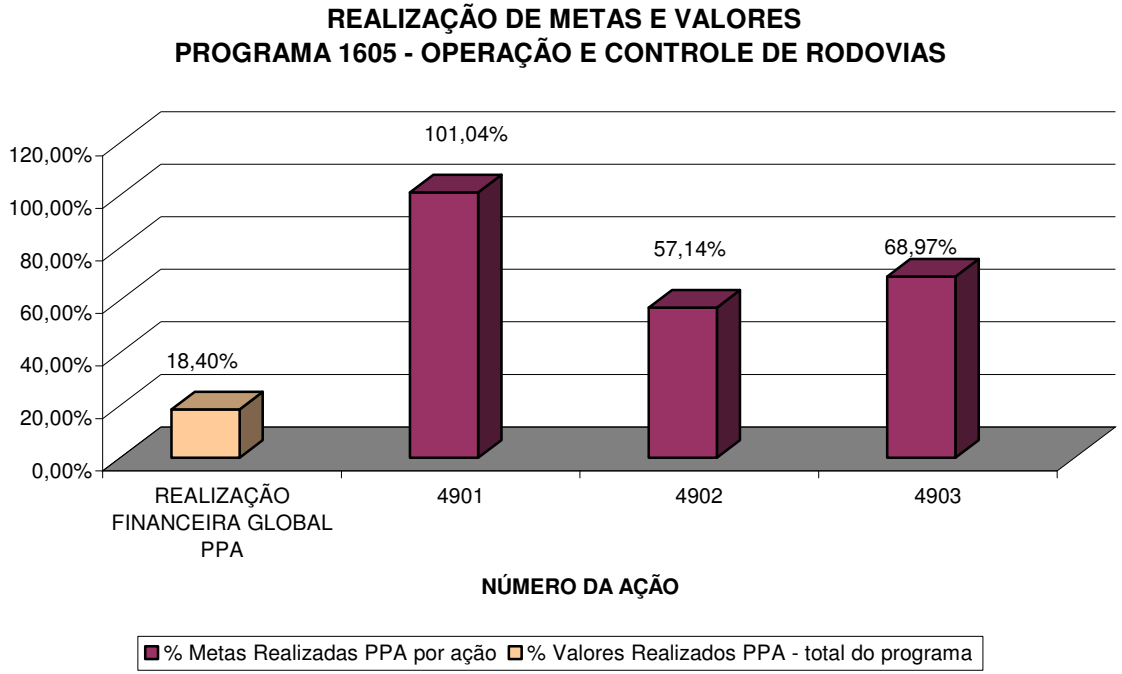
Comentário: As 3 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição e atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	4901	4902	4903
LOA	76 postos de pesagem implantados	8 praças de pedágio implantadas	33 unidades de atendimento implantadas
LDO	96 postos de pesagem implantados	14 praças de pedágio implantadas	58 unidades de atendimento implantadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que também superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:1606 – AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO: Garantir rodovias em bom estado de manutenção, de forma a proporcionar um transporte confortável, seguro e econômico de bens e pessoas na malha rodoviária.

JUSTIFICATIVA: O DER/SP tem sob sua administração direta 17.000 km de rodovias e complementos rodoviários, que devem proporcionar transporte rápido, seguro e econômico de bens e pessoas.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
9.315.894.361	2.900.911.561	31,14%	(2)	2.900.911.561	não aplicável

	2008			METAS					
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	REALIZAÇÃO 2008	%	2008 LOA	2008 REALIZAÇÃO	2008 %
1115-Duplicação BR.381/Rodovia Fernão Dias - BID (1)	50	0	0,00%	15 km de rodovia duplicada e modernizada	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1418-Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais	526.737.016	476.336.340	90,43%	1.535 km de rodovias duplicadas e/ou implantadas	50,57	3,29%	223	50,57	22,68%
1114-Estradas Vicinais	577.402.106	572.861.193	99,21%	8.000 km de estradas vicinais recuperadas/pavimentadas	2.154,80	26,93%	16,7	2.154,80	12902,97%
1970 - Implantação e Transposição de Rodovias - Convênio DER/DERSA	591.740.001	575.832.131	97,31%	114 km de ligações rodoviárias recuperadas ou adequadas	7,29	6,39%	44	7,29	16,57%
1413 - Modernização / Monitoração de Rodovias Estaduais	300.000	265.730	88,58%	100 equipamentos de câmaras, contadores e painéis de mensagem instalados	1,0	1,00%	35	1	2,86%
4904-Patrulha Rodoviaria	24.005.493	16.883.197	70,33%	3.200 km de rodovias e/ou estradas recuperadas	28,96	0,91%	337	28,96	8,59%
2246 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BID	566.114.045	474.862.896	83,88%	2.000 km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	397	19,85%	397	397	100,00%
1419-Recuperação de Rodovias Estaduais (2)	não aplicável	602.730.129	não aplicável	3.854,30 km de rodovias estaduais recuperadas	115,93	3,01%	73,34	115,93	158,07%
1933-Recuperação de Rodovias Estaduais - BID 2	177.019.626	175.515.203	99,15%	159 km de rodovias estaduais recuperadas	39,05	24,56%	156	39,05	25,03%
2097 - Terminais Rodoviários	6.100.000	4.973.479	81,53%	139 terminais reformados ou construídos	0	0,00%	1	0	0,00%
2247 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BIRD	68.107.145	651.263	0,96%	2.000 km de estradas vicinais pavimentadas ou recuperadas	0	0,00%	396	0	0,00%
TOTAL	**não aplicável**	**2.900.911.561**	não aplicável						

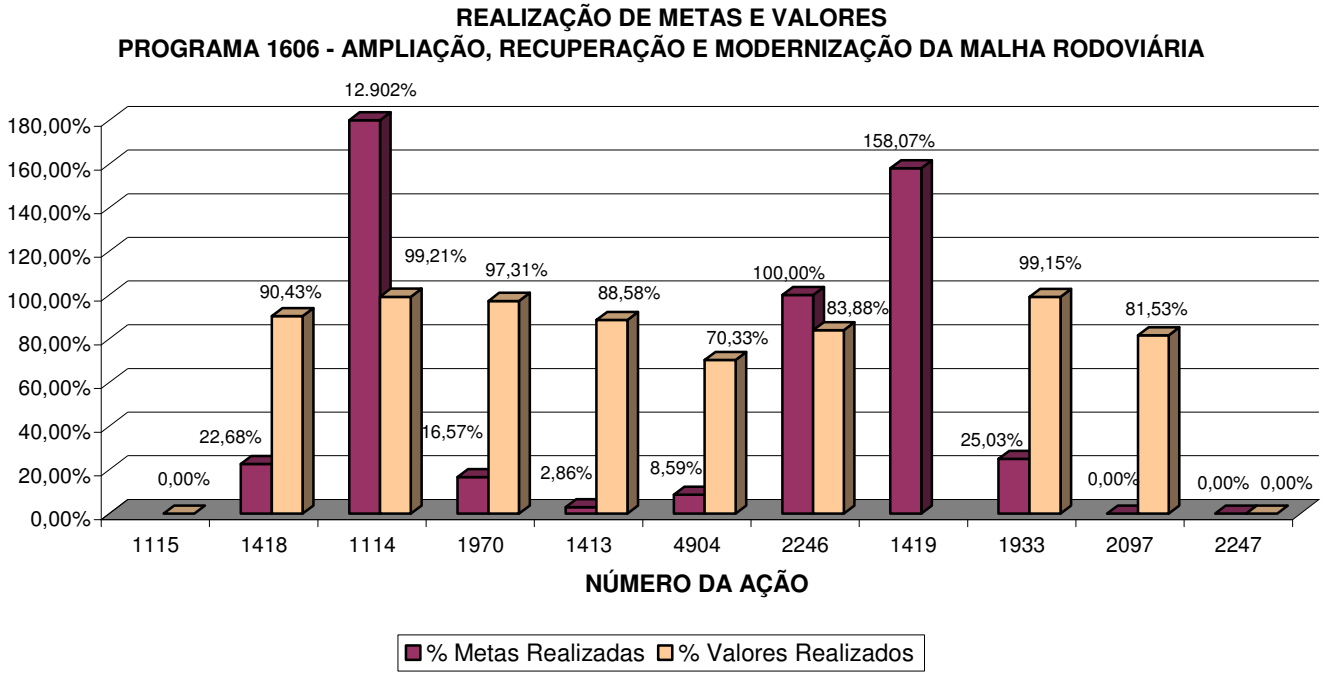
(1) LOA 2008 sem quantitativos de metas

(2) Ações desenvolvidas também por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 11 ações constantes da LOA 2008, 10 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 6 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas igual ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

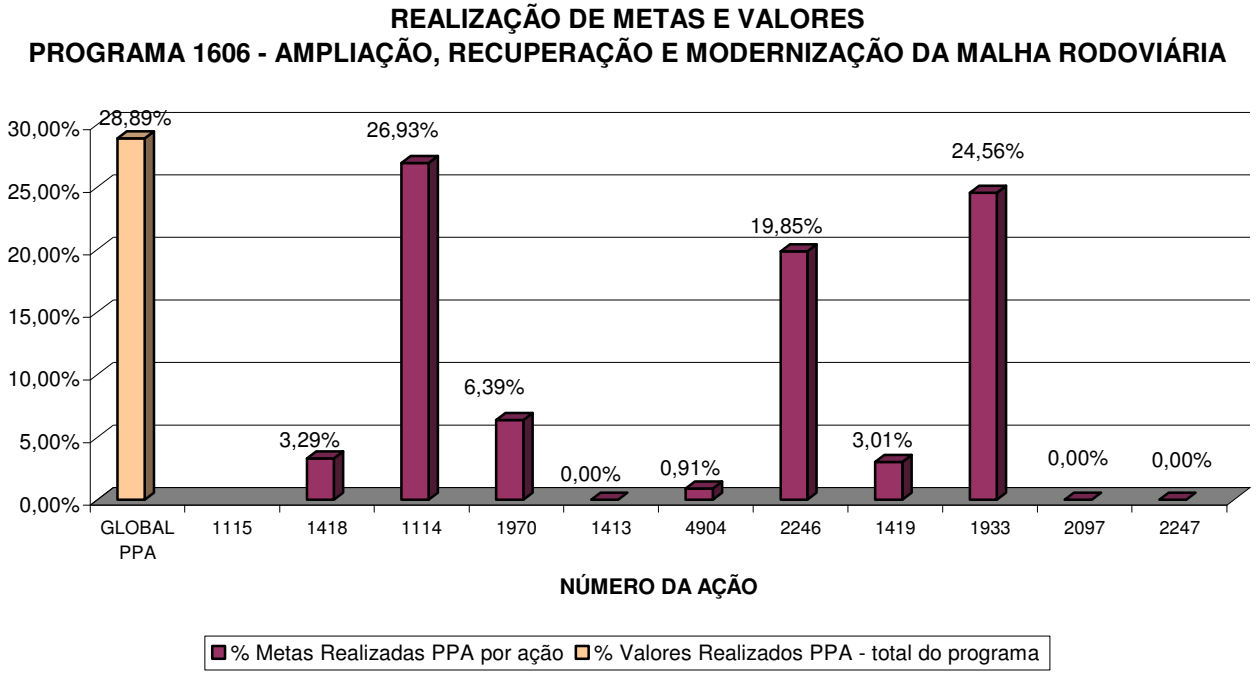
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1418-Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais	Algumas obras tiveram seu prazo de execução prolongado em face de problemas ambientais e falta de recursos no mercado.
1970 - Implantação e Transposição de Rodovias – Convênio DER/DERSA	A meta orçada não foi atingida em função de dificuldades no processo licitatório. Diversos recursos foram interpostos pelos participantes, o que provocou atraso no cronograma de licitação e conseqüentemente no início das obras.
1413 - Modernização / Monitoração de Rodovias Estaduais	Instalação de Câmera em Rodovia Estadual.
4904-Patrulha Rodoviaria	Não foram adquiridos os equipamentos a tempo de execução. Também houve dificuldades na mensuração dos serviços executados, em face da pulverização das obras de tapa buracos, pequenos reparos e consertos de trincas.
1933-Recuperação de Rodovias Estaduais - BID 2	Obra com financiamento externo, cuja liberação provocou prorrogação dos prazos de execução.
2097 - Terminais Rodoviários	Obra executada através de convênio com a Prefeitura Municipal. A obra está em fase de conclusão.
2247 - Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais - BIRD	Obra com financiamento externo. Contrato de financiamento não assinado.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1114	1418	1419	2097	4904
LOA	16,7 km de estradas vicinais recuperadas/pavimentadas	223 km de rodovias duplicadas e/ou implantadas	73,34 km de rodovias estaduais recuperadas	1 terminal reformado ou construído	337 km de rodovias e/ou estradas recuperadas
LDO	100 km de estradas vicinais recuperadas/pavimentadas	530,5 km de rodovias duplicadas e/ou implantadas	73,3 km de rodovias estaduais recuperadas	35 terminais reformados ou construídos	800 km de rodovias e/ou estradas recuperadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: Das 11 ações constantes no PPA 2008-2011, 10 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1609 – CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO: Propiciar qualidade, conforto e segurança aos usuários.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de ações de conservação do piso asfáltico e da sinalização nas rodovias sob jurisdição do DER+DERSA.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.537.629.540	555.003.036	36,09%	(1)	555.003.036	não aplicável

	2008			METAS					
			LIQ/DOT	PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO		2008 a 2011	2.008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4907 - Conservação, Sinalização e Demais Elementos de Segurança em Rodovias (1)	não aplicável	555.003.036	não aplicável	15.867 km de conservação e sinalização executada	15.835	99,80%	15.500	15.835	102,16%
TOTAL	**não aplicável**	**555.003.036**	não aplicável						

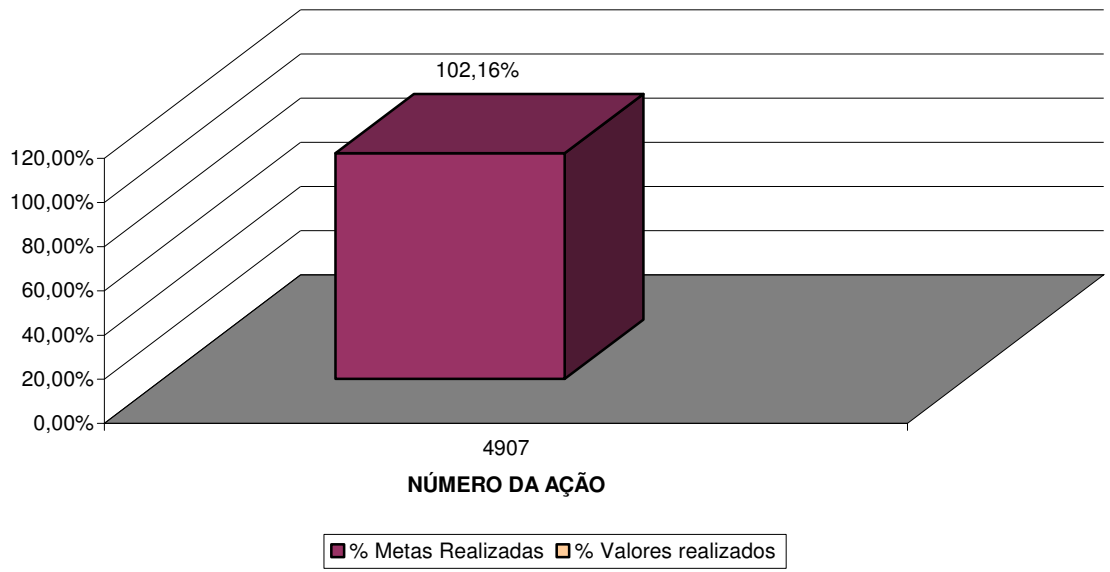
(1) Conforme Informações da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, a ação envolve recursos da União, Municípios, recursos privados, custeio de empresas não dependentes e operações de crédito de empresas não dependentes. Não consta integralidade da execução financeira no Sistema SIAFEM.

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1609 - CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA



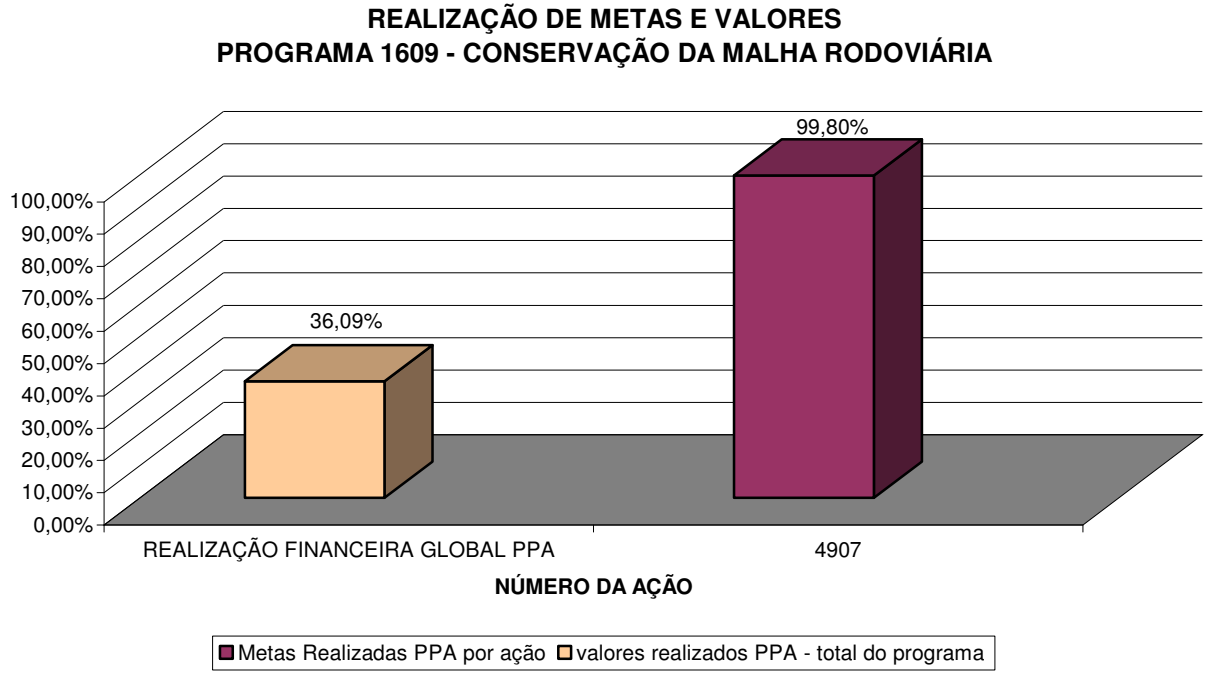
Comentário: A ação constante da LOA 2008 apresentou metas passíveis de aferição e atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	4907
LOA	15.500 Km de conservação e sinalização executada
LDO	15.867 Km de conservação e sinalização executada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: A ação constante no PPA 2008-2011 apresentou metas passíveis de aferição e também superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:1611 – TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP

OBJETIVO: Construir o Rodoanel Mário Covas (Trecho Oeste já construído) e o Ferroanel no entorno da Região Metropolitana de São Paulo.

JUSTIFICATIVA: A situação atual das Marginais Tietê e Pinheiros apresenta sérios problemas operacionais, com constantes acidentes e congestionamentos que causam graves prejuízos aos usuários, à comunidade e à economia em geral.

	2008		2008		
PPA	**LIQUIDADO**	**LIQ/PPA**	**DOTAÇÃO FINAL**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**
6.237.000.088	1.775.343.000	28,46%	(2)	1.775.343.000	não aplicável

	2008			METAS					
AÇÃO	**DOTAÇÃO**	**LIQUIDADO**	**LIQ/DOT**	**PPA 2008 a 2011**	**REALIZAÇÃO 2008**	**%**	**2008 LOA**	**2008 REALIZAÇÃO**	**2008 %**
2155 - Execução da Obra do Ferroanel - Tramo Sul (1), (2) e (3)	100.000	0	0,00%	60% da etapa construída	0%	0,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2153 - Execução das Obras do Rodoanel - Trecho Leste (1) e (2)	não aplicável	3.149.000	não aplicável	100% da etapa concluída	2%	2,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2151 - Execução das obras do Rodoanel - Trecho Sul (2)	não aplicável	1.744.379.000	não aplicável	100% das obras concluídas	40%	40,00%	31,53%	40%	126,86%
1420-Obras Complementares e Condicionantes da Lic. Operação do Rodoanel - Trecho Oeste (1) e (2)	não aplicável	27.815.000	não aplicável	100% do Trecho Oeste do Rodoanel Concluído	50%	50,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**não aplicável**	**1.775.343.000**	não aplicável						

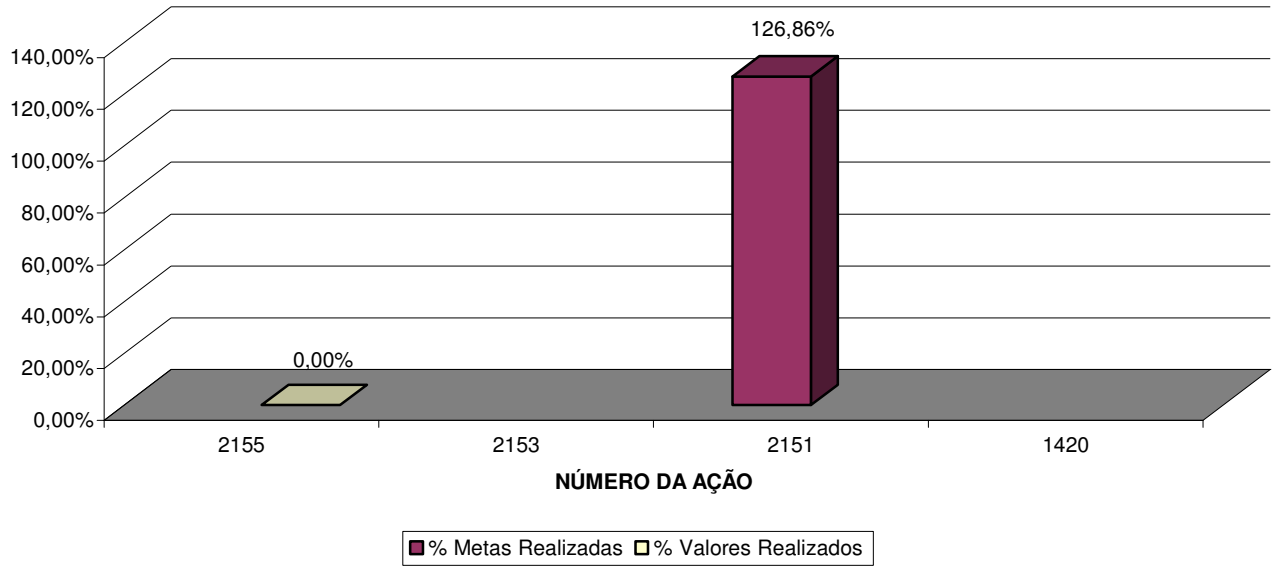
(1) LOA 2008 sem quantitativos de metas
(2) Ação Desenvolvida por empresa estatal não dependente. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(3) Considerada Dotação Inicial LOA 2008.

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP



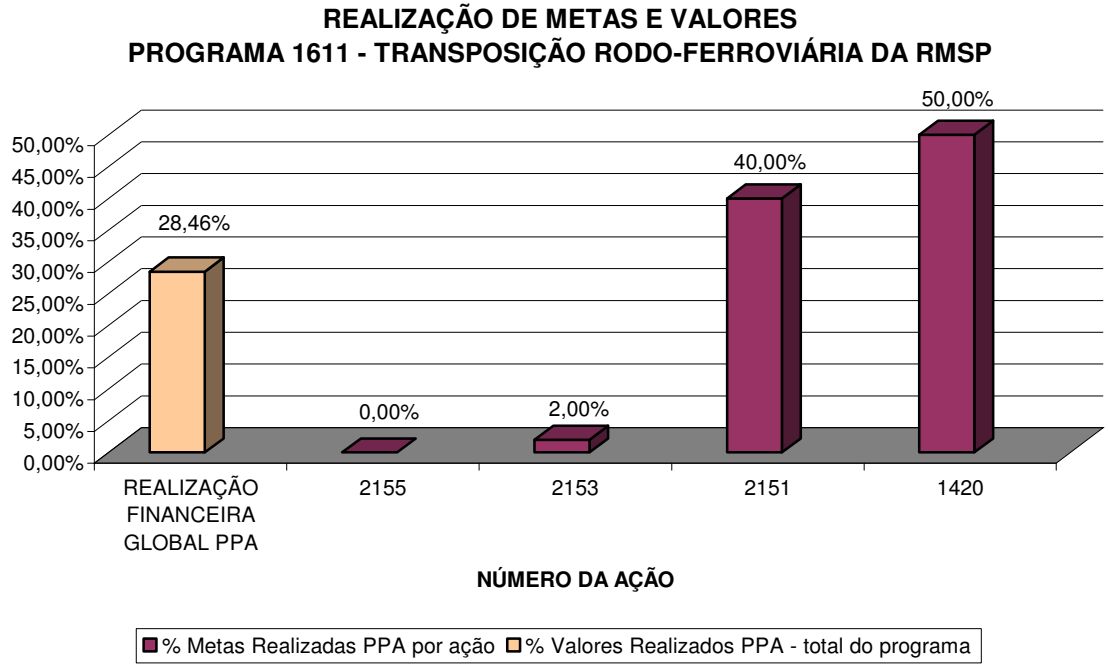
Comentário: das 4 ações constantes da LOA 2008, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição e atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1420	2151	2153	2155
LOA	LOA sem quantitativos de metas	31,53 % das obras concluídas	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas
LDO	50% do Trecho Oeste do Rodoanel concluído	45 % das obras concluídas	2% da etapa concluída	10% da etapa concluída

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 4 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1729 – ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

OBJETIVO: Dar efetividade aos direitos e garantias do adolescente autor de ato infracional através da reconfiguração do cumprimento das medidas socioeducativas, objetivando à sua reinserção ao convívio social.

JUSTIFICATIVA Deficiência na integração das medidas sócio-educativas, dificultando o atendimento individualizado e integral do adolescente na sua trajetória institucional.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.787.084.372	413.531.189	23,14%	444.460.748	413.531.189	93,04%

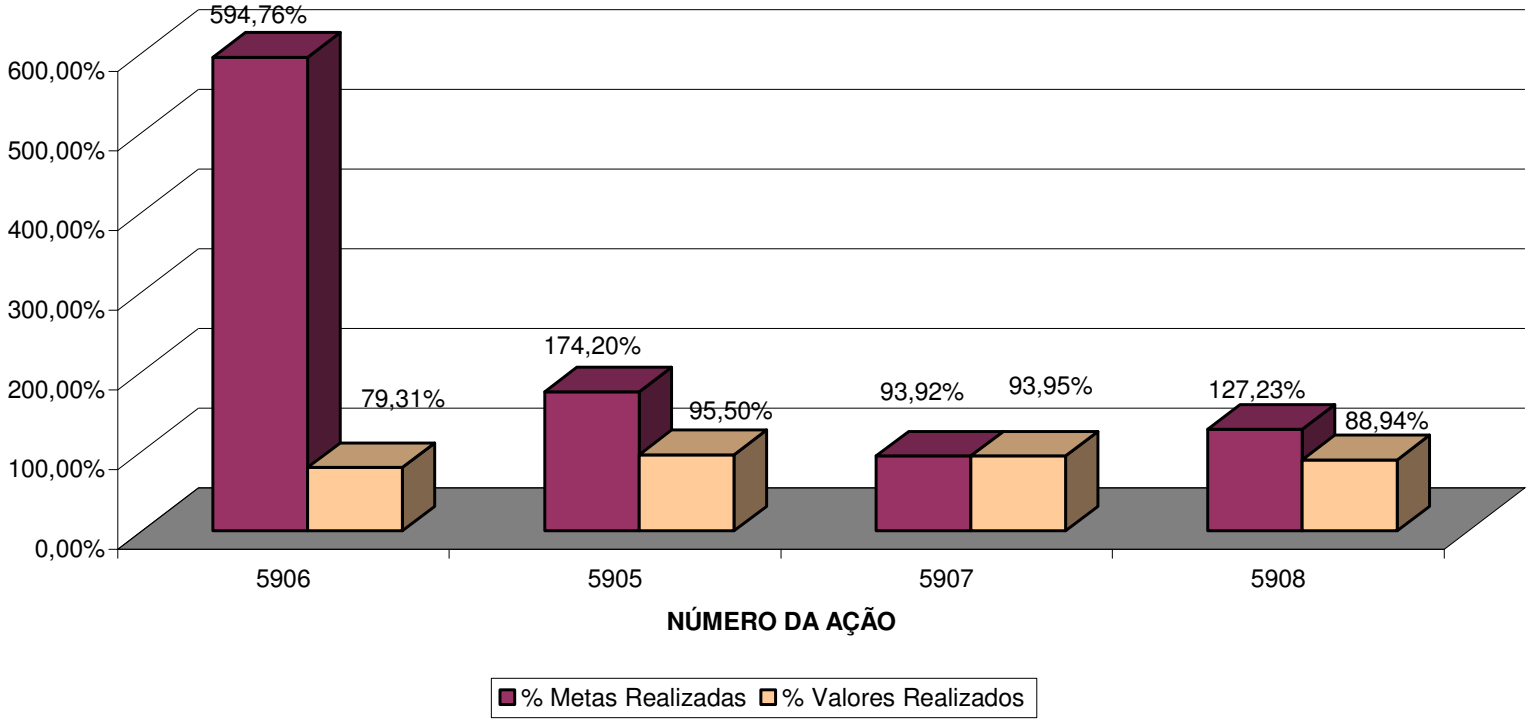
AÇÃO	2008			METAS					
					REALIZAÇÃO		2008		
	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5906 - Atenção Integral à Saude do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	8.314.355	6.594.174	79,31%	6.008.392 atendimentos realizados	1.469.124	24,45%	247.012	1469124	594,76%
5905 - Atenção Integral à Educação do Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio-educativa	18.686.602	17.845.317	95,50%	718.968 atendimentos realizados	312.730	43,50%	179.520	312.730	174,20%
5907 - Reconfiguração do Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	355.224.683	333.739.749	93,95%	87.776 adolescentes atendidos	20.584	23,45%	21.917	20.584	93,92%
5908 - Revitalização das Parcerias para o Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	62.235.108	55.351.949	88,94%	808 convênios celebrados	257	31,81%	202	257	127,23%
TOTAL	**444.460.748**	**413.531.189**	93,04%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



Comentário: as 4 ações constantes na LOA 2008 apresentaram metas passiveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 1 ação, alem de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5907 - Reconfiguração do Cumprimento das Medidas Sócio-educativas	A meta orçada não foi alcançada porque a reconfiguração das medidas sócio-educativas prevê uma articulação com a rede sócio-assistencial presente nos municípios, para prover assistência aos adolescentes e seus familiares, quando o mesmo ainda está internado e após sua desinternação. Toda ação desencadeada nesta direção tem por objetivo a diminuição do número de atendidos nas unidades de internação. Isto significa dizer que a eficiência, eficácia e efetividade dos atendimentos têm distanciado adolescentes dos atos infracionais, diminuindo, assim, os índices de reincidência da Fundação.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

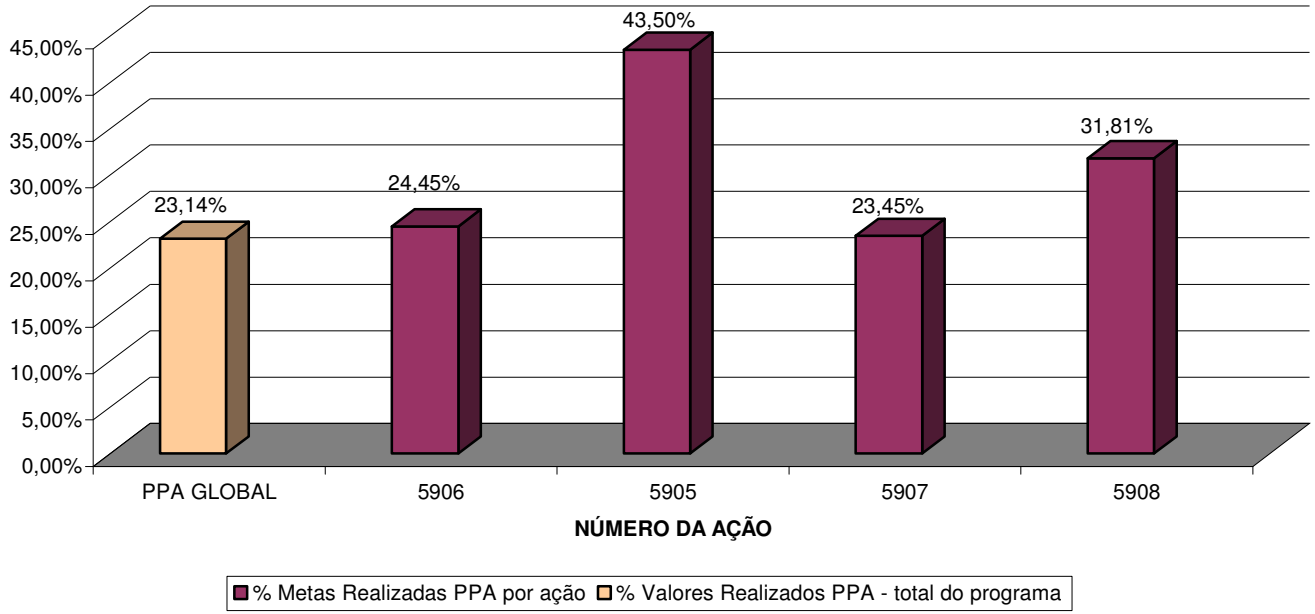
AÇÃO	5906
LOA	247.012 atendimentos realizados
LDO	1.500.240 atendimentos realizados

c) Observações: programa selecionado para realização de auditoria operacional.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS



Comentário: as 4 ações constantes no PPA apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

OBJETIVO: Investigar os delitos de autoria desconhecida por meio de atividades da Polícia Judiciária, Administrativa e Preventiva Especializada, com especial ênfase à repressão ao crime organizado, narcotráfico e homicídios. Manter e expandir as delegacias participativas.

JUSTIFICATIVA: A evolução organizacional e tecnológica da criminalidade impõe a constante adequação e aprimoramento das ações policiais e dos equipamentos destinados a desenvolvê-las, bem como o permanente treinamento e aperfeiçoamento dos policiais.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
8.699.956.694	1.852.747.403	21,30%	1.878.102.533	1.852.747.403	98,65%

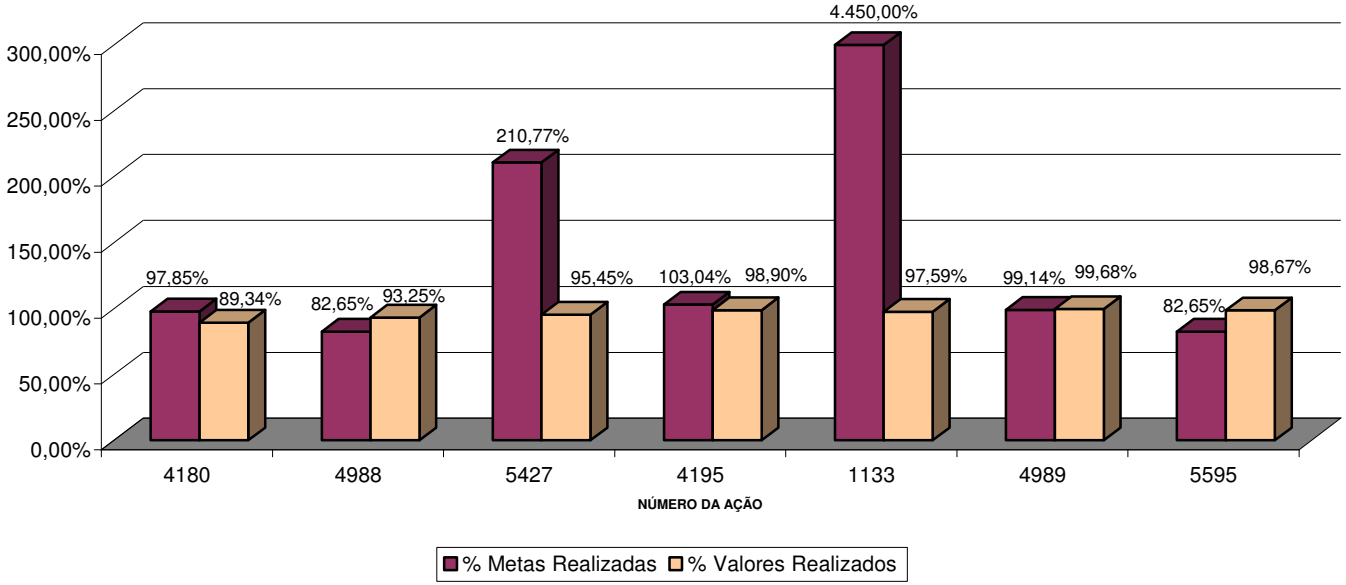
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4180 - Administração Geral da Polícia Civil	145.816.651	130.274.175	89,34%	93 unidades atendidas	91	97,85%	93	91	97,85%
4988 - Assistência Alimentar aos Presos em Custódia da Polícia Civil	42.089.394	39.250.222	93,25%	56.000 presos atendidos	11.571	20,66%	14.000	11.571	82,65%
5427 - Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento dos Policiais Civis	20.818.577	19.871.084	95,45%	1.040 cursos realizados	548	52,69%	260	548	210,77%
4195 - Identificação Civil e Criminal	55.126.741	54.521.538	98,90%	18.000.000 documentos emitidos	4.636.819	25,76%	4.500.000	4.636.819	103,04%
1133 - Instalações da Polícia Civil	15.837.557	15.455.262	97,59%	40 obras realizadas	89	222,50%	2	89	4450,00%
4989 - Polícia Judiciária	1.598.363.613	1.593.325.787	99,68%	1.320.000 inquéritos relatados	327.159	24,78%	330.000	327.159	99,14%
5595 - Suprimento de Medicamentos p/ os Presos em Custódia da Polícia Civil	50.000	49.335	98,67%	56.000 presos atendidos	11.571	20,66%	14.000	11.571	82,65%
TOTAL	**1.878.102.533**	**1.852.747.403**	98,65%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE



Comentário: As 7 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 3 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual da Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

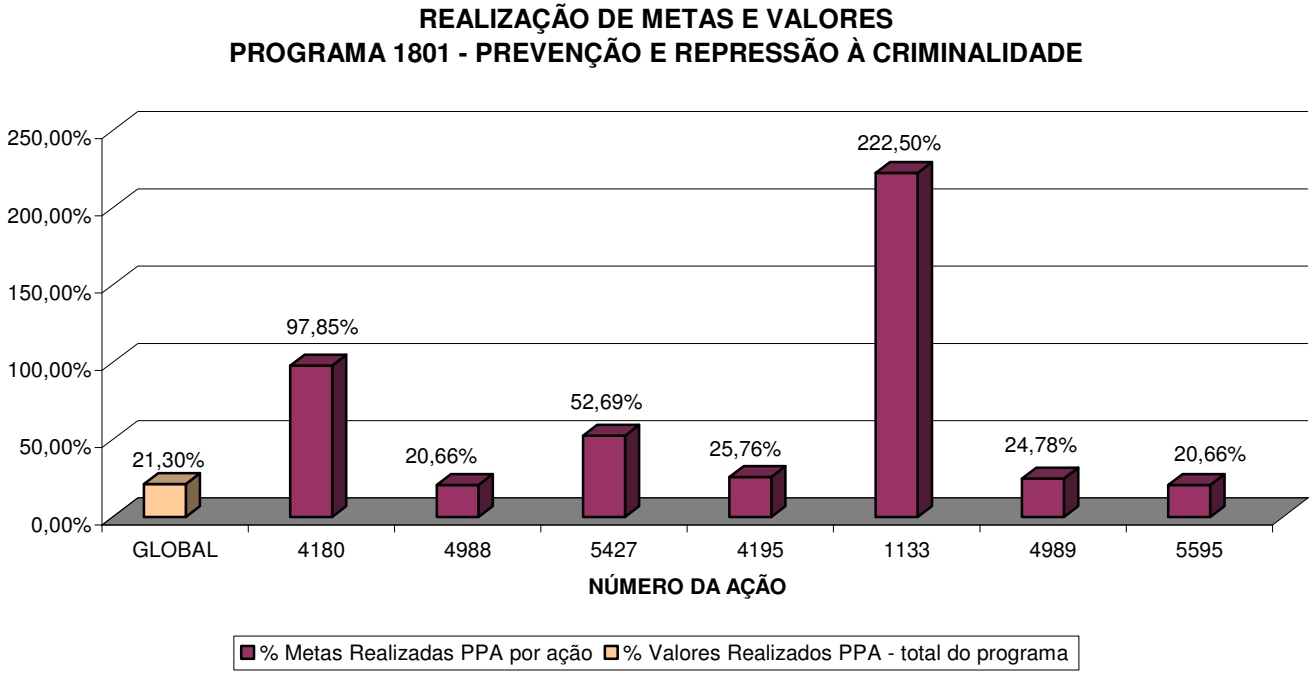
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4180 - Administração Geral da Polícia Civil	Foram atendidas todas as UGE'S subordinadas à Delegacia Geral de Polícia, que hoje totalizam 91, em decorrência das transferência de duas unidades gestoras para a Secretaria de Administração Penitenciária (Cadeias 3 e 4).
4988 - Assistência aos Presos em Custódia da Polícia Civil	Meta não atingida em decorrência da transferência dos presos para os estabelecimentos prisionais administrados pela Secretaria de Administração Penitenciária
4989 - Polícia Judiciária	A diferença entre o resultado previsto e o efetivamente executado foi inferior a 1% (0,86%), o que acreditamos estar dentro de uma margem de erro admissível.
5595 - Suprimento de Medicamentos p/ os Presos em Custódia da Polícia Civil	Meta não atingida em decorrência da transferência dos presos para os estabelecimentos prisionais administrados pela Secretaria de Administração Penitenciária.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1133
LOA	2 obras realizadas
LDO	10 obras realizadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 7 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 4 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1807 – POLICIAMENTO OSTENSIVO

OBJETIVO: Possibilitar que o policiamento ostensivo, por meio dos seus diversos programas, ofereça serviços de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade necessárias, para a ampla obtenção dos melhores resultados na área da segurança pública, em prol da garantia da ordem pública e da promoção dos direitos humanos.

JUSTIFICATIVA: A criminalidade e a violência decorrente, fruto de atitudes anti-sociais, requerem uma pronta ação do Estado visando à proteção da sociedade por meio da conquista de níveis de segurança aceitáveis, o que já vem sendo exercitado pela polícia militar no que concerne ao aprimoramento das ações integradas com foco na redução dos índices de criminalidade.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
17.000.124.293	5.829.840.786	34,29%	5.838.295.503	5.829.840.786	99,86%

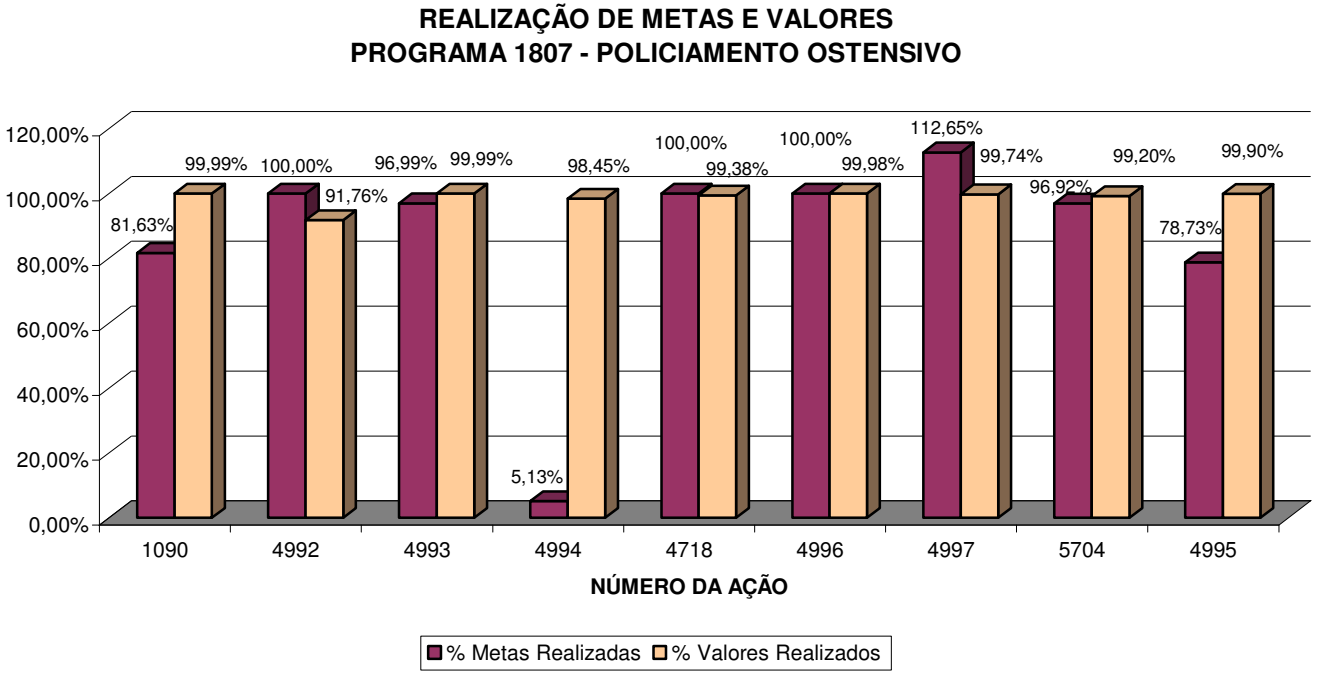
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	11.920.000	11.919.129	99,99%	254 unidades policiais militares adequadas	40	15,75%	49	40	81,63%
4992 - Administração Geral da Polícia Militar	92.346.009	84.737.290	91,76%	102 unidades atendidas	102	100,00%	102	102	100,00%
4993 - Defesa do Cidadão	5.658.682.920	5.658.276.662	99,99%	76.000 policiais envolvidos	80.889	106,43%	83.402	80.889	96,99%
4994 - Formação de Policiais Militares	19.160.000	18.863.406	98,45%	12.000 policiais militares formados	154	1,28%	3.000	154	5,13%
S/Nº - Jovens Construindo a Cidadania (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	32.650 lideranças desenvolvidas	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
4718 - Policiamento comunitário	622.000	618.118	99,38%	205 bases comunitárias fixas	205	100,00%	205	205	100,00%
4996 - Policiamento Escolar	5.400.000	5.398.886	99,98%	5.600 escolas policiadas	5.600	100,00%	5.600	5.600	100,00%
4997 - Prevenção às Drogas e à Violência/PROERD	905.000	902.651	99,74%	2.330.000 crianças e adolescentes orientados	630.828	27,07%	560.000	630.828	112,65%
5704 - Radiopatrulhamento Aéreo	12.038.700	11.942.532	99,20%	19.600 horas de vôo	4.458,3	22,75%	4.600	4.458	96,92%
4995 - Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar	37.220.874	37.182.112	99,90%	4.500 voluntários contratados	3.543	78,73%	4.500	3.543	78,73%
TOTAL	**5.838.295.503**	**5.829.840.786**	99,86%						

(1) Não consta na LOA 2008

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: As 9 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 4 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 5 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

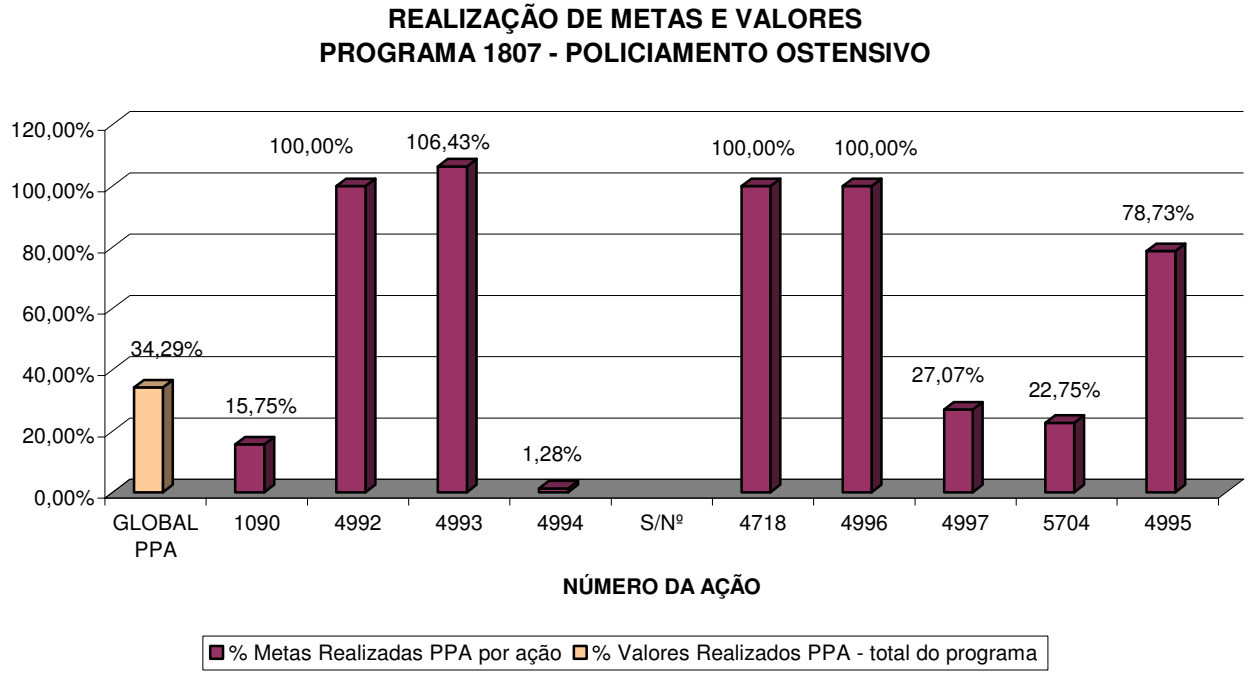
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	Das 49 (quarenta e nove) novas unidades previstas, 40 (quarenta) foram concluídas em 2008 e 9 (nove) tiveram o término prorrogado para 2009.
4993 - Defesa do Cidadão	Todo o efetivo policial militar foi empregado no policiamento ostensivo fardado em todo o Estado. Nos diversos programas instituídos pela corporação e executados pelas unidades territoriais, segundo planejamento operacional, com monitoramento diário dos indicadores criminais. No decorrer do período acontecem aposentadorias, exonerações, demissões, expulsões e falecimentos, que são preenchidos após a investidura de cargo dos novos policiais formados, mediante processo seletivo e posterior formação, justificando assim o diferencial entre o previsto e o realizado.
4994 - Formação de Policiais Militares	3.107 (três mil, cento e sete) novos policiais militares iniciaram o curso de formação de soldados da PM, com formação programada de um ano, cuja conclusão ocorrerá em 2009. 154 novos aspirantes a oficial concluíram o curso de formação de quatro anos.
5704 - Radiopatrulhamento Aéreo	Atingido 96,9% da meta programada, referente ao emprego das aeronaves (helicópteros e aviões) da frota da PMESP em missões de apoio a operações policiais em todo o Estado, observando que a atuação é decorrência da demanda dessas atividades operacionais.
4995 - Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar	A quantidade de voluntários contratados no final do exercício foi inferior ao previsto, devido aos desligamentos a pedido e ex-officio, por término do prazo legal de 2 anos para permanência na prestação do serviço, abrindo, assim, vagas que estão sendo preenchidas mediante processo seletivo. Em outubro de 2008 foi iniciado o 13º processo seletivo para o preenchimento das 1.775 vagas existentes.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1090	4993
LOA	49 unidades policiais adequadas	83.402 policiais envolvidos
LDO	74 unidades policiais adequadas	75.800 policiais envolvidos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: Das 10 ações constantes no PPA 2008-2011, 9 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 6 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 1818 – MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO: Garantir a segurança pública, agregar valores às atividades da polícia; atualizar, integrar, compartilhar e expandir os sistemas inteligentes, expandir e atualizar os equipamentos policiais, digitalizar e integrar as comunicações com priorização nas regiões metropolitanas e municípios sedes de comandos.

JUSTIFICATIVA: A criminalidade atual exige policia flexível e ágil para ações preventivas, procedimentos técnico-cientificos e de polícia judiciária confiáveis; requer integração e expansão dos atuais sistemas inteligentes, compartilhamento de banco de dados e digitalização das comunicações, visando a desarticulação logística/financeira das organizações criminosas e antecipação das ações da polícia ante o crime.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
2.025.960.209	318.817.205	15,74%	370.589.208	318.817.205	86,03%

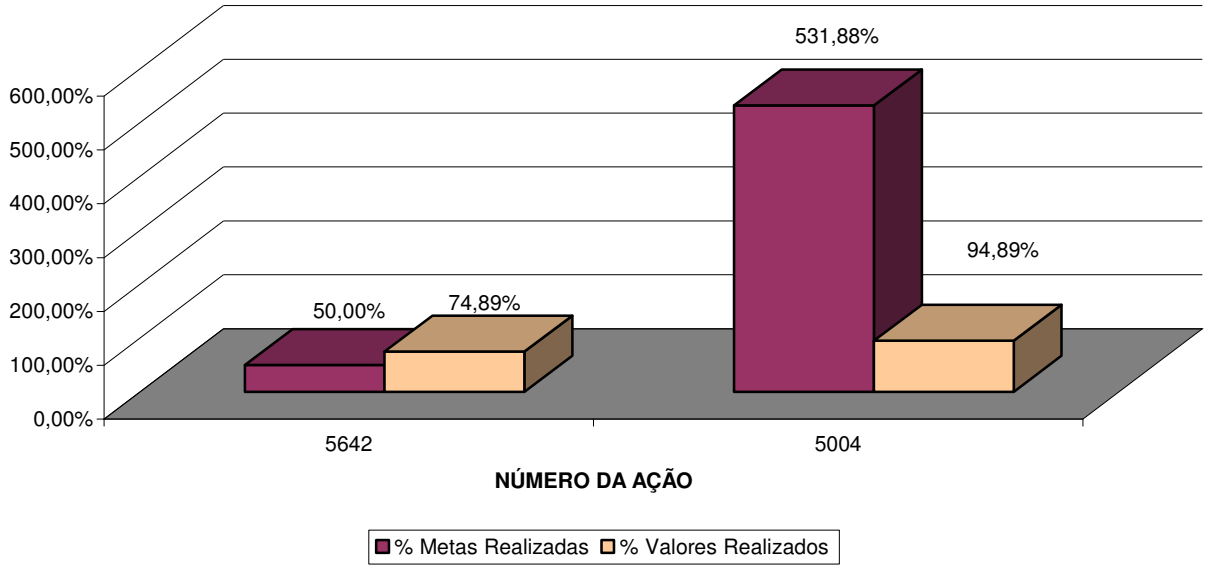
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5642 - Inteligência Policial	164.224.666	122.990.049	74,89%	44 projetos implantados	15	34,09%	30	15	50,00%
5004 - Reaparelhamento da Polícia Paulista	206.364.542	195.827.155	94,89%	17.080 equipamentos policiais	21.408	125,34%	4.025	21.408	531,88%
TOTAL	**370.589.208**	**318.817.205**	86,03%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Comentário: As 2 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. A outra ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

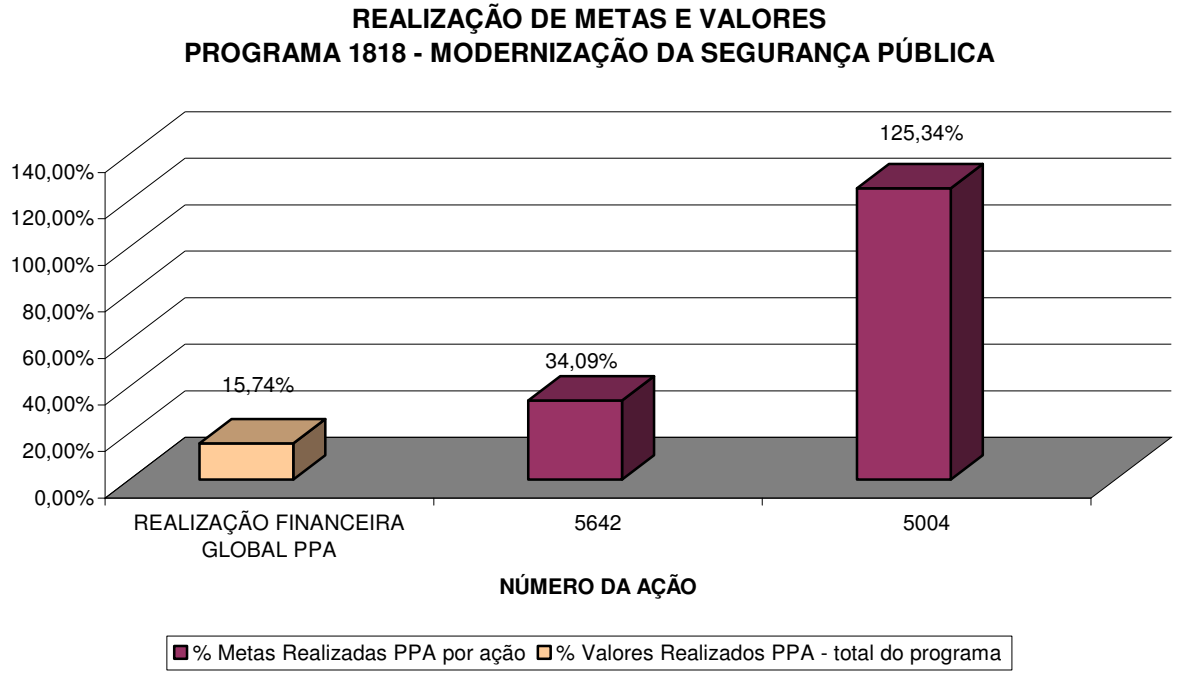
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5642 - Inteligência Policial	Metas não realizadas devido a atrasos em editais. Metas em andamento. Projetos da SENASP: fase de conclusão naquele órgão federal

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	5004	5642
LOA	4.025 equipamentos policiais adquiridos	30 projetos implantados
LDO	4.040 equipamentos policiais adquiridos	11 projetos implantados

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 2 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que também superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 2508 – PROVISÃO DE MORADIAS

OBJETIVO: Dar acesso à moradia para população de baixa renda, através da produção de habitações e aquisição de imóveis prontos ou em construção, parcerias, repasse de recursos e apoio técnico aos agentes promotores, públicos e privados. Formas de acesso: financiamento habitacional (direto pela SH/CDHU); parcerias com agentes financeiros; arrendamento; locação ou outras formas de direito de uso.

JUSTIFICATIVA O déficit habitacional no Estado é de 880.000 moradias, sendo que 39% são domicílios que devem ser removidos para ações de urbanização e requalificação. Estima-se a necessidade de 536.562 unidades para demanda de famílias residentes em domicílios rústicos, ônus excessivo com aluguel, domicílios congestionados ou espaço insuficiente, em regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
2.316.477.436	584.035.426	25,21%	(3)	584.035.426	não aplicável

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008-2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
2002 - Aquisição de Unidades Habitacionais (2)	não aplicável	210.326.000	não aplicável	19.300 unidades habitacionais entregues	1.093	5,66%	3.000	1.093	36,43%
2001 - Produção de Lotes Urbanizados (1), (2) e (3)	1.666.010	0	0,00%	10.000 lotes urbanizados	0	0,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2006 - Produção de Unidades Habitacionais (2) e (3)	594.578.010	373.709.426	62,85%	51.170 unidades habitacionais entregues	10.644	20,80%	18.900	10.644	56,32%
TOTAL	**não aplicável**	**584.035.426**	não aplicável						

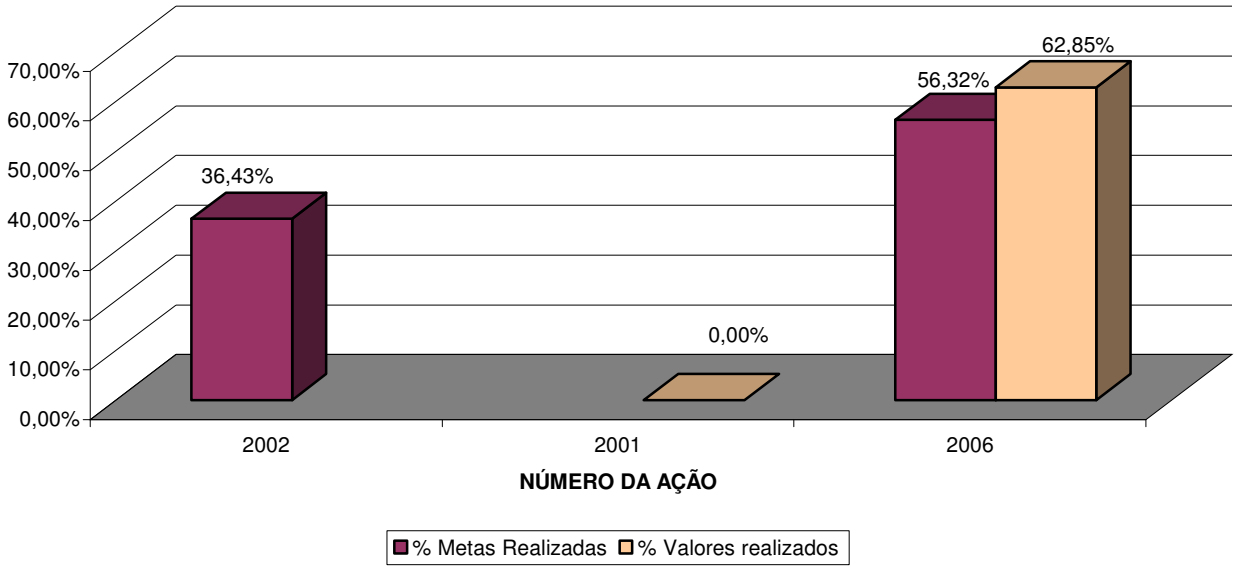
(1) LOA sem quantitativos de metas.
(2\ Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(3) Na previsão das empresas não dependentes, foram consideradas as dotações iniciais da LOA 2008.

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2508 – PROVISÃO DE MORADIAS



Comentário: das 3 ações constantes da LOA 2008, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, nenhuma ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Uma ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e outra ação não teve execução orçamentária aferida.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

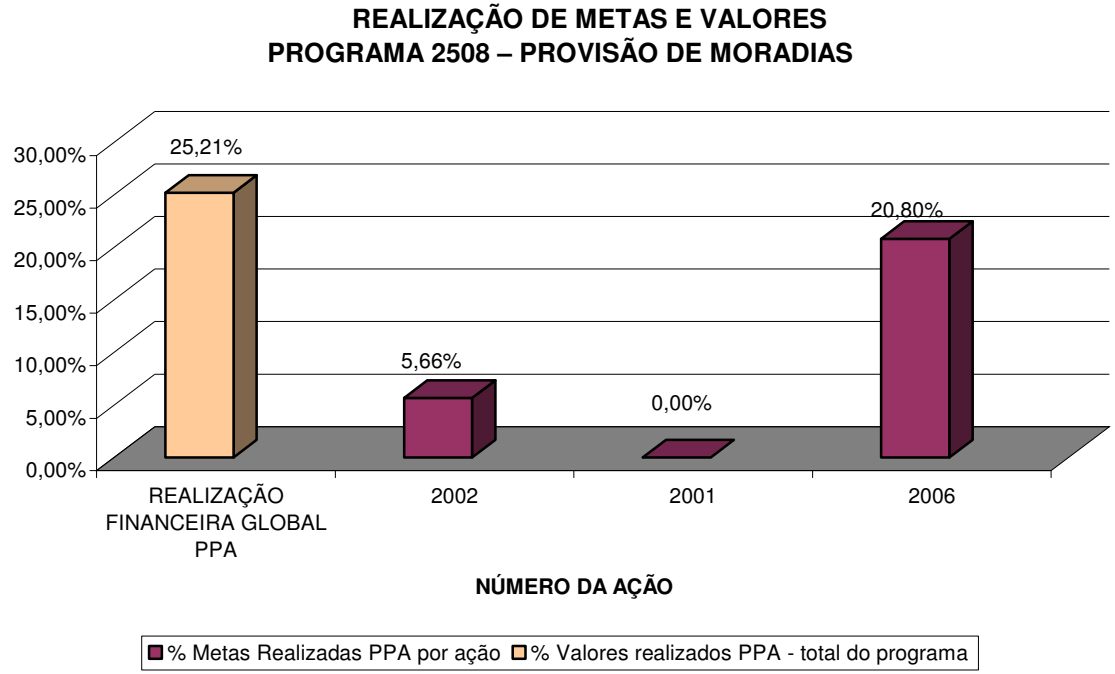
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2002 - Aquisição de Unidades Habitacionais	A meta anual (2008) foi parcialmente atingida e o atendimento deve prosseguir em 2009. Além dos atendimentos realizados, os programas PHAI 2007/2008 e servidor 2006 apresentam 2.676 famílias habilitadas e com cartas de créditos concedidas pelas SH/CDHU até dezembro de 2008. O cumprimento total da meta de entrega às famílias em 2008 foi prejudicado devido à dificuldade de obtenção de imóveis regulares. O atendimento prosseguirá ao longo de 2009, com a efetivação dos contratos que dependem da finalização dos processos de viabilização dos imóveis, sob responsabilidade das famílias. Cabe ressaltar que não foram incluídas nas realizações de 2008, os imóveis adquiridos no âmbito do programa de aquisição de moradias em dezembro/2008 (3.939 unidades habitacionais), em função da necessidade de finalização das obras sob responsabilidade da caixa e posterior entrega ás famílias beneficiárias no ano de 2009.
2006 - Produção de Unidades Habitacionais	Ação com atendimento de 67% da meta anual. Houve incremento significativo das entregas no último trimestre, porém existem empreendimentos que aguardam a execução de pequenas obras de adaptação e obtenção de documentos necessários para processos de aprovação, obtenção de auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), averbação, entre outros, de forma a serem possíveis as entregas regularizadas.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	2006
LOA	18.900 unidades habitacionais entregues
LDO	11,750 unidades habitacionais entregues

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 2509-REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS

OBJETIVO: Requalificar imóveis visando ao atendimento habitacional articulado com melhorias urbanas em três focos de ação: requalificação de imóveis, melhoria em conjuntos habitacionais, núcleos e pequenas reformas em moradias. As modalidades de atendimento previstas: promoção de habitações, aquisição, reforma de edifícios, implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

JUSTIFICATIVA: As necessidades habitacionais são de 2.224.872 domicílios demandando ações de requalificação de moradia, sendo: 21% (479.307) em cortiços; 68% (1.551.803) com espaço insuficiente ou congestionado; e 11% (193.766) em conjuntos habitacionais. Concentram-se nas regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
404.953.390	81.394.088	20,10%	(2)	81.394.088	não aplicável

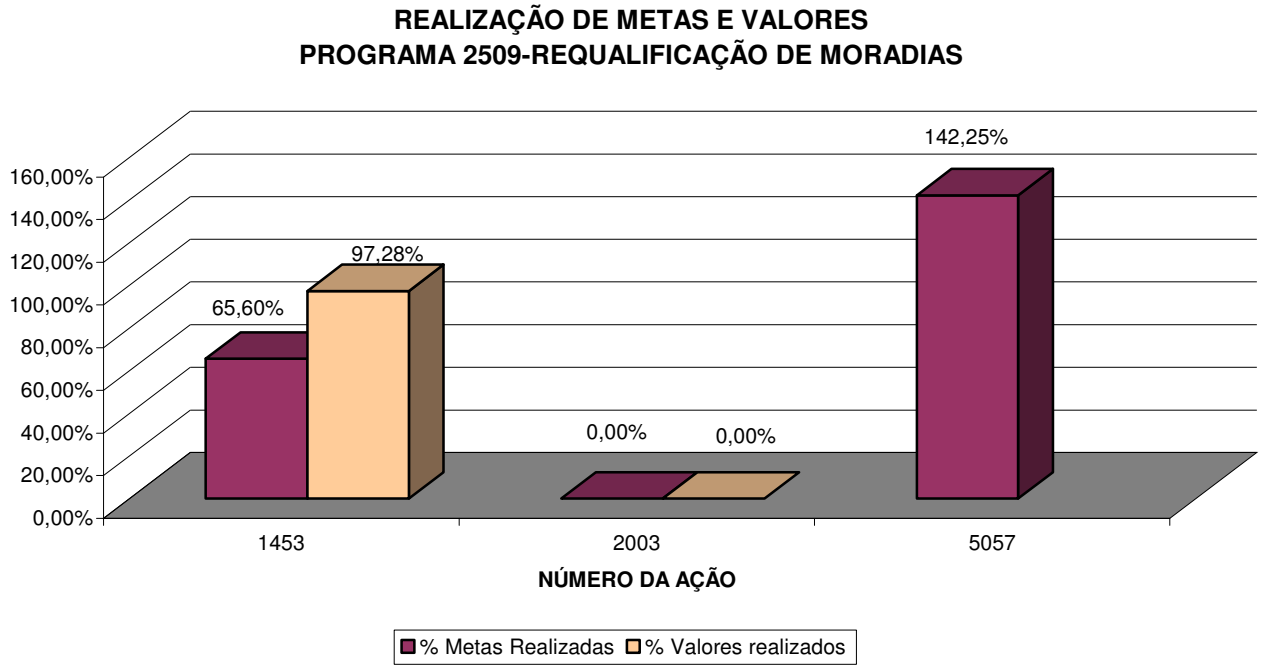
	2008			METAS					
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA - 2008 a 2011	REALIZAÇÃO-2008	%	LOA 2008	REALIZAÇÃO	%
1453-Atuação em Cortiços (1) e (2)	14.234.000	13.847.000	97,28%	3.000 unidades habitacionais entregues	328	10,93%	500	328	65,60%
2003-Crédito para Reforma de Imóveis (1) e (2)	8.010.000	0	0,00%	10.000 créditos concedidos	0	0,00%	2.000	0	0,00%
5057-Melhorias Habitacionais e Urbanas (1)	não aplicável	67.547.088	não aplicável	974 núcleos habitacionais beneficiados	569	58,42%	400	569	142,25%
TOTAL	**não aplicável**	**81.394.088**	não aplicável						

(1\ Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(2) Na previsão das empresas não dependentes, foram consideradas as dotações iniciais da LOA 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: As 3 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, apesar de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas igual ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

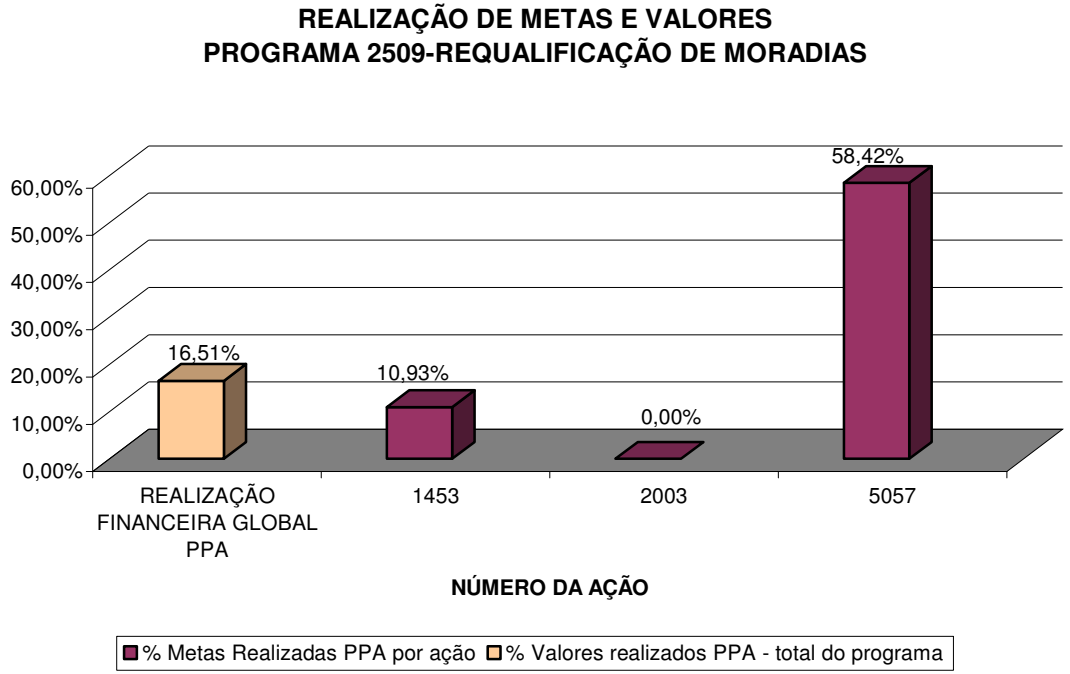
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1453-Atuação em cortiços	A meta prevista para o programa sofreu alterações em função de ocorrência de prazos superiores aos estimados para regularização de empreendimentos na Capital; e alteração de destinação de empreendimentos antes previstos para atendimento a famílias removidas de cortiços em função de incompatibilidade de cronogramas de remoção e reassentamento das famílias.
2003-Crédito para reforma de imóveis	Alternativas de atendimento ainda em fase de estudo preliminar para análise de viabilidade.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	5057
LOA	400 núcleos habitacionais beneficiados
LDO	254 núcleos habitacionais beneficiados

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 2510- URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

OBJETIVO: Atuar em favelas e assentamentos precários visando a melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação sócio-ambiental articulada ao desenvolvimento urbano. Prevê ações para: provisão de moradias, reassentamento das famílias de áreas de risco ou de intervenção pública; implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária.

JUSTIFICATIVA As necessidades habitacionais indicam 1.242.891 domicílios em assentamentos precários, demandando ações de urbanização. Destes, 42% (516.962) estão em favelas e os 58% (724.729) restantes são domicílios com infra-estrutura imprópria, todos concentrados na região metropolitana de São Paulo, seguida das demais regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.479.980.807	305.153.022	20,62%	(3)	305.153.022	Não aplicável

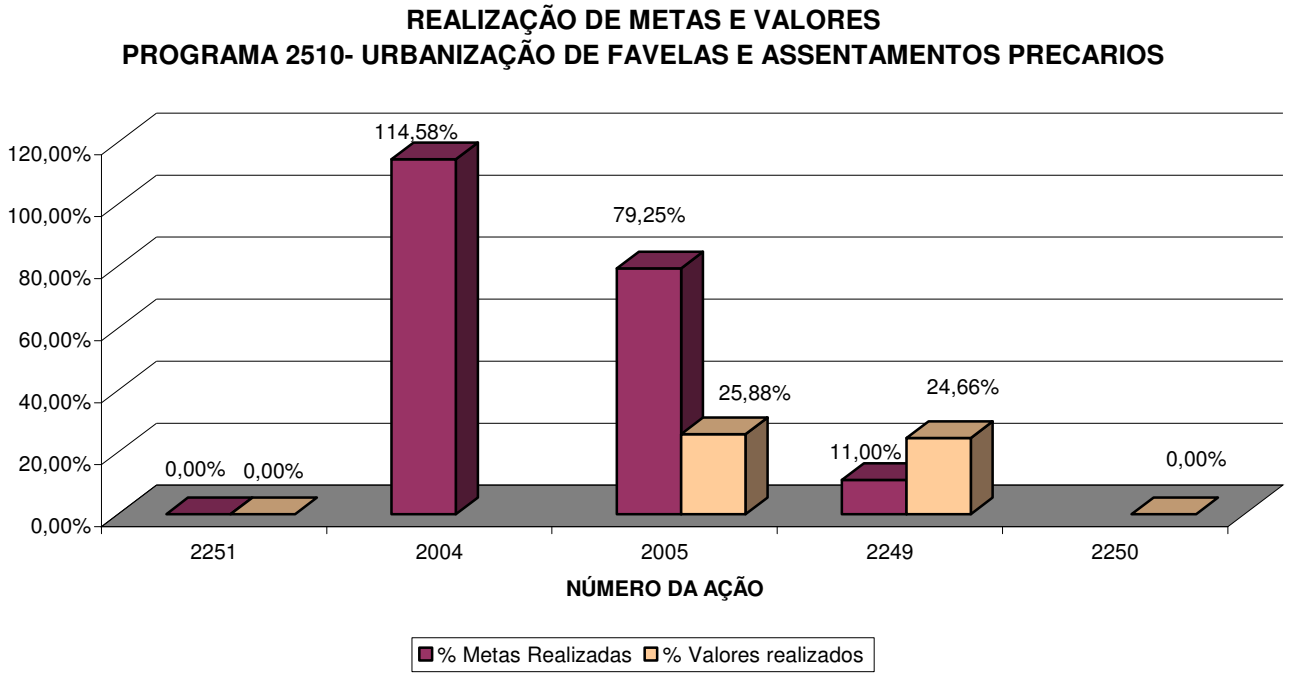
	2008			METAS					
AÇÃO							2008		
	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA - 2008 a 2011	REALIZAÇÃO	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
2251-Operação Águas Espraiadas (1) e (2)	26.061.000	0	0,00%	1.100 famílias atendidas	0	0,00%	250	0	0,00%
2004-Reassentamento Habitacional (1)	não aplicável	246.666.000	não aplicável	19.500 unidades habitacionais entregues	5.156	26,44%	4.500	5.156	114,58%
2005-Urbanização de Favelas (1) e (2)	186.225.000	48.188.022	25,88%	31.650 famílias atendidas	6.736	21,28%	8.500	6.736	79,25%
2249-Urbanização Pantanal (1) e (2)	41.763.000	10.299.000	24,66%	5.300 famílias atendidas	264	4,98%	2.400	264	11,00%
2250-Urbanização Paraisópolis (1), (2) e (3)	5.301.000	0	0,00%	1.600 famílias atendidas	278	17,38%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**não aplicavel**	**305.153.022**	não aplicável						

(1\ Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(2) Na previsão das empresas não dependentes, foram consideradas as dotações iniciais da LOA 2008.
(3) LOA sem quantitativos de metas

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 5 ações constantes da LOA 2008, 4 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 1 ação, além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 2 ações, apesar de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas igual ou superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

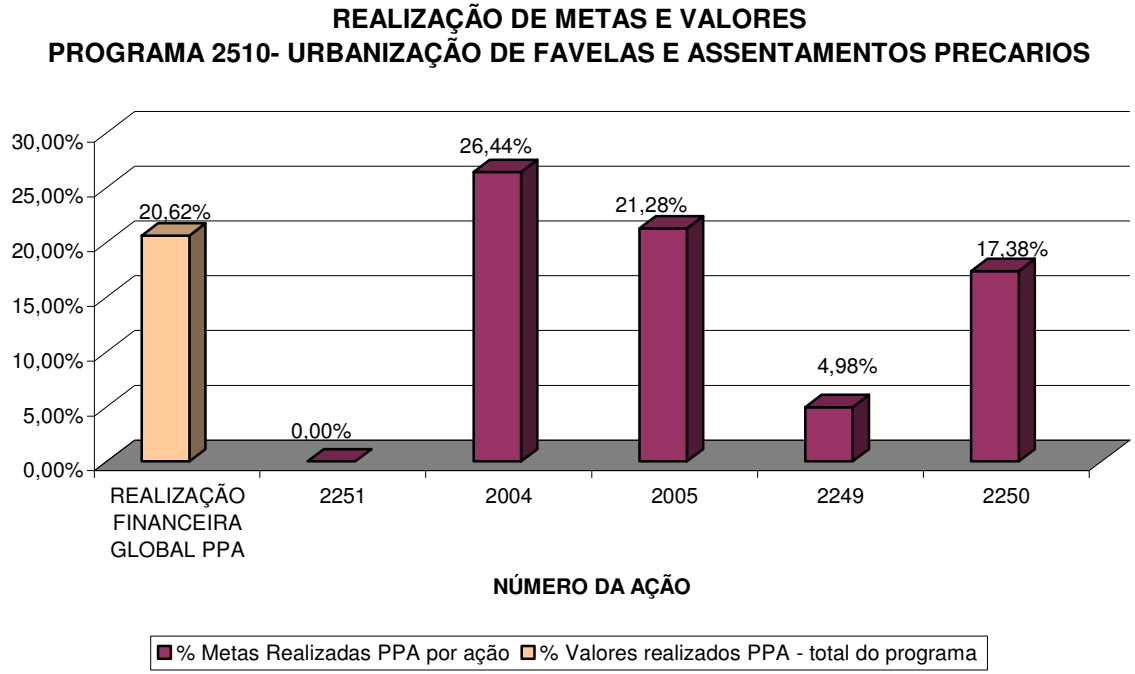
AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2251-Operação Aguas Espraiadas	Meta anual reprogramada, em função da situação de revisão dos cronogramas das obras viárias a cargo da DERSA e Prefeitura do Município de São Paulo
2005-Urbanização de Favelas	A diferença da meta executada com relação à meta orçada será desenvolvida nos próximos exercícios.
2249-Urbanização Pantanal	Meta anual parcialmente atingida, em função dos prazos necessários para conclusão das obras.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	2005	2249
LOA	8.500 famílias atendidas	2.400 famílias atendidas
LDO	11.250 famílias atendidas	2.400 famílias atendidas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: As 5 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 2901 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO: Obter mecanismos eficazes que garantam a qualidade da elaboração e execução dos orçamentos anuais e das correspondentes diretrizes orçamentárias.

Justificativa: Compete ao poder executivo implantar e manter ferramentas de gestão necessárias ao acompanhamento dos instrumentos do planejamento governamental: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual -LOA. Para tanto é mister o desenvolvimento de sistemas, procedimentos e metodologias específicas.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
17.339.151	2.539.857	14,65%	3.641.470	2.539.857	69,75%

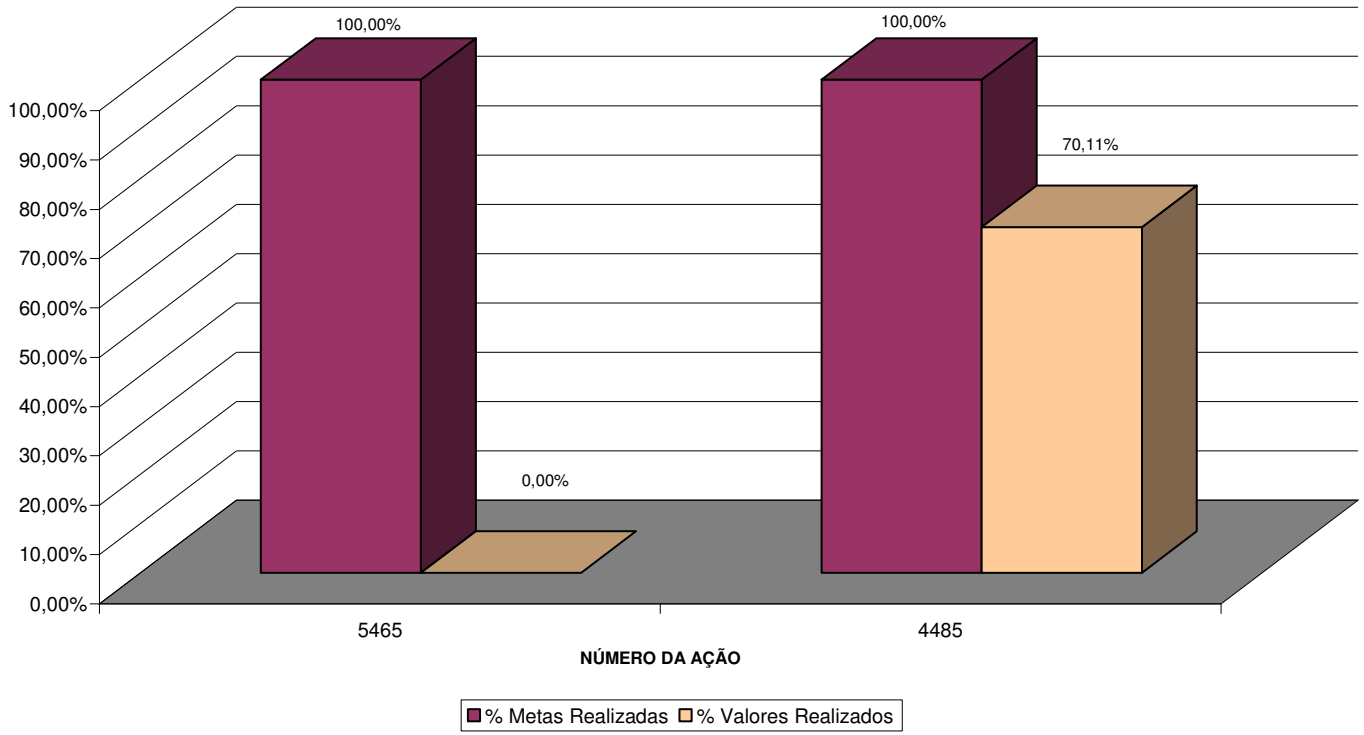
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5465 - Elaboração e Acompanhamento dos Orçamentos do Estado	18.907	0	0,00%	8 LDO e orçamentos elaborados e acompanhados	2	25,00%	2	2	100,00%
4485 - Estudos e Pesquisas para o Acompanhamento Orçamentário	3.622.563	2.539.857	70,11%	48 relatórios emitidos	12	25,00%	12	12	100,00%
TOTAL	**3.641.470**	**2.539.857**	69,75%						

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2901 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO



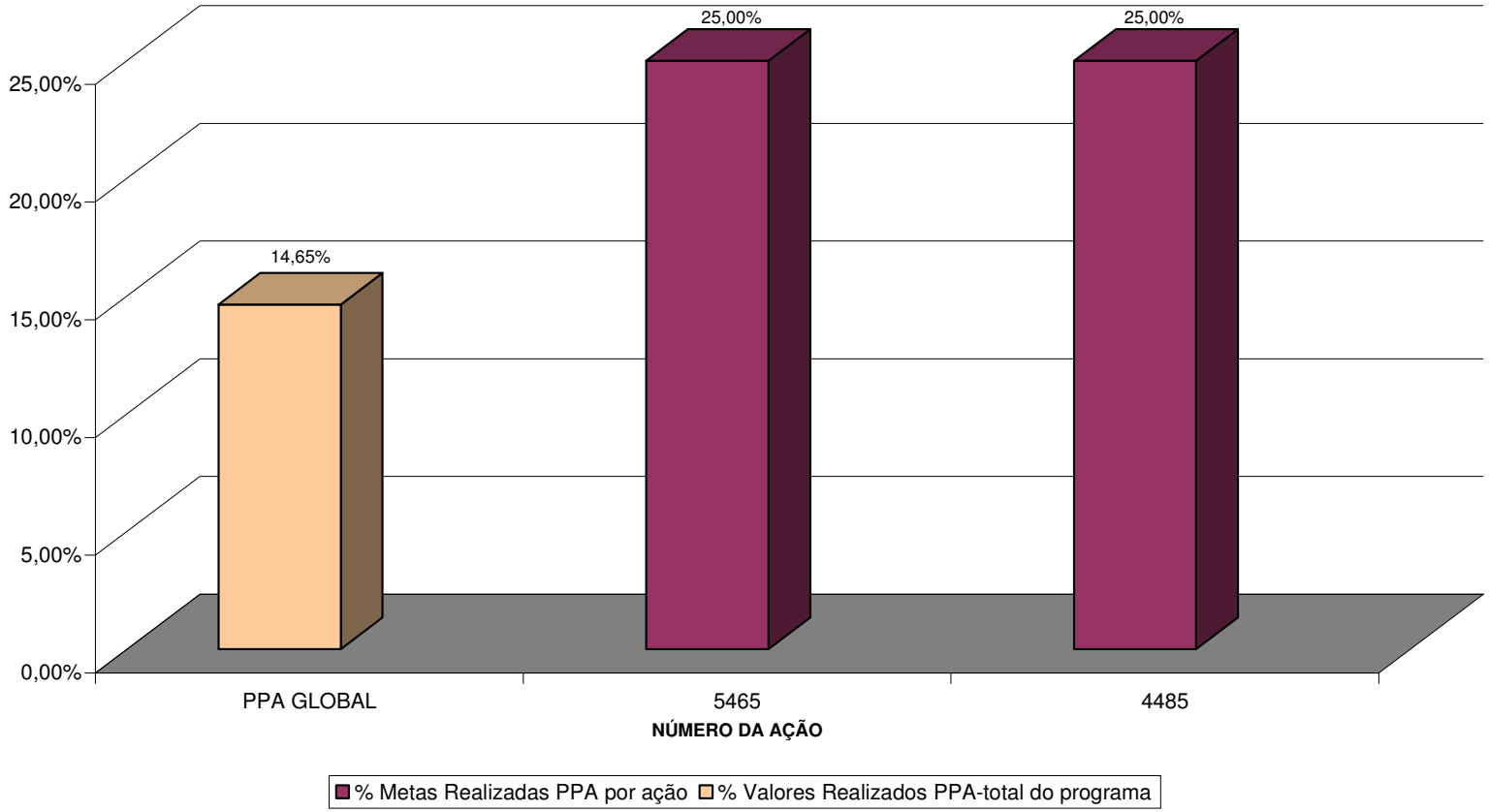
Comentário: As 2 ações constantes na LOA-2008 apresentaram metas passíveis de aferição, tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

⇨ Compatibilidade LOA X LDO: Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2901 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Comentário: As 2 ações constantes do PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, tendo atingido o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 2906 – SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO: Desenvolver e consolidar um sistema estadual de planejamento integrado que possibilite, com base no Plano Plurianual, o cumprimento dos planos, das diretrizes e metas do Governo, seu monitoramento e avaliação.

JUSTIFICATIVA A ausência cultural de planejamento público exige da Secretaria de Economia e Planejamento uma atuação constante de conscientização dos orgãos setoriais. a estruturação e coordenação do processo de planejamento exige a disponibilização de instrumentos que garantam a sua integração, de modo que os programas e ações do governo possam ser acompanhados e avaliados de forma sistemática e consistente.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
10.305.942	1.161.665	11,27%	2.422.426	1.161.665	47,95%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
Ação s/nº (a) - Avaliação de Políticas Públicas (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	100% de modelo implantado	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
Ação s/nº (b) - Capacitação do Profissional de Planejamento e Orçamento Publico (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	400 agentes capacitados	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
Ação s/nº (c) - Elaboração, Revisão e Atualização do PPA - Plano Plurianual (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	5 documentos períodicos	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
5668 - Gerenciamento Intensivo de Programas ou Ações Prioritários	500.000	0	0,00%	50 ações prioritárias gerenciadas	74	148,00%	50	74	148,00%
4483 - Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do PPA - Plurianual	1.922.416	1.161.665	60,43%	200 programas monitorados	200	100,00%	200	200	100,00%
1811 - Reestruturação do Processo de Planejamento (2)	10	0	0,00%	100% processo de planejamento reestruturado	15	15,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**2.422.426**	**1.161.665**	47,95%						

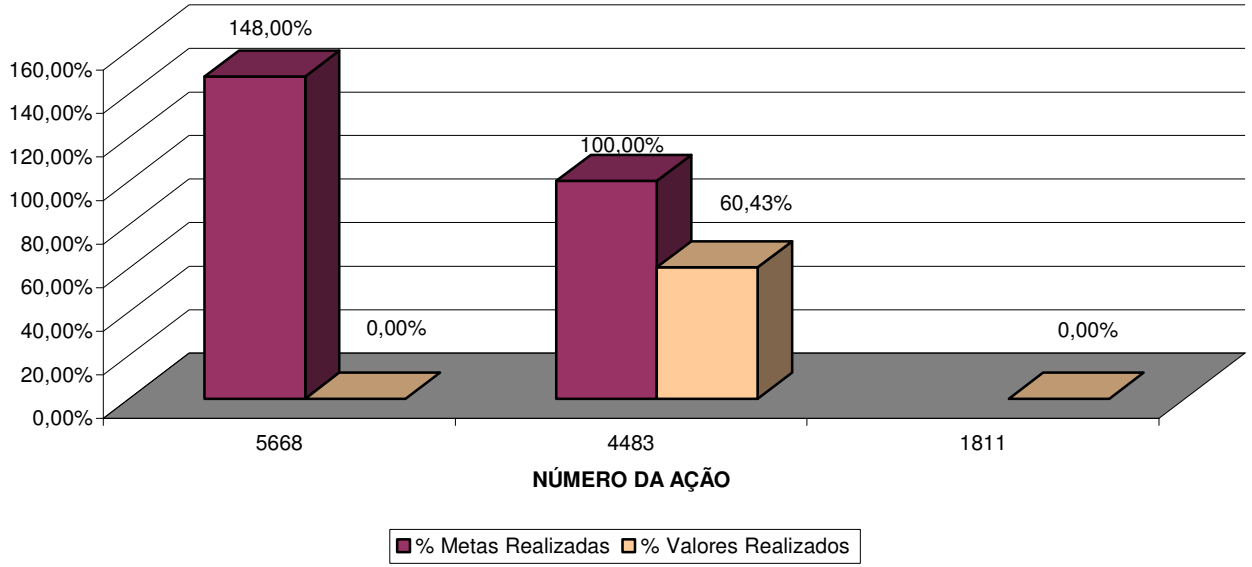
(1) Não consta da LOA 2008
(2) LOA sem quantitativos de metas

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2906 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO



Comentário: das 3 ações constantes na LOA 2008, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, as quais atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

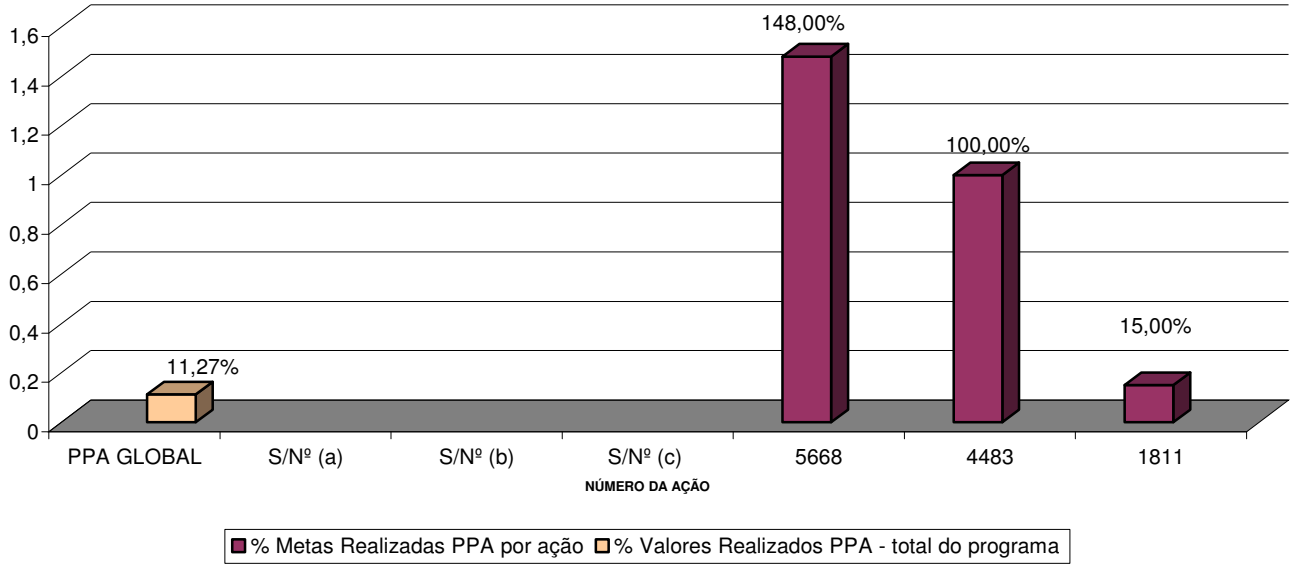
Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	1811
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	25% do processo de planejamento reestruturado

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 2906 - SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO



Comentário: Das 6 ações constantes no PPA 2008-2011, 3 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3513 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (ÓRGÃO 35000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

OBJETIVO: Conceder apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de consolidação de uma rede de proteção social, no Estado de São Paulo, aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Os serviços ofertados recaem no binômio família/comunidade na articulação da rede de proteção social, projetos de geração de renda e ocupação e serviços de contraturno escolar.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
254.558.899	103.368.488	40,61%	105.468.910	103.368.488	98,01%

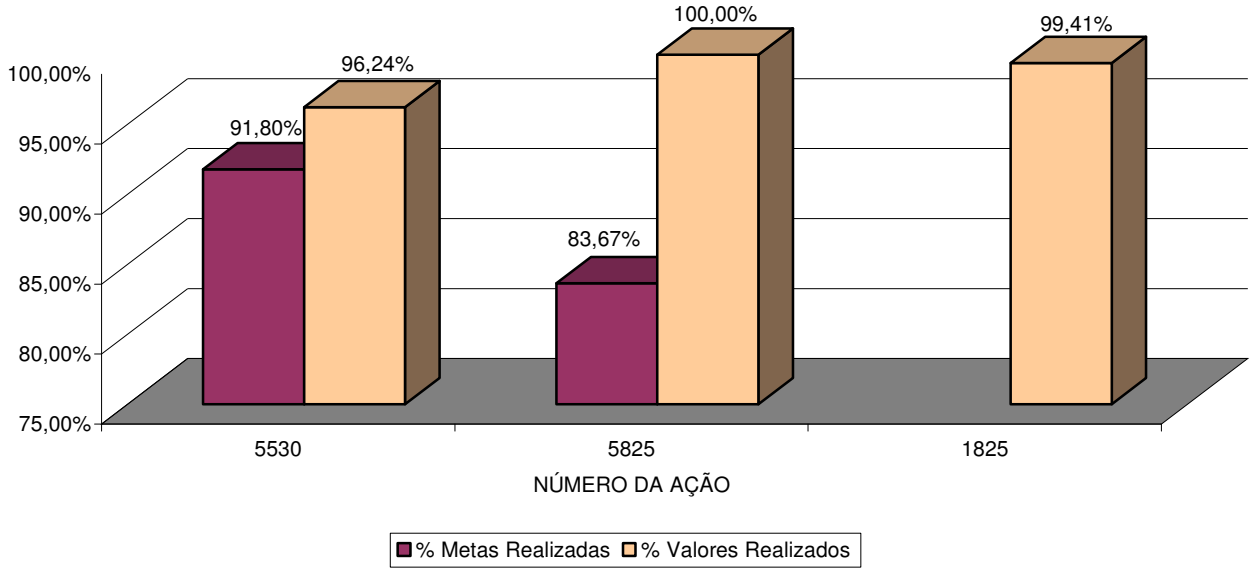
	2008			METAS					
							2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	PPA 2008 a 2011	REALIZAÇÃO 2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5530 - Atenção Básica (2)	48.890.714	47.053.217	96,24%	1.762.994 pessoas atendidas	302.836	17,18%	329.878	302.836	91,80%
5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social	12.183.518	12.183.517	100,00%	55.133 pessoas atendidas	9.940	18,03%	11.880	9.940	83,67%
1825 - Implantação de Equipamentos Sociais (1)	44.394.678	44.131.754	99,41%	1.200 equipamentos implantados	594	49,50%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**105.468.910**	**103.368.488**	98,01%						

(1) LOA 2008 sem quantitativos de metas
(2) Conforme Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, a realização da despesa envolveu R$ 60.272 de Recursos da União, Municípios e Recursos Privados.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Comentário: das 3 ações constantes da LOA 2008, 2 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5530 - Atenção Básica	Foram atendidas 302.471 pessoas com recursos do Tesouro do Estado e 95 com recursos da União
5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social	Meta realizada dentro das possibilidades de atendimento da pasta.

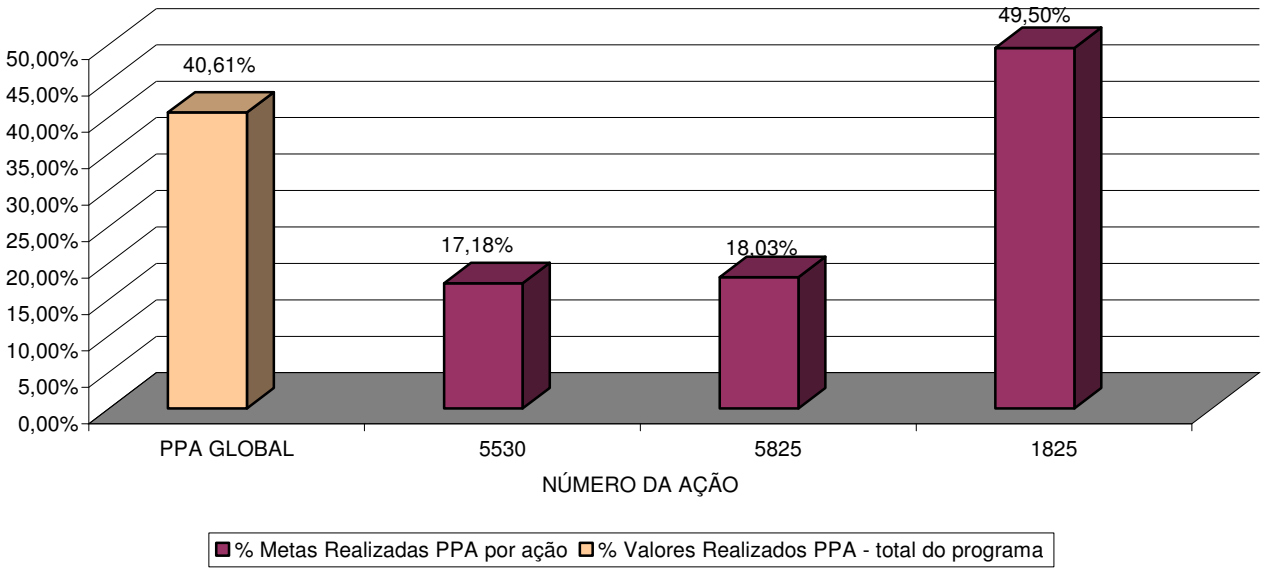
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1825	5530
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas	328.428 pessoas atendidas
LDO	300 equipamentos implantados	329.878 pessoas atendidas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL PPA 2008 – 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Comentário: As 3 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3513 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (ÓRGÃO 28000 – CASA CIVIL)

OBJETIVO: Conceder apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.

JUSTIFICATIVA: Necessidade de consolidação de uma rede de proteção social no Estado de São Paulo, aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Os serviços ofertados recaem no binômio família/comunidade na articulação da rede de proteção social, projetos de geração de renda e ocupação, serviços de contraturno escolar.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
5.134.460	1.102.404	21,47%	1.181.952	1.102.404	93,27%

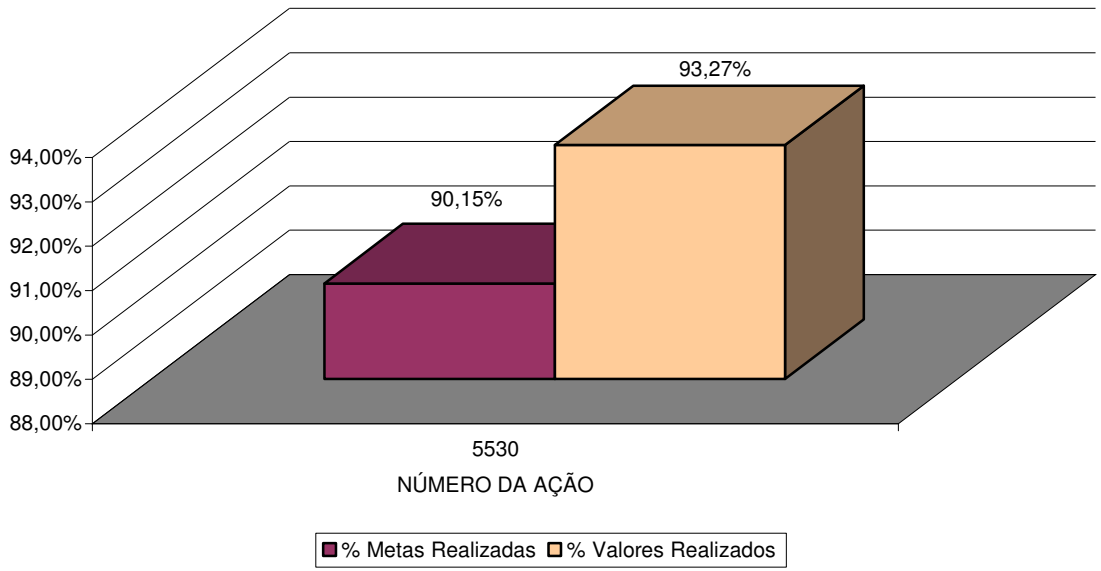
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
4333 - Casa da Solidariedade - Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente	1.181.952	1.102.404	93,27%	660 crianças e adolescentes assistidos	595	90,15%	660	595	90,15%
TOTAL	**1.181.952**	**1.102.404**	93,27%						

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CASA CIVIL)



Comentário: A ação constante da LOA 2008 apresentou metas passíveis de aferição, sendo que não atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingir referidos quantitativos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
4333 - Casa da Solidariedade - Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente	A partir do convênio firmado entre o FUSSESP e o Instituto Criança Cidadã – ICC, em 31/07/2007 o número de atendimentos de crianças e adolescentes nas casas da solidariedade foi revisado para se adequar à nova direção e à forma de atendimento, nos regimes contínuo e intermitente, com a introdução de novos projetos e desenvolvimento de novas atividades culturais e educativas.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

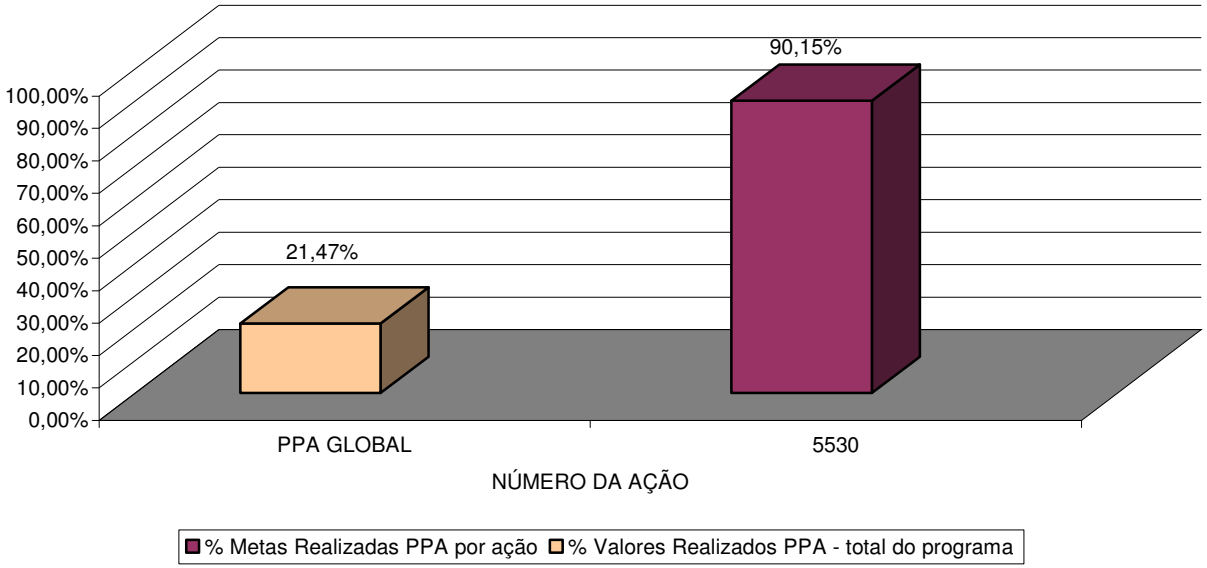
Compatibilidade verificada

c) Observações: programa selecionado para realização de auditoria operacional.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL PPA 2008 – 2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CASA CIVIL)



Comentário: A ação constante no PPA 2008-2011 apresentou metas passíveis de aferição e superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:3706 – EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA

OBJETIVO: Ampliar o sistema de transporte público metropolitano e a sua participação na divisão modal das viagens motorizadas das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, por meio da troncalização, integralização e aumento da utilização da capacidade instalada, oferecendo serviços de qualidade social e ambiental, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, especialmente a de baixa renda.

JUSTIFICATIVA: As condições físico-operacionais de serviço das linhas metropolitanas são diversificadas e, excetuando-se o corredor São Mateus/Jabaquara e os do Município de São Paulo, compartilham, com tráfego geral, um sistema viário sem priorização para o transporte coletivo, com infra-estrutura saturada, demanda reprimida e deslocamentos individuais dependentes do automóvel e transporte coletivo restrito ao ônibus, acarretando problemas ambientais.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.256.605.000	164.391.469	13,08%	(3)	164.391.469	não aplicável

(3) Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1482-Acessibilidade aos Portadores de Mobilidade Reduzida (1), (3) e (4)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	18 projetos implantados	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1939-Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi - Reg. Metrop. de São Paulo-Implantação (2) e (3)	não aplicável	2.000	não aplicável	100% do corredor implantado	0,001%	0,00%	n/c	não aplicável	não aplicável
1938- Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas - Implantação (1) e (3)	não aplicável	86.110.427	não aplicável	100% do corredor implantado	80,98%	80,98%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1505 - Corredor São Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento (2) e (3)	não aplicável	296.000	não aplicável	37,3% do corredor eletrificado e melhorado	0,89%	2,39%	n/c	não aplicável	não aplicável
1469 - Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - SIM da Baixada Santista (2) e (3)	não aplicável	358.000	não aplicável	100% do sistema implantado	0,07%	0,07%	n/c	não aplicável	não aplicável
1876-Pró-Polos Programa de Revitalização dos Pólos de Articulação Metropolitana (1) e (3)	não aplicável	152.000	não aplicável	5 pólos implantados	0	0,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
S/Nº (a) - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas aos Usuários de Linhas da EMTU (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	208.600.000 usuários transportados com gratuidade	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
S/Nº (b) - Ressarcimento dos Subsídios Concedidos aos Usuários Estudantes das Linhas da EMTU (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	87.261.680 estudantes transportados com subsídio	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
1493 - Sistema Viário de Interesse Metropolitano-SIVIM - Implantação (1) e (4)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	4 projetos implantados	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1486 - Sistemas de Baixa e Média Capacidade - Expansão nas Regiões Metropolitanas (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	6% dos sistemas implantados	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
1967 - Tecnologias Veiculares - Desenvolvimento (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	3 tecnologias desenvolvidas	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
1827 - Transporte Público Metropoliano Vinculado à EMTU - Gerenciamento (3)	não aplicável	77.473.042	não aplicável	2.173.000.000 de passageiros transportados	544.106.271	25,04%	539.000.000	544.106.271	100,95%
TOTAL	**não aplicável**	**164.391.469**	não aplicável						

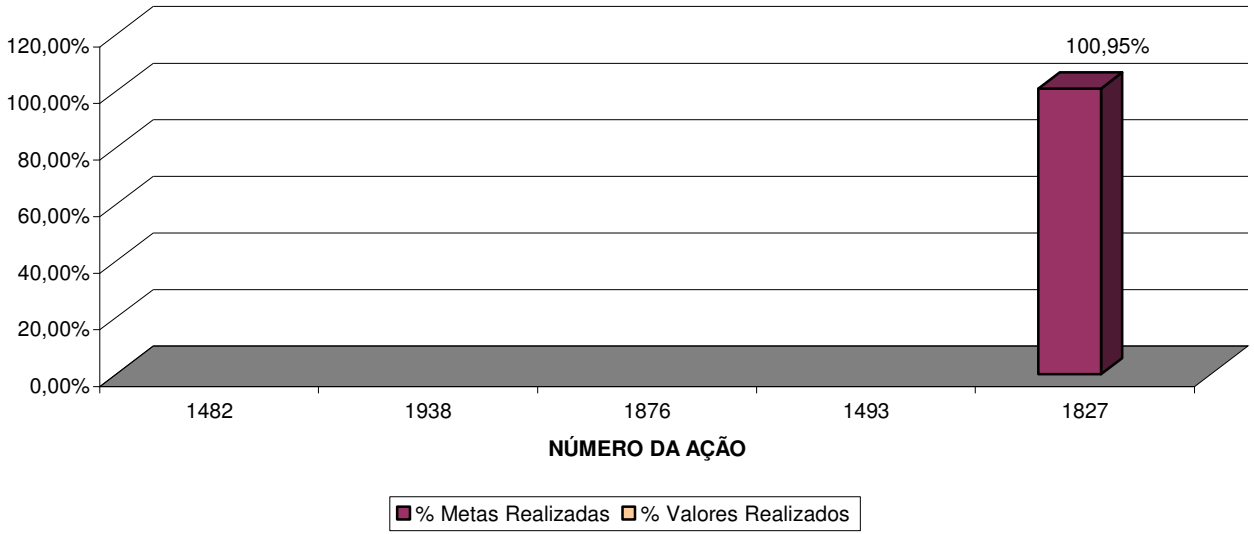
(1) LOA sem quantitativos de metas.
(2) Não consta na LOA 2008
(3) Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(4) Metas e valores não informados em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA



Comentário: das 5 ações constantes da LOA 2008, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição, a qual atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o não cumprimento de metas:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1939-Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi - Reg. Metrop. de São Paulo-Implantação	Demora na definição do edital para a contratação da elaboração dos projetos, em função de ser área concedida, com previsão de integração com linhas do Metrô
1938- Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas - Implantação	Entraves burocráticos junto aos órgãos de licenciamento ambiental e órgãos municipais (Região Metropolitada de Campinas) nas questões de legislação específica de cada município.
1505 - Corredor São Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento	Demora na definição do proprietário da Rede Aérea existente – 22 Km (Eletropaulo – Estado)
1469 - Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - SIM da Baixada Santista	Mudança da modelagem de contratação, de PPP precedida de obras públicas para PPP integral.

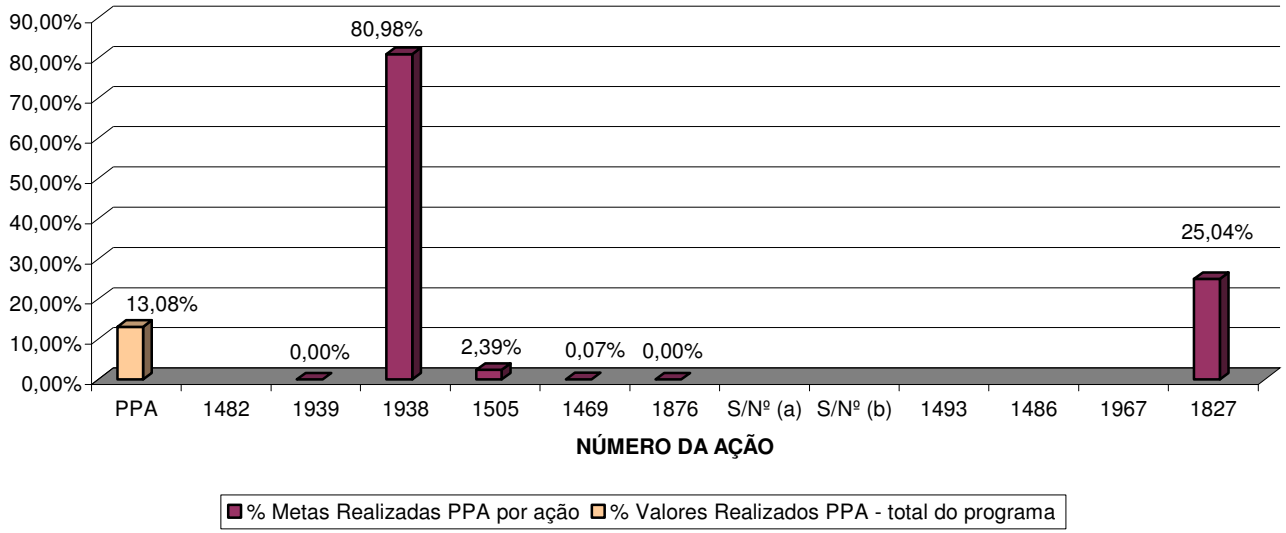
Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1469	1505	1876	1938	1939
LOA	Não consta na LOA	Não consta na LOA	LOA sem quantitativos de metas	LOA sem quantitativos de metas	Não consta na LOA
LDO	7,2% do sistema implantado	9,5% do corredor eletrificado e melhorado	0,6 pólos implantados	60% do corredor implantado	2,8% do corredor implantado

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA



Comentário: Das 12 ações constantes no PPA 2008-2011, 6 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:3707 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – PITU EM MARCHA

OBJETIVO: Ampliar a utilidade da malha ferroviária de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de São Paulo, expandindo e modernizando seus serviços, adequando-se à demanda e aprimorando sua inserção urbana.

Justificativa: A requalificação e o aumento da oferta dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, de sua micro acessibilidade e de sua conectividade com os demais modos, permitirá o atendimento da demanda reprimida e futura, reordenando a matriz de participação de transporte nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, reduzindo tempos de viagem e externalidades ambientais negativas do transporte de Passageiros.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
11.771.214.960	1.523.935.815	12,95%	1.529.150.307	1.523.935.815	99,66%

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
2091 - Estudos e Projetos para Expansão e Novos Serviços sobre Trilhos (1)	1.002.000	829.696	82,80%	79,02% de estudos e projetos realizados	14,80%	18,73%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1466 - Integração Centro - Implantação	9.762.323	9.762.323	100,00%	100% de integração centro implantada	0,40%	0,40%	0,36%	0,40%	111,11%
2092 - Linha A - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta	17.542.021	17.542.021	100,00%	95% de linha A modernizada	4,50%	4,74%	13,44%	4,50%	33,48%
2093 - Linha B - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização	1.898.365	1.750.203	92,20%	60% de linha B modernizada	0,20%	0,33%	0,66%	0,20%	30,30%
2172 - Linha C - Osasco - Jurubatuba - Modernização e Expansão	229.892.122	229.892.120	100,00%	90% de linha C modernizada e expandida	23,00%	25,56%	23,04%	23,00%	99,83%
2094 - Linha D - Luz - Rio Grande da Serra - Modernização e Implantação do Expresso ABC (1)	3.768.300	3.768.297	100,00%	100% de linha D modernizada e Expreso ABC implantado	0,30%	0,30%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
2095 - Linha E - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste	63.208.708	63.208.708	100,00%	59,2% de linha E modernizada e Expresso Leste expandido	9,00%	15,20%	3,95%	9,00%	227,85%
2173 - Linha F - Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta	110.991.272	110.991.272	100,00%	100% de linha F modernizada	15,00%	15,00%	24,22%	15,00%	61,93%
1479 - Linhas da CPTM - Adaptação para Acessibilidade	2.497.589	2.497.589	100,00%	100% de estações de trens em conformidade com as exigências de acessibilidade	2,00%	2,00%	2,96%	2,00%	67,57%
4627 - Linhas Ferroviárias - Operação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM	1.088.250.307	1.083.356.592	99,55%	2.701.000.000 passageiros transportados	554.039.408	20,51%	518.989.718	554.039.408	106,75%
5929 - Ressarcimento de Gratuidades Concedidas a Usuários das Linhas Ferroviárias (2)	n;c	não aplicável	não aplicável	572.000.000 de passageiros transportados gratuitamente	123.567.484	21,60%	n/c	não aplicável	não aplicável
5928 - Ressarcimento do Subsídio Concedido a Usuários Estudantes de Linhas Ferroviárias (2)	n;c	não aplicável	não aplicável	87.000.000 de estudantes transportados com subsídio	15.360.577	17,66%	n/c	não aplicável	não aplicável
1467- Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto - Implantação (1)	337.300	336.994	99,91%	100% do Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto implantados	0,10%	0,10%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**1.529.150.307**	**1.523.935.815**	99,66%						

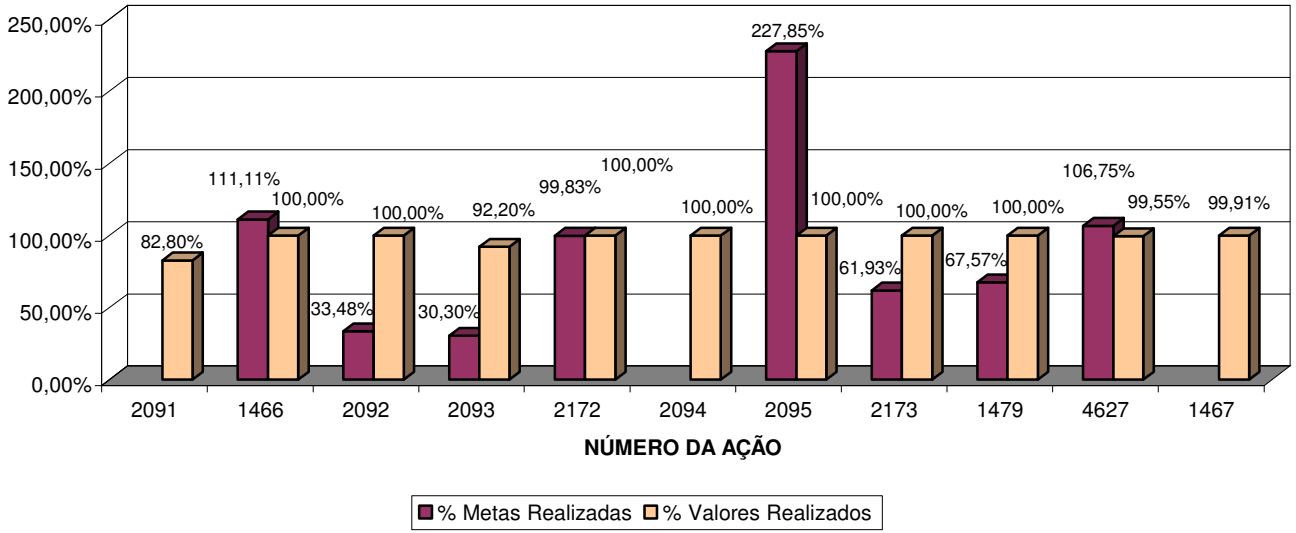
(1) LOA sem quantitativos de metas.
(2) Não constou na LOA 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3707 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: das 11 ações constantes da LOA 2008, 8 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 3 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 5 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

fls. 0
TC 2675/026/08

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2092 - Linha A - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta	Estiveram em andamento em 2008: a aquisição de veículos auxiliares e equipamentos para reaparelhamento das áreas de manutenção, a conclusão da recuperação de parte da frota patrimonial, a implantação da sinalização de campo no travessão de Perus e os estudos para obtenção do licenciamento ambiental necessário da linha para as intervenções em infra-estrutura, tendo sido obtida a licença prévia. Contratadas e em execução, as aquisições de 20 novos trens e de sistemas (subestações de energia, cabines seccionadoras e sistema de sinalização e controle) que contam com recursos do BIRD e deixaram de integrar o orçamento da CPTM (transferência para a STM). Na proposição do PPA previu-se para 2008 intervenções em infra-estrutura (estações, vias, sistemas elétricos), contando com recursos de fonte privada de R$ 112,2 milhões para o ano, mas o seu início ficou comprometido devido à não aprovação da modalidade PPP. Colaborou também para o comprometimento da meta, o atraso nos processos de obtenção de financiamento e de contratação para a aquisição dos novos trens e de sistemas via BIRD.
2093 - Linha B - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização	Em 2008 ocorreram aquisições de equipamentos para reaparelhamento das áreas de manutenção e os estudos para obtenção do licenciamento ambiental da linha, tendo sido elaborado o RAP – Relatório Ambiental Preliminar. As intervenções em infra-estrutura (estações, vias, sistemas elétricos) previstas para 2008 e que contavam com recursos de fonte privada via PPP, tiveram o início retardado em virtude das revisões sucessivas das modelagens econômico-financeiras. A não aprovação dessa modalidade comprometeu definitivamente a realização dessas atividades nesse ano.
2172 - Linha C - Osasco - Jurubatuba - Modernização e Expansão	Dos recursos previstos para 2008, quase a totalidade estava voltada para: 1) a conclusão das intervenções do trecho de expansão até Grajaú, o que foi feito; 2) A continuidade do fornecimento de novos trens, que foi concluída; e 3) o início do novo fornecimento de trens via financiamento, que está em andamento. A realização do orçamento foi praticamente plena, conforme expressa a meta orçada x realizada. Comprova isso a execução orçamentária no ano que indicou a quase totalidade de realização das dotações inicial e revista.
2173 - Linha F - Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta	Realizações havidas em 2008: conclusão da 1ª fase de recuperação da Linha; Implantação dos ATS's de via e de bordo, da sonorização de trens e da recapacitação do sistema de energia de tração; continuidade da recuperação da frota; aquisição de veículos auxiliares e equipamentos para reaparelhamento das áreas de manutenção contratadas e em execução, as aquisições de 20 novos trens e de sistemas (Subestações de energia, cabines seccionadoras e sistema de sinalização e controle), que contam com recursos do BIRD e deixaram de integrar o orçamento da CPTM (transferência para a STM). Na proposição do PPA previu-se para 2008 intervenções em infra-estrutura (estações, vias, sistemas elétricos), contando com recursos de fonte privada de R$ 80,1 milhões para o ano, mas o seu início ficou comprometido, devido à não aprovação da modalidade de PPP. Por outro lado, o início da aquisição dos novos trens e de sistemas via BIRD foi postergado devido a atrasos nos processos de obtenção de financiamento e de contratação, o que prejudicou a realização estimada inicialmente.

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1479 - Linhas da CPTM - Adaptação para Acessibilidade	A dotação orçamentária permitiu a conclusão das obras/projetos remanescentes e o início de novas intervenções. Em 2008 foram contratadas, e estão em andamento, as obras de adaptação e modernização de estações da Linha 9. Em processo de contratação, a adaptação dos trens através da instalação de estribos de portas, o que permitirá reduzir o vão entre trens e plataformas e conferir maior segurança ao usuário durante embarque e desembarque. Em processo de contratação, as obras de adaptação de estações da Linha 11. Os projetos para as adaptações das Estações Barra Funda, Brás e Júlio Prestes foram elaborados. A adaptação da Estação Luz está sendo tratada separadamente em virtude de seu aspecto histórico e cultural; seu projeto está em fase de aprovação junto aos órgãos de preservação, mas o plano de ação para 2008 era mais amplo: com previsão de recursos majoritariamente privados, via PPP. Pretendia-se iniciar as intervenções em estações com a execução de obras (em 18 estações), adaptação para acessibilidade (em 15) e um conjunto de projetos executivos. As restrições dos endividamentos impostas pela legislação para atendimento às viabilizações de PPP's do Estado implicaram em revisões sucessivas das modelagens econômico-financeiras, o que provocou o adiamento do início das intervenções previstas em 2008 e, finalmente, o seu comprometimento, visto que essa modalidade não foi aprovada.

b) Comparativo de Metas LOA x LDO

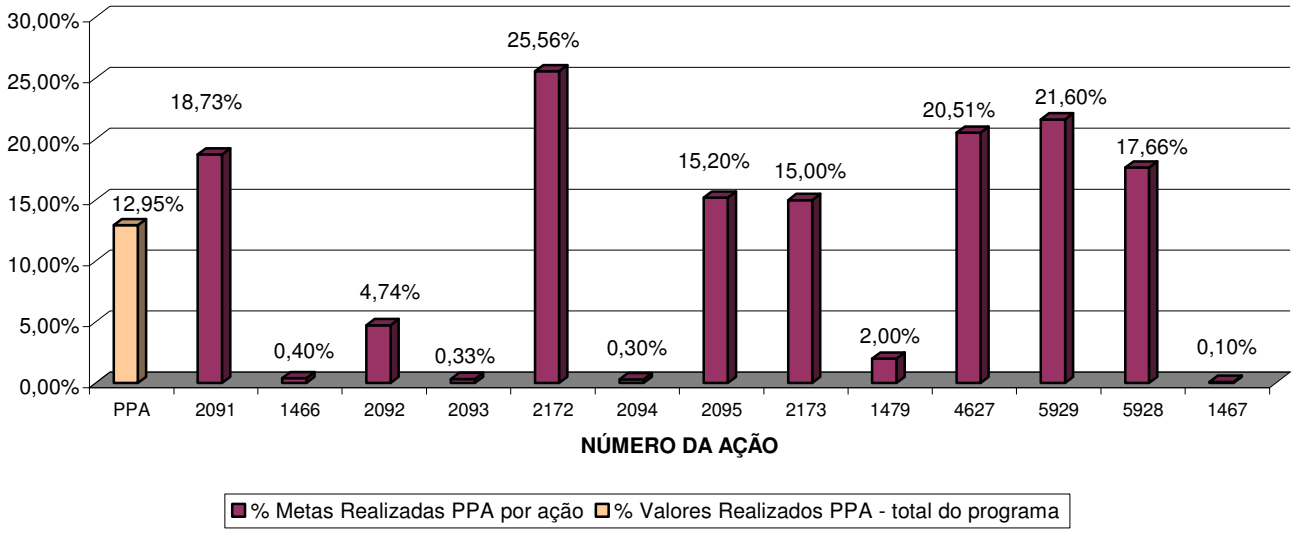
AÇÃO	1466	1467	1479	2091	2092	1488	2094
LOA	0,36% da integração Centro implantada	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual	2,96% das estações e trens em conformidade com as exigências de acessibilidade	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual	13,44% da Linha A modernizada	0,66% da Linha B modernizada	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual
LDO	0,8% da integração Centro implantada	16,7% do Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto implantados	39,8% das estações e trens em conformidade com as exigências de acessibilidade	0,02% de estudos e projetos realizados	14,3% da Linha A modernizada	12,9% da Linha B modernizada	10,4% da Linha D modernizada e Expresso ABC implantado

AÇÃO	2095	2172	2173	4627	5928	5929
LOA	3,95% da Linha E modernizada e Expresso Leste expandido	23,04% da Linha C modernizada e expandida	24,22% da Linha F modernizada	518.989.718 de passageiros transportados	Não consta na Lei Orçamentária Anual	Não consta na Lei Orçamentária Anual
LDO	13,3% da Linha E modernizada e Expresso Leste expandido	22,8% da Linha C modernizada e expandida	23,4% da Linha F modernizada	519.000.000 de passageiros transportados	17.000.000 de estudantes tranportados	110.000.000 de passageiros transportados gratuitamente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3707 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: As 13 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA:3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA

OBJETIVO: Ampliar o sistema de transporte coletivo metropolitano e a sua participação no transporte coletivo da região metropolitana de São Paulo, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recapacitação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção dos sistemas, com níveis de segurança e regularidade.

JUSTIFICATIVA: O Sistema Metroviário, em face da sua pequena rede instalada e aliado a uma infra-estrutura saturada, demanda reprimida, meio ambiente degradado e aumento da expectativa de vida,leva à necessidade de expandir a rede com aumento da participação do sistema sobre trilhos e promover sua capacitação contínua, para atender com qualidade, eficiência e eficácia a população.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
17.559.890.416	2.572.382.500	14,65%	(3)	2.572.382.500	não aplicável

(3) Ações desenvolvidas por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1491 - Elaboração de Projetos para Expansão da Rede Metroviária (1) e (3)	não aplicável	5.641.000	não aplicável	100% dos projetos e pesquisas elaborados	2,00%	2,00%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Ação S/Nº (a) - Extensão Leste - Recapacitação e Modernização (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	100% de melhoria e complementação implantadas	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
2131 - Linha 1 - Azul - Recapacitação e Modernização (3)	não aplicável	4.071.000	não aplicável	84,4% da Linha 1 modernizada	13,48%	15,97%	1%	13,48%	1348,00%
2132 - Linha 2 - Verde - Recapacitação e Modernização (1) e (3)	não aplicável	39.858.000	não aplicável	100% da Linha 2 modernizada	18,46%	18,46%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1946 - Linha 2 - Verde - Implantação do Trecho Alto do Ipiranga - Vila Prudente / Tatuapé (3) e (4)	683.375.000	571.747.000	83,67%	100% do trecho Alto Ipiranga/Vila Prudente implantado	10,63%	10,63%	30%	10,63%	35,43%
2133 - Linha 3 - Vermelha - Recapacitação e Modernização (3)	não aplicável	33.682.000	não aplicável	79,75% da Linha 3 modernizada	8,05%	10,09%	2,35%	8,05%	342,55%
2134 - Linha 4 - Amarela - Taboão da Serra - Luz - Fase II (3) e (4)	7.786.000	0	0,00%	77,31% do trecho implantado	4,23%	5,47%	1,68%	4,23%	251,79%
Ação S/Nº (b) - Linha 4 - Amarela - Ressarcimento de Valores pelo Transporte de Passageiros (2)	n/c	não aplicável	não aplicável	9,99% de insuficiência de recursos na Câmara de Compensação	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
1490 - Linha 4 - Amarela - Taboão da Serra - Luz - Fase I (3) e (4)	1.062.009.000	557.685.000	52,51%	100% do trecho implantado	20,35%	20,35%	47,07%	20,35%	43,23%
2135 - Linha 5 - Lilás - Recapacitação e Modernização (3)	não aplicável	488.000	não aplicável	100% da Linha 5 modernizada	2,21%	2,21%	3,81%	2,21%	58,01%
1483 - Linha 5 - Lilás - Implantação Operacional do Largo 13 - Chácara Klabin (1) e (3)	não aplicável	76.647.000	não aplicável	100% do trecho implantado	2,88%	2,88%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1503 - Linhas Metroviárias - Adaptação para Acessibilidade (3) e (4)	5.000.000	2.721.000	54,42%	84,23% de adaptações implantadas	15,20%	18,05%	9,6%	15,20%	158,33%
4624 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento de Gratuidades a Usuários	128.294.000	128.294.000	100,00%	239.100.000 passageiros transportados gratuitamente	59.342.353	24,82%	55.780.000	59.342.353	106,39%
5565 - Linhas Metroviárias - Ressarcimento do Subsídio aos Usuários Estudantes	47.000.500	47.000.500	100,00%	172.700.000 estudantes transportados com subsídio	50.549.987	29,27%	40.870.000	50.549.987	123,68%
2171 - Operação das Linhas Metroviárias (3)	não aplicável	1.104.548.000	não aplicável	2.656.200.000 passageiros transportados	684.367.156	25,76%	628.800.000	684.367.156	108,84%
TOTAL	**não aplicável**	**2.572.382.500**	não aplicável						

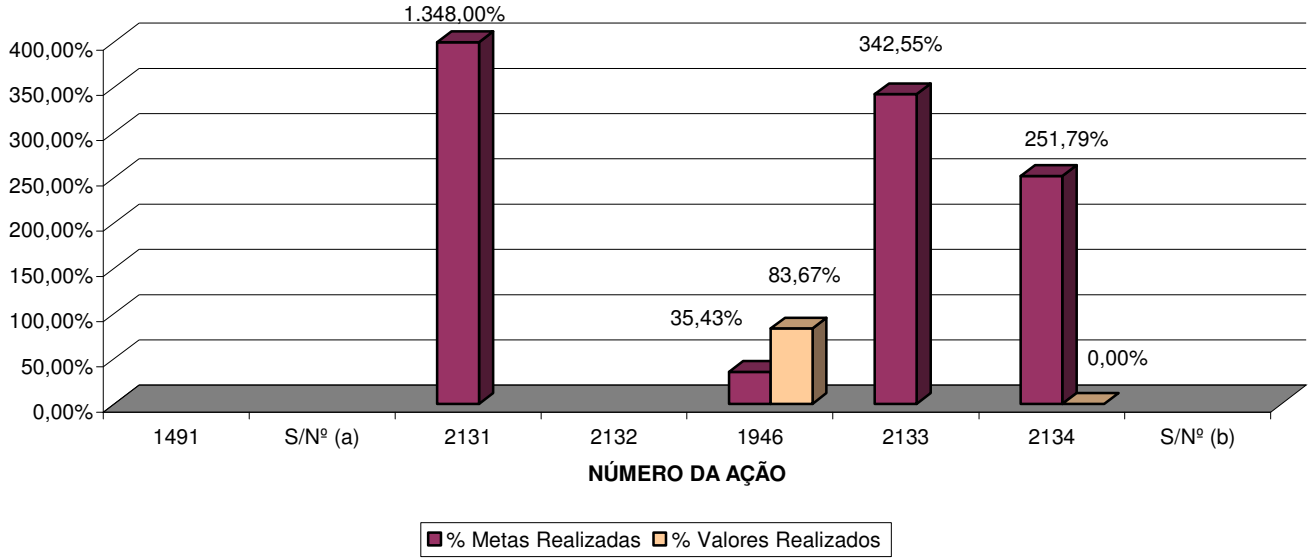
(1) LOA 2008 sem quantitativos de metas.
(2) Não constou na LOA 2008.
(3) Ação desenvolvida por empresa estatal. Execução financeira não consta no SIAFEM. Dados fornecidos em Programa da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento.
(4) Considerada dotação inicial LOA 2008.

TC 2675/026/08 fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008 (1ª parte)

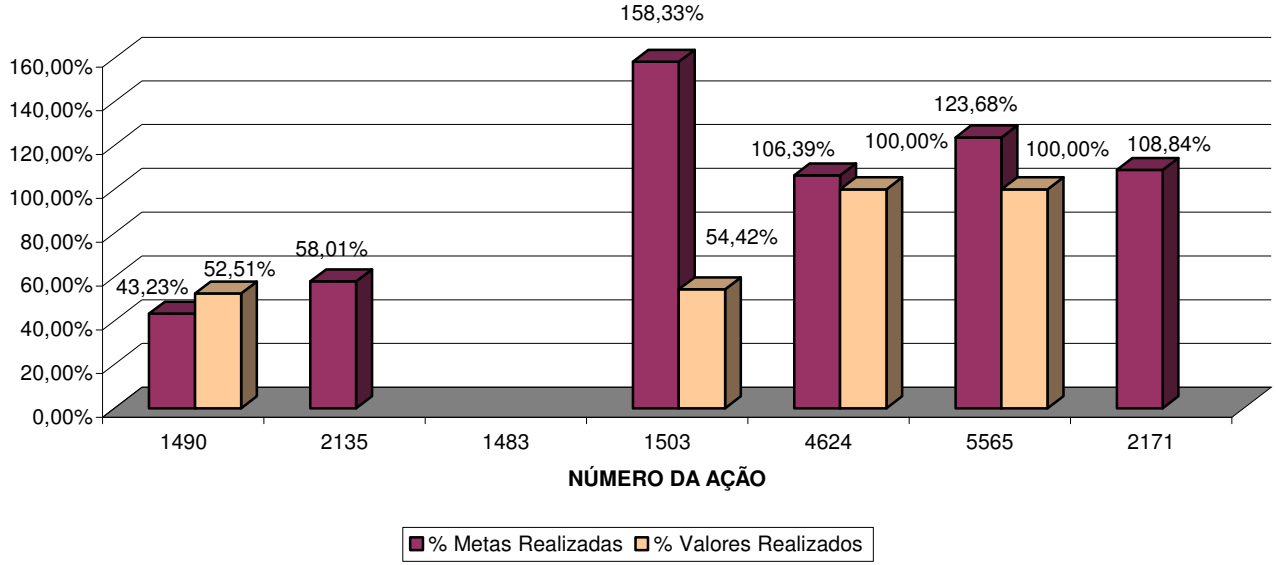
REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU
EM MARCHA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008 (2ª parte)

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: das 14 ações constantes da LOA 2008, 10 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 7 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingirem referidos quantitativos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação não teve execução orçamentária aferida.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1946 - Linha 2 - Verde - Implantação do Trecho Alto do Ipiranga - Vila Prudente / Tatuapé	O percentual físico realizado foi menor que o percentual da meta orçamentária devido a atrasos no processo desapropriatório, bem como a adequação da meta ao cronograma de implantação do empreendimento.
1490 - Linha 4 - Amarela - Taboão da Serra - Luz - Fase I	O percentual físico realizado foi menor que o percentual da meta orçamentária devido à adequação da ação ao cronograma de implantação do empreendimento.
2135 - Linha 5 - Lilás - Recapacitação e Modernização	O percentual físico realizado foi menor que o percentual da meta orçamentária devido à adequação a novas atividades, bem como ao cronograma de implantação das obras.

b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

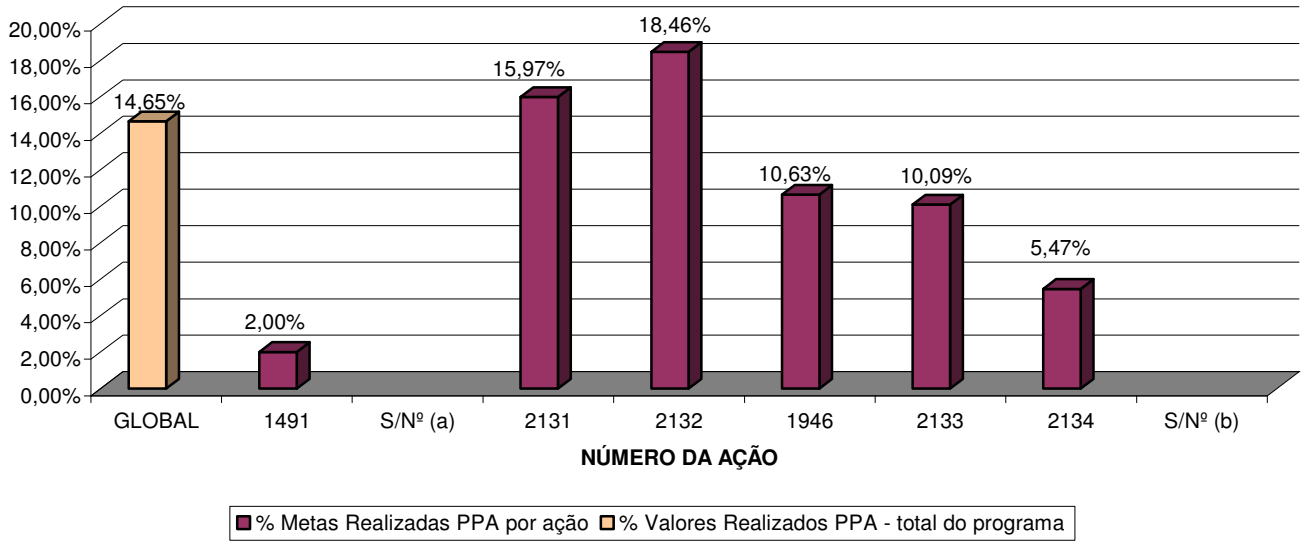
AÇÃO	1483	1491	1503	1946	2131
LOA	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual	9,6% de adaptações implantadas	30% do trecho Alto Ipiranga/Vila Prudente implantado	1% da Linha 1 modernizada
LDO	5,09% do trecho implantado	0,5% dos projetos e pesquisas elaborados	38,65% de adaptações implantadas	30,08% do trecho Alto Ipiranga/Vila Prudente implantado	25,33% da Linha 1 modernizada

AÇÃO	2132	2133	2135	4624	5565
LOA	Quantitativos não indicados na Lei Orçamentária Anual	2,35% da Linha 3 modernizada	3,81% da Linha 5 modernizada	55.780.000 passageiros transportados gratuitamente	40.870.000 estudantes transportados com subsídio
LDO	44,14% da Linha 2 modernizada	16,42% da Linha 3 modernizada	3,78% da Linha 5 modernizada	56.600.000 passageiros transportados gratuitamente	40.900.000 estudantes transportados com subsídio

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011 (1ª parte)

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU
EM MARCHA

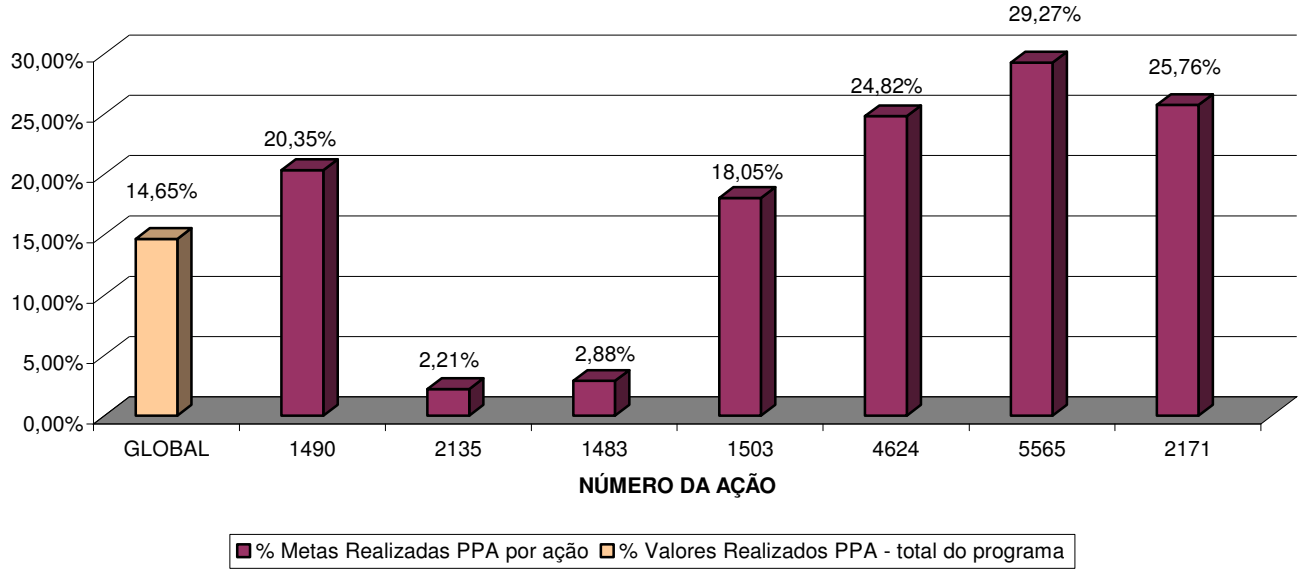


fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011 (2ª parte)

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3708 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO – PITU EM MARCHA



Comentário: Das 15 ações constantes no PPA 2008-2011, 13 ações apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que, destas, 2 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3801 – EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

OBJETIVO: Ampliar a oferta de vagas prisionais, adequar e reformar estabelecimentos prisionais existentes.

JUSTIFICATIVA: Crescimento de aproximadamente 6.000 presos/internados/mês no sistema prisional e absorção dos presos que se encontram reclusos junto à Secretaria de Segurança Pública.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
1.300.004.908	92.674.891	7,13%	346.352.250	92.674.891	26,76%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1898 - Adequação do Siistema Prisional (1)	40.509.018	31.709.392	78,28%	400 reformas efetuadas	32	8,00%	não aplicável	32	não aplicável
1897 - Ampliação do Sistema Prisional	305.843.232	60.965.500	19,93%	37.370 vagas criadas	2.032	5,44%	12.566	2.032	16,17%
1898 - Adequação do Sistema Prisional (1) e (2)	não aplicável	não aplicável	não aplicável	reformas efetuadas	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**346.352.250**	**92.674.891**	26,76%						

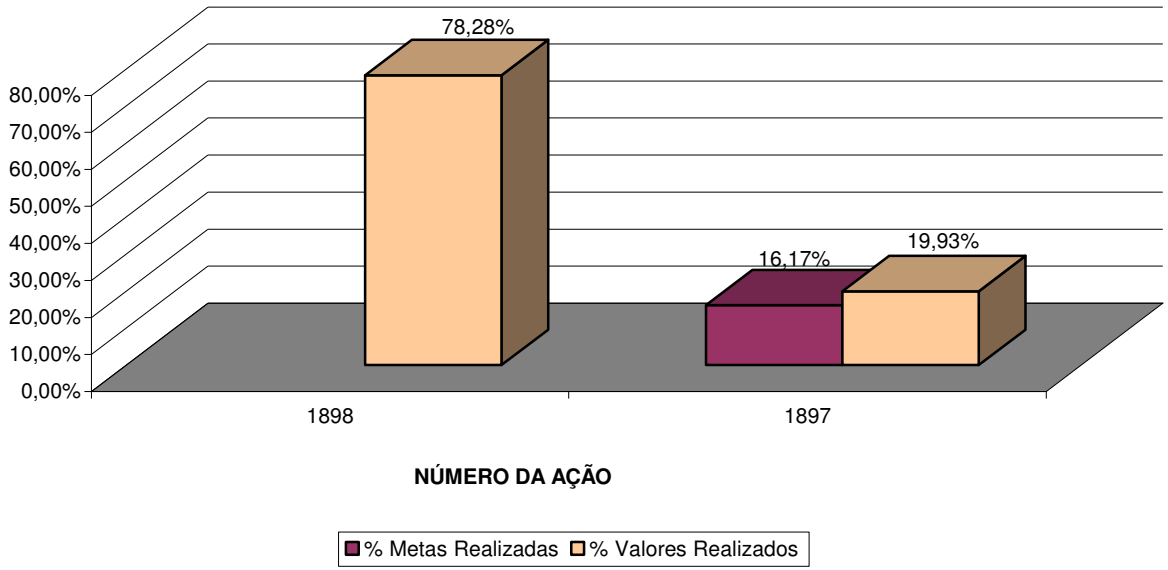
(1) LOA sem quantitativos de metas
(2) LOA com ação em duplicidade

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3801 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL



Comentário: Das 2 ações constantes da LOA 2008, 1 ação apresentou metas passíveis de aferição, sendo que não atingiu os quantitativos inicialmente previstos. Além de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentou percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1897 - Ampliação do Sistema Prisional	A meta inicialmente programada em 12.566 vagas abrange obras de 19 unidades prisionais. Em 2008 foram concluídas obras em três unidades, gerando 2.032 vagas e mais 1.162 vagas provenientes de reformas executadas em três unidades, totalizando a criação de 3.194 vagas para o sistema penitenciário de São Paulo. As demais obras foram reprogramadas para o ano de 2009, envolvendo a criação de 10.534 vagas. Essa reprogramação se deve a ocorrências de diversos problemas no tocante à legalização do imóvel adquirido, tais como decreto de utilidade pública, com posterior regularização fundiária, sendo na maioria dos casos, processos de desapropriação, que envolvem laudos de avaliação dos terrenos, imissão de posse, necessidade de obtenção do licenciamento ambiental, possibilidade de inviabilidade e, como conseqüência, realização de novos procedimentos para outros terrenos, sendo que somente depois de superadas todas essas etapas é que se dará início às licitações para execução das unidades prisionais. Há 18 (dezoito) projetos de unidades que se encontram em análise na Secretaria do Meio Ambiente, sendo que 9 (nove) unidades já contam com licenças prévias, possibilitando, assim, o início do processo de licitação e 2 (duas) unidades possuem a licença instalação, que permite o início da execução das obras. Dentre as unidades restantes 2 (duas) estão com as obras em andamento, devido à prorrogação do início de execução, em função da inviabilidade na aprovação dos órgãos ambientais e 2 (duas) unidades com a obra embargada devido à rescisão contratual, com processo de licitação a ser efetuado.
1898 – Adequação do Sistema Prisional	Algumas reformas, ampliações e adequações de unidades prisionais criam novas vagas ao sistema: 1 – Reforma do CDP de Pinheiros III – obra concluída em 13/11/2008, gerando 512 (quinhentos e doze) novas vagas; 2 - Reforma do CDP de Pinheiros IV – obra concluída em 02/12/2008, gerando 512 (quinhentos e doze) novas vagas; 3 – Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes: a licitação foi reaberta em janeiro de 2009; 4 – Reforma emergencial na Penitenciária de Iaras: obra em andamento com previsão para término em março/2009; 5 – Reforma emergencial no CDP de Ribeirão Preto: obra concluída em setembro/2008, gerando 138 (cento e trinta e oito) novas vagas.

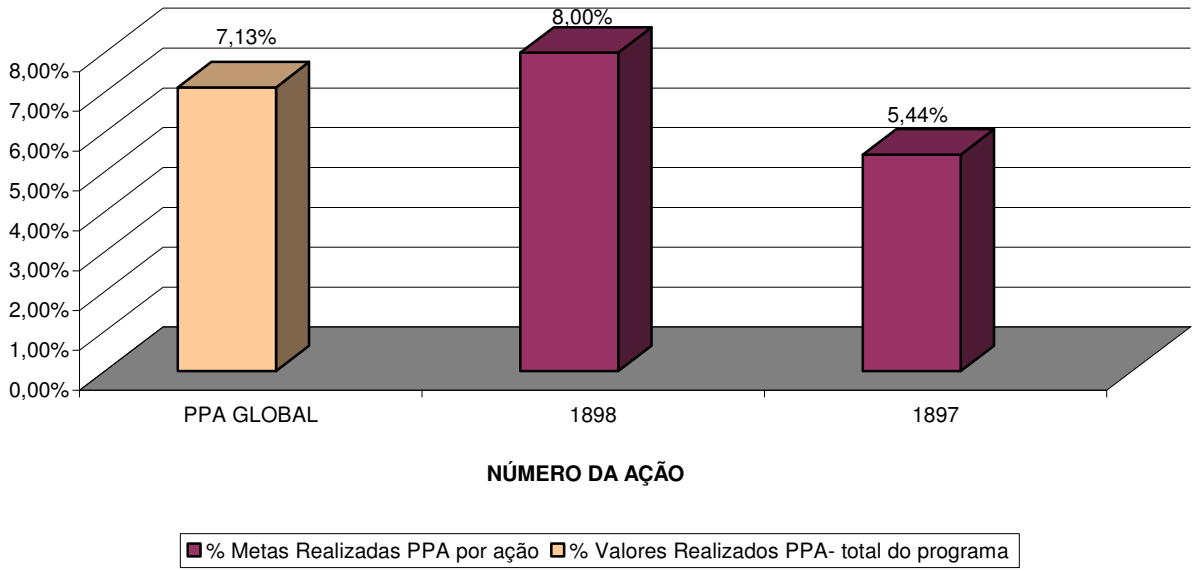
b) Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	1898
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas
LDO	100 reformas efetuadas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3801 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL



Comentário: as 2 ações constantes do PPA 2008 – 2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma delas superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL (ÓRGÃO 39000 – SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA)

OBJETIVO: Planejar, implementar e coordenar ações integradas de melhoria, controle, proteção e recuperação da qualidade das águas dos mananciais de interesse regional.

JUSTIFICATIVA A contínua expansão da ocupação urbana em áreas de mananciais do Estado coloca em risco a manutenção da disponibilidade hídrica para abastecimento público devido à poluição e contaminação dos reservatórios.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
319.906.174	52.447.502	16,39%	170.640.413	52.447.502	30,74%

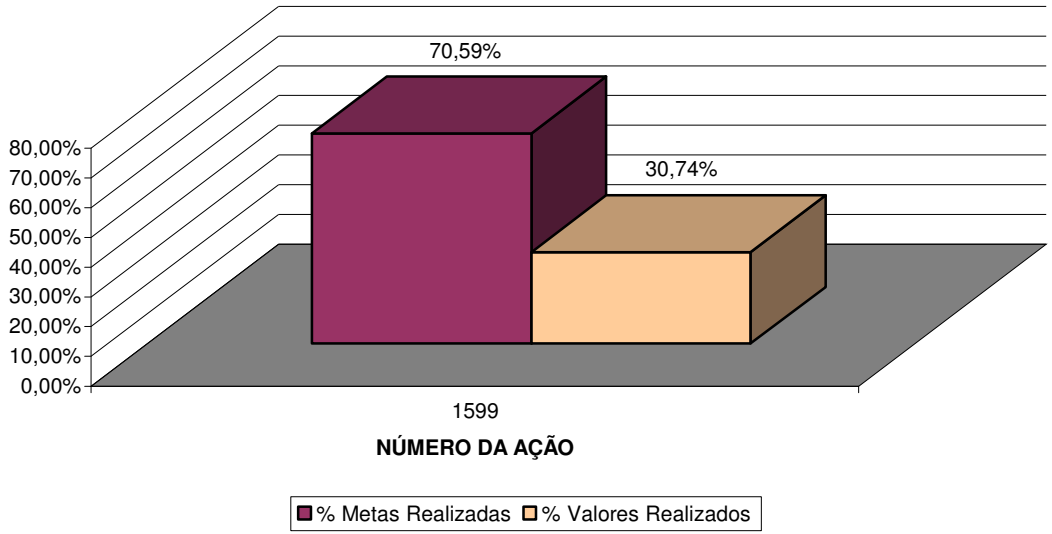
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1599 - Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê	170.640.413	52.447.502	30,74%	66 intervenções realizadas	12	18,18%	17	12	70,59%
TOTAL	**170.640.413**	**52.447.502**	30,74%						

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
(ÓRGÃO 39000 – SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA)



Comentário: A ação constante na LOA 2008 apresentou metas passíveis de aferição, não tendo atingido plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Apesar de não ter atingido referidos quantitativos apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1599 - Recuperação e conservação dos mananciais do Alto Tietê	Foram celebrados convênios em quantidade compatível com o orçamento proveniente do Tesouro do Estado. Um número maior de acordos e contratos depende de empréstimo com o Banco Mundial, cujo agendamento foi estabelecido, pelo Governo Federal, para o mês de janeiro de 2009.

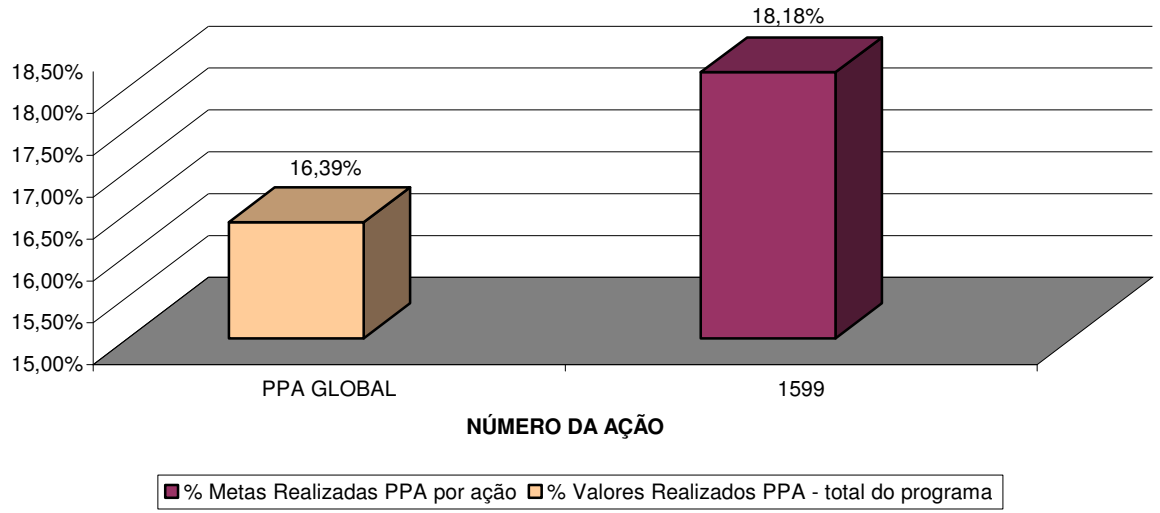
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

Compatibilidade verificada.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
(ÓRGÃO 39000 – SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA)



Comentário: A ação constante no PPA 2008-2011 apresentou metas passíveis de aferição, não tendo superado o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL (ÓRGÃO 25000 – SECRETARIA DA HABITAÇÃO)

OBJETIVO: Planejar, implementar e coordenar ações integradas de melhoria, controle, proteção e recuperação da qualidade das águas dos mananciais de interesse regional.

JUSTIFICATIVA: A contínua expansão da ocupação urbana em áreas de mananciais do Estado coloca em risco a manutenção da disponibilidade hídrica para abastecimento público devido a poluição e contaminação dos reservatórios.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
679.431.546	18.977.971	2,79%	50.000.000	18.977.971	37,96%

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
Ação S/Nº - Mananciais do Alto Tietê (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	8.500 famílias atendidas	não aplicável	não aplicável	n/c	não aplicável	não aplicável
1998 - Recuperação Sócio-ambiental da Serra do Mar (2)	50.000.000	18.977.971	37,96%	12.850 famílias atendidas	não aplicável	não aplicável	529	não aplicável	não aplicável
TOTAL	**50.000.000**	**18.977.971**	37,96%						

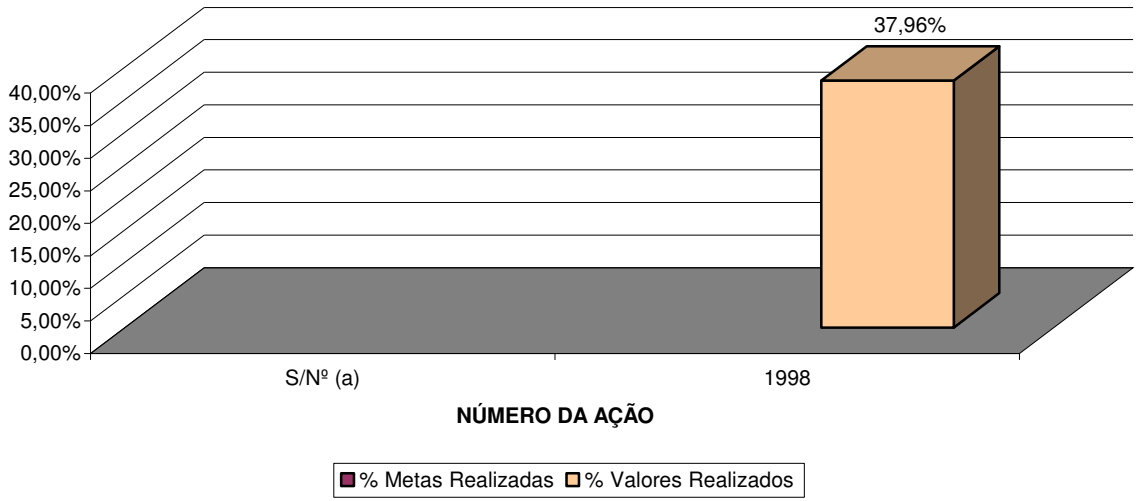
(1) Não consta na LOA 2008.
(2) A Secretaria Estadual de Economia e Planejamento justificou que a meta anual foi reprogramada, em função da revisão dos cronogramas do programa. Há empreendimentos com obras iniciadas e outros em projetos

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
(ÓRGÃO 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO)



Comentário: A ação constante na LOA 2008 não apresentou metas passíveis de aferição.

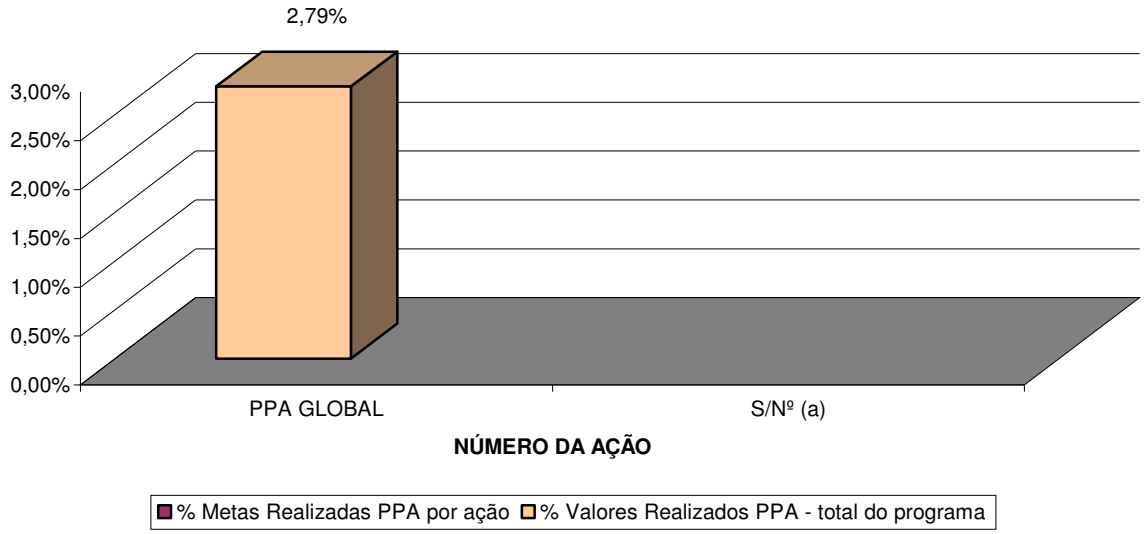
Comparativo de Metas (LOAXLDO):

Não Aplicável

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL
(ÓRGÃO 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO)



Comentário: As duas ações constantes no PPA 2008-2011 não apresentaram metas passíveis de aferição.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 3907 – INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES

OBJETIVO: Prevenir, controlar e combater as inundações no Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA: Combate às enchentes, provocadas pelas modificações ocorridas na Região Metropolitana de São Paulo e outras áreas conurbadas do Estado, em função do aumento populacional e da produção industrial, que proporcionaram um sensível aumento na veiculação da vazão nos corpos d'água, por ocasião das grandes precipitações pluviométricas.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
656.640.843	107.448.568	16,36%	120.528.325	107.448.568	89,15%

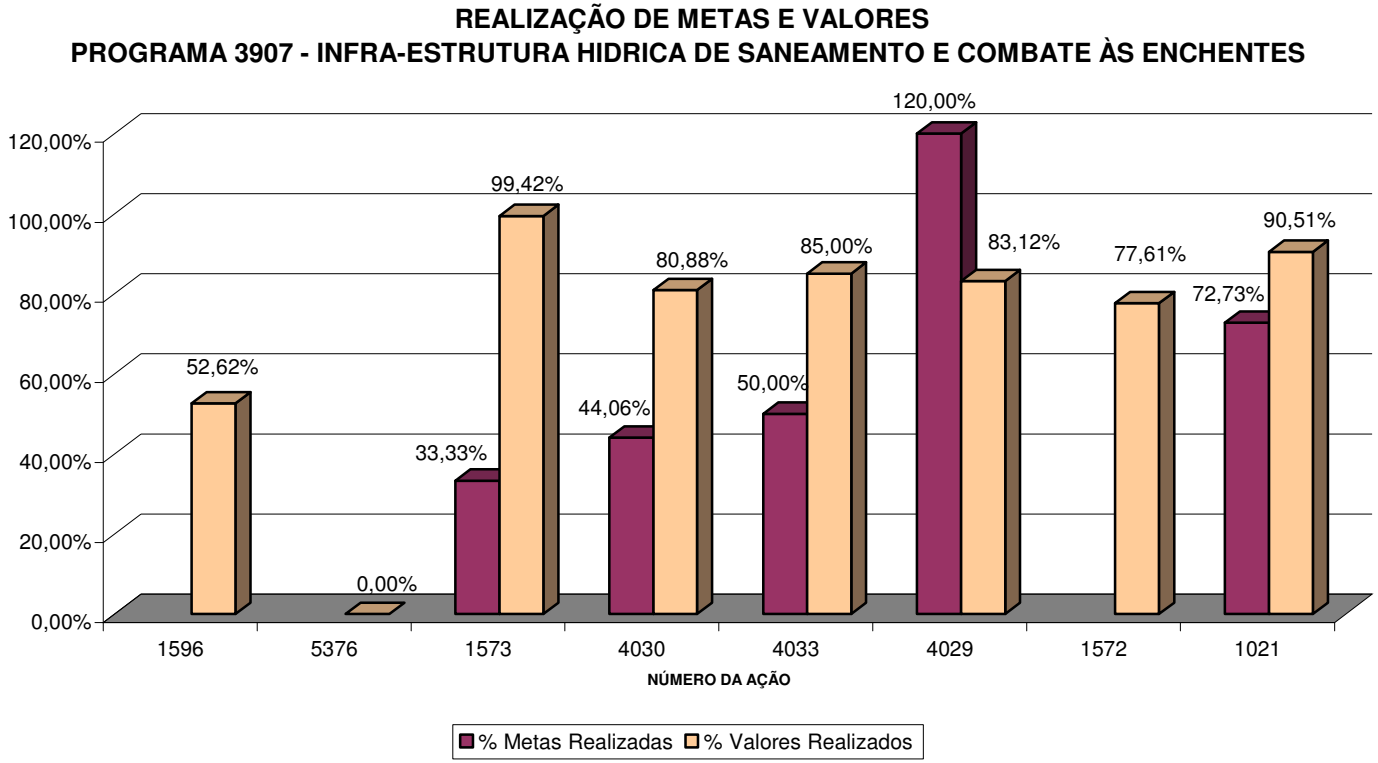
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1596 - Atendimento aos Municípios (1)	9.055.510	4.765.143	52,62%	150 atendimentos	29	19,33%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
5376 - Estudos de Macrodrenagem (1)	10	0	0,00%	29 estudos	6	20,69%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1573 - Implantação de Reservatórios de Retenção Piscinões	39.065.824	38.841.721	99,42%	23 reservatórios concluidos	1	4,35%	3	1	33,33%
4030 - Limpeza e Conservação de Canais de Corpos D'agua	5.812.415	4.701.404	80,88%	10.000.000 m³ de volume de material retirado	660.904	6,61%	1.500.000	660.904	44,06%
4033 - Manutenção e Operação de Estruturas Hidráulicas	12.000.000	10.200.000	85,00%	4 estruturas hidráulicas atendidas	1	25,00%	2	1	50,00%
4029 - Preservação e Conservação de Várzeas	5.846.281	4.859.689	83,12%	40 intervenções	12	30,00%	10	12	120,00%
1572 - Renovação e Recuperação do Parque de Maquinas (1)	334.530	259.642	77,61%	35 atendimentos	24	68,57%	não aplicável	não aplicável	não aplicável
1021- Serviços e Obras na Bacia do Alto Tietê	48.413.755	43.820.969	90,51%	33 intervenções	8	24,24%	11	8	72,73%
TOTAL	**120.528.325**	**107.448.568**	89,15%						

(1) LOA 2008 sem quantitativos de metas.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008



Comentário: das 8 ações constantes na LOA 2008, 5 ações apresentaram metas passíveis de aferição sendo que, destas, 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos e 4 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1573 - Implantação de Reservatórios de Retenção - Piscinões	Foram concluídos os serviços de recuperação do AT-3/ Petrobrás, em Mauá. Os recursos foram utilizados para manter os 5 piscinões em andamento (AT-3/Petrobrás; RPI-6/Sharp; RC-5 – Taboão; RVVE – 02 – Anhanguera; e RC – 4A/Ford Fábrica). Mais 2 piscinões: RPI-8/Olaria e RM-7 – Jaboticabal. Tiveram seus projetos executivos concluídos no final do exercício de 2008 e a contratação das obras está programada para 2009.
4030 - Limpeza e Conservação de Canais de Corpos D'água	A diferença entre a meta orçada e executada fica por conta do desassoreamento do Rio Tietê. Inicialmente estava previsto o desassoreamento da calha do Rio Tietê, entre a Barragem da Penha e Edgard de Souza, trecho de aproximadamente 41 Km, e também do Lago Canal do Rio, a montante da Barragem da Penha. Mas, logo no início do exercício, decidiu-se executar o desassoreamento da calha do Tietê
4033 - Manutenção e Operação de Estruturas Hidráulicas	A diferença deve-se à execução das obras civis e instalação dos equipamentos eletromecânicos do Valo Grande, município de Iguape, que foram postergadas para 2009
1021- Serviços e Obras na Bacia do Alto Tietê	Além das oito ações, o orçamento previu a possibilidade de iniciar as canalizações dos córregos: do oratório, do Pirajussara e do Ribeirão Vermelho, mas essas iniciativas foram reprogramadas para 2009, tendo em vista a busca de outras fontes de recursos em instituições internacionais ou programas nacionais como, por exemplo, o programa de aceleração do crescimento – PAC,

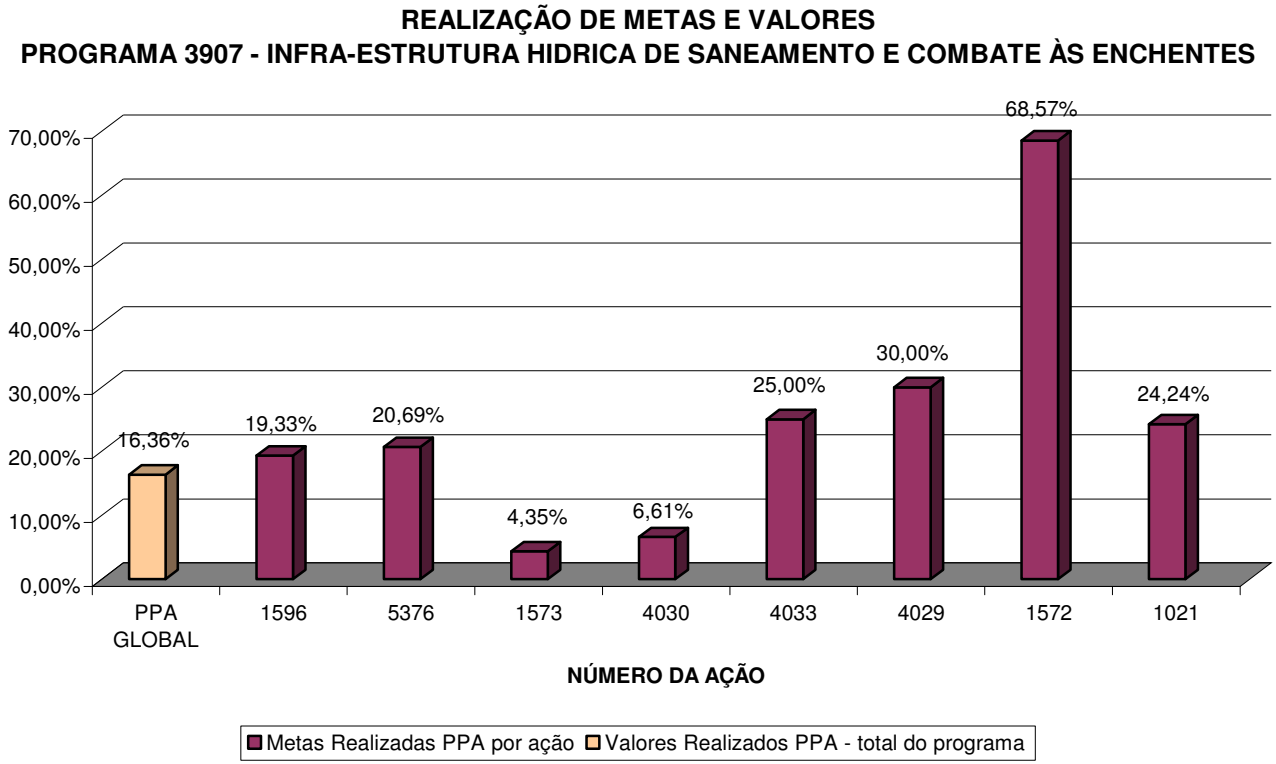
b) Comparativo de Metas (LOAXLDO)

AÇÃO	1021	1572	1573
LOA	11 intervenções	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas.	3 reservatórios concluídos
LDO	8 intervenções	9 atendimentos	1 reservatório concluído

AÇÃO	1596	4033	5376
LOA	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas.	2 estruturas hidráulicas atendidas	A Lei Orçamentária não apresentou quantitativos de metas.
LDO	40 atendimentos	1 estrutura hidráulica atendida	9 estudos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011



Comentário: as 8 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição sendo que 3 ações atingiram ou superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 4301 – ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

OBJETIVO: Promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar, odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade.

JUSTIFICATIVA: Os atuais indicadores de produção situam os hospitais de ensino num limite próximo de sua capacidade máxima de atendimento e financiamento. Mudanças do perfil de atendimento desses hospitais provocaram um forte crescimento do uso de procedimentos de alta complexidade, exigindo a implantação de programas e serviços com elevado grau de incorporação de novas tecnologias.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
2.121.084.482	668.463.223	31,52%	689.098.710	668.463.223	97,01%

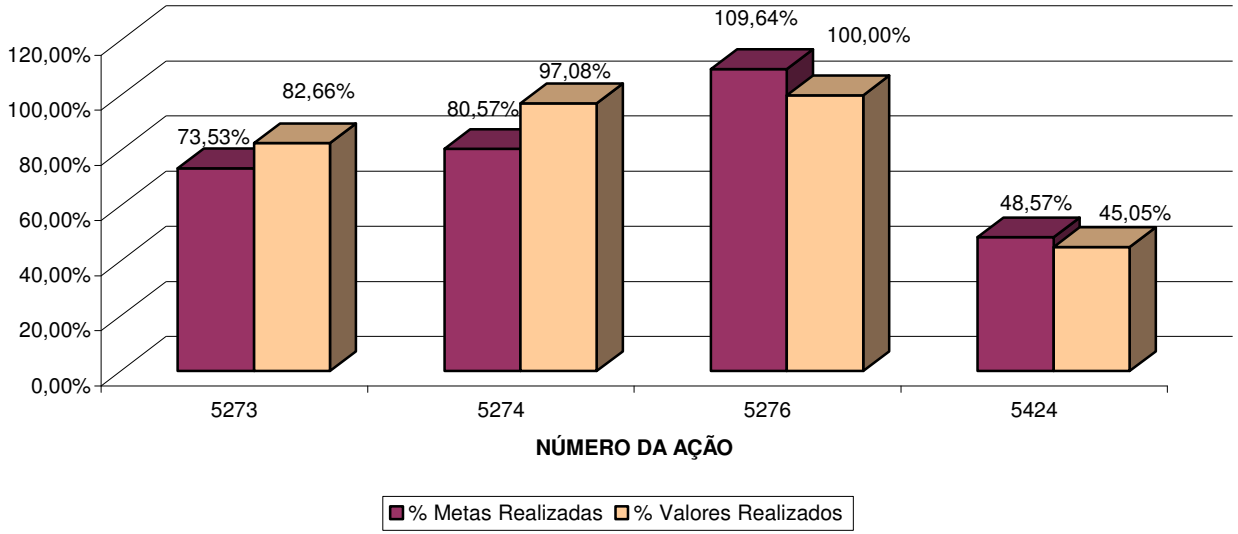
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5273 - Aperfeiçoamento das Ações de Saúde Promovidas pelos Hospitais Universitários	11.756.810	9.718.389	82,66%	8.532.000 procedimentos ambulatoriais e de internações	1.500.100	17,58%	2.040.000	1.500.100	73,53%
5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial	623.854.319	605.649.421	97,08%	424.000 internações	81.136	19,14%	100.700	81.136	80,57%
5276 - Procedimentos de Alta Complexidade/Áreas de Anomalias Cranio-faciais/ Deficiência Auditiva	52.776.945	52.775.245	100,00%	46.765 procedimentos cirúrgicos de alta complexidade realizados	9.319	19,93%	8.500	9.319	109,64%
5424 - Promoção e Cooperação Técnica Gerencial com Órgãos do Sistema de Saúde	710.636	320.167	45,05%	86 convênios de cooperação técnica	17	19,77%	35	17	48,57%
TOTAL	**689.098.710**	**668.463.223**	97,01%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4301 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS



Comentário: As 4 ações constantes na LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 1 ação atingiu plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 2 ações, além de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária e 1 ação, apesar de não atingir os quantitativos inicialmente previstos, apresentou percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5273 - Aperfeiçoamento das Ações de Saúde Promovidas pelos Hospitais Universitários	A Faculdade de Medicina de Marília cumpriu 100% da meta orçada. A Faculdade de São José do Rio Preto não executou essa ação em 2008, transferindo os recursos para outras ações prioritárias.
5274 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial	O número de internações previsto no orçamento teve como base o comportamento de 2007. No entanto, em 2008, houve diminuição da demanda por serviços hospitalares na região.
5424 - Promoção e Cooperação Técnica Gerencial Com Órgãos do Sistema de Saúde	O número de convênios executados em 2008 foi igual a 17. Por motivos administrativos, os 18 convênios orçados, inicialmente, não se concretizaram

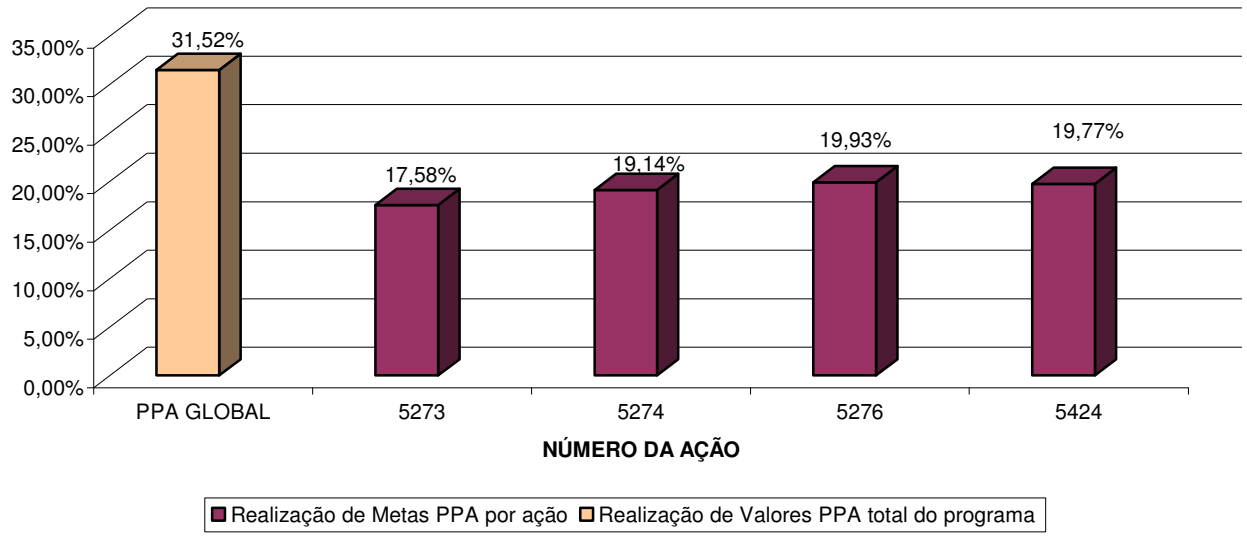
Comparativo de Metas (LOAXLDO):

-Compatibilidade verificada

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4301 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS



Comentário: As 4 ações constantes do PPA apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que nenhuma ação superou o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 4302 – ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

OBJETIVO: Manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação.

JUSTIFICATIVA O desenvolvimento econômico está relacionado com a capacidade de superar os grandes desafios científicos e tecnológicos, através do desenvolvimento e apoio de atividades que favoreçam as pesquisas básica e aplicada, o aumento do conhecimento e a manutenção e ampliação da oferta de vagas em cursos superiores de qualidade, nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
13.023.232.757	3.413.362.205	26,21%	3.447.744.589	3.413.362.205	99,00%

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2.008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
1151 - Adequação da Estrutura Física das Universidades e Faculdades Públicas	100.395.445	86.162.749	85,82%	407.700 m² instalações adequadas	78.565	19,27%	60.675	78.565	129,48%
5297 - Atividades em Museus	33.954.743	33.940.571	99,96%	2.130.000 visitantes em exposições e mostras do acervo	502.119	23,57%	520.000	502.119	96,56%
4402 - Bolsas de Estudos para Pesquisa e Desenvolvimento	219.706	219.700	100,00%	771 bolsas para projetos de pesquisa	177	22,96%	177	177	100,00%
2070 - Conclusão do Plano de Investimentos - Expansão de Vagas (1)	n/c	não aplicável	não aplicável	11.200 m² área construída	1	0,01%	n/c	não aplicável	não aplicável
5298 - Congressos de Especialidades	1	0	0,00%	52 congressos técnicos/científicos e jornadas médicas	6	11,54%	6	6	100,00%
5304 - Ensino de Graduação nas Universidades e Faculdades Estaduais	1.793.759.062	1.788.461.941	99,70%	416.071 alunos matriculados nos cursos de graduação	101.565	24,41%	101.979	101.565	99,59%
5305 - Ensino de Pós-graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais	1.311.401.386	1.301.011.553	99,21%	46.564 títulos outorgados	9.348	20,08%	9.885	9.348	94,57%
1524 - Expansão do Ensino Público Superior	0	0	não aplicável	240 novas vagas de graduação	0	0,00%	760	0	0,00%
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	105.669.330	104.464.200	98,86%	397.085 alunos matriculados	71.059	17,90%	94.170	71.059	75,46%
5787 - Políticas de Permanência e Formação Estudantil	5.739.293	4.939.293	86,06%	21.500 alunos atendidos	5.740	26,70%	5.000	5.740	114,80%
5312 - Restaurantes Universitários	8.403.634	7.422.096	88,32%	21.028.878 refeições servidas	5.848.778	27,81%	5.205.806	5.848.778	112,35%
5313 - Serviços de Informatização das Instituições de Ensino Superior	88.201.989	86.740.103	98,34%	52.193 microcomputadores mantidos	53.474	102,45%	52.693	53.474	101,48%
TOTAL	**3.447.744.589**	**3.413.362.205**	**99,00%**						

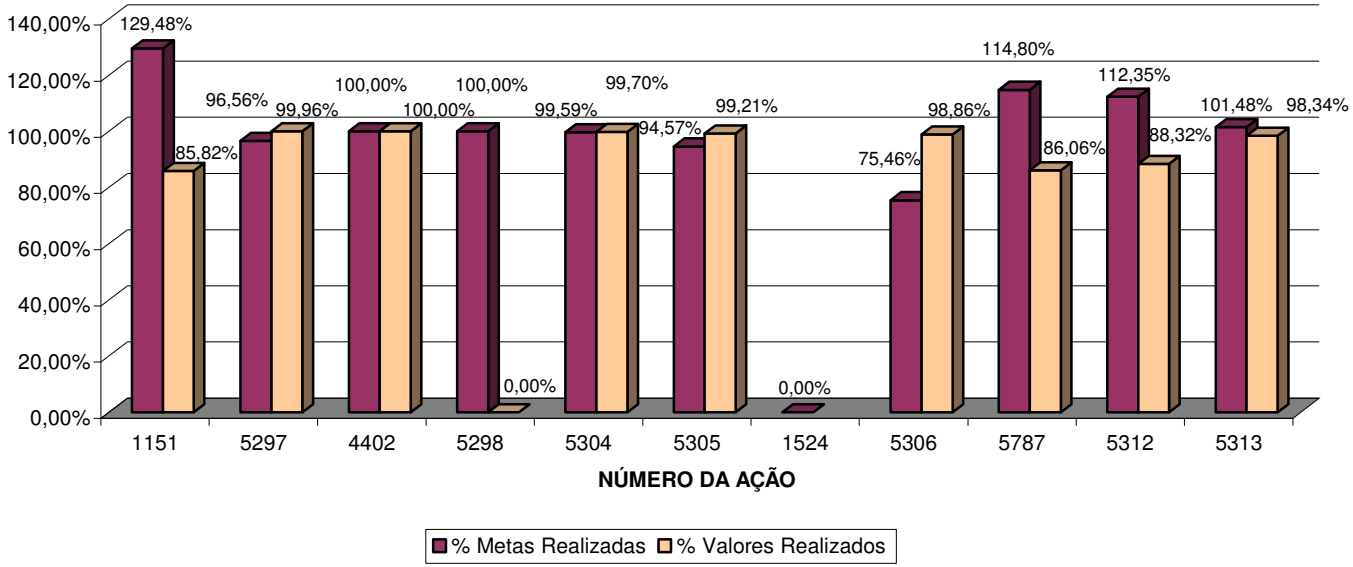
(1) Não consta na LOA 2008

TC 2675/026/08
fls. 0

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4302 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR



Comentário: As 11 ações constantes da LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 6 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. Quanto às demais, 4 ações, além de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas inferior ao percentual de execução orçamentária. A outra ação não teve execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5297 - Atividades em Museus	O público nas exposições e mostras do acervo nos museus da Universidade de São Paulo – USP ficou abaixo do previsto, em razão da queda do número de visitantes espontâneos, em virtude do número de feriados no ano de 2008.
5304 - Ensino de Graduação nas Universidades e Faculdades Estaduais	O número de alunos matriculados ficou abaixo da meta prevista em função dos cursos de formação de professores da faculdade de educação, da Universidade de Campinas-UNICAMP encontrarem-se em processo de extinção, o que gera a diminuição de alunos ano a ano.
5305 - Ensino de Pós-graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais Estaduais	A diferença entre a meta orçada e a executada é proveniente de que, na universidade de Campinas – UNICAMP, a quantidade estimada de dissertações e teses defendidas no ano, depende de variáveis diversas, ligadas à orientação e ao andamento dos projetos de pesquisa. Assim, o atraso na obtenção dos resultados adiaram as defesas de teses para o próximo ano. Já na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP, a concessão de expansões propostas para outras ações prejudicou a execução desta.
1524 - Expansão do Ensino Público Superior	A não concessão de expansões propostas prejudicou a execução desta ação. Os recursos orçamentários foram remanejados para outra ação
5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade	Muito embora, na Universidade de São Paulo – USP, tenha se observado um aumento no número de participantes dos cursos de difusão e extensão universitária em 2008, com um crescimento em torno de 7,5%, em relação ao ano anterior, a demanda por esses cursos foi aquém do esperado. Já na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP, a concessão de expansões propostas para diversas ações prejudicou a execução da meta.

b) Comparativo de Metas (LOA X LDO)

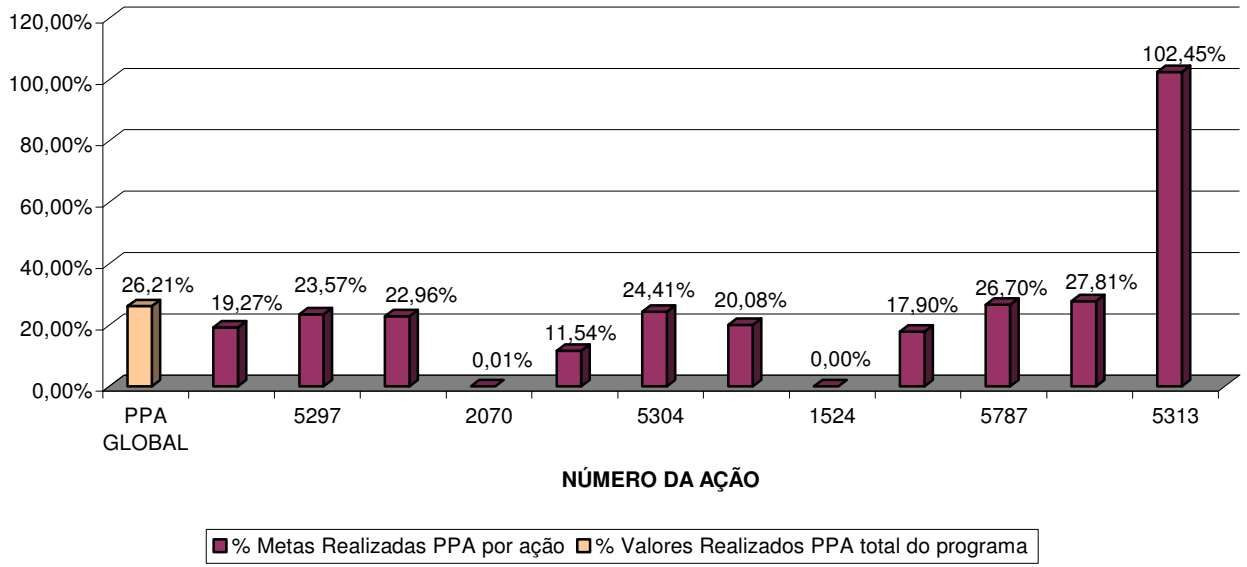
AÇÃO	1151	1524	2070
LOA	60.675 m² instalações adequadas	10 novas vagas de graduação	0 m² área construída
LDO	103.675 m² instalações adequadas	60 novas vagas de graduação	8.000 m² área construída

AÇÃO	5298	5305	5313
LOA	6 congressos técnicos/ científicos e jornadas médicas	9.885 Títulos outorgados	52.693 microcomputadores mantidos
LDO	13 congressos técnicos/ científicos e jornadas médicas	10.885 Títulos outorgados	50.693 microcomputadores mantidos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4302 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR



Comentário: As 12 ações constantes no PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações superaram o percentual de 25% de realização de metas no exercício de 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA: 4304 – DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

OBJETIVO: Atender a demanda de pesquisadores e bolsistas do Estado de São Paulo em todas as áreas do conhecimento

JUSTIFICATIVA: A FAPESP apóia projetos apresentados por pesquisadores vinculados a instituições no Estado de São Paulo e sua aprovação é sempre tomada em função do mérito de cada projeto. O apoio à pesquisa científica e tecnológica é feito pela FAPESP por meio da concessão de bolsas e auxílios, em diversas modalidades.

	2008		2008		
PPA	LIQUIDADO	LIQ/PPA	DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADO	LIQ/DOT
2.787.292.057	674.295.177	24,19%	802.640.711	674.295.177	84,01%

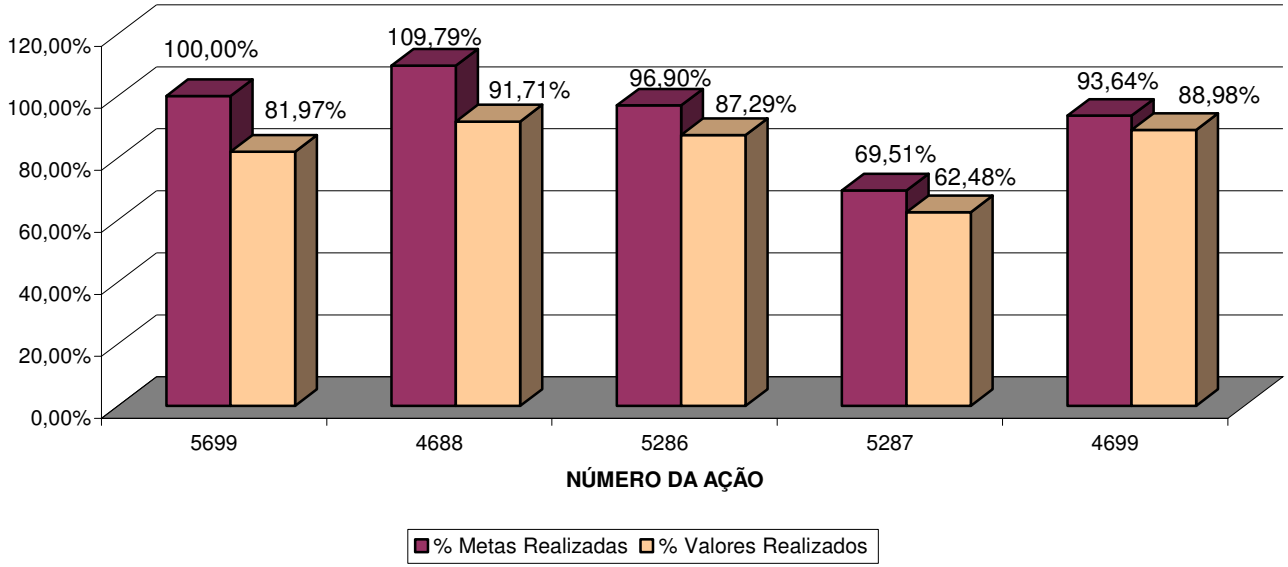
	2008			METAS					
				PPA	REALIZAÇÃO		2008		
AÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	LIQ/DOT	2008 a 2011	2008	%	LOA	REALIZAÇÃO	%
5699 - Administração da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP	44.452.277	36.438.379	81,97%	1 unidade administrada	1	100,00%	1	1	100,00%
4688 - Concessão de Bolsa de Estudo	244.208.945	223.966.926	91,71%	30.000 bolsas de estudo mantidas	9.332	31,11%	8.500	9.332	109,79%
5286 - Concessão de Auxílio à Pesquisa	284.299.986	248.169.041	87,29%	13.000 auxílios à pesquisa mantidos	2.907	22,36%	3.000	2.907	96,90%
5287 - Programação Especial	145.811.981	91.097.830	62,48%	2.060 auxílios à pesquisa mantidos	358	17,38%	515	358	69,51%
4699 - Inovação tecnológica	83.867.522	74.623.001	88,98%	1.200 auxílios à pesquisa mantidos	309	25,75%	330	309	93,64%
TOTAL	**802.640.711**	**674.295.177**	84,01%						

fls. 0
TC 2675/026/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2008

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4304 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA



Comentário: As 5 ações constantes na LOA 2008 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 2 ações atingiram plenamente os quantitativos inicialmente previstos. As outras 3 ações, apesar de não atingirem os quantitativos inicialmente previstos, apresentaram percentual de realização de metas superior ao percentual de execução orçamentária.

a) Justificativas da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento para o Não Atingimento de metas

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
5286 - Concessão de Auxílio à Pesquisa	Foi executada 96,9% da meta planejada conforme demanda por auxílios à pesquisa, no ano de 2008.
5287 - Programação Especial	Foi executada 69,5% da meta planejada, conforme a demanda de projetos de pesquisa na modalidade de programas especiais, no ano de 2008
4699 - Inovação tecnológica	Foi executada 93,6% da meta planejada, conforme a demanda de projetos de pesquisa na modalidade de inovação tecnológica, no ano de 2008.

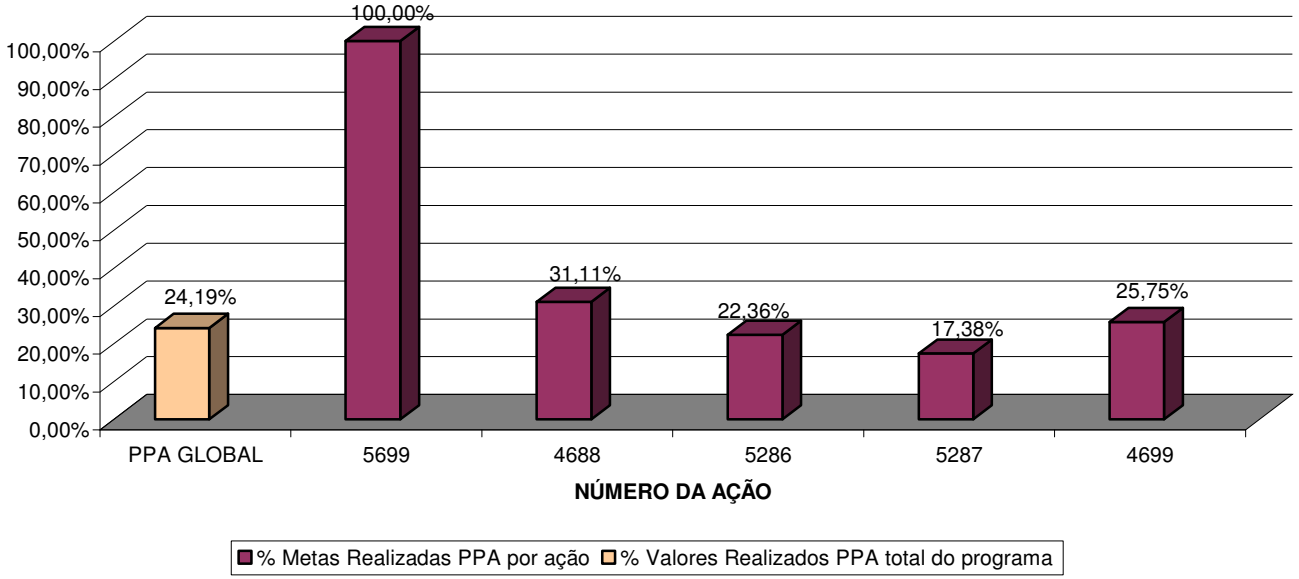
b) Comparativo de Metas (LOA X LDO)

AÇÃO	4688	4699	5286	5287
LOA	8.500 bolsas de estudo mantidas	330 auxílios à pesquisa mantidos	3.000 auxílios à pesquisa mantidos	515 auxílios à pesquisa mantidos
LDO	7.500 bolsas de estudo mantidas	300 auxílios à pesquisa mantidos	2.500 auxílios à pesquisa mantidos	500 auxílios à pesquisa mantidos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011

REALIZAÇÃO DE METAS E VALORES
PROGRAMA 4304 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA



Comentário: As 5 ações constantes do PPA 2008-2011 apresentaram metas passíveis de aferição, sendo que 3 ações superaram o percentual de 25% de metas realizadas no exercício de 2008.

XII – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS IN LOCO

Com a criação da Diretoria de Contas do Governador – DCG, iniciou-se um trabalho sistemático de auditorias de natureza operacional.

Definiram-se os objetivos, o escopo e a metodologia apropriada.

Na seqüência, foram realizadas pesquisas, reuniões e requisições de informações, bem como visitas e verificações *in loco*, relacionadas aos temas descritos na tabela a seguir.

Elaboramos um resumo dos trabalhos realizados durante o exercício, que encontram-se na íntegra no TC-A-07576/026/08-Acompanhamento e Avaliação da Execução Orçamentária e de Atos da Gestão Governamental para o Exercício de 2008, conforme quadro a seguir:

	Fls. do TC-A 7576/026/08
ESCOLAS PÚBLICAS	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
OBRAS RELACIONADAS À EDIFICAÇÃO DAS ESCOLAS	105/174,1110/1167
PANORAMA ADM.E ESCOLAR DAS UNID.DE ENSINO E RESPECTIVAS REFORMAS	174/215,1080/1109
PROGRAMAS/AÇÕES REALIZADAS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)	
FUNDAÇÃO CASA	
PROGRAMA - 1729 – ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGR. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	402/462
AÇÃO – 5908 – REVITALIZAÇÃO DAS PARCERIAS PARA O CUMPRIM. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
PROGRAMA - 3513 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	463/504, 823/872
AÇÃO – 1825 – IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	463/504
AÇÃO – 5530 – ATENÇÃO BÁSICA	823/872
AÇÃO – 5825 – ATIVIDADES DE PREVENÇÃO A SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL E SOCIAL	823/872
PROGRAMA - 3514 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	872/932
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROGRAMA - 3508 – SEGURANÇA ALIMENTAR	
AÇÃO – 1330 – BOM PRATO	707/723
SECRETARIA DA SAÚDE	
PROGRAMA - 930 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	
AÇÃO – 4849 – APOIO FIN. A ENTID. FILANTR. E MUNIC. DO ESTADO DE SP	751/794
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROGRAMA - 803 – MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	980/1080
AÇÃO – 5143 – INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL – EJA	985/1008
AÇÃO – 5156 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	1008/1072
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
PROGRAMA - 3810 – RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1414/1424

PROGRAMAS/AÇÕES REALIZADAS POR TRANSFERÊNCIA DE RENDA	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
PROGRAMA - 3516 – FAMÍLIA CIDADÃ – AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS	
AÇÃO 5579 – RENDA CIDADÃ	933/980
AÇÃO 5604 – AÇÃO JOVEM	732/750
AUDITORIAS REALIZADAS COM O APOIO DAS UNIDADES REGIONAIS	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROGRAMA - 3508 – SEGURANÇA ALIMENTAR	
AÇÃO 1309 – VIVALEITE	688/706, 1317/1353
SECRETARIA DA SAÚDE	
DISTRIBUIÇÃO DE KITS GLICEMIA	1383/1389
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
CORPO DE BOMBEIROS	1354/1361
DELEGACIAS DE POLÍCIA	1361/1382
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – EMTU (PPA - 2004/2007)	
PROGRAMA - 3707 - EXP. E GESTÃO DO TRANSP. DE BAIXA E MÉDIA CAP. – PITU EM MARCHA	1389/1411
AÇÃO - 1938 – CORREDOR METROP. NOROESTE DA REGIÃO METROP. DE CAMPINAS – IMPL.	
SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA - DAEE	
PROGRAMA - 3907 – INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES	215/268,1290/1317
AÇÃO – 1573 – IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO – PISCINÕES	
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR - FAPESP	505/539
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
PROGRAMA - 0808 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	1168/1290

1- ESCOLAS PÚBLICAS

Os trabalhos realizados nas escolas estaduais por esta Diretoria de Contas do Governador (resumidos neste relatório) estão dispostos em dois temas:

1- Obras Relacionadas à Edificação das Escolas: cujo escopo delimitou-se ao seguinte problema: "*A participação oportuna da FDE para conclusão das obras dentro do cronograma e em conformidade com o projeto*" e

2- Panorama Administrativo e Escolar das Unidades de Ensino e Respectivas Reformas: cujo escopo da auditoria delimitou-se ao seguinte problema: "*Efetiva conclusão e pertinência das obras às necessidades identificadas pela direção; e panorama do contexto administrativo e escolar das unidades de ensino e respectivo impacto na comunidade beneficiada*".

Por conseguinte, observa-se que em ambos consistiram em objeto de auditoria as obras/reformas nas escolas públicas.

Com o intuito de dimensionar os recursos despendidos com obras/reformas no exercício de 2008, transcrevemos na tabela a seguir os valores liquidados por programa e ação sob o elemento de despesa 51[1] no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.

Programa	Ação	Elemento	Despesa Liquidada em 2008
0801 - PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO	5810 - AÇÃO COOP. EST-MUNIC P/ CONSTR. ESCOLARES	444051 - OBRAS E INSTALACOES	3.247.676,27
		449051 - OBRAS E INSTALACOES	21.030.379,59
0814 - EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA E	1510 - CONST., AMPL. REFORMA PRÉDIOS UNID. DE APOIO	449051 - OBRAS E INSTALACOES	19.875.106,00
	2033 - CONSTRUÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	449051 - OBRAS E INSTALACOES	106.340.230,00
	2137 - MELHORIA E SUBST. PRÉD. ESCOL./SALAS INADEQU.	449051 - OBRAS E INSTALACOES	108.288.248,00
0815 - GESTÃO INSTITUCIONAL E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO	5154 - ADMINISTRAÇÃO DA SEC. DA EDUC. E ENT. VINC.	449051 - OBRAS E INSTALACOES	2.721.768,00
Total			**261.503.407,86**

Tabela - Despesa da SEE no elemento de despesa 51

Fonte:SIGEO/SIAFEM em 05.05.2009

[1] Portaria Interministerial Nº 163/2001: "Despesas com estudo e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc."

1.1- OBRAS RELACIONADAS À EDIFICAÇÃO DAS ESCOLAS

Por meio de consultas ao Cadastro de Obras e Ações de Governo - COAG, foram selecionadas obras relacionadas à Educação (Edificação de Escolas).

Os trabalhos consistiram em aplicação de entrevistas estruturadas, baseando-se no questionário para execução contratual da OS SDG n.º 3/98 devidamente adaptado ao objetivo e escopo do trabalho realizado.

O escopo da auditoria delimitou-se ao seguinte problema: **"A participação oportuna da FDE para conclusão das obras dentro do cronograma e em conformidade com o projeto".**

Para verificação em questão, adotou-se as visitas com a aplicação de entrevistas estruturadas, baseando-se no questionário para execução contratual da OS SDG n.º 3/98, devidamente adaptado ao objetivo e escopo do presente trabalho.

As visitas foram realizadas pelas seções DCG-3 e DCG-4 em dois períodos distintos: 13.02.2008 a 15.02.2008 e 16.02.2009 a 06.03.2009.

No período de 13 a 15.02.2008, as visitas foram realizadas nos municípios relacionados a seguir:

Município	Objeto	Valor Inicial	Execução Física em 07.02.08	Valor Medido e Pago	Início	Previsão de Término
1- Mauá	13 novas salas	3.575.494,23	92%	4.031.047,35	12/11/04	31/03/08
2- Diadema	17 novas salas	3.828.180,26	13,27%	369.199,47	01/12/04	16/05/08
3-Guarulhos	15 novas salas	2.610.893,64	100%	3.905.204,21	14/07/03	31/08/07
4-Guarulhos	15 novas salas	3.209.309,20	39,00%	1.232.859,78	19/09/05	30/07/08
5-Carapicuíba	15 novas salas	680.000,00	65,00%	442.000,00	10/09/04	31/03/08
6-Carapicuíba	08 novas salas	400.000,00	84,00%	425.000,00	04/08/03	31/01/08
7-Itapecerica da Serra	10 novas salas	437.500,00	100%	437.500,00	05/12/02	30/06/07
8-Cajamar	Nova escola - 08 salas de aula	1.601.210,60	48%	560.423,71	27/05/03	22/06/08
9-Franco da Rocha	Nova escola - 10 salas de aula	1.186.470,16	100%	1.186.470,16	30/01/06	30/08/07
10-Franco da Rocha	Nova escola - 15 salas de aula	2.004.355,70	30%	300.653,36	06/12/07	11/06/08
11-Suzano	Nova escola - 14 salas de aula	900.159,97	100%	789.457,11	20/01/03	30/08/07
12-Suzano	Nova escola - 17 salas de	869.340,97	99,59%	869.340,97	19/05/03	30/11/07

	aula					
13-Suzano	Nova escola - 12 salas de aula	703.988,99	100%	703.988,99	22/08/02	30/08/07
14-Suzano	Nova escola - 10 salas de aula	647.897,70	100%	595.298,29	31/01/06	30/08/07
15-Suzano	Nova escola - 06 salas de aula	414.654,29	100%	386.654,28	31/01/06	23/04/07
	TOTAL	23.069.455,71	**TOTAL**	16.235.097,68		

Fonte: Cadastro de Obras e Ações de Governo -COAG

No período de 16.02 a 06.03.2009 as visitas foram realizadas nos municípios relacionados abaixo:

Município	Objeto*	Valor Inicial**	Execução Física***	Valor Medido e Pago**	Vigência**	
					Início	Final
1-Campinas	Manutenção da rede física	387.319,60	100%	387.160,88	05/05/08	03/08/08
2-Itu	Manutenção da rede física	166.036,20	92%	156.729,32	20/06/08	18/10/08
Itu	Manutenção da rede física	244.910,37	100%	258.948,94	17/06/08	08/10/08
3-Itu	12 novas salas	3.155.374,68	100%	3.950.353,62	18/09/06	18/09/08
4-São Paulo	Manutenção da rede física	603.405,97	99%	603.353,85	24/06/08	19/02/09
5-Carapicuíba	12 novas salas	1.493.661,23	87,84%	990.469,64	08/01/08	04/10/08
6-Carapicuíba	Manutenção da rede física	421.524,43	100%	420.772,63	03/06/08	29/01/09
7-São Paulo	15 novas salas	4.302.355,42	91%	4.174.517,99	22/04/08	17/04/09
8-Caçapava	Manutenção da rede física	284.631,21	75%	144.354,24	18/06/08	15/03/09
09-Guarujá	Manutenção da rede física	497.504,95	90%	393.922,13	26/06/08	02/01/09
10-Guarujá	04 novas salas	802.023,51	99%	609.736,18	22/01/08	19/08/08
11-Suzano	05 novas salas	1.062.368,04	100%	1.328.710,36	04/07/07	24/09/07
12-Suzano	06 novas salas	886.494,51	100%	886.494,51	03/01/08	24/09/08
13-Diadema	17 novas salas	3.828.180,26	99,95%	3.525.240,44	02/04/07	28/12/07
14-Diadema	06 novas salas	1.005.317,86	100%	1.015.134,58	09/08/07	06/03/08
15-Guarulhos	Manutenção da rede física	653.096,44 (Verificado "in-loco")	100%	395.441,74	28/02/08	25/09/08
16-Guarulhos	Manutenção da rede física	351.008,07	100%	394.456,56	09/12/08	09/12/09
TOTAL		**20.145.212,75**		**19.635.797,61**		

Fonte: *informações obtidas *in loco*

** Cadastro de Obras e Ações de Governo -COAG

Consta abaixo a tabela com a relação de Município e a respectiva escola visitada.

MUNICÍPIO	ESCOLA	VALOR MEDIDO E PAGO
Período de 13.02 a 15.02.2008:		
1-Mauá	Terreno B. Feital/Dom Jorge Marcos de Oliveira	4.031.047,35
2-Diadema	Terreno Vila Conceição II	369.199,47
3-Guarulhos	EE Pimentas VII	3.905.204,21
4-Guarulhos	EE Jardim Fortaleza	1.232.859,78
5-Carapicuíba	Terreno Guapiuva/Flora	442.000,00
6-Carapicuíba	EMEF Dep. João Hornos Filho	425.000,00
7-Itapecerica da Serra	EMEF Pref. Elias Daher	437.500,00
8-Cajamar	Escola Jardim Maria Luiza	560.423,71
9-Franco da Rocha	EE Jardim Luciana II	1.186.470,16
10-Franco da Rocha	EMEB Vila Bela	300.653,36
11-Suzano	EMEF Miguel Badra Baixo	789.457,11
12-Suzano	EE Boa Vista II	869.340,97
13-Suzano	EMEF Sérgio Simão	703.988,99
14-Suzano	EMEIF Sol Nascente II	595.298,29
15-Suzano	EMEIF Profª Nizilda Alves de Godoy	386.654,28
Período de 16.02 a 06.03.2009:		
1-Campinas	EE Prof. Dr. Norberto de Souza Pinto	387.160,88
2- Itu Itu	EE Prof. Antônio Berreta EE Prof. Antônio Berreta	156.729,32 258.948,94
3-Itu	EE Vila Lucinda	3.950.353,62
4-São Paulo	EE Presidente Roosevelt	603.353,85
5-Carapicuíba	EE Prof. Regina Halepian Antunes	990.469,64
6-Carapicuíba	EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio	420.772,63
7-São Paulo	EE Jardim Santa Cruz	4.174.517,99
8-Caçapava	EE Prof. Zélia de Souza Madureira	144.354,24
9-Guarujá	EE Prof. Diniz Martins	393.922,13
10-Guarujá	EE Paulo Clemente Santini	609.736,18
11-Suzano	EE Helena Zerrener	1.328.710,36
12-Suzano	EE José Camilo de Andrade	886.494,51
13-Diadema	EE Riolando Canno	3.525.240,44
14-Diadema	EE Átila Ferreira Vaz	1.015.134,58
15-Guarulhos	EE Cel. Ary Gomes	395.441,74
16-Guarulhos	EE CHB. Bairro Pimentas II	394.456,56

1.1.1- Síntese do Apurado

1.1.1.1- Demanda

Primeiramente, ressaltamos que o Cadastro de Obras considera a lotação de todas as salas de aula criadas com 35 alunos em 3 turnos para indicação do número de vagas criadas. Esses números, porém, nem sempre refletem a realidade, tendo em vista algumas particularidades, como, por exemplo, no caso das escolas de Ensino Fundamental, em que não há aulas à noite, ou formam, nesse turno, apenas algumas turmas para o EJA (educação jovens e adultos).

No que se refere a este tópico, a verificação se deu em 15 escolas onde as obras para construção de novas salas de aulas estavam concluídas e em funcionamento[2].

Observamos que o quantitativo de vagas projetado inicialmente atendeu a procura da região beneficiada, excetuando: EMEF. Dep. João Hornos Filho[3]; EE Pimentas VII[4], EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio[5] e a EMEF Miguel Badra Baixo[6].

Ressalte-se ainda, especificamente no caso da EMEB Vila Bela em Franco da Rocha, que por falta de previsão no projeto inicial, duas das dez salas de aula criadas estão sendo utilizadas para outras finalidades, quais sejam almoxarifado e sala de vídeo. As demais salas, segundo informação da dirigente entrevistada, já operam com cerca de 30 alunos por sala, num total de 488 alunos em 2 turnos (o Cadastro previa 1050 vagas).

Quanto a EMEIF Prof. Nizilda Alves de Godoy, EMEIF Sol Nascente II e EMEF Simão Sérgio, todas em Suzano, estão trabalhando com demanda ociosa, porém não obtivemos informação sobre a superlotação de escolas vizinhas, crianças na região sem vagas na escola ou estudos sobre a projeção de crescimento dos bairros que justificassem a criação dessas vagas, restando, pois, prejudicada análise sobre a sua adequação.

---

[2] Escolas Municipais EMEF Dep. João Hornos Filho (Carapicuíba) e EMEF Pref. Elias Daher (Itapecerica da Serra), EE Pimentas VII(Guarulhos), EMEB Vila Bela, EMEF Miguel Brada Baixo, EE Boa Vista II, EMEF Sérgio Simão, EMEIF Vila Sol Nascente II, EMEIF Profª Nizilda Alves de Godoy, EE Dr. Átila Ferreira Vaz (Diadema), EE Riolando Canno (Diadema), EE José Camilo de Andrade (Suzano), EE Helena Zerrener (Suzano), EE Jardim Santa Cruz (São Paulo) e EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio (Carapicuíba).

[3] Nesta escola houve, inclusive, a construção se mais duas salas de aula para o atendimento pleno de vagas, proporcionando número de 35 alunos por sala.

[4] A diretora nos informou que a carência de vagas é grande, sendo que o número de alunos por sala de aula chega a 45, além de relato de ocorrências de recusa de matrículas por insuficiência de vagas.

[5] Esta escola está no limite de sua capacidade de atendimento da demanda, pois o pedido de ampliação das salas de aula foi feito em 2003 e a demanda cresceu desde esse período, além do fato da escola começar a atender o ensino médio também.

[6] A EMEF Miguel Badra Baixo, inicialmente foi projetada para atender a alunos de ensino médio. Todavia, devido à grande necessidade de vagas de ensino fundamental na região, soubemos pela dirigente da unidade que houve a municipalização para atendimento somente a esses alunos, e ainda assim, há necessidade de mais vagas para as respectivas séries. Tal situação demonstra grave falha na verificação da demanda quando do projeto da unidade.

A EE do Bairro Boa Vista II, em Suzano, que operará com ciclo II do ensino fundamental e ensino médio, ainda não havia iniciado suas atividades, porém, segundo informações obtidas "in loco", havia inicialmente 780 alunos matriculados, porém há grande carência de vagas na região.

1.1.1.2 – Aderência ao cronograma físico/financeiro e projeto

Preliminarmente, nas obras em execução identificamos discrepâncias entre os dados e prazos informados pelos entrevistados com o constante no site COAG.

Tomando por base o prazo de término identificado no site COAG e o estágio atual das obras, ressalvadas as limitações técnicas da equipe, observamos:

– Das 31 edificações fiscalizadas, em doze não se cumpriu o prazo inicialmente pactuado para cumprimento total do objeto contrato[7]. Algumas dessas escolas já possuem o termo de recebimento de obra, contudo, como ainda constam pendências em sua execução, consideramos como não concluídas.

Nas escolas municipais (Terreno Guapiuva/Flora – Carapicuíba, EMEF Dep. João Hornos Filho – Carapicuíba e EMEF Pref. Elias Daher – Itapecerica da Serra) houve abandono da contratada, com posterior assunção pela Prefeitura e anuência e acompanhamento da FDE.

No tocante ao projeto, sob mesma restrição, observamos as alterações na execução conforme resumido a seguir:

– no Terreno Guapiuva/Flora houve construção de duas novas salas de aula, sala de informática, biblioteca, colunas de sustentação extras, muros de arrimo, e a não instalação de elevadores;

– na EMEF Pref. Elias Daher houve construção de mais duas novas salas de aula;

[7] EE Antonieta de Borges da Silva – Diadema; Terreno Guapiuva/Flora – Carapicuíba; EMEF Dep. João Hornos Filho – Carapicuíba e EMEF Pref. Elias Daher – Itapecerica da Serra; EE Prof. Antônio Berreta – Itu; EE Presidente Roosevelt – São Paulo; EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio – Carapicuíba; EE Profª Zélia de Souza Madureira – Caçapava; EE Riolando Canno – Diadema; EE Átila Ferreira Vaz – Diadema; EE Cel. Ary Gomes – Guarulhos; EE CHB. B. Pimentas II – Guarulhos.

- na EE Presidente Roosevelt em São Paulo, o projeto inicial para refazimento do concreto estava defasado, pois constatou-se que a deterioração era muito maior que o projetado, sendo necessário a celebração de aditamento em 47,27% do valor inicial;

- na EE Prof. Antonio Berreta em Itu, o projeto inicial também foi alterado em decorrência da profundidade do vazamento ser maior que o estipulado;

- há pendências de execução em itens previstos no projeto nas obras já finalizadas nas Escolas[8].

1.1.1.3- Monitoramento por profissional habilitado (Execução e Fiscalização)

Nas obras vistoriadas e nas escolas que passaram por reformas ou ampliação, ocorria fiscalização por profissional habilitado da FDE. Vimos que em algumas escolas o fiscal pertencia a consórcio de empresas de engenharia contratado pela FDE para esse fim.

Em relação à unidade em construção no Jardim Luciana II em Franco da Rocha, constatamos a presença de servidor da Prefeitura no ato de nossa auditoria. Segundo o responsável pela obra entrevistado, tratava-se de engenharia da Edilidade, que faz o acompanhamento semanal da obra.

Quanto à construção no Jardim Maria Luiza em Cajamar, no momento de nossa visita não havia nenhum responsável no local que pudesse prestar informações.

No que concerne à presença de preposto, observamos a presença de profissional habilitado, exceto nas obras concluídas, apenas nas edificações em andamento da EE Jardim Santa Cruz (São Paulo) e do Terreno Guapiuva/Flora (Carapicuíba), executadas pela Prefeitura por abandono do contratado, e do Terreno Vila Conceição II - Diadema, prejudicada pela ausência deste.

1.1.1.4- Existência de padrão de construção

[8] EMEF Dep. João Hornos Filho; EMEF Pref. Elias Daher; EE Cel. Ary Gomes; EE CHB. B. PIMENTAS II; EE Dr. Átila Ferreira Vaz; EE Paulo Clemente Santini; EE José Camilo de Andrade e EE Prof. Dr. Norberto de Souza Pinto.

No que concerne ao padrão de construção, constatamos:

- a existência de padrão de edificação escolar no âmbito estadual[9];

- a existência de padrão de edificação escolar na Prefeitura de Carapicuíba[10].

1.1.1.5- Ocorrências na execução, no projeto e na obra concluída

1.1.1.5.1- Execução:

a) Externalidade negativa:

Houve construções de unidades escolares[11] precedidas de destruição/demolição de quadras poliesportivas de escolas em áreas contíguas as obras[12], prejudicando práticas esportivas escolares (educação física) no ano letivo em curso - obrigatória por força do art. 26, parágrafo 3º, da Lei n.º 9394/96 - tanto em decorrência do cronograma inicialmente planejado, como pelo atraso ocorrido na execução da obra.

Com efeito, na EE Dom Jorge Marcos de Oliveira, a fim de equacionar-se o problema, promoveu-se a destruição/demolição de salas de aula para construção de nova quadra poliesportiva.

---

[9] Área administrativa no térreo; salas padronizadas; sala de informática; biblioteca; sala de uso múltiplo; quadra poliesportiva no último andar e sem arquibancada; elevador; porte de refeitório e cantina; banheiros adaptados; sem rampas de acesso entre andares e sem a projeção de auditório.

[10] Disposição e tamanho de salas de aula, disposição de refeitório, área de recreação, área administrativa, elevador, ausência de sala de informática e biblioteca no projeto e ausência de rampas de acesso entre andares.

[11] Terreno B. Feital - EE Dom Jorge Marcos de Oliveira, Terreno Vila Conceição II e EE Jardim Fortaleza.

[12] EE Dom Jorge Marcos de Oliveira; EE Antonieta Borges Alves; EE Jose Benedito Ferreira.

Foto 1: Demolição de salas na EE Dom Jorge Marcos de Oliveira para construção de quadra poliesportiva.

De resto, temos o fato da EE Pimentas VII ser limítrofe a um córrego não canalizado e além de ter passagem de servidão de esgoto de bairro, com possíveis implicações a saúde dos alunos beneficiados com a atividade estatal.

b) Abandono da contratada:

Devido ao abandono pela contratada com posterior assunção pela Prefeitura para finalização, sob anuência e acompanhamento da FDE[13], detectamos pendências de construção[14], bem como alteração na execução em relação ao projeto inicial[15].

1.1.1.5.2- Projeto:

a) nas escolas novas:

-acesso exclusivamente por elevador à portadores de necessidades especiais para andares superiores e/ou quadra poliesportiva, ou seja, sem rampa de acesso em caso de elevador quebrado ou em manutenção;

-escada sem proteção lateral, podendo ocasionar queda dos alunos;

[13] Terreno Guapiuva/Flora, EMEF Dep. João Hornos Filho e EMEF Pref. Elias Daher.
[14] EMEF Dep. João Hornos Filho e EMEF Pref. Elias Daher.
[15] Terreno Guapiuva/Flora, EMEF Dep. João Hornos Filho.

Foto 02 – EE Jardim Santa Cruz: escadas sem proteção lateral.

–refeitório sem capacidade suficiente por turno;

–acabamento em gesso com necessidade recorrente de pintura;

–proteção por meio de alambrados;

–área de recreação com problemas de escoamento de pluviais e de iluminação;

– erro na projeção na entrada da escola, que sofre com as chuvas na EE Jardim Santa Cruz;

– construção de rampa de acesso sem utilidade na EE José Camilo de Andrade;

– segundo o ponto de vista dos entrevistados: modelo de construção ("escola aberta") que não se enquadra a realidade socioeconômica do local, ausência de auditório para abrigar eventos e programas educacionais e quadra sem arquibancadas;

– falta de recinto destinado a almoxarifado e sala de vídeo na EMEB Vila Bela, duas salas de aula formam adaptadas para essas finalidades.

– falta de biblioteca e quadra poliesportiva também na EMEB Vila Bela.

b) nas ampliações da rede física:

–prédio novo sem sanitários – EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio foram construídas 12 novas salas sem nenhum banheiro;

Fotos 03 e 04 – EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio: 12 novas salas de aula sem nenhum banheiro.

–falta de biblioteca;

–uso exclusivo de elevador para locomoção entre os andares da escola;

–instalação de piso escorregadio;

–EE José Camilo de Andrade: rampa de acesso a quadra poliesportiva para os portadores de necessidades especiais onde o aluno precisa percorrer um longo caminho por fora da escola e em um terreno que impossibilita a utilização de cadeira de rodas;

Fotos 05 e 06– EE José Camilo de Andrade: Rampa construída para acesso a quadra e terreno muito acidentado que impossibilita a utilização da rampa.

-EE José Camilo de Andrade: a escola ficou sem local adequado para os alunos beberem água, pois foi retirado o único bebedouro e os novos foram instalados dentro dos banheiros, contudo, estes são apenas pias para lavar as mãos;

-Segundo o ponto de vista dos entrevistados: falta de sala de laboratório.

1.1.1.5.3- Obra Concluída

Primeiramente, ressaltamos que das 31 escolas visitas, 23 apresentam problemas visíveis na execução das obras: EE Antonieta Borges Alves; EE Pimentas VII; EE Terreno Guapiuva/Flora; EMEF Dep. João Hornos Filho; EMEF Pref. Elias Daher; EMEB Vila Bela; EMEF Miguel Brada Baixo; EE Boa Vista II; EMEF Sérgio Simão; EMEIF Jardim Sol Nascente II; EMEF Profª Nizilda Alves de Godoy; EE Profº Dr. Norberto de Souza Pinto; EE Profº Antônio Berreta; EE Vila Lucinda; EE Profª Regina Halepian Antunes; EE José Camilo de Andrade; EE Profª Zélia de Souza Madureira; EE Profº Diniz Martins; EE Paulo Clemente Santini; EE Riolando Canno; EE Dr. Átila Ferreira Vaz, EE Cel. Ary Gomes e EE Chb. Bairro Pimentas II.

Tal tópico pretende dar um panorama da qualidade das obras verificadas. Para tanto, observamos as seguintes ocorrências.

- assinatura do termo de recebimento da obra com pendências de construção não resolvidas[16];

Fotos 07 e 08 - EE Antonieta Borges Alves com o termo de recebimento da obra já assinado: Ocorrência de infiltrações em uma das salas reformadas e banheiro e reformado com pendência de acabamentos.

[16]EE Antonieta Borges Alves (Diadema), EE CHB B. Pimentas II (Guarulhos), EE Paulo Clemente Santini (Guarujá), EE Profª Zélia de Souza Madureira (Caçapava), EE José Camilo de Andrade (Suzano).

Fotos 09 e 10 – EE Pimentas VII com o termo de recebimento da obra já assinado: infiltrações e rachaduras.

Fotos 11 e 12 – Paulo Clemente Santini: com o termo de recebimento da obra já assinado: quadra consta como reformada e detalhe do piso que deveria ter sido reformado.

– obra tida como concluída no COAG, sem assinatura de termo de recebimento da obra e com pendências de construção não resolvidas nas EE Cel. Ary Gomes (Guarulhos) e EE Dr. Átila Ferreira Vaz (Diadema), nessa última há impressão de que a empresa abandonou a obra, além da falhas nos serviços que já foram totalmente executados, tais como: apresenta grandes vazamentos no prédio novo; as descargas de todos os sanitários masculinos não funcionam; o banheiro para portadores de necessidades especiais masculino não funciona e o feminino está sem as barras de apoio; as portas dos banheiros não possuem maçanetas e fechaduras. E ainda segundo o entrevistado, não houve qualquer esclarecimento por parte da FDE em relação à obra;

Fotos 13 a 16 – EE Dr. Átila Ferreira Vaz (obra considerada concluída pelo sistema COAG): materiais de construção deixados pela contratada, aparentando abandono da obra.

Fotos 17 e 18 – EE Dr. Átila Ferreira Vaz (obra considerada concluída pelo sistema COAG): Fortes goteiras mesmo após dias sem chuva e sala de aula que ficou alagada com as chuvas.

Fotos 19 e 20 – EE Dr. Átila Ferreira Vaz (obra considerada concluída pelo sistema COAG): Parte elétrica do prédio novo e construção da caixa d'água inacabadas EE Dr. Átila Ferreira Vaz.

– EE Pimentas VII (Guarulhos): problemas elétricos, diversas infiltrações e rachaduras, o elevador não funciona, maioria das fechaduras das portas trocadas, pintura refeita (gesso) e hidrantes sem mangueiras;

– EMEF Dep. João Hornos Filho (Carapicuíba): piso de qualidade inferior, com constantes reparos, além de fiação exposta;

– EMEF Pref. Elias Daher (Itapecerica da Serra): rachaduras, infiltrações, sala com desmoronamento de forro, falta de iluminação exterior, áreas sem piso, ausência de pára-raios, elevador quebrado, esgoto sem vazão suficiente e próximo a sala de aula.

Fotos 21 a 24– EMEF Pref. Elias Daher: Rachaduras e infiltrações.

Foto 25 – EMEF Pref. Elias Daher: forro refeito após desmoronamento.

– EE Boa Vista II(Suzano): descascamento da pintura de paredes e da quadra, falta de colocação de torneiras nos bebedouros, alagamento dos banheiros devido a vazamentos.

Fotos 26 e 27 – EE Boa Vista II: Falta de colocação de torneiras no bebedouro e alagamento no banheiro da direção, devido a vazamentos.

– EMEF Sol Nascente (Suzano): marcas de vazamentos nas paredes do pátio devido à má colocação do telhado, comprometendo a permanência dos alunos no local em dias chuvosos.

Fotos 28 e 29 – EMEF Sol Nacente: Rachaduras e canaletas danificadas.

– EMEB Nizilda Alves de Godoy (Suzano): sistema de escoamento de águas pluviais no pátio ineficiente, pois o recuo do piso cedeu, não há calhas e o posicionamento do ralo em relação ao telhado é inadequado, gerando alagamento, inclusive nas salas próximas. Há duas portas que não fecham por completo e a tinta de sinalização do extintor está se apagando.

Fotos 30 e 31 – EMEB Nizilda Alves de Godoy: cessão de piso do pátio e falta de calhas, impedem o correto escoamento de águas, causando alagamento no pátio e sala dos professores.

– EE Profº Dr. Norberto de Souza Pinto (Campinas): presença de rachadura e buraco aberto no piso em decorrência do escoamento realizado no muro reconstruído;

Fotos 32 e 33 – EE Prof. Dr. Norberto De Souza Pinto – Campinas: buraco aberto e terras trazidas pelo escoamento de água do muro reconstruído.

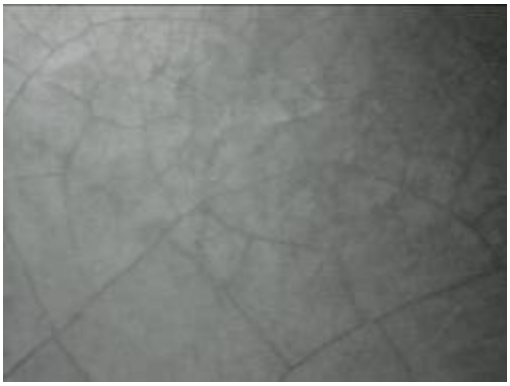
– EE Antônio Berreta (Itu) – quadra reformada (entregue há 2 meses e apresenta várias irregularidades): várias rachaduras no piso, pintura mal realizada (refeita 2 vezes e ainda assim, com um mês de uso, apresenta falhas), cobertura com goteiras, alambrados soltos (apresentando pontas soltas que podem machucar os alunos), queda do muro por provável falha no projeto de escoamento de água da quadra;

Fotos 34 e 35 – EE Antônio Berreta: quadra reformada apresenta rachaduras e o piso das laterais está se soltando com apenas 2 meses de uso.

– EE Vila Lucinda (Itu): rachaduras na parede, problemas no escoamento de águas pluviais na parede do elevador e na quadra, refeitório insuficiente à demanda da escola e não instalação de extintores e mangueiras nos hidrantes;

Foto 36 – EE Vila Lucinda: local do elevador onde a água escorre em dias de chuva e refeitório considerado pequeno.

– EE Profª Regina Halepian Antunes (Carapicuíba): fiação elétrica exposta nas salas e corredores, rachaduras nas salas de aula, na quadra reformadas e a tinta descascando no piso da quadra e não instalação de extintores e mangueiras nos hidrantes;



Fotos 37 e 38 – EE Profª Regina Halepian Antunes: piso da sala de aula rachado e fiação exposta.

Fotos 39 e 40 – EE Profª Regina Halepian Antunes: Hidrante sem mangueira e pintura descascando na quadra poliesportiva reformada.

-Na escola EE José Camilo de Andrade (Suzano) a contratada retirou o único bebedouro da escola e não construiu outro no local indicado no projeto. Segundo a entrevistada, os novos bebedouros foram instalados dentro dos banheiros, mas, conforme se observa, eles são apenas pias para lavar as mãos. Desta forma, a escola não possui local adequado para os alunos beberem água;

Fotos 41 e 42 – EE José Camilo: Pias para lavar as mãos, que foram consideradas pela contratada como bebedouros para os alunos e o local onde se deveria construir o bebedouro.

– EE Profº Diniz Martins (Guarujá): defeitos na reforma da cozinha (instalação inadequada da canalização do gás, a falta de torneira elétrica, o sifão da pia é maior que área de saída do esgoto, o que acarreta no vazamento de água, e a falta de acabamento na parte elétrica), salas de aulas com sérios problemas de infiltração, falta de acabamento na troca dos vidros das janelas, lousas sem apoio para o giz, banheiro com vazamento, válvulas mal instaladas e algumas sem funcionar, além das portas retiradas para a reforma e recolocadas, fiação exposta;

Fotos 43 e 44 – EE Profº Diniz Martins: fiação exposta e tomadas sem proteção.

Fotos 45 e 46 – EE Prof. Diniz Martins: Válvula do banheiro mal colocada e porta não fixada após a reforma.

– EE Paulo Clementi Santini (Guarujá): com serviços declarados (formalmente) finalizados, porém, não realizados: sem piso no pátio e nas escadas, quadra sem a reforma relatada e falta de calçamento dos fundos da escola;

Fotos 47 a 50 – EE Paulo Clemente Santini (serviços considerados executados): pátio e área da escada sem o piso de cerâmica que constam como serviço executado e quadra poliesportiva que consta como reformada.

– EE Cel. Ary Gomes (Guarulhos): fortes infiltrações e goteiras no teto e nas paredes da escola, banheiros sem a devida reforma e acabamento, sérios problemas com os encanamentos, com a água saindo muito suja;

Fotos 51 a 53 – EE Cel. Ary Gomes: divisória quebrada e não reformada, reforma da tubulação sem o devido acabamento.

Fotos 54 e 55 – EE Cel. Ary Gomes: porta da sala de aula com buraco e hidrante sem condições de uso.

Fotos 56 e 57 – EE Cel. Ary Gomes: teto da escola todo mofado com as grandes infiltrações, o que ocasiona a deterioração da estrutura do prédio.

– EE CHB. Bairro Pimentas II (Guarulhos): reforma na parte elétrica mal executada, inclusive com ocorrência de curto-circuito em duas salas de aula, falta de limpeza e jardinagem na parte externa da escola.

Fotos 58 e 59 – EE Cel. Ary Gomes: corredor e sala de aula ocorreram curtos circuitos após reforma da parte elétrica.

– EE Riolando Canno (Diadema): grandes e fortes infiltrações de água pluviais nas dependências da escola (causando a suspensão das aulas e retirada dos livros da biblioteca), rompimento do cano de escoamento de águas pluviais ao lado da sala 17 (acarretando a interrupção da aula), banheiros com vazamento na pia, portas com problemas na fechadura e barra de apoio para portadores de necessidades especiais não fixadas.

Fotos 60 e 61 – EE Riolando Canno: goteiras aparentes mesmo em dia sem chuva e vazamento na pia do banheiro.

1.1.1.6– Sistema de Cadastro de Obras e Ações de Governo – COAG

Em decorrência do trabalho realizado, identificamos possíveis melhoras no Sistema de Cadastro de Obras e Ações de Governo – COAG, com o intuito de melhor subsidiar o controle efetuado por este Tribunal:

– Identificação do engenheiro responsável e preposto da obra e do consórcio responsável pela fiscalização, quando houver contratação;
– Relação aditamentos (objeto e prazo);
– Previsão de próxima medição.
– Maior precisão na identificação do objeto contratado.
– Data da assinatura do termo de recebimento da obra.

1.1.1.7– Do acesso dos diretores das escolas ao projeto da obra

Uma freqüente reclamação dos diretores em nossas visitas estava no não acesso destes ao projeto da obra.

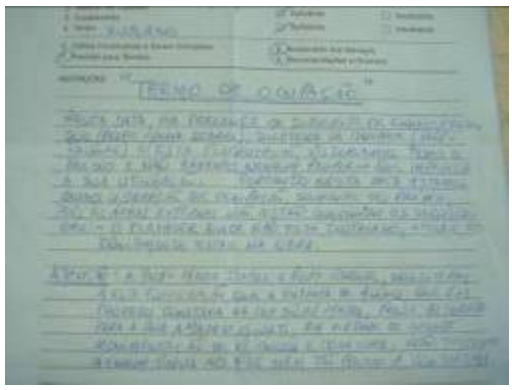
A maioria não tinha conhecimento de quais partes da escola eram objeto de reforma. Quando indagavam o fiscal ou o preposto da contratada, apenas ouviam que tal item não estava no orçamento ou não constava no contrato da obra.

Contudo, mesmo sem ter acesso ao projeto, os diretores assinavam o Livro de Ocorrências juntamente com o Fiscal da FDE e com o preposto da Contratada. Além de assinar também o Termo de Recebimento da Obra.

A EE Profª Zélia de Souza Madureira é um exemplo da falta de acesso ao projeto pelo diretor, que não entende porque algumas áreas externas das salas de aula foram objeto da reforma e outras não, e desconhecia o que ainda seria objeto da reforma.

1.1.1.8– Do Termo de Ocupação

Observamos que nas três novas escolas visitadas no período de 16.02 a 06.03.2009, as obras ainda não haviam sido concluídas, contudo o fiscal da FDE liberou o prédio para início das aulas, através da lavratura do Termo de Ocupação.



Fotos 62 a 65 – EE Jardim Santa Cruz: termo de ocupação firmado pelo fiscal com obra ainda em execução.

Em outras quatro escolas ampliadas (relativas às visitas no período de 16.02 a 06.03.2009) onde se construiu um prédio novo, não se soube dizer se houve realização de vistorias dos órgãos públicos competentes para a emissão do ***habite-se*** e obtenção do **AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (**Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001).

Na EE Jardim Santa Cruz, por exemplo, o funcionamento da escola estava bem precário no momento de nossa visita. Havia muita atividade na obra, a quadra poliesportiva em construção era utilizada como vestiário dos operários, o elevador não tinha sido instalado e não há rampa de acesso para os portadores de necessidades especiais.

Na EE Riolando Canno, falta ainda fiação interna para instalação telefônica e ainda não há energia "própria" no local, ela está sendo "emprestada" da EE Antonieta Borges de Mello, que fica ao lado.

O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Policia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as **condições de segurança contra incêndio** (É um conjunto de medidas estruturais, técnicas e organizacionais integradas para garantir a edificação um nível ótimo de proteção no segmento de segurança contra incêndios e pânico.), previstas pela legislação e constantes no processo, estabelecendo um período de revalidação. O AVCB é em casos de construção e reforma e ampliação da área construída (www.bombeiros.com.br/br/utpub/avcb.php).

Em quase todas as escolas visitadas, os extintores e as mangueiras dos hidrantes não estavam instalados, notando-se a pouca preocupação com a segurança contra incêndios e a não observação da legislação estadual.

1.1.2- Conclusão

Conforme delimitado no início deste relatório, o escopo da auditoria tratou-se do seguinte problema: **"A participação oportuna da FDE para conclusão das obras dentro do cronograma e em conformidade com o projeto"**.

O Tribunal de Contas da União, em sua cartilha "Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas", trata da fiscalização na execução dos serviços e obras de construção, definindo-a como "atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos".

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (art.67 da Lei Federal 8.666/93). Em nossa auditoria, vimos que a FDE contratou consórcios de empresas de engenharia para realizar a fiscalização de suas obras, conforme relatado adiante.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §1º, da Lei Federal de 8.666/93).

Ainda segundo o Manual do TCU, caberá à fiscalização, por exemplo, as seguintes atribuições:

- aprovar a indicação pelo contratado do coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- aprovar materiais similares propostos pelo contratado, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas
- exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços;
- analisar e aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados;
- verificar e atestar as medições dos serviços, bem como conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pelo contratado;
- acompanhar a elaboração do "as built" da obra (como construído) ao longo da execução dos serviços.

A fiscalização realizada pela FDE não foi rigorosa em decorrências da presença de inúmeras ocorrências negativas (descritos nos achados) de execução presenciados em nossa auditoria nas escolas, tais como: não pintura de quadra; queda de muros; abertura de buraco no piso; alambrado solto; goteiras na cobertura da quadra e em salas recém-construídas; pisos reformados com rachaduras; problemas com escoamento das águas pluviais; reforma incompleta da parte elétrica e com mal acabamento; hidrantes sem mangueiras; pintura ruim; não construção de bebedouro; problemas não resolvidos de infiltração; falta de colocação de piso; esgoto refluindo de sala odontológica reformada; instalação da tubulação de gás sem o devido acabamento; paredes mofadas; vidros colocados sem material fixador; lousas sem suporte para giz; banheiros com válvulas mal instaladas, quebradas e com vazamento; curto circuito em salas de aula e corredor após a reforma na parte elétrica

Cabe ressaltar que a FDE celebrou em 2008 contratos com o objetivo de gerenciamento e fiscalização de obras novas, ampliações, adequações, reformas dos prédios escolares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O valor total dos contratos é **R$ 34.302.757,35**, vide tabela abaixo:

CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO	VALOR
05/0880/08/01	Consórcio CAA-ENGEBANC-TCRE	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia para gerenciamento e fiscalização de obras novas, ampliações, adequações, reformas, serviços de Manutenção e Levantamento de dados dos prédios escolares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - Região I Unidades Escolares contidas nas DERs: Presidente Prudente/ Araçatuba/ São José do Rio Preto/ Adamantina/ Tupã/ Birigui/ Ourinhos/ Votuporanga/ Jales/ Andradina/ Assis/ Fernandópolis/ José Bonifácio/ Marília/ Mirante do Paranapanema/ Santo Anastácio	3.952.180,89
05/0881/08/01	Consórcio CONCREMAT-TEJOFRAN	Idem ao contrato anterior - Região II-Unidades Escolares contidas nas DERs: Bauru/ Apiaí/ Itapeva/ Itaraté/ Piraju/ Votorantim/ Avaré/ Itapetininga/ São Roque/ Sorocaba/ Itú/ Jaú	4.055.635,98
05/0882/08/01	Consórcio ENGER-PLANSERVI	Região III	3.696.671,72
05/0883/08/01	Consórcio ENGEVIX-COBRAPE NÚCLEO	Região IV - DERs: Campinas Leste/ Campinas Oeste/ Americana/ Bragança Paulista/ Sumaré/ Capivari/ Jundiaí/ Limeira/ Piracicaba/ Pirassununga	4.273.243,34
05/0884/08/01	Consórcio GERIBELLO-DUCTOR-ASTEC	Região V - DERs: Caraguatatuba/ Pindamonhangaba/ Guaratinguetá/ Jacareí/ Miracatu/ Registro/ São José dos Campos/ Santos/ São Vicente/ Taubaté	4.403.887,74
05/0885/08/01	Consórcio LBR-TCL-AMBIENTE BRASIL	Região VI - DERs: Caieiras/ Carapicuíba/ Centro Oeste/ Taboão da Serra/ Norte 1/ Itapevi/ Osasco/ Centro/ Norte2/ Centro Sul	4.720.353,20
05/0886/08/01	Consórcio JMG: JHE-MAUBERTEE-GERENTEC	Região VII - DERs: Itapecerica da Serra/ Sul 2/ Sul 3/ Sul 1/ Diadema/ Santo André/ São Bernardo do Campo/ Mauá/ Leste 3	4.815.036,38
05/0887/08/01	Consórcio PHL	Região VIII - DERs: Leste 1/ Leste 2/ Leste 4/ Guarulhos Norte/ Guarulhos Sul/ Itaquaquecetuba/ Mogi das Cruzes/ Suzano/ Leste 5	4.385.748,10
		TOTAL	**34.302.757,35**

Mesmo com as contratações de consórcios de empresas de engenharia pela FDE, em face das inúmeras ocorrências negativas relatadas neste trabalho, a fiscalização foi negligente em relação às falhas observadas, inclusive diante das reclamações dos diretores das escolas visitadas, posto ser obrigação do fiscal anotar as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §1°, da Lei Federal de 8.666/93).

Ainda segundo a cartilha do TCU, somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras **efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização**, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo contratante.

A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

A importância da medição está no fato que o contratante efetuará os pagamentos das faturas emitidas pelo contratado com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

Assim, constituem exemplos de irregularidades concernentes às medições e pagamentos:

- pagamento de serviços não efetivamente executados;
- falta de comprovação e conferência pela fiscalização de serviços executados;
- medições e pagamentos sendo executados com critérios divergentes com os estipulados no edital de licitação e contrato;
-inconsistências e incoerências nos relatórios de fiscalização.

Na EE Paulo Clemente Santini (Guarujá), sob fiscalização da FDE realizada pelo consórcio Geribello, na folha para recebimento provisório (data 19/02/09) do livro de ocorrências, foi dado como executado o serviço de revestimento piso revestido em cerâmica na área de circulação e de recuperação do piso da quadra e execução de canaletas de drenagem e instalação de acessórios da quadra e pinturas das faixas demarcatórias. Em nossa visita (data 04/03/09), constatamos que revestimento do piso foi incompleto e o serviço na quadra não foi realizado.

Após a execução do contrato, a obra será recebida provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 dias da comunicação escrita do contratado de que a obra foi encerrada (art. 73, I, a, da Lei Federal 8.666/93).

Posteriormente, a obra será recebida definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais (art. 73, I, b, da Lei Federal 8.666/93).

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei Federal 8.666/93).

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução

do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 73, §2º, da Lei Federal 8.666/93).

A Administração Pública deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal 8.666/93).

No recebimento da obra, deve-se observar as legislações municipais referentes à obtenção do ***habite-se*** e das ligações definitivas de água, luz, esgoto, gás, telefone etc. Deverão, ainda, ser providenciadas a vistoria e regularização dos serviços e obras concluídos junto aos órgãos federais, estaduais e municipais (Cartilha de Obras Públicas – TCU).

São exemplos de irregularidades concernentes ao recebimento da obra (Manual do TCU):

- ausência de recebimento provisório da obra, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas artes, em desacordo com o disposto no art. 73, I, a, da Lei Federal 8.666/93;
- ausência de recebimento definitivo da obra, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o prazo de observação ou vistoria que comprovasse a adequação do objeto aos termos contratuais, em desacordo com o disposto no art. 73, I, b, da Lei 8.666/93;
- descumprimento de condições descritas no edital de licitação e no contrato para o recebimento da obra;
- descumprimento de prazos de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso, previstos no contrato e em seus termos aditivos, em desacordo com o disposto no inciso IV do art. 55 da Lei 8.666/93;
- recebimento da obra com falhas visíveis de execução;
- omissão da Administração, na hipótese de terem surgido defeitos construtivos durante o período de responsabilidade legal desta;
- não realização de vistorias dos órgãos públicos competentes para a emissão do ***habite-se.***

Conforme relatos das diretorias das escolas visitadas, houve assinatura do termo de recebimento da obra na EE CHB B. Pimentas II, EE Paulo Clemente Santini, EE Profª

Zélia de Souza Madureira, EE José Camilo de Andrade com pendências de construção não resolvidas.

Observamos também a existência de obras tidas como concluídas no COAG, mas sem assinatura de termo de recebimento da obra e com pendências de construção não resolvidas nas EE Cel. Ary Gomes e EE Dr. Átila Ferreira Vaz, nessa última há a impressão de que a empresa abandonou a obra;

Além do recebimento da obra com falhas visíveis execução nos casos das escolas: EE Profº Antônio Berreta; EE Profª Regina Halepian Antunes; EE José Camilo de Andrade; EE Profª Zélia de Souza Madureira; EE Profº Diniz Martins; EE Paulo Clemente Santini; EE Cel. Ary Gomes e EE CHB B. Pimentas II.

1.2– PANORAMA ADMINISTRATIVO E ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO E RESPECTIVAS REFORMAS

Por meio de consultas ao Cadastro de Obras e Ações de Governo – COAG, foram selecionadas escolas em que constavam obras (manutenção da rede física) na Capital e Grande São Paulo para verificação "in loco" e análise do(a): efetiva conclusão das obras e pertinência em relação as necessidades das referidas unidades escolares; assiduidade dos servidores da unidade escolar; absenteísmo, produtividade e rotatividade dos docentes; e gestão, inclusive dos instalações/equipamentos e dos recursos administrados da APM.

Em decorrência da seleção, identificamos os principais aspectos a serem examinados, a seguir resumidos:

a) Efetiva realização das obras e aderência ao projeto, respectivo monitoramento por profissional habilitado (fiscalização e execução), e identificação de problemas na execução, no projeto e na obra concluída, incluindo participação da direção escolar na elaboração do respectivo projeto, além de pendências e falhas detectadas;

b) Freqüência dos docentes no mês de fevereiro/2008 e justificativas para as faltas detectadas;

c) Absenteísmo e capacitação dos docentes e implicações quanto à qualidade do ensino (produtividade e rotatividade);

d) Instalações/equipamentos das escolas já concluídas e em funcionamento (biblioteca, refeitório, armazenamento de

alimentos, sanitários, salas de computador, atendimento aos alunos com necessidades especiais, segurança);

e) Atendimento da demanda de matrículas da área geográfica na qual a escola está inserida;

f) Evasão dos alunos e suas causas;

g) Divulgação para os alunos dos benefícios da realização da prova do ENEM/SARESP;

h) Programas estaduais implementados nas escolas para melhoria do ensino, resultados e ações do Governo para sanar eventuais problemas detectados;

i) Recursos repassados às APMs (Associação de Pais e Mestres) e sua aplicação na escola.

Dessa forma, o escopo da auditoria delimitou-se ao seguinte problema: **"Efetiva conclusão e pertinência das obras às necessidades identificadas pela direção; e panorama do contexto administrativo e escolar das unidades de ensino e respectivo impacto na comunidade beneficiada".**

Para verificação em questão, adotou-se visitas com a aplicação de entrevistas estruturadas com a direção, baseando-se no questionário para execução contratual da OS SDG n.º 3/98 e em questionários elaborados por esta Diretoria devidamente adaptado ao objetivo e escopo do presente trabalho.

Contudo, no que concerne às obras, cumpre esclarecer que não integrou o escopo do presente trabalho o exame dos termos de convênios celebrados para execução e respectivas prestações de contas, bem como das licitações, inclusive as decorrentes de convênios, tampouco a verificação de eficiência e economicidade dos procedimentos adotados para as reformas e técnicas construtivas utilizadas.

Outrossim, no tocante ao panorama, não teve a pretensão de aferir a qualidade do ensino na rede estadual, mas simplesmente abordar temas relacionados ao quotidiano escolar.

As visitas foram realizadas pelas seções DCG-3 e DCG-4 em dois períodos distintos: 25.02.2008 a 28.02.2008 e em 14.04.2008 e 25.04.2008.

No período de 25.02 a 28.02.2008, as visitas foram realizadas nos municípios relacionados a seguir:

MUNICÍPIO	ESCOLA	VALOR MEDIDO E PAGO – R$
São Paulo-Ipiranga	EE Profª Mildre Álvares Biaggi	169.385,53
São Paulo	EE Prof° Pedro Voss	141.021,76
São Paulo-Tremembé	EE Prof° Sérgio da Costa	610.380,32
São Paulo-Tremembé	EE Cons. Ruy Barbosa	331.295,92
São Caetano do Sul	EE Sylvio Romero	10.228,03
São Caetano do Sul	EE Prof° Alfredo Burkart	48.659,53
Diadema	EE José Piaulino	263.982,52
Diadema	EE Eça de Queiroz	107.828,70
Diadema	EE Profª Antonieta Borges Alves	193.043,56
Diadema	EE Dep. Freitas Nobre	23.950,23
São Paulo-Vila Prudente	ETE José Rocha Mendes	115.810,92
São Paulo-Jaçanã	EE Dona Cyrene de Oliveira Laet	13.626,20
São Paulo-Ipiranga	EE Nossa Sra. Aparecida	777.155,87
São Paulo-Bom Retiro	ETE São Paulo	67.231,27
São Caetano do Sul	EE Eda Mantoanelli	83.087,86
São Caetano do Sul	EE Profª Yolanda Ascencio	12.442,69
SOMA		**2.969.130,91**

No período de 14 a 25.04.08, as visitas foram realizadas nos municípios relacionados abaixo:

MUNICÍPIO	ESCOLA	VALOR MEDIDO E PAGO – R$
São Caetano do Sul	EE Anacleto Campanella	9.058,19
São Caetano do Sul	EE Prof° Edgar Alves da Cunha	10.332,15
Taboão da Serra	EE Antônio Inácio Maciel	14.194,86
Taboão da Serra	EE Domingos Mignoni	13.559,20
Diadema	EE Prof. Riolando Canno	12.242,96
Diadema	EE João Ramalho	530,64
Diadema	EE Tristão de Athayde	3.148,87
Diadema	EE Profª Olga Fonseca	3.035,47
São Bernardo do Campo	EE Maria Iracema Munhoz	3.396,61
São Bernardo do Campo	EE João Ramalho	2.464,34
Jundiaí	EE Profª Ana Pinto Duarte Paes	127.294,61
Jundiaí	EE Prof° Adoniro Ladeira	18.771,34
Jundiaí	EE Profª Maria de L. F. Silveira	18.771,34
Jundiaí	EE Prof° Orozimbo Sóstena	127.294,61
Sorocaba	EE Prof Amélia Cesar M. de Araújo	78.588,93
Sorocaba	EE Profª Escolástica Rosa Almeida	130.345,49
Sorocaba	EE Prof° Waldemar de Freitas Rosa	39.164,26
Sorocaba	EE Prof° Ezequiel M. Nascimento	135.709,47
SOMA		**747.903,34**

1.2.1- Síntese do Apurado

1.2.1.1- Obras

Todas as obras constituíram em reforma do prédio, visando à conservação e/ou reparos em suas instalações. Constatamos a execução das reformas, porém, devido à falta de acesso a documentos da obra, não podemos atestar a sua totalidade ou atendimento ao projeto.

Quanto ao monitoramento das obras por profissionais habilitados, a verificação ficou prejudicada, pois não havia mais nenhuma em execução, mas, segundo relatos das diretoras entrevistadas, o monitoramento era freqüente, contudo, conforme relataremos adiante, ineficiente.

No tocante à pertinência das obras, a grande reclamação das diretoras foi a não participação na elaboração do projeto das obras, pois as suas reivindicações não foram atendidas e os principais problemas das escolas continuaram sem solução. Desta forma, grande parte dos recursos gastos não atenderam as prioridades das escolas, restando queixas pela ausência de estrutura adequada nas EE Pedro Voss e na EE Mildre Álvares Biaggi; além de pleitos não atendidos na EE Eça de Queiroz e EE José Piaulino .

1.2.1.1.1– Falhas detectadas nas obras/projetos:

Na escola **EE Profª Mildre Álvares Biaggi**, a cobertura da quadra poliesportiva possui dimensões menores que a estrutura existente, ficando assim parcialmente coberta.

Foto 01 – EE. Profª Mildre Álvares Biaggi: Quadra sem pintura e apenas parcialmente cobertura.

Na **EE Profº Pedro Voss**, a quadra está sem a pintura e a ampliação do bebedouro fez com que as suas torneiras derramem água no chão e, conseqüentemente, as poças formadas sujam o piso da escola.

Fotos 02 e 03 – EE. Pedro Voss: piso molhado e sujo devido ao transbordamento de água dos bebedouros.

Os problemas mais sérios foram encontrados na **EE Profº Sérgio da Costa.** A obra contemplou a troca do padrão Nakamura pela alvenaria apenas na parte externa do prédio, além de outras reformas (banheiros, escada, pintura), porém mantendo o referido padrão nas demais dependências da escola (salas de aula, sala de informática, biblioteca e área administrativa).

Nas salas com padrão Nakamura, os alunos e professores sofrem muito com o excesso de calor, bem como com o ruído advindo de salas adjacentes e corredores. O telhado recebeu uma manta para atenuar o calor, contudo, segundo relatos, aumentou a sensação térmica.

Com a troca do padrão Nakamura pelas paredes de alvenaria (área externa do prédio), a escola começou a sofrer inúmeras tentativas de furtos, pois, segundo informações obtidas na escola, os blocos utilizados são muito frágeis Antes da reforma, a escola não sofria com esse tipo de problema nessas áreas.

O projeto também previa transformar a estrutura da escada para alvenaria, porém mantiveram o padrão Nakamura.

Fotos 04 e 05 – EE Prof. Sérgio da Costa: Detalhe de parede externa avariada durante furto e escada com padrão Nakamura.

Mesmo após as obras, em dias de chuvas, a água "escorre" pelas paredes da área da administração (direção e secretaria), alagando as salas e comprometendo os equipamentos e documentos.

Fotos 06 e 07 – EE Prof. Sérgio da Costa: Detalhe de parede da Diretoria com infiltração.

.

O banheiro já passou por 03 consertos depois da obra, em decorrência de válvulas de descarga quebradas; a estrutura de aço inox do mictório foi instalada com desnível; as portas tiveram que ser trocadas, pois caíram com o uso; há retorno de água pelo ralo na abertura concomitante das torneiras.

Fotos 08 e 09 – EE Prof. Sérgio da Costa: banheiro sem porta e sem a válvula de descarga.

Fotos 10 e 11 – EE Prof. Sérgio da Costa: bebedeuro com retorno de água pelo ralo em pleno uso.

No caso específico do mictório, tivemos a informação de que a escola já havia feito um de alvenaria com recursos da APM (acreditando ser melhor em termos de durabilidade), porém, removido durante a reforma, sob ordem engenheiro responsável, por não estar em conformidade com o padrão contratado pela FDE. No lugar, foi instalado um de inox, conforme dito anteriormente, só que em desnível, demandando nova reforma realizada por conta da escola com recursos da APM.

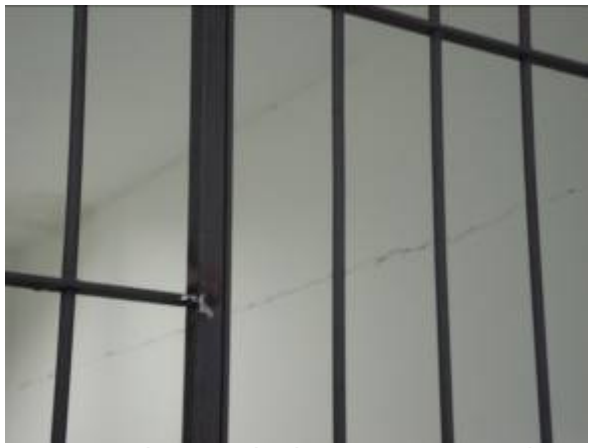
Foto 12 – EE Prof. Sérgio da Costa: Estágio atual de Mictório objeto de três reformas.

A maioria das fechaduras teve que ser trocadas após a reforma.

A quadra de esportes também foi alvo da reforma em razão de inundação provocada pelo refluxo de água do córrego existente sob esta, destino das águas pluviais do

bairro adjacente, bem como pela sua topografia. Foram abertas valas para o escoamento como também vedação dos bueiros localizados nesta quadra, contudo, não eficientes devido à continuação do alagamento.

Na **EE Cons. Ruy Barbosa** houve o dimensionamento de duas novas salas, após a conclusão das obras apareceram grandes rachaduras nas paredes.



Fotos 13 e 14 – EE Cons. Ruy Barbosa: Grandes rachaduras nas paredes após a conclusão das obras.

Na **EE José Piaulino**, a construção do depósito para armazenamento da merenda não atende as necessidades da escola. A construtora deixou as estruturas do andaime no corredor das salas de aulas, oferecendo risco às crianças. Conforme relatos, a caixa d'água construída não está funcionando. E a principal reivindicação, que era a construção da rampa de acesso para alunos portadores de necessidades especiais, não foi atendida.

Fotos 15 e 16 – EE José Piaulino: Estrutura do Andaime em corredor e caixa d'água sem funcionar.

Na **EE Eça de Queiroz**, houve relatos de vazamentos na pia.

A reforma da **EE Nossa Sra. Aparecida** abrangeu a construção de mais 05 salas de aula, porém, mesmo com a ampliação, as vagas não são suficientes para toda a demanda.

Na **EE Dep. Freitas Nobre**, a reforma consistiu apenas na troca de instalações elétricas, não abrangeu necessidades como cobertura da quadra ou reparos no esgoto aberto, que possibilita a presença de ratos nas dependências da escola.

A **EE Dona Cyrene de Oliveira Laet** teve reforma no telhado, porém as telhas não foram devidamente parafusadas e, devido ao grande vento na região, em parte já estão danificadas.

Fotos 17 e 18 – EE D. Cyrene de Oliveira Laet: telhas já danificadas.

Soubemos pela Diretora da **EE Profª Antonieta Alves Borges**, em Diadema, que o projeto, sob alguns aspectos, não era adequado às reais necessidades da escola.

A quadra foi destruída e os alunos futuramente utilizarão a da escola que será construída no terreno vizinho e, para tanto, utilizar-se-ão de uma passarela que ligará as duas escolas. Em decorrência disso, os alunos não disporão de espaço adequado para as aulas de educação física durante todo o ano letivo. Provisoriamente as aulas são ministradas em uma sala adaptada.

Segundo a Diretora, a citada passarela, nos moldes do projeto, dificultará o acesso dos alunos portadores de dificuldades de locomoção, pois será construída junto ao piso superior da escola, que não dispõe de rampas ou elevador.

A reforma deixou de contemplar o piso dos corredores e salas de aula, que se encontram bastante desgastados, assim como instalações elétricas.

Na **EE Yolanda Ascencio**, a obra com recursos da FDE previu a colocação de pias e torneiras no banheiro feminino, porém deixou de incluir os azulejos. As tubulações de ferro demoraram cerca de 40 dias, foi necessária uma obra provisória com recursos da APM para conter problemas com vazamentos.

Na **EE Anacleto Campanella** foi feito um conserto no telhado, em virtude de vazamento. No entanto, o problema não foi solucionado, o vazamento piorou; antes da reforma era localizado, apenas na biblioteca, depois expandiu para outros pontos, causando, inclusive, curto na parte elétrica devido à infiltração de água.

Fotos 19 e 20 – EE Anacleto Campanella: infiltração de água no teto e piso molhado devido ao vazamento.

A Escola já solicitou, desde janeiro de 2008, da Diretoria de Ensino as devidas providências e até o presente momento não obteve retorno.

A **EE Domingos Mignoni** recebeu a construção de mais uma sala de aula (sala 11). Essa construção ocasionou um problema no telhado da sala ao lado (sala 10), as cumeeiras ficaram soltas, causando vazamento de água.

Na escola **Profº Riolando Canno**, a reforma da parte elétrica não se encontra em perfeito estado, as instalações elétricas continuam precárias, lâmpadas queimam com muita freqüência, existem muitos fios soltos, já houve curto-circuito.

Foto 21 – EE Riolando Canno: fiação exposta.

Ressaltamos, no entanto, que esta escola conta com 3 (três) deficientes físicos (cadeirantes); um deles não consegue entrar no banheiro com a cadeira de rodas, é obrigado a sair da cadeira e se rastejar até a entrada, pois a cadeira não passa na porta do banheiro.

A **EE Tristão de Athayde** recebeu a reforma dos banheiros dentro do Projeto "Cuidar do que é de todos". A obra não atendeu aos objetivos pretendidos; existe um problema sério de vazamento do esgoto no estacionamento da escola que chega a incomodar a população local.

Nesta obra, de acordo com a Sra. Diretora, foi feita apenas uma caixa de alvenaria com manilhas, e foi providenciado o desentupimento, mas o problema persiste.

Na **EE Profª Olga Fonseca** também foi realizada a reforma dos banheiros, embora estivessem em ordem. A reforma dos banheiros faz parte do Projeto do Governo "Cuidar do que é de todos" que abrangeu todas as escolas estaduais.

A **EE Maria Iracema Munhoz** também recebeu a reforma dos banheiros dentro do Projeto "Cuidar do que é de todos". Restaram pendências decorrentes desta obra: após a instalação das torneiras, constataram infiltração de água na parede. O Engenheiro da FDE já fez vistoria, mas não retornou para resolver a pendência.

Na escola **Profª Ana Pinto Duarte Paes** foi realizada a reforma dos banheiros, da biblioteca e da sala de áudio. Há uma pendência decorrente desta reforma na biblioteca, existia um vazamento de água no telhado que ainda persiste.

Na **EE Profº Waldemar de Freitas Rosa** a Diretora observou que a obra foi entregue com atraso, era para ser concluída em agosto de 2007 e foi entregue em janeiro de 2008. Restaram duas pendências decorrentes desta obra: deixaram de colocar fiação elétrica em duas salas de aulas e também não colocaram o suporte para a rede de voleibol da quadra poliesportiva.

1.2.1.2- Instalações

1.2.1.2.1- Acessibilização

As escolas visitadas, em geral, não estão adaptadas aos portadores de dificuldades de locomoção. Não possuem sanitários adequados. Não há rampas de acesso aos pisos superiores. Ainda quando se trata de salas no térreo, as portas geralmente são estreitas e/ou apresentam algum degrau.

Na **EE José Piaulino**, para acesso às salas de aula e à quadra poliesportiva, há lances grandes de escada, necessitando, assim, da ajuda dos pais e dos funcionários para a locomoção do aluno.

Fotos 22 e 23 - EE José Piaulino: Únicas possibilidades de acesso às salas de aula e à quadra poliesportiva.

A escola **Profª Antonieta Borges Alves** possui apenas 02 salas de aula no térreo, onde são alocadas as séries que abarcam cadeirantes. As escolas **Eda Mantoanelli e Nossa Senhora Aparecida**, ambas em São Caetano do Sul, possuem todas as salas de aula no piso superior. Na primeira, há alunos que fazem uso de muletas e necessitam de auxílio dos demais alunos ou funcionários para subir as escadas.

Foto 24 – EE Antonieta Borges: dispõe de 02 salas no térreo, mas não adapatadas.

Em relação ao segundo período de visitas de 14.04.2008 e 25.04.2008, destacamos os dados abaixo.

Das 18 escolas visitadas, 15 (85%) continham, no total, aproximadamente 40 alunos portadores de deficiências físicas: visuais, auditivas, motoras e de locomoção; normalmente os alunos mais prejudicados são os que utilizam cadeira de rodas, pois as escolas não possuem instalações adequadas. Conforme relatado, a escola **Riolando Canno** (prédio antigo) conta com um aluno cadeirante, que para ir ao banheiro tem que sair da cadeira de rodas e se rastejar até a entrada do banheiro, pois a cadeira não passa na porta do banheiro.

1.2.1.2.2– Bibliotecas

Constatamos que a maioria das bibliotecas, (quando existentes) das escolas visitadas não está atendendo sua finalidade. Em várias, verificamos que as falhas estão na própria instalação (pequenas, sem espaço para leituras, sem ventilação) ou na ausência de funcionários para o controle de retirada dos livros. Na **EE Profª Mildre Álvares Biaggi**, por exemplo, os alunos não podem levar os livros, pois não há funcionários disponíveis para realizar este controle.

A **EE Eça de Queiroz** e **EE José Piaulino** não dispõem de biblioteca, de forma que, para solução do problema, as diretoras improvisaram estantes com livros nos corredores das escolas.

Fotos 25 e 26 – EE Eça de Queiroz e EE José Piaulino: Biblioteca improvisada no corredor.

Na **ETE São Paulo**, encontramos um bom acervo, mas há pouco espaço para os alunos realizarem pesquisas. A **EE Freitas Nobre** possui um acervo modesto, por abarcar alunos do ensino fundamental e não dispõe de espaço para leitura.

Duas escolas visitadas não tinham biblioteca: **EE Riolando Canno** e **EE Profª Amélia César Machado de Araújo**.

1.2.1.2.3– Refeitório/Local para Armazenamento da Merenda

Os refeitórios foram considerados bons em sua maioria, contudo alguns eram muito pequenos e não atendiam a demanda. Na escola **Alfredo Burkat**, o refeitório não tem mesas, há apenas banquinhos que não atendem a demanda, ficando alguns alunos fazendo a refeição em pé. Enquanto na escola **Prof. Sérgio da Costa**, apesar de ter mesas, estas não atendem a demanda.

Fotos 27 e 28 – EE Sérgio da Costa: Refeitório sem mesas suficientes por turno e EE Alfredo Burkart: Refeitório sem mesas.

.

Para o local de armazenamento dos alimentos houve relatos de falta de espaço em parte das escolas, com armazenamento precário. Na **EE Sérgio da Costa** foi relatado que

era necessário devolver parte da merenda por não caber no depósito, sendo necessário dividir a sua entrega em duas oportunidades no mês. Da mesma forma não havia espaço suficiente na **EE Eça de Queiroz** e na **EE José Piaulino**, porém sem menção de devolução de material recebido.

1.2.1.2.4- Sanitários

Exceção feita às escolas **EE Eça de Queiroz** e **Alfredo Kurkat**, cujas ocorrências serão discriminadas a seguir; **EE Sylvio Romero**, que foi municipalizada; e **EE Mildre Álvares Biaggi e EE Sérgio da Costa**, com sanitários em reforma, o estado geral dos sanitários é considerado bom.

Na **EE Eça de Queiroz** os sanitários feminino e masculino são adjacentes a uma sala de aula recentemente reformada, prejudicando as atividades executadas nesta sala pelo odor característico e trânsito intenso de alunos. Ainda, por relato, constatamos o pleito e a necessidade de descolamento dos referidos sanitários para outra área.

No mais, na **EE Alfredo Kurkat** detectamos infiltração.

O problema mais grave, conforme já mencionado, está na escola **Riolando Canno** que conta com um aluno cadeirante, que para ir ao banheiro tem que sair da cadeira de rodas e se rastejar até a entrada do banheiro, pois a cadeira não passa na porta do banheiro.

1.2.1.2.5- Dependências Escolares

Na **EE José Piaulino**, houve relato de desabamento da grama e passagem forçada (com derrubamento de muro) feita por membros da comunidade identificados como "donos da boca" ou "do tráfico", apesar de reiteradas recomposição do muro sem êxito.

Foto 29 – EE José Piaulino: Passagem criada para acesso a quadra e escola.

Na **EE Eça de Queiroz** detectamos muro/alambrado em tamanho insuficiente para evitar ingressos não autorizados nas dependências da escola, bem como freqüente relato de falta d'água, como ocorrido no dia de visita, apesar de caixas de água cheias. Além disso, observamos o uso do espaço reservado para a cantina como sala de professores, dado a insuficiência de espaço para acomodação.

Alguns diretores relataram ainda do mau estado de conservação das carteiras e, em alguns casos, deixam de receber alunos devido ao número insuficiente para acomodá-los. A diretora da **EE Nossa Senhora Aparecida** disse ter conhecimento de um programa de reforma dos móveis pelos detentos em algumas penitenciárias, mas sua escola não foi contemplada.

Detectamos problemas com crescimento de mato nas escolas **EE Dona Cyrene** (Jaçanã) e **EE Dep Freitas Nobre.** Também na segunda escola há esgoto aberto, causando a presença de ratos nas dependências da escola.

Fotos 30 e 31 – EE Dona Cyrene de Oliveira Laet e EE Dep Freitas Nobre: crescimento de mato nas escolas.

1.2.1.3- Equipamentos

1.2.1.3.1- Antena Digital

Com exceção da **EE Prof. Mildre Álvares Biaggi**, que não recebeu; **EE Sylvio Romero**, que foi municipalizada; e **EE Pedro Voss e EE José Piaulino**, cujo equipamento está instalado, acusou-se o recebimento da Antena Digital da Secretaria da Educação, contudo, sem instalação.

No segundo período de visitas, verificamos também que 70% das escolas visitadas receberam, há dois anos, a antena digital; no entanto, chamou-nos a atenção o fato de que a mesma ainda não havia sido instalada em mais de 50% das escolas.

1.2.1.3.2- Sala de Informática

Exceto na **EE. José Piaulino**, sem sala; e na **EE. Pedro Voss**, com aulas específicas; **EE Sylvio Romero**, que foi municipalizada, havia salas de informática com regular funcionamento, porém, sem aulas específicas na maioria delas. Para a **EE José Piaulino**, houve solicitação para a reforma contemplar a constituição da referida sala, não concretizada em tempo da obra realizada.

As escolas localizadas em São Caetano do Sul receberam mais uma sala de informática cada uma, custeada pela Prefeitura.

As duas ETEs visitadas possuem cerca de 03 laboratórios de informática mais os laboratórios destinados aos cursos técnicos. Segundo os dirigentes, funcionam satisfatoriamente, porém, na **ETE São Paulo** fomos informados que, quando da necessidade de manutenção dos equipamentos, há uma grande demora no atendimento pelo Estado e, caso houvesse autonomia para a manutenção ser realizada pela própria escola, poderiam obter a tempestividade necessária.

Em relação ao segundo período de visitas, as escolas, de um modo geral, apresentaram boas instalações, todas possuem salas de informática, com a maioria dos computadores em funcionamento; normalmente as aulas são livres, boa parte das escolas não tem professor específico de informática.

A diretora da **Escola Estadual Professor Adoniro Ladeira** observou que a falta de professor prejudica o bom funcionamento da sala, os alunos acabam não a utilizando.

Na **Escola Estadual Maria Iracema Munhoz** a sala não está em funcionamento, os alunos não conseguem acessar a internet, há um ano, em virtude de um problema na rede. Os técnicos não conseguem resolver o problema.

1.2.1.3.3- Extintores de Incêndio

Observamos que, ou por não possuírem ou por acondicionamento em local restrito, motivado por furto ou vandalismo, o sistema de segurança contra incêndio não é adequado nas escolas.

Fotos 32 e 33 - EE Alfredo Burkart EE Ruy Barbosa.

Foto 34 - EE Dep Freitas Nobre.

1.2.1.4- Professores

1.2.1.4.1- Controle de presença pela regular utilização do livro de ponto:

Verificamos o livro de ponto dos docentes das escolas visitadas e constatamos as seguintes falhas:

-Falta de utilização do livro: na **EE Antonieta Borges Alves** o livro de ponto ainda não estava sendo utilizado. O controle de freqüência é realizado pelo livro de ocorrências;

-Falta de preenchimento dos horários de aula: em se tratado de início das aulas, as escolas ainda estavam operando com atribuição de aulas provisória, até que pudessem estabelecer definitivamente as aulas de acordo com a disponibilidade dos professores;

-Falta de assinatura: no dia da visitação, vários professores não haviam assinado o livro, apesar de termos constatado a efetiva presença em sala de aula;

-Quase a totalidade dos livros de ponto verificados não estava rubricada pelos responsáveis;

-Alguns livros sem formalização do termo de abertura;

-Alguns livros preenchidos incompletamente, sem dados do professor;

-Boa parte dos livros também não continha os horários dos professores. Os Srs. Diretores alegaram que é muito difícil fechar o horário dos professores;

-Vários dias com ponto em aberto, sem qualquer anotação sobre o motivo da falta;

- Ausências médicas, abonadas, justificadas e licenças sem o devido registro no livro de ponto.

Concluímos, portanto, que não há um rígido controle de presença através do livro de ponto.

1.2.1.4.2- Absenteísmo/rotatividade e possíveis causas/ substitutição:

Em relação ao primeiro período de visitas realizadas, não obtivemos, pela verificação do livro de ponto, elementos suficientes para apontar grandes problemas de

absenteísmo, tendo em vista que o período letivo havia iniciado apenas uma semana.

Através do relato do dirigente, apenas na escola **EE Profª Yolanda Ascêncio** houve apontamento sobre grande incidência de faltas no exercício de 2007. Em duas escolas houve sinalização de que alguns utilizam justificativas de faltas não condizentes com a realidade, inclusive com abertura de sindicância contra 02 professores na **EE Antonieta Alves Borges**.

Pudemos notar que um fator determinante para a ocorrência de faltas é o acúmulo de empregos pelos professores, aulas em escolas diversas, às vezes no mesmo turno.

Na **EE Dona Cyrene de Oliveira Laet**, no bairro Jaçanã, Capital, foi apontado como causa para o acúmulo de empregos a remuneração insatisfatória ou insuficiente para que o professor mantenha o seu sustento e de sua família.

Outro fator é a atribuição de aulas em escolas diversas, às vezes no mesmo turno, especialmente quando se trata de contratados eventuais, que geralmente não conseguem completar uma carga-horária razoável em uma única escola. Há a questão do deslocamento e da dificuldade de administração dos horários.

Além de faltas, os itens apontados dificultam a preparação das aulas, impactando negativamente na qualidade dessas.

Os diretores entrevistados apontaram uma sensível diminuição de faltas e de rotatividade dos docentes com a contratação de professores efetivos. Na **EE Antonieta Alves Borges**, o recebimento de um adicional de 20% na remuneração (pago em escolas de difícil acesso) também contribuiu positivamente nesse quadro.

Quando da ocorrência de faltas, há sempre professor substituto, e, quando possível, da mesma disciplina.

Até o exercício de 2007, a incumbência do professor substituto era tratar de assuntos esparsos. A partir de 2008, com a implantação de conteúdo unificado através de material de apoio fornecido pelo Estado - jornal - os substitutos devem seguir o conteúdo programático.

Em relação ao segundo período de visitas, constatamos o que segue abaixo.

De acordo com entrevista realizada com os Srs. Diretores das 18 escolas visitadas, o grau de absenteísmo dos docentes foi assim classificado: 07 escolas consideraram grau médio, 05 escolas consideraram razoável e 06 escolas consideraram baixo o grau de absenteísmo.

Pela análise dos livros de ponto, constatamos, de um modo geral, muitas ausências de professores, as faltas parecem rotineiras, o que denotaria, no mínimo, médio grau de absenteísmo dos docentes.

Grande parte dos diretores entrevistados (66%) atesta que o principal motivo das faltas esta relacionado à problemas de saúde próprio e de familiares; 17% deles atribuem à remuneração o motivo das faltas e 17% dos diretores acha que a legislação é muito complacente, facilitando os abusos.

Alguns Diretores observaram que o critério de atribuição de aulas também contribui para a ausência do professor, há professores que tem apenas uma aula atribuída em determinada escola, o que inviabiliza o seu deslocamento, em virtude da remuneração.

Com relação à rotatividade dos professores, obtivemos a seguinte informação: 07 escolas consideram baixo o índice de rotatividade, 05 escolas consideram médio, 04 consideram razoável e 02 escolas consideram alto o grau de rotatividade dos docentes. As causas mais prováveis da rotatividade dos professores são análogas às do absenteísmo.

Por fim, pudemos constatar que sempre há professor substituto na falta do titular e que há controle do conteúdo programático seguido pelo professor substituto.

1.2.1.4.3- Capacitação:

Os dirigentes das unidades escolares relataram que há o fornecimento de capacitação aos professores pelo Estado, especialmente por convocações para cursos nas Diretorias de Ensino. Há grande participação, porém não há um cronograma ou periodicidade definida, o que, muitas vezes, pode impactar negativamente no regular andamento das aulas.

De um modo geral, os diretores consideram satisfatória a capacitação oferecida pelo Estado; no entanto,

fizeram algumas considerações: muitas vezes o professor não consegue conciliar o horário do curso com a sua carga horária de aulas. Outra questão colocada foi a falta de ajuda de custo, que seria um incentivo para o professor participar dos eventos.

Quanto a cursos fora do expediente, segundo os Diretores da **EE Dona Cyrene de Oliveira Laet** e **EE Antonieta Borges Alves**, há pouca aderência dos professores, pois, como geralmente acumulam empregos, resta pouco tempo para atividades extras.

Recebemos relato de que, como há deficiência no ensino básico já há algum tempo, alguns professores estão chegando despreparados nas salas de aula, e, portanto, é necessário o fornecimento de formação continuada para requalificação desses profissionais.

1.2.1.5- Segurança

Na maioria das escolas, os diretores relataram alguma ação para inibição de invasões por estranhos, vandalismo, furtos, consumo ou distribuição de drogas, brigas entre alunos. Geralmente, o custeio da segurança provém de recursos da APM, como a sinalização de existência de câmeras, alarmes, contratação de vigilante (porém não profissional) etc. Constatamos ainda a existência de grades e cadeados na entrada das escolas, no acesso às salas de informática, nas janelas etc.

Com essas medidas, todos afirmam ter conseguido um nível razoável de segurança nas dependências das escolas, porém ainda com algumas ocorrências. Na **EE Profª Antonieta Borges Alves**, para o turno da noite não houve aulas nos dois primeiros dias, devido ao furto da chave elétrica. A **EE Nossa Sra. Aparecida** não possui pára-raios, devido a furto recente.

A ronda escolar passa freqüentemente nos arredores das escolas e, quando acionada, comparece em tempo razoável. Todavia, na região de Jaçanã, a mesma viatura cobre a área de cerca de 07 a 08 escolas. Em São Caetano do Sul, a diretora da **EE Profª Yolanda Ascêncio** relatou que mesmo com a ronda, não houve inibição de pessoas estranhas nos arredores da escola, principalmente nos horários de entrada e saída de alunos.

Os fatores que prejudicam a segurança nas escolas são basicamente externos, pois poucas possuem

zeladoria ou sistema de vigilância para impedir a entrada de estranhos dentro de suas dependências, e, inclusive, em duas escolas foram relatados que há influência direta do chefe do tráfico da região no controle da escola garantindo a segurança e tranqüilidade da mesma tanto do corpo docente como da direção.

Na **E.E. José Piaulino**, em decorrência desta influência, consta entrada não projetada, com destruição parcial de muro para dar acesso à quadra da escola, apesar de reiterados esforços da direção em restabelecimento do muro.

Na **EE Prof. Sérgio da Costa**, a falta de segurança se restringe ao período sem atividade escolar. Por esse motivo, o kit multimídia não está instalado. A sala que deveria estar instalado para que os professores possam utilizá-los já foi alvo de tentativa de furto. Conforme relatos, a escola já teve alarme e câmeras, mas foram roubados. Tivemos a informação que todas as sextas-feiras é preciso desmontar praticamente toda a Diretoria (computadores, impressoras, kit multimídia etc) e guardar em local seguro para evitar que a escola seja invadida.

Houve ainda relatos de que atos de vandalismo aumentaram com o fim do Programa Escola da Família na **EE. Ruy Barbosa**, programa qualificado como opção para minimização da segurança escolar.

No segundo período de visitas, constatamos que boa parte das escolas visitadas, por volta de 60%, apresentava problemas de segurança fora da escola; em 07 escolas (38%), os diretores comentaram ter problemas de segurança dentro e fora da escola.

Verificamos a existência de grades e cadeados nas portas e janelas, bem como no acesso às salas de informática, laboratórios, salas de vídeos etc. Cerca de 70% das escolas possuem alarme custeado pela APM.

A polícia militar faz a ronda escolar diariamente em todas as escolas visitadas

Demanda/evasão

As escolas visitadas possuem salas de aula com cerca de 45 alunos. Quando não conseguem alocar algum aluno, as escolas encaminham à Diretoria de Ensino, que se encarrega de conseguir vaga em alguma escola da região. Não pode haver fila de espera por vaga.

A demanda por vagas é atendida na maioria das escolas, contudo nos locais menos favorecidos economicamente percebe-se que a realidade é outra: faltam vagas para alunos de determinadas séries (8ª série na **EE Ruy Barbosa**) e, sobretudo, no bairro onde se localiza a **EE Prof. Sérgio da Costa**, onde consta informação de deslocamento de 16 ônibus para levar os estudantes deste bairro para escolas de outras regiões.

A evasão dos alunos no período diurno é baixa em todas as escolas, sendo a causa mais comum a mudança dos pais, e a distância da residência até o colégio. Há uma boa participação dos pais nas atividades escolares, através de reuniões e ajuda voluntária para melhorar a escola.

A maior incidência da evasão se dá no período noturno. Na escola **EE Antonieta Alves Borges**, gira em torno de 30%. A diretora apontou que uma das principais causas é a falta de interesse ou de expectativa de que com estudo os alunos possam ter melhores empregos.

Na EE Nossa Sra. Aparecida, a maior evasão se dá nas séries do EJA (Educação de Jovens e Adultos), cerca de 22%. Muitas vezes, para conseguir emprego, os alunos precisam estar matriculados na escola. Realizam a matrícula e depois abandonam o curso. No semestre seguinte, fazem nova matrícula e não seguem nas aulas. Uma maneira de inibir tais ocorrências seria a exigência periódica de freqüência escolar ou proibir que se possa fazer a matrícula por semestres seguidos.

Constatamos, no segundo período de visitas, que a maioria das escolas, aproximadamente 80%, consegue atender a demanda de matrículas da área geográfica na qual está inserida. Em algumas escolas, por serem muito procuradas, há um número grande de alunos à espera de vaga, mas normalmente são alunos matriculados em outras escolas, que apenas desejam se transferir para escolas melhores.

Quanto à evasão de alunos, temos a comentar que em 14 escolas, 77% das visitadas, constatamos essa situação; sendo que a maior incidência se dá no período noturno, em especial no curso EJA - Educação de Jovens e Adultos, cujo percentual de evasão varia entre 05 a 30%. No Ensino médio, o índice de evasão é bem menor, normalmente gira em torno de 03 a 05%.

De acordo com informações dos Diretores, a maior causa da evasão no período noturno está relacionada ao

trabalho. Outros fatores, entretanto, também devem ser destacados, tais como problemas familiares e desinteresse do próprio aluno.

1.2.1.6– Programas/ações do governo

As escolas de um modo geral participam de algum programa para melhoria do ensino promovida pelo Estado, tais como: Programa "Ler e Escrever", PROERD (para prevenção contra o uso de drogas), "Cuidar o que é de todos", "Viva Japão" etc. Os resultados obtidos são, segundo os diretores, satisfatórios.

a) Ler e Escrever:

As escolas visitadas que abarcam o ciclo I do Ensino Fundamental receberão professores auxiliares para execução do programa. Os diretores acreditam em bons resultados, especialmente porque houve preparação dos docentes alfabetizadores para esta nova fase, através do programa Letra e Vida.

b) São Paulo Faz Escola:

A implantação do jornal com conteúdo unificado para cada aula foi bem recebida pelos diretores, que acreditam na dinamização das aulas e continuidade da matéria pelo professor substituto, quando da falta do titular.

Quanto aos professores, que serão os usuários do material distribuído, não mantivemos contato com os mesmos, mas pelos diretores, soubemos que houve críticas, especialmente quanto à unificação do conteúdo para 02 séries diferentes.

c) Escola da Família:

Recebeu boa avaliação dos diretores das escolas localizadas nas regiões mais carentes, como na **EE Nossa Sra Aparecida**, próxima à favela Heliópolis e **EE Dona Cyrene de Oliveira Laet**, no bairro Jaçanã. Essas regiões não dispõem de espaços e estrutura para lazer e atividades para a população. O programa possibilita a integração da comunidade e previne atos de vandalismo às escolas.

Já nas regiões em que há estrutura de lazer, como em São Caetano do Sul, que possui parques, praças, clubes etc, a presença de pessoas nas dependências da escola funciona ao contrário: há pouco interesse da comunidade, possibilita atos de depredação e pichamento.

d) Projeto justiça restaurativa:

Para dirimir conflitos entre alunos, as escolas de São Caetano do Sul participam do Projeto Justiça Restaurativa, que consiste em convidar os alunos envolvidos em conflitos a se responsabilizarem por seus atos, visando a resolução dos problemas através de diálogo. Para tanto, houve capacitação de alguns professores e alunos pelo Judiciário e Ministério Público. A entrevistada na **EE Eda Mantoanelli** atuou como divulgadora do projeto em escolas na região de Heliópolis, Guarulhos e Campinas e avalia que o Projeto trouxe bons resultados.

As ações que os diretores entendem que caberiam para solucionar alguns problemas na escola são: valorização do trabalho do professor (remuneração, bônus); segurança e saneamento básico da comunidade; aumento do quadro de funcionários de apoio; e apoio da Diretoria de Ensino e do Conselho Tutelar na atuação disciplinar da unidade de ensino.

1.2.1.7- Rendimento escolar/ Resultados ENEM

Todos os entrevistados informaram que o ENEM é divulgado aos alunos e que há grande participação destes. No município de São Caetano do Sul, onde notamos que há aporte de recursos pela Prefeitura, salas de informática mantidas por esta, melhores instalações, maior qualidade de vida da população percebe-se um bom desempenho em relação aos demais.

Questionado sobre possíveis fatores para o baixo rendimento escolar, o diretor da **EE Dona Cyrene de Oliveira Laet** citou a falta de qualidade de vida dos alunos. Famílias desestruturadas, sem condições adequadas de moradia, saúde, alimentação e outros itens essenciais para uma formação saudável influenciam diretamente no aprendizado. Citou ainda o baixo acompanhamento pelos pais das atividades escolares dos filhos e problemas internos como a falta de verba para manutenção da escola e baixa remuneração dos professores, que precisam acumular empregos, o que gera um decréscimo na qualidade das aulas.

A progressão continuada foi mencionada na EE **Nossa Sra. Aparecida** como uma das causas determinantes, pois houve a sua implantação sem nenhum preparo prévio das escolas.

1.2.1.8- Gestão

A insuficiência de funcionários de apoio foi dificuldade apontada por todos os entrevistados. Faltam funcionários para atuar nas secretarias, distribuição de merendas e limpeza. A maioria das escolas visitadas no primeiro período estava sem coordenador pedagógico, função acumulada, com muita dificuldade, geralmente pelo diretor (para esta função específica houve concurso recentemente).

Os recursos repassados, em geral, são insuficientes, ou, ainda, o direcionamento da verba às vezes não corresponde às necessidades primordiais da unidade. São realizados eventos como festas juninas para incrementar o orçamento. Os recursos da APM têm um peso importante na manutenção das escolas.

O diretor da **ETE São Paulo** apontou como dificuldade a falta de autonomia para reparos de equipamentos pela própria escola, pois, sendo realizado pelo Estado, o conserto demanda tempo excessivo.

Quanto aos materiais de apoio (livros), houve informação de que nem todas as disciplinas são contempladas, como inglês e geografia.

Na **EE Eda Mantoanelli**, em São Caetano do Sul, foi mencionada a dificuldade quando da inserção de menores infratores egressos da Fundação Casa (antiga FEBEM). A escola não está munida de preparo para recebê-los, o que geralmente ocasiona conflitos com outros alunos.

Há grande necessidade de se criar meios de inserir os alunos no mercado de trabalho. Na **EE Antonieta Alves Borges**, a Diretora formou, por conta própria, 02 turmas com 50 alunos visando à preparação para o primeiro emprego. Os alunos ganharam mochila, ajuda de R$ 150,00 e receberam curso na escola. Houve melhora da auto-estima dos participantes e alguns já estão trabalhando. Faltam ações do Estado nesse sentido, pois a falta de expectativa de que a escola melhore as condições de empregabilidade dos alunos é um dos maiores motivos de evasão escolar, como descrito no item demanda/evasão.

Em relação ao segundo período de visitas, constatamos que a insuficiência de recursos humanos foi uma das dificuldades apontadas pelos dirigentes das escolas, faltam funcionários de apoio: Inspetores de alunos, e, especialmente, funcionários para os serviços de limpeza. Assim

sendo, é comum o deslocamento de funcionários da área administrativa para outras funções, o que acaba prejudicando o funcionamento geral da escola.

Na **Escola Edgar Alves da Cunha**, em São Caetano do Sul, os próprios professores estavam varrendo as salas de aula, pois não dispunham, na época de nossa visita, de funcionários para limpeza.

Outra reclamação diz respeito aos recursos financeiros repassados para as despesas miúdas que, em geral, são insuficientes. Na escola supracitada, a merendeira (da Prefeitura) tem que levar os temperos para o preparo das refeições, pois a verba que a escola vem recebendo não tem sido suficiente para esta aquisição.

A dirigente da **EE Domingos Mignoni** fez uma observação sobre a demora para atendimento dos pedidos, comentou que a sala de informática foi requisitada em 2001 e chegou em 2006.

Constatamos, nesse sentido, que os recursos financeiros da APM são imprescindíveis para a manutenção das escolas. Notamos, em especial, na **EE Professor Ezequiel Machado Nascimento**, que conta com uma APM extremamente atuante e dotada de recursos financeiros, capaz de manter esta escola em excelente nível, a ponto de torná-la escola modelo de Sorocaba.

A **EE Professora Ana Pinto Duarte Paes**, em Jundiaí, tem um problema sério com pombos, eles são numerosos, andam pelo telhado e acabam entrando no pátio, principalmente no horário do recreio dos alunos, momento em que há a maior concentração de alimentos espalhados. O Departamento de Zoonose da Prefeitura já visitou a escola e afirmou que este é um problema de responsabilidade do Estado.

A diretora da **EE Riolando Canno**, localizada em Diadema, nos informou que está preocupada com a Dengue, pois um aluno contraiu a doença. Segundo ela, o Departamento de Zoonose da Prefeitura, apesar de ter sido acionado, não compareceu à escola; ela está adotando as providências que lhe compete para tentar evitar novos casos da doença.

1.2.1.9– APM's

Quanto às APM's, a maioria das escolas não apresenta Plano de Trabalho (conforme dispõe o Estatuto Padrão

das APM's – Decreto 12.986/78) e/ou um regulamento formalizado de compras (mas realizam pesquisa de preço). Além disso, na escola **EE Sérgio da Costa**, houve relato de que o cargo de diretor financeiro é exercido por um professor, quando deveria ser ocupado sempre por pai/mãe de aluno. O banco utilizado é sempre a NOSSA CAIXA S/A e os responsáveis pela gestão da conta são o diretor financeiro e o diretor executivo.

Por fim, houve relato com entendimento de que as APMs não deveriam ficar sob incumbência da direção da escola, por conta da dificuldade de mobilização dos pais, da própria administração e das atribuições inerentes da Direção(administração e coordenação pedagógica) e do corpo docente(atividades escolares).

2– PROGRAMAS/AÇÕES REALIZADAS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)

Atendendo a determinação do Exmo. Conselheiro Relator das Contas do Governador do exercício de 2008, os trabalhos das seções 2, 3 e 4 desta Diretoria no referido exercício se desenvolveram prioritariamente na verificação da atuação de organizações não governamentais (ONGs) parceiras ou recebedoras de recursos do Estado.

As entidades foram selecionadas para visita conforme inseridas em algum programa ou ação do Estado que tenham sido objeto de auditoria no exercício, com critérios de seleção próprios em cada um dos programas. Os trabalhos consistiram em entrevistas com os responsáveis pela execução do respectivo programa na entidade, verificação das instalações e, em alguns casos, entrevistas com beneficiários.

Esta Diretoria visitou entidades do terceiro setor que realizam atividades para o Estado. Além destas entidades, também foram visitadas entidades que distribuem o leite pela ação do VIVALEITE em São Paulo e na Grande São Paulo, que embora, não recebam recursos financeiros diretamente, recebem o produto leite para distribuição.

Com o intuito de dimensionar os recursos despendidos com repasses a entidades privadas sem fins lucrativos no exercício de 2008, transcrevemos na tabela a seguir os valores liquidados, objeto de NL, por órgão nos elementos de despesa pertinentes – 3350 e 4450.

Nome Órgão	Valor Liquidado por Modalidade de Aplicação		Total
	3350	4450	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	R$ 166.152,96	R$ 0,00	R$ 166.152,96
CASA CIVIL	R$ 1.076.832,00	R$ 0,00	R$ 1.076.832,00
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	R$ 1.872.904,87	R$ 0,00	R$ 1.872.904,87
SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	R$ 60.815.508,13	R$ 68.000,00	R$ 60.883.508,13
SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	R$ 25.861.563,90	R$ 42.195.373,13	R$ 68.056.937,03
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	R$ 15.358.363,16	R$ 0,00	R$ 15.358.363,16
SECRETARIA DA CULTURA	R$ 8.493.253,25	R$ 4.000.000,00	R$ 12.493.253,25
SECRETARIA DA EDUCACAO	R$ 82.566.419,79	R$ 12.063.832,25	R$ 94.630.252,04
SECRETARIA DA SAUDE	R$ 2.768.752.415,47	R$ 166.974.996,01	R$ 2.935.727.411,48
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	R$ 91.129.573,00	R$ 0,00	R$ 91.129.573,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	R$ 26.736.274,03	R$ 0,00	R$ 26.736.274,03
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	R$ 595.873,68	R$ 1.143.799,00	R$ 1.739.672,68
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	R$ 10.550.705,28	R$ 200.000,00	R$ 10.750.705,28
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	R$ 39.449.270,66	R$ 205.000,00	R$ 39.654.270,66
SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	R$ 2.670.841,00	R$ 0,00	R$ 2.670.841,00
TRIBUNAL DE JUSTICA	R$ 12.000,00	R$ 0,00	R$ 12.000,00
Total	R$ 3.136.111.301,18	R$ 226.855.450,39	R$ 3.362.958.951,57

Tabela - Valor Liquidado para Respasse aos Terceiro Setor por órgão
Fonte: SIGEO/SIAFEM em 07.05.2009

Ressaltamos que o item 6 do Manual de Repasses ao Terceiro Setor deste E. Tribunal explicita condições para autorizar os repasses a essas entidades, como a melhoria da qualidade e eficiência da gestão organizacional e dos programas sociais e a sustentabilidade das entidades. E acrescenta:

> "Aos sobreditos créditos aduzimos ainda que o acesso aos recursos públicos deva ser restrito apenas às entidades possuidoras de condições, avaliáveis precedente à aprovação dos ajustes, aferíveis por sua legalidade e pelos resultados previamente comparados entre os alcançados pela gestão governamental e os já obtidos pela entidade beneficiária.
> Os ajustes legalmente autorizados, se firmados, necessitam ser preciosos quanto ao seu objeto; ao estabelecimento claro das metas a serem atingidas; à existência de fato e sustentabilidade do ente parceiro, fatores estes que permitirão acompanhamento e avaliação dos órgãos públicos e da sociedade sobre:
>
> ► A efetiva confiabilidade na prestação dos serviços;
>
> ► O atingimento dos indicadores para aferição do cumprimento dos programas aprovados nas peças de planejamento do governo, conforme exposto no item 5 deste Manual;

► A otimização dos recursos;

► A excelência dos serviços prestados;

► A segurança para expensão de conclusivos pareceres sobre a aplicação dos recursos repassados."

A seguir, destacaremos os principais achados em relação às entidades do terceiro setor, dentro dos respectivos programas e ações de Governo em que estejam inseridas:

2.1– FUNDAÇÃO CASA – CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE

A Fundação Centro de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente (CASA) é, no âmbito do Estado de São Paulo, a entidade responsável por promover direta ou indiretamente a execução das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal 8.069/90), em cumprimento às sentenças judiciais.

Referido Estatuto prevê que ao adolescente menor infrator serão aplicáveis medidas que vão desde a advertência até a internação em estabelecimento educacional, passando por semi-liberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, e, segundo suas diretrizes de proteção integral ao menor, devem visar ao retorno do adolescente infrator à convivência harmoniosa em sociedade.

Há pretensão de municipalização das medidas em meio aberto até 2011 (já iniciada, especialmente quanto à prestação de serviços à comunidade), porém, a liberdade assistida vem sendo executada, quase integralmente, por organizações não governamentais, ficando a cargo da Fundação CASA o repasse de recursos financeiros, bem como a supervisão, orientação técnica e capacitação.

Por meio de consulta à relação de Convênios firmados e/ou renovados para o exercício de 2008 enviada pela Fundação Casa, referentes ao Programa 1729 (Atendimento Integral ao Adolescente e Integração das Medidas Sócio-educativas) e Ação 5908 (Revitalização das Parcerias para o cumprimento das Medidas Sócio-educativas), foram selecionadas organizações não governamentais (entidades sociais) incumbidas da prestação do serviço de atendimento aos adolescentes submetidos à medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, no

interior e Região Metropolitana do Estado para verificação "in loco".

As entidades visitadas foram as seguintes:

CONVENIADA	CONVÊNIO 2008	MUNICÍPIO
Fundação CASA		
COMUNIDADE BOM PASTOR	297.000,00	BAURU
CENTRO REGIONAL DE REGISTRO E ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI – BOTUCATU	119.880,00	BOTUCATU
ESQUADRÃO VIDA PARA ADOLESCENTES	31.680,00	CAÇAPAVA
CENTRO DE ORIENTAÇÃO AO ADOLESCENTE DE CAMPINAS-COMEC	147.840,00	CAMPINAS
OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO	297.000,00	CAMPINAS
ASSOCIAÇÃO CUBATENSE DE CAPACITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA – ACCEC	26.100,00	CUBATÃO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOM DÉCIO PEREIRA	183.480,00	DIADEMA
MINISTÉRIO EVANGÉLICO SHEKNAH	302.100,00	GUARUJÁ
SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO DO ROCIO	129.033,00	IGUAPE
ASSOCIAÇÃO NORDESTINA E NORTISTA DE ITANHAÉM	89.280,00	ITANHAÉM
SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (ITAPETININGA)	226.200,00	ITAPETININGA
COMUNIDADE ESPÍRITA CAIRBAR SCHUTEL	82.320,00	MATAO
ASSOCIAÇÃO MOGICRUZENZE PARA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-AMDEM	271.800,00	MOGI DAS CRUZES
ASSOCIAÇÃO ANTONIO CONSELHEIRO DO MUNICÍPIO DE OSASCO	181.395,00	OSASCO
ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES SALESIANOS DE PINDAMONHANGABA	56.595,00	PINDAMONHANGABA
ASSOCIAÇÃO RENASCER	200.070,00	REGISTRO
UNIÃO DE AMIGOS DO MENOR	84.960,00	RIO CLARO
SALESIANOS SÃO CARLOS	470.400,00	SÃO CARLOS ARARAQUARA
LEGIÃO MIRIM DE SÃO MANUEL	183.600,00	SÃO MANUEL
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E BENEFICENTE VALE DA BENÇÃO-AEBVB	98.560,00	SOROCABA
CENTRO SOCIAL SÃO JOSÉ	59.160,00	SOROCABA

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JOSÉ	**92.250,00**	**TAUBATÉ**
ASSOCIAÇÃO JANDIRENSE DE APOIO A ENTIDADES SOCIAIS - AJAES	**27.120,00**	**JANDIRA**
SERVIÇO DE APOIO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA SÓCIO EDUCATIVA - SEAME	**198.000,00**	**PIRACICABA**
Total	**3.855.823,00**	

2.1.1- Principais achados:

2.1.1.1- Seleção das beneficiárias

A maioria das entidades visitadas possui convênios antigos com a Fundação, cujo critério de seleção baseava-se no interesse da entidade em prestar os serviços relativos à medida. Após o Comunicado CTMA 01/2005, passou-se a realizar um pré-cadastramento das interessadas que tenham requisitos para tanto e, surgindo demanda superveniente, contata-se a entidade para celebração do Convênio. Há também a possibilidade de Convite nas localidades em que não haja cadastrados.

2.1.1.2- Cumprimento do conveniado

► Periodicidade dos atendimentos

Constatamos o não cumprimento integral das metas propostas na maioria das entidades visitadas, especialmente quanto à periodicidade dos atendimentos individuais, grupal, acompanhamento de freqüência escolar, visitas domiciliares, etc. Nos Planos de Trabalho, as metas contemplam 100% dos adolescentes. Porém, apesar de dificuldades relatadas em função da realidade de vida dos menores atendidos, o número indicado dos atendimentos é bastante baixo.

Quanto às visitas domiciliares, em algumas localidades houve relato de falta de veículo ou de verba para transporte.

► Plano Individual de Atedimento (PIA)

Cada adolescente atendido possui uma pasta técnica, em que deve ser descrito um plano individualizado de atendimento (PIA), a ser desenvolvido a partir das necessidades e características de cada adolescente, incluindo o trabalho de orientação, encaminhamento à rede de serviços (educação, saúde, assistência social, atividades de lazer e profissionalizantes), encaminhamento ao mercado de trabalho, trabalho junto às famílias, etc.

Ressaltamos que nem em todas as entidades foram verificadas as pastas, todavia, em análise a algumas delas, observamos um procedimento mínimo, padronizado. O preenchimento do Quadro de Ações (integrante do PIA) era efetuado somente no primeiro mês onde foram estabelecidas ações gerais como: providenciar documentos, efetuar matrícula na escola, não evidenciando um programa individualizado para o Assistido. Foi constatado em uma Entidade, por exemplo, que em três casos totalmente distintos um do outro (uma adolescente grávida, um adolescente que cometeu delito por tráfico de drogas e outro por furto) as ações previstas eram: providenciar a documentação e efetuar a matrícula na escola, não sendo constatado um planejamento individualizado conforme preconizado no Caderno de Gestão.

A evolução dos atendimentos também deve ser objeto de relatório detalhado pelos orientadores, porém, em várias das entidades, o que se verifica é um registro reduzido dos atendimentos, sem dados que permitam identificar qual o trabalho realizado e o efeito gerado ao adolescente.

Ressaltamos, porém, que o contrário também acontece em algumas Entidades, em que é o atendimento bem formalizado com indicação dos assuntos abordados, sendo esses, de forma específica, decorrente da realidade do assistido. Assim como verificamos a insistência comprovada (através de visitas domiciliares formalizadas, de relatos de contatos telefônicos) de alguns Orientadores em remarcar o atendimento não ocorrido por algum motivo.

► Auxílios, assistência social e atividades complementares

Notamos que as entidades que possuem relação mais estreita com a rede de serviços e/ ou parceiros, conseguem atender melhor aos adolescentes. Alguns serviços são estendidos também às famílias – atendimento psicológico, tratamento para dependência química, inclusão em programas sociais, etc. Em algumas localidades, há a inclusão dos jovens em atividades esportivas, de lazer, culturais e até profissionalizantes nas próprias entidades.

Todavia, onde não há uma rede ampla de serviços ou não há estrutura para promoção desses na própria entidade, há uma grande limitação no desenvolvimento dos trabalhos e diferenciação de oportunidades quando em comparação àqueles aos quais esses serviços estão à disposição. Antigamente, o Convênio com a Fundação CASA previa a contratação de oficineiro. Hoje, não há mais essa possibilidade.

A capacitação dos orientadores é outro fator de grande peso na qualidade dos serviços prestados. A Fundação CASA fornece capacitação inicial, supervisão dos trabalhos e orientações. Porém algumas entidades buscam outros meios de acumular competências, como, por exemplo, a entidade Salesianos de São Carlos e Dom Décio Pereira, de Diadema, que, através de Convênios com Universidades buscam formação e aprimoramento para seu pessoal. Manter uma equipe multidisciplinar é outro fator que proporciona, através da visão dos profissionais de áreas diversas, melhoria na atuação junto aos adolescentes.

Ou seja, as entidades que incrementam o serviço oferecido com recursos próprios possuem um grande facilitador para a reintegração do assistido ao meio social, haja vista que os recursos repassados pela Fundação Casa limitam a elaboração de atendimento personalizado e não prevêem o desenvolvimento de projetos educacionais, assistenciais (médicas, odontológica), culturais, profissionalizantes. A sua sustentabilidade pode se dar através da busca de parceiros na área pública ou privada, ou ter como mantenedor alguma outra instituição que lhe ofereça recursos materiais, técnicos e financeiros.

2.1.1.3- Índice de Reincidência

O método de apuração do índice de reincidência apresenta falhas que podem não representar a realidade da eficácia da medida sócioeducativa, pois não são considerados:

- os atos delituosos praticados por esses adolescentes em outros exercícios que resultaram em medidas sócioeducativas (ou mesmo em outras medidas). Exemplo: Adolescente que em 2006 cumpriu medida de liberdade assistida e, em 2007, reincidiu.

- aqueles que reincidiram, foram presos, e passaram a integrar o sistema penitenciário por terem atingido a maioridade penal. Exemplo: jovem que cumpriu a medida em 2007 quando tinha 17 anos e em 2008, aos dezoito anos, praticou delito resultando na sua inserção no sistema penitenciário.

2.1.1.4- Fotos de algumas das entidades visitadas

CENTRO SOCIAL SÃO JOSÉ – SOROCABA
Instalações e mural com informações úteis para os adolescentes

ASSOCIAÇÃO DOS COOPERADORES SALESIANOS DE PINDAMONHANGABA – PINDAMONHANGABA
Fachada e sala de atividades com os adolescentes

OBRA SOCIAL SÃO JOÃO BOSCO – CAMPINAS
Sala e quadra em que são realizadas atividades com os adolescentes

LEGIÃO MIRIM DE SÃO MANUEL – SÃO MANUEL
Sede da entidade e sala de reuniões com os adolescentes

2.2– SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Conforme excerto proveniente do Plano Plurianual 2008-2011 – Lei n.º 13.123 de 8 de julho de 2008, "a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas públicas de cunho social, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia de condições mínimas para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sua implementação articula os serviços públicos segundo dois tipos diferenciados de proteção social:

- serviços de proteção social básica – aqueles de caráter preventivo, em situações de violação de direitos, destinados a segmentos da população socialmente vulneráveis, decorrentes de pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social);

- serviços de proteção social especial – os destinados às pessoas em situação de alta vulnerabilidade pessoal e/ou social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, violência, delinqüência, etc. Essa modalidade de proteção subdivide-se em média e alta complexidade.

2.2.1– Proteção Social Básica

O escopo da auditoria delimitou-se à verificação das atividades voltadas às crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais executadas pelas entidades sociais (ONGs) no cumprimento da finalidade, assim entendido como complementação do horário escolar, práticas esportivas, culturais e de lazer, apoio às famílias, capacitação para geração de renda e benefícios eventuais nos termos do plano de trabalho objeto de convênio

bem como a existência de monitoramento e avaliação por parte da SEADS.

Selecionamos, então, as ações 5530- Atenção Básica e 5825 - Atividades de Prevenção a Situações de Risco Pessoal e Social do Programa 3513 - Proteção Social Básica para verificação "in loco".

As entidades visitadas foram as seguintes:

CONVENIADA	CONVÊNIO 2008	MUNICÍPIO
SEADS - Proteção Social Básica		
ASSOCIACAO CRISTA DE MOCOS DE SAO PAULO - Espaço Amigo Enturmando Vila Ré	600.000,00	SÃO PAULO
ASSOCIACAO DE MORADORES DA GLEBA DO PESSEGO - Clube da Turma Parque Ecol. Tietê	480.000,00	SÃO PAULO
CENTRO DE HABILITACAO PROMOVE- Enturmando Vila Penteado	720.000,00	SÃO PAULO
MAMAE - ASSOC. DE ASSIST. À CRIANÇA PEFI - Parque Estadual das Fontes do Ipiranga	768.000,00	SÃO PAULO
MAMAE - ASSOC. DE ASSIST. À CRIANÇA Clube Da Turma Santa Terezinha	1.536.000,00	SÃO PAULO
INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ Espaço Amigo Casa de Cultura Leide Neves	600.000,00	SÃO PAULO
INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ Circo escola Águia de Haia	960.000,00	SÃO PAULO
CASA DE APOIO PASTORAL DA SAUDE DA GRANJA VIANA - Espaço Amigo Todo Dia é Dia	31.798,80	COTIA
NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO À POBREZA PIETER E LOURDINHA - NUEPO	25.368,00	COTIA
LAR SANTA MARIA - Semeando o Futuro	64.178,40	COTIA
ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTO ANTONIO - ASSA - Programa: CCI do Idoso	30.000,00	COTIA
PROJETO ÂNCORA - Espaço Amigo	32.400,00	COTIA
ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE	702.000,00	SÃO PAULO
SERVIÇO SOCIAL BOM JESUS DO PIRAPORINHA - Clube da Turma M'Boi Mirim	2.880.000,00	SÃO PAULO
UNIÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE SETE DE SETEMBRO	1.560.000,00	SÃO PAULO
Total	10.989.745,20	

2.2.1.2– Principais apontamentos da auditoria

2.2.1.2.1– Cumprimento da finalidade prevista na descrição das ações constantes no orçamento do Estado para 2008

Constatamos que todos os projetos selecionados estão desenvolvendo ações voltadas aos segmentos sociais vulnerabilizados – criança, adolescente, idoso, pessoas portadoras de necessidades especiais – por meio de atividades como a complementação do horário escolar, práticas esportivas, culturais e de lazer e apoio às famílias, cursos de capacitação para geração de renda e benefícios eventuais, respeitadas as peculiaridades de cada entidade mantenedora dos projetos sociais cumprindo, portanto, a finalidade descrita no Orçamento Estadual relativo ao exercício de 2008.

2.2.1.2.2– Quanto a rotinas e procedimentos de trabalho documentados e atualizados

– Ausência de acompanhamento e orientação pedagógica pela SEADS (falta de diretrizes aos projetos realizados), assim como falta de capacitação de profissionais do projeto pela Secretaria e de avaliação dos resultados obtidos, ficando a criação de instrumentais, apesar de constar do plano de trabalho, por conta da entidade;

– Ausência de padronização dos atendimentos (cursos oferecidos, quais encaminhamentos realizar de acordo com os casos específicos) e na estrutura de recursos humanos (número de profissionais por atendido é bastante variável);

– Em algumas entidades, há dificuldades no acesso aos locais onde são desenvolvidos os projetos, por falta de transporte de linha ou em muitos casos, não há recurso disponibilizado pela entidade;

– O valor “per capta” repassado e a respectiva contrapartida são bastante discrepantes entre entidades com os mesmos objetivos, e mesmo entre atividades relativamente diferentes, existe uma disparidade relevante, conforme exemplificado a seguir:

Entidade	Projeto	Atividades Desenvolvidas	Per capta recebido
Projeto Âncora	Informática Básica para Jovens	Cursos de Informática	R$ 50,00
Lar Santa Maria	Semeando o Futuro com Adolesc. e Jovens	Orientação Profissional, **Informática**, Jardinagem, Qualidade, Artes Plásticas, Espanhol, Esporte, Cerâmica Utilitária, Comunicação e Teoria Administrativa.	R$ 24,31

2.2.1.2.3- Falta de aderência ao estabelecido no Plano de Trabalho:

Analisando os Planos de Trabalho das Entidades fiscalizadas, constatamos divergências quanto ao previsto e o efetivamente realizado nos seguintes itens:

- Ausência de Monitoramento e Avaliação das Atividades Desenvolvidas: ainda que estabelecidos de formas diferentes entre as Entidades fiscalizadas, constatamos o descumprimento total ou parcial de tais ações na maioria das Entidades visitadas.

A falta de orientação quanto ao estabelecimento de indicadores, quais são os dados necessários para calculá-los e como obtê-los constitui uma das dificuldades encontradas pela maioria das Entidades.

- **Quadro de Recursos Humanos:** conforme testes realizados por amostragem (confrontando a folha de pagamento mais recente e o Plano de Trabalho), constatamos que o quantitativo dos profissionais envolvidos no projeto, estabelecido em cada Plano de Trabalho, encontram-se divergentes do quadro de pessoal atual em algumas Entidades.

- **Endereços das sedes das Entidades:** alguns endereços constantes nos Termos de Convênios respectivos estavam desatualizados.

2.2.1.2.4- Falta de identificação dos principais produtos, indicadores de desempenho e metas organizacionais

Os convênios firmados são padronizados e não estabelecem indicadores de desempenho quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e efetividade uma vez que existe apenas a definição da quantidade do nº. de atendimentos a serem realizados (eficácia).

Existe a obrigatoriedade no Termo de Convênio para que as Entidades executem as ações previstas no Plano de Trabalho respectivo e que neste último consta o item: Avaliação e Monitoramento onde a Entidade informa como irá avaliar o projeto a ser executado. Porém, não supre a deficiência em questão.

2.2.1.2.5- Existência de sistemas de controle adequados, destinados a monitorar, com base em indicadores de desempenho válidos e confiáveis, aspectos ligados à economicidade, à eficiência, à efetividade e à eficácia

Em razão da inexistência de indicadores de desempenho (concernentes à: **economicidade, eficiência e efetividade)** nos convênios celebrados, as entidades mencionam em seu plano de trabalho que irão adotar indicadores passíveis de mensurar o aspecto qualitativo dos serviços que estão sendo prestados mediante aplicação de instrumentais de avaliação elaborados por elas mesmas, entretanto, verifica-se na maioria dos projetos visitados que tal procedimento limita-se a entrevistas e depoimentos voluntários (contudo, sem a tabulação dos dados constituindo, dessa forma, uma avaliação incompleta) e freqüência dos beneficiários nas atividades desenvolvidas (sendo constatado, através de testes por amostragem, um controle frágil), portanto, s.m.j., não conseguem avaliar os aspectos da economicidade, eficiência e eficácia.

2.2.1.2.6- Principais dificuldades enfrentadas na execução dos serviços

As entidades visitadas nos relataram algumas dificuldades que encontram na execução dos serviços, que algumas delas são comuns entre elas e outras específicas, conforme a seguir resumimos:

- Horário das escolas de ensino médio na região é de manhã conflitando com as atividades do projeto, portanto, sobram vagas para adolescentes no período da manhã e há lista de espera no período da tarde (a lista de espera é em torno de 80%). O problema já foi colocado para a SEADS (Entidades: ACM, ICC, Mamãe);

- A quadra de esporte não é coberta, dificultando algumas atividades em virtude do clima (chuva, frio ou muito sol). Questão levada ao conhecimento da SEADS (Entidades: ACM, PROMOVE, ICC);

- Problemas relacionados à segurança pública em torno da Entidade: tráfico e uso de drogas, furto de veículos estacionados, assaltos. A entidade possui vigilância somente à noite. Durante o dia a ronda escolar passa três vezes ao dia, verificando se há algum problema, sempre que necessário é solicitada e são atendidos (Entidade: ACM);

- Falta de apoio financeiro para o transporte dos educandos (Entidade: ACM);
- Falta de funcionários para realizar atividades complementares, como por exemplo: encaminhamentos (Entidade: Associação dos Moradores da Gleba do Pêssego);

- Falta de acompanhamento e orientação pedagógica por parte da SEADS (Entidade: Associação dos Moradores da Gleba Do Pêssego);

- Não há documentação referente à propriedade onde são desenvolvidas as atividades do projeto (Entidade: PROMOVE);

- A SEADS não oferece um instrumental de avaliação dos resultados que estão sendo obtidos com as atividades desenvolvidas, tendo a própria entidade que buscar métodos de avaliação (Entidades: PROMOVE, ICC, Mamãe, Casa de Apoio Pastoral da Saúde da Granja Viana, Assistência Social Santo Antonio, Associação Evangélica Beneficiente, Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha, União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro);

- A não existência de um manual de procedimentos para os atendimentos (Entidades: PROMOVE, Assistência Social Santo Antonio, Projeto Âncora);

- Falta de capacitação dos funcionários por parte da secretaria (Entidades: PROMOVE, Mamãe (PEFI), Casa de Apoio Pastoral da Saúde da Granja Viana, Associação Evangélica Beneficiente, Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha, União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro);

- Espaço físico pequeno (Entidade: PROMOVE);

- Valores salariais baixos em relação ao mercado acarretando a saída de bons funcionários atraídos por melhores salários (Entidade: PROMOVE);

- A freqüência da fiscalização da SEADS vem diminuindo, nos meses de abril e maio não aconteceram (Entidade: PROMOVE);

- Falta de reuniões com outras entidades que desenvolvam o mesmo tipo de projeto e principalmente, manter a atratividade dos jovens no projeto (Entidade: ICC).

- Refeitório é pequeno, havendo conflito com os horários para almoço de quem está chegando e de quem está saído do projeto (Entidade: Mamãe (PEFI));

- Acesso dos atendidos ao Parque é difícil, pois o mesmo localiza-se na Rodovia dos Imigrantes, faltando ônibus de linha para trazê-los (Entidade: Mamãe (PEFI);

- Valor per capta repassado é baixo (Entidades: Casa de Apoio Pastoral da Saúde da Granja Viana, Assistência Social Santo Antonio, Projeto Âncora, NUEPO);

- Falta orientação para as crianças das famílias atendidas, bem como, haver interação entre as demais entidades para que não forneçam cestas básicas ou outra ajuda às mesmas famílias, pois as mesmas tendem a não se esforçar para melhorar (Entidade: NUEPO);

- Ausência de comunicação com a Diretoria de Ensino. Por exemplo, citou o caso do projeto com a Editora Paulus que objetiva o incentivo à leitura (serão distribuídos Kits de livros para as crianças e adolescentes do projeto) cuja intenção da Coordenadora é a de realizar uma parceria com as escolas da região para a divulgação do projeto. Contudo, não encontram um canal fácil de comunicação com a Diretoria de Ensino da região (Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Ausência de diretriz, parâmetros para os Projetos Sociais (Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Dificuldade do Convênio não permitir a compra de equipamentos para as oficinas (Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Dificuldade de mudar o nome da Entidade objetivando conscientizar os moradores da região que não se trata de um "Clube" e sim de um projeto social voltado a atividades sócio-educativas(Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Saída do Acessa São Paulo das dependências do Projeto(Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Dificuldade de não poder realizar oficinas profissionalizantes para os adolescentes (grande demanda da

região) com a verba repassada pelo Estado (Entidade: Serviço Social Bom Jesus do Piraporinha);

- Ausência de espaço para desenvolver outras atividades (Entidade: União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro);

- "Engessamento" do Termo de Convênio na utilização da verba, pois permite gastos com manutenção do prédio, não podendo ser incluídas reformas ou pequenas construções (Entidade: União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro);

- Ausência de parâmetros para atendimentos / coleta de dados estatísticos (Entidade: União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro);

- Impossibilidade de oferecer cursos de qualificação profissional para os jovens e adultos (demanda muito grande na região) (Entidade: União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro).

2.2.1.3- Fotos de algumas das entidades visitadas

- **ENTIDADE: INSTITUTO DA CRIANÇA CIDADÃ**

Sede da Entidade sito na Alameda Olga, 422 – cj.138 – Barra Funda

PROJETO: Circo Escola Águia de Haia

Instalações do projeto: o espaço físico pertence à CDHU.

Atividades desenvolvidas durante nossa visita: informática, circo, dança, educação infantil.

Demais instalações do projeto: sala de artes, costura, percussão, cozinha onde são preparados lanches para os educandos.

- **ENTIDADE: MAMÃE – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE**

Sede da Entidade sito na R.Amador Bueno,249 – Santo Amaro.

PROJETO: Clube da Turma Santa Terezinha

Instalações do Projeto – o espaço físico pertence ao DERSA.

Atividades desenvolvidas durante nossa visita: música, cursos de padaria/confeitaria, informática, de eletricidade industrial, capoeira e educação infantil.

Demais instalações do projeto: piscina (recreação), costura, atividades esportivas.

PROJETO: PEFI –Parque Estadual das Fontes do Ipiranga

Instalações do Projeto – centro de esportes pertencente ao Estado, no interior do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, complexo que abrange o Zoológico, Jardim Botânico, Secretaria da Agricultura.

Instalações do projeto em que são desenvolvidas as atividades: esportivas, curso de padaria/confeitaria, artesanato.

- **ENTIDADE: PROJETO ÂNCORA – PELOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO**

PROJETO: Informática Básica para Jovens

Sede da Entidade sito na Estrada Municipal do Espigão, 1239 em Cotia, SP. A Entidade e o projeto são no mesmo local e o espaço físico pertence à Entidade.

Espaço onde é realizado o curso de informática.

2.2.2- Proteção Social Especial

As entidades visitadas foram as seguintes:

CONVENIADA	CONVÊNIO 2008	MUNICÍPIO
SEADS - Proteção Social Especial		
ASSOCIAÇÃO ASSINDES - SEMIG	1.692.000,00	SÃO PAULO
SOCIEDADE PRÓ-MORADIA SÃO VICENTE DE PAULO	600.000,00	SÃO PAULO
LAR ESCOLA RAFAEL MAURÍCIO	600.000,00	BAURU
APAE - BAURU	144.000,00	BAURU
FUNDAÇÃO PADRE EMÍLIO IMMOS	840.000,00	AVARÉ
CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS FILHAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA	347.652,20	CAMPOS DE JORDÃO
SANATÓRIO NOSSA SENHORA DAS MERCES	366.966,00	CAMPOS DE JORDÃO
LAR MÃE DO DIVINO AMOR	564.000,00	SÃO PAULO
LAR ESCOLA CAIBAR SCHUTEL	360.000,00	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E BENFICENTE REFÚGIO - AEBR	90.000,00	SOROCABA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E BENEFICENTE VALE DA BÊNÇÃO	439.200,00	ARAÇARIGUAMA
PEQUENO COTOLENGO DOM ORIONE - ORIONÓPOLIS	324.000,00	COTIA

GRUPO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CASA DE EMMANUEL - LAR E FRATERNIDADE	84.240,00	COTIA
ADIANTE - ASSOCIAÇÃO INCENTIVO AO NÚCLEO DE TRABALHOS ESPECIAIS	14.400,00	OSASCO
LAR IRMÃ AMÁLIA SOB PATR. DE SÃO JOSÉ	44.100,00	TAUBATÉ
INST. MATER DEI DAS PEQUENAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DA CARIDADE LEITO DIA S. MATEUS	360.000,00	SÃO PAULO
ASILO DE S. VICENTE DE PAULA	70.000,00	MONTE ALTO
LAR VICENTINO DE PARAIBUNA	45.000,00	PARAIBUNA
LAR S. VICENTE DE PAULO DE CRAVINHOS	30.000,00	CRAVINHOS
ASSOC. STA RITA DE CÁSSIA	40.000,00	CAPIVARI
LAR SÃO NICOLAU	26.220,00	AVARÉ
FUNDAÇÃO SANATÓRIO SANTA CRUZ	405.594,00	CAMPOS DO JORDÃO
CASA SÃO FRANCISCO DE IDOSOS DECEAS	25.200,00	TAUBATÉ
ASILO SÃO VICENTE DE PAULO	40.000,00	ITATIBA
APAE ITATIBA	40.000,00	ITATIBA
LAR MÃE DO DIVINO AMOR(Desp.Capital)	50.000,00	SÃO PAULO
Total	7.642.572,20	

2.2.2.1- Principais achados:

2.2.2.1.1- Proteção Social Especial (Despesas de Capital)

a) Escolha das entidades

No âmbito da SEADS, somente houve auxílios a entidades sociais no Programa 3513 (Proteção Social Básica), na ação 1825 (Implantação de equipamentos sociais).

Os auxílios foram feitos por convênio, desta forma, dispensando a exigência de lei específica (art. 26 da LRF). Entretanto, resta a menção de que LDO 2008, cujo art. 31 simplesmente remete a artigos e normas em vigor e de aplicação obrigatória, não estabelece demais condições e exigências para transferências a entidades privadas, conforme preconizado no art. 4, I, f, da LRF.

Os auxílios(despesas de capital) são tratados como resultantes de "emendas parlamentares" no que concerne à seleção da entidade e ao objeto do convênio.

b) Ausência de parecer técnico

A Resolução SEADS-09 de 20/08/07 dispensa o parecer técnico sobre o objeto do Convênio, avocando ao Secretário Adjunto esta atribuição, suprimido pela aprovação do Plano de Trabalho. Todavia, o Parecer Técnico é indispensável para a transparência na celebração do ajuste e para a demonstração da conveniência e oportunidade da celebração pretendida para a Administração Pública, conforme dispõe o próprio art. 2º, III, "1", da Resolução citada, preservando o Erário da má utilização de recursos públicos.

c) Distribuição dos recursos:

- a destinação de recursos para despesas de capital prescinde de pressupostos técnicos, tendo em vista:

- o cotejo com os índices de vulnerabilidade social e de desenvolvimento humano dos municípios[17];
- a falta de critério de partilha de recursos;
- a ausência de parecer técnico emitido pela DRADS (rito especial com avocação da SEADS);
- os investimentos ocorrem sem considerar contrapartidas em serviço (retorno) ao público-alvo dos Programas de Proteção Social, ainda que sob âmbito municipal ou federal. Ademais, algumas entidades contaram com investimentos sucessivos, a partir de 2006, apontando para necessidade do retorno social aos beneficiários pretendidos pelas leis orçamentárias;
- As aquisições não atendem necessariamente as prioridades das entidades - por exemplo, a entidade Lar Vicentino Paraibuna, parceira no programa de proteção social especial da SEADS recebeu verba específica em 2008 e realizou a compra de um segundo veículo. Porém, apenas o Presidente é habilitado para condução destes e, por não possuírem motorista, costumam recorrer a serviços de táxi para condução de abrigados aos hospitais. De outro lado,

[17] - As entidades do município de São José do Rio Preto - cujo índice FIRJAN é o maior, classificado em sétima dentre 5.559 municípios e no rol de 4% das cidades com desenvolvimento alto - foram as que mais receberam recursos, 11,37% do total;

- enquanto em São José do Rio Preto dezesseis entidades e em Barretos catorze entidades foram beneficiadas; em São Paulo, quatro entidades receberam 7,60% do total;

- 53,42% dos municípios com entidades beneficiadas apresentam índice FIRJAN de alto desenvolvimento humano.

o projeto para demolição e reconstrução de parte do prédio, necessário para melhor abrigar seus beneficiários, está parado.

2.2.2.1.2- Proteção Social Especial (Despesas de Custeio)

A presente auditoria teve como objetivo avaliar a adequação da prestação de serviços da rede socioassistencial às normas e diretrizes da Política de Assistência Social e o comprometimento da SEADS para avaliar a fiscalização e qualificação dos atores da mesma rede. Ao final dos trabalhos, sistematizamos os achados pelos seguintes aspectos:

a) Aspecto Legal e/ou Orçamentário

1. o plano de trabalho da entidade "LAR ESCOLA RAFAEL MAURÍCIO" está em desacordo com o art. 116 da Lei 8.666/93, por não contemplar o plano de aplicação dos recursos e o cronograma de desembolso;

2. o custeio da entidade "Adiante Associação Incentivo ao Núcleo de Trabalhos Especiais" não ficou caracterizado como serviço de Proteção Social Especial;

3. irregularidades apontadas pela DRADS na prestação dos serviços conveniados pelo LAR SÃO NICOLAU em Avaré, com possível descumprimento do art. 94 da Lei 8.069/90(ECA), bem como inadimplência noticiada no co-financiamento pelo município de Avaré;

b) Aspecto Operacional

- Rede Socioassistencial

4. os planos de trabalhos são elaborados de maneira não padronizada, ainda que sob mesmo gestor, e apreciados pela SEADS, comprometendo o controle em relação às atividades, ao quadro de pessoal e, conseqüentemente, ao padrão-atendimento oriundo da intervenção social;

5. celebração de convênio com entidade cujo quadro era exclusivamente voluntário;

6. o quadro de pessoal é diferenciado e não padronizado, inclusive em relação à equipe técnica de referência mínima(assistente social, psicólogo), à proporção de usuário

por profissional referenciado, bem como à carga horária, entre as entidades de mesmo público alvo;

7. os Planos de Trabalho não contemplam a capacitação de recursos humanos no Plano de aplicação ou Cronograma Financeiro de Desembolso;

8. existência de boas práticas no tocante a formalização de: i) equipe mínima com número de funcionários, função e carga horária, de acordo com público alvo e número de usuários atendidos e ii) sistema de avaliação baseado em indicadores de resultado e/ou impacto com respectivos instrumentais;

– Quadro de pessoal

09. Comparando-se a destinação do quadro de pessoal das vinte e seis DRADS, observou-se, apesar da possibilidade de saneamento com as nomeações ocorridas até 17.03.2009: i) distribuição desproporcional do quadro de pessoal em fiscalização de entidades e municípios com relação ao quadro total de funcionários; e ii) distribuição desproporcional de trabalho entre as DRADS, medida pelo número de municípios, entidades e vagas conveniadas em relação ao quadro de funcionários em fiscalização.

2.2.2.2– Fotos das Entidades Visitadas, Público-Alvo e Obras/Aquisições

Lar Mãe do Divino Amor

Ala feminina do Abrigo/Casa Lar

Ala masculina do Abrigo/Casa Lar

Asilo São Vicente de Paulo

Dormitórios e abrigados

Aquisições provenientes de auxílios anteriores

APAE – Itatiba

Obras em andamento (Auxílio 2008)

Lar Vicentino Paraibuna

Panorâmica da entidade

Ala reformada: dormitórios, banheiros e refeitório

Aquisições (Auxílio 2008)

Asilo São Vicente de Paula – Monte Alto

Panorama da entidade

Aquisições (Auxílio 2008)

2.3- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Através da CODEAGRO - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios do Estado de São Paulo, a Secretaria desenvolve o programa Segurança Alimentar, composto de quatro ações: VIVALEITE, Bom Prato, Operacionalização do Sistema de Informações do Programa Segurança Alimentar e Ações integradas em Segurança Alimentar. Nas duas primeiras há a participação de ONGs em sua execução.

A seguir relatamos sobre a ação do Bom Prato, sendo que os achados relativos à ação do VIVALEITE estão sendo tratados no item 4.1, tendo em vista que além das ONGs há a participação, também, de Prefeituras Municipais, quando a distribuição do leite ocorre no interior.

2.3.1- Bom Prato:

A ação consiste na implantação e operação de restaurantes populares para o fornecimento de uma refeição diária (almoço) contendo 1.600 calorias e balanceada, com o custo ao usuário de R$ 1,00. Crianças com idade até 6 anos não pagam. O público alvo é a população de baixa renda em circulação em grandes centros urbanos. O programa, porém, não impõe parâmetros para definir quem considera de baixa renda ou controles quanto ao atendimento deste requisito, sendo livre a utilização pela população.

Atualmente, são 30 restaurantes, operacionalizados por organizações não governamentais (ONGs) conveniadas para este fim, cuja execução é direta ou indireta (através de terceirização), subsidiados pelo Estado no valor de R$ 2,25 por refeição. No caso de crianças até 6 anos, o subsídio se dá no valor integral da refeição, R$ 3,25 (não pagantes).

A CODEAGRO é responsável por fiscalizar o serviço prestado em seus diversos aspectos: qualidade da refeição, atendimento a normas da Vigilância Sanitária, atendimento ao público e quantidade de refeições servidas, mediante a prestação de contas mensal, para realizar o repasse do subsídio. Há uma cota de refeições a serem servidas diariamente pelos restaurantes, da qual até 10% pode ser direcionada às crianças não pagantes. Esta cota é estipulada como limite do repasse.

Entidades visitadas:

CONVENIADA	CONVÊNIO 2008	MUNICÍPIO
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – BOM PRATO		
CENTRO SOCIAL SÃO CAMILO	714.400,00	SOROCABA
MISSÃO SEDE SANTOS	667.400,00	TAUBATÉ
CRAMI SANTO ANDRÉ	695.859,00	SANTO ANDRÉ
ASSOCIAÇÃO DA CASA DOS DEFICIENTES DE ERMELINO MATARAZZO	893.000,00	SÃO PAULO
APS – ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SAÚDE	473.309,50	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS TRESE PAIS – LAR DA CRIANÇA FELIZ	1.075.125,00	CAMPINAS
ENTIDADE AME – VILA FACCHINI	688.550,00	SÃO PAULO
CENTRO DE ATENDIMENTO BIOPSICOSOCIAL MEU GURI – LIBERDADE	620.400,00	SÃO PAULO
VILA PONTE NOVA – INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL SÃO VICENTE	1.159.358,00	SÃO VICENTE
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTRELA DO MAR – APASEM	578.100,00	SANTOS
COORDENAÇÃO REGIONAL DE OBRAS E PROMOÇÃO HUMANA – CROPH – SANTANA	718.630,00	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO ASSINDES – SEMIG – MOOCA	707.350,00	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO DA CIDADANIA – ABRACCI – ERMELINO MATARAZZO	1.071.600,00	SÃO PAULO
CONS. METROP. DE S.J.C. DA SOC SÃO VICENTE DE PAULO	477.050,00	S. JOSÉ CAMPOS
INSTIT. NAC. DE DESENV. SOCIAL E CULTURAL – INDESC	788.425,00	JUNDIAÍ
Total	22.738.564,00	

2.3.1.2– Principais achados:

Constatamos que as refeições servidas pelos restaurantes, no geral, seguem um bom padrão de qualidade. A CODEAGRO mantém uma fiscalização atuante, contínua e detalhada quanto à elaboração e observância dos cardápios mensalmente, higiene e cumprimento de normas quanto ao armazenamento, manuseio e preparo dos alimentos, boas condições das instalações e atendimento e contagem periódica de refeições servidas em determinado dia, visando à confirmação do número de atendimentos indicado pela entidade, já que o repasse do subsídio corresponde ao total de refeições indicado no relatório de prestação de contas extraído do sistema de leitura dos cartões entregues aos usuários quando da aquisição da refeição, ao valor unitário de R$ 2,25 por adulto atendido ou R$ 3,25 por criança de até 6 anos de idade.

Em que pese a qualidade dos serviços prestados, detectamos as seguintes ocorrências na execução do projeto:

2.3.1.2.1– Pontos fortes

- Em geral, boa qualidade da refeição servida, balanceada e saudável;
- Higiene no manuseio dos alimentos e nas instalações;
- Proximidade da CODEAGRO com a execução do serviço, através da contínua e detalhada fiscalização;
- Geração de empregos diretos na execução do serviço, em torno de 12 a 20 vagas por unidade.

2.3.1.2.2– Pontos fracos

- Falta de medidas que vinculem o projeto com o objetivo de incentivo à produção alimentícia previsto no PPA;
- Falta de definição objetiva de quem será o público alvo, bem como indicadores que identifiquem, dentre os freqüentadores, em que percentual os restaurantes atendem a esse público;
- Falta de ações complementares visando a atender com maior fidelidade ao público alvo do projeto;
- Falta de ações para aproveitamento da estrutura para inserção de outras ações de caráter social, salvo exceção de poucas entidades;
- Possibilidade de concorrência indevida com a iniciativa privada, dependendo do local de implantação, em virtude de estar abertos a toda a população;
- Implantação em bairro residencial, com cara estrutura para atender famílias nele residentes, sendo a ação inadequada para atender às necessidades de melhoria da qualidade de vida e expectativa de futuro digno;

- Leitora óptica dos cartões desvinculada de catracas que permitam o acompanhamento da contagem das refeições pelos usuários;
- Existência de irregularidades quanto aos Convênios:

  – Falta de capacidade técnica de grande parte das conveniadas, que necessitam terceirizar toda a execução do serviço, bem como algumas deixam de participar ativamente da operacionalização do objeto dos convênios caracterizando como atividade privada, em vez de social;

  – Falta de indicação no plano de trabalho da finalidade dos aportes da entidade previstos, bem como ausência de comprovação de sua existência;

  – Prestação de contas realizada apenas pela impressão do relatório de contagem das refeições, sem planilhas de custo da atividade no mês e sem documentação de despesa;

  – Recursos excedentes utilizados pelas instituições em finalidades diversas da conveniada, sem abatimento no repasse seguinte e sem a possibilidade de controle e/ ou fiscalização pelo Estado;

2.3.1.3– Fotos de algum dos restaurantes BOM PRATO

Restaurante em Santana – São Paulo

Restaurante em Santos

Restaurante em São Vicente – Bairro Quarentenário

Restaurante em Jundiaí

2.4- SECRETARIA DA SAÚDE

Com vistas a verificar a eficiência e o impacto social da implementação dos indicadores governamentais contidos no Orçamento do exercício de 2008, escolhemos o Programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP.

Para tanto, dentro deste programa foi adotada pelo orçamento, a ação 4849 - Apoio Financeiro a Entidades Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo, cuja meta para o exercício de 2008, constante da Lei Orçamentária Anual é firmar 1.501 convênios e termos aditivos.

CONVENIADA	MUNICÍPIO	VALOR EMPENHADO[18]
SECRETARIA DA SAÚDE		
AMA - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO AUTISTA	SÃO PAULO	80.000,00
CENTRO DOS HEMOFÍLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	400.000,00
CASA DE DAVID - TABERNÁCULO ESPÍRITA PARA EXCEPCIONAIS	SÃO PAULO	922.000,00
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS HOSPITAIS SOROCABANA	SÃO PAULO	2.047.040,00
AACD - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE	SÃO PAULO	406.470,00
LAR ESCOLA SÃO FRANCISCO	SÃO PAULO	488.914,00
FUNDAÇÃO OSWALDO RAMOS	SÃO PAULO	4.022.257,27
COLSAN - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE COLETA DE SANGUE	SÃO PAULO	4.006.636,00
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	SÃO PAULO	962.500,00
SOCIEDADE DE SERVIÇO SOCIAL	SÃO PAULO	45.150,00
UNIÃO SOCIAL CAMILIANA	SÃO PAULO	17.150,00
INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	SÃO PAULO	33.600,00
INSTITUTO AFRO-BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	SÃO PAULO	3.150,00
INSTITUTO SUMARÉ DE ENSINO SUPERIOR	SÃO PAULO	24.850,00
CENTRO INFANTIL DE INVESTIGAÇÕES HEMATOLÓGICAS DR. DOMINGOS A. BOLDRINI	CAMPINAS	9.747.700,50
FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN	CAMPINAS	385.000,00

[18] Valor empenhado até dezembro/2008 (Fonte 1 – Tesouro)

CENTRO DE ESTUDOS LABORATÓRIO DE APTIDÃO FÍSICA DE SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL	1.101.400,00
IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DIADEMA	DIADEMA	115.000,00
CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ	GUARULHOS	1.557.000,00
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS JOSÉ E MARIA	GUARULHOS	416.000,00
FUNDAÇÃO ÍTALO BRASILEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO – FUNDAÇÃO GALILEO	SANTOS	1.560.000,00
IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO	SUZANO	2.250.000,00
IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	3.298.037,00
SOCIEDADE CAMPINEIRA	CAMPINAS	1.797.000,00
ORGANIZAÇÃO SULSANCAETANENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	SÃO CAETANO DO SUL	4.200,00
UNIFEC – UNIÃO PARA FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA DO ABC	SANTO ANDRÉ	18.894,00
FEFISA – CENTRO EDUCACIONAL JOÃO RAMALHO	SANTO ANDRÉ	4.550,00
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PRESIDENTE KENNEDY	GUARULHOS	15.148,50
PIONEIRA EDUCACIONAL	TABOÃO DA SERRA	51.800,00
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE BAURU	BAURU	8.923.023,00
IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DO JAHU	JAÚ	2.161.319,62
FUNDAÇÃO DOUTOR AMARAL CARVALHO	JAÚ	3.009.518,70
INSTITUTO EDUCACIONAL ALVORADA DO SABER	SÃO PAULO	6.230,00
Total		49.881.538,59

2.4.1– Principais Achados

Podemos concluir, de um modo geral, que as Entidades visitadas têm atuado de maneira muito satisfatória. Entretanto, o maior problema enfrentado por elas é a falta de recursos financeiros, sendo que algumas entidades necessitam de mais equipamentos, novas instalações e reformas para melhor atender aos beneficiários.

Constatamos que o CENTRO DE ESTUDOS LABORATÓRIO DE APTIDÃO FÍSICA DE SÃO CAETANO DO SUL – CELAFISCS encontra-se em situação cadastral irregular; porém, já estão adotando as providências para a regularização.

Verificamos, também, que na IRMANDADE SANTA CASA DE SUZANO a ausência de médicos que deveriam estar prestando atendimento.

2.4.2- Fotos das entidades visitadas:

CENTRO DOS HEMOFÍLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto da ação estadual: Serviços de fisioterapia em pacientes hemofílicos

Valor recebido da Secretaria da Saúde do Estado até maio/2008: R$ 400.000,00

Número de atendimentos pelo convênio com a Secretaria da Saúde do Estado: aproximadamente 25 a 30 atendimentos por dia

Número de pessoas beneficiadas pelo convênio com a Secretaria da Saúde do Estado: aproximadamente 130 pacientes

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS HOSPITAIS SOROCABANA

Objeto da ação estadual: disponibilização de 30 vagas para internação hospitalar

Valor recebido da Secretaria de Saúde do Estado e do Tesouro do Estado até maio/2008: R$ 1.230.262,53

Número de pessoas beneficiadas pelo convênio com a Secretaria da Saúde do Estado: tomando como base o mês de maio/2008, a ocupação diária variou de 6 a 21 leitos e apresentou uma média mensal de 12 leitos ocupados. Segundo informações verbais, o Convênio prevê a ocupação de 30 leitos.

COLSAN – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE COLETA DE SANGUE

Objeto da ação estadual: coleta de sangue no Hospital Heliópolis, no Hospital Ipiranga e no Hospital Mendes de Barros, com atividades de Banco de Sangue e Distribuição.

Valor recebido da Secretaria da Saúde do Estado até maio/2008: R$ 556.590,00

Número de atendimentos pelo convênio com a Secretaria da Saúde do Estado: aproximadamente 1227 pessoas beneficiadas mensalmente.

2.5– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Na Secretaria da Educação, com a finalidade de verificação da atuação das entidades do Terceiro Setor, dentre os diversos programas constantes do Plano Plurianual (2008–2011), selecionamos as ações 5143 – Inclusão de Jovens e Adultos (Funcional Programática: 12.366.0803.5143) e 5156 – Atendimento Educacional Especializado (Funcional Programática: 12.367.0803.5156) do Programa 0803 – Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental para verificação "in loco".

As ações estão distribuídas na Secretaria da Educação da seguinte forma:

Funcional Programática:12.366.0803.5143 – EJA	
08001–Administração Superior Secretaria e Sede	R$ 6.590.330
08008–Coord. de Estudos e Normas Pedagógicas	R$ 808.785
Total orçado – 2008	**R$ 7.399.115**
Funcional Programática:12.367.0803.5156 – Educação Especial	
08001–Administração Superior Secretaria e Sede	R$ 2.107.298
08006–Coord.Ensino Reg.Metropolitana Gde S.P.	R$ 6.791.708
08007–Coordenadoria de Ensino do Interior	R$ 59.579.218
08008– Coord. De Estudos e Normas Pedagógicas	R$ 5.000.000
Total orçado – 2008	**R$ 73.578.224**

2.5.1– Educação Jovens e Adultos – EJA

A Secretaria da Educação firmou Convênios com quatro Organizações Não Governamentais para descentralizar a alfabetização de Jovens e Adultos no Estado – 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

As ONGs conveniadas são as seguintes:

CONVENIADA	MUNICÍPIO	NÚCLEOS CONVENIADOS	CONVÊNIO 2008
IBEAC–INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO QUEIROZ FILHO	SÃO PAULO	338	2.896.660,00
ITD–INSTITUTO TECNOLÓGICO DIOCESANO SANTO AMARO	SÃO PAULO	350	2.999.500,00
CONSELHO COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL DA GRANDE SÃO PAULO	SÃO PAULO	400	3.428.000,00
COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO	SÃO PAULO	450	3.856.500,00
TOTAL		1.538	13.180.660,00

Cada uma dessas ONGs recebe recursos do Estado e distribui a Conselhos Regionais a administração e supervisão de cerca de 50 núcleos de ensino, os quais são responsáveis por selecionar os educadores, dar suporte por meio de visita de coordenadores (cada qual responsável por 10 a 20 núcleos), realizam reuniões pedagógicas para orientação e planejamento das aulas, etc. As ONGs conveniadas, além de repassar os recursos, fornecem capacitação mensal aos educadores e coordenadores vinculados aos Conselhos.

As atividades são desenvolvidas em núcleos, ou seja, salas de aulas localizadas em igrejas, salões cedidos, escolas estaduais, associações de bairros divididos por região da Grande São Paulo e São Paulo, bem como, em alguns municípios mais distantes da capital.

As aulas são ministradas por monitores no período de duas horas de 2ª a 5ª feira, sendo a 6ª feira reservada para reuniões pedagógicas com os coordenadores.

No período de 25/11 a 09/12/2008, procedemos a visitas a dois Conselhos Regionais – o Conselho Curuçá e o Conselho Ferraz de Vasconcelos (ambos vinculados à entidade conveniada Comunidade Kolping São Francisco) e a 18 (dezoito) núcleos educacionais, onde são ministradas as aulas, dos quais, apenas 10 (dez) educadores estavam presentes no momento.

Nos núcleos abaixo, não conseguimos realizar entrevista com os respectivos educadores:

ONG responsável	Núcleo/ Endereço	Motivo
Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC	-Av. Getúlio Vargas, 904 – Poá -R. Joaquim Araújo Novaes, 741 – Espaço Rejuvenescer – Vila Mont Serrat – Cotia -R. Salomão Dana, 10 – Ponte Rasa – São Paulo -R. Geraldo Araújo dos Santos, 189 – Taboão da Serra -R. Exacta, 51 – Jd. Leonor – Cotia	Local fechado no horário da visita Transferido para outro local, embora não soubessem o endereço atual. Educadora tinha consulta médica no horário da aula. No dia da visita não havia aula A aula havia acabado de ser encerrada

Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases	-R. São Paulo, s/nº - Poá -R. Minas Gerais, 551 - Morro Branco - Itaquaquecetuba -R. Itabuna, 254 - Itaquaquecetuba	-Encerramento das atividades do ano -Encerramento das atividades do ano -Educadora não estava ministrando aulas por estar em período de licença maternidade

Listamos a seguir os núcleos visitados em que constatamos a existência de aulas:

ONG responsável	Núcleo/ Endereço
Comunidade Kolping São Francisco de Guaianases	-R. Pedro Soares de Andrade, 465 - São Miguel Paulista - São Paulo -R. Benjamim Capusso, 6 - Vila Curuçá - São Miguel Paulista - São Paulo -R. Taubaté, 594 - Monte Belo - Itaquaquecetuba -R. Getúlio Vargas, 250 - Centro - Ferraz de Vasconcelos
Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC	-R. Profª. Ernestina Loureiro de Miranda, 322 - Burgo Paulista - São Paulo -R. Benedito Ferreira das Dores, 289 - Vila Santa Catarina - Cotia -R. Agenor de Brito, 15 - Vila São Francisco - São Paulo -R. Anacê, 939 - Campo Limpo - São Paulo -R. Prof. Sílvio Dante Bertacchi, 505 - Vila Sônia - São Paulo -R. Primavera da Vida, 2-B - Vila Robertina - São Miguel Paulista - SP

2.5.1.1- Pontos em comum apontados pelos entrevistados:

- Queixas sobre a baixa remuneração, em contraste com o nível de responsabilidade e comprometimento exigido;

- Sentimento de realização pessoal e gratificação pelo reconhecimento dos alunos;

- Alguns núcleos atendem portadores de necessidades especiais, com deficiências tanto físicas quanto mentais,

mas não há capacitação específica para lidar com estes alunos. No decorrer das entrevistas, fomos informados que há grande procura deste público, uma vez que muitas entidades especializadas como APAE, AACD, etc. os atendem apenas até os 18 (dezoito) anos de idade;

- Necessidade de material didático para os alunos, já que muitos não têm condições financeiras para adquiri-los;

- Necessidade de verba para cópias xerográficas e aquisição de materiais como papéis para colagem, cola, etc. Em alguns casos, os educadores arcam com custos de materiais para utilização nas aulas.

2.5.1.2- Divergências e falhas constatadas por nossa auditoria:

- Nos convênios há a previsão de verba para material didático. Notamos, entretanto, que a distribuição não é uniforme. Alguns núcleos recebem material para ser usado pelos alunos em sala de aula; outros, não;

- A remuneração recebida pelos educadores e coordenadores pedagógicos varia e alguns relatam que há a retenção de uma parcela dessa verba, tanto na ONG conveniada quanto nos Conselhos Regionais;

- Os horários e endereços das aulas informados pelas entidades não estão atualizados;

- Insuficiência de supervisão do Estado nos núcleos, tanto para constatação do regular funcionamento dos 1.538 núcleos conveniados quanto para verificação da qualidade das aulas ministradas. Impossibilita ainda a aferição das metas estabelecidas no orçamento quanto ao número de jovens e adultos alfabetizados. Em 2008, a supervisão limitou-se à prestação de contas pelas entidades;

- Necessidade de melhoria na divulgação dos núcleos junto à comunidade;

- O local para ministrar as aulas, muitas vezes, é providenciado pelo próprio educador, motivo pelo qual nem sempre é adequado, pois acabam utilizando o mesmo espaço de outras atividades;

- Ausência de padronização dos recursos dentro da entidade, pois, em algumas, as quantidades de profissionais

envolvidos são bem diferentes, assim como alguns dos valores pagos aos mesmos. Por exemplo, o Plano de Trabalho da entidade ITD – Instituto Tecnológico Diocesano de São Amaro prevê o valor de R$ 12.300,00 para o salário do Coordenador Geral, enquanto nas demais, o valor é em torno de R$ 1.800,00;

- Falta de indicadores de desempenho – não existe nas entidades o acompanhamento de quantos alunos conseguiram ingressar na 5ª série. Aliás, muitos alunos já aptos a cursarem o ensino supletivo preferem permanecer no projeto de alfabetização, principalmente os idosos, pois, na maioria dos bairros visitados, as escolas ministram o ensino supletivo somente no período noturno;

- Influências de campanhas políticas – tivemos relato de um grande índice de evasão de aunos para outros núcleos, em que eram oferecidas cestas básicas para os freqüentadores no período pré-eleitoral. Em Itaquaquecetuba, também verificamos forte influência política de uma candidata a Vereadora em pelo menos três núcleos objeto de nossa visita (porém não entrevistadas as responsáveis, que já haviam encerrado as atividades do ano).

2.5.1.3– Boas Práticas

O Instituto Diocesano de Santo Amaro apresentou-nos relatórios destinados ao controle e à avaliação dos coordenadores, monitores, conteúdo das aulas, à demanda atendida, reuniões pedagógicas e encontros pedagógicos. Consistem, s.m.j., em instrumentos importantes para um constante aprimoramento da ação executada. Foram-nos disponibilizados os seguintes relatórios (arquivados na seção):

– **Avaliação Mensal de desempenho dos coordenadores**, que aborda freqüência, postura, preparo, reuniões realizadas, núcleos acompanhados, número de visitas realizadas, média de visitas aos núcleos, pauta de reunião pedagógica, pontualidade na entrega dos relatórios e exatidão na confecção dos relatórios;

–**Relatório de Acompanhamento Pedagógico do Coordenador**,

–Relatório Geral de Acompanhamento Pedagógico: tabulação dos dados constantes no Relatório de Acompanhamento do Coordenador;

–**Resumo Mensal Geral dos Relatórios de Acompanhamento Pedagógico/ Visitas realizadas no mês:** tabulação dos dados constantes no Relatório de Acompanhamento do Coordenador;

–**Controle das Pautas das Reuniões Pedagógicas dos Coordenadores com seus respectivos monitores** contendo as seguintes informações: temas propostos e lista de presença dos monitores;

–**Relatório do resumo das reuniões pedagógicas:** tabulação dos dados constantes das pautas acima descritas sendo avaliados (em: ótimo, bom e regular) os seguintes critérios: preparação da reunião, conteúdo abordado, formação do monitor, aplicabilidade na sala de aula e orientações administrativas;

–Controle de freqüência nos encontros de capacitação de educadores;

–**Controle de presença dos coordenadores nos Encontros Pedagógicos com as respectivas pautas;**

–Relatório Mensal de atendimento à Demanda contendo as seguintes informações: alunos atendidos, evadidos, transferidos e matriculados no mês, freqüência, nível de escolaridade e quantidade de núcleos.

2.5.1.4– Fotos das entidades e núcleos em que são desenvolvidas as atividades:

INST. BRAS. DE ESTUDOS E APOIO COM. QUEIROZ FILHO – IBEAC

Sede da Entidade– Av.Dr.Arnaldo,nº 2083 – Sumaré

INST. TECNOLÓGICO DIOCESANO STO AMARO-ITD

Sede da Entidade: R.Cel.Conrado Siqueira Campos,nº 68 - Brooklin

CONS. COM. DE EDUC., CULT. E AÇÃO SOC.GDE SP

Sede da Entidade: R.José de França, nº 106 - S. Miguel Paulista

COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO

Sede da Entidade: R.Antonio Tadeo, nº 59-V. Ferreira/Guaianases

Núcleo situado à Av. Getúlio Vargas, 904 – Poá

Núcleo situado à rua Minas Gerais, 551 – Morro Branco – Itaquaquecetuba

Núcleo situado à rua Itabuna, 254 – Itaquaquecetuba

Núcleo situado à rua Salomão Dana, 10 – Ponte Rasa – São Paulo

Instalações do núcleo de São Miguel Paulista (Vila Curuçá)

2.5.2- Educação Especial

A ação governamental em análise desenvolve-se mediante convênios celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação e Organizações não Governamentais visando à promoção do atendimento de educandos portadores de necessidades especiais, decorrentes de deficiências física, mental, auditiva, visual, múltipla ou com condutas típicas de síndromes com comprometimentos severos, cuja situação não permita a integração em classes comuns do ensino regular, conforme Plano de Trabalho.

Cabe à Secretaria aprovar o quadro docente da entidade. Encaminhar alunos não integrados nas classes comuns, repassar os recursos financeiros e acompanhar a execução do Convênio firmado.

O quadro abaixo arrola as entidades visitadas:

CONVENIADA	MUNICÍPIO	ALUNOS MENSAIS CONVENIADOS	CONVÊNIO 2008
APRAESPI-ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES	RIBEIRÃO PIRES	474	969.804,00
AMAS-ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL DE SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL	65	132.990,00
ARIL-ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO INFANTIL LIMEIRENSE	LIMEIRA	134	274.164,00
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS ALUNOS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PASSO A PASSO	PIRACICABA	40	81.840,00
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PIRACICABA	PIRACICABA	390	797.940,00
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS ESPECIAIS BEM TE VI	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	60	122.760,00
A.S.I.N.-ASSOCIAÇÃO PARA SÍNDROME DE DOWN	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	77	157.542,00
JAM-JACAREÍ AMPARA MENORES	JACAREÍ	224	458.304,00
INSTITUTO SEVERINO FABRIANI	SÃO PAULO	202	413.292,00
APIECE	BAURU	54	108.484,00
ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO CRIANÇAS LIMITADAS "LUMEN ET FIDES"	PRESIDENTE PRUDENTE	71	145.266,00
ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO AOS CEGOS	PRESIDENTE PRUDENTE	92	92.070,00
Total			3.754.438,00

2.5.2.1- Principais dificuldades apontadas pelas entidades:

► Não há verba para contratação de profissionais da saúde para apoio terapêutico dos alunos (médico, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e fonoaudiólogo);

► Os Convênios não atendem a toda a demanda, motivo pelo qual há filas de espera e atendimento acima da capacidade contemplada em grande parte das instituições;

► Valor per capita prevê a permanência para apenas um período, mas algumas crianças permanecem o dia inteiro na entidade;
► Falta de verba para o transporte dos alunos, assim como para aquisição de computadores, construção de quadra poliesportiva, etc.;

► Há previsão na Lei de Diretrizes Básicas da Educação para inclusão obrigatória na rede regular de ensino até 2010, porém

boa parte da rede não está adaptada, tanto a estrutura física quanto os profissionais;

► Ausência de flexibilidade na aplicação dos recursos.

2.5.2.2– Principais apontamentos pela auditoria

► falta de avaliação pela Secretaria da Educação quanto aos resultados obtidos no progresso dos alunos e também quanto ao custo X benefício dos Convênios ao Estado;

► o processo de escolha parte da própria entidade que, interessada em firmar Convênio, encaminha proposta de trabalho para análise da Secretaria;

► a qualidade do atendimento prestado depende fundamentalmente da estrutura de cada entidade, que, em boa parte, não possuem todos os recursos pedagógicos e terapêuticos necessários ao desenvolvimento dos alunos, falhas essas que não são acompanhadas de estratégias de articulação de outros serviços públicos de atendimento. Além do prejuízo individual no desenvolvimento de parte dessas crianças, implica em tratamento desigual, se comparadas àquelas com oportunidade de ingressar nas melhores entidades. Ademais, o suprimento dessas carências se faz necessário inclusive para possibilitar a inclusão na rede regular de ensino, previsto como obrigatório na Lei de Diretrizes Básicas até 2010.

2.6– SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

2.6.1– PROGRAMA RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, aprovado pela Lei 13.123/08, destinou à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), para cumprimento de suas finalidades, a previsão de **R$ 8 bilhões**, dos quais, **R$ 120.562.125,00 se referem ao programa Racionalização do Sistema Prisional**, ou seja, aproximadamente **1,5 %** dos recursos destinados à Secretaria.

O PPA 2008-2011 estabeleceu em seu artigo 1º, dentre suas diretrizes fundamentais, a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população. Essa diretriz, assim como as demais, deverá ser alcançada por meio dos diversos programas de governo estabelecidos no mesmo instrumento legal. O "caput" do mesmo artigo, em sua parte final, prevê o estabelecimento de "**indicadores, valores e metas** da administração pública estadual e dos demais Poderes

do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada" (g.n.).

Observa-se que o objetivo explicitado no citado instrumento legal para o programa em questão é de "buscar a excelência dos diversos serviços prestados pelo sistema prisional". O público alvo indicado é a população prisional do Estado de São Paulo.

As ações a serem aplicadas no exercício de 2008 para alcançar os objetivos eleitos estão explicitadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pela Lei 12.788/07, abaixo transcritas com os respectivos valores para o exercício:

Funcional	**Programática**	**Programa/ Ação**	**Recursos – R$**
	3810	**RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**	**27.753.383,00**
14 126	3810 5770	Gerenciamento de recursos do TIC	3.364.068,00
14 128	3810 5628	Formação e reciclagem de funcionários do sistema penitenciário	1.328.662,00
14 421	3810 5772	Sistema de teleaudiência criminal	3.349.440,00
14 421	3810 5773	Viabilização de parcerias com a sociedade civil	19.711.213,00

Fonte : SEPLAN
Ações do programa Racionalização do Sistema Prisional

Segundo justificativa da Secretaria, a execução desse Programa de Governo se deve a dificuldade na obtenção de profissionais especializados para atuarem no sistema prisional e morosidade para realização das atividades.

Tendo em vista a relevância social dos objetivos a serem atendidos, bem como a participação de Organizações não Governamentais na execução da principal ação, decidimos pela realização de auditoria operacional. Ressalte-se que a verificação quanto ao cumprimento da finalidade pelas entidades do terceiro setor foi determinada pelo Conselheiro Relator neste exercício.

2.6.2– Escopo

O presente trabalho trata de realização de auditoria operacional sobre a ação Viabilização de Parcerias com a Sociedade Civil, integrante do programa governamental 3810 – Racionalização do Sistema Prisional, cujo objetivo foi o de relacionar o alcance de metas e objetivos propostos com a implementação e execução das ações; em outras palavras, se as ações desenvolvidas se coadunam com os objetivos eleitos pelo programa. Pretendeu ainda esta auditoria verificar a existência de possíveis desvios ou falhas que afastassem o programa do alcance da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

2.6.3– Metodologia

A auditoria em questão consistiu basicamente na realização das técnicas abaixo:

a) Análise da legislação pertinente – passando pelas Leis Orçamentárias (PPA/LOA), decretos e resoluções relativas à ação, minutas de convênios, etc;

b) Entrevista aos atores envolvidos – direcionadas aos executores do projeto na Associação de Proteção e Assistência Carcerária – APAC Atibaia; aos responsáveis pela operacionalização das ações, quando da sua realização por entidades do terceiro setor.

2.6.4– VIABILIZAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

2.6.4.1– Breve Descrição da ação Viabilização de Parcerias com a Sociedade Civil:

A Viabilização de Parcerias com a Sociedade Civil é uma das ações integrantes do Programa de Racionalização do Sistema Prisional desenvolvido pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, através do credenciamento e celebração de convênio com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, denominadas como organizações não governamentais, para que em parceria com o Estado, atue conforme autoriza o Decreto Estadual nº 47.849 de 29 de maio de 2003.

A ação consiste na celebração de convênios com entidades credenciadas objetivando a cooperação na prestação de serviços inerentes à proteção e assistência aos condenados, internados e egressos, mediante o repasse de recursos financeiros.

Até o encerramento do exercício, foram firmadas 13 (treze) parcerias, constando como meta no PPA 2008/2011, 23 (vinte e três) parcerias.

A Secretaria da Administração Penitenciária é responsável pelo acompanhamento e supervisão da execução do serviço prestado, nos termos do Plano de Trabalho Anual e, análise e aprovação das prestações de contas da aplicação dos recursos.

2.6.4.2– Objetivo e Escopo da Auditoria

Quanto a esta ação, a auditoria considerou os seguintes objetivos:

a) Adequação das medidas implementadas para alcance dos objetivos propostos no PPA e na LOA;

b) Atuação das entidades do terceiro setor na execução da prestação do serviço;

c) Acompanhamento e supervisão da Secretaria;

d) Possíveis desvios na execução da ação.

2.6.4.3– Trabalhos realizados

A visita e entrevista aos responsáveis foi realizada na seguinte entidade:

Entidade	Município	Endereço
Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC	Atibaia	Rua José Bonifácio, 662 – Centro

Entidade visitada – Ação Parcerias com a Sociedade Civil

A entidade possui um quadro de pessoal de 15 (quinze) funcionários a disposição do objeto do convênio, sendo as contratações efetuadas através de entrevistas e análise de *curriculum*. As aquisições de bens e serviços são efetuados com pesquisa de preços em pelo menos três estabelecimentos.

A unidade prisional visitada, Centro de Ressocialização de Atibaia, na data da inspeção possuía 117 presos definitivos e 108 provisórios, havendo períodos em que chega a 240 o total, em decorrência da população carcerária flutuante, que são os casos de audiência com prisioneiros da Penitenciária de Hortolândia, além dos casos de flagrante nos

municípios de Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista e de Atibaia.

Observamos que no Centro de Ressocialização de Jaú, que tem como parceiro a entidade Ressocializar Jaú, foram efetuadas duas tentativas para a realização de inspeção "in loco", num primeiro momento a entidade não foi localizada no endereço constante do convênio, num segundo, após intervenção da Secretaria, foi alterado o endereço, o qual foi localizado na cidade de Jaú, porém, tratava-se de uma residência e o responsável pela entidade encontrava-se trabalhando fora do Estado, impossibilitando a inspeção.

2.6.4.4- Achados de Auditoria

2.6.4.4.1- Análise sobre o cumprimento do previsto nas peças orçamentárias

No PPA o objetivo do programa Racionalização do Sistema Prisional pautou-se na busca da excelência dos serviços prestados pelo sistema prisional do Estado, em atendimento ao art. 11 da Lei Federal nº 7210/84 (Lei de Execução Penal), aos presos provisórios e definitivos, independente do regime de execução da pena, abrangendo os aspectos de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social religiosa, psicológica e ao trabalho.

Para atingimento do objetivo explicitado, para a ação Viabilização de Parcerias com a Sociedade Civil foi prevista a aplicação no exercício de 2008, do montante de R$ 19.711.213,00, representando 71,02% dos recursos destinados ao programa. A Lei Orçamentária Anual (LOA) descreve a ação como "manutenção dos convênios firmados entre as unidades prisionais com o terceiro setor (ONG'S), bem como a formalização de novos convênios para a gestão de unidades prisionais".

Dividimos, para fins de análise, o objetivo constante do PPA, abrangendo os principais aspectos da assistência aos presos, constantes do plano de trabalho, a saber:

a) Assistência Material:

Consiste no fornecimento de alimentação aos presos, com observância das regras da SAP, em conformidade com o cardápio mínimo instituído pela Resolução SAMSP 16/98;

Fornecimento de vestuário aos presos pobres, com obediência às regras mínimas da ONU, apropriadas ao clima

e suficiente para manter a boa forma, mudadas e lavadas com a obediência necessária;

Fornecimento de instalações higiênicas possibilitando meios para que o preso possa apresentar-se convenientemente, conservado o respeito próprio, com os cuidados de cabelo e barba;

Manutenção de local para atendimento ao preso em suas necessidades pessoais, com fornecimento aos presos sem trabalho e venda aos que tem renda, de produtos de higiene pessoal, saúde e limpeza.

Observamos pelas informações obtidas que a assistência material esta ocorrendo de forma satisfatória.

b) Assistência à Saúde:

Consiste no fornecimento de consulta médica e odontológica para todos os presos que ingressarem no estabelecimento;

Coleta para exames laboratoriais para identificação de patologias tratáveis ou preveníveis;

Controle e tratamento de doenças crônico-degenerativas; das infecções respiratórias agudas; das doenças preveníveis por imunização, incluindo vacinação anti-pneumocócita e influenza; hanseníase, tuberculose e HIV;

Investigação dos casos de notificação compulsória e adoção de procedimentos que venham interromper a cadeia de transmissão;

Atendimento das pequenas intercorrências médicas e odontológicas, e atendimento semestral para exames médicos e odontológicos dos considerados hígidos na consulta médica de ingresso, e controle e tratamento das cáries e doenças periodontais.

A entidade fornece mensalmente a SAP relatórios das ocorrências e atendimentos médicos e odontológicos prestados no período. Observamos o acompanhamento de dois casos de HIV e um caso de Tuberculose.

c) Assistência Jurídica*:*

Consiste, além da assistência jurídica, prestada pelo Estado, advogados e estudantes de direito, contratados, conveniados ou voluntários, propiciarão orientação jurídica, com atendimento pessoal aos presos sem recursos financeiros.

A entidade possui dois advogados que atendem os reeducandos que não possuem advogados constituídos.

d) Assistência Educacional:

Consistirá em curso de alfabetização e ensino fundamental, aos analfabetos, com um mínimo de três aulas semanais; será ainda, dentro das possibilidades oferecido o ensino médio;

Será dada formação profissional, em nível de iniciação, nos termos do art. 19 da Lei de Execução Penal, por meio de trabalho artesanal e industrial;

Os presos terão biblioteca provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos, nos moldes do art. 21 da Lei de Execução Penal.

Existem 16 reeducandos participando do programa Brasil Alfabetizado, 62 das Tele Sala Fundamental, 26 da EJA e 29 da Tele Sala Ensino Médio. Não existe curso de formação profissional, e a biblioteca possui um acervo de 2410 livros.

e) Assistência Social:

Consistirá em tomar conhecimento dos resultados dos diagnósticos e exames; relatar por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e dificuldades enfrentados pelo assistido; acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; promover pelos meios disponíveis, a recreação; orientar o assistido na fase final do cumprimento da pena, facilitando o seu retorno à liberdade; auxiliar na obtenção dos documentos, do benefício da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;

Orientar e amparar, quando necessário e possível, a família do preso e da vitima; promover encontros de familiares dos presos, com incentivo a formação de associação de mães e esposas, visando a conscientização e participação na ressocialização;

Coletar dados estatísticos junto a população carcerária para apurar as causas da criminalidade e da reincidência, sugerindo medidas preventivas.

Pelos dados obtidos a assistência social ao reeducando vem sendo efetuada de forma satisfatória.

f) Assistência Religiosa:

A assistência religiosa, atividade benéfica na mudança de comportamento do homem encarcerado e que representa uma das poucas maneiras de transformar o criminoso, consistirá e observará a liberdade de culto e da crença; sem obrigatoriedade da participação em missas, cultos mensais e orações semanais, confissões, orientação para batismo e eucaristias; fornecimento de livros de orientação religiosa; assegurada a participação de todas as religiões interessadas, observadas as normas de segurança e programas preestabelecidos de acordo com as disposições da Resolução SAP 91/02.

Ocorre aos sábados, com as igrejas cadastradas.

g) Assistência Psicológica:

Prestada por psicólogos contratados ou voluntários, consistirá na realização de avaliação psicológica, utilizando-se de técnicas específicas a cada caso, fornecendo relatórios escritos às autoridades competentes e sugerindo medidas adequadas ao tratamento; coordenar e supervisionar grupos terapêuticos, mantendo trabalho integrado com outros profissionais, visando a reintegração do preso ao convívio social.

Assistência psicológica é oferecida ao reeducando desde o seu ingresso de forma individual ou através de grupos terapêuticos.

h) Assistência ao Trabalho:

O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, com observância das precauções relativas à segurança e higiene nos termos do art. 28 da Lei de Execução Penal; a remuneração observará prévia tabela, que comporá o contrato com a entidade fornecedora dos postos de trabalho, assegurando-se o mínimo de três quartos de sua produção, e,

dentro das possibilidades, três quartos do salário mínimo, nos termos do art. 29 da já citada lei; o preso provisório não será obrigado ao trabalho; a jornada de trabalho não será inferior a seis e nem superior a oito horas, com descanso nos domingos e feriados, com horários especiais aos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento, nos termos do art. 33 da mesma lei; o gerenciamento do trabalho, com promoção e supervisionamento da produção, observando-se critérios e métodos empresariais, incluirá contato junto as empresas, na comercialização dos produtos artesanais e pagamento de remuneração adequada e possível, conforme o art. 34 da lei já referida.

Informa a entidade que 90% dos presos estão trabalhando, sendo que 17 reeducandos do sistema semi-aberto trabalham fora em empresas particulares, com remuneração de um salário mínimo.

2.6.4.4.2- Doações:

A entidade tem recebido doações de equipamentos de informática (computadores e monitores), que foram repassados ao CR.

2.6.4.4.3- Atendimento ao público alvo*:*

O objetivo do programa é atingir toda a população prisional do estado, justificando-se pela dificuldade na obtenção de profissionais especializados na atuação no sistema prisional.

O convênio deverá proporcionar por meio das assistências, já referidas nos itens precedentes, o pleno cumprimento das exigências da Lei de Execução Penal, criando condições para a harmônica integração social do condenado ou preso provisório.

A entidade regularmente encaminha as diversas coordenadorias, relatórios das ocorrências e dos atendimentos efetuados.

"In loco", não efetuamos entrevistas com os reeducandos, e sim com os responsáveis da entidade, e da SAP, deixando de elaborar o STAKEHOLDER (técnica adotada pelo Tribunal de Contas da União para detectar o interesse dos atores envolvidos no âmbito do projeto).

Na medida em que o projeto, é direcionado somente a população prisional do estado, não há possibilidade de atendimento a público diverso.

2.6.4.4.4– Demanda

A Secretaria tem sob sua responsabilidade a administração de 144 unidades prisionais, com previsão de ampliação até 2010/2011 (sete unidades para custódia de mulheres, cinco masculinos e dezenove para abrigar presos provisórios) o déficit existente decorre pelo aumento das condenações em proporção maior que a dos que deixam o sistema prisional após o cumprimento da pena, além da absorção dos presos que estão sob custódia da Secretaria de Segurança Pública. Não quantificamos o déficit existente, face as estatísticas divulgadas pela SAP, estarem desatualizadas.

2.6.4.4.5– Da fiscalização dos serviços prestados

Em relação aos serviços prestados pelas ONG's, a Secretaria recebe relatório circunstanciado até o dia 15 de cada mês, das atividades desenvolvidas nos moldes do plano de trabalho anual, cabendo ainda o acompanhamento e supervisão da execução do objeto conveniado estabelecido no plano de trabalho anual

2.6.4.4.6– Dos recursos repassados e a prestação de contas

Nos termos da cláusula 2ª do convênio, mensalmente até o dia 15 de cada mês, a entidade encaminha a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos no mês anterior, colocando a disposição da Secretaria a documentação comprobatória.

Dos recursos empenhados para a Associação de Proteção e Assistência Carcerária – APAC de Atibaia no montante de R$ 1.120.595,87, foram repassados no exercício R$ 1.112.303,46, em conformidade com o disposto no convênio.

2.6.4.5– Considerações finais

Por fim, dos dados e informações obtidas junto a entidade e da Secretaria da Administração Penitenciária, observamos o atendimento ao objeto conveniado de forma satisfatória sem ressalvas.

2.7- Principais Falhas Detectadas nos Programas/Ações Realizadas por Organizações Não Governamentais (Ongs)

Destacamos a seguir as principais falhas, geralmente comuns, detectadas nos programas objeto de auditoria, no que diz respeito às entidades do Terceiro Setor, cujos comentários abaixo exemplificam os achados, sem prejuízo de outras ocorrências:

► **Falta de critérios técnicos na seleção: nem sempre as entidades são escolhidas por prestarem um trabalho reconhecido ou por possuírem uma estrutura benéfica aos serviços prestados:**

- Bom Prato - a maioria das entidades não detém capacidade técnica para execução dos serviços, que, não raro, é objeto de terceirização;
- No VIVALEITE, o critério é quanto à localização da entidade, que deve estar próxima dos beneficiários - o que não exclui a necessidade de apresentação de relatório de atividades para cadastramento. Todavia, encontramos duas entidades que, apesar de realizarem a entrega do produto, não existem fisicamente (a distribuição é realizada num pequeno estabelecimento comercial - um bar);
- Educação Especial - nem todas as entidades estão aparelhadas com equipamentos de saúde e pedagógicos para o necessário desenvolvimento dos atendidos;
- Fundação CASA - da mesma forma, nem todas possuem uma estrutura que possibilite oferecer atividades de reintegração social dos menores infratores, que vá além das orientações pessoais;
- SEADS - o critério de escolha não é técnico, mas sim, a indicação de deputados, através de Emenda Parlamentar.

► **Ausência de parecer técnico que assegure a avaliação e transparência da celebração dos Convênios;**

Suprimida por meio de resolução no programa de proteção social básica da SEADS, avocando ao Secretário Adjunto apenas aprovação de sua celebração.

► **Ausência de critérios na distribuição dos recursos;**

Na auditoria sobre a proteção social especial da SEADS, realizou-se levantamento quanto aos municípios recebedores de recursos, constatando-se que aqueles com maiores índices de desenvolvimento foram os que mais receberam recursos.

Não há estratégias para incrementar os serviços naquelas entidades com menor estrutura - seja com recursos específicos ou conjugação com serviços da rede pública para

alcançar essa finalidade. Por exemplo, as entidades participantes do programa de educação especial e as responsáveis pela execução das medidas de Liberdade Assistida junto à Fundação Casa. Acaba por haver um tratamento desigual entre os beneficiários que possuem iguais necessidades.

► Falta ou insuficiência de acompanhamento do Estado na execução das atividades pactuadas (supervisão) e da utilização dos recursos:

No EJA, por exemplo, há muito tempo os educadores não são visitados por funcionários do Estado para confirmação de que as aulas estão efetivamente sendo ministradas em todos os núcleos cadastrados. Os Convênios prevêem verba para a compra de material, porém alguns núcleos recebem material para ser distribuído aos alunos; outros, não. Em muitos casos, os próprios monitores arcam com materiais para uso em sala de aula;

No Bom Prato, apesar de receber uma rígida fiscalização quanto ao serviço prestado nos restaurantes, não é possível haver controle da utilização dos valores excedentes ao custo da atividade.

Constatamos que na ação do VIVALEITE existe falta de controle mais efetivo que iniba desvios como distribuição do leite somente ao final do dia, cadastramento de beneficiários sem seleção por renda, e possibilidade de vinculação da distribuição a pagamento de "contribuição" à entidade ou outras obrigações indevidas, mesmo depois de formulada reclamação pelo telefone 0800;

► Não aplicação integral na atividade conveniada dos recursos repassados

No Bom Prato, naquelas entidades em que há terceirização do serviço, há uma retenção de parte dos recursos para a entidade. Os recursos estatais arcam com o custo da atividade, o lucro da terceirizada e com o valor retido pela entidade, cuja destinação sequer chega ao conhecimento do ente repassador. Naquelas em que a administração é feita diretamente pela ONG conveniada, em havendo sobra dos recursos, igualmente não há um controle pelo Estado.

Nos Convênios pertinentes à Educação de Jovens e Adultos, a verba repassada, em sua maior parte, destinada ao pagamento da ajuda de custo dos monitores e coordenadores, sofre retenção de parcela tanto pela entidade Conveniada quanto pelos Conselhos Regionais, que intermedeiam o seu pagamento.

O Manual Básico de Repasses Públicos ao Terceiro Setor deste Tribunal, item 2.1, pág. 18, baseando-se no art. 12, § 3º da Lei 9.532/97, esclarece que não basta à entidade declarar estatutariamente sua finalidade não lucrativa, posto que norma jurídica nacional considera sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas, ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais.

► Falta de adequação entre as verbas recebidas e as prioridades para prestação do serviço e inflexibilidade dos recursos estipulados nos Convênios;

A entidade Lar Vicentino Paraibuna, parceira no programa de proteção social especial da SEADS recebeu verba específica em 2008 e realizou a compra de um segundo veículo. Porém, apenas o Presidente é habilitado para condução destes e, por não possuírem motorista, costumam recorrer a serviços de táxi para condução de abrigados aos hospitais, por exemplo. De outro lado, o projeto para demolição e reconstrução de parte do prédio, necessário para melhor abrigar seus beneficiários, está parado.

Quando, por exemplo, a entidade recebe doações de alimentos ou materiais previstos no Convênio, não pode utilizar a verba recebida para compra de outros materiais utilizados na atividade ou para pequenas reformas. Tal questão foi apontada em entidades conveniadas à Fundação CASA e Bom Prato. Ou seja, as aquisições não atendem necessariamente as prioridades das entidades.

► Não cumprimento integral Planos de Trabalho;

Em que pese as dificuldades apontadas no ambiente em que atuam as entidades parceiras da Fundação CASA em medida de Liberdade Assistida, constatamos as ocorrências seguintes:

- os números de atendimento individual, grupal e familiar são baixos. Em algumas, falta um esforço para melhorar os índices de atendimento e resultados.

- o Plano de Atendimento Individual, por muitas entidades, não é realizado de forma a proporcionar um atendimento personalizado, adequado às necessidades do menor assistido; por muitas vezes, contém apenas um atendimento mínimo, padronizado (ex. tirar documentos e encaminhar à escola).

- relatórios de acompanhamento que não permitem aferir a evolução do assistido, limitando-se, às vezes, em registrar que o atendimento foi realizado.

► **Discrepância entre os valores repassados a entidades para uma mesma finalidade**

No EJA, o Plano de Trabalho da entidade ITD – Instituto Tecnológico Diocesano de São Amaro prevê o valor de R$ 12.300,00 para o salário do Coordenador Geral, enquanto nas demais, o valor é em torno de R$ 1.800,00;

O valor "per capita" repassado e a respectiva contrapartida não são padronizados entre entidades com os mesmos objetivos, e mesmo entre atividades relativamente diferentes no programa de proteção social básica da SEADS, como por exemplo, para cursos de informática;

► **Divergências entre o quadro de pessoal estabelecido no Plano de Trabalho e o pessoal envolvido nos trabalhos executados nas entidades–** constatado na análise de alguns quadros de pessoal de parceiras no serviço de proteção social básica junto à SEADS;

► **Difícil acesso ao local onde são prestados os serviços de algumas entidades**, por falta de transporte público de linha ou de fornecimento deste para conduzir os beneficiários ao local – constatado em algumas entidades integrantes do programa de proteção básica da SEADS;

► **Insuficiência de orientação técnica ou capacitação quando exigido pela natureza do serviço prestado;**

Aos monitores do EJA, por exemplo, que recebem um número grande de alunos com necessidades especiais, não é ministrado nenhum preparo para lidar com tais necessidades.

► **Indicadores de desempenho que podem não refletir a realidade do que se propôs**

O índice de reincidência utilizado na medida sócio-educativa da Fundação CASA não considera os atos delituosos praticados pelos adolescentes em outros exercícios que resultaram em medidas sócio-educativas, nem o ingresso no sistema penitenciário por terem atingido a maioridade penal.

3– PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A ação Renda Cidadã e Ação Jovem inserem-se no âmbito das ações de assistência social promovidas pelo Governo do Estado, "visando o enfrentamento da pobreza, a garantia das condições mínimas para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais" (PPA 2008-2011, Lei Estadual nº 13.123/08) e fazem parte do Programa 3516 – Família Cidadã – Ações Sociais Integradas.

Ambos caracterizam-se pela transferência direta de renda (R$ 60,00) a indivíduos submetidos a condições severas de vulnerabilidade social e, concomitantemente, pela promoção de medidas que proporcionem a superação da situação de pobreza extrema de seus beneficiários.

As duas ações são símiles, ainda, na maneira como são operacionalizadas. Tanto no Renda Cidadã como no Ação Jovem, a distribuição dos benefícios é viabilizada mediante a celebração de um convênio-padrão entre a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) e as Prefeituras do Estado, dando cumprimento à descentralização político-administrativa na área da assistência social preconizada pelo art. 204, I, da Constituição Federal. Os ajustes reservam à primeira instituição a responsabilidade pelo desembolso dos valores transferidos aos beneficiários, o oferecimento do suporte técnico necessário à obtenção dos objetivos almejados e a verificação do cumprimento das obrigações imputadas às Prefeituras. Já a estas últimas competem a identificação, a inscrição e a seleção dos beneficiários; o acompanhamento constante da sujeição destes às condições que autorizam a percepção do benefício – lançando mão, para tanto, dos expedientes que cada situação particular revelar pertinentes, como a realização de visitas domiciliares e de diligências a escolas – e, por fim, a promoção de eventos destinados à geração de renda e/ou a capacitação profissional dos indivíduos atendidos.

Quanto ao aspecto orçamentário de ambas as ações, informamos o que segue:

Dotações Inicial e Atual

A Lei Orçamentária Anual de 2008 estima que a dotação inicial para a Ação Renda Cidadã e Ação Jovem é de R$ 119.554.000,00 e R$ 86.000.000,00, sendo a final de R$ 121.766.328,00 e R$ 81.916.561,00, respectivamente.

A execução orçamentária destas dotações no exercício foi a seguinte:

Ação	Fonte	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado
5579 – Renda Cidadã	001	121.766.328,00	103.188.838,00	103.188.838,00
5604 - Ação Jovem	001	81.916.561,00	68.852.193,00	68.852.193,00
Total		**203.682.889,00**	**172.041.031,00**	**172.041.031,00**

Fonte: SIGEO/SIAFEM em 05/05/2009

Dentre o empenhado, foram beneficiadas 137.772 famílias e 94.803 jovens distribuídos pelos municípios do Estado de São Paulo, conforme dados obtidos do sistema de monitoramento da Secretaria de Economia e Planejamento, no Renda Cidadã e Ação Jovem, respectivamente.

Observamos, então que, no Programa Família Cidadã - Ações Sociais Integradas, as ações verificadas correspondem a 83,46% do total orçado conforme segue:

Programa	Dotação Atual	Liquidado	%
3516 – Família Cidadã – Ações Sociais Integradas	206.126.889,00	172.041.031,00	83,46

Fonte: SIMPA: Sistema de Monitoramento PPA 2008-2011.

Tendo em vista as considerações acima, os dois itens seguintes tratam, de maneira geral, das especificidades de ambos os programas e das respectivas falhas apuradas por esta auditoria.

3.1- PROGRAMA 3516 - FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS

3.1.1- Ação: 5604 - Ação Jovem

3.1.1.1- Público-Alvo do Programa

O público abrangido por este programa circunscreve-se aos indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, matriculados no ensino fundamental ou médio, com renda familiar não superior a dois salários mínimos e cuja residência localize-se em setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza.

3.1.1.2- Estratégias Metodológicas

As questões de auditoria lastrearam-se no uso de dados secundários (leis, decretos, resoluções, documentos, etc.) e nas visitas e entrevistas realizadas junto aos gestores do Município selecionado e com técnicos da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), durante o período de planejamento da auditoria

Após definidos os critérios que orientaram este trabalho, as informações pertinentes foram coletadas mediante novas entrevistas – agora estruturadas – não apenas com técnicos da DRADS, mas também diretamente com beneficiários do programa. As visitas realizadas a estes últimos permitiram, ainda, confirmar a confiabilidade dos dados verificados nos cadastros do programa, bem como o efetivo recebimento dos recursos. Por fim, as diligências nas escolas da região foram utilizadas para comprovar a freqüência escolar dos indivíduos atendidos.

A seleção do município de São José dos Campos para a realização desta auditoria foi determinada em função do alto número de beneficiários nele residentes (1.509).

3.1.1.3– Achados de Auditoria

Resumidamente, as principais falhas apuradas durante os trabalhos realizados encontram-se a seguir comentadas:

3.1.1.3.1– Do Aspecto Legal

- O Projeto foi criado mediante Lei Geral de Orçamento e não mediante Lei Específica conforme determinado no artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- A Lei de Orçamento baliza a concessão do benefício pela renda per capita mensal de meio salário mínimo, entretanto, o Decreto que regulamenta o benefício estabelece, para tanto, renda familiar de 2 salários mínimos.

3.1.1.3.2– Do Aspecto Operacional

Na perspectiva operacional, inferimos que:

- O Cadastro Pró Social está desatualizado, havendo alunos que estudam em escolas diversas das indicadas, bem como

beneficiários que se mudaram dos locais onde anteriormente residiam ou que nem mesmo moram no endereço registrado;

- O Município de São José dos Campos não procede a visitas domiciliares à residência dos beneficiados pelo Programa Ação Jovem – providência necessária, sobretudo, à confirmação de sua situação sócio-econômica, além de ensejar a identificação de outras necessidades assistenciais que podem ser satisfeitas por outros programas sustentados pela própria Prefeitura, ou outro ente da Federação;

- O Município de São José dos Campos não acompanha mensalmente a freqüência dos alunos beneficiários nas escolas, havendo alunos que não freqüentam a escola, alunos que abandonaram a escola e alunos que já completaram o ensino médio; todos continuam recebendo o benefício do Programa Ação Jovem;

- O Município de São José dos Campos não mantém, em seus arquivos, cópias dos comprovantes de renda dos beneficiários, dificultando a comprovação da sujeição daqueles aos critérios exigidos pelo programa;

- A DRADS – Vale do Paraíba não aplica sanções pelo descumprimento das condições do programa e somente procede a acompanhamentos da freqüência dos jovens na escola por ocasião de denúncias feitas por órgãos externos;

- A divulgação do programa junto a instituições que, de alguma forma, dele devem participar é precária, porquanto o Ação Jovem permanece desconhecido nas escolas do Município de São José dos Campos;

- Exceto quanto à inexistência de cadastros e quanto à extrapolação temporal do pagamento do benefício, prevalece no Município de São José dos Campos, todas as demais inconformidades no Programa Ação Jovem apontadas pelas auditorias anteriores realizadas no exercício de 2007.

A seguir demonstramos o número de municípios com população de alta vulnerabilidade social atendida pelo Ação Jovem:

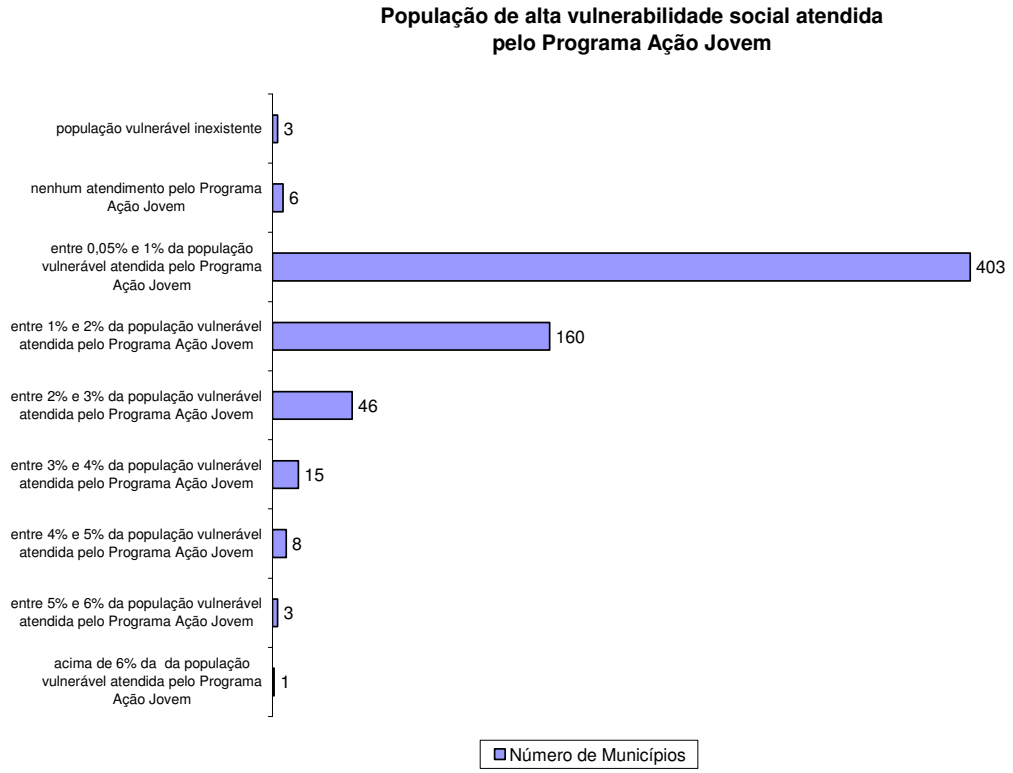


Gráfico 1: População de Alta Vulnerabilidade Social Atendida pelo Programa Ação Jovem
Fonte: número de beneficiários do Cadastro Pró Social em correlação ao número de pessoas em situação de Vulnerabilidade Social "alta" e "muito alta" registradas pela Fundação SEADE.

Algumas fotos externas de domicílios visitados:

Município de São José dos Campos

a) Bairro Jardim Satélite

b) Bairro Jardim da Granja

c) Bairro Bosque dos Eucaliptos

3.1.2- Ação: 5579 - Renda Cidadã

3.1.2.1- Público-Alvo do Programa

A ação governamental Renda Cidadã destina-se a transferência de renda a Famílias em situação de pobreza identificadas pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) com renda mensal "per capita" de até R$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.

O período de permanência na ação governamental é inicialmente de 12 meses, podendo a família ser desvinculada ou, mediante avaliação técnica, permanecer até o recebimento da 24ª parcela do benefício.

3.1.2.2– Estratégia Metodológica

As questões de auditoria lastrearam-se no uso de dados secundários (leis, decretos, resoluções, documentos, etc.), nas incorfomidades constatadas no exercício anterior e na entrevista à gestora do Programa durante o planejamento do presente trabalho.

3.1.2.3– Seleção dos Municípios Analisados

Diante dos critérios estabelecidos, na fase da inspeção "in-loco", contou-se com a colaboração das Unidades Regionais – UR's desta Casa mediante utilização da Ordem de Serviço nº 01/08, através de entrevistas com os responsáveis pela execução das ações nos municípios selecionados, verificação dos cadastros e visita às residências e entrevistas com os beneficiários.

Tendo em vista o critério escolhido por esta Diretoria de verificar a evolução das falhas encontradas anteriormente, os municípios selecionados foram os mesmos do trabalho realizado no exercício de 2007 conforme tabela a seguir:

UNIDADE REGIONAL	MUNICÍPIOS FISCALIZADOS	CADASTRADOS	ENTREVISTADOS
BAURU	Bauru	617	13
	Piratininga	60	9
	Pederneiras	60	12
	Agudos	105	14
CAMPINAS	Campinas	984	20
	Vinhedo	31	20
	Valinhos	227	18
MARÍLIA	Marília	625	23
	Assis	320	22
PRESIDENTE PRUDENTE	Presidente Prudente	300	20
	Álvares Machado	200	20
	Adamantina	34	14
RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	620	20
	Jaboticabal	200	20
	Sertãozinho	160	20
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	São José dos Campos	304	5

GUARATINGUETÁ	Lorena	140	15
	Guaratinguetá	140	10
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	São José do Rio Preto	717	20
	Catanduva	174	20
	Mirassol	110	20
SOROCABA	Sorocaba	220	23
	Itapetininga	170	20
ARARAS	Conchal	50	21
	Leme	110	20
	Limeira	131	20
	Piracicaba	700	22
FERNANDÓPOLIS	Fernandópolis	290	20
	Votuporanga	107	20
TOTAL DE ENTREVISTADOS		**7.906**	**521**

Fonte: Questionário – Unidades Regionais (UR's)

3.1.2.4– Achados de Auditoria

Resumidamente, as principais falhas apuradas durante os trabalhos realizados encontram-se a seguir comentadas:

3.1.2.4.1– Metas previstas no PPA e na LOA

- Descumprimento do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal devido à ausência de compatibilidade entre o Plano Plurianual e a LOA. A meta de atendimentos para o quadrimestre 2008-2011 é, de acordo com o primeiro, de 240.000 beneficiários, enquanto somente a soma dos objetivos traçados pelas Leis Orçamentárias de 2008 e 2009 já totaliza valor superior a 320.000 atendimentos no programa Renda Cidadã.

3.1.2.4.2– Legislação

- A Resolução Seads nº 01 de 02/03/05 não é clara quanto à exigência da presença de indivíduos com idade inferior a 7 anos e entre 6 e 15 anos na inscrição e permanência das famílias na ação Renda Cidadã;

- Indefinição da periodicidade para apresentação dos comprovantes de freqüência escolar, permitindo que algumas Prefeituras estabeleçam períodos de verificação maiores do

que o necessário para que os alunos excedam o número de faltas toleradas pelo programa (25% dos dias letivos de um ano);

- Previsão de indicadores baseados em critérios abertamente subjetivos, tornando sua mensuração improvável tanto em função do tempo requerido quanto pelos custos envolvidos, já que sua realização exigiria a emissão de pareceres complexos por profissionais altamente especializados.

3.1.2.4.3- Dos critérios utilizados para distribuição do número de cotas de beneficiários aos municípios

- Divergência entre o critério adotado pela SEADS e o constante do próprio site da entidade quanto à distribuição das cotas entre os diversos municípios do Estado, causando algumas distorções significativas, como a concessão de um número de benefícios superior ao da estimativa de indivíduos na região submetidos às condições sócio-econômicas estabelecidas pelo programa.

3.1.2.4.4- Dos critérios para concessão do benefício de duração continuada

- 31,09% dos entrevistados **não se enquadram** no perfil econômico exigido pelo programa qual seja: família com renda mensal "per capita" de até R$ 100,00.

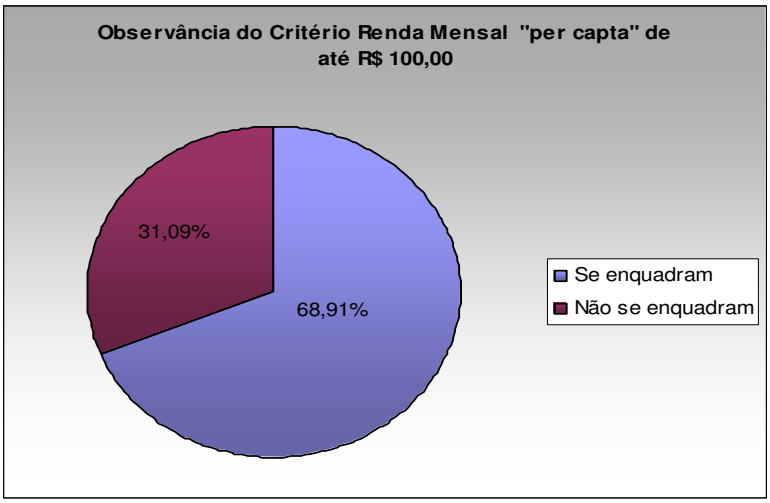


Gráfico 2: Observância do Critério Renda Mensal "per capita" de até R$ 100,00 (Renda Cidadã)

Fonte: Questionário - Unidades Regionais (UR's)

Municípios que possuem percentual individual maior: Fernandópolis - 80%, Valinhos - 66,67%, Votuporanga -

65%, Piratininga – 55,56%, Vinhedo e Leme – 55%, Agudos – 50%, Piracicaba – 45,45%, Jaboticabal – 45%, Itapetininga – 40%, Conchal – 38,1% e Álvares Machado, Mirassol e São José do Rio Preto – 35%, conforme se observa no gráfico a seguir:

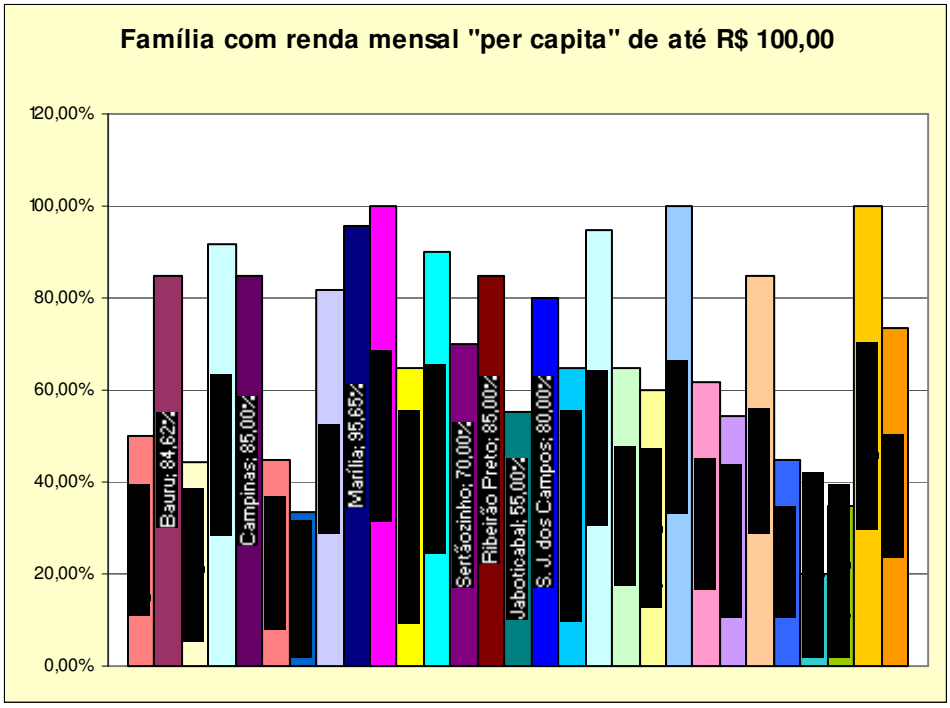


Gráfico 3: Famílias com Renda Mensal "per capita" de até R$ 100,00
Fonte: Questionário – Unidades Regionais (UR's)

➢ **Família residente no Município há no mínimo 2 (dois) anos:** em 9(nove) dos 29 (vinte e nove) Municípios, este índice não atingiu 100%: Adamantina – 85,71%, Ribeirão Preto – 90,00%, Piracicaba – 90,91%, Pederneiras – 91,67%, Vinhedo, Presidente Prudente, Itapetininga e Fernandópolis – 95% e Conchal – 95,24%, conforme se observa no gráfico a seguir:

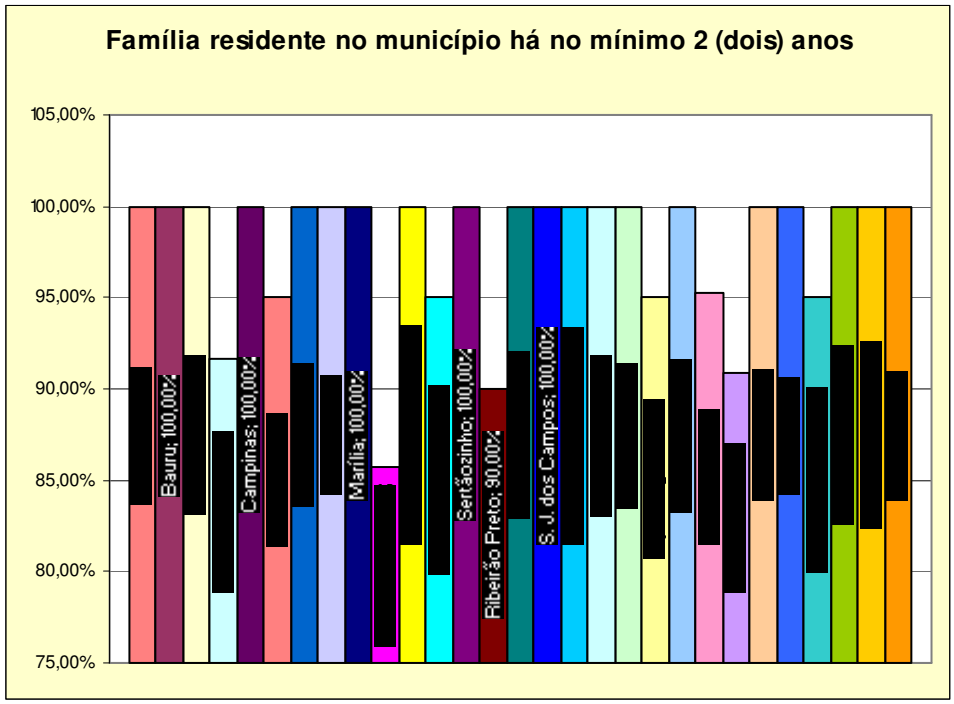


Gráfico 4: Família Residente no Município há no mínimo 2 anos

Fonte: Questionário – Unidades Regionais (UR's)

➢ **Matrícula e freqüência de 75% de presença em aula comprovada dos filhos com idade entre 6 (seis) e 15(quinze) anos:** 27,12% dos entrevistados afirmaram não ter apresentado a documentação em referência (quando do início do programa);

➢ **Apresentação de carteira de vacinação atualizada, dos filhos menores de 7 (sete) anos:** 21,56% dos entrevistados afirmaram ter apresentado a carteira de vacinação atualizada das crianças de até 7 anos;

➢ **33,01% dos beneficiários entrevistados não estariam aptos a receber o benefício, considerando apenas os critérios:** tempo de residência no município e renda familiar "per capita" de até R$ 100,00).

Municípios que apresentam percentual individual maior que a média encontrada: Fernandópolis – 80%, Valinhos – 66,67%, Votuporanga – 65%, Vinhedo – 60%, Piratininga – 55,56%, Leme – 55%, Agudos e Piracicaba – 50%, Jaboticabal, Itapetininga – 45%, Conchal – 38,10%, Álvares Machado, São José do Rio Preto e Mirassol – 35%.

3.1.2.4.5- Das condições de permanência das famílias beneficiárias no programa

a. Cumprimento dos critérios inicialmente estabelecidos para a concessão

➢ Item com verificação prejudicada devido a precariedade na atualização dos dados cadastrais dos beneficiários (não há visitas domiciliares ou solicitações regulares de comprovação documental).

b. Participação nas ações sócio-educativas e de geração de renda

➢ Pouca aderência dos beneficiários em relação aos cursos profissionalizantes ou às palestras sócio-educativas oferecidas pelos Municípios, condição essencial para a permanência no Programa, sendo, inclusive, critério para exclusão conforme art.8º da Resolução SEADS n.º 01/05.

Os motivos alegados pelos entrevistados são: horário, desinteresse e localidade distante.

No intuito de conhecer os motivos da não participação das ações socioeducativas e de geração de renda, foi questionado aos beneficiários entrevistados cujas respostas estão consolidadas nos gráficos que seguem:

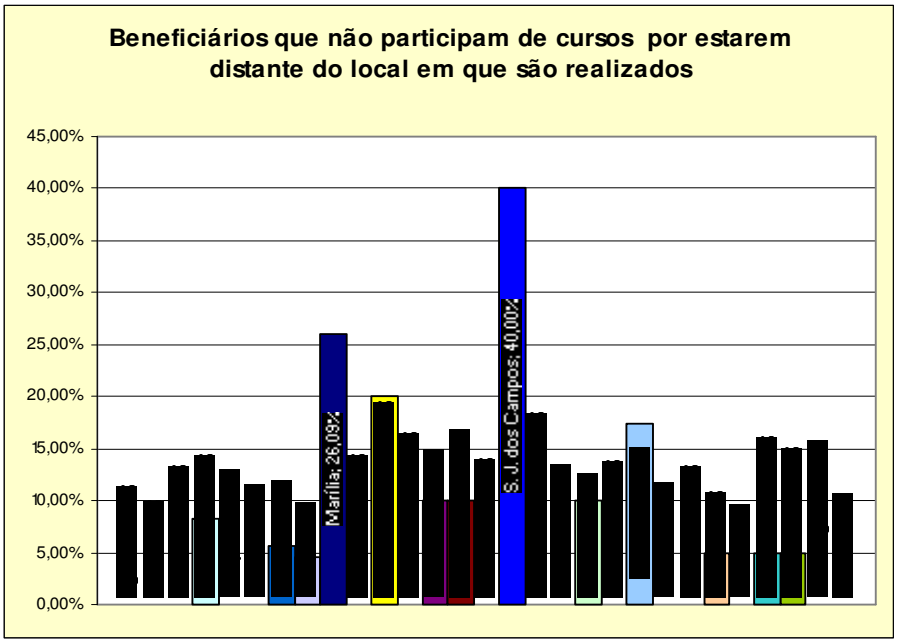


Gráfico 5: Beneficiários que não Participaram de Cursos por Estarem Distante do Local em que são Realizados
Fonte: Questionário - Unidades Regionais (UR's)

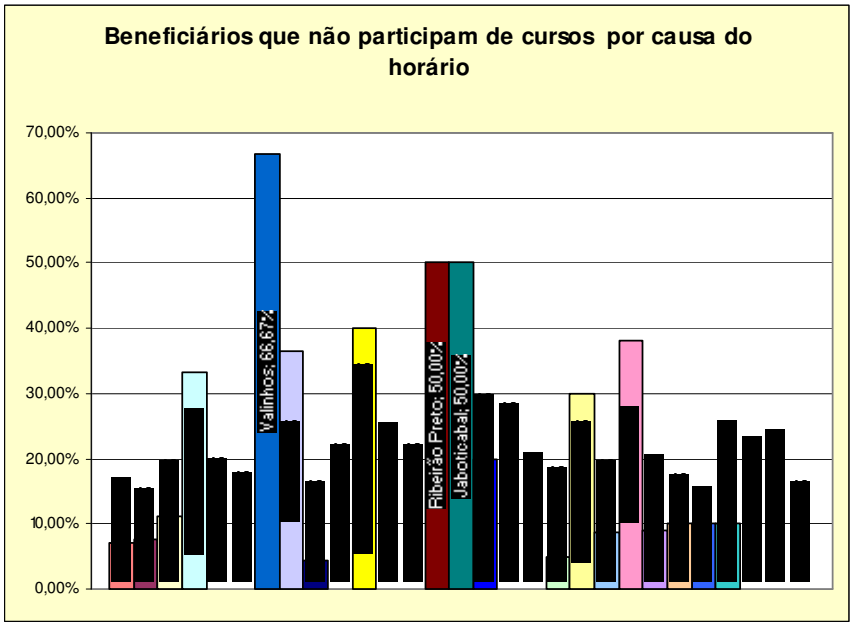


Gráfico 6: Beneficiários que não Participaram de Cursos por Causa do Horário
Fonte: Questionário - Unidades Regionais (UR's)

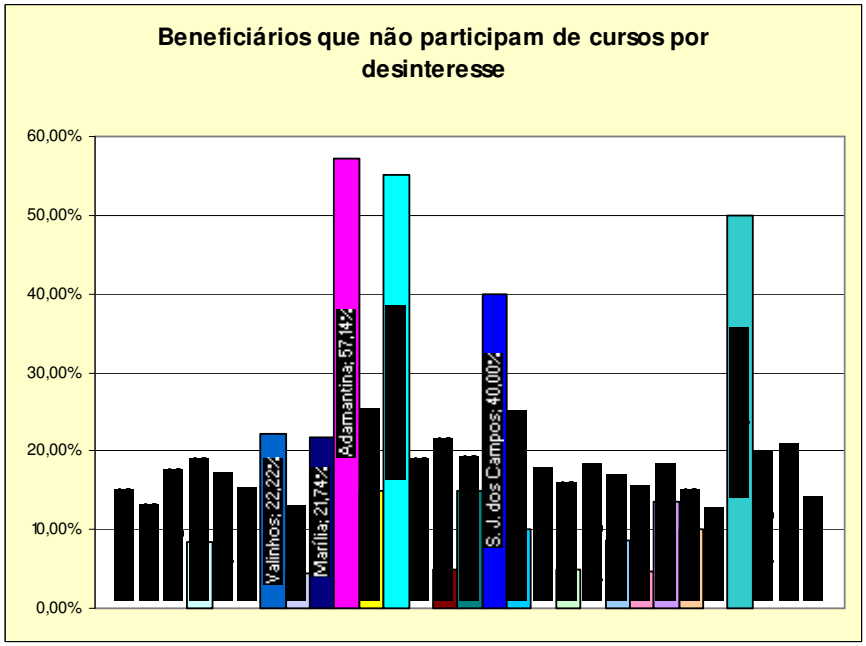


Gráfico 7: Beneficiários que não Participaram de Cursos por Desinteresse
Fonte: Questionário - Unidades Regionais (UR's)

3.1.2.4.6- Da atuação dos Municípios

- **Promover o acompanhamento do cumprimento das condições e critérios estabelecidos pelo programa e manter permanentemente as informações atualizadas**

➢ 52,78% dos entrevistados nunca foram visitados por funcionários da Prefeitura, medida necessária não somente para a confirmação das informações prestadas na ocasião da inscrição do programa, mas também para a identificação de outras carências que podem ser mitigadas mediante a inclusão em outros programas sustentados pela Prefeitura, ou, até mesmo, outro ente da Federação.

Municípios que apresentam percentual individual maior que a média encontrada: Adamantina, Fernandópolis e Piratininga – 100%, Limeira – 95%, Valinhos – 88,89%, Mirassol e Sertãozinho – 85%, Votuporanga – 80%, Leme – 75%, Conchal e Pederneiras – 66,67%, Marília – 60,87%, Jaboticabal e São José do Rio Preto – 60%, conforme se observa no gráfico a seguir:

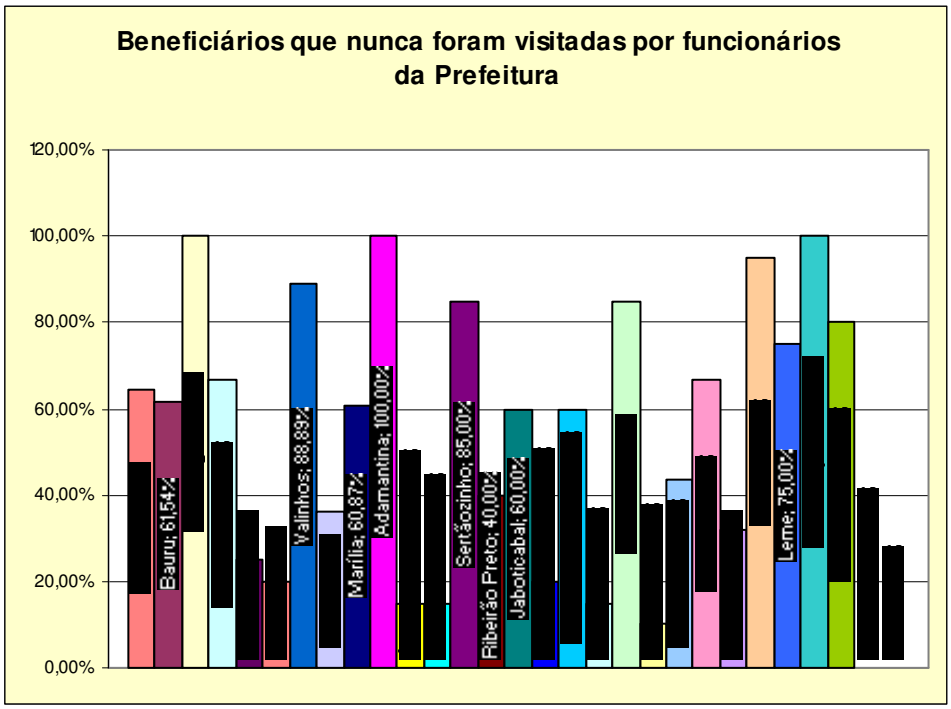


Gráfico 8: Beneficiários que Nunca Foram Visitados por Funcionários da Prefeitura
Fonte: Questionário – Unidades Regionais (UR's)

➢ 8,25% dos entrevistados afirmam serem visitados regularmente;

➢ 11,71% dos entrevistados afirmam que a periodicidade de solicitação para atualização dos dados cadastrais foi mensal ou trimestral e 39,16% que a atualização ocorreu anualmente;

➢ 58,60% dos municípios visitados não há documentação arquivada dos beneficiários para comprovação das informações atualizadas;

- 9,41% dos entrevistados nunca residiram ou mudaram do endereço indicado no cadastro do município;

- Todas as Prefeituras Municipais visitadas promovem regularmente palestras que abordam assuntos de interesse dos beneficiários, com exceção da Prefeitura de Valinhos, que durante o exercício de 2008 não proporcionou nenhuma medida sócio-educativa, e tão pouco de geração de renda;

- De todas as cidades visitadas, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Limeira, a participação dos beneficiários nas palestras sócioeducativas e de geração de renda oferecidas foi muito pequena, abaixo de 10%;

- 70% de todos os eventos de capacitação profissionalizante não contaram, cada um deles, senão com, no máximo, 10% do público ao qual se destinavam. Informação corroborada quando da constatação pelos gestores municipais que alegaram desmotivação e falta de interesse das famílias atendidas em aderir às medidas sócio educativas e de geração de renda (em torno de 48,3%);

- Insucesso expressivo das medidas de geração de renda promovidas no âmbito da ação, tendo em vista que 60% das famílias beneficiárias foram desligadas do Renda Cidadã em 2008 em razão do término do período permitido de participação na ação, que é inicialmente de 12 meses, podendo ser prorrogado até 24 meses, comparativamente ao motivo de desligamento ter ocorrido pela renda per capita acima de R$ 100,00 (apenas 7%);

Causas do desligamento do programa	Qtd.	%
Benefício sobreposto	321	7,57%
Família excluida por falta de justificativa no período de suspensão	146	3,44%
Mudança da família do município	241	5,68%
Não apresentação de carteira de vacinação	1	0,02%
Não apresentação de freqüência escolar	7	0,17%
Não participa de trabalho sócio-educativo	670	15,80%
Não reside atualmente no pólo de intervenção social	33	0,78%
Óbito do responsável pelo beneficio	5	0,12%
Óbito do único membro da família maior de 18 anos	3	0,07%
Renda per capita superior a R$100,00	297	7,00%
Término do período de participação no programa (12 pagamentos)	678	15,99%
Término do período de participação no programa (24 pagamentos)	1.839	43,36%
TOTAL	**4.241**	**100,00%**

Fonte: SEADS - Coordenadoria Geral do Programa Renda Cidadã

➢ Divergência significativa entre os resultados obtidos pela auditoria e àqueles apresentados pela SEADS com relação à comprovação da freqüência escolar, enquanto a SEADS afirma que 92% das Prefeituras realizam satisfatoriamente o monitoramento da freqüência escolar dos indivíduos das famílias inscritas na ação, a auditoria constatou que 60% (da amostragem realizada) não realizavam nenhum tipo de controle ou o faziam em intervalos e tempo superiores ao necessário para comprovação.

3.1.2.4.7- Da atuação da SEADS

a. Capacitação dos Municípios parceiros para o processo de capacitação

➢ Realização de apenas 1 (uma) capacitação para o Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP.

b. Apoio técnico através das DRADS

➢ O apoio técnico disponibilizado pela SEADS, refere-se à interpretação da lei, como operacionalizar os aplicativos: Pró-Social e Renda Cidadã e ocorre principalmente por meio eletrônico.

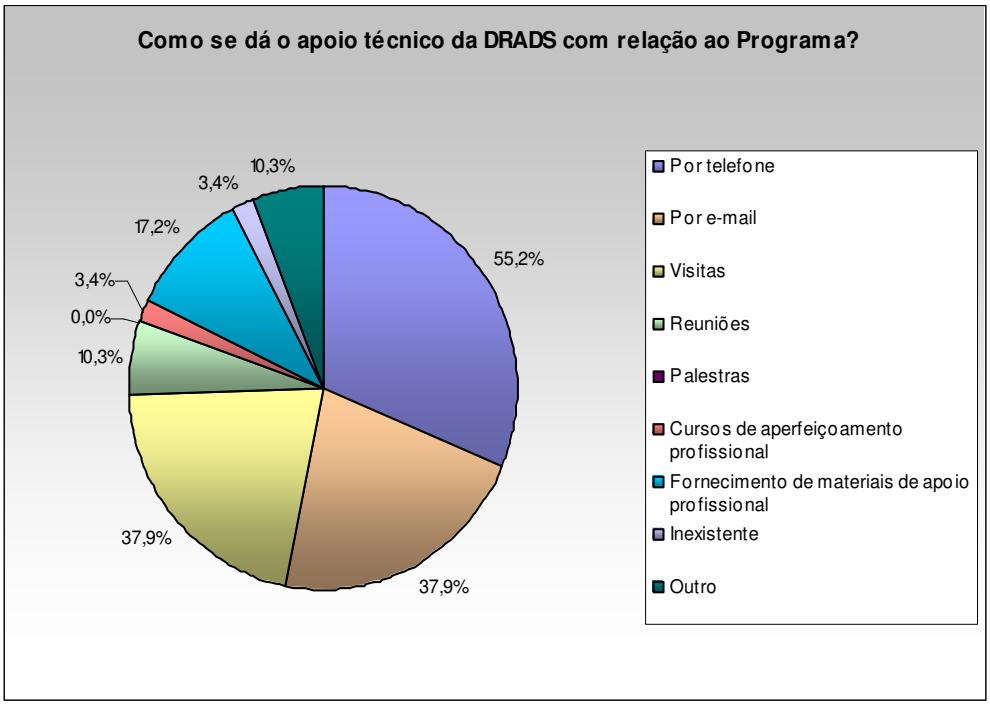


Gráfico 9: Como se Dá o Apoio Técnico da DRADS com Relação ao Programa Renda Cidadã
Fonte: Questionário - Unidades Regionais (UR's)

c.Supervisão dos Municípios parceiros, no acompanhamento do cumprimento das condições e critérios estabelecidos

➢ Apenas 31% dos gestores municipais entrevistados informam que a visita dos técnicos das DRADS ocorre mensalmente/trimestralmente.

d.Avaliação, periódica, sobre o andamento e o resultado do Programa

➢ Divergências encontradas nos relatórios de monitoramento trimestral encaminhados pelas DRADS à Coordenadoria Geral do Programa em relação ao trabalho de fiscalização "in-loco" realizado por este Tribunal;

➢ Ausência de acompanhamento a respeito dos indicadores sociais que serão considerados para avaliação dos resultados do Programa.

As fotos que seguem são de residências dos beneficiários obtidas pela auditoria, quando da aplicação dos questionários:

Município: Campinas

Município: Adamantina

Município: Ribeirão Preto

Município: Sertãozinho

Município: Mirassol

Município: Leme

4– AUDITORIAS REALIZADAS COM O APOIO DAS UNIDADES REGIONAIS

Esta Diretoria contou com a colaboração das URs para verificação de outras ações governamentais quais sejam: distribuição do leite (VIVALEITE), distribuição dos kits glicemia, verificação da compatibilidade entre instalações adequadas, estado de conservação, recursos humanos, equipamentos de uso pessoal e materiais para a necessidade da corporação, manutenção de equipamentos importados – relação custo x benefício e a suficiência de programas de capacitação oferecidos e a existência de convênio entre o Estado e os Municípios no Corpo de Bombeiros e nas Delegacias de Polícias.

Foram verificadas estas ações governamentais diante dos problemas detectados no exercício de 2007, com exceção do VIVALEITE, que foi selecionado em virtude da participação de Organizações Não Governamentais – ONGs na distribuição do leite em São Paulo e na Grande São Paulo, que trataremos neste item, em virtude de haver também a participação de Prefeituras Municipais.

A seguir sintetizamos o resultado destas verificações "in loco":

4.1– SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

4.1.1– VIVALEITE – 1ª fase de auditoria

O VIVALEITE consiste na compra e distribuição de 15 litros de leite fluido por mês a crianças com idade entre 6 meses e 6 anos e 11 meses e, somente em São Paulo e na Grande São Paulo, a idosos acima de 60 anos, cuja renda familiar não seja superior a dois salários mínimos.

A ação estabelece prioridades de atendimento a serem observadas caso a procura da população seja maior que o número de cotas a serem distribuídas. São elas: crianças com até 23 meses de idade, crianças de famílias cujo chefe esteja desempregado ou a mãe seja o arrimo de família; idosos acima de 65 anos de idade ou portadores de doenças crônicas ou que necessitem de uso contínuo de medicamentos.

A ação vem sendo inserida no limite mínimo de despesas com saúde. Para tanto, é necessário o acompanhamento nutricional através da realização de exame antropométrico periódico (medição e pesagem periódica das crianças) e orientações aos usuários no sentido de que seja utilizado como complemento nutricional.

As Organizações Não Governamentais atuam somente em São Paulo e na Grande São Paulo, realizando a distribuição do leite às famílias, seu cadastramento e controle (atualização cadastral, controle das prioridades, comparecimento para retirada do produto e exclusão daqueles faltantes por mais de três vezes consecutivas). São cerca de 3.200 entidades conveniadas que não recebem recursos financeiros, porém, recebem o leite para distribuição.

A fim de verificar de que forma vem sendo executada a ação VIVALEITE pelas ONGs, visitamos as entidades arroladas na tabela a seguir:

CONVENIADA	OBS.	MUNICÍPIO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – VIVALEITE		MUNICÍPIO
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PORTAL DAS LARANJEIRAS	–	CAIEIRAS
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JD.ESPERANÇA NOVA ERA	–	CAIEIRAS
IGREJA PENTECOSAL SERVIÇO DO REI – JD VERA TEREZA	–	CAIEIRAS
IGREJA BATISTA CASA DA ORAÇÃO PARA TODOS OS POVOS	–	CAIEIRAS
CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE	–	CAIEIRAS
FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	–	SÃO CAETANO DO SUL
IGREJA EVANGÉLICA AVIVAMENTO BÍBLICO EM VILA NOVA GERTY	–	SÃO CAETANO DO SUL
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHISTAS DO ESTADO	–	SÃO CAETANO DO SUL
CASO ESPECIAL – ABC DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA	–	SÃO CAETANO DO SUL
IGREJA BATISTA DE BARCELONA	–	SÃO CAETANO DO SUL
INSTITUIÇÃO ASSIST.CRISTÃ LAR MÃE MARIANA	–	POÁ
SOCIEDADE AMIGOS DE VILA ROMANA E ADJ.	–	POÁ
SOCIEDADE AMIGOS DE VILA VARELA	–	POÁ
UNIÃO REGIONAL UMBANDISTA DA ZONA LESTE	–	POÁ
SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO DE VILA JAÚ	–	POÁ
ASSOC MORADORES VILA JULIA E ADJACÊNCIAS	–	POÁ

CRECHE IRMÃ ARMINDA	há distribuição de leite no endereço, mas a creche não existe fisicamente	SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO AO ADOLESCENTE VILA ESPERANÇA	entrega o leite, mas o centro de apoio não existe fisicamente	SÃO PAULO
CRECHE SANTA LUÍSA DE MARILLAC	não localizada – no endereço indicado havia uma residência	SÃO PAULO
FORMIGUEIRO MOVIMENTO DE PROMOÇÃO	–	
TENDA DE CANDOMBLÉ CABOCLO TOMBA SERRA – ERMELINO MATARAZZO	–	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES MÃOS UNIDAS – VILA MARIANA	–	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO FEMININA DAS FUNCIONÁRIAS PÚBLICAS – VILA MARIANA	–	SÃO PAULO
TENDA DE UMBANDA ILÊ ALE OLODUMARE – VILA CARRÃO	–	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RINCÃO – VILA ESPERANÇA	–	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VILA ESPERANÇA	–	SÃO PAULO
GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA NENÊ DE VILA MATILDE	–	SÃO PAULO
TENDA DE UMBANDA OGUN E CABOCLO ROMPE MATO E VOVÓ RICA – PONTE RASA	–	SÃO PAULO
UNIÃO DE MÃES DA PONTE RASA E ADJACÊNCIAS	–	SÃO PAULO
ARCA DA VITÓRIA – VILA ESPERANÇA	–	SÃO PAULO
GRUPO MELHOR IDADE DO JARDIM POPULAR	–	SÃO PAULO

4.1.1.1– Achados de auditoria

– A existência das entidades, especialmente as do terceiro setor, responsáveis pela distribuição do leite

Visitamos, ao todo, trinta e duas entidades incumbidas da seleção dos beneficiários e distribuição do leite.

Segundo a Resolução SAA nº 24 de 01/08/00, para o cadastramento, as entidades devem apresentar os seguintes documentos:

I) estatuto social comprovando ter por objeto atividade social sem fins lucrativos;
II) ata de eleição dos integrantes da diretoria em exercício;
III) CNPJ;
IV) identidade e cartão de identificação de contribuinte do Ministério da Fazenda do presidente da entidade, seu substituto legal e da pessoa responsável pela distribuição do leite;
V) relatório sucinto das atividades exercidas pela entidade.

Em que pese a necessidade de apresentação dos documentos acima, a Creche Santa Luísa de Marillac, cadastrada no endereço da Av. Padres Olivetanos, 147, Vila Esperança, na Capital, não foi localizada. Em vez disso encontramos uma residência no endereço. Através do site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br), consta a entidade cadastrada na Rua Luís da Fonseca Galvão nº 85, localizada no bairro Capão Redondo, na Zona Sul.

A Creche Irmã Arminda e o Centro de Apoio ao Adolescente da Vila Esperança nunca existiram fisicamente. A distribuição das cotas referentes a essas duas entidades ocorre no mesmo endereço, num pequeno estabelecimento comercial na Rua Maria Carlota, 1023 - Vila Esperança, São Paulo.

Residência localizada no endereço da entidade Creche Santa Luísa de Marillac

Estabelecimento onde são distribuídas as cotas referentes às entidades Creche Irmã Arminda e Centro de Apoio ao Adolescente Vila Esperança

Na entidade Lar Espírita Anselmo Gomes, na Mooca, funcionários não souberam nos informar acerca de distribuição de leite no local.

- Seleção dos beneficiários, a fim de evitar desvios, para garantir o atendimento à população necessitada

O cadastramento dos beneficiários é realizado da seguinte forma: os interessados procuram a entidade incumbida da distribuição do leite próxima à sua residência, deve fornecer certidão de nascimento e carteira de vacinação da criança, RG do responsável, comprovante de renda e endereço. A entidade, por sua vez, deve verificar se atende às condições estipuladas pelo programa (renda de até 2 salários mínimos e idade até 6 anos e 11 meses para crianças ou acima de 60 anos, se houver cotas para idosos). Havendo disponibilidade, os dados são enviados à CODEAGRO para o cadastramento, que incluirá o nome do beneficiário na lista de controle. Geralmente, o recebimento é iniciado de imediato. Não havendo cota disponível, há inclusão em uma lista de espera.

– Coleta e análise de dados para o cadastramento:
– Ausência de padronização para análise dos dados

Não há exigência de profissional pela CODEAGRO para gerir os cadastros, mas nas prefeituras, geralmente, as pessoas com essa incumbência são assistentes sociais.

O mesmo não ocorre nas entidades. Boa parte das ONGs são Associações de Bairro e não é raro o atendimento ser realizado em suas próprias residências.

Encontramos casos em São Caetano do Sul nos quais o documento aceito pelo selecionador não indicava o valor da renda (por exemplo, comprovante de saque, sem constar o valor do benefício previdenciário) ou não correspondia à renda mensal (o holerite indicava a renda quinzenal, uma vez que deduzia valor de adiantamento no montante de 50% da renda bruta – somente estava dentro do limite de 2 salários porque não considerou o total mensal).

Notamos ainda que várias instituições enviaram fichas cuja renda declarada é maior que a fixada como limite, e ainda assim, houve o cadastramento pela CODEAGRO.

Na entidade, Grupo Melhor Idade do Jd. Popular, desde que o idoso participe das atividades a ele oferecidas, é inserido no cadastro. Nesse caso, não é a renda o fator determinante.

– Dados dos responsáveis

Quando da inclusão no programa, a CODEAGRO verifica em seu sistema se o requerente já recebe o benefício em outra entidade, evitando assim duplicidade, através da

ficha padrão preenchida nas entidades. A duplicidade é constatada pelo RG do responsável pela criança, que pode ser a mãe, pai, avós ou representante legal. Todavia, a ficha padrão possui apenas um campo para dados do responsável, não prevendo que, por exemplo, se for cadastrada a mãe em uma entidade, o pai em outra e ainda outro responsável em outra, o sistema não identificará. O ideal seria a identificação da mãe, do pai e do responsável.

– Renda familiar

A CODEAGRO não exige cópia dos documentos, porém, parece-nos emitir maior confiabilidade às informações incluídas nas fichas, especialmente quanto à renda. No município de Uchoa, por exemplo, a renda declarada, por volta de R$ 200,00 a R$ 300,00, parecia incompatível com boa parte das casas visitadas.

Na falta da cópia do comprovante, a ficha padrão da CODEAGRO, por si só, não emite nenhum indício de que as informações quanto aos rendimentos estejam ou não de acordo com o limite para enquadramento no programa. Há campos apenas para indicar o grau de escolaridade, valor da renda, se a atividade exercida é registrada em Carteira de Trabalho ou informal, ou situação de desemprego. Não há campo para a indicação sobre profissão ou empresa em que trabalha.

Verificamos ainda que, em boa parte das localidades, não há verificação **da renda familiar** estipulada pelo programa, mas somente a renda de um dos responsáveis pela criança.

Há, todavia, iniciativas em algumas localidades que, apesar de não comporem as normas previstas pelo programa, complementam positivamente o processo de seleção, como, por exemplo, entrevistas para confrontar os dados declarados nas fichas, visitas às residências (geralmente realizadas quando da execução de normas de outros programas sociais, como é feito em Mairinque, que aproveita as visitas para concessão do Bolsa Família do Governo Federal; ou as realizadas por entidades religiosas, como a Igreja Avivamento Bíblico, no bairro Nova Gerty, São Caetano do Sul).

Em Tanabi, a Prefeitura adotou a utilização de uma ficha com informações adicionais, como composição familiar, tipo de residência (própria, alugada, cedida, nº de cômodos, etc), bens (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis, telefone, etc), orçamento familiar (despesas com água, luz, telefone, farmácia e outras), existência de plano

de saúde; permitindo um panorama geral sobre as condições de vida da família beneficiada e, por fim, um parecer em que o selecionador aprova ou não a inclusão no programa.

A seguir inserimos fotos de algumas residências visitadas:

- Acima, foto de casas de alguns beneficiários do VIVALEITE que aparentemente não têm o perfil da ação

– Aceitação pela CODEAGRO de renda superior ao limite do programa

Notamos o envio pelas entidades e posterior cadastramento pela CODEAGRO de fichas com declaração de renda acima do correspondente a 2 salários mínimos.

Algumas dessas fichas, não possuíam nenhuma justificativa para envio com valor maior. Em outras, como em São Caetano do Sul, há entidades que consideram como parâmetro o salário mínimo do Estado de São Paulo, maior que o nacional. Há outras, que consideram o limite de 2 salários mínimos depois de deduzido o valor de aluguel declarado pela família. Há ainda quem considere ambos os critérios.

– Se o produto objeto da ação do Estado está efetivamente chegando à população

De posse do cadastro de beneficiários nas entidades que o mantinham arquivado, selecionamos uma amostra aleatória para visita e entrevista.

Em geral, os entrevistados afirmaram receber regularmente o leite. Apenas em meados de março/2008, houve interrupção por cerca de 15 dias, quando da realização da licitação.

Em São Caetano do Sul, pelo menos 2 entidades apontaram que a empresa entregadora na região não estabelece previamente um cronograma para entrega. Quando se inicia o mês, freqüentemente a entrega deixa de acontecer em algum dia na primeira semana, gerando insatisfação dos beneficiários que, sem aviso prévio, são surpreendidos com a falta do leite.

– Cuidados na distribuição para que o leite chegue aos consumidores em boas condições

Para manter o baixo custo da ação, não há exigência de refrigerador nas entidades para a distribuição. Há apenas o fornecimento pela empresa entregadora de caixas de isopor para que o leite seja acondicionado.

Todas as entidades visitadas possuem os referidos isopores, alguns, porém, já bastante gastos, necessitando de reposição.

No endereço da Rua Conceição da Brejaúba, 614, no Jd Popular (São Paulo), há a distribuição através de duas entidades – o Grupo Melhor Idade do Jd Popular, que distribui leite a idosos e a Sociedade Amigos do Jardim Popular, cuja distribuição se destina a crianças. Na data da visita, apesar da entrega do leite às entidades no início da manhã, quando da nossa visita (por volta das 15h), todo o leite ainda estava armazenado (da primeira ONG em geladeiras, da segunda, em caixas de isopor). Segundo nos informaram no local, o leite dos idosos é entregue após atividades que desenvolvem na entidade no período da tarde. Quanto ao das crianças, os pais comparecem à noite para retirar, pois a maioria trabalha.

Segundo as normas da ação, o leite deve ser distribuído nas duas horas subseqüentes à entrega pelo caminhão.

– Cobrança de contribuição

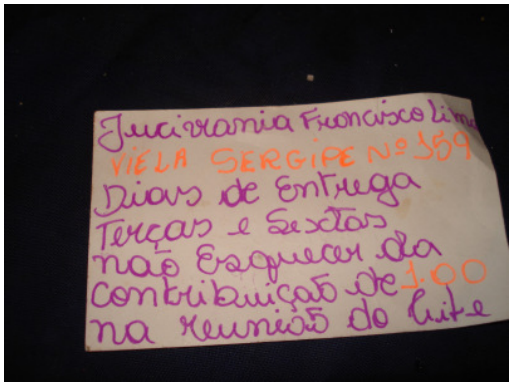
Há entidades que utilizam carteirinhas para identificação dos beneficiários e controle da entrega do

leite. Porém, em alguns casos, o custo pela emissão é repassado aos usuários. Soubemos sobre uma entidade que realizava a cobrança de R$ 3,00 pela referida carteirinha.

Em outra, havia um cartaz no local de distribuição informando sobre as condições para exclusão do programa, dentre as quais estava a ausência de pagamento de "contribuição" à entidade.

Numa terceira entidade, ao entrevistar alguns beneficiários, tivemos vários relatos de que o pagamento da contribuição de R$ 3,00 é condição para inserção e manutenção no projeto. Havendo o pagamento, o beneficiário é inserido. Deixando de realizar o pagamento mensal, há exclusão.

De uma amostragem de 32 entidades, obtivemos informação acerca de cobrança em pelo menos cinco delas, dentre as quais, uma já havia sido objeto de denúncia pelo telefone 0800, mas permanecia com a prática.



Cartaz lembrando quanto à contribuição na reunião do leite

– Eqüidade na distribuição: proporcionalidade entre a distribuição dos recursos e o público alvo

A distribuição do número de cotas, realizada em 1997, **teve como critério o percentual de famílias identificadas como indigentes no Mapa da Fome III**, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA em 1993.

A definição de **linha de indigência** leva em consideração o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. [19]

---

[19] O Mapa da Fome III definiu situação de indigência e **linha de pobreza**. A primeira, leva em consideração o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. Já a segunda, inclui, além do valor da

Em 1997, segundo informou-nos a CODEAGRO, a distribuição foi realizada da seguinte forma:

Faixa (%) de indigência do município	Atendimento (%) em relação ao nº de famílias indigentes	Número de municípios nesta faixa
Maior que 20%	100%	179
De 19,9% a 15%	50%	199
De 14,9 a 10%	30%	139
De 9,9% a 4%	20%	69
Novos municípios	-	20
Total	**-**	**606**

Distribuição inicial do VIVALEITE em 1997

O instrumento utilizado foi elaborado por órgão oficial de pesquisas (IPEA), a distribuição visou a um maior atendimento nos municípios mais pobres. O critério adotado pode se prestar a diminuir distorções entre a renda auferida pelas famílias e a qualidade nutricional que esta lhes possibilita em função de disparidades regionais. Todavia, para que seja adequado, deve-se observar, além do percentual de famílias sem condições de alimentar-se corretamente, o percentual de crianças com até 6 anos e 11 meses de idade dentro dessa população (e de idosos, na Região Metropolitana), a atualização desses dados e que guarde relação com o critério de renda eleito pelo projeto.

Verificamos, porém, que essa distribuição realizada em 1997, não mais corresponde à atual.

Em primeiro lugar, foram localizados no Mapa da Fome 586 municípios e distribuídos a mais 20 municípios identificados como novos. Porém, hoje o leite é distribuído em 645 municípios, ou seja, 39 não estão incluídos neste critério. Comparando-se a distribuição original com as cotas atuais, também boa parte não mais corresponde àquela. Houve alterações diversas no decorrer do período (de 1997 até o presente momento).

Ademais, o parâmetro utilizado buscou dados na Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo IBGE em

---

cesta alimentar, o mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas para o período de um mês, quais sejam habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc.

Esses conceitos buscaram revelar uma estrutura de consumo observada de fato, através de pesquisas de orçamento familiares dentre populações de baixa renda. Assim, a composição da cesta alimentar refletiu hábitos e preferências face à restrição de renda e teve como base a **Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE 1987/1988**. Levaram em conta ainda as significativas discrepâncias das estruturas de consumo e de preços ao consumidor entre as diversas regiões, bem como entre residência em local metropolitano, urbano ou rural. Em nível nacional, a partir das cestas de consumo para 9 regiões metropolitanas e Brasília, foram derivados valores para outras 15 áreas urbanas e rurais de diferentes regiões, no total de 25 linhas de indigência e 25 de pobreza. Sobre esses valores, há reajuste anual conforme variação de preços por grupos de produtos, com base no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, do IBGE.

1987/1988; ou seja, são dados de vinte anos atrás, cujas realidades devem ter sofrido consideráveis alterações.

Comparando a distribuição realizada pela Secretaria com o critério de renda definido ao projeto, combinado com o percentual da população nas respectivas faixas etárias, elaboramos uma planilha com os dados do último censo do IBGE (2000). Por esse critério, há inúmeras distorções quanto ao percentual de atendimento do público alvo por município, pois ao mesmo tempo em que há 64 municípios sendo atendidos em menos de 30% do potencial público alvo, 170 são atendidos em mais de 100%. Apresentamos abaixo as maiores distorções:

Município	atendimento (%)
Campo Limpo Paulista	6,04
Várzea Paulista	7,63
Ibaté	10,49
São José do Rio Preto	13,45
Serrana	13,58
São José dos Campos	15,9
Caraguatatuba	16,49
Guarujá	16,69
Taquaritinga	17,66
São Vicente	19,94
Bauru	20,31

Municípios com menor percentual de atendimento.Em relação ao público alvo

Município	atendimento (%)
Águas de São Pedro	463,85
Tupi Paulista	339,78
Uru	319,08
Pirapora do Bom Jesus	269,12
Rinópolis	262,81
Estrela do Norte	249,05
Sabino	245,92
Brejo Alegre	240,54
Diadema	234,05
Vista Alegre do Alto	231,9
Dulcinópolis	231,1
Guaraci	228,95
Fartura	224,51
Borá	222,16
Buritizal	221,38
Iacri	220,05
Elisiário	216,01
Guarani D'Oeste	210,3
Adamantina	210,18
Vera Cruz	208,8
Aparecida D'Oeste	206,73
Mira Estrela	206,41
Garça	205,52

Tupã	204,93
Fernão	203,34
Redenção da Serra	202,72
Alto Alegre	202,3
Nova Luzitânia	201,69
Paulistânia	201,15

Municípios com maior percentual de atendimento. Em relação ao público alvo

Com a finalidade de testar a consistência dos dados apurados, selecionamos para averiguação pelas UR's, alguns municípios, cujo critério utilizado referiu-se àqueles que apresentassem mais distorções entre a distribuição realizada e o público em potencial dentro da faixa de renda, limitada ao percentual de famílias com crianças até 7 anos incompletos. As informações obtidas estão inseridas em item a seguir neste relatório.

- Observância das prioridades estabelecidas

Nos municípios de Uchoa, Tanabi, Bady Bassit e na maioria das entidades visitadas em São Caetano do Sul, não há problemas na administração das prioridades, pois não há grandes filas de espera e, segundo os responsáveis pela execução nesses locais, havendo enquadramento quanto à idade e renda, rapidamente os requerentes são inseridos.

Em Mairinque, porém, a pessoa encarregada da administração dos cadastros informou ter dificuldades na exclusão de crianças maiores para inclusão das menores de 2 anos, uma vez que, geralmente, há discordância das mães quando da exclusão. Pondera que se houvesse maior divulgação das prioridades, quanto à possibilidade de exclusão das crianças maiores, ou limitação à idade de 4 ou 5 anos, seria mais fácil essa administração. Considera ainda que seria necessário um adicional de 50 cotas para atender a toda a demanda.

Nos municípios da Grande São Paulo, a maioria dos responsáveis entrevistados desconhece as prioridades estabelecidas pelo programa. Geralmente, procuram incluir no cadastro pela ordem de fila ou aqueles em pior situação financeira.

- Alocação da despesa nos limites mínimos constitucionais da área da saúde; caracterização das ações do projeto nesta natureza

Em que pese a execução do VIVALEITE pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, seus recursos vêm compondo o limite mínimo constitucional de gastos na saúde.

A Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde define quais despesas poderão compor a aplicação mínima constitucional na área da saúde.

Em sua quinta diretriz, no inciso III, a Resolução esclarece que os gastos da saúde devem ser aqueles específicos do setor, e não se confundem com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que com reflexos sobre as condições de saúde. A sexta diretriz inclui, no inciso III a vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar **promovida no âmbito do SUS**; e no inciso IV, educação para a saúde.

O VIVALEITE tem caráter dúplice quanto aos seus objetivos: visa à promoção da segurança alimentar de crianças e idosos, e, por outro lado, tem o objetivo de fomentar a produção leiteira no Estado, por isso promovido no âmbito da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

No interior, nas prefeituras verificadas por esta Diretoria, a vinculação com a área da saúde se dá pela distribuição, via de regra, pelas unidades de saúde e a obrigatoriedade da realização do exame antropométrico. Conforme já exposto, os municípios o realizam mensalmente e podem acompanhar tempestivamente o estado nutricional das crianças e realizar os encaminhamentos pertinentes, quando necessário. Nesse aspecto, o projeto poderia determinar a realização do exame como norma, visando à inexistência de exceções.

Todavia, na região da Grande São Paulo, em virtude da distribuição ocorrer através de ONGs, em boa parte associações de bairros, entidades religiosas, entre outras, o exame antropométrico não é realizado. Ademais, além da falta de acompanhamento nutricional, a forma como é executado na Região Metropolitana não permite qualquer vinculação com o Sistema Único de Saúde.

De outro norte, ainda que as entidades recebam orientação da CODEAGRO e as repasse aos beneficiários, as instruções se limitam aos cuidados e manuseio com o leite e a orientação de que o produto seja consumido pelos beneficiários. Entendemos, s.m.j., não ser suficiente para considerar como educação para a saúde, uma vez que para tanto, deveria incluir medidas sanitárias, prevenção de doenças, entre outros. Como efeito de inclusão em gastos da saúde ainda, far-se-ia necessário a promoção de que todos

participassem periodicamente desses eventos, vinculando ao recebimento do benefício.

- Exame antropométrico

No interior

No interior, as quatro prefeituras visitadas por esta Diretoria, na 1ª fase, realizam mensalmente, por meio de Unidades Básicas de Saúde, o exame antropométrico, que consiste na medição e pesagem das crianças beneficiárias. Informam quadrimestralmente os dados dos exames à CODEAGRO (em Mairinque, Uchoa e Tanabi por meio informatizado). A CODEAGRO, por sua vez, analisa os dados e devolve às Prefeituras a informação sobre normalidade, desnutrição ou sobrepeso das crianças. A partir dessa informação, os responsáveis pela execução da ação estadual nos municípios devem realizar os devidos encaminhamentos ao sistema de saúde.

O programa prevê a realização do exame antropométrico a cada quatro meses. Porém, por iniciativa própria, os municípios visitados vêm realizando mensalmente a pesagem e medição das crianças beneficiárias, com a finalidade de comprometer as mães com a apresentação de seus filhos à unidade básica de saúde. Segundo os entrevistados, a realização do exame apenas quadrimestralmente não surte efeito, pois as mães acabam se esquecendo do exame ou sentindo-se desobrigadas a realizá-lo. Vemos como positiva a iniciativa, tendo em vista que o ente municipal pode acompanhar mais de perto o desenvolvimento regular das crianças, permitindo intervenções de forma rápida e preventiva, até mesmo antes da avaliação pela CODEAGRO.

Tanto nas entrevistas com os executores quanto com os beneficiários, não obtivemos informação sobre crianças com desnutrição.

Na Grande São Paulo

Nos municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, o cadastramento e distribuição do leite são feitos por organizações não governamentais, não havendo qualquer vinculação com Unidades de Saúde; impossibilitando, portanto, o exame antropométrico e monitoramento nutricional dos beneficiários.

- Observância das recomendações do Tribunal

Apreciando a ação nas contas do exercício de 2004 (TC-40.668/026/04), este E. Tribunal de Contas apontou as seguintes recomendações a serem cumpridas quando da execução do VIVALEITE:

- implementação de campanhas de esclarecimento ao público alvo, no sentido de que o produto seja tido como complemento nutricional;

- maior envolvimento da Secretaria da Saúde.

Passaremos a relatar em item próprio quanto ao atual cumprimento destas determinações.

- Implementação de campanhas de esclarecimento ao público alvo, no sentido de que o produto seja tido como complemento nutricional:

a) No interior

Verificamos nos municípios visitados por esta Diretoria a realização de cursos aos executores do programa e elaboração de folhetos pela CODEAGRO com a finalidade de orientação aos beneficiários do programa sobre as propriedades nutricionais do leite, que é enriquecido, e sobre a importância de utilização como complemento alimentar às crianças. No município de Tanabi, houve a realização de palestra aos beneficiários, a fim de repassar as orientações obtidas. Em Uchoa e Mairinque, houve a distribuição de folhetos informativos. O efeito dessas ações é positivo, tendo em vista que, nas famílias visitadas nesse município, a quase totalidade afirmou que o consumo de leite é exclusivo da criança beneficiária.

b) Na Grande São Paulo

Nos municípios da Região Metropolitana da Capital, as entidades afirmaram ter recebido orientações da CODEAGRO quanto ao manuseio e propriedades nutricionais do leite. Algumas afirmaram orientar os beneficiários durante a entrega, outras na reunião mensal.

Em São Caetano do Sul, as famílias entrevistadas afirmaram que o leite é consumido por todos na residência, incluindo os adultos.

- Maior envolvimento da Secretaria da Saúde

O artigo 3º do Decreto Estadual nº 44.569/99 prevê a criação de uma Comissão Estadual do Projeto "VIVALEITE" para estabelecer metas e critérios para execução do Programa, bem como avaliar periodicamente os resultados obtidos. Essa Comissão deveria incluir um representante da Secretaria da Saúde, porém, até o momento não houve a designação formal dos representantes.

Pela Resolução SS-12 de 31/07/07, a Secretaria de Estado da Saúde deve acompanhar a execução e os resultados obtidos pelas ações do VIVALEITE e realizar relatório anual, porém, segundo informações obtidas junto à CODEAGRO, não há o repasse das informações à citada Secretaria.

Quanto à CODEAGRO, segundo resposta à requisição nº 01/08, vem realizando o monitoramento da obrigação dos municípios em acompanhar o estado nutricional das crianças estabelecidas como obrigação no programa. Tais ações referem-se ao acompanhamento do exame antropométrico, já citado no item anterior, realizado nos municípios do interior visitados por esta Diretoria. Todavia, na Grande São Paulo, nenhuma ação foi apontada nesse sentido.

- Estímulo à produção leiteira no âmbito estadual

A opção pelo leite fluido se deu por dois motivos:

a) evitar desvios quando da distribuição aos beneficiários, tendo em vista o antigo sistema de tíquetes, que favoreceu desvios, como a troca por outros produtos, inclusive não alimentares, bem como falsificações e roubos;

b) por ser o produto perecível e com pequeno prazo de validade (3 dias), acaba por restringir a aquisição do leite de outros Estados.

Segundo a CODEAGRO, a ação de incentivo à produção consiste na própria compra do produto para distribuição. O projeto é responsável pela compra de 126 milhões de litros, cerca de 25% da produção de leite pasteurizado fluido no Estado, atingindo cerca de 70% dos produtores.

O VIVALEITE não abarca, diretamente, nenhuma ação que vise a incrementar os métodos de produção, de forma a desenvolver técnicas de aumento de produtividade ou de diminuição de custos. S.m.j., a ação deve ser acompanhada de medidas para aprimorar a produção, de modo a torná-la mais

competitiva, não gerando para esses produtores dependência da existência do projeto estatal.

A CODEAGRO apontou ações de outros setores da Secretaria da Agricultura que oferecem suporte ao pequeno produtor. São eles:

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que desenvolve os projetos:

– Medicina Veterinária Preventiva e de Saúde Animal: visa identificar causas e fatores de doenças e, assim, delinear medidas de profilaxia, como controle de mastite bovina, vacinação contra brucelose, diagnóstico de tuberculose, controle de roedores, desinfecção de equipamentos usados no trato com os animais, higiene pessoal e educação em saúde aos produtores, etc.

– Viabilidade Leiteira na Agricultura Familiar: para maior lotação de gado no pasto e produção de leite com técnica de pastejo rotacionado irrigado e controle gerencial de custos, que aproveita pequenas áreas de pastagens e permite que o gado fique no pasto por até nove meses, reduzindo o custo de alimentação. Segundo a CODEAGRO, proporciona um aumento médio de 2 vezes a quantidade de litros de leite, tendo como foco os agricultores familiares que tenham na atividade leiteira sua principal fonte de renda.

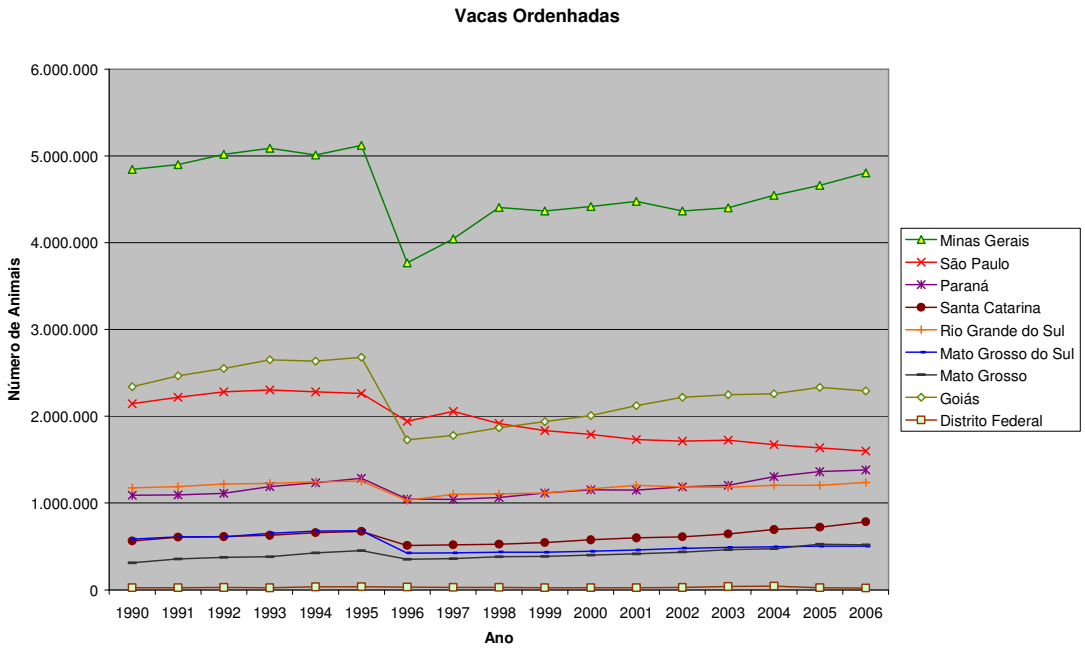
– FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista: consiste em crédito rural a diferentes setores agropecuários.

Tais ações não fizeram parte da análise desta auditoria.

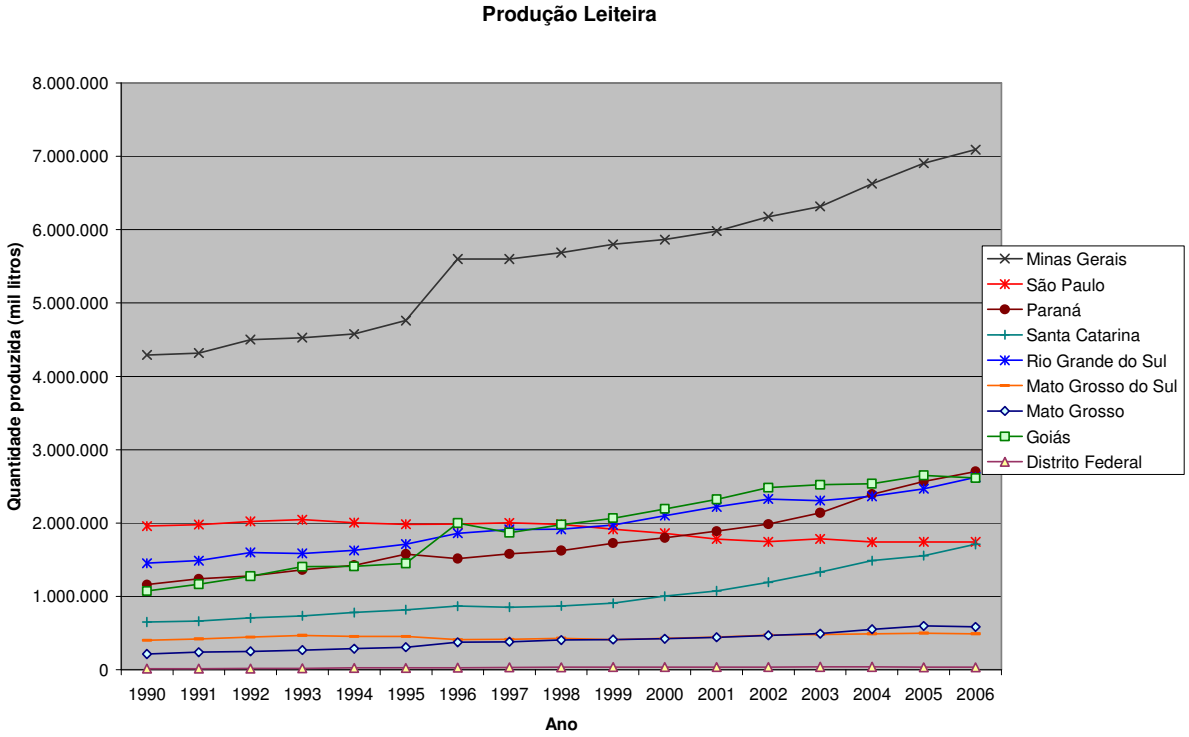
Apenas como informação, verificamos no site do IBGE (www.ibge.gov.br) que São Paulo ocupa a 2ª posição nacional em número de vacas ordenhadas, o 5º lugar em volume de leite produzido e o 7º lugar em produtividade.

Em relação à evolução, desde a década de 1970, vem se mantendo a produção, com uma ligeira queda a partir de 1998, enquanto em outros Estados vem crescendo.

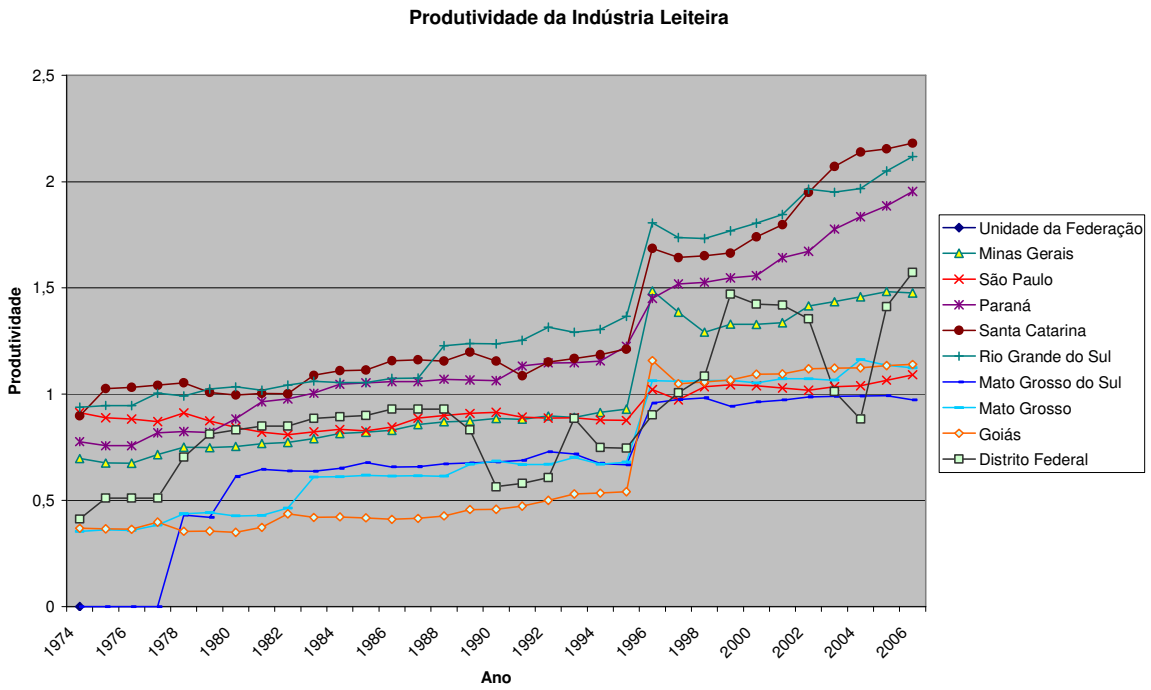
Os gráficos abaixo ilustram os números acerca da produção leiteira em comparação a outros Estados.



Vacas ordenhadas – período de 1990 a 2006



Produção leiteira no período de 1990 a 2006



Produtividade da indústria leiteira – de 1974 a 2006

4.1.1.2- Considerações finais da 1ª fase da auditoria

Por fim, destacamos os pontos fortes e fracos detectados na auditoria sobre a ação VIVALEITE nesta 1ª fase de auditoria:

a) Pontos fortes detectados na descentralização através das ONGs para distribuição do leite:

- Proximidade da população beneficiária, facilitando a retirada do produto;
- Baixo custo para o Estado (uma vez que não há remuneração pela prestação do serviço);

b) Pontos fracos:

- Falhas na seleção dos beneficiários, como ausência de preparo para análise de comprovantes de renda, falta de conhecimentos sobre as prioridades do programa, etc.
- Falta de controle mais efetivo que iniba desvios como distribuição somente ao final do dia, cadastramento de beneficiários sem seleção por renda, e possibilidade de vinculação da distribuição a pagamento de "contribuição" à entidade ou outras obrigações indevidas, mesmo depois de formulada reclamação pelo telefone 0800;

- Participação de entidades irregulares, como, por exemplo, ONGs que não existem fisicamente – apesar da exigência de relatório de atividades para cadastramento;
- Falta da realização do exame antropométrico para acompanhamento do desenvolvimento nutricional das crianças beneficiárias;
- Falta de vinculação ao SUS e/ ou outras medidas para que seja considerado como despesa de saúde;

Ressaltamos ainda a não localização do ponto de distribuição no endereço indicado, da entidade Creche Santa Luísa de Marillac, mas a existência de uma residência no local, bem como a entidade Lar Espírita Anselmo Gomes, onde os colaboradores encontrados no local nada sabiam sobre a distribuição do leite.

c)Alternativas:

- Realizar capacitação quanto à seleção dos beneficiários e administração das prioridades;
- Fiscalização contínua para inibir desvios na distribuição do leite, cadastramento dos beneficiários e vinculação de recebimento do leite a pagamento de contribuições;
- Visitas a famílias beneficiárias;
- Criar vinculação com as unidades de saúde dos bairros, a fim de realizar o acompanhamento nutricional das crianças e intervenções necessárias;

d)Pontos fortes detectados na descentralização através das Prefeituras, na 1ª fase da auditoria, para distribuição do leite no Interior:

- Proximidade da população beneficiária, facilitando a retirada do produto;
- Baixo custo para o Estado, uma vez que não há remuneração pela prestação do serviço;
- Distribuição realizada em setores ligados à assistência social e à saúde, possibilitando a realização do exame antropométrico para acompanhamento do desenvolvimento nutricional das crianças e encaminhamentos aos setores competentes da saúde;
- Seleção geralmente realizada por assistente social.

e) Principais achados:

Como pontos positivos da execução da ação por organizações não governamentais, destacamos a proximidade da população beneficiária, pois geralmente, as entidades

conveniadas são associações de bairro, e o baixo custo para o Estado, uma vez que não há remuneração pela prestação do serviço.

Por outro lado, detectamos diversas falhas, as quais passamos a arrolar:

a) Inclusão de beneficiários com renda acima do limite do programa, em detrimento de outros que estejam no perfil, muitas vezes por falta de preparo para análise de comprovantes de renda, ou por falta de controles sobre os cadastros;

b) Ausência de conhecimentos pelos responsáveis sobre as prioridades do programa;

c) Ocorrência, em algumas localidades, de distribuição somente ao final do dia (segundo as normas do programa, deveria ocorrer em até duas horas após a entrega pelo distribuidor, pois o leite é armazenado apenas em isopor e não em freezer);

d) Vinculação, em algumas entidades, da permanência do beneficiário no projeto ao pagamento de "contribuição" à entidade ou outras obrigações indevidas, mesmo depois de formulada reclamação pelo telefone 0800;

e) Falta da realização do exame antropométrico para acompanhamento do desenvolvimento nutricional das crianças beneficiárias;

f) Inexistência física de entidades participantes: para cadastramento, segundo informou-nos a CODEAGRO, é necessário apresentar relatório de atividades da instituição. Apesar disso, as entidades Creche Irmã Arminda e Centro de Apoio ao Adolescente Vila Esperança, R Maria Carlota, nº 1023 e 1015 Bloco A, não existem fisicamente. Há a distribuição de leite (de ambas, num mesmo endereço), porém, trata-se de um pequeno estabelecimento comercial - um bar;

g) Inexistência de distribuição do leite em entidades cadastradas: a entidade Creche Santa Luísa de Marillac não foi localizada por nossa auditoria no endereço indicado - Av Padres Olivetanos, 147 - Vila Esperança. Em vez da entidade, há uma residência no local. A entidade Lar Espírita Anselmo Gomes existe no endereço indicado, mas seus colaboradores encontrados no local nada sabiam sobre a distribuição do leite.

4.1.2– VIVALEITE – 2ª fase de auditoria

Em complemento ao relatório elaborado por esta seção que constou do 3º trimestre/08 relativo à ação 1309 – VIVALEITE do Programa 1308 – Segurança Alimentar da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, após o envio dos questionários aplicados pelas URs aos gestores municipais e aos beneficiários em municípios previamente selecionados, passamos a relatar os principais achados da auditoria, considerando os objetivos da ação.

O Estado, através da CODEAGRO, por sua vez, realiza a licitação e contratação das empresas distribuidoras do leite, que o entregam diretamente nos postos de distribuição. Além disso, também é responsável pela fiscalização, determinação do número de cotas, inclusão ou exclusão de beneficiários do cadastro e apreciação das prestações de contas. A distribuição do leite é realizada no interior pelas Prefeituras Municipais.

A seleção dos municípios a serem verificados se deu no início da auditoria da ação quando elaboramos uma tabela baseada no Censo do IBGE de 2000, considerando as seguintes variáveis: total de domicílios, por classe de rendimento destacando àqueles com renda mensal de até dois salários mínimos, média de moradores, crianças com menos de 07 anos estimando o público potencial do programa comparando se com a quantidade de cotas conferidas ao município pela CODEAGRO.

A 2ª fase de visitas, contou com a colaboração das Unidades Regionais – UR’s desta Casa mediante utilização da Ordem de Serviço nº 01/08, através de entrevistas com os gestores municipais selecionados, verificação dos cadastros e visita às residências e entrevista com os beneficiários, sendo encaminhadas às URs orientações prévias.

Considerando os aspectos verificados no relatório relativo à 1ª fase de auditoria, observou-se aqueles pertinentes à distribuição do leite no interior do estado, quais sejam:

a) A eqüidade na distribuição, ou seja, a proporcionalidade entre distribuição dos recursos e o público alvo;

b) Seleção dos beneficiários, a fim de evitar desvios, para garantir o atendimento à população necessitada;

c) Se o produto objeto da ação do Estado está regularmente chegando à população;

d) Alocação da despesa nos limites mínimos constitucionais na área da saúde, a caracterização das ações do projeto nesta natureza;

4.1.3- Eqüidade na distribuição: proporcionalidade entre a distribuição dos recursos e o público alvo

Elaboramos um quadro com o número de famílias cuja renda seja inferior a dois salários mínimos e aplicamos o percentual de crianças na faixa etária atendida pelo projeto para estimar o público alvo existente por município. Os dados foram extraídos do Censo IBGE 2000 (www.ibge.gov.br). A partir daí, comparamos com as cotas atribuídas a cada município, informadas pela CODEAGRO. Segundo esse critério, o percentual de atendimento variou de 6,04 (Campo Limpo Paulista) a 463,85% (Águas de São Pedro). Enquanto aproximadamente 64 municípios recebem atendimento inferior a 30%, há 170 com atendimento superior a 100% do público alvo estimado (tabela em anexo).

Com base nessa tabela, selecionamos alguns municípios do interior para auditoria através das Unidades Regionais, de acordo com a Ordem de Serviço SDG-01/2008, a fim de confirmar as distorções quanto à distribuição de quotas e ampliar a amostragem relativa à execução do projeto.

O critério adotado para seleção foi o de escolher de 2 a 3 municípios da área de atuação de cada Unidade Regional dentre aqueles que apresentassem maiores distorções na distribuição de cotas, tanto a maior quanto a menor.

No quadro abaixo estão arrolados os municípios selecionados e respectivos números.

Unidade Regional	Município	Público potencial do programa	Qtde de cotas conferida ao município	% atendido
UR-01	Guaraçaí	250	572	228,95
	Rinópolis	402	1.056	262,86
	Monções	81	296	364,52
UR-02	Itapuí	388	112	28,86
	Lucianópolis	100	190	190,09
	Bauru	6.332	1.106	17,47
	Fartura	456	1.024	224,51
UR-03	Campo Limpo Paulista	2.054	124	6,04

	Várzea Paulista	1.966	150	7,63
	Holambra	90	180	199,84
UR-04	Tupã	1.305	2.674	204,93
	Lutécia	75	234	311,63
	Uru	39	126	319,08
	Osvaldo Cruz	695	1.616	232,49
	Tupi Paulista	315	1.070	339,78
UR-06	Serrana	1.119	152	13,58
	Santo Antônio da Alegria	218	404	185,25
	Buritizal	120	266	221,38
UR-07	Jacareí	5.939	712	11,99
	Redenção da Serra	194	394	202,72
	Natividade da Serra	303	624	206,06
UR-08	Nova Aliança	129	324	252,06
	União Paulista	48	126	263,25
	Neves Paulista	179	478	266,98
UR-09	Itu	2.690	736	27,36
	Pardinho	109	218	200,89
	Jumirim	35	80	225,65
UR-10	Piracicaba	5.092	862	16,93
	Santa Maria da Serra - SP	88	198	224,10
	Águas de São Pedro	17	80	463,85
UR-11	Dolcinópolis	97	224	231,10
	Urânia	305	786	257,30
	Marinópolis	75	198	265,48
UR-13	Ibaté	763	80	10,49
	Trabiju	39	80	203,42
	Vista Alegre do Alto	103	240	231,99

Fonte: tabela elaborada por esta Diretoria na 1ª fase da auditoria que se encontra no TC-A - 7576/026/08

4.1.4- Achados de auditoria

A auditoria no interior consistiu em aplicação de entrevista estruturada aos executores do projeto nos municípios, bem como a beneficiários. Os questionários versaram sobre o cadastramento dos beneficiários, adequação das cotas estabelecidas, fornecimento de orientações quanto à vacinação e propriedades nutricionais do leite e seu manuseio, realização do exame antropométrico, atualização dos cadastros, entre outros. A seguir apresentamos a síntese do apurado nesta 2ª fase da auditoria:

Entendemos que o projeto atende bem aos beneficiários. A grande maioria está satisfeita com a qualidade, atendimento, benefícios nutricionais às crianças, acompanhamento através do exame antropométrico. Todavia, a execução apresenta diversas falhas, que resumimos a seguir:

- **As cotas atribuídas não refletem uma equidade da distribuição do leite, havendo municípios com percentual muito baixo de atendimento, acarretando filas de espera para inserção e até mesmo impossibilitando que todos sejam atendidos; em contrapartida, há municípios com número de cotas excessivo, ocasionando desvios no atendimento ou sobras indevidas;**

– Nos municípios selecionados cujo percentual de atendimento está em torno de 200%, apenas em quatro (cerca de 11% da amostragem) foi mencionada fila de espera. Trata-se de União Paulista, Santa Maria da Serra, Trabiju e Vista Alegre do Alto. Nesses municípios, o índice de cadastrados com renda acima do limite do programa (dentre os entrevistados) variou de 15% a 36%, enquanto naqueles, não passou de 11%.

Em Trabiju, foi informado que o tempo médio de espera é de aproximadamente 90 dias, porém, cerca de 27% dos respectivos entrevistados possuem renda superior ao limite do projeto. Isso indica que o tempo poderia ser consideravelmente reduzido se houvesse controle quanto à renda dos inseridos no cadastro.

- **Houve apontamentos quanto ao projeto não levar em consideração as particularidades dos municípios, como, por exemplo, locais em que os trabalhadores são empregados por safra, cuja renda é variável. Há ainda localidades em que não há comercialização de leite ou grande número de famílias com mais de dois filhos, e, por não se considerar a renda per capita, estão fora do limite;**

- **Falta de controle e de solicitação de documentos quanto ao cadastramento das famílias e manutenção deste cadastro, o que possibilita diversos desvios, como famílias com renda superior ao limite, crianças com idade superior à prevista, cadastramento de pessoas que não residem com a criança, desatualização do endereço, etc.**

– A cláusula 2ª, inciso III, "b" do Decreto Estadual nº 44.569/99 estabelece que a atualização cadastral dos beneficiários deva ser mensal, condição esta para manter o recebimento do leite.

Apenas 04 (quatro) municípios (11%) informaram atualizar o cadastro com esta periodicidade – Rinópolis, Jacareí, Redenção da Serra e Itu. Alguns municípios informaram atualizar com diversas periodicidades – semestral, bimestral, bienal, etc.

Como exemplo da não atualização cadastral temos o município de Campo Limpo Paulista, em que a auditoria necessitou realizar mais de 50 visitas para conseguir entrevistar 25 beneficiários, em virtude de vários selecionados não residirem no local indicado ou não mais estarem recebendo o leite.

- **Falta de controle ainda quando da distribuição, que permite a entrega a quem não seja cadastrado, ou quem seja cadastrado não receba o leite, ou ainda quem não compareça de forma contumaz não seja excluído;**

– No município de Serrana, a auditoria apontou que há falta de controle dos cadastrados que não comparecem para retirar o leite. Assim, há fila de espera para cadastramento de beneficiários que não conseguem ser inseridos de imediato (tempo de espera aproximado de 1 mês) e, de outro lado, sobras constantes de leite daqueles que não comparecem para retirar.

– Em Águas de São Pedro a auditoria teve a informação, durante a visita, de que não havia criança na casa, a demonstrar a necessidade de visitas às residências das famílias.

- **Entrega do leite apenas duas vezes por semana, em vez de três (conforme previsto no Convênio);**

Segundo as normas que regem o projeto, a entrega do leite aos beneficiários deve ocorrer em até duas horas após o recebimento do fornecedor. Porém, na Prefeitura de Trabiju, a entrega é feita 5 horas após.

A minuta do Convênio estabelecida pelo Decreto 44.569/99 prevê que a empresa distribuidora deve entregar o leite no mínimo três vezes por semana. Porém, dos municípios visitados, há quatro municípios (11%) que entregam apenas duas vezes por semana, quais sejam, Holambra, Uru, Jacareí e Pardinho.

Em Uru, a entrega está ocorrendo apenas as segundas e sextas-feiras. A Prefeitura Municipal complementa a distribuição, somando 1 litro de leite por dia para cada criança e, às quartas-feiras, o leite distribuído é o adquirido pela Prefeitura de outro distribuidor.

Em Pardinho a distribuição ocorre um dia depois da entrega pelo caminhão.

A entrevistada no município de Piracicaba informou que, na época da licitação, a entrega foi interrompida por aproximadamente duas semanas. Embora tenha havido reposição posterior, durante a falta houve comprometimento na recuperação da saúde das crianças que, na época, estavam abaixo do peso ideal e em estado de nutrição precária, dependendo especialmente do leite para restabelecimento.

- **Exigências indevidas – como em Piracicaba, em que beneficiários relataram ter que trabalhar no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) como contrapartida;**

- **Ainda que numa minoria, há municípios que não estão realizando regularmente o exame antropométrico, ou realizando em apenas um percentual das crianças, contrariando o previsto no convênio;**

Cerca de 86% dos municípios vêm realizando o exame antropométrico regularmente, medida que permite, além do acompanhamento nutricional das crianças, encaminhamento para tratamento médico e nutricional dos casos em que seja constatado baixo peso ou desnutrição.

Porém, no município de Uru, a realização se dá apenas quando do cadastramento das famílias, e não periodicamente, descumprindo as normas do projeto.

Em Nova Aliança, Neves Paulista e Serrana, o exame começou a ser realizado apenas para os cadastrados após julho e agosto de 2008.

No município de Pardinho, a auditoria recebeu a informação de que a CODEAGRO exige o exame apenas a um percentual de beneficiários, e, portanto, é feito um rodízio entre as crianças, nem todas o realizam trimestralmente.

Em Serrana, houve o apontamento de que não há balança própria e falta de régua apropriada para aferir o peso e a altura das crianças.

A CODEAGRO em resposta à nossa requisição informou que o acompanhamento nutricional, informando peso e estatura da criança inserida no programa, é informatizado em 370 municípios, com previsão de expansão.

- **Falta de promoção de orientações aos beneficiários em alguns municípios.**

Verificamos um alto índice de cumprimento quanto às orientações sobre vacinação, chegando a 100% em 11 dos municípios visitados. Porém em 6 deles, os entrevistados orientados estão abaixo de 50%. Em Lutécia, nenhum entrevistado afirmou ter recebido qualquer orientação.

Já quanto ao manuseio e propriedades nutricionais, sobe para 20 o número de municípios cujo índice de entrevistados que receberam orientações está abaixo dos 50%.

Em vinte municípios (55% da amostragem), os responsáveis pelo projeto informaram haver a promoção de palestras com esse fim, cuja periodicidade varia de mensal a anual. Em dezoito, há a distribuição de folhetos, cuja periodicidade também não é uniforme. Quatro deles aproveitam o momento do cadastro para orientar verbalmente os beneficiários, e três, o fazem quando da realização do exame antropométrico. Em um município afirmou-se a realização das orientações quando de reuniões com os beneficiários para outros fins. Há cinco prefeituras, entretanto, em que não há nenhum tipo de ação para orientação dos beneficiários (13%).São elas: Rinópolis, Monções, Campo Limpo Paulista, Tupi Paulista e Pardinho.

4.1.4.1- Falhas mais significativas relatadas pelas Unidades Regionais:

O município de Tupi Paulista, conforme informação obtida junto à Prefeitura, recebe mensalmente 16.050 litros de leite por mês, suficientes para atender a uma demanda de **1070 crianças.** Todavia, o município conta com **apenas 334 cadastrados.** O programa visa atender cada beneficiário com 0,5 litro/dia. Devido à grande sobra, há entrega de 1 litro/ dia por beneficiário, ou seja, 10.020 litros. Os 6.030 restantes, segundo declarou a Assistente Social responsável, são repassados a pessoas idosas, em quadro clínico debilitado e, eventualmente, a entidades assistenciais.

Em Rinópolis, houve atribuição de cota para 1056 crianças, enquanto a demanda em potencial é de 402. Pela auditoria foi verificado que o número atual de cadastrados é de 528. Como a oferta é maior que a demanda, o critério de renda é desprezado, ou seja, este número inclui todas as crianças cujas famílias tenham procurado pelo programa, verificando-se apenas se estão dentro da faixa etária.

Em Águas de São Pedro, a cota é maior que a demanda do município e são atendidas diversas famílias da cidade vizinha, São Pedro, pois, segundo as entrevistas, existem bairros daquela cidade mais próximos em relação a postos de distribuição dentro da própria cidade de São Pedro.

A UR-9 de Sorocaba relatou que em Jumirim o excesso de cotas em relação às pessoas dentro do perfil do programa (segundo a nossa tabela atende em 200% em relação ao público com perfil para o programa), enquanto em Itu há insuficiência de cotas. Neste município, a fila de espera tem em média 45 pessoas, que aguardam de 2 a 3 meses para serem cadastradas (também segundo cálculo, atende em 27,36%).

Em Buritizal, como a cota atribuída era maior que a demanda, em 2008 houve a inclusão de famílias fora do perfil. Atualmente já estão regularizando o cadastro com a exclusão dessas famílias.

Também em Santo Antonio da Alegria, o número de cadastrados (242) é menor que a cota atribuída (320). Há muita sobra de leite, que geralmente é encaminhada a projetos mantidos pela Prefeitura.

Destacamos, também, o município de Uru, que nos chamou a atenção devido à quantidade de irregularidades apontadas pela auditoria da UR-4 Marília, que fez os seguintes apontamentos:

- Dos 25 (vinte e cinco) beneficiários entrevistados, 12 têm renda acima do limite do programa de 2 salários mínimos (48%).Dentre os beneficiários com renda acima do limite, boa parte é servidor da Prefeitura Municipal;

- Há 25 crianças cadastradas que não estão recebendo o leite;

- Há 20 crianças recebendo o leite, sem, todavia constar do cadastro. Dessas, há diversos casos de mudança de endereço. Porém, há casos de não recebimento sem justificativa; algumas destas crianças têm mais de 07 anos.

- Não realização periódica do exame antropométrico - em que pese haver previsão no Convênio para sua realização mensal, o exame vem sendo feito apenas quando do cadastramento das crianças;

- O beneficiário MMTB não reside no município, mas com a mãe, em Lins. O endereço indicado é do avô da criança, vice-prefeito da cidade, cujo subsídio mensal é de R$ 1.122,90.

Além disso, a avó é servidora pública municipal. Na lista de controle, a cota da criança foi entregue a uma senhora idosa.

- O leite fornecido pela CODEAGRO, em que pese à previsão para entrega 3 vezes por semana, está sendo entregue pela empresa distribuidora apenas as segundas e sextas-feiras. Na quarta-feira, o leite entregue é adquirido de outro fornecedor pela própria prefeitura, que complementa a cota para que seja distribuído 1 litro por dia a cada beneficiário.

No município de Dolcinópolis foi constatado entre os cadastrados um beneficiário, FPN, filho de pais que são funcionários públicos municipais, cuja renda mensal, corresponde a R$ 2.102,25, portanto, acima do limite da renda familiar exigido.

4.1.5- Considerações finais da 2ª fase da auditoria

As falhas apontadas denotam existir a necessidade de maior atuação da CODEAGRO na fiscalização e orientação para execução do programa, informado por alguns gestores entrevistados de que não é realizada.

Em apreciação a ação do VIVALEITE nas contas do exercício de 2004 (TC-4.068/026/04), este E. Tribunal de Contas apontou as seguintes recomendações a serem cumpridas quando da sua execução:

- implementação de campanhas de esclarecimento ao público alvo, no sentido de que o produto seja tido como complemento nutricional;

- maior envolvimento da Secretaria da Saúde.

No relatório relativo às contas do exercício de 2005 (TC-3.563/026/05), constam as informações que o Senhor Secretário da Fazenda, por meio de Ofício, encaminhou, justificativas elaboradas pela Coordenação da Administração Financeira acerca das recomendações constantes do Parecer Prévio relativo ao exercício de 2004. Com relação ao recomendado para a ação VIVALEITE foram apresentadas as seguintes:

- a CODEAGRO encaminhou folder e demais materiais de divulgação do projeto "Viva Leite", informando, ainda, no que tange as técnicas de informação direcionadas aos beneficiários e organizadores externos do Projeto, por meio da equipe de nutricionistas da Ação de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - ASANS, 58 cursos sobre a

"Importância Nutricional do Leite Fortificado" foram ministrados nos últimos 6 meses, gerando transferência de conhecimentos a 9.088 participantes. Encontram-se, também, em processo de formatação e atualização de vários manuais, pôster e folder que atenderão aos beneficiários, aos Gestores e equipe técnica responsável pelo Projeto nos municípios;

- os argumentos apresentados pela Secretaria da Saúde em seu Ofício, não demonstram avanços no sentido do engajamento desta Pasta no controle e acompanhamento do Projeto VIVALEITE, na sua formulação ou reformulação bem como em correções de rumo face aos resultados apresentados.

Assim, no parecer exarado em sessão de 28 de junho de 2.006, relativo às contas de 2005 foi recomendado que a Secretaria da Saúde deva ter maior envolvimento nos resultados apurados nas ações do "Viva Leite".

A respeito das recomendações efetuadas no Parecer das contas do exercício de 2005, a Secretaria da Fazenda apresentou as seguintes informações sobre procedimentos e medidas implementadas com vistas ao seu cumprimento:

- a Resolução SS nº. 12/2007 editada para o planejamento de modificações na estrutura administrativa da Secretaria da Saúde, em especial, de seus órgãos regionais, está voltada, também, para o acompanhamento regular e periódico das ações do Projeto "Viva Leite", bem como, das ações básicas de saúde realizadas pelos Municípios beneficiados pelo citado projeto. As medidas anunciadas foram adotadas somente a partir de 2007, cabendo o devido acompanhamento.

O exame antropométrico e orientações quanto ao manuseio do leite e suas propriedades nutricionais, a fim de que efetivamente seja utilizado como complemento alimentar das crianças são necessários para que as despesas com o programa possam ser considerados como gastos na saúde. É essencial o envolvimento dessa área, uma vez que, segundo o Manual de Gastos da Saúde desta Casa, só serão assim considerados os programas relativos à nutrição realizados no âmbito do SUS (item 9.2, III).

No interior, conforme já relatado, a maioria dos municípios atendem aos beneficiários diretamente em uma Unidade de Saúde, ou na Assistência Social, mas integrada com a Saúde para efetivação do exame antropométrico e, a partir deste, realiza intervenções sempre que necessário. Orientações, palestras e folhetos também fazem parte deste contexto.

Todavia, embora não tenha sido o objeto deste relatório, ressaltamos quanto à execução do VIVALEITE na Grande São Paulo, conforme já tratado no primeiro relatório sobre o programa, a entrega do alimento aos beneficiários é feita através de Organizações Não Governamentais, geralmente associações de bairro. Embora em algumas haja a distribuição de folhetos e/ ou orientação verbal, não há qualquer vinculação com serviço de saúde. Não é realizado o exame antropométrico, principal medida de vinculação do VIVALEITE com a Saúde.

O Manual de Serviços de Saúde deste E. Tribunal, em seu item 9.1, III, prevê como requisito para ser considerado como gasto de saúde que as ações "sejam de responsabilidade específica do setor de Saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que com reflexos sobre as condições de Saúde".

Entendemos, s.m.j., que as recomendações efetuadas por esta Casa em relação ao maior envolvimento da área da saúde não foram atendidas, mesmo com a edição da Resolução SS nº 12/2007, diante das falhas apontadas quando das visitas realizadas nas ONGs, responsáveis pela distribuição do leite na Grande São Paulo, tratadas no 3º trimestre/08 e nos municípios ora fiscalizados.

Salientamos que, o montante de recursos liquidados no exercício de 2008 foi de R$ 187.487.342,39, conforme a seguir reproduzimos:

AÇÃO	Cred Emp Acc SUM	Liquidado Acc SUM	Porcentagem Liquidado Acc SUM
REGIÃO ADMINISTRATIVA	200812	200812	200812
13090000 - VIVA LEITE	**187.487.342,39**	**187.487.342,39**	**100,00%**
ARACATUBA	4.256.660,98	4.256.660,98	2,27%
BARRETOS	1.846.354,57	1.846.354,57	0,98%
BAURU	3.235.888,67	3.235.888,67	1,73%
CAMPINAS	9.911.444,42	9.911.444,42	5,29%
CENTRAL	1.819.447,16	1.819.447,16	0,97%
FRANCA	2.110.282,48	2.110.282,48	1,13%
GRANDE SAO PAULO	111.179.431,88	111.179.431,88	59,30%
MARILIA	6.832.432,50	6.832.432,50	3,64%
PRESIDENTE PRUDENTE	8.221.773,92	8.221.773,92	4,39%
REGISTRO	3.261.769,32	3.261.769,32	1,74%
RIBEIRAO PRETO	2.404.633,22	2.404.633,22	1,28%
SANTOS	1.848.968,66	1.848.968,66	0,99%
SAO JOSE DO RIO PRETO	8.370.940,77	8.370.940,77	4,46%
SAO JOSE DOS CAMPOS	5.442.671,30	5.442.671,30	2,90%
SOROCABA	16.744.642,54	16.744.642,54	8,93%

Fonte:Sigeo(data de 24/03/09)

4.1.6- Fotos das residências dos beneficiários e dos postos de distribuição

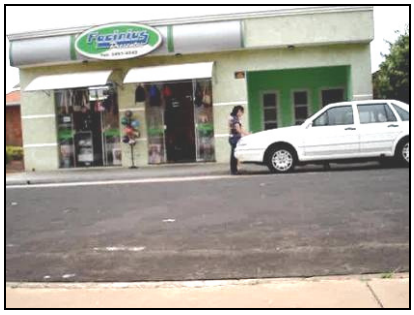
Município: Fartura

Município: Itapuí

Município: Holambra

Município: Uru

Município: Tupã



Município: Santo Antonio da Alegria

Município: Neves Paulista

Município: Nova Aliança

Município: Águas de São Pedro

Obs.: segundo a equipe de auditoria que visitou as residências, boa parte dos beneficiários no município são caseiros / empregados.

Município: Marinópolis

Município: Dolcinópolis

Município: Urânia

4.2– SECRETARIA DA SAÚDE

4.2.1– KIT's GLICEMIA

A distribuição dos Kits Glicemia tem por finalidade incentivar o controle glicêmico domiciliar dos insulinodependentes e reduzir as complicações decorrentes do diabetes. São custeados pelo convênio com Estado de São Paulo e compostos por: glicosímetro, tiras de reagentes, lancetas e agulhas.

Foram verificados os cadastros dos municípios que compõem a amostra, no que se refere à demanda pelos kit's:

Quadro 1: demanda dos municípios pelos kits Glicemia

MUNICÍPIO		DEMANDA POR KIT's		
		ATENDIDA	REPRIMIDA	TOTAL
UR-1	LINS	230	100	330
UR-1	ARAÇATUBA	975	0	975
UR-1	ANDRADINA	158	268	426
UR-1	BIRIGUI	539	0	539
UR-1	PENÁPOLIS	234	54	288
UR-2	PIRATININGA	90	0	90
UR-2	AGUDOS	213	0	213
UR-2	PEDERNEIRAS	210	40	250
UR-2	BAURU	2082	0	2082
UR-3	CAMPINAS	3500	0	3500
UR-4	ASSIS	336	277	613
UR-4	MARÍLIA	2234	69	2303
UR-4	OURINHOS	744	92	836
UR-5	ALVARES MACHADO	108	80	188
UR-5	ADAMANTINA	263	113	376
UR-5	PRESIDENTE PRUDENTE	1451	209	1660
UR-6	JABOTICABAL	160	140	300
UR-6	RIBEIRÃO PRETO	4150	0	4150
UR-6	SERTÃOZINHO	970	234	1204
UR-7	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2327	0	2327
UR-8	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2204	0	2204
UR-8	MIRASSOL	213	800	1013
UR-8	CATANDUVA	345	296	641
UR-9	SOROCABA	3500	1200	4700
UR-9	ITAPETININGA	1000	95	1095
UR-10	CONCHAL	184	0	184
UR-10	LEME	1064	0	1064
UR-10	LIMEIRA	1687	0	1687
UR-11	FERNANDÓPOLIS	755	0	755
UR-11	VOTUPORANGA	670	33	703
UR-14	GUARATINGUETÁ	497	0	497
UR-14	LORENA	1700	0	1700
TOTAL		**34793**	**4100**	**38893**
PERCENTUAL		**89,46%**	**10,54%**	**100%**

Segundo os responsáveis pela execução do programa de controle de glicemia, os kit's tiveram uma boa aceitação e a resposta da população usuária foi positiva, evidenciada pelo consumo médio mensal de insumos, contribuindo para a redução das internações por complicações decorrentes de diabetes.

4.2.1.1- Achados de Auditoria

Em que pesem os bons resultados obtidos no controle glicêmico familiar, de modo geral foram constatadas as seguintes ocorrências:

a) Cadastros desatualizados indicando moradores que não mais residem nos locais indicados, com prejuízo para os trabalhos de campo;

b) Cadastros sem a devida identificação de dados pessoais ou sem cópias dos documentos dos usuários;

c) Ausência de controle dos pacientes que deixaram de utilizar o "kit", com indicação dos motivos para possível reintegração ao programa;

d) Material estocado com prazo vencido em outubro de 2008 (Penápolis);

e) Inexistência de controle de entrega e de estoque dos materiais suplementares;

f) Demanda reprimida, com fila de espera para recebimento dos "kit's";

g) Diminuição na quantidade dos materiais de coleta e teste oferecidas para quem já recebeu o "kit", sendo que as quantidades recebidas não atendem ao recomendado pelos médicos, ocasionando filas de espera;

h) Seringa fornecida em caráter suplementar com ressalvas quanto a qualidade;

i) Incompatibilidade dos materiais adquiridos para uso em equipamentos de diversos fornecedores;

j) Falta de acompanhamento do consumo, gerando distorções na gestão das compras estaduais, com estoque em excesso de alguns itens e a falta de outros;

É de se ressaltar as informações colhidas junto aos gestores municipais de que os recursos alocados ao programa, principalmente os advindos do governo estadual, eram insuficiente para a demanda dos munícipes. Isso ocasionou dificuldades às prefeituras municipais que para manter o programa acabavam disponibilizando mais recursos do que a sua contrapartida estipulava. A situação piorou em 2008 quando foi modificada fórmula de cálculo para recebimento dos recursos, onde agora foi estipulado valor fixo em reais per capita, cujos recursos diminuíram em relação ao exercício de 2007, e assim, ocorreram atrasos no atendimento, face às dificuldades de adquirir, no mínimo, os mesmos "kits", porém, com menos recursos financeiros.

Conforme entrevistas com os beneficiários, a satisfação dos atendidos nos municípios auditados é superior a 90%, com exceção do Município de Lins onde somente 50% estavam satisfeitos com o programa.

Os profissionais da saúde entrevistados sugerem que deva ocorrer a ampliação para o fornecimento de materiais e insumos para os diabéticos - tipo 2, que não utilizam insulina, mesmo que com critérios de exclusão (idade, solicitação de especialistas, etc.).

Foi solicitada ainda a ampliação do programa para além da Atenção Básica, como por exemplo, consulta com especialistas (endocrinologistas, nutricionistas, etc.), além de programas com atividades físicas.

4.3– SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

4.3.1– CORPO DE BOMBEIROS

4.3.1.1– UNIDADES VISITADAS

Foram verificadas as seguintes unidades do Corpo de Bombeiros:

UR–01 – UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA

- 2º Sub Grupamento de Bombeiros de Araçatuba
- 14º Grupamento de Incêndio de Andradina
- 14º Grupamento de Incêndio de Birigui
- 3º Grupamento de Bombeiros de Lins
- 14º Grupamento de Incêndio de Penápolis
- 12º Grupamento de Bombeiros de Lins

UR–02 – UNIDADE REGIONAL DE BAURU

- 12º Grupamento de Incêndio de Bauru

UR–03 – UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS

- Corpo de Bombeiros de Valinhos
- Corpo de Bombeiros de Vinhedo
- Corpo de Bombeiros de Campinas
- Corpo de Bombeiros de Campinas – Unidade Jardim Eulina

UR–05 – UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

- 14º Grupamento de Incêndio de Presidente Prudente

UR–06 – UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

- 9º Grupamento de Bombeiros de Ribeirão Preto;
- Posto de Bombeiros de Jaboticabal;
- Posto de Bombeiros de Sertãozinho.

UR–07 – UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

- 11º Grupamento de Bombeiro de São José dos Campos

UR–08 – UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- 13º Grupamento de Bombeiros de São José do Rio Preto – Boa Vista
- 13º Grupamento de Bombeiros de São José do Rio Preto Vila União
- 13º Grupamento de Bombeiros de São José do Rio Preto Jardim Alto Alegre
- Corpo de Bombeiros de São José do Rio Preto

UR-09 – UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA

- 15º Grupamento de Bombeiros de Sorocaba
- Corpo de Bombeiros de Itapetininga

UR-10 – UNIDADE REGIONAL DE ARARAS

- 16º Grupamento de Bombeiros de Piracicaba

UR-11 – UNIDADE REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS

- Corpo de Bombeiros de Votuporanga
- Corpo de Bombeiros de Fernandópolis

4.3.1.2- NÚMEROS APURADOS

Dentre os itens verificados, relatamos alguns números:

- **Recursos Humanos**

Das 25 (vinte e cinco) unidades do Corpo de Bombeiro visitadas observamos que: em 64% das unidades há deficiência de funcionários e em 36% destas o número de servidores é suficiente e atende a demanda dos serviços.

- **Manutenção dos Equipamentos Importados X Custo/Beneficio**

Do total de unidades visitadas observou-se que 64% das unidades responderam que o custo beneficio na manutenção dos equipamentos importados é satisfatória; 16% não há manutenção; 12% a manutenção é dificultosa face a falta de mão de obra especializada; e em 8% das unidades os equipamentos foram desativados.

- **Os Cursos e Treinamentos**

Do total das unidades visitadas 12% informaram que a situação piorou em relação ao exercício de 2007, em face da carência de funcionários; e em 88% destas houve substancial melhora com relação ao exercício anterior na participação dos cursos, porém apontaram como fator prejudicial: a carência de servidores.

4.3.1.3- Achados de Auditoria

➢ **UR-01 – Unidade Regional de Araçatuba**

- Na unidade de Penápolis, no prédio onde se situa o Corpo de

Bombeiros, as acomodações são acanhadas e insuficientes para a quantidade de funcionários em prontidão, necessitando de melhorias e ampliações; os equipamentos são escassos, visto que a corporação possui apenas uma linha telefônica para as chamadas pelo telefone de emergência (193), dessa forma, os chamados acabam por não se completarem, provocando atrasos na prestação do socorro solicitado; e que a diversidade de ocorrências e a quantidade de municípios atendidos seria necessário a aquisição de mais uma Unidade de Resgate; esta unidade atende ocorrências de mais 08 (oito) municípios; encontra-se em andamento a construção da nova sede;

- no Corpo de Bombeiros de Araçatuba, a frota de veículos, carros de passeio e viaturas para combate de incêndios são antigas e estão constantemente quebrando, necessitando de manutenção, prejudicando o atendimento de ocorrências; foi relatado o caso de uma viatura que chegou ao local do incêndio rebocada por guincho; e outro em que um caminhão quebrou durante os trabalhos dos bombeiros, tudo isso num espaço de 06 (seis) dias. Quanto aos custos de manutenção em carros antigos, foi destacado o automóvel, Gol GL placa BRZ-9763, ano 1988, cujo valor de mercado (Tabela FIPE) era de R$ 6.072,00 e foi desembolsado o montante de R$ 8.215,78 em reparos, portanto em alguns casos a manutenção de veículos ultrapassa seu valor de mercado;

- o Posto de Andradina atende ainda 05 municípios vizinhos, mais as ocorrências às margens do Rio Paraná, que margeia as cidades de Castilho e Andradina, dificultando ainda mais as atividades da corporação, em virtude do déficit de pessoal; neste posto existe apenas 04(quato) servidores, sendo 03 (tres) no serviço de resgate e 01(um) no controle de incêndio, quando o adequado seria o dobro;

- o Posto de Birigui atende ainda 8 municípios vizinhos, dificultando as atividades da corporação, em razão da falta de pessoal;

- no 12º Grupamento de Bombeiros de Lins houve reclamação pela falta de ferramentas hidráulicas, de salvamento em altura, sala de higienização e materiais pré-hospitalares; faltando viatura de incêndio e de suprimento de água; não há pesquisa realizada de maneira formal para saber a satisfação dos usuários; a média de idade das viaturas é de 15 anos, necessitando de renovação; e uma empresa da região doou uma viatura de resgate;

➢ **UR-02 – Unidade Regional de Bauru**

- no posto de Bauru, com a montagem das bases de bombeiros de Pederneiras em junho/2008 e dezembro/2008 em Lençóis Paulista, o efetivo foi deslocado de tal área de atuação,

diminuindo os homens para montagem; foi entregue 01 (uma) carreta para o SICOE (Sistema de Comando de Operações de Emergência) pela Procuradoria do Estado; neste posto as viaturas importadas são encaminhadas para manutenção em São Paulo, visto que já conseguiram nacionalizar 70% das peças;

- **UR-03 – Unidade Regional de Campinas**

- no Corpo de Bombeiros de Campinas foi iniciada a construção de instalações mais adequadas; na unidade do Jardim Eulina em Campinas o maior descontentamento é a diferença existente no adicional dos servidores, visto que nas cidades maiores o valor é bem superior;
- nas unidades de Valinhos também observa-se descontentamento pela diferença existente no adicional dos servidores em comparação com as cidades maiores, em que o valor é bem superior;
- em Vinhedo existe pessoal suficiente, mas todos esperam transferência para cidades maiores onde o auxilio localidade é bem superior; no posto de Vinhedo não há mais equipamentos importados;

- **UR-05 – Unidade Regional de Presidente Prudente**

- em Presidente Prudente os equipamentos importados foram parcialmente desativados gerando melhora nos custos; já com relação a viatura com maior capacidade, o problema foi resolvido com a aquisição deste conjunto; nesta unidade por força do Convênio firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, há arrecadação da taxa de combate a Incêndio cujo repasse dos recursos se dá através da manutenção da frota, fornecimento de alimentação para o pessoal em serviço, materiais de consumo diversos e aquisição de veículos e equipamentos;

- **UR-06 – Unidade Regional de Ribeirão Preto**

- no Posto de Bombeiros de Sertãozinho há necessidade de instalação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, bem como outro Posto do Corpo de Bombeiros no Município;
- no 9º Grupamento de Bombeiros de Ribeirão Preto as viaturas são suficientes, mas estão deteriorando-se pelo uso e falta de manutenção; a situação melhorou em 2008 com a aquisição de um veiculo para resgate;

- **UR-07 – Unidade Regional de São José dos Campos**

- o 11º Grupamento de Incêndio de São José dos Campos, possui Convênio com a Prefeitura para o fornecimento de alimentos,

combustíveis e veículos, sendo o prédio cedido pela Prefeitura;

- **UR-08 – Unidade Regional de São José do Rio Preto**

- no 13º Grupamento de Bombeiros de São José do Rio Preto – unidades de Boa Vista, Distrito Industrial e Vila União, as viaturas são suficientes, mas estão deteriorando-se pelo uso; neste posto há precariedade de equipamentos; para socorro de vitimas em acidentes de veículos quando estão presas nas ferragens; há poucos equipamentos pelo número de unidades existentes e os novos são insuficientes, pois cada posto está recebendo um aparelho gradativamente;

- **UR-09 – Unidade Regional de Sorocaba**

- no 15º Grupamento de Incêndio de Sorocaba houve melhora, quanto aos equipamentos, mas a situação ainda é caótica, números insuficientes;
- o posto de Itapetininga foi recém reformado, entregue pela Prefeitura em 07/08, porém o pátio é pequeno para acomodar todas as viaturas; há bombeiros voluntários que não possuem equipamentos; houve reestruturação organizacional e passou a Sub-grupamento, reportando-se diretamente a Sorocaba, passando a responder também pelo Posto de Capão Bonito. Quanto aos equipamentos importados o Estado faz a manutenção preventiva o restante é feito pela Prefeitura;

- **UR-10 – Unidade Regional de Araras**

- em Piracicaba está sendo construída uma nova sede para abrigar a unidade com previsão para ser instalada no final do exercício de 2009; esta deverá proporcionar uma melhor acomodação do Grupamento, com mais espaço e melhor divisão das seções; houve melhora com relação à idade da frota de viaturas, pois foram recebidas viaturas novas; também houve melhora com relação ao repasse de verba do governo, chegando o aumento próximo de 50% do valor recebido em 2007;

- **UR-11 – Unidade Regional de Fernandópolis**

- na Unidade de Fernandópolis houve recebimento de uma viatura de resgate semi-nova; há viatura fora de uso face a falta de mão de obra especializada; e
- no Corpo de Bombeiros de Votuporanga, há falta de calças de EPI para todo o efetivo (incêndio).

4.3.2- DELEGACIAS DE POLÍCIA

4.3.2.1- Unidades Visitadas

Foram visitadas as seguintes Delegacias de Polícia:

- **UR-01 – Unidade Regional de Araçatuba**
- Delegacia Seccional de Polícia Civil de Araçatuba
- 1ª Delegacia de Polícia de Araçatuba
- Delegacia de Polícia de Birigui
- Delegacia Seccional de Polícia de Andradina
- Delegacia Seccional de Lins
- 1ª Delegacia de Polícia de Penápolis

- **UR-02 – Unidade Regional de Bauru**
- Delegacia de Polícia de Agudos
- 1º Distrito Policial de Bauru
- Delegacia de Pederneiras
- Delegacia de Piratininga

- **UR-03 – Unidade Regional de Campinas**
- 1º Distrito Policial de Campinas
- 13º Distrito Policial de Campinas
- DDM – Delegacia de Defesa da Mulher de Valinhos
- DDM – Delegacia de Defesa da Mulher de Vinhedo
- Delegacia de Polícia de Valinhos
- 1º Distrito Policial de Valinhos
- Delegacia de Polícia de Vinhedo

- **UR-04 – Unidade Regional de Marília**
- Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília
- DISE – Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de Marília
- 12ª Ciretran de Marília
- DESEPOL – Delegacia Seccional de Polícia de Marília
- 1º Distrito Policial de Marília
- DIG – Delegacia de Investigações Gerais de Marília
- 1º Distrito Policial de Assis
- DELPOL – Delegacia de Defesa da Mulher de Assis
- 3º Ciretran de Assis
- 4º Distrito Policial de Assis
- Delegacia Seccional de Assis
- Delegacia de Cândido Mota
- DDM de Ourinhos
- DIG de Ourinhos
- Seccional de Polícia de Ourinhos
- 22º Ciretran de Ourinhos

- 3º Distrito Policial de Ourinhos

➢ **UR-05 – Unidade Regional de Presidente Prudente**
- 1º Distrito Policial de Adamantina
- Seccional de Polícia de Presidente Prudente

➢ **UR-06 – Unidade Regional de Ribeirão Preto**
- Delegacia de Investigações Gerais de Ribeirão Preto
- Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto
- DELPOL – Delegacia de Polícia de Jaboticabal
- DDM – Delegacia de Defesa da Mulher de Jaboticabal
- DIG – Delegacia de Investigações Gerais de Sertãozinho
- DISE – Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de Sertãozinho

➢ **UR-07 – Unidade Regional de São José dos Campos**
- Delegacia Seccional de Polícia de São José dos Campos
- Departamento de Polícia Judiciária SP – Interior – São José dos Campos
- Delegacia de Polícia de Lorena

➢ **UR-08 – Unidade Regional de São José do Rio Preto**
- 1º Distrito Policial de Catanduva
- DDM de Mirassol
- 1º Distrito Policial de São José do Rio Preto

➢ **UR-09 – Unidade Regional de Sorocaba**
- Delegacia Seccional de Polícia de Sorocaba
- Delegacia Seccional de Polícia de Itapetininga

➢ **UR-10 – Unidade Regional de Araras**
- Delegacia Sebastião de Souza Neto
- Delegacia Seccional de Limeira
- Delegacia Rubens Figueiredo de Conchal
- Delegacia de Polícia de Leme
- Delegacia Seccional de Piracicaba

➢ **UR-11 – Unidade Regional de Fernandópolis**
- Delegacia Seccional de Polícia de Fernandópolis
- Delegacia Seccional de Polícia de Votuporanga

➢ **UR-14 – Unidade Regional de Guaratinguetá**
- Delegacia Seccional de Guaratinguetá

4.3.2.2- Achados de Auditoria

Dentre os itens acima mencionados, relatamos alguns números:

A – Equipamentos de Segurança

O percentual de unidades que responderam que os equipamentos são insuficientes foi de 22%, as demais informaram que houve melhora e atende a demanda, representando 88% do total de unidades selecionadas.

B – Frota de Veículos da Unidade

A Seccional de Polícia de Ourinhos e a 1ª Delegacia de Policia de Penápolis reclamam a falta de viatura para o transporte de presos.

O 3º Ciretran de Assis e o 22º Ciretran de Ourinhos, não possuem viatura.

Do total de 58 (cinqüenta e oito) unidades visitadas, 64% responderam que a quantidade atende a demanda; 30% a situação melhorou mas a quantidade é insuficiente; 3% responderam que há falta de viaturas para o transporte de presos e 3% são as unidades que não possuem viaturas.

Na DISE de Sertãozinho existem veículos apreendidos no trafico, depositados judicialmente que segundo o funcionário que respondeu aos questionamentos, poderiam ser utilizados como viaturas descaracterizadas;

C– A Renovação da Frota

Do total de unidades visitadas foi apurado o seguinte percentual quanto a renovação da frota: 71% das unidades a média de renovação da frota está entre 6 e 8 anos; 7% a média e de 10 anos; 5% a média fica entre 15 e 17 anos; e 17% das unidades a renovação não periodicidade definida.

D – Cursos e Treinamentos

Do total de 58 unidades visitadas o percentual em relação aos cursos/treinamentos/número de vagas, foi o seguinte: 55% das unidades responderam que os cursos e vagas oferecidos atendem a demanda, porém foi apontado como inconveniente a dificuldade de acesso e a carência de funcionários; 44% informaram que os cursos e vagas oferecidos

são insuficientes e não atendem a demanda; 4% relataram a falta de interesse dos funcionários em participar dos cursos oferecidos. São complicadores a escassez de funcionários e a realização da maioria dos cursos fora do município.

Quanto a treinamento de tiro, nas 58 (cinqüenta e oito) unidades selecionadas foi observada a seguinte situação quanto ao curso de treinamento de tiro: 22% das unidades tem treinamento de tiro; 4% o custo do treinamento é por conta do próprio funcionário; e em 74% das unidades selecionadas não há treinamento.

E – Instalações Adequadas

Quanto às instalações foi observado que 57% informaram que as instalações atendem as necessidades; e 43% responderam que as instalações são inadequadas, o espaço físico é pequeno e há necessidade de reformas.

F – Registro Informatizado para as Ocorrências

Das 58 (cinqüenta e oito) unidades selecionadas foi constatada a seguinte situação: em 56% das unidades o registro informatizado está operando a contento; 10% possuem o registro, mas não está operando corretamente; 24% das unidades possuem o equipamento, mas ainda não há interligação; e 10% não possuem o equipamento para registro informatizado.

G – Carceragem – Situação Geral

As carceragens que possuem superlotação de presos são: D.P. de Leme, Cafelândia, Meridiano e a Seccional de Votuporanga.

Em Birigui, Votuporanga, Nhandeara, Guaratinguetá a situação da carceragem é precária e mal conservada.

Estão desativadas para reforma as carceragens de Piratininga e a DELPOL de Jaboticabal.

A carceragem do 1º D.P. de Assis foi interditada judicialmente face às péssimas condições.

Quanto a situação dos carcereiros foi informado que nas Delegacias de Araras, Limeira, Birigui, Jaboticabal, Sorocaba, Andradina, Marília, os carcereiros trabalham sozinhos e isso acontece com freqüência.

H – Quadro de Servidores

Houve reclamação unânime em todas as Delegacias quanto à insuficiência de servidores, preponderando o acúmulo de funções de Delegado, Escrivão e Investigador.

No exercício, houve concurso público em praticamente todas as unidades, com exceção da Seccional de Adamantina, Seccional de São José do Rio Preto, Seccional de Araçatuba, Seccional de Penápolis, Seccional de Campinas, Seccional de São José dos Campos,Seccional de Votuporanga, Pederneiras, Piratininga, Marília, Seccional de Assis, Seccional de Ourinhos e suas respectivas unidades.

Nas unidades de Adamantina, Catanduva, Mirassol, Campinas, São José dos Campos, Lorena, Guaratinguetá, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Sertãozinho, Bauru, Marilia, DIG de Marilia, 1º D.P. de Assis, Delpol de Assis, Delegacia de Cândido Mota, DDM de Ourinhos DIG de Ourinhos, não há servidores prestando serviços junto as Ciretrans, em todas as demais unidades há, porém sem convênio.

No 22º Ciretran de Ourinhos há servidores e convênio com a prefeitura.

Nas unidades de Limeira, Sorocaba, Piracicaba Araçatuba e Sertãozinho há servidores cedidos pela Associação dos Despachantes, nas demais não há. Para o funcionamento da Delegacia de Agudos a Prefeitura Municipal cede funcionários.

Em Valinhos há necessidade de pelo menos 02 (dois) Delegados, 05 (cinco) Escrivãos e 05 (cinco) Investigadores; há acúmulo de funções, atividades em situação precária de aparente abandono pelo Governo.

I – Número de Servidores Afastado por Ordem Médica

Quanto aos afastamentos por motivo de doença, não foi informada a patologia da doença. Os percentuais mais expressivos são os relativos as unidades de Catanduva, 12%; Itapetininga,9%; Jaboticabal, 12%; Limeira,14%; Piracicaba, 9%; e Sorocaba, 10%, em relação ao quadro de pessoal.

5– SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – EMTU

5.1– CORREDOR METROPOLITANO

No exercício em exame também foi acompanhada a construção do Corredor Metropolitano Noroeste em continuidade ao já verificado em 2007:

Em 18/02/2009, esta Diretoria realizou visita às obras do Corredor Metropolitano Noroeste – RCM, na Região Metropolitana de Campinas, cuja extensão é de 42,7 Km, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e Americana, promovendo a integração física das linhas metropolitanas e municipais, com 10 km de faixas exclusivas para ônibus, construção e reforma de terminais de ônibus, paradas com abrigos, ciclovias e bicicletários, referente ao **Programa de Governo 3706 –Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha**, implementado pela **Ação Governamental 1938 – Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas – Implantação**, constante das PPA's de 2004/2007 e 2008/2011, com investimentos realizados com recursos do Tesouro Estadual pela **Secretaria dos Transportes Metropolitanos** por intermédio da **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU**.

Os principais contratos que tratam da implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – Região Metropolitana de Campinas, foi licitada em três lotes, a saber Lote 1 – Trecho A – TC 33.382/026/06, contratado o Consórcio OAS/AS PAULISTA, Lote 1 – Trecho B – TC 33.378/026/06, contratado o Consórcio CBPO/GUTIERREZ, e Lote 2 – TC 33.379/026/06, contratado o Consórcio QUEIROZ GALVÃO/CAMARGO CORREIA, observando que os três processos ainda pendem de julgamento.

CORREDOR METROPOLITANO NOROESTE
Informações Financeiras (Fevereiro 2009)

	LOTE 1 A	LOTE 1 B	LOTE 2	TOTAIS
Contratada	**Consórcio OAS/AS Paulista**	**Consórcio CBPO/A. Gutierrez**	**Consórcio Q.Galvão/C. Correa**	
Objeto	Term. Campinas, Alças de Acesso.Est.Trans.Bosch e Av. Lix da Cunha	Av. Olivio Franc.,Av. Santana Term Hortolândia, SP 101 Term. Monte Mor e Av. Emancipação	Prolong. Av. Emancipação, Rua Diamante, CAM 331, Lig. Hortolândia - Sumaré, Term. Sumaré - Term. Americana	Lotes 1A + 1B + 2
Valor do Contrato	R$ 47.692.289,85	R$ 50.280.476,81	R$ 41.469.038,25	R$ 139.441.804,91
Valor Pago	R$ 39.440.513,78	R$ 54.284.285,41	R$ 28.207.163,55	R$ 121.931.962,74
Execução Física	67,88%	92,25%	60,68%	73,60%
Execução Financeira	65,52%	89,52%	64,25%	73,10%
Saldo Contratual Atualizado	R$ 20.754.117,88	R$ 6.357.021,68	R$ 15.694.955,76	R$ 42.806.095,32

Fonte: Cadastro de Obras e Ações do Governo

Informações financeiras corredor metropolitano – 02/2009

Do resultado da inspeção "in loco" constatamos quanto à execução física:

- Lote 1 A

As obras desse trecho incluem acessos viários, terminal metropolitano em Campinas, reservatório de contenção anexo ao terminal, corredor de ônibus metropolitano com alargamento de viadutos e paradas de ônibus, estação de transferência com três plataformas de embarque e desembarque, passarelas, escadas e elevadores de acesso às plataformas.

Acessos Viários para Entrada e Saída do Terminal Metropolitano de Campinas - concluído

Terminal Metropolitano de Campinas - concluído - Construção de oito plataformas de embarque/desembarque com 12.500 M^2.

Reservatório de Contenção (Piscinão) Anexo Ao Terminal Metropolitano de Campinas - em andamento. Em 09/2008 e já concluído em 02/2009

Corredor Metropolitano Noroeste – Av. Lix da Cunha – Campinas – em andamento – faixa de rolamento para operação exclusiva de ônibus, incluindo alargamento de viadutos e previsão de quatro paradas de ônibus com arquitetura diferenciada (passarelas, elevadores e rampas de acesso).

Estação de Transferência Anhanguera – concluído – três plataformas de embarque/desembarque; passarela, pavimentação de concreto;; escadas e elevadores para acesso às plataformas; sala de controle operacional e paisagismo.

– Lote 1 B

Inclui duplicação de 5 km de pista com ciclovia, duas pontes, melhoria viária, paradas de ônibus centrais com plataforma elevada e com bancos, obras de drenagem, sinalização e urbanização do entorno, terminal de ônibus em Hortolândia.

- Avenida Olívio Franceschini - Hortolândia - concluída

- Avenida Santana - Hortolândia - concluída

- Terminal Metropolitano de Hortolândia - concluída

- Lote 2

Drenagem e troca de pavimentação, construção de viaduto, instalação de sinalização horizontal e vertical e urbanização do entorno, terminal metropolitano em Americana com 2000 m de área e três plataformas de embarque

– Ligação Hortolândia Sumaré – Concluído

– Terminal Metropolitano de Americana – concluído

– Ligação Sp 101 – Avenida J.B. Dunlop – concluída

– Obras a serem entregues em 2009:

Conforme informações disponibilizadas pela EMTU, estão previstas para serem entregues no decorrer de 2009 as seguintes obras:

Terminal Metropolitano de Campinas:
– Bicicletário

Avenida Lix da Cunha (Campinas):
– Melhorias na pavimentação
– Alargamento de viadutos
– Instalação de quatro paradas de ônibus
– Urbanização do entorno

Ligação Hortolândia – Sumaré:
– Melhorias na pavimentação existente
– Construção de pavimento
– Construção de viaduto sobre ferrovia

Ligação Sumaré – Americana:
– Reforma do Terminal de Sumaré
– Reforma do Terminal de Nova Odessa
– Recapeamento das vias de circulação dos ônibus
– Construção de pista de concreto e abrigos nos pontos de parada dos ônibus

Durante o exercício também foram verificadas os seguintes programas/ações governamentais:

6– SECRETARIA DE ENERGIA E SANEAMENTO – DAEE

6.1– RESERVATÓRIOS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES (PISCINÕES)

Devido à reiterada ocorrência de enchentes após chuvas intensas na Região Metropolitana de São Paulo, verificada com base nos recorrentes noticiários acerca do assunto, esta Diretoria realizou visitas aos reservatórios de contenção de picos de cheia de águas pluviais (piscinões), principal ação executada pelo DAEE no combate ao problema.

Os reservatórios são implantados no próprio curso principal do rio, em seus afluentes ou ainda em terrenos adjacentes, geralmente por meio de escavação do terreno, lateralmente ou em ambas as margens do curso d'água. Sua função é armazenar o excesso de água por meio de um vertedor, localizado em uma das margens do rio, regulando a sua vazão. Terminada a chuva, a água pode ser reconduzida lentamente para o rio, por gravidade e/ou bombeamento, neste caso com o auxílio de equipamentos. Assim, funcionam apenas nos grandes eventos chuvosos, ou, de outra forma, devem estar cheios apenas durante os eventos de chuvas intensas.

A auditoria foi realizada em dois momentos, com visitas a reservatórios selecionados em 03/2008 e retorno a alguns destes em 01/2009. O objetivo era verificar estado de limpeza e conservação, funcionamento e manutenção dos equipamentos – bombas, cabos, etc., bem como existência de vigilância visando evitar furtos ou destruição dos equipamentos. A segunda visita deveu-se às más condições de funcionamento encontradas na primeira auditoria, a fim de aferir possíveis melhoras obtidas no decorrer do ano.

As visitas ocorreram em reservatórios localizados em duas regiões: ABC e Osasco/Taboão da Serra/ Embu e foram os seguintes:

Reservatório	**Município**
TPO-2 Portuguesinha	Taboão da Serra
TPI-2 JD Nova República	Embu
TPI-4 Pq Pinheiros	Taboão da Serra
TPI-7 Eliseu de Almeida	São Paulo
RVBO-1 Bonança	Osasco
RVBA-1 Rochdalle	Osasco
AO-4 – Oratório	Santo André
RM-9 (antigo AM-3)	Santo André
RM-11 (antigo RM-4)	São Caetano do Sul
RC-9 – Ford	São Bernardo do Campo
RC-1 – Vila Rosa	São Bernardo do Campo
RM-2 – Volks Demarchi	São Bernardo do Campo
RC-2 – Casa Grande	Diadema

RO-1 - Sonia Maria	Mauá
RT-3 - Petrobrás	Mauá
RT-3a - Corumbé/Zaíra	Mauá
RT-1a - Paço Municipal	Mauá

6.1.1- Achados de auditoria

Os reservatórios foram construídos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Governo Estadual em áreas municipais. Após o término das construções, ficou avençado que as áreas voltariam a ser de responsabilidade dos municípios, incluindo manutenção, limpeza e vigilância.

Todavia, nem todos os municípios cumprem o acordado, seja devido ao custo, seja porque o serviço trará benefícios regionais em vez de locais.

Desta feita, quando da primeira visita, encontramos nos reservatórios uma situação geral ruim, com muito assoreamento, vegetação intensa, lixo nos arredores e interior dos reservatórios, ligação de esgotos clandestinos, furto e falta de funcionamento dos equipamentos.

No que se refere aos reservatórios da região de Osasco, a situação era a mesma da primeira visita.

Quanto à região do ABC, o DAEE contratou, através da Concorrência nº 09/2007, empresa para a realização de manutenção e limpeza dos 18 reservatórios da região pelo prazo de 2 anos, cuja execução não havia iniciado quando da primeira visita, mas estava em execução quando da segunda. O contrato está em trâmite nesta Casa sob o número TC 10.219/026-08.

A situação geral dos reservatórios dessa região melhorou em relação à primeira visita: notamos a redução considerável de vegetação, assoreamento e lixo, reposição e conserto dos equipamentos furtados ou danificados, implantação de vigilância (pelas prefeituras) em dois reservatórios que haviam sido furtados.

Há exceção, contudo, quanto ao reservatório Corumbé/Zaíra em Mauá, cuja situação permanece a mesma da primeira auditoria: excesso de lixo e assoreamento no interior do reservatório. A execução da limpeza pela contratada havia apenas iniciado, porém a terra acumulada chegava a 8 metros de altura, as bombas continuavam sem funcionamento, sendo necessário primeiro a retirada do entulho. Segundo o

cronograma anexo ao contrato, a limpeza dos taludes e casa de bombas deveria ser feita semestralmente, ou seja, após a primeira visita, já deveria estar na segunda execução, o que, visivelmente não aconteceu.

6.1.2- Comparativo quanto ao estado de conservação dos reservatórios quando das visitas em 03/2008 e 01/2009:

Reservató-rios	Acúmulo de entulho e lixo Vegetação no interior dos reservatórios	Equipamentos e bombeamento	Vigilância	Furtos ou dilapidações do patrimônio público
TPO-2 Portuguesi-nha - Taboão da Serra	Maior volume de entulho e lixo no reservatório e o assoreamento se intensificou após a visita em 03/2008 (fotos 1 e 2). Não houve limpeza no intervalo entre as visitas.	Apenas uma bomba estava em funcionamento, duas estão quebradas e expostas (fotos 7 a 10).	Há apenas um caseiro, sem treinamen-to em vigilância	Sem ocorrências
TPI-2 JD Nova República - Embu das Artes	O reservatório estava cheio. Há a presença de muito lixo, entulhos e lama. As condições estão piores em 2009. Não houve limpeza no intervalo entre nossas visitas (fotos 11 a17).	Apenas uma bomba estava funcionando, a outra estava quebrada. Havia, inclusive, uma bomba alugada, mas também estava quebrada no dia em que visitamos. As barras do paliteiro[20] continuam danificadas (fotos 18 e 19).	Há apenas um caseiro, sem treinamen-to em vigilância	Sem ocorrências
TPI-4 Pq Pinheiros - Taboão da Serra	Muito lixo tanto no reservatório como ao seu redor (fotos 20 a 26). O assoreamento também aumentou em relação ao ano anterior. Não houve limpeza no intervalo das nossas visitas	Havia duas bombas em funcionamento e uma em manutenção.	Há apenas um caseiro, sem treinamen-to em vigilância	Parque construído ao lado do reservatório completamente destruído e alambrado danificado (fotos 27 a 30).
TC-2 JD Casa Grande - Diadema	Existência de lixo nos paliteiros[21], em volume aproximado ao do ano anterior, porém apresentando menor densidade de vegetação no interior do reservatório - foi o	Apresenta novo quadro, com pleno funcionamento das bombas. Algumas barras do paliteiro continuam danificadas (derrubadas)	Atualmente implantada pela prefeitura 24 horas	Furto dos equipamentos no ano anterior, porém sem novas ocorrências após

[21] Paliteiros: barras para contenção do lixo trazido pelas chuvas, evitando que sejam lançados no interior dos reservatórios

	1º a receber manutenção pela contratada (foto 31 a 34)	conforme foto 35. Alguns cabos foram revestidos e chumbados para evitar eventos de furto		reposição.
RC-1 Vila Rosa - São Bernardo do Campo	Existência de vegetação baixa, denotando a realização de limpeza realizada após a visita anterior (fotos 42 e 43)	Em regular funcionamento	24 horas	Sem ocorrências
TM-2-3 Volks Demarchi - São Bernardo do Campo	Inexistência de lixo acumulado e vegetação rala, denotando estado muito bom de limpeza (fotos 46 e 47)	Em regular funcionamento (fotos 48 e 49)	24 horas	Sem ocorrências
RT-3 Corumbé/JD Zaíra - Mauá	Excesso de lixo e terra depositada no reservatório, chegando, segundo informações "in loco" a 8m de altura (fotos 54 e 55). Apenas o depósito de lixo doméstico nas margens do canal não estava mais sendo praticado (fotos 62 e 63)	As bombas haviam sido retiradas para reparos no ano anterior e até o momento não foram repostas por impossibilidade antes da limpeza (fotos 56 e 57)	24 horas	Sem ocorrências
RT-3-A Petrobrás - Mauá	Existência de rala vegetação, denotando bom estado de limpeza do reservatório (fotos 66 a 69)	Apresenta novo quadro com regular funcionamento dos equipamentos, tendo em vista sua reposição (fotos 70 e 71)	Implanta-ção de vigilância 24 horas em 2 pontos do reservató-rio e previsão para implanta-ção de câmeras para monitora-mento (fotos 72 e 73)	Furto dos equipamentos no ano anterior, porém sem novas ocorrências após reposição
RO-1 JD Sônia Maria - Mauá	Vegetação menos densa que a do ano anterior, revelando limpeza já realizada e melhores condições de limpeza (fotos 76 e 77)	Não há - o escoamento é feito somente por gravidade	Não há	sem ocorrências
RM-9 - Oratório Santo André/JD Elba	Menor quantidade de lixo nos pisos e taludes, porém permanece a presença de animais nas dependências do reservatório. Observamos ainda o acesso de pessoas devido ao rompimento dos alambrados e pichações no interior do reservatório (fotos 80 a 85)	Não há - escoamento realizado por gravidade	Não há	Sem ocorrências
RM-11- São Caetano do Sul	Existência de vegetação nas células, sendo parte já carpida, faltando sua retirada (fotos 86 e 88)	Não há - funcionamento por gravidade	Não há	Sem ocorrências

6.1.3- Fotos dos piscinões

A seguir inserimos algumas fotos dos piscinões visitados:

TPO-2 Portuguesinha Município: Taboão da Serra

Casa de bombas - bombas inoperantes e expostas na 1ª e 2ª visitas

TPI-2 Jardim Nova República - Município: Embu das Artes

Esgotos clandestinos; lixo no curso das águas e nos arredores

TPI-4 Parque Pinheiros - Município: Taboão da Serra

Vista geral do reservatório e detalhe da comporta

TC-2 Jd. Casa Grande – Município: Diadema

Comparativo 1ª a 2ª visitas e paliteiros danificados

AC-1 Vila Rosa – Município: São Bernardo do Campo

Vista geral, comparativo 1ª e 2ª visitas

RT 3-A – Corumbé/ Jd Zaíra – Mauá

Excesso de assoreamento e lixo nos taludes, casa de bombas e margens do córrego

AT-3 Petrobrás – Município: Mauá

Comparativo 2008/2009: grande represamento na 1ª devido a furto dos equipamentos.

Reposição dos equipamentos, inserção de guarita e alambrado para evitar acesso

RO-1 Vila Sonia Maria – Município: Mauá

Comparativo 2008/2009: vegetação bem menos densa

7- SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR

7.1- FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Foram realizadas visitas nos projetos e atividades desenvolvidas pela Fundação, onde, mediante entrevistas, obtivemos informações acerca da Rede ANSP, dos Consórcios Setoriais para Inovação Tecnológica, da Pesquisa Inovativa na Pequena e Micro Empresa, do Programa Tecnologia da Informação no Desenvolvimento da Internet Avançada, do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas e dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão.

Os projetos haviam recebido em 2007, as quantias respectivas de US$ 7.670.742,66, US$ 233.217,74, US$ 15.227.857,07, US$ 1.408.586,71, US$ 606.636,65 e US$ 9.914.433,48, correspondendo a aproximadamente 12,42% do total despendido pela FAPESP naquele exercício.

7.1.1- Da Rede Ansp

A Rede ANSP estabeleceu acesso internacional às universidades e institutos de pesquisa do Estado de São Paulo e às instituições conectadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), criada em 1989 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para interligar as redes acadêmicas estaduais.

É um importante suporte para o funcionamento da Internet no Brasil e utilizada como infra-estrutura para projetos de pesquisa aprovados no programa Tecnologia da Informação no Desenvolvimento da Internet Avançada (Tidia).

Em nossa visita constatamos que as instalações físicas da rede ANSP encontram-se atualmente localizadas na empresa Terremark do Brasil Ltda., em um edifício empresarial que congrega ainda duas empresas: Xerox e HP.

Contratou-se a empresa Terremark do Brasil para realizar os serviços de rotina do Ponto de Troca de Tráfego (suporte a servidores e reconfiguração de rotas e resolução de problemas). A equipe da FAPESP vinculada à ANSP passou, então, a desempenhar o papel de gestora da evolução da rede, atuando principalmente no desenvolvimento de novas soluções e implementações de recursos avançados.

A rede ANSP divide-se em duas redes virtuais, quais sejam, o Ponto de Troca de Tráfego e o acesso às Redes Acadêmicas internacionais, separadas sobre um mesmo meio físico. O Ponto de Troca de Tráfego é um "switch" virtual dentro do "peering fabric switch Force 10" da empresa Terremark. Ele é o resultado do esforço realizado durante os anos de 2006 e 2007 para trabalhar no limite do desenvolvimento tecnológico da área.

7.1.2- Dos Consórcios Setoriais para Inovação Tecnológica

Este programa foi criado em 2000 com o objetivo de estimular a colaboração entre grupos de pesquisa ligados a instituições paulistas e aglomerados de empresas de um mesmo setor para resolver problemas tecnológicos de interesse comum.

O programa oferece auxílios para a implantação e modernização da infra-estrutura de laboratórios de grupos voltados para a pesquisa tecnológica instalados em uma ou mais instituições de pesquisa e também concede auxílios individuais a pesquisadores.

O sucesso dos programas de Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e de Pesquisa Inovadora em Pequenas Empresas (PIPE) recomenda que se incentive a comunidade de pesquisa a propor iniciativas que propiciem interação mais abrangente e sustentável, por prazos mais dilatados, com o setor empresarial.

As metas e o funcionamento deste programa definem-se pelas seguintes características: parceria, longa duração, associação de empresas, sistema duplo de financiamento e análise continuada.

7.1.3- Da Pesquisa Inovativa na Pequena E Micro Empresa

Este programa destina-se a apoiar o desenvolvimento de pesquisas inovadoras sobre problemas importantes em ciência e tecnologia, a serem executadas em pequenas empresas, que tenham alto potencial de retorno comercial ou social.

São destinados às seguintes fases: realização de pesquisas sobre a viabilidade das idéias propostas, desenvolvimento da parte principal da pesquisa e desenvolvimento de novos produtos comerciais.

7.1.4– Do Programa Tecnologia da Informação no Desenvolvimento da Internet Avançada

Este programa foi lançado pela FAPESP em 2001 com o objetivo de transformar a Internet em objeto de pesquisa e prevê parcerias com empresas do setor de Telecomunicações e a criação de uma rede de fibras ópticas de alta velocidade para conectar, inicialmente, São Paulo, Campinas e São Carlos e, posteriormente, outros municípios paulistas.

Essa rede servirá de campo de testes para pesquisas encaminhadas ao Programa e implementadas pelas redes acadêmicas. Outro objetivo do Tidia é formar especialistas em desenvolvimento de tecnologia para a Internet.

7.1.5– Do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas

Lançado em agosto de 1998, o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas financia pesquisas voltadas ao atendimento de demandas sociais concretas e busca a aproximação do sistema de ciência e tecnologia paulista com a sociedade.

O Programa reúne, de um lado, institutos de pesquisa e universidades e, de outro, organismos do setor público – Secretarias Estaduais e Municipais, empresas estatais e prefeituras – e do terceiro setor, isto é, cooperativas, fundações e organizações não governamentais (ONG's).

7.1.6– Dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão – Cepid

Estes centros desenvolvem pesquisas na fronteira do conhecimento por meio de programas multidisciplinares de pesquisa básica ou aplicada de caráter inovador.

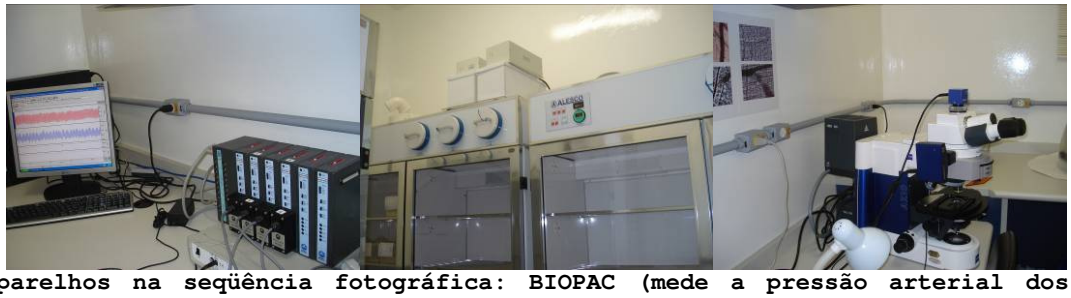
O conhecimento gerado é transferido para os diversos níveis de governo, de forma a subsidiar políticas públicas, e para o setor privado, na forma de novas tecnologias. Os centros têm ainda a tarefa de viabilizar parcerias com organizações responsáveis pela implementação de políticas públicas e com indústrias e estimular a formação de pequenas empresas que incorporem os resultados das pesquisas.

Procedemos à verificação no Centro de Toxinologia Aplicada localizado no Instituto Butantan. O histórico das atividades atuais deste centro tem origem em uma

parceria, iniciada em 2000, com um consórcio empresarial, denominado COINFAR, envolvendo as empresas nacionais Ache, Biosintética, União Química e Biolab e, posteriormente, a empresa Cristália.

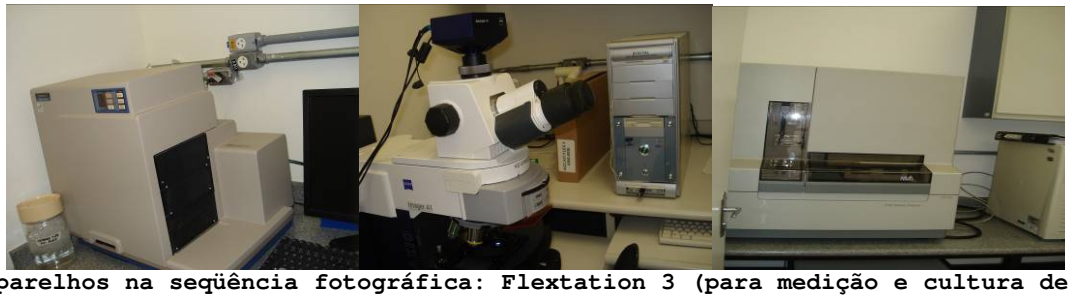
Identificaram-se pesquisas que poderiam gerar patentes, como por exemplo, nas áreas do câncer, hipertensão arterial, coagulação do sangue, entre outros, criando um acordo de patente conjunta envolvendo pesquisador, FAPESP e empresa investidora.

A FAPESP procedeu, então, à reforma e adequação das instalações do Centro de Pesquisa localizado no Instituto Butantan e vem adquirindo materiais de consumo (cerca de 95% do material é importado), bem como investiu na compra de diversos equipamentos.



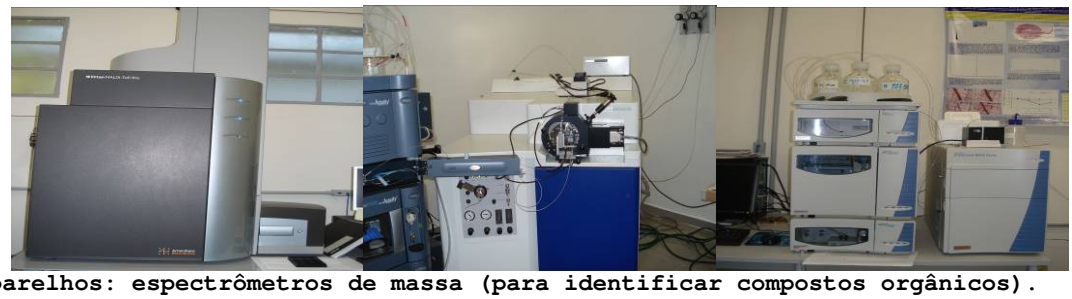
Aparelhos na seqüência fotográfica: BIOPAC (mede a pressão arterial dos ratos), Estantes Ventiladas e Microscópio Intravital (trabalha com animal vivo).

Aparelhos na seqüência fotográfica: Citômetro de Fluxo (para determinação das células CD4 e CD8), Estufa de crescimento celular e Aparelho de Canal iônico.



Aparelhos na seqüência fotográfica: Flextation 3 (para medição e cultura de células), Microscópio com Fluorescência (para visualização da cor na amostra) e seqüenciador de DNA (faz 16 amostras em 2 horas e meia).

Aparelhos na seqüência fotográfica: Digitalizador de imagens (para verificar a fluorescência e o comprimento de onda), Shaker (para movimentação e multiplicação da cultura de bactérias) e equipamento de Eletroforese Bidimensional.



Aparelhos: espectrômetros de massa (para identificar compostos orgânicos).

Aparelhos na seqüência fotográfica: Equipamento de Ressonância Plasmônica de Superfície (para reconhecimento de moléculas alvo), Cromatógrafo de Alta Resolução e Sintetizador de Peptídeo.

Aparelhos: equipamentos de purificação e análise de peptídeos (na seguência fotográfica: semi analítico, preparativo e analítico).

7.1.7- Do Reflexo Social dos Gastos com Pesquisa

Diante de todo o exposto, traçando um panorama geral das atividades de pesquisa, observamos, S.M.J., que são voltadas precipuamente para o setor empresarial, tendo natureza de resultado econômico incerto, podendo ou não gerar produtos com valor no mercado, portanto, são investimentos de alto risco, daí a necessidade do aporte governamental para

fomento da pesquisa no Estado de São Paulo. Somente após o sucesso da pesquisa e diante da possibilidade de aplicação tecnológica é que as empresas se interessam no implemento da produção em maior escala.

7.1.8- Síntese do Apurado

A nossa impressão é a de que os programas da FAPESP são destinados ao setor empresarial e de administração do governo, inclusive saúde, o que é louvável, diante de maior possibilidade de utilização prática das atividades de pesquisa, no entanto, justamente por este motivo acabam por distanciar-se do foco específico da aplicação no ensino.

Informamos que deduzimos o valor do auxílio financeiro a pesquisadores da Fapesp por entendermos, s.m.j., que esses gastos não estão vinculados precipuamente à melhoria da qualidade do ensino ou à sua expansão.

8– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

8.1– Formação Continuada de Educadores na Educação Básica

Conforme excerto proveniente do Plano Plurianual 2008-2011 – Lei n.º 13.123 de 8 de julho de 2008, o programa auditado, sob incumbência da Secretaria da Educação, tem por finalidade "desenvolver ações de formação continuada: centralizadas e descentralizadas, presenciais, em serviço ou por meio de mídias interativas, bem como propiciar estudos de pós-graduação para educadores da rede estadual, visando o aperfeiçoamento permanente da gestão pedagógica e das práticas desenvolvidas em sala de aula, especialmente as de alfabetização, objetivando a melhoria da qualidade de ensino", na forma a seguir:

Ações	Meta do Período	Produto
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	820.000	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO MÉDIO	480.000	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES
CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	2.320	EDUCADORES
REDE DO SABER	37.821.348	HORAS DE UTILIZAÇÃO

Metas do PPA 2008/2011
Fonte: PPA 2008/2011 - Lei n.º 13.123 de 8 de julho de 2008

Por sua vez, tais ações estão caracterizadas na LOA 2008[22] na seguinte maneira:

– Aperfeiçoamento profissional dos educadores do ensino fundamental: Realização de orientações técnicas e cursos presenciais ou a distância com uso de comunicações interativas para os educadores do ensino fundamental; formação, em serviço, de profissionais que atuam especialmente na aprendizagem da leitura e escrita nas classes do 1º ao 4º ano e continuidade da implementação de programas de acompanhamento/avaliação da gestão administrativa e pedagógica; formalização de parcerias/convênios com instituições de ensino superior, públicas/privadas, para implementação de ações de aperfeiçoamento; e suprir as necessidades regionais de capacitação das diretorias de ensino.

– Aperfeiçoamento profissional dos educadores do ensino médio: realização de orientações técnicas e de

[22] Lei n.º 12.788/2007: LOA 2008

cursos de aperfeiçoamento presencial ou a distância com o uso de comunicações interativas, para todos os profissionais do quadro do magistério atuantes no ensino médio; formalização de parcerias/convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, para implementação das ações de aperfeiçoamento; repasse de recursos às diretorias de ensino para suprir as necessidades com as ações descentralizadas de aperfeiçoamento; e continuidade da implementação de programas de acompanhamento/avaliação da gestão administrativa e pedagógica.

- Rede do Saber: Provimento de suporte técnico pedagógico especializado para o planejamento, modelagem e mediação de atividades, configuração de ferramentas e ambientes de colaboração, produção editorial e operação das ações de capacitação à distância, em articulação com as ações inerentes à infovia do saber, direcionadas tanto para o aperfeiçoamento profissional dos educadores de ensino fundamental, quanto para os educadores do ensino médio.

-Concessão de bolsas aos profissionais da educação: Concessão de bolsas de estudos aos ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro do magistério da secretaria da educação, para realização de cursos de pós-graduação "stricto-sensu" (mestrado e/ou doutorado) na área da educação e/ou da licenciatura do candidato, com instituições de ensino superior, públicas ou particulares.

A auditoria teve como objetivo avaliar se a Secretaria da Educação está se instrumentalizando, de forma institucional e operacional, para o atendimento das necessidades de formação dos docentes, disponibilização dos produtos necessários ao alcance de suas metas e controle das ações ofertadas.

No objetivo de investigar as questões de auditoria, diante dos riscos encontrados, adotaram-se como estratégias metodológicas: a) pesquisa por via postal; b) visitas de estudo; c) análise documental; d)consulta de dados secundários; e) consulta a banco de dados(SIGEO/SIAFEM) e sites.

Foram entrevistados professores e professores coordenadores, além de entrega de requisição de documentos/informações e solicitação de distribuição dos questionários ao demais professores coordenadores e professores do Fundamental - Ciclo I, de Língua Portuguesa e Matemática para resposta postal, conforme a seguir demonstramos:

	Atores entrevis-tados	Total de Questio-nários aplicados *	Total de Questio-nários Tabulados 23	%	Total de Escolas aplicadas	Total de Escolas Tabuladas	%	Escolas Partici-pantes	DRE
Pesquisa Postal (25.11 a 19.12.2008)	Professor	2922	432	14,78%	91	58	63,74%	51	58
	Professor Coordenador	220	93	42,27%				52	
Visita de Estudo (19.11 a 04.12.2008)	Professor	240	74	30,83%	9	6**	66,67%	6	4***
	Professor Coordenador	17	10	58,82%				4	
	Total	3399	609	17,92%	100	64	64%		62

Configuração Final da amostra

Fonte: Questionários (Pesquisa e Visitas de Estudo) e Carga Horária X Cadastro Funcional - Janeiro / 2009

Notas:

* Informação não obtida para escolas: LIONS CLUBE (escola unidocente), PROF. ARISTIDES PEREIRA FILHO e PROF. PERICLES GALVÃO.

** Não consideradas por alterações no questionário: ANTONIO RAPOSO TAVARES; ELISEU NARCISO REVERENDO; ANTONIO PADILHA

*** Consideradas SOMENTE as diretorias sem respostas na PESQUISA POSTAL (DUPLO CÔMPUTO): GUARULHOS NORTE; DIADEMA; CARAPICUÍBA E MAUÁ

8.2- Aspectos orçamentários

O cotejo entre o PPA 2004/2007 e o PPA 2008/2011 para a "Formação Continuada dos Educadores da Educação Básica" permite verificar que a estrutura programática sofreu, além da supressão da ação "5150 – CAPACITACAO TECNICA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO", as alterações adiante identificadas e correlacionadas por ação:

PPA 2004/2007		PPA 2008/2011	
	Produto	Ações	Produto
5148 – CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL/ APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCADORES CAPACITADOS Unidade	5148- APERFEIÇOAMENTO PROF. DOS EDUCADORES DO EF	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES Unidade
5149 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO/ APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO MÉDIO	EDUCADORES CAPACITADOS Unidade	5149- APERFEIÇOAMENTO PROF. DOS EDUCADORES DO EM	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES Unidade
5151 – CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	EDUCADORES Unidade	5152–CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFIS. DA EDUCAÇÃO	EDUCADORES Unidade

[23] Subtítulo V.C e V.D

5152 - REDE DO SABER	**OTIMIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA / REALIZAÇÃO DE HORAS DE UTILIZAÇÃO** **%**	**5151-REDE DO SABER**	**HORAS DE UTILIZAÇÃO** **Unidade**

Tabela 3 : Correlação programática das ações dos Programas "Formação continuada para Educadores da Educação Básica" e "Formação Continuada de Educadores – Teia do Saber" para o período 2004 a 2008
Fonte: PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011

Outrossim, sucedeu-se a mudança de indicadores, em que no PPA 2004/2007 vigorou o "PERCENTUAL DE EDUCADORES CAPACITADOS" e no atual passou a ser "TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL" e "TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO".

A presente auditoria teve como objetivo avaliar se a Secretaria da Educação está estruturada institucional e operacionalmente para o atendimento das necessidades de formação dos docentes, disponibilização dos produtos necessários ao alcance das metas estipuladas, e controle das ações ofertadas. Ao final dos trabalhos, sistematizamos os achados pelos seguintes aspectos:

8.3- Diagnóstico

1. a Secretaria não dispõe de "registro ou banco de dados com histórico de cursos(curta e longa duração) e formações em serviço recebidos pelos educadores, bem como de solicitações de capacitação/formação para atendimento de demandas individuais ou desenvolvimento de projetos com capacitação de cada escola";

2. não há participação docente no diagnóstico das necessidades de formação, cuja identificação advém mormente de inferências provenientes de estudos dos fatores associados ao desempenho e rendimento, apesar dos questionários dos sistemas de avaliação, que coletam dados acerca do perfil e experiência profissional com a participação dos professores, não abordarem tais necessidades e preferências de formação em questões direcionadas a estes;

8.4- Estratégia de Implementação

1. Desde 2007, não há cursos de "Lato Sensu" (Pós-graduação/Especialização de 360h) e parcerias ou celebrados convênios com instituições públicas ou privadas com a

finalidade de implementar cursos de formação continuada aos educadores da rede pública estadual;

2. A estratégia de implementação é pautada em ações centralizadas sem delimitações com base nas notas de desempenho do sistema de avaliação e/ou das taxas de rendimento (aprovação, reprovação e evasão) – utilizadas na formulação do programa;

3. Com enfoque para o suporte pedagógico, a formação continuada do docente deslocou-se para as escolas e/ou fora do horário de trabalho, inclusive por meio da capacitação à distância, apesar da restrição destes a essa modalidade de formação; da falta, ainda que parcial ou de outra ordem, de infra-estrutura para cursos à distância e trabalho coletivo (HTPC); e da manifestação de que a capacitação fora do horário de trabalho representa um obstáculo;

4. Por concepção, destinados somente a efetivos, 43% dos professores atuantes na rede estadual em 2008 não foram beneficiados com o principal Programa executado em 2008 – Programa Computador do Professor – acarretando condições diferenciadas para participação destes em cursos, orientações técnicas e formação em serviço, inclusive para aplicabilidade na prática docente;

5. Em 2008, as metas de participações em ações de aperfeiçoamento não foram alcançadas;

8.5– Estrutura de controle

1. Inexiste estrutura formal de controle (avaliação e monitoramento) articulando a CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) com os executores das ações descentralizadas (CEI – Coordenadoria de Ensino do Interior e COGSP – Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo), com base nas informações obtidas dos beneficiários dos programas pelos atores do suporte pedagógico.

8.6– O HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) segundo a percepção dos docentes

1. O HTPC, de realização semanal e participação obrigatória, foi considerado pelos docentes de pouca relevância para a formação, com crédito maior a outras alternativas de aperfeiçoamento;

2.Manifestação acompanhada pelos professores coordenadores, apesar da principal atribuição confiada a estes ser justamente a coordenação, a organização e condução dos horários de trabalho coletivo desenvolvidos nas escolas.

8.7– Atividades ocorridas durante os HTPCs

1. A não compreensão do atendimento a pais e/ou responsáveis dos alunos – apesar do art. 13 da Lei Complementar Estadual 873/97 alçá-la a condição de atividade de caráter pedagógico, e das discussões de desempenho dos alunos como ocasiões de aperfeiçoamento profissional pelos docentes;

8.8– Os HTPCs de acordo com as atas das reuniões

1. Alta incidência nas atas de HTPCs de assuntos com abordagem mais centrada nos aspectos administrativos e organizacionais, de forma que as atividades mais diretamente relacionadas à formação continuada dos professores dividem as atenções destes com assuntos de pouca, ou nenhuma, repercussão nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula;

8.9– Os obstáculos para o desenvolvimento dos HTPCs, de acordo com a percepção dos professores

1. Professores e professores coordenadores indicaram a exigüidade do tempo reservado a esta tarefa e o excesso de atribuições profissionais figura como os principais óbices que comprometem o aproveitamento dos HTPCs;

8.10– O HTPC como espaço para a disseminação de cursos de acesso restrito oferecidos pela SEE

1. A disseminação dos cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria da Educação não integra o rol de trabalhos que são efetivamente desenvolvidos durante os HTPCs, na percepção de mais de 50% dos docentes e 66,99% dos professores coordenadores, com conseqüência na propagação do conteúdo de cursos de acessibilidade restrita (Proposta curricular) e, em última instância, na construção de um trabalho efetivamente coletivo entre os professores;

8.11– Os planos pedagógicos apresentados pelas escolas visitadas

1.Os planos pedagógicos das escolas visitadas carecem, quando não de formalização, de explorarem – e não superficialmente – princípios atinentes ao trabalho em equipe – interdisciplinaridade e o trabalho cooperativo entre aqueles de mesma área de formação acadêmica;

8.12– A rotatividade docente sob a perspectiva da construção do trabalho em equipe

1. O mecanismo legal de atribuição de classes e de aulas – art. 45 da Lei Complementar estadual 444 de 27/12/85, em que os titulares de cargo efetivo têm prioridade aos OFAs(não efetivos) – num contexto em que quase metade dos professores OFAs atuou, ao longo dos cinco últimos exercícios, em pelo menos quatro escolas distintas, tem efeito negativo na continuidade das pedagogias, de um ano letivo ao seguinte, como fator de êxito escolar, bem como no trabalho coletivo

8.13– Ausência/insuficiência de recursos pedagógicos nas escolas da rede

1. Grande parte das escolas da rede estadual de ensino não dispõe de todos os recursos necessários à realização das situações de aprendizagem sugeridas pelos eventos de formação continuada oferecidos pela Secretaria da Educação. A insuficiência de ferramentas de apoio pedagógico dificulta, inclusive, a execução das atividades prescritas pela própria proposta curricular do Estado.

Acerca dos indicadores de desempenho utilizados pela Administração

Os indicadores podem oferecer informações importantes acerca do desempenho dos programas governamentais, demonstrando em que medida os resultados previamente estabelecidos foram, de fato, alcançados. Há indicadores que se prestam a explicitar a *eficácia* das ações implementadas pela Administração Pública; outros podem tratar mais especificamente da *eficiência* com que os serviços públicos são executados, ou, ainda, quais os *impactos* provocados por aqueles na realidade social sobre a qual incidem. A produção de indicadores que abordem cada uma das dimensões acima mencionadas permite uma criteriosa avaliação dos programas governamentais e, conseqüentemente, gera "as informações necessárias para tomar decisões em fases sucessivas e repetidas (algumas vezes chamadas 'iterações'), na medida em que os programas são implementados. Com base nas descobertas da avaliação de um ciclo, um novo conjunto de decisões programáticas é estabelecido e o ciclo seguinte começa. A variação de decisões nesses ciclos também indica que as funções da administração são ajustadas em constantes mudanças"

[24]. Portanto, a definição de indicadores adequados e suficientes configura-se em um elemento fundamental ao gerenciamento das ações promovidas pelo Estado, permitindo-lhe promover modificações e ajustamentos quando as informações coletadas revelarem a inadequação parcial entre os objetivos perseguidos e o conjunto de medidas adotado para alcançá-los. Evidentemente, em alguns casos, embora a acurada avaliação do desempenho de determinado programa reclame o conhecimento de alguma informação não disponível, o custo de sua produção pode torná-la inviável, restando à Administração recolher dados que, indiretamente, possam compensar em parte a respectiva lacuna.

A este respeito, cabe-nos observar que para os programas cujas ações foram analisadas ao longo do exercício de 2008, verificamos a predominância de indicadores relativos exclusivamente ao cumprimento das metas quantitativas estabelecidas na peça orçamentária. A título exemplificativo, podemos mencionar o programa Família Cidadã – Ações Sociais Integradas, do qual fazem parte as ações Renda Cidadã e Ação Jovem, e cujo único indicador adotado resume-se a abordar o "percentual de beneficiários atendidos pelas ações sociais integradas" (PPA 2008/2011); de forma semelhante, para o programa Proteção Social Especial, as informações fornecidas pelos indicadores tratam somente do percentual de municípios e de indivíduos atendidos pelas ações promovidas pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Observações equivalentes podem ser estendidas, ainda, a muitos outros programas previstos no PPA 2008/2011.

Evidentemente, a avaliação da eficácia das medidas implementadas pela Administração – isto é, o total de serviços prestados ou bens produzidos em face das metas previamente definidas – é um dos fatores que não podem ser negligenciados na avaliação e no monitoramento de qualquer programa. Entretanto, restam ainda outros aspectos da atuação governamental que demandam, igualmente, a produção constante de informações, de modo a permitir o conhecimento da real extensão dos benefícios proporcionados à população-alvo e dos procedimentos de execução que podem, eventualmente, dificultar a obtenção dos resultados desejados, reclamando, portanto, a adoção de estratégias capazes de sanar as deficiências operacionais detectadas.

Destarte, além dos indicadores voltados à mensuração da eficácia – já utilizados pela Administração em praticamente todas as suas ações –, é necessário a adoção de

[24] GRAHAM JR., Cole Blease & Hays, Steven W., *Para Administrar a Organização Pública*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, pg. 240

outros que tratem diretamente de aspectos relacionados à economicidade, à eficiência e à efetividade. Enquanto o primeiro se refere mais especificamente ao caráter *quantitativo* da execução das ações governamentais, os três últimos revestem uma dimensão mais propriamente *qualitativa*, trazendo à luz não apenas a questão da minimização dos custos envolvidos na geração dos bens ou serviços e da melhor utilização dos recursos postos à disposição do programa, mas também dos impactos reais – previstos ou não – provocados pela atuação dos entes públicos sobre a realidade social em questão. Sob esta perspectiva, portanto, a informação que dá conta do total de equipamentos sociais instalados ao longo de um determinado período, por exemplo, deve ser acompanhada de outras que explicitem, igualmente, o bom emprego dos recursos públicos reservados para tanto, bem como as alterações que aqueles proporcionaram à vida de seus beneficiários, avaliando em que medida tais impactos coincidem com os objetivos que motivaram a criação do programa.

Como os resultados das auditorias realizadas durante o exercício de 2008 demonstram, há programas que, mesmo tendo cumprido grande parte das metas previamente estabelecidas, apresentaram baixo desempenho em outros aspectos importantes de sua execução, sem que a Administração tenha adotado indicadores específicos para mensurá-los. No caso da ação Renda Cidadã, por exemplo, o fato do total de indivíduos beneficiados nos últimos exercícios representar aproximadamente 90% da meta prevista para o período sugere a obtenção de um êxito geral que, no entanto, a análise pormenorizada de um dos principais objetivos do programa desmente: as ações voltadas à criação de condições para que os beneficiários obtenham fontes de renda estáveis e suficientes para a satisfação de suas necessidades básicas têm produzido resultados deveras inexpressivos, salientando que este é o principal objetivo da ação, conforme justificativa apresentada no Plano Plurianual 2008-2011:

> **"Dotar de maior efetividade a intervenção do governo do estado de são paulo em diversas ações conjugadas sobre um mesmo público alvo, partindo do princípio que a superação da situação de vulnerabilidade social requer, além da transferência temporária de renda, ações articuladas e complementares que possibilitem o rompimento do círculo virtuoso da pobreza".**

A este respeito ainda, é importante observar que a própria Secretaria de Assistência e Desenvolvimento

Social foi a responsável pela sistematização das informações que ensejaram esta conclusão, embora não as tenha elevado a condição de indicador de desempenho e, tampouco, tenha encetado novas medidas voltadas ao incremento da efetividade do programa neste particular.

De maneira semelhante, podemos mencionar, ainda, as visitas realizadas às escolas cujas estruturas físicas receberam recentemente obras de reforma. A conclusão destas não implica, necessariamente, que seus objetivos tenham sido plenamente alcançados, já que nada indica acerca dos impactos provocados sobre as comunidades beneficiadas. Conforme pudemos constatar nas visitas realizadas, diversas escolas já apresentavam, decorridas apenas algumas semanas da conclusão das obras, rachaduras nas paredes, goteiras nas salas de aula, corrimãos mal afixados, entre outros problemas, que prejudicam – ou mesmo inviabilizam – a utilização das dependências das unidades reformadas.

9 – SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA

9.1 – RECEITAS ESTADUAIS

Com o objetivo de acompanhar a receita estadual, efetuamos testes nos valores registrados contabilmente pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda, em confronto com os extratos das contas bancárias fornecidos pelo Departamento de Finanças do Estado, onde verificamos a arrecadação dos dias 06, 13, 16 e 21 de outubro; 06, 11, 18 e 26 de novembro e de 04, 10, 16 e 23 dezembro do exercício de 2008.

DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

Inicialmente, obtivemos os relatórios sintéticos das baixas tributárias de contribuintes do ICMS e comparamos com o valor contabilizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda na conta transitória de Passivo 214930901 – "Controle da Arrecadação do ICMS", apresentando o seguinte quadro:

Dia	Valor Arrecadado Contabilizado ICMS (1)	Baixa de Contribuintes ICMS (2)	Arrecadação Bancária SIMPLES ICMS (3)	Diferença ICMS (1)-(2)-(3)
06-outubro	2.134.988.212,91	2.134.789.408,41	198.804,50	0,00
13-outubro	392.742.897,26	391.853.081,54	889.815,72	0,00
16-outubro	917.051.565,59	903.294.159,16	13.757.406,43	0,00
21-outubro	422.817.096,84	413.117.693,57	9.699.403,27	0,00
06-novembro	1.959.447.890,82	1.959.268.157,77	179.733,05	0,00
11-novembro	416.016.702,81	415.459.825,27	556.877,54	0,00
18-novembro	853.583.876,53	825.713.087,07	27.870.789,46	0,00
26-novembro	722.077.864,13	721.487.925,65	589.938,48	0,00
04-dezembro	1.897.764.280,94	1.897.501.736,18	262.544,76	0,00
10-dezembro	261.630.438,10	261.387.542,25	242.895,85	0,00
16-dezembro	930.901.890,14	922.809.690,17	8.092.199,97	0,00
23-dezembro	346.418.127,88	345.197.117,28	1.221.010,60	0,00
Fonte	Notas de Liquidação UG 200122 Área Tributária	Relação de Resumo e Comprovantes de Depósitos Eletrônicos	Extrato Bancário da Conta Única do Tesouro	

O demonstrativo retro indica que os valores do ICMS contabilizados pela Diretoria de Arrecadação, em contas do passivo, são condizentes com os valores dos relatórios sintéticos das baixas de contribuintes.

Ressaltamos que uma pequena parcela da arrecadação do ICMS provém do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), depositada separadamente em conta bancária do Estado.

DA ARRECADAÇÃO GERAL DO ESTADO

Prosseguindo a análise, confrontamos os valores contabilizados transitoriamente no passivo pelas áreas tributárias e financeiras da Secretaria Estadual da Fazenda, não somente do ICMS, mas da arrecadação geral dos meses de outubro a dezembro de 2008, onde apuramos os seguintes valores:

Mês	Valor Arrecadado Contabilizado pela Área Tributária (1)	Arrecadação de IPVA – parte dos Municípios (2)	Multas FUNSET (3)	Multas Federais (4)	Valor Arrecadado a depositar em bancos (1)-(2)-(3)-(4) =(5)	Valor efetivamente depositado nas contas bancárias (6)	Diferença (6)-(5)
Out	7.989.188.729,90	101.542.891,51	1.402.670,28	8.554,77	7.886.234.613,34	7.899.269.463,29	13.034.849,95
Nov	7.538.065.530,07	86.077.618,38	1.365.901,98	5.516,51	7.450.616.493,20	6.911.476.373,83	-539.140.119,37
Dez	6.881.580.218,08	129.612.945,31	1.748.700,57	8.565,83	6.750.210.006,37	7.317.056.755,28	566.846.748,91
Fonte	Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200122 Crédito	Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200109 Crédito	Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200109 Crédito	NL Conta 214930907 UG 200122 Crédito		Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200001 Crédito	

Obs: os valores dos itens **(2), (3) e (4)** não entram nos cofres estaduais

Preliminarmente, realizando a conferência da conta contábil 214910904 – "Recolhimento Outras Receitas a Classificar", detectamos um equívoco no lançamento contábil realizado pelo Departamento de Finanças do Estado – UG 200001, quanto à arrecadação do dia 01/12/2008, haja vista que a Nota de Lançamento de número 2008NL08355 (R$ 608.675,48), foi contabilizada na conta corrente do mês de novembro de 2008,

quando a arrecadação pertence, na realidade, ao mês de dezembro.

Fato semelhante ocorreu com a Diretoria de Arrecadação – UG 200122, quanto à arrecadação do dia 01/12/2008, contabilizada no mês de novembro, conforme nota de lançamento de número 2008NL00799 (R$ 550.731.625,65).

Cabe informar, ainda, o advento no mês de setembro, das operações do "RENAINF" (Registro Nacional de Infrações de Trânsito), convênio para recebimento de multas de outros Estados da Federação, cujo reflexo contábil foi verificado a partir dos dias 29 e 30, pela falta de contabilização do valor da retenção ao FUNSET, que não entrou em caixa, com valores significativos, a partir de outubro, que serão discriminados no quadro da diferença do valor arrecadado a depositar em bancos e o valor efetivamente depositado em contas bancárias, quando da decomposição dessa diferença encontrada.

Assim sendo, efetuamos ajustes no quadro retro, onde discriminamos a seguinte movimentação:

Mês	**Valor Arrecadado Contabilizado pela Área Tributária (1)**	**Arrecadação de IPVA – parte dos Municípios (2)**	**Multas FUNSET (3)**	**Multas Federais (4)**	**Valor Arrecadado a depositar em bancos (1)-(2)-(3)-(4) =(5)**	**Valor efetivamente depositado nas contas bancárias (6)**	**Diferença (6)-(5)**
Outubro	7.989.188.729,90	101.542.891,51	1.402.670,28	8.554,77	7.886.234.613,34	7.899.269.463,29	13.034.849,95
Novembro	6.987.333.904,42	86.077.618,38	1.365.901,98	5.516,51	6.899.884.867,55	6.910.867.698,35	10.982.830,80
Dezembro	7.432.311.843,73	129.612.945,31	1.748.700,57	8.565,83	7.300.941.632,02	7.317.665.430,76	16.723.798,74
Fonte	**Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200122 Crédito**	**Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200109 Crédito**	**Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200109 Crédito**	**NL Conta 214930907 UG 200122 Crédito**		**Notas de Liquidação Conta 214910904 UG 200001 Crédito1**	

Obs: os valores dos itens **(2), (3) e (4)** não entram nos cofres estaduais

Da composição desta diferença encontramos os seguintes valores:

Mês	**13,33% IPVA**	**Valor aproximado FUNSET/"RENAINF"**	**Diferença**
Outubro	13.535.667,44	-500.817,49	13.034.849,95
Novembro	11.474.146,53	-491.315,73	10.982.830,80
Dezembro	17.277.405,61	-553.606,87	16.723.798,74

Observa-se neste quadro que os valores depositados em conta bancária foram maiores que aqueles contabilizados pela arrecadação geral do Estado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2008.

Esta diferença refere-se à retenção, nos cofres estaduais, do valor devido pelos Municípios ao FUNDEB, decorrente da arrecadação do IPVA, para posterior repasse ao Fundo e também dos valores do Convênio "Renainf".

Cumpre esclarecer que o valor do IPVA, correspondente ao percentual constitucional dos Municípios, não transita pelos cofres estaduais, sendo depositado diretamente àqueles entes federativos pelos bancos arrecadadores, ficando retida nos cofres estaduais somente a parcela de 13,33% daquele imposto devida ao FUNDEB pelos entes municipais, conforme quadro a seguir:

Mês	**Arrecadação de IPVA dos Municípios (1)**	**13,33% do IPVA dos Municípios devido ao FUNDEB (2)**
Julho	101.542.891,51	13.535.667,44
Agosto	86.077.618,38	11.474.146,53
Setembro	129.612.945,31	17.277.405,61
Fonte	**Notas de Liquidação Conta 214910904 – UG 200109 Crédito**	

Estes valores ficam pendentes na conta de passivo 214910904 – "Recolhimentos e Outras Receitas a Classificar", aguardando os repasses estaduais do "IPVA – parte dos Municípios" ao FUNDEB.

Não obstante, verificamos que no momento do repasse estadual, os valores não vêm sendo baixados da conta retro, mas sim, registrados na conta 11252.08.02 – "Depósitos ao FUNDEB – Banco do Brasil – parte dos Municípios", restando, portanto, pendências nestas duas rubricas contábeis.

DO REPASSE DA PARTE DO IPVA-PARTE DOS MUNICÍPIOS AO FUNDEB

Efetuamos, então, a conferência da efetiva retenção ao FUNDEB pelo Estado, do IPVA – parte dos Municípios, conforme quadro a seguir:

Mês	Documentos	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Valor contabilizado do repasse do IPVA dos Municípios ao FUNDEB Conta **11.252.08.02**	**UG 200002**	11.860.711,50	11.895.320,36	16.628.057,52	
(+)/(-) 13,33% de valores retidos no mês e depositados ao FUNDEB no mês seguinte:					
Retidos em 29 a 30/09 depositados ao FUNDEB-outubro	2008**NL**06729 (outubro/2008)	-1.689.800,43			
Retidos em 27 a 31/10 depositados ao FUNDEB em novembro	2008**NL**07529 (novembro/2008)	+3.365.054,50	-3.365.054,50		
Retidos em 24 a 28/11 depositados ao FUNDEB em dezembro	2008**NL**08340 (dezembro/2008)		+2.944.112,78	-2.944.112,78	
Retidos em 29 a 31/12 depositados ao FUNDEB em janeiro/2009	2009**NL**00014 (janeiro/2009)			+3.594.171,20	
Valor do Repasse Efetivo do IPVA dos Municípios ao FUNDEB		**13.535.965,57**	**11.474.378,64**	**17.278.115,94**	**42.288.460,15**
13,33% do IPVA dos Municípios devido ao FUNDEB		13.535.667,44	11.474.146,53	17.277.405,61	**-42.287.219,58**
Diferença		**298,13**	**232,11**	**710,33**	**1.240,57**

Observa-se nas informações retro que nos meses de outubro, novembro e dezembro, o Estado reteve um valor a maior ao "FUNDEB-IPVA-PARTE DOS MUNICÍPIOS", no montante de R$ 1.240,57.

DA CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Preliminarmente, cabe informar que este Tribunal, por ocasião da emissão do parecer das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador relativo às contas de 2006, TC 3996/026/06, ofereceu a seguinte recomendação:

"V – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS: Imediata regularização da diferença verificada entre os lançamentos contábeis e os valores das receitas tributárias efetivamente arrecadadas, mostrando-se pertinente a instituição, desde logo, de rotina que permita a permanente conciliação e ajuste dos respectivos registros, como forma de, não só corrigir as discrepâncias anotadas, mas também prevenir novas ocorrências da espécie".

Informamos que, no exercício de 2007 foi publicada a Portaria Conjunta CAF/CAT nº 01, instituindo, no âmbito da Secretaria da Fazenda, Grupo Técnico para a conciliação entre os valores efetivamente arrecadados e os valores de receitas tributárias contabilizadas no SIAFEM.

No mês de julho de 2007, novo método de contabilização foi adotado pelo Governo do Estado, passando os lançamentos da receita a ocorrer não mais mediante a utilização do documento "Nota de Lançamento", mas sim, agora utilizando-se documento denominado "Nota de Sistema".

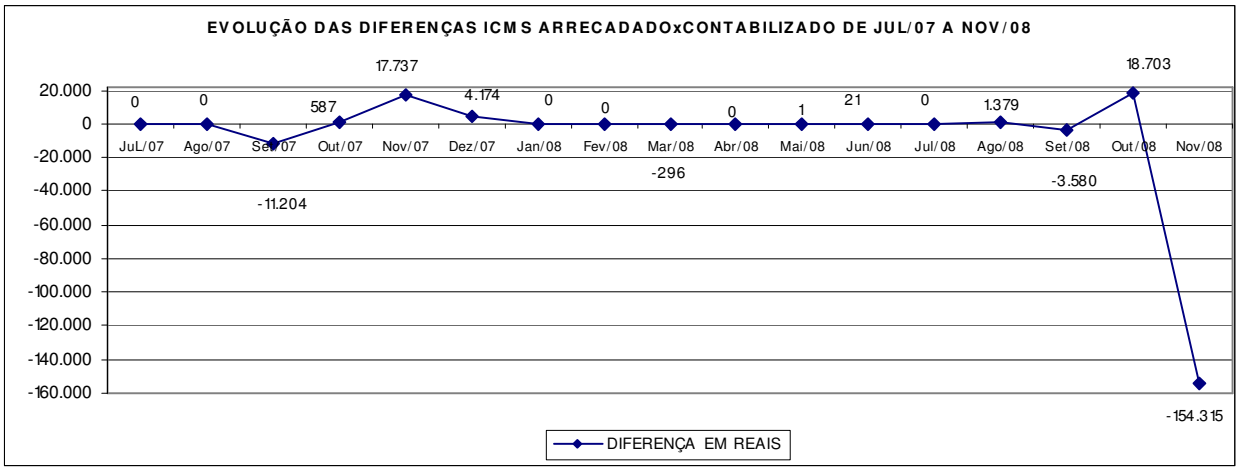
Efetuamos testes na contabilização das receitas do ICMS e do IPVA a partir do mês de julho de 2007, onde verificamos que ainda havia divergências entre os valores arrecadados e contabilizados, objeto do relatório do Grupo Técnico de Acompanhamento relativo ao exercício de 2007 (TC 5564/026/07).

Para o exercício de 2008, foram realizados novos registros contábeis, inclusive com lançamentos retroativos que regularizaram pendências do exercício de 2007, sendo verificada em 30/03/2009 a seguinte posição contábil:

a) ICMS

MÊS	ARRECADADO	CONTABILIZADO EM RECEITA	DIFERENÇA
Julho/2007	5.165.246.926	5.165.246.926	0
Agosto/2007	5.303.066.918	5.303.066.918	0
Setembro/2007	5.960.776.658	5.960.787.862	-11.204
Outubro/2007	5.735.314.515	5.735.313.928	587
Novembro/2007	5.652.140.819	5.652.123.082	17.737
Dezembro/2007	5.759.227.248	5.759.223.074	4.174
Janeiro/2008	6.003.361.386	6.003.361.386	0
Fevereiro/2008	5.588.422.183	5.588.422.182	0
Março/2008	5.405.354.676	5.405.354.972	-296
Abril/2008	6.017.914.628	6.017.914.628	0
Maio/2008	6.266.768.307	6.266.768.306	1
Junho/2008	6.426.907.276	6.426.907.255	21
Julho/2008	6.511.313.742	6.511.313.742	0
Agosto/2008	6.582.339.233	6.582.337.854	1.379
Setembro/2008	6.922.256.048	6.922.259.628	-3.580
Outubro/2008	7.414.281.693	7.414.262.989	18.703
Novembro/2008	6.458.713.242	6.458.867.557	-154.315
Dezembro/2008	6.740.993.348	6.723.584.725	17.408.622
TOTAL	109.914.398.845	109.897.117.015	17.281.830
Fonte	Conta 214930901 UG 200122 Crédito	Conta 214930901 UG 200001 Débito	

Evolução das diferenças do gráfico acima, do período de julho/07 a novembro/08.



Preliminarmente, cabe informar que no exercício de 2008, foi regularizada uma pendência significativa do mês de dezembro de 2007, no valor de R$ 1.069.922,00, o qual foi

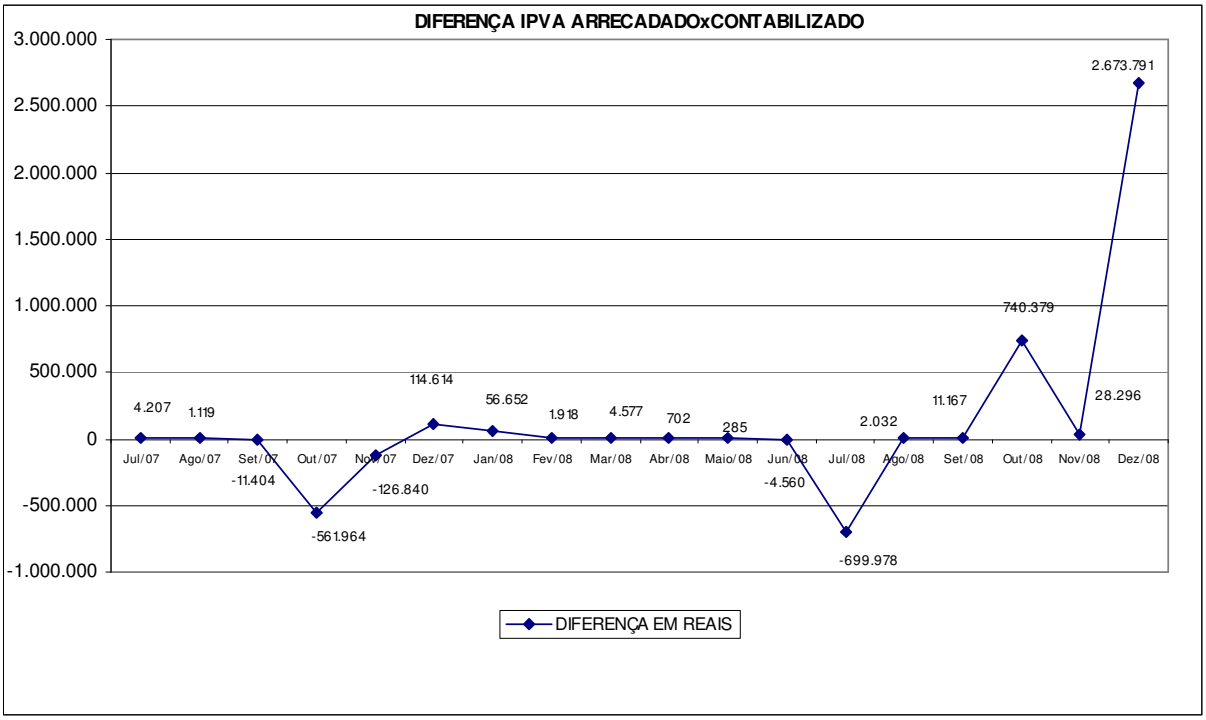
arrecadado, mas não contabilizado na receita. Esta divergência do mês de dezembro/2007, mediante ajustes contábeis, foi reduzida para R$ 4.174,00 em 2008, restando outras pendências de pequenos valores oriundas do exercício anterior.

No exercício de 2008, observa-se que não houve grandes desníveis de janeiro a outubro, porém em novembro nova diferença significativa foi identificada, no valor de R$ 154.315,00 (contabilizado maior que arrecadado)

Em dezembro/2008 a diferença entre o valor arrecadado e o contabilizado como receita atingiu um valor muito significativo, no montante, de R$ 17.408.622,00.

b) IPVA

MÊS	ARRECADADO	CONTABILIZADO EM RECEITA	DIFERENÇA
Julho/2007	208.075.561	208.071.355	4.207
Agosto/2007	221.928.562	221.927.444	1.119
Setembro/2007	257.245.484	257.256.889	-11.404
Outubro/2007	207.385.918	207.947.882	-561.964
Novembro/2007	182.013.677	182.140.516	-126.840
Dezembro/2007	250.306.683	250.192.069	114.614
Janeiro/2008	2.841.498.545	2.841.441.893	56.652
Fevereiro/2008	1.446.141.239	1.446.139.321	1.918
Março/2008	1.099.006.658	1.099.002.081	4.577
Abril/2008	312.886.616	312.885.914	702
Maio/2008	257.709.603	257.709.318	285
Junho/2008	307.038.673	307.043.233	-4.560
Julho/2008	278.417.704	279.117.682	-699.978
Agosto/2008	238.304.036	238.302.004	2.032
Setembro/2008	299.825.593	299.814.426	11.167
Outubro/2008	212.438.510	211.698.131	740.379
Novembro/2008	162.802.294	162.773.998	28.296
Dezembro/2008	259.216.691	256.542.900	2.673.791
Fonte	**Conta 214930902 UG 200122 Crédito**	**Conta 214930902 UG 200001 Débito**	



Inicialmente, informamos que no exercício de 2008, foi regularizada uma pendência significativa do mês de dezembro do exercício de 2007, no valor de R$ 25.261.477,00, que havia sido arrecadado, mas não contabilizado na receita.

Esta divergência do mês de dezembro/2007 foi reduzida, mediante regularização, para R$ 114.614,00, restando outras pendências daquele exercício, sendo mais relevante a do mês de outubro/2007, no valor de R$ 561.964,00.

No exercício de 2008, outras pendências foram regularizadas, relativas ao mês de março/2008 (R$ 505.042,00 de valor arrecadado maior que o contabilizado) e ao mês de abril/2008 (R$ 499.481,00 de valor contabilizado maior que o arrecadado), que foram diminuídas, respectivamente, para R$ 4.577,00 e R$ 702,00.

No mês de julho/2008, nova diferença significativa foi identificada, desta feita pelo valor de R$ 699.978,00 (contabilizado maior que o arrecadado).

Nos mês de outubro/2008, a diferença foi de R$ 740.379,00 (valor arrecadado maior que o contabilizado) e em dezembro/2008 alcançou o montante de R$ 2.673.791,00.

Diante do exposto, observa-se que, embora o Estado venha providenciando as devidas conciliações contábeis e efetuando os devidos ajustes, restam, no entanto pendências a serem regularizadas.

10 – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

10.1 – DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

A – Objetivos do Trabalho

Obter uma visão geral da Dívida Ativa do Governo Estadual, confrontar os valores contabilizados contra os registrados pela Procuradoria Geral do Estado-PGE, obter dados estatísticos sobre a movimentação de inscrições e recebimentos, bem como acompanhar procedimentos operacionais para inscrição.

B – Definições – Dívida Ativa

Em Direto Tributário, **dívida ativa fiscal** é a proveniente de crédito tributário regularmente inscrito na repartição competente, após terem se esgotado todos os prazos fixados para o seu pagamento pela lei ou por decisão final prolatada em processo regular.

É importante salientar que *lançamento* é o ato constitutivo do crédito tributário. Já a *inscrição* em Dívida Ativa decorre do não-pagamento, no prazo fixado em lei, do valor lançado, fato que possibilita a extração da Certidão da Dívida Ativa que corresponde à formalização do título executivo. Já o *ajuizamento* corresponde à cobrança efetuada pela via judicial (execução judicial), não mais administrativa.

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 39, § 2º, define:

"Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa Não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais."

C – Sistema da Dívida Ativa

Por ocasião da auditoria, realizamos entrevistas e acompanhamos a execução de alguns trabalhos relativos ao Sistema da Dívida Ativa-SDA, com o objetivo de verificar questões relacionadas a controles, segurança, nível de acesso e funcionamento geral do programa. Recebemos acesso para consulta ao sistema, fato que comentaremos adiante.

O programa é acessado no ambiente de Intranet da PGE, mediante sigla e senha previamente cadastrados.

A princípio, há controle quanto ao acesso ao programa, com níveis de acesso de acordo com a graduação do funcionário.

Conforme informações da PGE, é efetuado o registro de todas as atividades, a partir do momento em que o funcionário acessa o programa (registro de log). Tal fato permite rastrear, em caso de necessidade, eventuais alterações e quais os funcionários responsáveis.

O sistema foi desenhado de forma a permitir a inscrição, cancelamento e alteração, apresentando rotinas automáticas, tais como determinar qual a Procuradoria Regional responsável, geração da CDA – Certidão da Dívida Ativa com aposição de assinatura digitalizada do Procurador responsável. Neste aspecto, entendemos que o SDA representou uma evolução notável, em termos de informatização de rotinas de trabalho.

Recentemente, os trabalhos de inscrição, que eram realizados pela PGE, foram descentralizados para cada órgão.

No sentido de melhorar os controles internos, durante os trabalhos *in loco* orientamos a área auditada a elaborar relatórios sobre cancelamentos. Estes relatórios deverão ser emitidos para monitoramento, controle e para solicitar justificativas, caso necessário.

Recebemos sigla e senha de acesso ao SDA, em nível de consulta. Assim, em caso de necessidade, e mediante um dos dados de registro (número de CPF, CNPJ, Certidão de Dívida Ativa, Inscrição Estadual e outros) pode-se consultar os dados de um eventual devedor.

Entretanto, o nível de consulta deste sistema é limitado no seguinte aspecto: não é possível, ainda, gerar uma relação de devedores, seja por nome, seja por CNPJ ou CPF.

D – Levantamentos

Conforme dados da PGE, o valor do estoque da Dívida Ativa correspondia a R$ 92.603.982.070 no encerramento de 2008.

Este valor confere com o que constou no Balanço Geral do Estado – 2008, conforme segue:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2007	**76.106.989.677**
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	8.506.982.183
(–) SAÍDAS DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	1.573.732.081
(+) RESULTADO SANEAMENTO E ATUALIZAÇÕES SELIC	9.563.742.291
ESTOQUE EM 31/12/2008	**92.603.982.070**

Assim, houve um acréscimo de R$ 16,497 bilhões no total da dívida ativa, em relação a 2007.

Para melhor esclarecer os dados apresentados no Balanço Geral, detalhamos os números apresentados, conforme segue:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2007	**76.106.989.677**
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	8.506.982.183
(–) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA NORMAL	-171.102.352
(–) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA – PPI	-508.370.127
(–) CANCELAMENTOS – DIVERSOS MOTIVOS[25]	-894.259.602
(–) ANISTIAS CONCEDIDAS – PPI	-778.400.155
(+) ATUALIZAÇÃO SELIC	10.342.142.446
ESTOQUE EM 31/12/2008	**92.603.982.070**

Conforme informações da PGE

É importante salientar que as anistias concedidas no Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICMS são válidas somente enquanto o devedor mantiver-se adimplente.

[25]Os cancelamentos de débitos da Dívida Ativa ocorrem por motivos diversos, tais como: pagamento anterior não computado, erro no cadastramento de dados essenciais, determinação judicial suspendendo a exigibilidade, equívocos/divergências geradas na transferência da base de dados.

Quanto aos pagamentos, que, conforme informações da PGE atingiram R$ 679.472.478,70, verificamos que mais de 99% do valor refere-se a débitos ajuizados, conforme quadro a seguir:

	PAGTO. GAREs NORMAIS	%	PAGTO. GAREs PPI	%
TOTAL	171.102.351,70	100%	508.370.127,00	100%
-AJUIZADOS	170.213.639,68	99,48%	506.908.348,54	99,71%
-NÃO AJUIZADOS	888.712,02	0,52%	1.461.778,45	0,29%

GARE – Guia de arrecadação estadual

Continuando, em quantidade houve 145.759 entradas e 54.456 saídas da dívida ativa, resultando em um acréscimo de 91.303 registros em 2008, conforme segue:

DÍVIDA ATIVA	Quantidade		
	Entradas	Saídas	Saldo
Movimentação	145.759	54.456	91.303
• Ajuizados	131.756	53.913	77.843
• Não Ajuizados	14.003	543	13.460

A PGE informou que, realizando varredura em seu sistema informatizado, encontrou 1.080.912 débitos ajuizados. Tal quantidade não corresponde exatamente ao número de processos de execução fiscal em andamento no Poder Judiciário, uma vez que há débitos que foram agrupados em um único processo.

D.1 – Inscrições em Dívida Ativa por faixa de valor

Com relação ao total de entradas, 145.759, solicitamos à PGE que nos disponibilizasse levantamentos por faixa de valor.

Relativamente a 2008, obtivemos os dados a seguir:

FAIXA DE VALOR - 2008	QTDE	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
até 10.000,00	124.994	85,75%	177.448.020,83	2,09%	1.419,65
10.000,01 - 100.000,00	16.392	11,25%	499.312.595,08	5,87%	30.460,75
100.000,01 - 1.000.000,00	3.531	2,42%	1.023.060.910,07	12,03%	289.736,88
1.000.000,01 - 30.000.000,00	807	0,55%	3.409.243.508,42	40,08%	4.224.589,23
acima de 30.000.000,00	35	0,02%	3.397.917.148,86	39,94%	97.083.347,11
TOTAIS	**145.759**	**100%**	**8.506.982.183,26**	**100%**	**58.363,34**

Conforme se observa, 85,75% das inscrições referem-se a valores até R$ 10.000, em sentido oposto ao valor, que corresponde a apenas 2,09%.

Observando-se as duas faixas de valor mais elevado, verificamos que 0,57% das inscrições referem-se a valores acima de R$ 1.000.000,01 mas correspondem a 80,02% do valor.

Detalhando a faixa de valores até R$ 10.000, obtivemos o quadro a seguir:

FAIXA DE VALOR	QTDE	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
até 1.000,00	77.309	61,85%	18.159.905,28	10,23%	234,90
1.000,01 - 2.000,00	18.756	15,01%	27.220.897,05	15,34%	1.451,32
2.000,01 - 3.000,00	9.130	7,30%	22.453.208,98	12,65%	2.459,28
3.000,01 - 4.000,00	5.685	4,55%	19.721.840,41	11,11%	3.469,10
4.000,01 - 5.000,00	3.928	3,14%	17.575.297,44	9,90%	4.474,36
5.000,01 - 6.000,00	2.957	2,37%	16.178.453,45	9,12%	5.471,24
6.000,01 - 7.000,00	2.315	1,85%	15.017.255,86	8,46%	6.486,94
7.000,01 - 8.000,00	1.934	1,55%	14.483.909,60	8,16%	7.489,09
8.000,01 - 9.000,00	1.618	1,29%	13.718.746,45	7,73%	8.478,83
9.000,01 - 10.000,00	1.362	1,09%	12.918.506,31	7,28%	9.484,95
TOTAIS	**124.994**	**100%**	**177.448.020,83**	**100%**	**1.419,65**

Neste quadro, observa-se que 61,85% das inscrições situam-se na faixa de valor até R$ 1.000, correspondendo a 10,23% dos valores, apresentando um valor médio de R$ 234,90 que, a julgar pelo que constou no TC-07667/026/08[26], não cobriria sequer os custos para ajuizamento da cobrança.

D.2 – Inscrições – comparativo com outros exercícios

Realizamos comparativo dos quatro últimos exercícios, conforme segue:

[26] Consulta sobre limite para interposição de ação de execução, conforme estudo elaborado pela Assessoria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Ofício G-276/DIMA – Processo G-40.135/07

Quantidade de inscrições em Dívida Ativa

FAIXA DE VALOR	2008	2007	2006	2005	MÉDIA	%
até 10.000,00	124.994	25.654	43.708	57.159	62.879	78,05%
10.000,01 - 100.000,00	16.392	6.712	13.256	18.396	13.689	16,99%
100.000,01 - 1.000.000,00	3.531	1.910	3.410	4.067	3.230	4,01%
1.000.000,01 - 30.000.000,00	807	594	642	992	759	0,94%
acima de 30.000.000,00	35	0	0	0	9	0,01%
TOTAIS	**145.759**	**34.870**	**61.016**	**80.614**	**80.565**	**100%**
% em relação ano anterior	318,01%	-42,85%	-24,31%			

Observa-se que, na média dos 4 últimos exercícios, houve 80.565 inscrições por ano, sendo 78,05% de valores até R$ 10.000.

Com relação aos valores, temos o quadro seguinte:

Inscrições

FAIXA DE VALOR	VALOR-2008	VALOR-2007	VALOR-2006	VALOR-2005	MÉDIA	%
até 10.000,00	177.448.021	57.208.717	122.159.126	165.965.455	130.695.330	2,35%
10.000,01 - 100.000,00	499.312.595	207.567.325	408.054.741	526.790.984	410.431.411	7,37%
100.000,01 - 1.000.000,00	1.023.060.910	604.189.969	1.022.962.127	1.231.549.500	970.440.626	17,43%
1.000.000,01 - 30.000.000,00	3.409.243.508	2.405.069.133	2.822.014.000	4.189.923.955	3.206.562.649	57,59%
acima de 30.000.000,00	3.397.917.149	0	0	0	849.479.287	15,26%
TOTAIS	**8.506.982.183**	**3.274.035.144**	**4.375.189.994**	**6.114.229.893**	**5.567.609.304**	**100%**

Constata-se que, na média dos últimos 4 anos, apenas 2,35% dos valores inscritos situa-se na faixa até R$ 10.000. Em contraposição, os valores acima de R$ 1.000.000 equivalem a 72,85% das inscrições.

D.3 – Recebimentos

Preliminarmente, alertamos que os dados de recebimentos apresentam distorções causadas pelos recebimentos do PPI. Melhor explicando, quando o devedor adere ao programa de parcelamento, os diversos débitos são consolidados, e o cliente passa a pagar parcelas deste débito consolidado. Entretanto, quando uma parcela é paga, o sistema desmembra o valor pelas diversas "subcontas", o que resulta em vários lançamentos de valores baixos. Apenas para exemplificar, um devedor pode pagar uma parcela de R$ 250,00 que desmembrada por subcontas pode resultar em 10 de R$ 25,00.

Conforme dados da PGE, os recebimentos por faixa de valor são os seguintes:

FAIXA DE VALOR-2008	QTDE	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
até 1.000,00	1.550.614	94,56%	194.226.951,21	28,58%	125,26
1.000,01 - 10.000,00	82.391	5,02%	211.375.962,75	31,11%	2.565,52
10.000,01 - 100.000,00	6.503	0,40%	151.016.703,70	22,23%	23.222,62
acima de 100.000,00	329	0,02%	122.852.861,05	18,08%	373.412,95
TOTAL	1.639.837	100%	679.472.479	100%	414,35

Observa-se que os recebimentos na faixa de valor até R$ 1.000 são em quantidade elevada, da ordem de 94,56%, correspondendo a 28,58% dos valores recebidos em 2008.

Na faixa de valor mais alta, acima de R$ 100.000, a quantidade equivale a 0,02%, correspondendo a 18,08% dos valores recebidos, mas com valor médio de R$ 373.412,95.

Decompondo a faixa de valor mais baixa, temos o seguinte quadro:

FAIXA DE VALOR-2008	QTDE	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
até 100,00	1.025.771	66,15%	37.550.871,76	19,33%	36,61
100,01 - 200,00	230.915	14,89%	32.555.139,84	16,76%	140,98
200,01 - 300,00	103.282	6,66%	25.594.373,83	13,18%	247,81
300,01 - 400,00	63.545	4,10%	21.901.438,22	11,28%	344,66
400,01 - 500,00	41.875	2,70%	18.863.900,26	9,71%	450,48
500,01 - 600,00	33.817	2,18%	18.263.868,40	9,40%	540,08
600,01 - 700,00	18.309	1,18%	11.859.205,46	6,11%	647,73
700,01 - 800,00	13.420	0,87%	10.042.104,25	5,17%	748,29
800,01 - 900,00	10.841	0,70%	9.209.204,73	4,74%	849,48
900,01 - 1.000,00	8.839	0,57%	8.386.844,45	4,32%	948,85
TOTAL	**1.550.614**	**100%**	**194.226.951,20**	**100%**	**125,26**

Constatamos que 66,15% dos recebimentos situa-se na faixa até R$ 100, com valor médio de R$ 36,61.

Se considerarmos os valores até R$ 600, teremos o quadro seguinte:

FAIXA DE VALOR	QTDE	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
até 600,00	1.499.205	96,68%	154.729.592,31	79,66%	103,21
TOTAL	**1.550.614**	**100%**	**194.226.951,20**	**100%**	**125,26**

D.4 – Recebimentos – comparativo com outros exercícios

Demonstramos, a seguir, os recebimentos por faixa de valor, nos últimos quatro exercícios:

Recebimentos	2008	2007	2006	2005		
FAIXA DE VALOR	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	MÉDIA	% da MÉDIA
até 1.000,00	1.550.614	594.675	10.217	1.392	539.225	93,46%
1.000,01 - 10.000,00	82.391	44.090	9.874	572	34.232	5,93%
10.000,01 - 100.000,00	6.503	4.393	1.907	73	3.219	0,56%
acima de 100.000,00	329	439	278	3	262	0,05%
TOTAL	**1.639.837**	**643.597**	**22.276**	**2.040**	**576.938**	**100%**

Considerando-se a quantidade, na média dos 4 últimos exercícios, 93,46% dos recebimentos situam-se na faixa de valor até R$ 1.000.

A seguir, demonstramos os recebimentos da faixa até R$ 1.000 nos últimos quatro anos:

Recebimentos	2008	2007	2006	2005		
FAIXA DE VALOR	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	MÉDIA	% DA MÉDIA
até 100,00	1.025.771	364.411	2.280	603	348.266	64,59%
100,01 - 200,00	230.915	89.376	1.188	231	80.428	14,92%
200,01 - 300,00	103.282	46.085	1.027	126	37.630	6,98%
300,01 - 400,00	63.545	34.605	960	91	24.800	4,60%
400,01 - 500,00	41.875	19.081	903	90	15.487	2,87%
500,01 - 600,00	33.817	14.878	810	54	12.390	2,30%
600,01 - 700,00	18.309	9.081	812	39	7.060	1,31%
700,01 - 800,00	13.420	6.848	805	44	5.279	0,98%
800,01 - 900,00	10.841	5.623	687	58	4.302	0,80%
900,01 - 1.000,00	8.839	4.687	745	56	3.582	0,66%
TOTAL	**1.550.614**	**594.675**	**10.217**	**1.392**	**539.225**	**100%**

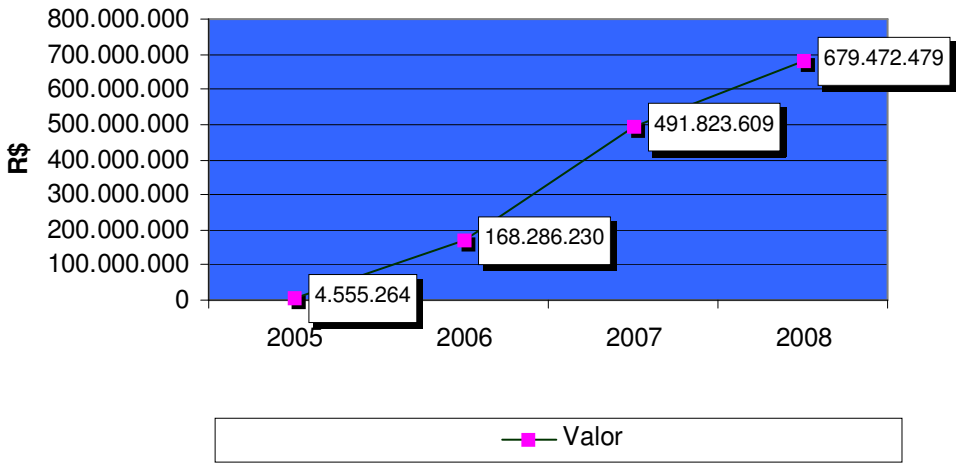
De acordo com os dados do quadro retro apresentado, 64,59% dos recebimentos, em quantidade, situam-se na faixa até R$ 100, na média dos 4 últimos exercícios.

Já os valores recebidos nos 4 últimos exercícios apresentam os seguintes resultados:

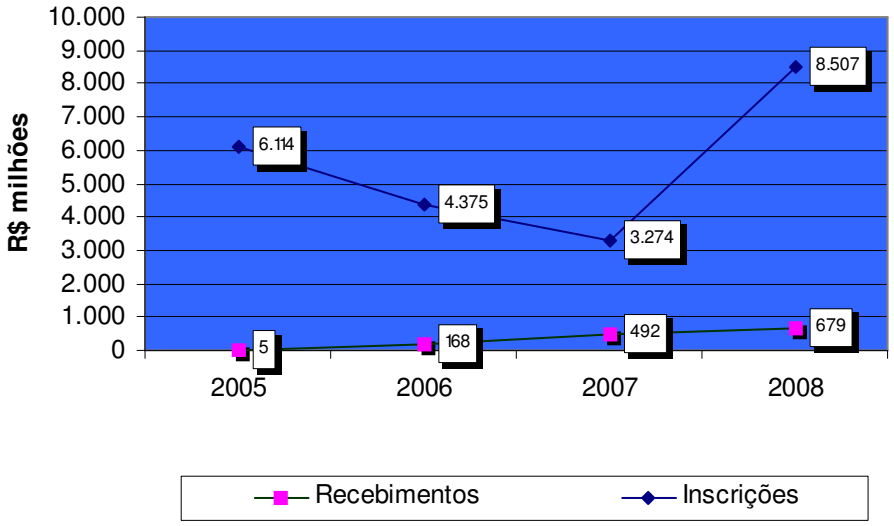
Recebimentos	2008	2007	2006	2005		
FAIXA DE VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	MÉDIA	%
até 1.000,00	194.226.951	86.478.624	4.216.951	368.620	71.322.787	21,22%
1.000,01 - 10.000,00	211.375.963	118.597.622	31.764.939	1.866.402	90.901.231	27,05%
10.000,01 - 100.000,00	151.016.704	110.575.893	50.151.145	1.837.289	78.395.258	23,33%
acima de 100.000,00	122.852.861	176.171.469	82.153.194	482.954	95.415.120	28,39%
TOTAL	**679.472.479**	**491.823.609**	**168.286.230**	**4.555.264**	**336.034.395**	**100%**

Observa-se uma tendência de elevação na arrecadação da dívida ativa, notadamente em 2007 e 2008. No período, o governo estadual lançou o PPI – Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS.

DÍVIDA ATIVA - RECEBIMENTOS



Através do gráfico seguinte, pode-se comparar a diferença entre os recebimentos e as inscrições:



E – Procedimentos observados em relação a outras esferas de governo

Esfera Federal

A Lei nº 10.522/2002, em seu art. 18, § 1º, cancelou os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, de valor igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Já o art. 20 da mesma Lei determinou o arquivamento dos autos das execuções fiscais de valor consolidado igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser reativados quando o valor dos débitos superarem tal valor.

Providência adicional foi tomada pela Medida Provisória nº 449/2008, que em seu art. 14 tratou da remissão[27] de débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com

[27] Remissão – a remissão significa o perdão total ou parcial do crédito tributário (tem por presunção um lançamento já efetivado). O ato de remitir, de perdoar a dívida, é formalizado pela autoridade administrativa após autorização de lei que tenha por fundamento uma das hipóteses do art. 172 do CTN (situação econômica do sujeito passivo, erro ou ignorância escusáveis deste, diminuta importância do crédito, aplicação da equidade – justiça no caso concreto – ou condições peculiares a determinada região). Chimenti, Ricardo Cunha, in Direito Tributário

exigibilidade suspensa que, em 31 de dezembro de 2007, estivessem vencidos há cinco anos ou mais (até 31/12/2002) e cujo valor total consolidado, fosse igual ou inferior a R$ 10.000,00. Em sua exposição de motivos, o Ministério da Fazenda explica que a remissão, efetuada nos termos do art. 172 do CTN, refere-se a dívidas de temporalidade elevada e valores não significativos, considerados de difícil recuperação, em homenagem ao princípio constitucional da eficiência.

Conforme publicado pela imprensa em 03/04/2009, este perdão alcançou o valor de R$ 3 bilhões, de dívidas vencidas até 31/12/2002, correspondendo a 1,156 milhão de contribuintes. Representa 3% da Dívida Ativa Total (em cobrança judicial), avaliada em 654 bilhões. Não estão incluídas remissões referentes à Receita Federal, que ainda estão sendo processadas.

Além disso, conforme notícia constante no site da PGFN, serão eliminados cerca de 350,6 toneladas de papel. Foram extintos 322.818 processos.

Esfera Municipal - São Paulo (capital)

No município de São Paulo, foi editada a Lei nº 14.800/2008, que autorizou a Procuradoria Geral do Município a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R$ 610,00 (seiscentos e dez reais), atualizáveis anualmente pelo IPC-A. Autorizou também a desistência de execuções fiscais até os valores retro mencionados.

F - Resposta do TCE a consulta formulada com relação ao ajuizamento de cobrança da Dívida Ativa

TC-07667/026/08

Seis prefeitos consultaram o TCE sobre a possibilidade de se estabelecer um valor mínimo para a execução judicial da dívida ativa. Embora o teor da consulta não se enquadrasse nas características atribuídas aos Tribunais de Contas, o TCE resolveu conhecer e responder à consulta, tendo em vista o relevante interesse público do assunto.

Transcrevemos, a seguir, o teor da resposta à consulta:

"... o Prefeito, mediante lei que o autorize, poderá deixar de ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários abaixo de determinado valor inscrito, cujo custo de cobrança se revele superior à importância do crédito em perspectiva, sem prejuízo do respectivo cancelamento quando sobrevier a prescrição. Esse valor deverá ser fixado responsavelmente, depois de cuidadosa análise das peculiaridades do Município, não se distanciando de valores apurados por abalizado estudo realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado."

G – CONCLUSÃO

A Dívida Ativa do Estado apresenta valor elevado, da ordem de R$ 92.604 milhões no encerramento do exercício. Apenas para efeito comparativo, a Receita Corrente Líquida apresentada pelo Estado equivale a R$ 82.182 milhões.

Nos últimos 4 exercícios, a média anual de inscrições atingiu a quantidade de 80.565 e valor de R$ 5.568 milhões.

Já a arrecadação da dívida ativa, ainda que apresentando tendência de elevação, não apresenta a mesma dinâmica. Na média do período, foram arrecadados 336 milhões, cuja monta revela-se insuficiente para fazer frente às novas inscrições e à própria atualização monetária.

Especificamente em 2008, a inscrição atingiu R$ 8.507 milhões, enquanto o recebimento foi de R$ 679 milhões.

Analisando os dados apresentados, constata-se que há uma relação oposta entre quantidades e valores de inscrição. Assim, 85,75% das inscrições são de valores até R$ 10.000, mas representam apenas 2,09% do valor total inscrito, enquanto que 0,57% referem-se a valores acima de R$ 1.000.000,01 mas respondem por 80,02% do valor - dados de 2008.

Detalhando um pouco mais a faixa de valores mais baixa, constata-se que 53,04% das inscrições está na faixa de valor até R$ 1.000, correspondendo a 0,21% do valor inscrito em 2008, e cujo valor médio atinge R$ 234,90.

Neste sentido, observa-se que referido valor situa-se abaixo dos valores mencionados no TC-07667/026/08, conforme segue:

"Considerando os gastos com a movimentação da Administração Pública, o mencionado estudo da Assessoria de Planejamento e Gestão do Egrégio Tribunal de Justiça aventa o limite mínimo de R$ 576,40 para execução e o Eminente Magistrado da Comarca litorânea, R$ 1.100,00."

Verificamos que no município de São Paulo foi editada Lei autorizando o não ajuizamento de ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R$ 610, atualizáveis anualmente pelo IPC-A. Autorizou também a desistência de execuções fiscais até os valores retro mencionados.

Continuando, matéria[28] publicada na imprensa noticiou a ocorrência de rachaduras no prédio do Fórum de Execuções Fiscais Estaduais, em decorrência do excesso de peso causado pela grande quantidade de processos.

Conforme informações da PGE, o Sistema da Dívida Ativa registra 1.080.912 débitos ajuizados, que corresponde a uma quantidade de processos um pouco menor, uma vez que há débitos que foram agrupados.

Como se percebe, a grande quantidade de ajuizamentos também afeta o Judiciário, num momento em que a sociedade cobra maior rapidez nas decisões daquele Poder.

Nesta linha de raciocínio, o que se busca é a maior eficiência nas atividades desenvolvidas pelo Estado.

Se, como já mencionado, 85,75% das inscrições são de valores até R$ 10.000, mas representam apenas 2,09% do valor inscrito, enquanto 0,57% das inscrições respondem por 80,02% do valor, há que se atuar de forma diferenciada com relação a cada faixa de valor.

Neste sentido, a PGE editou portarias separando as ações de execução fiscal em 3 faixas, considerando o valor em cobrança e a maior viabilidade no recebimento do crédito tributário.

Entretanto, conforme se depreende dos números apresentados, faz-se necessário buscar alternativas que permitam ganhos de eficiência na arrecadação da Dívida Ativa.

[28] O Estado de São Paulo de 12/03/2009, página C-8

Assim, propomos, s.m.j., que a r. resposta à consulta formulada no TC-07667/026/08 possa ser aplicada também ao governo estadual, pois redundaria em diminuição na quantidade de processos no Judiciário, possibilitando a diminuição na quantidade de ações por Procurador, impactando na qualidade dos trabalhos desenvolvidos, e, conseqüentemente, atendendo ao princípio constitucional da eficiência.

Propomos, também, que a PGE proceda a estudos no sentido de contabilizar em contas de provisão aqueles valores considerados de difícil recebimento, mediante seleção criteriosa.

11 – ADIANTAMENTOS

Atendendo a determinação do Sr. Conselheiro Relator, e com o intuito de acompanhar as despesas com Adiantamentos em 2008, realizamos levantamento por meio do sistema SIGEO, conforme segue:

Cod Nome Orgao Doc	R$ milhares
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	2.122
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	3.142
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	4.911
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	244
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	104.629
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	27.320
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	18.964
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	223
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	23.125
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	2.921
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	7.773
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	31.760
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	9.423
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	214
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	211
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE-SMA	12.703
27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.202
28000 - CASA CIVIL	4.618
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.693
35000 - SEC.EST.DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIM.SOCIAL	1.458
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	60
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	18.267
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	3.334
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.602
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	2.995
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	1.376
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	153
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	1.673
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	77
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	592
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	234
TOTAL	**289.020**

Fonte: SIGEO / Período: 2008 / Tipo Documento: OB

Filtro: Eventos de Adiantamentos

Destacamos os gastos das seguintes Secretarias:

Secretaria	R$ milhares	%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	104.629	36,20%
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	31.760	10,99%
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	27.320	9,45%
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	23.125	8,00%
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	18.964	6,56%
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	18.267	6,32%
TOTAL	**224.065**	**77,53%**

Com relação aos gastos da Secretaria da Educação, informamos que 77,16% foram efetuados por meio do Fundo para o Desenvolvimento da Educação.

	R$ milhares	
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	**104.629**	**100,00%**
080001 - SECRETARIA DA EDUCACAO	23.892	22,84%
080050 - FDO. DESENVOL. EDUCACAO EM SAO PAULO	80.737	77,16%

Dentro dos valores despendidos, discriminamos aqueles mais representativos:

	R$ milhares	
080050 - FDO. DESENVOL. EDUCACAO EM SAO PAULO	**80.737**	**100%**
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	47.052	58,28%
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	9.968	12,35%
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	6.368	7,89%
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	3.501	4,34%
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	3.240	4,01%
SOMA	70.128	86,86%

A seguir, discriminamos os gastos por item de despesa:

Nome Item	R$ milhares
AGUA E ESGOTOS	4
AJUDA DE CUSTO A COLABORADORES EVENTUAIS	0
AJUDA DE CUSTO-PESSOAL CIVIL	2
AJUDA DE CUSTO-PESSOAL MILITAR	8
ALCOOL	4.978
ALUGUEIS DE IMOVEIS-PESSOA JURIDICA	96
ANIMAIS PARA ABATE,EXPERIMENTO E SEMEM	4
ASSIST.MEDICO-HOSPITALAR E ODONTOLOGICA	3
CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E IMOVEIS	14.130
CORREIOS E TELEGRAFOS	863
CUSTEIO DILIGENCIAS DOS OFIC.DE JUSTICA	0
DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	48
DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	90.067
DESP.MIUDAS E DE PRONTO PGTO.SEV.MIL.SEG.PES	602
DIARIAS MILITAR-SERVICOS DE SEGURANCA	368
DIARIAS PESSOAL CIVIL	39.727
DIARIAS PESSOAL MILITAR	863
ENCARGOS SOCIAIS E OBRIG.FISCAIS-PES.FISICA	0
ENERGIA ELETRICA	2
EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	5
ETAPAS PAGAS A SERVIDORES	721
EXAMES LABORATORIAIS	542
FARDAMENTO	5
FERRAM.AVULSAS NAO ACION.P/FORCA MOTRIZ	78
FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-FUNCIONARIOS	8
FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	319
FRETES E CARRETOS	180
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	2
GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	14
GASOLINA	7.234
GENEROS ALIMENTICIOS	3.306
INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS	22
INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	2.292
JORNAIS,REVISTAS E PERIODICOS	49
LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS	107
LOCACAO DE VEICULOS,AERONAVES E OUTROS	744
MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	11.295
MAT.DE ESCRIT.PAPEIS EM GERAL E IMPRESSOS	1.548
MAT.EDUCATIVO,ESPORTIVO E CULTURAL	2.463
MATERIAL DE CONSTRUCAO	4.724
MATERIAL EDUCATIVO,CULTURAL E RECREATIVO	3
MATERIAL PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	300
MAT.MEDICO-ODONT.LABORATORIAL E VETERINARIO	1.347
MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	3.775
MONITORES	6
OLEO DIESEL	3.946
OPERACOES POLICIAIS	6.812
OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	8.797
(continua)	

(continuação)	
OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2
OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVA	7
OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	1.171
OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	1.513
OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	20.054
OUTROS SERVICOS	3
OUTROS SERVICOS E ENCARGOS-PESSOA JURIDICA	11.843
PASSAGENS AEREAS	1.176
PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	5.639
PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	1.453
PECAS E ACESSORIOS PARA VIATURAS POLICIAIS	130
PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	8.900
PENSAO A HANSENIANOS	257
PENSIONISTAS-PODER EXECUTIVO	192
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	29
PUBLICIDADE LEGAL	22
REGIME DE QUILOMETRAGEM	279
SEGUROS	61
SERV.DE CONSULTORIA,ASSESSORIA E AUDITORIA	8
SERV.FORNECIM.E DISTRIB.DE CESTA BASICA	23
SERVICO DE LAVANDERIA	10
SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS POLICIAIS	130
SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	0
SERVICOS DE LIMPEZA	17
SERVICOS DIVERSOS DE CONSERVACAO E MANUTENCA	144
SERVICOS GRAFICOS	5.292
SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	303
SUPRIMENTO DE INFORMATICA	10.089
VALE-TRANSPORTE	5.558
VERBA DE REPRESENTACAO	2.297
TOTAL	**289.020**

Destacamos, a seguir, os itens mais relevantes:

Itens	**R$ milhares**	**%**
DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	90.067	31,16%
DIARIAS PESSOAL CIVIL	39.727	13,75%
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	20.054	6,94%
CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E IMOVEIS	14.130	4,89%
OUTROS SERVICOS E ENCARGOS-PESSOA JURIDICA	11.843	4,10%
MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	11.295	3,91%
SUPRIMENTO DE INFORMATICA	10.089	3,49%
TOTAL	**197.205**	**68,23%**

Verificamos que há despesas que deveriam se processar pelo regime normal de despesas, mas que estão sendo realizados por meio de Adiantamentos, conforme segue:

Itens	R$ milhares
PENSAO A HANSENIANOS	257
PENSIONISTAS-PODER EXECUTIVO	192

Tais despesas ocorrem na Secretaria da Saúde, que, s.m.j., deve utilizar-se do regime normal de despesas.

Adiantamentos – Universidades

Realizamos pesquisa sobre os adiantamentos das universidades estaduais, uma vez que no presente exercício houve o ingresso destas no SIAFEM. O resultado consta no quadro a seguir (valores empenhados):

Cod Nome Uo Doc	R$ milhares
43059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP	3.839
43066 - FACULD.MEDICINA S.JOSE DO RIO PRETO - FAMERP	60
TOTAL	**3.899**

Fonte: SIGEO /Tipo Documento: NE /Ano Lançamento: 2008
Filtro: Eventos Adiantamentos

O levantamento filtrou eventos e tipo de licitação de adiantamentos, de acordo com a codificação utilizada pelo SIAFEM.

Constatamos que a UNICAMP e a FAMERP realizaram lançamentos identificados como adiantamentos, enquanto a USP e a UNESP, não.

A incorreta classificação deste tipo de despesa altera os resultados das verificações realizadas por meio do SIGEO/SIAFEM, podendo induzir a conclusões erradas.

Desta forma, entendemos, s.m.j., que as entidades USP e UNESP devem informar o motivo para tal ocorrência, e quais as providências em curso visando à regularização.

12 – COAG – CADASTRO DE OBRAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Dentro da metodologia de planejamento utilizada por esta Diretoria de Contas do Governador (quando da elaboração de alguns trabalhos relativos ao exercício de 2008), por meio do sistema COAG[29], foram selecionadas obras relacionadas à Educação (Edificação de Escolas) na capital e Grande São Paulo para verificação "in loco" e análise da atuação (órgão concessor/contratante) da Fundação de Desenvolvimento da Educação(FDE).

Não obstante, através destes trabalhos, esta auditoria constatou:

- Ausência de correlação com o Orçamento a que se refere à Obra;

- Desatualização e pouca confiabilidade das informações do referido sistema, conforme divergências constatadas em nosso último trabalho, realizado nos períodos de 16 a 20.02 e 02 a 06.03.09:

I – EE Cel. Ary Gomes: Guarulhos

Identif.do Órgão: EDUCAÇÃO **U.O.:** FDE
UGE: FDE- DOS-I **Município:** GUARULHO
Classificação da Ação:
Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA
Sub-Tipo Ação: ADEQUAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR
Identificação da Obra:
Nome: EE CEL ARY GOMES **Controle:** 394682
Objeto: MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA
Endereço: RUA ALEGRE, S/N- VILA S RAFAEL
Caracterização da Obra:
Quantidade Física: 1,00 **Unidade Física:** ESCOLAS
Benefícios: Qtde Física: 1.277,00 **Beneficiado:** ALUNOS
Descrição: POTENCIAL: 1277 ALUNOS
Geração de Empregos: Diretos: 0 **Indiretos:** 0
Participação da Prefeitura:
Participação Prefeitura: Não

Contrato/Convênio e Evolução Físico/Financeira | Informações Complementares

[29] Sistema criado e utilizado pela Casa Civil para consolidar informações acerca das obras e ações executadas no Estado.

Identif.do Órgão: EDUCAÇÃO **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS-I **Município:** GUARULHO

Estimativa de Custo: **Valor Orçado R$:** 290.924,26 **Referência:** 19/09/2007

Identificação do Contrato/Convênio:

Número: 0520010702 **CNPJ:** 48.292.452/0001-10

Empresa/Entidade: TELLUS ENGENHARIA LTDA.

Contrato/Convênio R$: 262.424,08 **Referência:** 19/02/2008

Aditivo Acum. R$: 131.172,53 **% Aditivo:** 49,98

Reajuste Acum. R$: 12.821,54 **Referência:** 14/07/2008

Vigência:

Início: 28/02/2008

Término: 25/09/2008

Prazo(dias): 211

Evolução Físico Financeira:

Situação: CONCLUIDA

Obs:

Previsão: **Término:** 30/12/2008

Posição de: 05/02/2009

Exec.Física(%): 100,00

Inauguração:

Valores Acumulados em R$:

Valor Medido:	405.130,60	**Vlr Pago até 31/12/1994:**	0,00
Valor Pago:	405.130,60	**Vlr Pago Jan/95 a 31/12/2006:**	0,00
Débito Financeiro:	0,00	**Vlr Pago Gestão Atual:**	405.130,60
Sd Contratual Atualiz.:	1.287,55	**Exec.Financeira (%):**	99,68
Valor a Desembolsar:	1.287,55		

h form. Complementares | Mostrar Detalhes | Voltar

O término da obra se deu no início de fevereiro e não na data de término do contrato (25/09/08) ou da previsão de término (30/12/08) constante no quadro acima.

O valor inicial do contrato também está incorreto, é de R$ 653.096,44 e não R$ 262.424,08.

II – EE Dr. Atila Ferreira Vaz

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE
UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** DIADEMA
Classificação da Ação:
Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA
Sub-Tipo Ação: AMPLIAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR
Identificação da Obra:
Nome: EE DR ATILA FERREIRA VAZ **Controle:** 338.442
Objeto: DIMENSIONAMENTO DE 2 NOVAS SALAS
Endereço: RUA BADEJO, 70 - JD NAVEGANTES
Caracterização da Obra:
Quantidade Física: 2,00 **Unidade Física:** SALAS DE AULA
Benefícios: Qtde Física: 210,00 **Beneficiado:** NOVAS VAGAS
Descrição: POTENCIAL: 210 NOVAS VAGAS CRIADAS
Geração de Empregos: **Diretos:** 0 **Indiretos:** 0
Participação da Prefeitura:
Participação Prefeitura: Não

A obra trata-se na realidade de 06 novas salas de aula e não apenas 02 salas.

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE
UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** DIADEMA
Estimativa de Custo: **Valor Orçado R$:** 1.295.76 **Referência:** 23/10/20
Identificação do Contrato/Convênio:
Número: 0525070602 **CNPJ:** 69.292.852/0001-(
Empresa/Entidade: PROENG CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA. **Vigência:**
Contrato/Convênio R$: 1.005.31 **Referência:** 09/04/20 **Início:** 09/08/20
Aditivo Acum. R$: 93.235,4 **% Aditivo:** 9,27 **Término:** 06/03/20
Reajuste Acum. R$: 40.457,0 **Referência:** 22/10/20 **Prazo(dias):** 211

Apesar de constar como concluída, constatamos que a obra não terminou em decorrência de aparente "abandono" da empresa no final de setembro.

O término do contrato também está equivocado, pois consta a data de 06/03/08, mas o diretor informa que as houve atividade até o final de setembro de 2008.

III- EE Paulo Clemente Santini

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE
UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** GUARU

Classificação da Ação:
Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA
Sub-Tipo Ação: ADEQUAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR

Identificação da Obra:
Nome: EE PAULO CLEMENTE SANTINI **Controle:** 398.887
Objeto: MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA
Endereço: RUA MARIO MALHEIROS, 1 - JD BELMAR

Caracterização da Obra:
Quantidade Física: 1,00 **Unidade Física:** ESCOLA
Benefícios: Qtde Física: 609,00 **Beneficiado:** ALUNOS
Descrição: POTENCIAL: 609 ALUNOS
Geração de Empregos: **Diretos:** 0 **Indiretos:** 0

Participação da Prefeitura:
Participação Prefeitura: Não

Contrato/Convênio e Evolução Físico/Financeira | Informações Complementares

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE
UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** GUARU
Estimativa de Custo: Valor Orçado R$: 895.414, Referência: 02/02/20

A data de término do contrato (19/08/08) está incoerente com a previsão de término (15/02/09).

A diretora informou que a obra terminou na data prevista, em 15/02/09, contudo no COAG consta como ainda em execução.

IV – EE José Camilo de Andrade – Suzano/SP

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** SUZANO

Classificação da Ação:

Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA

Sub-Tipo Ação: AMPLIAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR

Identificação da Obra:

Nome: EE JOSE CAMILO DE ANDRADE **Controle:** 318538

Objeto: DIMENSIONAMENTO DE 4 NOVAS SALAS

Endereço: RUA JOSE DIAS SOUZA, 90 - JD BRASIL

Caracterização da Obra:

Quantidade Física: 4,00 **Unidade Física:** SALAS DE AULA

Benefícios: Qtde Física: 420,00 **Beneficiado:** NOVAS VAGAS

Descrição: POTENCIAL: 420 NOVAS VAGAS CRIADAS

Geração de Empregos: **Diretos:** 0 **Indiretos:** 0

Participação da Prefeitura:

Participação Prefeitura: Não

Contrato/Convênio e Evolução Físico/Financeira | Informações Complementares

A obra não se trata apenas de construção de salas, mas foi um prédio novo, com construção de uma passarela ligando a parte antiga a nova. Houve reforma dos sanitários, construção de 02 salas de aula, 1 sala de coordenação e um depósito.

V- EE Helena Zerrener- Suzano/SP

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** SUZANO

Classificação da Ação:

Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA

Sub-Tipo Ação: AMPLIAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR

Identificação da Obra:

Nome: EE HELENA ZERRENER **Controle:** 316.858

Objeto: DIMENSIONAMENTO DE 2 NOVAS SALAS

Endereço: EST DA ADUTORA, KM-22 - 5ª DIVISAO

Caracterização da Obra:

Quantidade Física: 2,00 **Unidade Física:** SALAS DE AULA

Benefícios: Qtde Física: 210,00 **Beneficiado:** NOVAS VAGAS

Descrição: POTENCIAL: 210 NOVAS VAGAS CRIADAS

Geração de Empregos: **Diretos:** 0 **Indiretos:** 0

Participação da Prefeitura:

Participação Prefeitura: Não

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** SUZANO

Estimativa de Custo: **Valor Orçado R$:** 1.265.16 **Referência:** 11/08/20

Evolução Físico Financeira: **Posição de: 18/02/2009**

Situação: CONCLU
Exec.Física(%): 100,00
Obs:
Previsão: Término: 24/09/20
Inauguração:

Valores Acumulados em R$:

Valor Medido:	1.426,82	Vlr Pago até 31/12/1994:	0,00
Valor Pago:	1.426,82	Vlr Pago Jan/95 a 31/12/2006:	0,00
Débito Financeiro:	0,00	Vlr Pago Gestão Atual:	1.426,82
Sd Contratual Atualiz.:	1.195,05	Exec.Financeira (%):	99,92
Valor a Desembolsar:	1.195,05		

Inform.Complementares | Mostrar Detalhes | Voltar

Trata-se a obra na realidade de um prédio novo com 05 salas de aula, 02 banheiros e 01 elevador, além de reformas na parte antiga da escola (troca do telhado, piso, pintura, forro, cozinha etc).

VI – EE Prof. Adalberto Mecca Sampaio – Carapicuíba/SP

Identif.do Órgão: EDUCAÇ U.O.: FDE
UGE: FDE- DOS- OBRAS Município: CARAPICUÍBA

Classificação da Ação:

Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA
Sub-Tipo Ação: AMPLIAÇÃO / PRÉDIO ESCOLAR

Identificação da Obra:

Nome: EE PROF ADALBERTO MECCA SAMPAIO Controle: 341.116
Objeto: DIMENSIONAMENTO DE 6 NOVAS SALAS
Endereço: RUA DR NELSON HUNGRIA, 500 - PRQ STA TERESA

Caracterização da Obra:

Quantidade Física: 6,00 Unidade Física: SALAS DE AULA
Benefícios: Qtde Física: 630,00 Beneficiado: NOVAS VAGAS
Descrição: POTENCIAL: 630 NOVAS VAGAS CRIADAS
Geração de Empregos: Diretos: 0 Indiretos: 0

Participação da Prefeitura:

Participação Prefeitura: Não

Contrato/Convênio e Evolução Físico/Financeira | Informações Complementares

O objeto da obra não é apenas a construção de 06 salas, na realidade foi construído um prédio novo, com 12 salas novas (09 salas de aula e 03 salas ambientes), além da reforma geral na parte antiga da escola.

Identif.do Órgão: EDUCAÇ U.O.: FDE

UGE: FDE- DC Município: CARAPIC

Estimativa de Custo: Valor Orçado R$: 1.642.48 Referência: 17/04/20

Identificação do Contrato/Convênio:

Número: 0508620 CNPJ: 58.092.8

Empresa/Entidade: CONSTR Vigência:

Contrato/Convênio R$: 1.493.66 Referência: 28/12/20 Início: 08/01/20

Aditivo Acum. R$: 289.450, % Aditivo: 19,38 Término: 04/10/20

Reajuste Acum. R$: 99.520,8 Referência: 04/04/20 Prazo(dias): 271

A data de término de vigência do contrato (04/10/08) é diferente da data de previsão de término da obra (15/03/08).

VII – EE Pres. Roosevelt – São Paulo

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** SÃO PAI

Classificação da Ação:

Tipo da Ação: INTERVENÇÃO NA REDE FÍSICA

Sub-Tipo Ação: REFORMA GERAL / PRÉDIO ESCOLAR

Identificação da Obra:

Nome: EE PRES ROOSEVELT **Controle:** 407.593

Objeto: MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA

Endereço: RUA SAO JOAQUIM, 320 - LIBERDADE

Caracterização da Obra:

Quantidade Física: 1,00 **Unidade Física:** ESCOLA

Benefícios: Qtde Física: 1.403,00 **Beneficiado:** ALUNOS

Descrição: POTENCIAL: 1403 ALUNOS

Geração de Empregos: **Diretos:** 0 **Indiretos:** 0

Participação da Prefeitura:

Participação Prefeitura: Não

Identif.do Órgão: EDUCAÇ **U.O.:** FDE

UGE: FDE- DOS- OBRAS **Município:** SÃO PAULO/LIBERDADE

Estimativa de Custo: **Valor Orçado R$:** 648.703, **Referência:** 20/02/20

Identificação do Contrato/Convênio:

Número: 0506810 **CNPJ:** 47.690.102/0001-40

Empresa/Entidade: FERMOPAR CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato/Convênio R$: 603.405, **Referência:** 12/06/20

Aditivo Acum. R$: 285.208, **% Aditivo:** 47,27

Reajuste Acum. R$: 37.751,2 **Referência:** 24/12/20

Vigência:

Início: 24/06/20

Término: 19/02/20

Prazo(dias): 241

Evolução Físico Financeira: **Posição de: 12/03/2009**

Situação:	BM EXECUCAO	Exec.Física(%):	99,00
Obs:			
Previsão: Término:	30/03/20	Inauguração:	

Valores Acumulados em R$:

Valor Medido:	837.712,	Vlr Pago até 31/12/1994:	0,00
Valor Pago:	837.712,	Vlr Pago Jan/95 a 31/12/2006:	0,00
Débito Financeiro:	0,00	Vlr Pago Gestão Atual:	837.712,
Sd Contratual Atualiz.:	88.653,8	Exec.Financeira (%):	90,43
Valor a Desembolsar:	88.653,8		

h form. Complementares | Mostrar Detalhes | Voltar

A data de término de vigência do contrato (19/02/09) é anterior a previsão do término da obra (30/03/09).

- Ausência de identificação do engenheiro responsável e preposto da obra e do consórcio responsável pela fiscalização, quando houver contratação;

- Ausência de relação de aditamentos (objeto e prazo);

- Ausência da previsão de próxima medição;

- Imprecisão na identificação do objeto contratado;

- Ausência da data da assinatura do termo de recebimento da obra.

XIII – EXPEDIENTES

TC-03609/026/2009

Ofício nº 110/2008-DIFIN/FNDE/MEC, da Diretoria Financeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, encaminha cópia do Ofício nº 054/2008-DIFIN/FNDE/MEC, de 12/12/2008, dirigido à Secretaria Estadual de Fazenda, para prestar informações e solicitar providências acerca dos valores a serem disponibilizados ao FUNDEB, decorrentes do ajuste da distribuição dos recursos daquele Fundo relativo ao exercício de 2007. Subsidiou item próprio deste relatório, no entanto, em função de contestação por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, pende de análise e manifestação de órgãos federais.

TC-34521/026/08

O Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público – MADECA, por meio de seu presidente, comunica fatos referentes ao atendimento de precatórios de natureza alimentar por parte do Estado de São Paulo e solicita providências. Subsidiou item próprio deste relatório.

XIV – RECOMENDAÇÕES – EXERCÍCIO DE 2007

O Senhor Secretário da Fazenda, por meio do Ofício GS nº 246-B/2009, de 29 de abril de 2009, juntado ao TC-02675/026/2008, encaminhou informações elaboradas pela Coordenação da Administração Financeira acerca das recomendações constantes do Parecer Prévio, relativo ao exercício de 2007:

I – METAS GOVERNAMENTAIS

1) para que se façam avaliações freqüentes do Plano Plurianual em curso (2008-2011), revisando-o, se for o caso, como forma de assegurar plena exeqüibilidade e interdependência com os outros dois instrumentos orçamentários.

2) a lei de diretrizes orçamentárias e a lei de orçamento anual devem apresentar os mesmos parâmetros de desempenho do plano plurianual.

Tratando-se de primeiro ano de vigência, manteve-se, no exercício de 2008, o rumo de governo adotado no Plano Plurianual. No entanto, a execução das metas governamentais acena para uma futura modificação dos parâmetros iniciais. A Coordenadoria de Planejamento e Avaliação da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento entende que as futuras revisões dar-se-ão nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis de Orçamento Anuais.

No entendimento desta Diretoria, atendidas estas recomendações de números 1 e 2.

II - LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3) a lei de diretrizes orçamentárias deve melhor enunciar os intuitos de governo a serem preservados em caso de limitação de empenho e movimentação financeira, satisfazendo, de forma plena, à alínea "b", inciso I do artigo 4º c.c. artigo 9º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Os critérios para limitar empenho e movimentação financeira, previstos no artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ainda consubstanciam norma geral de direito financeiro, portanto, nada têm de específicos em relação à realidade estadual, restringindo-se a um genérico "total de atividades e projetos", deixando o Estado de mostrar os escopos de governo que serão protegidos caso haja queda na receita esperada (artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

4) a lei de diretrizes orçamentárias deve prever, nas ações do *Anexo de Metas e Prioridades*, a específica necessidade de contratação de pessoal, amoldando-se, por isso, à especificidade aludida na Constituição Federal (*art. 169, § 1º, II).*

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias persiste autorização genérica para a admissão de pessoal, condicionada a somente duas premissas: saldo de dotação e obediência aos limites da LRF. É o que reza o artigo 8º daquele instrumento orçamentário, a despeito da autorização específica prevista na Constituição Federal (artigo 169, § 1o, I).

5) a lei orçamentária anual deve limitar, percentualmente, a autorização para que as entidades descentralizadas possam suplementar respectivos orçamentos, ainda que tal se dê à conta de excesso de arrecadação própria.

> *Subsiste, na Lei Orçamentária Anual, a previsão de inexistência de limite para créditos suplementares à conta de receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes (art. 8º, § 1º, 2). Esta passagem da LOA estadual concede ilimitado crédito orçamentário ao Poder Executivo, afrontando, destarte, o inciso VII do art. 176 da Constituição Estadual.*

6) a lei orçamentária anual deve limitar, em nível percentual, a criação, mediante decreto executivo, de um novo grupo de elementos de despesa, mesmo os vinculados a programas já aprovados.

7) o gasto das unidades orçamentárias deve apresentar-se, na lei de orçamento, detalhado até o nível do elemento, cumprindo-se, assim, as prescrições do art. 15 e do Anexo 2 da Lei nº. 4.320, de 1.964.

> *O gasto público continua desdobrando-se até o nível da modalidade de aplicação, não descendo até o grau do elemento de despesa, conforme previsto no artigo 15 da Lei n.º 4.320, de 1964*

Diante do Exposto, no entendimento desta Diretoria, ainda estão pendentes de atendimento as recomendações de números 3 a 7 relativas às limitações orçamentárias.

III - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

8) o cancelamento de Restos a Pagar deve ser processado de modo independente da execução orçamentária.

> *Os cancelamentos de restos a pagar continuam fazendo parte da Receita orçamentária. A Secretaria da Fazenda submete à apreciação desta Casa a Nota Técnica CGE-G nº 1/2003, abordando os procedimentos contábeis adotados.*

No entendimento desta Diretoria ainda não foi atendida a recomendação supra.

IV – DÍVIDA ATIVA

9) a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado devem prosseguir na adoção de medidas mais eficazes para recuperar a dívida ativa do Estado, considerando seu significativo montante (*R$ 76,107 bilhões, o mesmo que 12,94 meses de receita)* e, bem daí, o potencial para o financiamento de políticas públicas.

> *A Procuradoria Geral do Estado informou que as ações de cobrança da dívida ativa tiveram prosseguimento em 2008, destacando, em especial, a prorrogação, até 30 de dezembro daquele ano, do Convênio ICMS nº 51/07, celebrado no âmbito do Confaz e que viabilizou a instituição do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICM/ICMS. Atualmente, o valor do estoque da dívida está sendo objeto de verificação e saneamento, haja vista a existência de débitos prescritos, débitos com pedido de retificação pelos contribuintes e débitos equivocadamente convertidos e registrados em moeda diversa. Ainda no âmbito da Procuradoria Geral do Estado foi implantado um setor de inteligência fiscal e instituída a Subprocuradoria Geral do Estado – Área do Contencioso Fiscal.*

Em que pese os avanços conquistados em 2008, esta Diretoria entende que esta recomendação ainda está pendente de atendimento.

V – CRÉDITOS SUPLEMENTARES

10) os programas governamentais devem ser melhor previstos na lei orçamentária, evitando-se abertura de elevada margem de créditos suplementares por ato exclusivo do Poder Executivo.

> *Em que pese não ter havido aumento em relação ao exercício anterior, persiste a situação anteriormente apresentada.*

No entendimento desta Diretoria ainda pende de atendimento esta recomendação.

VI - UNIVERSIDADES

11) a quotidiana movimentação orçamentário-financeira das três universidades paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) deverá integrar-se a sistema que permita seu controle social, nos moldes do SIAFEM. A ausência de medidas nessa direção poderá implicar no comprometimento das contas anuais dessas universidades e será considerada para fins de seu julgamento pelo Tribunal de Contas.

Os dados relativos à execução orçamentária e financeira passaram a ser inseridos em tempo real no SIAFEM/SP: A USP com dados desde janeiro de 2007, a UNICAMP com dados a partir de agosto de 2007 e a UNESP com dados desde janeiro de 2008.

Atendida a recomendação, no entendimento desta Diretoria.

VII - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

12) a reserva de contingência deve comparecer, na lei orçamentária, segundo a magnitude dos riscos fiscais previstos para o exercício de competência.

Prevalece a ausência de valores monetários absolutos compatíveis, sendo justificado pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento que no Anexo de Riscos Ficais da Lei de Diretrizes Orçamentárias estão configurados "apenas ônus potenciais, pois se encontram em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual".

Não atendida recomendação, no entendimento desta Diretoria.

VIII - DÍVIDA PÚBLICA

13) deve a Administração promover estudos que identifiquem a variação do resíduo e seu atual valor, resultante das amortizações do contrato de refinanciamento da dívida com a União, em face de o correspondente ônus mensal (IGP-DI e juros de 6%) poder ter superado, desde 1.997, a taxa básica de juros da economia.

O Estudo realizado pela Secretaria Estadual da Fazenda consignou que o resíduo da dívida, o qual representava R$ 2,6 bilhões em 1997, foi de R$ 56,4 bilhões ao final de 2008, projetado em R$ 120,9 bilhões no ano de 2017 e R$ 196,6 bilhões ao final de 2027, ano do vencimento da última prestação.
Caso, no lugar do IGP-DI, fosse adotado o índice IPCA, este resíduo seria de R$ 7,6 bilhões no ano de 2017. Não houve menção acerca da taxa básica de juros da economia, sendo juntada matéria publicada no jornal "O Estado de São Paulo", de 17/03/2009, onde consta que "Se a Selic (a taxa básica de juros da economia) ficar abaixo de 6% ao ano, em termos reais (descontada a inflação), como a maioria dos economistas acredita que acontecerá, os governos estaduais e as prefeituras estarão subsidiando a União" - ou seja, o custo das dívidas renegociadas será maior do que o Tesouro Nacional paga para captar dinheiro no mercado.

No entendimento desta Diretoria, a recomendação foi atendida.

IX - APLICAÇÃO NO ENSINO

14) o Poder Executivo providenciará sejam abatidos dos 30% constitucionais (art. 255, C.E.) relativos manutenção e desenvolvimento do ensino público, os recursos que, até 31 de janeiro do exercício subseqüente, não tenham significado, na Fundação de Desenvolvimento da Educação - FDE, *despesa plena*, assim entendida a *empenhada, liquidada e paga*. De igual forma, a origem fica advertida quanto à necessidade de que o correspondente numerário repassado tenha, em contrapartida, dotações claramente identificadas no orçamento específico da Fundação, de molde a se possa constatar a efetiva movimentação dos recursos.

Como providência anunciada, foi aberta uma conta bancária apartada e específica, no Banco Nossa Caixa, Agência 0935-1, Número 13-00088-5, sendo depositados valores no dia 02 de fevereiro de 2009. Restam pendentes as demais implementações.

A recomendação ora descrita ainda pende de atendimento no entender desta Diretoria.

XV – SÍNTESE DO APURADO

SÍNTESE DO APURADO							R$ MILHÕES	
ITEM	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Superávit Orçamentário - Adm. Direta	9.519	13,61%	10.278	13,10%	14.046	16,26%	23.259	22,68%
Déficit Orçamentário - Adm. Indireta	-9.356	152%	-10.157	170%	-13.904	-224%	-23.073	-327%
Superávit Orçamentário - Consolidado	163	0,21%	121	0,14%	141	0,15%	186	0,17%
Evolução da Receita Tributária	57.066	11,45%	63.420	11,13%	71.539	12,80%	85.749	19,86%
Despesas com Propag. e Publicidade	56	8,40%	51	-7,93%	91	76,51%	182	100,38%
Evolução do Disponível	10.101	17,86%	9.670	-4,26%	14.123	46,05%	19.114	35,34%
Evolução da Dívida Flutuante	7.512	28,45%	7.004	-6,77%	9.888	41,18%	13.958	41,16%
Ativo Real Líquido	27.541	644,55%	12.923	-53,08%	12.847	-0,59%	22.509	75,21%
Dívida Ativa Tributária	88.809	30,13%	74.639	-15,96%	76.107	1,97%	92.604	21,68%
Dívida Interna	119.238	2,78%	124.883	4,73%	133.835	7,17%	150.252	12,27%
- Ajuste Fiscal	112.972	3,52%	120.214	6,41%	130.089	8,21%	146.340	12,49%
Dívida Externa	2.676	-19,40%	2.565	-4,15%	2.236	-12,84%	3.609	61,41%
Superávit/Déficit Financeiro	-1.507	-	-1.433	-	-3.274	-	1.356	-
Precatórios	2.015	69,04%	1.831	-9,13%	1.706	-6,78%	2.042	19,65%
Despesas com Pessoal e Reflexos	27.384	48,35%	30.760	49,38%	33.297	47,31%	38.648	47,32%
- Poder Executivo	23.895	42,19%	26.655	42,79%	29.089	41,33%	33.340	40,82%
- Poder Legislativo	532	0,94%	598	0,96%	654	0,93%	801	0,98%
- Poder Judiciário	2.249	3,97%	2.708	4,35%	2.730	3,88%	3.566	4,37%
- Ministério Público	708	1,25%	799	1,28%	824	1,17%	940	1,15%
Ensino	13.442	30,16%	15.130	30,16%	16.632	30,11%	19.976	30,13%
Saúde	5.330	12,17%	5.975	12,02%	6.710	12,25%	8.076	12,26%

Obs: trata-se de quadro resumo. Para maiores informações, inclusive quanto aos critérios utilizados, consultar o tópico específico do Relatório.

Os itens Despesa com Pessoal, Ensino e Saúde têm os percentuais calculados em relação à receita, conforme normas vigentes.

Os demais tiveram os percentuais calculados sobre o valor do exercício anterior.

Alguns dados de 2007 foram alterados em razão da exclusão das receitas e despesas intra-orçamentárias.

XVI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **resultado primário** representa o principal indicador de solvência fiscal do setor público. É obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras, e consigna a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

As metas fixadas para a obtenção de resultados primários e os resultados (superávits) obtidos, para os exercícios de 2003 a 2008 estão a seguir:

EXERCÍCIOS	META FIXADA	RESULTADO OBTIDO	%
2003	3,127 bilhões	3,594 bilhões	14,9
2004	3,349 bilhões	3,704 bilhões	10,6
2005	3,220 bilhões	3,458 bilhões	7,4
2006	3,817 bilhões	5,214 bilhões	36,6
2007	4,089 bilhões	5,917 bilhões	44,7
2008	4,203 bilhões	5,534 bilhões	31,6

Observa-se que a meta fixada para 2008 foi 2,79% superior à de 2007, 10,11% superior à de 2006, 30,53% superior à de 2005, 25,50% superior à de 2004 e 34,41% superior à de 2003. Já em relação aos resultados obtidos, de 2008 foi 6,47% inferior ao de 2007, 6,14% superior ao de 2006, 60,03% superior ao de 2005, 49,41% superior ao de 2004 e 53,98% superior ao alcançado em 2003.

O superávit primário obtido indica que o desempenho das receitas primárias permitiu a cobertura integral de todas as despesas primárias, além de assegurar recursos para o pagamento de parte do serviço da dívida contribuindo, por conseqüência, para a redução da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL).

A propósito, o Relatório do Secretário da Fazenda informa que a receita primária prevista pela Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008 foi de R$ 81,306 bilhões e que, considerando todas as fontes de recursos, o valor realizado foi 13,8% superior àquela previsão, qual seja, R$ 117,490 bilhões, valor este que, comparado com a receita de R$ 94,642 bilhões obtida em 2007, apresentou crescimento nominal de 24,1%.

Indica, o Relatório, que tal desempenho foi bastante condicionado pela ocorrência de receitas extraordinárias, podendo-se destacar as decorrentes:

- do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) que facilita os pagamentos de débitos de ICMS reavendo-se, entre pagamentos à vista e parcelamentos, um montante de R$ 2,204 bilhões nos anos de 2007 e 2008.

- da introdução da Nota Fiscal Paulista (Lei nº 12.685/2007) que objetivou ampliar a arrecadação por meio do aumento da base de incidência do imposto, cuja ação mais conhecida é o incentivo a que o consumidor exija a nota fiscal diminuindo, por conseqüência, a margem do contribuinte para a subnotificação de receita, tendo sido emitidas mais de 2,5 bilhões de documentos fiscais em 2008, acumulando um valor de R$ 830 milhões de créditos concedidos;

- da cobrança de débitos em atraso do IPVA de 2006 e 2007, notificando cerca de 485 mil veículos em 2008, gerando uma arrecadação de R$ 102 milhões; e

As transferências constitucionais e legais da União também contribuíram positivamente ao somar R$ 6,196 bilhões, valor R$ 676 milhões (+12%) superior à transferência de R$ 5,519 bilhões em 2007, lembrando que estão excluídos desta análise os repasses para o regime de Gestão Plena do SUS (Sistema Único de Saúde) e da CIDE – combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), observando-se que os maiores crescimentos ocorreram nos repasses da Quota Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – Exportação (IPI-ex) e nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e da quota – parte do Salário – Educação (QESE), cujos aumentos foram de 13% e 22%, respectivamente.

Quanto aos repasses para o regime de Gestão Plena do SUS, apresentou ganho de R$ 334 milhões (+11%) relativamente ao mesmo período de 2007, enquanto as transferências para a CIDE foram R$ 20 milhões (-6%) menores, lembrando que a vinculação para estes recursos é integral, ou seja, os repasses maiores (menores) representaram aumento (diminuição) correspondente nas suas respectivas finalidades.

Revisando os dados apresentados no relatório do Secretário, observamos que:

- O relatório informa o valor de R$ 81,306 bilhões para receita primária prevista, porém o Anexo de Metas Fiscais da Lei 12.677/2007 –LDO/2008, estabelece a meta de R$ 87,940 bilhões, o percentual de 13,8% foi obtido comparando a receita primária realizada de R$ 117,490 bilhões com a previsão atualizada no 1º bimestre de 2008 no montante de R$ 103,260 bilhões.

- Ao mencionar que os maiores crescimentos concentraram-se nos repasses da quota-parte do IPI-ex, do FPE e da QESE, com aumentos de 13% e 22%, respectivamente; verificamos que faltou indicar a variação percentual de um dos três itens.

As receitas primárias são aquelas de caráter permanente e derivadas da ação precípua do Estado, notadamente os impostos, taxas, contribuições e transferências federais, sendo representadas pela receita orçamentária excluídas as operações de crédito, rendimentos de aplicações financeiras, alienação de bens e cancelamento de restos a pagar.

Para fins comparativos temos:

- a receita primária prevista para o exercício de 2008 foi de R$ 87,940 bilhões, representando um decréscimo de 7,08% em relação à obtida no exercício anterior de R$ 94,642 bilhões;

- a receita primária prevista para o exercício de 2007 foi de R$ 81,306 bilhões, representando um incremento de 0,85% em relação à obtida no exercício anterior de R$ 80,621 bilhões;

- a receita primária prevista para o exercício de 2006 foi de R$ 77,048 bilhões, representando um incremento de 6,6% em relação à obtida no exercício de 2005 de R$ 72,301 bilhões;

- a receita primária prevista para o exercício de 2005 foi de R$ 66,906 bilhões, representando um incremento de 5,0% em relação à obtida no exercício de 2004 que foi de R$ 63,735;

- a receita primária prevista para o exercício de 2004 foi de R$ 59,519 bilhões, representando um incremento de 6,9% em relação à obtida no exercício 2003 que foi de R$ 55,657 bilhões;

- a receita primária prevista para o exercício 2003 foi de R$ 52,492 bilhões, representando um incremento de 3,2% em

relação à obtida no exercício de 2002 que foi de R$ 50,885 bilhões.

Considerando todas as fontes de recursos, a receita primária realizada foi de R$ 117,490 bilhões, valor 33,60% superior à previsão inicial do orçamento de 2008. Se comparada com a receita de R$ 94,642 bilhões realizada em 2007 teremos um crescimento nominal de 24,14%.

A receita tributária, a mais significativa, atingiu R$ 85,750 bilhões em 2008 que comparada com a arrecadação de R$ 71,539 bilhões em 2007, apresentou expansão nominal de 19,9%, com contribuição positiva de todos os componentes tributários. Em termos reais, quando deflacionada a arrecadação pelo IPCA/IBGE e pelo IGP-DI/FGV, a expansão foi de 13,4% e de 7,8%, respectivamente.

Já as despesas primárias são aquelas típicas da ação governamental, tais como: pagamento de pessoal, custeio ou manutenção da máquina pública e investimentos. São representadas pela despesa orçamentária excluído o pagamento do principal e dos encargos da dívida pública.

A despesa primária fixada para o exercício de 2008 foi de R$ 83,737 bilhões (Anexo de Metas Fiscais – LDO/2008), com um decréscimo de 5,62% em relação à despesa realizada de R$ 88,724 bilhões em 2007.

Considerando todas as fontes de recursos, a despesa primária realizada em 2008 totalizou R$ 108,611 bilhões, superando em 29,70% a previsão inicial. Se confrontadas com as despesas fiscais autorizadas durante o exercício em exame veremos uma economia orçamentária de R$ 6,505 bilhões, representando cerca de 5,65% do total autorizado de R$ 115,116 bilhões. Ao compararmos com a despesa realizada em 2007, de R$ 88,724 bilhões, verificamos que o gasto primário teve uma expansão de 22,41%.

A expansão observada reflete, basicamente, o aumento de gastos nas funções que possuem vinculação constitucional e legal de recursos, notadamente educação e saúde, bem como na rubrica “Outras Despesas Correntes” (exceto transferências a municípios), cujo aumento foi de 20% com relação a 2007 e 13% em termos reais (corrigido pelo IPCA), refletindo aumento dos gastos com obrigações tributárias e sentenças judiciais. Também, a partir de setembro/2007, foi implementada a São Paulo Previdência (SPPREV), entidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares do Estado, exigência prevista na

Constituição Federal, e que, em termos de contabilização, significou a inclusão de uma receita e uma despesa intra-orçamentária dentro do Demonstrativo de Receitas e Despesas - se compatibilizado a questão da inclusão da SPPREV o crescimento de "Outras Despesas Correntes", em termos nominais, foi de 19,1% em relação a 2007, e 13% em termos reais.

Cabe ressaltar que as despesas com pessoal e encargos sociais, que se constitui na principal despesa fiscal do Estado, atingiram o montante acumulado de R$ 42,251 bilhões, já descontada a parcela paga com as contribuições de servidores, sendo 56,3% desse valor referentes aos gastos com servidores ativos.

Já em relação à dívida consolidada líquida (DCL), indica o Relatório do Secretário da pasta da Fazenda, que em 31/12/2008 totalizou R$ 133,9 bilhões, apresentou um aumento de 11,6% em relação ao saldo existente em 31/12/2007. Como proporção da receita corrente líquida (RCL), a razão de 1,71 observada em 31/12/2007 foi reduzida, ao final do 3º quadrimestre de 2008, para 1,64.

Convém expor que após a significativa variação verificada na relação dívida corrente líquida sobre receita corrente líquida (DCL / RCL) de 1,98 em 2001 para 2,27 em 2002, em função do IGP-DI registrado naquele ano (26,4%), o Governo do Estado encontrava-se, em 31/12/2008, em patamar abaixo dos limites fixados pelas Resoluções do Senado Federal, atendendo o limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em 2008 também se observou o aumento da dívida consolidada, apesar do cumprimento dos compromissos com a União e demais credores, tendo atingido o montante de R$ 161,3 bilhões, apresentando, portanto, uma expansão de 14% já descontado o pagamento do serviço da dívida, no valor de R$ 8,8 bilhões, e somado o ingresso de receitas de operações de crédito, no valor de R$ 939 milhões. O principal componente para este aumento é a evolução da dívida renegociada com a União, no âmbito da Lei 9.496/97, cuja expansão foi de 12,5%, passando de R$ 130,1 bilhões em 2007 para R$ 149,6 bilhões em 2008. Tal crescimento deveu-se à capitalização de parte dos juros de 6% a.a. e à correção do saldo devedor pelo IGP-DI, lembrando que o montante desta dívida renegociada corresponde a 91% da dívida consolidada.

Por fim, a concessão de garantias por parte do Estado, no encerramento de 2008, registrou R$ 5,6 bilhões, o que equivale a 6,9% da receita corrente líquida, patamar bem

abaixo do limite de 32% estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após estas breves considerações acerca do resultado primário, e demais aspectos tratados no *Relatório do Secretário da Fazenda*, diante de todo o exposto neste Relatório e com base nos levantamentos, análises e avaliações procedidas no decorrer do processo de acompanhamento da execução orçamentária e dos atos da gestão governamental relativos ao exercício ora em exame, permitimo-nos, com a devida vênia, finalizar este trabalho propondo as seguintes recomendações:

1º. O Executivo, em relação ao Acordo de Renegociação da Dívida, Lei nº 9.496/97, deve avaliar a viabilidade de repactuação da dívida remanescente, de molde a equacionar a capacidade de pagamento do Estado com o necessário cumprimento das obrigações assumidas;

2º. O Governo do Estado deve melhor detalhar seus próximos Planos Plurianuais, nos moldes da peça orçamentária apresentada pelo Governo Federal;

3º. A Secretaria de Economia e Planejamento deve manter em seu banco de dados informações que possibilitem o acompanhamento das dotações orçamentárias atualizadas, referentes à execução de ações pelas empresas não dependentes;

4º. O Estado, na elaboração das peças orçamentárias, deve elaborar, quando exeqüível, indicadores de desempenho para os aspectos de eficiência, economicidade e efetividade;

5º. A Secretaria da Fazenda deve regularizar a diferença na conta de retenção do IPVA ao FUNDEB – parte dos Municípios, bem como estabelecer rotina de contabilização do FUNSET retido nas receitas de multas de veículos de outros Estados – RENAINF;

6º. O Estado deve avaliar, com relação à Dívida Ativa, a razoabilidade de evidenciar nas demonstrações contábeis os valores considerados de recebimento improvável ou inviável, mediante seleção criteriosa;

7º. O Governador, mediante lei que o autorize, poderá deixar de ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos

tributários e não tributários abaixo de determinado valor inscrito, cujo custo de cobrança se revele superior à importância do crédito em perspectiva, sem prejuízo do respectivo cancelamento quando sobrevier a prescrição. Esse valor deverá ser fixado responsavelmente, depois de cuidadosa análise das peculiaridades do Estado, não se distanciando de valores apurados por abalizado estudo realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado;

8º. O Estado deve providenciar depósito ao FUNDEB no valor de R$ 141.469.579;

9º. A Secretaria da Educação deve atuar para que os valores repassados na ação nº 5156 – Atendimento Educacional Especializado sejam gastos em despesas que possam ser enquadradas como ensino;

10º. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE deve contabilizar como receita os recursos decorrentes do convênio com a Secretaria da Educação, ou então, que sejam consignados os valores diretamente no orçamento da fundação (artigo 7º da Portaria STN nº 163/2001) e que os empenhos de suas despesas sejam emitidos em nome dos respectivos credores (artigo 61 da Lei 4.320/64);

11º. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE deve cumprir o cronograma físico e financeiro dos saldos financeiros relativos ao convênio com a Secretaria da Educação;

12º. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE deve atuar com maior rigor quanto à fiscalização das obras/reformas nas escolas públicas;

13º. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE deve elaborar os projetos das obras/reformas das unidades escolares observando as necessidades reais, consultando, sempre que possível, o corpo diretivo local;

14º. A Secretaria de Educação deve constituir registro ou banco de dados com histórico de cursos e formações recebidos pelos educadores, bem como de solicitações de capacitação/formação individuais ou oriundas de projetos de unidades escolares;

15º. A Secretaria de Educação deve implementar ações de formação continuada, delimitando-as com base nas notas de desempenho do sistema de avaliação e/ou das taxas de rendimento, destinando àqueles atuantes diretamente na atividade docente na rede estadual, com medidas para

minorar a rejeição à capacitação à distância e dotar de infra-estrutura as escolas para cursos à distância e trabalho coletivo (HTPC);

16º. A Secretaria de Educação deve promover a articulação formal entre os órgãos gestores no controle das ações de Formação Continuada;

17º. A Secretaria de Educação deve enfatizar o HTPC como principal instrumento de formação continuada docente, com medidas que assegurem, no âmbito das unidades escolares, o não fracionamento do tempo reservado a esta modalidade, a minoração da rotatividade docente, a pauta atrelada a prática docente, a prática de atendimento a pais como atividade de caráter pedagógico, a interdisciplinaridade e o trabalho cooperativo entre aqueles de mesma área de formação acadêmica;

18º. A Secretaria de Educação deve prover a rede estadual com os recursos necessários à realização das situações de aprendizagem sugeridas pelos eventos de formação continuada oferecidos;

19º. A Secretaria da Saúde deve utilizar-se do regime normal de despesas para o pagamento de pensões, evitando o uso de adiantamentos para tais fins;

20º. O Executivo deve encaminhar a este Tribunal as cópias das atas das audiências públicas trimestrais da saúde realizadas na Assembléia Legislativa (inciso II, artigo 12 das Instruções 1/2008) e, ainda, o resumo das despesas realizadas com o pagamento de pessoal da área da saúde, devidamente vistado pelos membros do Conselho Estadual de Saúde - CES, conforme determina os incisos I e II, artigo 13 das Instruções 1/2008;

21º. Com relação ao Vivaleite, é necessária a implantação do exame antropométrico na Grande São Paulo, envolvimento efetivo da Secretaria da Saúde e campanhas de esclarecimento ao público alvo, no sentido de que o produto seja tido como complemento nutricional, o que já foi objeto de recomendação deste E. Tribunal nas contas do exercício de 2004 (TC-04068/026/04). No que diz respeito à equidade, deve rever os critérios de distribuição aos municípios, visando à adequação entre necessidade da população e seu atendimento. Quanto às ONGs que executam a ação na Grande São Paulo, deve haver maior controle para evitar desvios como cobrança de contribuições, inobservância às normas quanto ao

cadastramento de usuários e armazenamento do leite, dentre outros;

22º. A Secretaria da Saúde deve acompanhar a distribuição dos kits de glicemia com maior rigor, observando a atualização dos cadastros, demanda reprimida, armazenamento dos materiais e acompanhamento do consumo, visando melhor gestão das compras estaduais;

23º. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deve promover uma fiscalização mais estreita sobre a atuação dos municípios envolvidos na ação Renda Cidadã, identificando e corrigindo os desvios que comprometem a obtenção dos resultados almejados;

24º. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deve readequar os mecanismos voltados à geração de renda dos indivíduos atendidos pela ação Renda Cidadã;

25º. A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deve manter controle da freqüência escolar no Programa Ação Jovem, bem como dos comprovantes de renda apresentados, e proceder a visitas de acompanhamento dos beneficiários;

26º. A Secretaria da Segurança Pública, no que diz respeito ao Corpo de Bombeiros e as Delegacias de Polícia, deve verificar as instalações, recursos humanos, equipamentos de uso pessoal e materiais para a necessidade da corporação, bem como, oferecer programas de capacitação aos seus servidores;

27º. A Secretaria de Estado de Saneamento e Energia deve conjugar esforços de forma articulada com os Municípios envolvidos, visando à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos reservatórios de contenção de enchentes;

28º. As Secretarias e órgãos que tenham convênios com ONGs devem estimar se é vantajosa a execução dos serviços de forma terceirizada, seja quanto à economicidade, seja quanto à qualidade do serviço prestado. A seleção das entidades deve pautar-se em critérios técnicos, como melhor estrutura para promoção dos serviços. Devem intensificar o controle para garantir o cumprimento de metas, dos respectivos planos de trabalho, que a estrutura descrita esteja à disposição dos serviços e que a integralidade dos recursos seja utilizada para a finalidade pactuada;

29º. O Sistema de Cadastro de Obras e Ações do Governo – COAG deve conter dados atualizados das obras e ações, bem como, indicar qual o exercício orçamentário ao qual pertencem.

30º. O Executivo deve cumprir o disposto no artigo 16 das Instruções Estaduais nº 1/08 que dispõe sobre a obrigatoriedade semestral de envio a esta Corte de Contas do "Cadastro Eletrônico de Obras em Execução".

É o relatório que apresentamos a Vossa Senhoria.

DCG, 13 de maio de 2009.

Renato Auriema
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
GDCG

Marlene Coelho Jazinski
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
GDCG

Christina C.B. Fortes Pegoraro
Agente da Fiscalização Financeira
GDCG

Sérgio Teruo Nakahara
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-1

Helena Keiko Hirata Kubo
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-1

Denílson de Alcântara
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-2

Sandra Capobianco de Faria
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-2

Cibele T. de Carvalho Ampudia
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-3

Aguida Toshie Takahagi
Auxiliar da Fiscalização Financeira
DCG-3

Stanislaw Augustus dos S.Zago
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-3

Lilian Cristina Menino Robles
Agente da Fiscalização Financeira – Chefe
DCG-4

Cibele Barbosa Ferreira
Agente da Fiscalização Financeira
DCG-4

Mario Henrique Farbelow
Auxiliar da Fiscalização Financeira
DCG-4